



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 143ª SESSÃO À 145ª SESSÃO DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 54
27 DE AGOSTO A 31 DE AGOSTO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2009

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2009-2010)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador	MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador	HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador	MÃO SANTA (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senadora	PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	CÉSAR BORGES (PR-BA)
2º Senador	ADELMIR SANTANA (DEM-DF)
3º Senador	CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)
4º Senador	GERSON CAMATA (PMDB-ES)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goias

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
- vago**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
S/PARTIDO - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		edição de 26 de agosto de 2009. Senador Arthur Virgílio.....	52
Considerações sobre o retrato das práticas de boa gestão pública adotadas pelo Governo do Espírito Santo. Senador Gerson Camata.	351	Registro da série de reportagens publicadas no jornal <i>Correio do povo</i> , de Porto Alegre, sobre Getúlio Vargas, entre os dias 16 e 24 de agosto de 2009. Senador Sérgio Zambiasi.	117
AGRICULTURA		Registro das matérias intituladas “O impacto da redução de jornada no mercado de trabalho”, publicada na revista <i>Exame</i> , e “Eleitor de Paim ignora crise na Casa”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edições de 27 de agosto de 2009. Senador Paulo Paim.....	170
Observações sobre a importância da audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença de produtores de laranja e representantes das fábricas de sucos. Senador Eduardo Suplicy.	87	Registro da matéria intitulada “Os piratas da medicina”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 9 de agosto de 2009. Senador Papaléo Paes.....	339
AGROPECUÁRIA		ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registro da realização, no Rio Grande do Sul, na cidade de Esteio, da 32ª Expointer - Exposição Internacional de Animais. Senador Paulo Paim.....	195	Registro da presença, no dia 28 de agosto de 2009, de Sua Excelência no Município de Pacaraima, Estado de Roraima, devido à necessidade de desenvolvimento na região. Senador Mozarildo Cavalcanti.	92
Relato da participação de Sua Excelência na Exposição Agropecuária realizada na cidade de Figueirópolis, Município de Tocantins. Senador João Ribeiro.....	198	Relato da visita de Sua Excelência a Araguaína, Estado do Tocantins, para inaugurar seis campos de futebol. Senador João Ribeiro.....	198
AMAZÔNIA		Registro de visita realizada às Usinas Angra I e II, no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, devido à importância estratégica da energia nuclear para o País. Senador João Pedro.....	242
Comentários sobre a carta de um seringueiro, descrevendo a situação vivida por todos aqueles que trabalham nos seringais da Amazônia. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	161	CULTURA	
Ratificação do discurso do Senador Geraldo Mesquita Júnior acerca da situação dos seringueiros na Amazônia. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.....	163	Registro da premiação do filme “Corumbiara”, ocorrida no dia 15 de agosto de 2009, no 37º Festival de Cinema de Gramado. Senadora Fátima Cleide.....	156
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro da matéria intitulada “A máquina estatal”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> ,			

	Pág.		Pág.
DATA COMEMORATIVA		ECONOMIA	
Homenagem pelo transcurso do Dia do Soldado, comemorado no dia 25 de agosto. Senador Arthur Virgílio.....	52	Críticas aos excessivos gastos do Governo Federal, com destaque para a matéria intitulada “A máquina estatal”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 26 de agosto de 2009. Senador Arthur Virgílio.....	52
Homenagem pelo transcurso do Dia do Soldado, comemorado no dia 27 de agosto em sessão especial no Senado Federal. Senador Mão Santa.....	85	EDUCAÇÃO	
Homenagem pelo transcurso do Dia do Psicólogo, no dia 27 de agosto. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	109	Considerações a respeito inauguração do <i>campus</i> da Universidade Federal do ABC, sobre as políticas de investimento na educação aplicadas no Governo Lula e sobre a importância da inclusão digital na escola pública. Senador Aloizio Mercadante.	37
Homenagem pelo transcurso, no dia 24 de agosto, do Dia da Infância. Senadora Lúcia Vânia.....	111	Comentários sobre o editorial publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , intitulado “Passo à Frente na Educação”, edição de 27 de agosto de 2009. Senador Cristovam Buarque.....	48
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Apelo pela votação do projeto de retirada da Desvinculação de Receitas da União (DRU) do orçamento da educação. Senadora Fátima Cleide. ..	156
Observações sobre a regularização fundiária na Amazônia e as questões que envolvem o desenvolvimento do Estado e de sua população. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	92	Considerações a respeito da aprovação do projeto de autoria do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul e sobre a importância de investimentos na educação brasileira. Senador Paulo Paim.....	170
Comemoração pela execução do conjunto de obras do Programa de Aceleração do Crescimento, no Estado de Rondônia, em especial na cidade de Porto Velho. Senadora Fátima Cleide.....	156	Destaque para a importância da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande, com destaque para o potencial tecnológico da cidade de Campina Grande. Senador Roberto Cavalcanti.....	240
DIREITOS HUMANOS		EXERCÍCIO PROFISSIONAL	
Registro do Encontro Nacional sobre Terra de Quilombo, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	94	Considerações acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da não obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão, propondo um reexame da questão. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	199
Registro da comemoração, dia 29 de agosto de 2009, do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e esclarecimentos acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 122, que trata da criminalização da homofobia. Senadora Fátima Cleide.....	156	Cumprimentos ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo discurso sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da não obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.....	201
Congratulações à Senadora Fátima Cleide por sua luta em prol dos homossexuais. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	158	GOVERNO ESTADUAL	
Elogios à maneira como a Senadora Fátima Cleide conduz as discussões em torno do Projeto de Lei da Câmara nº 122, que trata da criminalização da homofobia. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Paulo Paim.....	159	Críticas à administração da Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, salientando a necessidade de serem tomadas providências a fim de melhorar tanto a segurança pública do Estado quanto	
Observações sobre a questão da titularidade das terras e sobre a falta de efetividade de políticas públicas que beneficiem as comunidades quilombolas, no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	195		

	Pág.	III Pág.
as condições de atendimento da saúde. Senador Mário Couto.....	207	
GOVERNO FEDERAL		
Questionamentos sobre questões envolvendo a ex-Secretária da Receita Federal e a Ministra Dilma Roussef. Senador Heráclito Fortes.....	58	
Esclarecimentos acerca das questões envolvendo a ex-Secretária da Receita Federal e a Ministra Dilma Roussef e sobre o controle de dados e informações relativos ao acesso ao Palácio do Planalto. Senador Romero Jucá.....	60	
Apelo pela votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 483, que trata da isonomia de tratamento pela União ao Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.....	156	
HOMENAGEM		
Homenagem à memória de Getúlio Vargas, por ocasião do transcurso dos 55 anos de sua morte. Senador Sérgio Zambiasi.....	117	
Homenagem ao Senador Sérgio Zambiasi devido a sua trajetória política. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Paulo Paim.....	121	
Homenagem ao Senador Sérgio Zambiasi devido a sua trajetória política. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	122	
Homenagem à Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal, pela publicação de artigo de Sua Excelência acerca do Estatuto do Idoso na revista <i>Senatus</i> . Senador Paulo Paim.....	170	
HOMENAGEM PÓSTUMA		
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Olinda dos Santos, mãe da Senadora Serys Slhesharenko. Senador Mão Santa.....	165	
Voto de pesar pelo falecimento de Abdias José dos Santos, ex-dirigente sindical e um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores, e pelo falecimento de Amélia de Oliveira Dutra, mãe do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Senador Paulo Paim.....	192	
IGREJA		
Análise sobre a divulgação da terceira encíclica feita pelo Papa Bento XVI, intitulada “Caridade na Verdade”. Senador Gerson Camata.....	181	
IMPrensa		
Congratulações ao jornal <i>Correio do Povo</i> , do Rio Grande do Sul, pela série de reportagens especiais acerca da trajetória de Getúlio Vargas. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....		122
LEGISLAÇÃO COMERCIAL		
Considerações a respeito dos treze anos de existência da Lei de Arbitragem Comercial. Senador Marco Maciel.....		183
Ratificação do discurso do Senador Marco Maciel acerca dos treze anos de existência da Lei de Arbitragem Comercial. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Roberto Cavalcanti.....		187
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		
Comemoração pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de projeto de lei que inclui entre as atividades profissionais com direito a pagamento de adicional de periculosidade, as profissões de vigilantes, vigias e seguranças privados. Senador Leomar Quintanilha.....		91
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		
Mensagem nº 171, de 2009 (nº 656, de 2009, na origem), de 21 de agosto de 2009, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2009 (nº 1.191/2007, na Casa de origem, do Deputado Flávio Dino), que institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, alterando a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sancionada e transformada na Lei nº 12.019, de 21 de agosto de 2009.....		183
ORÇAMENTO		
Críticas ao corte de emendas no Orçamento destinado ao Estado do Piauí. Senador Heráclito Fortes.....		115
PARECER		
Parecer nº 1.396, de 2009 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 22, de 2009, que revoga os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, para suprimir a exigência de entrega de declaração		

	Pág.		Pág.
por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público. Senador Heráclito Fortes.	76		
Parecer nº 1.397, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil. Senador Demóstenes Torres.....	246	Parecer nº 1.404, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 893, de 2009, que solicita ser encaminhado pelo Ministro de Minas e Energia, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, a relação de todos os contratos, aditivos contratuais e convênios entre a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) e seus fornecedores ou prestadores de serviços relativamente às obras do Gasoduto Urucu-Manaus. Senador César Borges.	268
Parecer nº 1.398, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil. Senador Antonio Carlos Júnior.....	249	Parecer nº 1.405, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 895, de 2009, que solicita ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para produtoras de vídeo autorizados pelo então funcionário da empresa Geovane de Moraes, bem como cópia integral do processo de sindicância interna que resultou em sua demissão. Senador Mão Santa.....	271
Parecer nº 1.399, de 2009 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil. Senador César Borges..	252	Parecer nº 1.406, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 900, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre a “Operação Castelo de Areia” da Polícia Federal. Senador César Borges.	274
Parecer nº 1.400, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que “legitima o Ministério Público para a impetração do mandato de segurança coletivo, no exercício de suas atribuições constitucionais” (tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2007, nos termos do Requerimento nº 1.196, de 2008). Senador Inácio Arruda.....	254	Parecer nº 1.407, de 2009 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei nº 362, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Senador Flexa Ribeiro.	276
Parecer nº 1.401, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 776, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio do qual são solicitados esclarecimentos ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca do anúncio da criação de postos diplomáticos em Antigua, Barbuda, St. Lucia, St. Kitts & Nevis e Grenadines. Senador César Borges.	261	Parecer nº 1.408, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei nº 362, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Senadora Lúcia Vânia.....	280
Parecer nº 1.402, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 819, de 2009, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da abertura de filial da Caixa Econômica Federal na Venezuela. Senador João Vicente Claudino.....	263	Parecer nº 1.409, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento. Senador Neuto de Conto.	292
Parecer nº 1.403, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 891, de 2009, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda o encaminhamento de cópias de todas as denúncias e processos internos que existam envolvendo a Petrobrás e suas subsidiárias em tramitação na Comissão de Valores Mobiliários. Senador César Borges.	266	Parecer nº 1.410, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao clien-	

	Pág.		Pág.
te sobre os riscos de incumbência. Senador Marco Maciel.	302		
Parecer nº 1.411, de 2009 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências. Senador João Tenório...	315		
PESCA			
Registro da realização de ato público promovido pelo Sindicato Nacional dos Pescadores Artesanais, na praia de Caiçara do Norte, Rio Grande do Norte, denominado "Grito da Pesca". Senador Garibaldi Alves Filho.....	234		
Cumprimentos ao Senador Garibaldi Alves Filho, pelo registro da ação do Deputado Flávio Bezerra de acompanhar os pescadores durante ato público no Rio Grande do Norte. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Eduardo Suplicy....	236		
PODER JUDICIÁRIO			
Considerações sobre o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de denúncia contra o ex-Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Senador Heráclito Fortes.....	115		
Comentários sobre o recebimento, por Sua Excelência, de intimação para responder à declaração feita em plenário a respeito de suposta corrupção por parte do Senhor Luiz Pagot, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Senador Mário Couto.	153		
POLÍTICA AMBIENTAL			
Relato sobre a participação de Sua Excelência na XXX Expovel, na cidade de Cascavel, oeste do Paraná, com tema relativo ao meio ambiente. Senador Alvaro Dias.....	214		
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes. Senador Jefferson Praia.....	107		
		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
		Preocupação com a não duplicação de uma das mais movimentadas rodovias do Estado do Paraná que liga Cascavel a Foz do Iguaçu, conhecida como "Rodovia da Morte". Senador Alvaro Dias....	214
		POLÍTICA ENERGÉTICA	
		Considerações acerca do marco regulador do petróleo, com destaque à posição do Estado do Rio de Janeiro em relação à distribuição de <i>royalties</i> . Senador Francisco Dornelles.....	82
		Comentários sobre a importância de beneficiar todos os brasileiros com os rendimentos provindos do petróleo. Aparte ao Senador Francisco Dornelles. Senador Eduardo Suplicy.	83
		Registro do lançamento do Programa Pré-sal, no dia 31 de agosto de 2009, pelo Governo Federal, e considerações sobre a questão da divisão dos <i>royalties</i> do petróleo entre os Estados brasileiros. Senador Tião Viana.	193
		Cumprimentos ao Senador Tião Viana, por trazer ao debate a questão que envolve o Programa Pré-sal e a divisão dos <i>royalties</i> do petróleo entre os Estados brasileiros. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Paulo Paim.	194
		Cumprimentos ao Senador Tião Viana, por trazer ao debate a questão que envolve o Programa Pré-sal e a divisão dos <i>royalties</i> do petróleo entre os Estados brasileiros. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador João Ribeiro.	195
		Considerações sobre a participação de Sua Excelência na reunião do Conselho Político, conduzida pelo Presidente Lula, na qual foi tratada a questão do Pré-sal. Senador João Ribeiro.	198
		Observações acerca da reunião do Conselho Político, em que foram apresentadas informações a respeito do Pré-sal, do seu potencial e da distribuição dos <i>royalties</i> . Senador Osmar Dias.....	204
		Apoio ao discurso do Senador Osmar Dias, no qual ressalta a importância de um debate acerca do Pré-sal. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Paulo Paim.....	206
		Apoio ao discurso do Senador Osmar Dias, no qual ressalta a importância de um debate acerca do Pré-sal. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Flávio Arns.....	206
		Considerações sobre o lançamento do marco regulatório do Pré-sal. Senador Alvaro Dias.....	214
		Manifestação de preocupação com as questões que envolvem a exploração do Pré-sal. Senador José Agripino.....	220

	Pág.		Pág.
Afirmção de que a regulamentação do Pré-sal concede à União maior participação nos lucros. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Valadares.....	221	Comentários acerca da regularização fundiária no Estado do Tocantins. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Leomar Quintanilha.....	90
Considerações sobre a importância da exploração do Pré-sal para o desenvolvimento do Brasil. Senadora Ideli Salvatti.....	223	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Considerações sobre a importância da exploração do Pré-sal para o desenvolvimento do Brasil e reflexão acerca das normas de regulamentação da exploração da camada. Senador Aloizio Mercadante.....	223	Críticas à nota pública do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, orientando Senadores a votarem pelo arquivamento do processo contra o Presidente da Casa, José Sarney, e leitura de carta de Sua Excelência, comunicando seu desligamento do Partido. Senador Flávio Arns.....	39
Questionamento acerca da posição do Governo Federal em relação ao compromisso com os Governadores dos Estados produtores de petróleo no que tange o marco regulatório do Pré-sal e sobre a Proposta de Emenda à Constituição que abaixa para 50% o valor adicionado à nota fiscal do petróleo extraído. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Renato Casagrande.....	227	Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Azeredo.....	42
Comentário acerca de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria de Sua Excelência, a qual eliminava a vedação constitucional que impedia o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de ser cobrado pela produção de petróleo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Garibaldi Alves Filho.....	229	Comentários acerca da saída do Senador Flávio Arns do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Cristovam Buarque.....	42
Considerações sobre os benefícios que a exploração do Pré-sal vai trazer ao povo brasileiro. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.....	229	Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Mário Couto.....	42
Cumprimentos ao Presidente Lula, pelo lançamento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada Pré-sal e manifestação de dúvidas em relação a ele. Senador Francisco Dornelles....	230	Lamento pela saída do Senador Flávio Arns do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Suplicy.....	43
POLÍTICA EXTERNA		Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Arthur Virgílio.....	44
Registro do 27º Encontro Brasil-Alemanha, no Estado do Espírito Santo. Senador Renato Casagrande.....	231	Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT e críticas ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Pedro Simon.....	45
POLÍTICA FUNDIÁRIA		POLÍTICA SALARIAL	
Preocupação com a questão da regularização fundiária na Amazônia e pedidos de agilidade no cumprimento da Medida Provisória nº 458, de 2009, que trata do tema. Senador Valdir Raupp....	89	Comemoração pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, do piso salarial nacional de R\$ 930,00 para os Agentes Comunitários de Saúde. Senador Leomar Quintanilha.....	91
Cobrança de execução da Medida Provisória nº 458, de 2009, que trata da regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	90	POLÍTICA SOCIAL	
		Relato de participação de Sua Excelência em jornada de formação para militantes e agentes sociais que tratou de questões relativas às pessoas com deficiências. Senador Paulo Paim.....	195
		Apelo para que sejam encaminhadas à Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa	

	Pág.		Pág.
com Deficiência questões que precisem de análise e de solução. Senador Flávio Arns.	216	Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2009 (nº 1.310/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Sampaio), que institui o dia 12 de maio como o Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde. ...	326
Registro da carta enviada por Sua Excelência ao Prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, relatando visita realizada à favela da Viação Campo Limpo, a convite dos moradores e do escritor Ferréz, morador da região. Senador Eduardo Suplicy.....	236	Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2009 (nº 2.979/2008, na Casa de origem, da Deputada Luciana Costa), que institui o dia 18 de março como o Dia do DeMolay.....	327
POLÍTICA TRABALHISTA		PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	
Registro da abertura realizada por Sua Excelência de um seminário sobre capacitação sindical para promoção de igualdade de oportunidades aos trabalhadores. Senador Paulo Paim.	94	Projeto de Lei nº 45, de 2009-CN (nº 659/2009, na origem), que submete à deliberação dos Senhores Senadores o texto do Projeto de Lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 921.456.538,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".....	2
PREVIDÊNCIA SOCIAL		PROJETO DE LEI DO SENADO	
Manifestação em favor dos aposentados e pensionistas. Senador Mário Couto.....	51	Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2009, que acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda. Senador Gim Argello.....	22
Registro de reunião com Sua Excelência e entidades com o objetivo de discutir o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados. Senador Paulo Paim.	94	Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2009, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de regular a realização de pesquisas eleitorais com maior precisão nos dias que antecedem as eleições. Senador Jarbas Vasconcelos.....	29
Considerações acerca dos muitos pedidos recebidos por Sua Excelência, por meio da internet, para que haja uma rápida solução quanto às reivindicações dos aposentados do Brasil. Senador Mão Santa.	165	Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2009, que modifica a redação do <i>caput</i> do art. 71-A da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e dá outras providências. Senador Paulo Paim.	30
Ratificação do discurso do Senador Mão Santa quanto aos milhares de pedidos acerca de uma rápida solução para as reivindicações dos aposentados do Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.	168	Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. Senador Paulo Paim.	32
Referências sobre Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Sua Excelência que trata da seguridade social. Senador Paulo Paim...	195	Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009, que concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências. Senador Raimundo Colombo.....	33
Solidariedade aos funcionários aposentados do Grupo Aerus, da Viação Aérea Rio Grandense - Varig, que buscam a realização dos seus direitos na previdência social. Senador Flávio Arns.....	216	Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede	
Sugestão de que seja convocado o Advogado-Geral da União, Senhor Dias Tofolli, para que se manifeste acerca de uma solução para os funcionários aposentados do Aerus. Senador Alvaro Dias.	219		
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2009 (nº 36/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que confere ao Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Baleia Franca.	326		

	Pág.		Pág.
no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão. Senador Lobão Filho.....	35	REFORMA TRIBUTÁRIA	
Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2009, que altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS no caso que especifica. Senador Paulo Paim.....	210	Considerações relativas ao estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, intitulado “Receita Pública: Quem paga e como se gasta no Brasil”, que trata do sistema tributário e da política fiscal do Brasil. Senador Papaléo Paes.....	202
Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2009 (da Comissão Diretora), que autoriza a Comissão Diretora do Senado Federal a propor atualização do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal. Senador José Sarney.....	214	REQUERIMENTO	
Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2009, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências para definir procedimentos de gestão cooperativa do Sistema Único de Saúde pelos entes federados. Senador Tião Viana.	330	Requerimento nº 1.086, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 19 de setembro de 2009, quando como representante do Senado Federal, Sua Excelência realizará visita oficial à OECD – <i>Organization for Economic Cooperation and Development</i> , na cidade de Paris/França, a convite daquela Organização. Senador Marconi Perillo.	20
Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2009, que altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham. Senador Tião Viana.....	334	Requerimento nº 1.087, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 2 a 13 de outubro de 2009, para participar, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, Estados Unidos da América. Senador Roberto Cavalcanti.....	20
REFORMA ELEITORAL		Requerimento nº 1.088, de 2009, que requer a realização de sessão especial em homenagem aos 150 anos de nascimento de Clóvis Beviláqua, nascido em Viçosa – Ceará, em 4 de outubro de 1859. Senador Tasso Jereissati.	21
Considerações acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que trata da Minirreforma Eleitoral. Senador Eduardo Suplicy.....	236	Requerimento nº 1.089, de 2009, o qual solicita que o presente requerimento seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que envie, no estrito prazo constitucional, informações detalhadas a respeito da participação financeira do Brasil nos projetos e obras de reconstrução do Porto de Mariel, em Cuba, bem como todas as informações sobre o empreendimento, isto é, todos os elementos necessários para analisar e justificar a participação brasileira. Senador Raimundo Colombo.....	109
REFORMA POLÍTICA		Requerimento nº 1.090, de 2009, que requer Voto de Louvor ao Projeto Casa da Virada (Belém do Pará), onde jovens do Município paraense de Curuçá fazem o curso de agente ambiental e logo aprendem a necessidade de preservar as riquezas naturais da região amazônica, como os manguezais, de onde as famílias daquela localidade retiram seu sustento. Senador Jefferson Praia.....	110
Considerações sobre a apreciação no dia 1º de setembro de 2009, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de lei que trata da reforma política. Senador Valter Pereira.	232	Requerimento nº 1.091, de 2009, o qual requer que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos,	
Proposta de que nos dias 6 de agosto, e 6 e 30 de setembro de 2009, haja o registro, pela internet, das contribuições que cada candidato e partido receberam nas eleições de 2009. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Eduardo Suplicy.	233		

	Pág.		Pág.
além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição. Senador Aloizio Mercadante.....	110	Requerimento nº 1.099, de 2009, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2003, de autoria de Sua Excelência, que “torna obrigatório o uso nas escolas públicas de uniforme escolares padronizados e dá outras providências”. Senador Aloizio Mercadante.....	329
Requerimento nº 1.092, de 2009, que requer a retirada do Requerimento nº 249, de 2009, destinado a celebrar o Tratado de Limites firmado pelo Governo Brasileiro com o Governo do Peru, em 1909, de autoria de Sua Excelência, devido à recente homenagem prestada durante a hora do expediente da sessão do dia 18 de agosto de 2009, quando se comemorou o centenário de falecimento de Euclides da Cunha, sendo distribuída, na ocasião, a obra O Tratado de Limites Brasil-Peru, editado pelo Senado Cultural e apresentação deste signatário. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	110	Requerimento nº 1.100, de 2009, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 220, de 2009, e nº 207, de 2009, uma vez que ambos dispõem sobre a mesma matéria. Senador Demóstenes Torres.....	329
Requerimento nº 1.093, de 2009, o qual requer que o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, que “Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais de dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.”, seja apreciado, também, pela Comissão de Infraestrutura – CI, além da comissão constante do despacho inicial. Senador Romero Jucá.	110	Requerimento nº 1.101, de 2009, o qual requer que tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado de nºs 80/2006, 340/2007, 375/2008 e 27/2009, por versarem sobre o mesmo assunto. Senador Romero Jucá.....	329
Requerimento nº 1.094, de 2009, que requer o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 50/2006 das PECs nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, de forma a retomar sua tramitação autônoma. Senador Paulo Paim.....	111	Requerimento nº 1.102, de 2009, que requer a tramitação conjunta do PLS nº 301, de 2009, que “altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito dos Estados e do Distrito Federal”, com os PLS nº 212/05; PLS nº 67/06; PLS nº 199/06; PLS nº 239/06; PLS nº 342/06; PLS nº 287/08, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Romero Jucá.	329
Requerimento nº 1.095, de 2009, o qual requer que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso ao cineasta Vicent Carelli e ao indigenista Marcelo Santos, pelo prêmio de melhor filme concedido ao documentário Corumbiara, no 37º Festival do Cinema de Gramado. Senadora Fátima Cleide.....	113	Requerimento nº 1.103, de 2009, o qual requer que o PLS nº 18, de 2007 (modifica a Lei nº 11.097/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel) tenha sua apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante no despacho inicial. Senador Romero Jucá.	329
Requerimento nº 1.096, de 2009, que requer homenagens pelo falecimento da Senhora Olinda dos Santos, ocorrido no dia 28 de agosto de 2009, mãe da Excelentíssima Senhora Senadora Serys Slhessarenko, representante do nobre Estado de Mato Grosso. Senador Mão Santa.....	180	SAÚDE	
Requerimento nº 1.097, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Abdias José dos Santos, ex-dirigente sindical e um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores. Senador Paulo Paim.....	193	Considerações sobre a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 196, de 2009, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que fixa o piso salarial nacional no valor de R\$ 930,00 para Agentes Comunitários de Saúde. Senador Paulo Paim.....	170
Requerimento nº 1.098, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Amélia de Oliveira Dutra, mãe do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Senador Paulo Paim.....	193	SENADO FEDERAL	
		Comentários a respeito de pesquisa realizada no sítio eletrônico de Sua Excelência, na qual 95% das pessoas foram favoráveis ao pedido de	

X

	Pág.		Pág.
renúncia do Senador José Sarney da Presidência do Senado. Senador Eduardo Suplicy.	48	TURISMO	
Registro da presença da Gráfica do Senado Federal na Bienal do Livro, em Curitiba, Estado do Paraná, entregando exemplares de obras publicadas em braile. Senador Flávio Arns.	216	Destaque para a apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 1º de setembro de 2009, do projeto de lei que dispõe sobre o Sistema "S" do turismo brasileiro. Senador Leomar Quintanilha. .	243

Ata da 143ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de Agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa, Jefferson Praia e Mozarildo Cavalcanti.

(Inicia-se a Sessão às 14 Horas e Encerra-se às 18 Horas e 40 Minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/8/2009 07:01:34 até 27/8/2009 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
Bloco-PT	SP	ALCIZIO MERCADANTE	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PDT	CE	FLÁVIO TORRES	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PMDB	VA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VIANA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SÉRY SLESARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasília, 14 horas, 27 de agosto de 2009. Esta é mais uma sessão deliberativa ordinária do Senado da República do Brasil, em sua 53ª Legislatura.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O painel assinala a presença de 46 Senadores da República.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

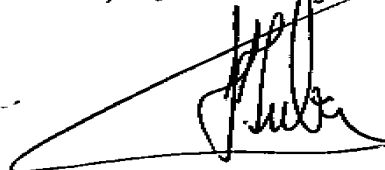
É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI
Nº 45, DE 2009-CN
(MENSAGEM Nº 110, DE 2009-CN)
(nº 659/2009, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 921.468.538,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 25 de agosto de 2009.



PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2009-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 921.468.538,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 921.468.538,00 (novecentos e vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, no valor de R\$ 896.362.811,00 (oitocentos e noventa e seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e onze reais), sendo:

a) R\$ 895.973.811,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e onze reais) de Recursos Ordinários; e

b) R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais) de Doações para o Combate à Fome; e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 25.105.727,00 (vinte e cinco milhões, cento e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais) conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33006 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		1009 REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL						2.012.900
		ATIVIDADES						
09 272	1009 2274	ASSISTENCIA TECNICA AS REFORMAS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA						2.012.900
09 272	1009 2274 0001	ASSISTENCIA TECNICA AS REFORMAS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA - NACIONAL	S	3	2	90	0 143	2.012.900
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								2.012.900
TOTAL - GERAL								2.012.900

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0085 QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS						625.967.519
		PROJETOS						
09 122	0085 114M	RECUPERACAO, REFORMA E MODERNIZACAO DO EDIFICIO-SEDE DO INSS						5.000.000
09 122	0085 114M 0101	RECUPERACAO, REFORMA E MODERNIZACAO DO EDIFICIO-SEDE DO INSS - EM BRASILIA - DF	S	4	2	90	0 300	5.000.000
09 271	0085 116V	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS						526.315.070
09 271	0085 116V 0001	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS - NACIONAL	S	4	2	90	0 300	506.315.070
09 271	0085 116V 0084	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS - NO ESTADO DO PARA	S	5	2	90	0 151	570.000
09 271	0085 116V 0084	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS - NO ESTADO DO PARA	S	4	2	90	0 151	20.000.000
09 126	0085 3896	MODERNIZACAO TECNOLOGICA PARA A QUALIDADE DO ATENDIMENTO						44.652.449
09 126	0085 3896 0001	MODERNIZACAO TECNOLOGICA PARA A QUALIDADE DO ATENDIMENTO - NACIONAL	S	4	2	90	0 300	44.652.449
		ATIVIDADES						
09 271	0085 8869	REFORMAS E ADAPTACOES DAS UNIDADES DO INSS						50.000.000
09 271	0085 8869 0001	REFORMAS E ADAPTACOES DAS UNIDADES DO INSS - NACIONAL	S	4	2	90	0 300	50.000.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								625.967.519
TOTAL - GERAL								625.967.519

ORGAO : 5500 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
1049 ACESSO A ALIMENTACAO									121.867.685
PROJETOS									
08 501	1049 11V1	CONSTRUCAO DE CISTERNAS PARA ARMAZENAMENTO DE AGUA							59.547.214
08 511	1049 11V1 0001	CONSTRUCAO DE CISTERNAS PARA ARMAZENAMENTO DE AGUA - NACIONAL	S	3	2	50	0	300	10.123.026
			S	4	2	30	0	300	9.161.109
			S	4	2	30	0	394	389.000
			S	4	2	40	0	300	4.580.554
			S	4	2	50	0	300	35.293.525
ATIVIDADES									
08 244	1049 2791	DISTRIBUCAO DE ALIMENTOS A GRUPOS POPULACIONAIS ESPECIFICOS							20.000.000
08 244	1049 2792 0001	DISTRIBUCAO DE ALIMENTOS A GRUPOS POPULACIONAIS ESPECIFICOS - NACIONAL	S	3	2	90	0	300	20.000.000
08 306	1049 2798	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR							23.965.144
08 306	1049 2798 0001	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL	S	3	2	90	0	300	23.965.144
08 244	1049 8929	APOIO A INSTALACAO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES							16.732.500
08 244	1049 8929 0001	APOIO A INSTALACAO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES - NACIONAL	S	3	2	40	0	300	1.713.663
			S	4	2	30	0	300	15.018.837
08 511	1049 8948	ACESSO A AGUA PARA PRODUCAO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO							1.622.827
08 511	1049 8948 0001	ACESSO A AGUA PARA PRODUCAO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO - NACIONAL	S	4	2	30	0	153	1.622.827
1133 ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO									37.912.500
ATIVIDADES									
08 244	1133 4963	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA							37.912.500
08 244	1133 4963 0001	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA - NACIONAL	S	3	2	30	0	300	6.873.750
			S	3	2	90	0	300	13.228.125
			S	4	2	30	0	300	17.810.625
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									159.780.185
TOTAL - GERAL									159.780.185

ORÇAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0068		ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL							41.967.530
ATIVIDADES									
08 243	0068 2060	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO							41.967.530
08 243	0068 2060 0001	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NACIONAL							2.678.000
08 243	0068 2060 0011	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	300	2.678.000
08 243	0068 2060 0012	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0	300	644.000
08 243	0068 2060 0013	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	300	473.913
08 243	0068 2060 0014	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	300	473.913
08 243	0068 2060 0015	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	300	738.000
08 243	0068 2060 0016	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	40	0	300	470.000
08 243	0068 2060 0017	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	2	40	0	300	470.000
08 243	0068 2060 0021	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO MARANHÃO	S	3	2	40	0	300	1.554.000
08 243	0068 2060 0022	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	300	1.554.000
08 243	0068 2060 0023	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	300	157.000
08 243	0068 2060 0024	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	300	157.000
08 243	0068 2060 0025	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	300	582.724
08 243	0068 2060 0026	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	300	582.724
08 243	0068 2060 0027	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	300	3.569.534
08 243	0068 2060 0028	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	300	3.569.534
08 243	0068 2060 0029	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	300	1.517.000
08 243	0068 2060 0031	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	300	1.274.000
08 243	0068 2060 0032	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO	S	3	2	40	0	300	1.274.000
08 243	0068 2060 0033	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	300	1.851.707
			S	3	2	40	0	300	1.851.707
			S	3	2	40	0	300	2.464.000
			S	3	2	40	0	300	2.464.000
			S	3	2	40	0	300	4.104.666
			S	3	2	40	0	300	4.104.666
			S	3	2	40	0	300	1.347.000
			S	3	2	40	0	300	1.347.000
			S	3	2	40	0	300	1.486.000
			S	3	2	40	0	300	1.486.000
			S	3	2	40	0	300	3.068.707
			S	3	2	40	0	300	3.068.707
			S	3	2	40	0	300	2.522.000
			S	3	2	40	0	300	2.522.000
			S	3	2	40	0	300	564.000
			S	3	2	40	0	300	564.000
			S	3	2	40	0	300	1.087.000
			S	3	2	40	0	300	1.087.000

08 243	0068 2060 0035	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	300	1.374.487
08 243	0068 2060 0041	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	300	1.374.487 1.373.792
08 243	0068 2060 0042	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	300	1.373.792 1.321.000
08 243	0068 2060 0043	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	300	1.321.000 616.000
08 243	0068 2060 0051	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	300	616.000 887.000
08 243	0068 2060 0052	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	300	887.000 3.069.000
08 243	0068 2060 0054	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	300	3.069.000 1.173.000
									1.173.000

0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANCAS E ADOLESCENTES

7.578.418

		ATIVIDADES							
08 243	0073 2383	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS							7.578.418
08 243	0073 2383 0011	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE RONDONIA							36.800
08 243	0073 2383 0012	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0	300	36.800 100.800
08 243	0073 2383 0013	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	300	100.800 84.000
08 243	0073 2383 0014	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE ROYAMA	S	3	2	40	0	300	84.000 33.600
08 243	0073 2383 0015	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	300	33.600 422.600
08 243	0073 2383 0016	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	40	0	300	422.600 67.200
08 243	0073 2383 0017	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	2	40	0	300	67.200 201.600
08 243	0073 2383 0021	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	2	40	0	300	201.600 391.100
08 243	0073 2383 0022	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	300	391.100 324.102
08 243	0073 2383 0023	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	300	324.102 504.000
08 243	0073 2383 0024	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	300	504.000 285.600
08 243	0073 2383 0025	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	300	285.600 218.400
08 243	0073 2383 0026	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	300	218.400 531.700
08 243	0073 2383 0027	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE	S	3	2	40	0	300	531.700 252.000

		ALAGOAS	S	3	2	40	0	300	
08 243	0073 2383 0028	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	300	252.000 100.800
08 243	0073 2383 0029	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	300	100.800 434.600
06 243	0073 2383 0031	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	300	434.600 595.700
08 243	0073 2383 0033	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	300	595.700 159.700
08 243	0073 2383 0035	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	300	159.700 296.500
08 243	0073 2383 0041	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	300	296.500 443.500
08 243	0073 2383 0042	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	300	443.500 68.600
08 243	0073 2383 0043	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	300	68.600 386.400
08 243	0073 2383 0051	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	300	386.400 201.600
08 243	0073 2383 0052	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	300	201.600 688.800
08 243	0073 2383 0054	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	300	688.800 740.716
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									740.716

1384 PROTECAO SOCIAL BASICA

740.716

		ATIVIDADES	S	3	2	40	0	300	
08 244	1384 2A61	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA							69.295.116
08 244	1384 2A61 0001	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NACIONAL	S	3	2	40	0	300	7.000.000
08 244	1384 2A61 0011	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	300	709.378
08 244	1384 2A61 0012	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0	300	709.378 100.582
08 244	1384 2A61 0013	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	300	100.582 584.863
08 244	1384 2A61 0014	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	300	584.863 176.834
08 244	1384 2A61 0015	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	300	176.834 3.667.397
08 244	1384 2A61 0016	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	40	0	300	3.667.397 81.503
08 244	1384 2A61 0017	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	300	81.503 384.682
06 244	1384 2A61 0021	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	2	40	0	300	384.682 3.546.560
06 244	1384 2A61 0022	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	300	3.546.560 2.394.431
08 244	1384 2A61 0023	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	300	2.394.431 4.342.760
08 244	1384 2A61 0024	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	300	4.342.760 2.965.417
08 244	1384 2A61 0025	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	300	2.965.417 1.356.399
08 244	1384 2A61 0026	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	300	1.356.399 2.568.694

08 244	1384 2A61 0027	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	300	2.568.694 620.430
08 244	1384 2A61 0028	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	300	620.430 803.291
08 244	1384 2A61 0029	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	300	803.291 3.421.328
08 244	1384 2A61 0031	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	300	3.421.328 5.588.629
08 244	1384 2A61 0032	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO	S	3	2	40	0	300	5.588.629 2.117.921
08 244	1384 2A61 0033	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	300	2.117.921 2.054.328
08 244	1384 2A61 0035	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	300	5.539.904 5.539.904
08 244	1384 2A61 0041	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	300	5.539.904 5.725.694
08 244	1384 2A61 0042	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	300	5.725.694 4.320.582
08 244	1384 2A61 0043	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	300	4.320.582 4.249.866
08 244	1384 2A61 0051	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	300	4.249.866 1.852.766
08 244	1384 2A61 0052	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	300	1.852.766 1.628.539
08 244	1384 2A61 0054	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	300	1.628.539 1.492.340
08 244	1384 2B38	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA	S	3	2	40	0	151	900.000
08 244	1384 2B30 0035	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	4	2	40	0	151	900.000 400.000
1385 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL									23.974.868

		ATIVIDADES							
08 244	1385 2A65	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS							187.670
08 244	1385 2A65 0013	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	300	2.540
08 244	1385 2A65 0015	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	300	2.540 19.149
08 244	1385 2A65 0023	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	300	19.149 31.358
08 244	1385 2A65 0024	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	300	31.358 6.500
08 244	1385 2A65 0026	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	300	6.500 37.941
08 244	1385 2A65 0027	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	300	37.941 2.540
08 244	1385 2A65 0029	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	300	2.540 53.359
08 244	1385 2A65 0033	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	300	53.359 18.191
08 244	1385 2A65 0035	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	300	18.191 13.580
08 244	1385 2A65 0043	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	300	13.580 2.512
08 244	1385 2A69	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL NACIONAL	S	3	2	40	0	300	2.512 13.787.198
08 244	1385 2A69 0001	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	300	1.000
08 244	1385 2A69 0011	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0	300	1.000 120.003
08 244	1385 2A69 0012	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	300	120.003 53.455
08 244	1385 2A69 0015	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	40	0	300	53.455 438.000
08 244	1385 2A69 0016	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	300	438.000 120.001
08 244	1385 2A69 0017	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	300	120.001 78.000
			S	3	2	40	0	300	78.000

06 244	1385 2A 69 0021	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO MARANHAO								95.999
06 244	1385 2A 69 0022	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	300		95.999
06 244	1385 2A 69 0023	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	300		12.000
06 244	1385 2A 69 0024	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	300		216.001
06 244	1385 2A 69 0025	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DA PARABA	S	3	2	40	0	300		11.999
06 244	1385 2A 69 0026	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	300		59.997
06 244	1385 2A 69 0027	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	300		413.999
06 244	1385 2A 69 0028	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	300		146.657
06 244	1385 2A 69 0029	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	300		120.002
06 244	1385 2A 69 0031	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	300		264.003
06 244	1385 2A 69 0032	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	2	40	0	300		1.737.465
06 244	1385 2A 69 0033	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	300		469.052
06 244	1385 2A 69 0035	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	300		1.176.016
06 244	1385 2A 69 0041	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	300		4.592.052
06 244	1385 2A 69 0042	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	300		1.190.772
06 244	1385 2A 69 0043	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	300		1.190.772
06 244	1385 2A 69 0051	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	300		681.930
06 244	1385 2A 69 0052	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	300		1.332.791
06 244	1385 2A 69 0053	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	2	40	0	300		1.332.791
06 244	1385 2A 69 0054	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	30	0	300		11.998
			S	3	2	40	0	300		336.002
			S	3	2	40	0	300		336.002
			S	3	2	40	0	300		96.001
			S	3	2	30	0	300		96.001
			S	3	2	40	0	300		12.003
			S	3	2	40	0	300		12.003
		TOTAL - FISCAL								0
		TOTAL - SEGURIDADE								133.707.934
		TOTAL - GERAL								133.707.934

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
1009 REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL									2.012.900
PROJETOS									
09 126	1009 5645	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACOES PREVIDENCIARIAS - SIPREV							2.012.900
09 126	1009 5645 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACOES PREVIDENCIARIAS - SIPREV - NACIONAL	S	4	2	90	0	145	2.012.900
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.012.900
TOTAL - GERAL									2.012.900

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0085 QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS									20.570.000
PROJETOS									
09 271	0085 116V	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS							20.570.000
09 271	0085 116V 0128	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS - TABOAO - GUARULHOS - SP	S	4	2	90	0	151	570.000
09 271	0085 116V 0168	INSTALACAO DE UNIDADES DE FUNCIONAMENTO DO INSS - REGIAO METROPOLITANA DE BELEM - NO ESTADO DO PARA	S	4	2	90	0	151	20.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.570.000
TOTAL - GERAL									20.570.000

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55301 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1049 ACESSO A ALIMENTAÇÃO								1.622.827
		ATIVIDADES						
03 511	1049 8948	ACESSO A AGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO						1.622.827
03 511	1049 8948 0001	ACESSO A AGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO - NACIONAL	S	3	2	50	0 153	1.622.827
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.622.827
TOTAL - GERAL								1.622.827

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA								900.000
		ATIVIDADES						
06 244	1384 2B30	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA						900.000
06 244	1384 2B30 0126	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CAMPINAS - SP	S	3	2	40	0 151	500.000
			S	4	2	40	0 151	400.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								900.000
TOTAL - GERAL								900.000

EM nº 00177/2009/MP

Brasília, 10 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008) crédito suplementar no valor global de R\$ 921.468.538,00 (novecentos e vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Aplicação	R\$ 1,00
		Origem dos Recursos
Ministério da Previdência Social	627.980.419	22.582.900
Ministério da Previdência Social (Administração direta)	2.012.900	2.012.900
Instituto Nacional do Seguro Social	625.967.519	20.570.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	293.488.119	2.522.827
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)	159.780.185	1.622.827
Fundo Nacional de Assistência Social	133.707.934	900.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a:		896.362.811
Recursos Ordinários		895.973.811
Doações para o Combate à Fome		389.000
Total	921.468.538	921.468.538

3. No âmbito do Ministério da Previdência Social, o crédito viabilizará o apoio às reformas dos regimes próprios de previdência, a recuperação do edifício-sede do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em Brasília, no Distrito Federal, a expansão e melhoria da rede de agências da Previdência Social, por meio de reformas e instalação de cerca de 600 agências em Municípios com população superior a 20 mil habitantes, e a aquisição de equipamentos de informática e mobiliário para as novas unidades da rede. Permitirá, ainda, a adequação de emendas constantes do orçamento, por solicitação parlamentar, também com o objetivo de instalar unidades de funcionamento do INSS.
4. A suplementação em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS possibilitará a promoção da inclusão produtiva em comunidades carentes e a realização de diversas ações relativas à segurança alimentar, tais como a construção de cisternas, a instalação de restaurantes e cozinhas populares e a aquisição de alimentos e sua distribuição a grupos populacionais específicos.
5. Ainda no âmbito do MDS, os recursos permitirão a continuidade de ações socioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes em situação de trabalho, dos serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, e dos serviços

específicos de proteção social básica e especial. Além disso, viabilizarão o ajuste de emenda constante do orçamento, por solicitação parlamentar, com o objetivo de estruturar a rede de serviços de proteção social básica no Estado de São Paulo.

6. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de superávit financeiro de Recursos Ordinários e de Doações para o Combate à Fome, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Vale salientar que o crédito decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios envolvidos, segundo os quais a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, pois foi decidida com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

8. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 57, § 12, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009, LDO-2009, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 895.973.811,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e onze reais) referem-se a suplementação de despesas primárias à conta de recursos financeiros;

b) R\$ 25.105.727,00 (vinte e cinco milhões, cento e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais) tratam de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

c) R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais) não são considerados no cálculo do referido resultado, constante do Anexo X do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, inciso III, do referido Decreto, por serem despesas relativas a Doações; e

d) no caso dos incisos “a” e “b”, o art. 1º, § 2º, do Decreto nº 6.752, de 2009, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

9. Em atendimento ao disposto no art. 57, § 10, da LDO-2009, demonstra-se, em quadro anexo, o superávit financeiro de Recursos Ordinários e de Doações para o Combate à Fome, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008, utilizado no presente crédito.

10. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)

Fonte 94: Doações para o Combate à Fome	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	389.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	389.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	389.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	0

(A) Portaria STN nº 191, de 1º de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 57, § 10, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008)

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2008	29.511.253.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	2.356.866.241
(C) Créditos Extraordinários	1.414.927.730
Abertos	1.414.927.730
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	10.169.307.103
Abertos	2.035.114.511
Em tramitação	7.238.218.781
Valor deste crédito	895.973.811
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	3.956.072.175
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	11.614.079.751

(A) Portaria STN nº 191, de 1º de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....
Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.

.....
Art. 57. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2009.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:
 - a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;
 - b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;
 - c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes;
 - d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;
- II - serviço da dívida;
- III - sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 5º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 6º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 5º deste artigo, considera-se crédito complementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 7º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 8º O texto da Lei Orçamentária de 2009 somente poderá autorizar remanejamentos na programação a que se refere o art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2009, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2008, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2009 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;
- III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2008 por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao

Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

.....
DECRETO Nº 6.752, DE 28 DE JANEIRO DE 2009.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009, acresce § 4º ao art. 9º-A do Decreto nº 2.028, de 11 de outubro de 1996, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas: (Incluído pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

I - aos grupos de natureza de despesa: (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais"; (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

c) "6 - Amortização da Dívida"; (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

III - aos recursos de doações e de convênios; e (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 6.808, de 2009)

ANEXO X
(Redação dada pelo Decreto nº 6.923, de 2009).

**RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL - OF E DA SEGURIDADE SOCIAL - OSS
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	176.840,0	351.944	561.012
1.1 Receita Administrada pela RFB	149.371,9	296.492	465.699
1.2 Receitas Não Administradas	26.752,3	53.677	93.060
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	715,7	1.774	2.253
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	38.393,3	78.083	123.471
2.1 FPE/FPM/PI-EE	31.609,3	64.118	99.721
2.2 Demais	6.784,0	13.964	23.749
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	138.446,7	273.861	437.541
4. DESPESAS	103.782,1	225.482	369.650
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	50.462,8	99.810	153.845
4.2 Outras Correntes e de Capital	53.319,3	125.672	215.805
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	715,7	1.774	2.253
4.2.2 Não Discricionárias	16.995,6	44.631	68.372
4.2.3 Discricionárias - Todos os Poderes	35.608,0	79.267	145.179
5. RESULTADO DO TESOUREO (3-4)	34.664,6	48.378	67.891
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(15.154,9)	(29.159)	(40.782)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	53.500,4	110.594	182.286
6.2 Benefícios da Previdência Social	68.655,3	139.752	223.068
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	798,2	-	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2.068,6	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	22.376,5	19.220	27.109
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	418,1	1.000	6.094
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	22.794,5	20.220	33.203
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 11.768, DE 2008	1.938,9	5.780	15.552
13. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO-2009 (11+12)	24.733,5	26.000	48.755

.....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Leitura: 27-8-2009

até 1º/9

publicação e distribuição de avulsos;

até 9/9

prazo final para apresentação de emendas;

até 14/9

publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 29/9

encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Sobre a mesa, ofício do Procurador-Geral do Trabalho que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 937/2009-GAB

Brasília, 20 de agosto de 2009

Exmº Sr.

Senador José Sarney

DD. Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal

Praça dos Três Poderes, 70165-900/Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Exª para conhecimento, cópias dos Relatórios Finais das Operações do Programa Nacional de Promoção do Trabalho Decente no Setor Sucroalcooleiro do Ministério Público do Trabalho, que tiveram curso nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

Com renovadas expressões do meu sincero apreço, firmo-me, cordialmente. – **Otávio Brito Lopes**, Procurador-Geral do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

O ofício lido vai à publicação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.086, DE 2009

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno e conforme designação do Senhor Presidente do Senado Federal, requero licença dos trabalhos desta Casa no período de 16 a 19 de setembro de 2009, quando como representante do Senado Federal, realizarei visita oficial à OECD – Organization for Economic Cooperation and Development, na cidade de Paris/França a convite daquela Organização.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 1.087, DE 2009

Tenho sido designado por Vossa Excelência para participar, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembléia-Geral das Nações Unidas em Nova York, EUA, requero nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos na Casa no período de 2 a 13 de outubro do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009. – Senador **Roberto Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Os requerimentos lidos serão publicados e apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.088, DE 2009

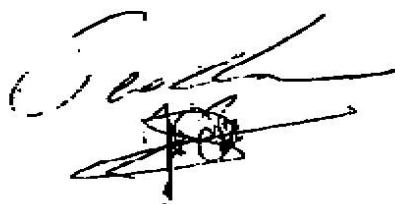
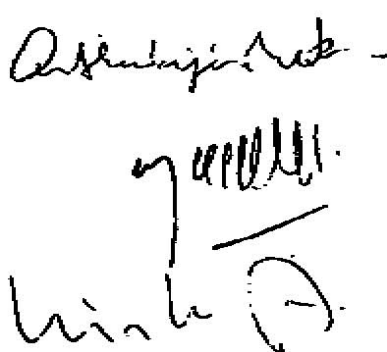
Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em homenagem aos 150 anos de nascimento de Clóvis Beviláqua, nascido em Viçosa – Ceará, em 04 de outubro de 1859.

JUSTIFICATIVA

Clóvis Beviláqua foi um dos maiores juristas do Brasil, elaborador do Código Civil que vigorou de 1916 até 2002, obra do seu gênio e árduo trabalho. No ano em que se celebram os 150 anos de nascimento daquele cearense de Viçosa, que honra não apenas as letras jurídicas, mas toda a cultura nacional, nada mais justo do que a Casa de Rui Barbosa, com quem Clóvis travou brilhantes debates, preste homenagem a este luminar do direito.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009.


Senador TASSO JEREISSATI

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2009

Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º O art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar acrescido do inciso VI e § 10 seguintes:

Art. 13.

VI – para financiar a gratuidade de até 50 kWh mensais de energia elétrica para os consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda que aderirem à sistemática de pré-pagamento da fatura, na forma da regulamentação da ANEEL. (NR)

§ 10 Sobre o consumo excedente ao limite estabelecido no inciso VI não será aplicado o desconto vigente sobre a tarifa de energia elétrica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Poder Executivo vem avançando, progressivamente, no propósito de aperfeiçoar a concessão de tarifa diferenciada para consumidores de baixa renda. Tem tornado mais claros os critérios de elegibilidade e procurado melhorar a fiscalização sobre essa concessão.

O objetivo desta proposição é o de avançar ainda mais, dando ao consumidor de baixa renda a opção adicional de aderir a um sistema de pré-pagamento da tarifa de energia elétrica e, com isso, receber gratuitamente, a cada mês, os primeiros 50 kWh de energia.

Hoje, o consumidor denominado de baixa renda já se beneficia de desconto na tarifa de energia elétrica, mas este é escalonado segundo a faixa de consumo. Até 30 kWh, o desconto é de 65%. Entre 31 e 100 kWh, o desconto é de 40%. Entre 100 e 220 kWh, o desconto é de 10%.

Para aqueles consumidores que atingem a faixa de 220 kWh por mês, o subsídio efetivo aproxima-se do equivalente a 50 kWh gratuitos. Para os que consomem menos, apesar de o subsídio tarifário ser proporcionalmente maior, o equivalente em kWh gratuitos é inferior a 50 kWh. Quando se calcula o subsídio para o universo dos consumidores de baixa renda, chega-se a uma equivalência média de 30,37 kWh gratuitos.

Embora esse percentual de desconto seja significativo, ele ainda é pouco em vista das difíceis condições de vida de parcela importante de nossa população. A gratuidade dos primeiros 50 kWh seria mais socialmente justa e também mais facilmente percebida pelo consumidor.

Contudo, a principal inovação do projeto consiste em permitir a introdução da sistemática de pré-pagamento, semelhante ao que já existe para a telefonia celular. A adesão ao sistema permitirá ao consumidor não apenas ter direito à gratuidade dos primeiros 50 kWh/mês como ainda planejar quanto quer gastar com energia no mês.

Essa gratuidade estimulará as famílias mais carentes a saírem da clandestinidade e a se tornarem consumidores regulares e adimplentes das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Os conflitos que hoje são provocados

por furto de energia e cortes de fornecimento, tão onerosos tanto para as concessionárias quanto para a sociedade como um todo, devem diminuir muito.

O grande mérito da proposta é que as famílias de baixa renda terão todo o interesse em se tomarem consumidores formais. Ao saírem da clandestinidade, verão aumentar sua auto-estima, adotarão uma postura mais cidadã, e passarão a ver o fornecimento de energia com outros olhos. Terão a possibilidade de planejar seus gastos e pagar pela energia somente o valor considerado compatível com seus orçamentos. Serão também estimuladas a evitar desperdícios, o que beneficia todo o País.

Para as concessionárias, os ganhos também são grandes. É de se prever uma queda no furto de energia. Além disso, o pré-pagamento evita todo o desgaste associado ao corte de fornecimento de energia e às querelas judiciais.

Esse novo sistema de pré-pagamento conviverá com o sistema atual, de tarifas escalonadas para os consumidores de baixa renda. Aqueles consumidores que não desejarem aderir ao pré-pagamento poderão continuar beneficiando-se das vantagens hoje disponíveis.

Em razão do alcance social e da conformidade da proposição com o propósito mais elevado da Constituição Federal, que é o de garantir cidadania e dignidade para o conjunto do povo brasileiro, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a transformação deste projeto em lei.

Sala das Sessões,

Senador **GIM ARGELLO**

LIGISLAÇÃO CITADA

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002.

Mensagem de veto

Texto compilado

Conversão da MPv nº 14, de 2001

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os custos, inclusive de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica (kWh) e à contratação de capacidade de geração ou potência (kW) pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE serão rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado, proporcionalmente ao consumo individual verificado, mediante adicional tarifário específico, segundo regulamentação a ser estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

.....

Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, devendo seus recursos se destinar às seguintes utilizações: (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

I - para a cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos que utilizem apenas carvão mineral nacional, em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, situados nas regiões abrangidas pelos sistemas elétricos interligados e do custo das instalações de transporte de gás natural a serem implantados para os Estados onde, até o final de 2002, não exista o fornecimento de gás natural canalizado, observadas as seguintes limitações:

a) no pagamento do custo das instalações de transporte de gás natural, devem ser deduzidos os valores que forem pagos a título de aplicação do § 7º deste artigo;

~~b) para garantir 75% (setenta e cinco por cento) do valor do combustível ao seu correspondente produtor, mantida a obrigatoriedade de compra mínima de combustível estipulada nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2004, destinado às usinas termelétricas a carvão mineral nacional, desde que estas participem da otimização dos sistemas elétricos interligados, compensando-se, os valores a serem recebidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, podendo a Aneel ajustar o percentual de reembolso ao gerador, segundo critérios que considerem sua rentabilidade competitiva e preservem o atual nível de produção da indústria produtora do combustível;~~

b) para garantir até cem por cento do valor do combustível ao seu correspondente produtor, incluído o valor do combustível secundário necessário para assegurar a operação da usina, mantida a obrigatoriedade de compra mínima de combustível estipulada nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2004, destinado às usinas termelétricas a carvão mineral nacional, desde que estas participem da otimização dos sistemas elétricos interligados, compensando-se, os valores a serem recebidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, podendo a ANEEL ajustar o percentual do reembolso ao gerador, segundo critérios que considerem sua rentabilidade competitiva e preservem o atual nível de produção da indústria produtora do combustível; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

II - para pagamento ao agente produtor de energia elétrica a partir de fontes eólica, térmicas a gás natural, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, cujos empreendimentos entrem em operação a partir da publicação desta Lei, da diferença entre o valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte e o valor econômico correspondente a energia competitiva, quando a compra e venda se fizer com consumidor final;

III - para pagamento do crédito de que trata a alínea *d* do inciso II do art. 3º;

IV - até 15% (quinze por cento) do montante previsto no § 2º, para pagamento da diferença entre o valor econômico correspondente à geração termelétrica a carvão mineral nacional que utilize tecnologia limpa, de instalações que entrarem em operação a partir de 2003, e o valor econômico correspondente a energia competitiva.

V - para a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e para garantir recursos à subvenção econômica destinada à modicidade tarifária para a subclasse baixa renda, assegurado, nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 percentuais mínimos da receita anual da CDE de quinze por cento, dezessete por cento, vinte por cento, vinte e cinco por cento e trinta por cento, respectivamente, para utilização na instalação de transporte de gás natural previsto no inciso I deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

~~§ 1º Os recursos da CDE serão provenientes dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel a concessionários, permissionários e autorizados e, a partir do ano de 2003, das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com o consumidor final.~~

§ 1º Os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE serão provenientes dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados e, a partir de 2003, das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário, a ser incluído a partir da data de publicação desta Lei nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição. (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 2º As quotas a que se refere o § 1º terão valor idêntico àquelas estipuladas para o ano de 2001 mediante aplicação do mecanismo estabelecido no § 1º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, deduzidas em 2003, 2004 e 2005, dos valores a serem recolhidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas, situadas nas regiões atendidas pelos sistemas elétricos interligados.

~~§ 3º As quotas de que trata o § 1º serão reajustadas anualmente, a partir do ano de 2002, na proporção do crescimento de mercado de cada agente, até o limite que não cause incremento tarifário para o consumidor.~~

§ 3º As quotas de que trata o § 1º serão reajustadas anualmente, a partir do ano de 2002, na proporção do crescimento do mercado de cada agente e, a partir do ano 2004, também atualizadas monetariamente por índice a ser definido pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

§ 4º A nenhuma das fontes eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, gás natural e carvão mineral nacional, poderão ser destinados anualmente recursos cujo valor total ultrapasse a 30% (trinta por cento) do recolhimento anual da CDE, condicionando-se o enquadramento de projetos e contratos à prévia verificação, junto à Eletrobrás, de disponibilidade de recursos.

§ 5º Os empreendimentos a gás natural referidos no inciso I do caput e a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa que iniciarem a operação comercial até o final de 2006, poderão solicitar que os recursos do CDE sejam antecipados para os 5 (cinco) primeiros anos de funcionamento, observando-se que o atendimento do pleito ficará condicionado à existência de saldos positivos em cada exercício da CDE e à não cumulatividade com os programas Proinfra e PPT.

§ 6º A CDE terá a duração de 25 (vinte e cinco) anos, será regulamentada pelo Poder Executivo e movimentada pela Eletrobrás.

§ 7º Para fins de definição das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, considerar-se-á integrante da rede básica de que trata o art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, as instalações de transporte de gás natural necessárias ao suprimento de centrais termelétricas nos Estados onde, até o final de 2002, não exista fornecimento de gás natural canalizado, até o limite do investimento em subestações e linhas de transmissão equivalentes que seria necessário construir para transportar, do campo de produção de gás ou da fronteira internacional até a localização da central, a mesma energia que ela é capaz de produzir no centro de carga, na forma da regulamentação da Aneel.

~~§ 8º Os recursos provenientes do pagamento pelo uso de bem público e das multas impostas aos agentes do Setor serão aplicados, prioritariamente, no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, na forma da regulamentação da Aneel.~~

§ 8º Os recursos provenientes do pagamento pelo uso de bem público e das multas impostas aos agentes do Setor serão aplicados, exclusivamente, no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, enquanto requerido, na forma da regulamentação da ANEEL. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

§ 9º O saldo dos recursos da CDE eventualmente não utilizados em cada ano no custo das instalações de transporte de gás natural será destinado à mesma utilização no ano seguinte, somando-se à receita anual do exercício. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 366, DE 2009**

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de regular a realização de pesquisas eleitorais com maior precisão nos dias que antecedem às eleições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33.

VIII – o nome do diretor-técnico responsável pela pesquisa;

.....
§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a trezentos mil reais.

§ 4º Constitui crime afetar dolosamente o processo eleitoral mediante divulgação de pesquisa fraudulenta, com resultados adulterados ou sabidamente fora da margem de erro divulgada, sujeitando-se o proprietário ou diretor-técnico responsável pelo instituto de pesquisa à pena de detenção de um a dois anos e multa no valor de cinquenta mil a trezentos mil reais.

§ 5º A reincidência no crime a que se refere o § 4º deste artigo impõe a pena em dobro, assim como a multa, e o impedimento de divulgar pesquisa eleitoral pelo prazo de quatro anos.’ (NR)

‘Art. 33-A. Nos quinze dias anteriores à data da eleição, não se admitirá o registro de pesquisa cuja margem de erro seja superior a um ponto percentual ou cujo intervalo de confiança seja inferior a 97%.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput às pesquisas cujo último dia do período de realização ou a data de sua divulgação situem-se nos quinze dias anteriores à eleição.’(NR)

‘Art. 33-B. A entidade ou empresa que realize pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos não poderá, desde o dia 10 de junho do ano em que se realizarem as eleições, diretamente, por meio de subsidiária integrante do mesmo grupo empresarial ou por intermédio de outra pessoa jurídica que apresente pelo menos um sócio em comum:

I – prestar serviços de assessoria política ou de imagem, ainda que limitados a análises técnicas, aos candidatos, seus partidos ou coligações, ou empresas ou instituições por eles mantidas;

II – realizar pesquisas de opinião pública ou relativas às eleições sob encomenda das mesmas pessoas previstas no inciso I, ainda que para uso privado;

III – manter em seu quadro societário pessoa física ou jurídica que realize qualquer das condutas previstas nos incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único. A interposição de pessoas com vistas a burlar o disposto neste artigo constitui crime punível na forma do §4º do art. 33.’ (NR)

.....
.....”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os pleitos que ocorram em menos de um ano a partir desta data.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos pleitos eleitorais, em especial aqueles de abrangência municipal ou estadual, têm-se visto inúmeros casos de divulgação de pesquisas que em nada representavam a vontade popular.

Margens de erro mais altas que o tolerável às vésperas das eleições, erros até quatro vezes superiores à margem divulgada, institutos de pesquisa que fazem levantamentos destinados à divulgação ao mesmo tempo em que prestam serviço de assessoria política a candidatos, enfim, toda uma série de fatos que podem exercer uma influência negativa sobre a livre manifestação política do eleitor, seja favorecendo o “voto útil”, seja incentivando, por vias oblíquas, a abstenção.

Este projeto busca regular aspectos que escaparam ao legislador por ocasião da elaboração da Lei nº 9.504, de 1997. Embora a “Lei das Eleições” represente um indiscutível avanço, inclusive no que se refere às pesquisas eleitorais, identificam-se ainda nela alguns pontos carentes de aperfeiçoamento.

Na nova redação proposta ao art. 33, cuidamos de atualizar e endurecer as sanções aplicáveis a quem divulga pesquisa sem o devido registro ou quem deturpa os dados com vistas à manipulação do pleito. A penalidade que até então aplicável tem como pena mínima seis meses de detenção e multa de cinquenta mil UFIRs, índice já extinto desde 2001, o que resulta demasiadamente leve tendo em vista a gravidade da conduta e suas conseqüências.

Em seguida, propomos a criação de dois novos artigos, o 33-A e o 33-B. O primeiro deles cuidará de impedir que pesquisas com margens de erro elevadas possam ser registradas ou divulgadas nos quinze dias que antecedem o pleito. Ressalte-se que não se proíbe a divulgação de pesquisas, como fazia o art. 35-A, acrescido à Lei nº 9.504/97 pela Lei nº 11.300/06, posteriormente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. As pesquisas poderão continuar a ser divulgadas, desde que sua margem de erro e seu intervalo de confiança situem-se dentro de parâmetros compatíveis com a proximidade do pleito e com a potencial influência que exercerão sobre o resultado final. Ressalte-se, aqui, que há uma diferença entre margem de erro e intervalo de confiança. Enquanto margem de erro é o intervalo, em pontos percentuais, dentro do qual um determinado resultado estimado pode oscilar, o intervalo de confiança é a possibilidade de que o resultado efetivamente fique dentro da margem de erro. Ou seja, é a possibilidade de que a margem de erro não esteja “furada”.

Já o art. 33-B foi pensado para garantir a isenção dos institutos de pesquisa. Buscou-se evitar o conflito de interesses que se tem verificado em diversos casos nos quais a mesma empresa realiza pesquisas eleitorais com vistas à sua divulgação e presta assessoria política a candidatos, o que poderia levar-lhe a beneficiar aquele candidato cliente seu. Assim, a partir do momento em que for permitida a realização das convenções para escolha dos candidatos (art. 8º da Lei nº 9.504/97), tais atividades potencialmente geradoras de conflitos de interesse deverão ser interrompidas, acaso existentes. Ainda incluiu-se norma visando a inibir também o uso de interpostas pessoas ou de “empresas laranja” a fim de burlar a regra imposta.

Este projeto talvez não represente a forma ideal de controle da divulgação das pesquisas eleitorais, porém seguramente será oportuno para lançar o necessário debate sobre essa forma de exercício democrático, a fim de conduzir o Congresso Nacional a dispor de forma mais eficiente sobre o tema.

Sala das Sessões,

Senador **Jarbas Vasconcelos**

LEGISLAÇÃO CITADA

**Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997,
que Estabelece normas para as eleições.**

Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais

Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obri-

gadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

I - quem contratou a pesquisa;

II - valor e origem dos recursos despendidos no trabalho;

III - metodologia e período de realização da pesquisa;

IV - plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho, intervalo de confiança e margem de erro;

V - sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo;

VI - questionário completo aplicado ou a ser aplicado;

VII - o nome de quem pagou pela realização do trabalho.

§ 1º As informações relativas às pesquisas serão registradas nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.

§ 2º A Justiça Eleitoral afixará imediatamente, no local de costume, aviso comunicando o registro das informações a que se refere este artigo, colocando-as à disposição dos partidos ou coligações com candidatos ao pleito, os quais a elas terão livre acesso pelo prazo de trinta dias.

§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

§ 4º A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 367, DE 2009**

Modifica a redação do caput do art. 71-A da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e da outra providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 71-A, da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71-A. A seguradora da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido sa-

lário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida legislativa justifica-se pela necessidade de adaptar a Lei nº 8.213/1991 para receber as alterações ocorridas nas Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; em face da sanção da Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009.

A aprovação da referida Lei (12.010/2009) deixa uma lacuna para sua efetiva aplicabilidade visto que ao prever o direito de gozo da licença maternidade para a adotante, nos moldes como o é para a maternidade natural, deixa de prever a adequação legal que permita a percepção da devida indenização por parte do sistema previdenciário.

Tal garantia já é estatuída na previsão do art. 71-A mas, com um alcance que atende à legislação trabalhista antes do avanço perpetrado pelo Lei 12.010/2009.

Considerando a necessidade de que a detentora do direito à licença maternidade necessita interagir tanto com seu empregador quanto com o INSS não há como deixar a lacuna legal perpetrar sob pena de que o direito da adotante não se efetiva por falta de previsão formal na legislação pertinente.

Considerando o acolhimento do processo que levou a sanção da Lei nº 12.010/2009, entendemos que não poderemos deixar, não só, de acolher esta propositura como também dar a ela a celeridade que permita a imediata efetividade da Lei 12.010/2009.

Assim, está plenamente justificado a necessidade da medida legislativa que ora é apresentada, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação da mesma.

Sala das Sessões,— Senador **PAULO PAIM.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Regulamento

Texto compilado

Normas de hierarquia inferior

Mensagem de veto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 10.421, de 15.4.2002)

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Vide texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.

Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

ÍNDICE

Texto compilado

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro

Vide Lei nº 11.698, de 2008

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009.

Vigência

Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição **DECRETA:**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 368, DE 2009**

Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a profissão de Historiador, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício da atividade profissional de Historiador, desde que atendidas às qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º O exercício da profissão de Historiador, em todo o território nacional, é privativa dos:

I – portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituições regulares de ensino;

II – portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituições estrangeiras e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

III – portadores de diploma de mestrado, ou doutorado, em História, expedido por instituições regulares de ensino superior, ou por instituições estrangeiras e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação.

Art. 4º São atribuições dos Historiadores:

I – magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior.

II – organização de informações para publicações, exposições e eventos em empresas, museus, editoras, produtoras de vídeo e de CD-ROM, ou emissoras de Televisão, sobre temas de História;

III – planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

IV – assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V – assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

VI – elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

Art. 5º Para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de Historiador, é obrigatória a apresentação de diploma nos termos do art. 3º desta Lei.

Art. 6º As entidades que prestam serviços em História manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, Historiadores legalmente habilitados.

Art. 7º O exercício da profissão de Historiador requer prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do local onde o profissional irá atuar.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística.

No âmbito industrial, o historiador vem trabalhando na área de consultoria sobre produtos que foram lançados no passado, para análise de sua trajetória e avaliação sobre a viabilidade de seu relançamento no mercado consumidor, ou ainda, para o estudo das causas de seu sucesso ou fracasso.

Pelas suas qualificações, o historiador é imprescindível para os estabelecimentos do setor de turismo, que contratam seus serviços para desenvolver roteiros turísticos para visitação de locais com apelo histórico e cultural.

Entidades públicas e privadas recorrem ao historiador para recolherem e organizarem informações para publicação, produção de vídeo e de CD-ROM, programas em emissoras de televisão, exposições, eventos sobre temas de história.

Não menos valiosa é a sua colaboração nas artes, onde o historiador faz pesquisa de época para os produtores de teatro, cinema e televisão, quer auxiliando na elaboração de roteiros, quer dando consultoria sobre os cenários e outros elementos da produção artística.

Num mundo onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais,

os historiadores devem ter sua profissão regulamentada, pois seu trabalho não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

Assim, julgamos ter chegado o momento de regulamentarmos o exercício da profissão de historiador que hoje congrega, em todo o país, milhares de profissionais que reivindicam, há muito, o reconhecimento e valorização de seu trabalho.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2009

Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 58-B:

“Art. 58-B. Nas empresas com mais de quinze empregados, o empregado, durante a jornada semanal de trabalho, poderá ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, por até dez horas, desde que seja responsável legal por pessoa portadora de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada, ou na própria residência.

§ 1º A ausência do serviço somente será permitida nos casos em que a atenção permanente do responsável legal seja indispensável, a critério médico, e quando o horário do tratamento, de que trata o *caput*, coincida, comprovadamente, com o horário de trabalho.

§ 2º A permissão para se ausentar do serviço fica condicionada ainda à apresentação de laudo médico, que deverá conter:

I – o tipo e o grau da deficiência ou o nome da doença, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), que requeiram tratamento continuado;

II – o tempo diário que o responsável precisará ficar afastado da empresa.

§ 3º As horas em que o empregado estiver ausente do serviço serão compensadas no mesmo ou em outros dias do mês em que ocorreram as ausências, em comum acordo entre o empregador e o empregado, não podendo a compensação exceder a duas horas diárias à duração normal do trabalho.

§ 4º Não havendo o empregado compensado integralmente as horas não trabalhadas no mês, na forma do § 3º deste artigo, será efetuado o desconto no seu salário dessas horas não compensadas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Não são poucas as dificuldades por que passam os responsáveis pelas pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que requeira atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada, pois elas são, geralmente, extremamente dependentes dos cuidados alheios, exigindo, portanto, maior atenção e dedicação. Não raras vezes, elas dependem de tratamento educacional ou médico especializado, nem sempre próximo à residência do trabalhador, o que implica deslocamentos e dispêndio de tempo. Daí, a necessidade da legislação trabalhista dispensar um tratamento diferenciado a esses trabalhadores.

No âmbito do serviço público federal, e nas legislações de muitos estados e municípios, já encontramos medidas semelhantes como a que propomos. Na esfera federal, a matéria é regulada pelo art. 83 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Há, ainda, outras normas infralegais que recomendam ao administrador público, nesses casos, a flexibilização do horário de trabalho de seus subordinados.

Presente, também, em alguns acordos e convenções coletivas, a flexibilização do horário de trabalho para o empregado que é responsável legal dessas pessoas, constituindo uma realidade para quem tem o direito e o dever de lhes dispensar maior atenção.

Ocorre que nem todas as categorias profissionais possuem sindicatos fortes e atuantes e, em consequência, milhões de trabalhadores veem-se impossibilitados de dar a assistência necessária aos seus dependentes, por falta de legislação que os ampare. Essa lacuna, entendemos, não pode permanecer por muito mais tempo, razão pela qual tomamos esta iniciativa.

Registre-se que a presente medida não deverá trazer maiores transtornos para as empresas, eis que é bastante reduzido o número de trabalhadores que são responsáveis legais de pessoas que necessitam de um acompanhamento diferenciado.

Por essas razões, e diante do indiscutível alcance social desta iniciativa, esperamos contar com o apoio irrestrito de todos os membros do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Raimundo Colombo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, **DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho.

SEÇÃO II

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

§ 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

§ 2º O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)

§ 3º Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração. (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006)

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 1º O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 2º Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Vide texto compilado

Mensagem de veto

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO II

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

~~Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.~~

~~§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.~~

~~§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por até 90 (noventa) dias, me-~~

diante parecer de junta médica, e, excedendo estes prazos, sem remuneração.

~~Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por junta médica oficial. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)~~

~~Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 2008)~~

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial. (Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009)

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

~~§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até trinta dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até noventa dias. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)~~

~~§ 2º A licença será concedida, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, por até trinta dias, podendo ser prorrogada por até trinta dias e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até noventa dias. (Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 2008)~~

~~§ 3º Não será concedida nova licença em período inferior a doze meses do término da última licença concedida. (Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 2008)~~

§ 2º A licença será concedida, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, por até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por até 30 (trinta) dias e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 90 (noventa) dias. (Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009)

§ 3º Não será concedida nova licença em período inferior a 12 (doze) meses do término da última licença concedida. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, no Estado do Maranhão.

Art. 2º A universidade terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da universidade serão definidas em estatuto e nas normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A criação da universidade subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, constam a erradicação da pobreza e marginalização e a *redução das desigualdades sociais e regionais*, a teor do art. 3º, da Constituição Federal.

A universalização do ensino de qualidade para todos os brasileiros representa a alavanca segura para a realização de tais metas. O objetivo constitucional, ademais, deve ser pensado a partir da perspectiva de superação das desigualdades entre as regiões brasileiras e também do ponto de vista das peculiaridades de cada unidade federativa, em si considerada.

No caso específico do Maranhão, Estado de grandes potencialidades, a existência de poucas universidades públicas, a localização das duas principais – estadual e federal – em São Luís deve levar os políticos e a sociedade à ação coletiva, no sentido de alterar esse quadro, de modo a se garantir a máxima descentralização geográfica das oportunidades na educação pública superior.

Com 408 km² e pouco mais de 82 mil habitantes em 2007, Santa Inês elevou-se à condição de município, com esse nome, por desmembramento de Pindaré-Mirim, mediante a Lei Estadual nº 2.273, de 19 de dezembro de 1966. Localizado na mesorregião Oeste maranhense, que engloba um total de 52 municípios, Santa Inês compõe a microrregião de Pindaré, ao lado de Altamira do Maranhão, Alto Alegre do Pindaré, Araguanã, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Brejo de Areia, Buriticupu, Governador Newton Bello, Lagoa da Pedra, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Nova Olinda do Maranhão, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Presidente Médici, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, São João do Carú, Tufilândia, Vitorino Freire e Zé Doca.

O surgimento de uma universidade federal em Santa Inês, portanto, resultará tanto na melhoria de vida dos santa-inesenses quanto na dos tantos municípios da mesorregião, em um Estado que necessita de fomento para que seus habitantes tenham melhores oportunidades de formação pessoal e de emprego formal no mercado de trabalho.

Há, portanto, necessidade de uma nova universidade federal autônoma no Centro-Norte maranhense, amparada na política de interiorização e descentralização do Ministério da Educação.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de criação da Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense.

Sala das Sessões, – Senador **Lobão Filho**

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 297/2009 – LPR

Brasília, 26 de agosto de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial deferência de Vossa Excelência no sentido de desligar o Deputado Lúcio Vale (PR/PA), da suplência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e indicá-lo para titularidade da referida Comissão Mista.

Sendo que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa o Deputado Lúcio Vale, para integrar, como titular, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 298/2009-LPR

Brasília, 26 de agosto de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial deferência de Vossa Excelência no sentido de desligar o Deputado Homero Pereira (PR/MT) da titularidade da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem. Mário Couto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevo como Líder.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu me inscrevo...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos à Bandeira: “Ordem e progresso”.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aloizio Mercadante. O nosso Secretário já está fazendo a sua inscrição, como Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mário Couto foi o primeiro. Vai tudo na ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Primeiro, Cristovam, e eu fico como segundo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, V. Ex^a cedeu. Cristovam, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Perfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Todos os três são para inscrições? Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não. Eu sou primeiro orador, no lugar do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. O primeiro orador inscrito é Jefferson Praia, mas ele cedeu para Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem revisão do orador.) – E eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se seria possível eu me inscrever em nome do Senador Jefferson Praia, como terceira comunicação inadiável, já que ele teve uma cirurgia odontológica, está-se recuperando e talvez ele venha na sequência. Seria a terceira inscrição como comunicação inadiável. Se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos ver se...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos ter toda a sensibilidade com o nosso Jefferson Praia, mas ele permutou com V. Ex^a, e vamos colocá-lo na melhor situação, como orador inscrito. Terei toda a boa vontade. Agora, normalmente, o orador é o primeiro. Mas V. Ex^a cede para o nosso Líder?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, ele está inscrito como Líder, será o primeiro a falar e, em seguida, chamarei V. Ex^a como orador inscrito, por cessão de Jefferson Praia.

Cristovam Buarque, primeira comunicação inadiável; Mário Couto, segunda, e coloco Mão Santa como terceira comunicação inadiável e cedo para o senhor. Eu sou o terceiro que estou na Casa. Então, resolve-mos o problema de V. Ex^a.

Com a palavra, Aloizio Mercadante.

Aloizio Mercadante é Senador por São Paulo, ele representa o PT e é Líder do partido. Nomes como ele fazem com que eu possa afirmar que este é um dos melhores Senados da história da República.

V. Ex^a usará da palavra como Líder, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria informar à Casa e conversar com aqueles que nos acompanham que tive a oportunidade e o privilégio de estar com o Presidente Lula esta semana, inaugurando o novo *campus* de uma universidade de que fui Relator nesta Casa, a Universidade Federal do ABC.

Ela já está em pleno funcionamento em Santo André, com três mil alunos, e agora teremos uma expansão para São Bernardo, totalizando, já no ano que vem, quatro mil e setecentos alunos.

Esse esforço de retomar a ampliação das universidades federais há muito tempo não acontecia. Este Governo está criando 16 novas universidades federais no Brasil e 135 extensões, *campi* de expansão da rede pública federal de ensino – essa construção, eu diria, lenta, mas absolutamente significativa, se olharmos o histórico da educação pública no Brasil. Por muito tempo, as universidades federais estavam quase que abandonadas, sem prestígio, sem apoio, sem valorização, e hoje temos não só a recuperação dessas universidades, da qualidade do ensino, mas, principalmente, a expansão em áreas extremamente críticas.

A média nacional de vagas públicas no ensino superior no Brasil é de 17%, ou seja, 17% das vagas dos alunos estão em escolas públicas e em universidades federais. No meu Estado, São Paulo, há o pior índice do Brasil, apenas 9%. Somente 9% dos alunos universitários têm acesso às universidades públicas, apesar de o Estado designar 10% de toda a receita do ICMS, que é o principal imposto do Estado para financiar as universidades estaduais, que são excelentes universidades, USP, Unesp, Unicamp. Fiz a minha graduação na USP, o meu mestrado e o curso de doutorado na Unicamp. São excelentes universidades. Mas o acesso ao ensino público gratuito é muito pequeno, só 9%, o pior índice do Brasil.

O Presidente Lula está revertendo esse quadro. Estamos chegando a 19 mil alunos da rede federal de ensino em São Paulo, não só a Universidade Federal do ABC, que já é um êxito e com grande concentração na área de Engenharia, que é o polo industrial da região, mas estamos expandido também para Economia, Direito e outras áreas.

A Universidade Federal de São Carlos, que é uma universidade histórica, tem um *campus* em Sorocaba em pleno funcionamento. A Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, que era apenas uma faculdade de Medicina, hoje é uma Universidade com várias disciplinas, inclusive com cursos na Zona Sul, na Baixada Santista, extensão de um *campus* importante em pleno funcionamento na região de Guarulhos; em Osasco, em processo de implantação. Então, nessa cidade onde a mobilidade urbana é caótica a obra mais importante do Governo do Estado é o Rodoanel, com R\$3,7 bilhões de investimento – e um terço dessa verba é financiamento e apoio do Governo Federal, R\$1,2 bilhão. Mas tão importante quanto o Rodoanel – o Ministro Fernando Haddad destacou isso – é a mobilidade da juventude na vida profissional, é esse arco de universidades na periferia da grande São Paulo, que nunca teve instituições de ensino de qualidade, capazes de formar, pensar o desenvolvimento regional e produzir ciência e tecnologia.

Igualmente importante, eu diria, é a rede de escolas técnicas federais. Desde Nilo Peçanha, foram construídas no Brasil 140 escolas técnicas federais. O Governo Lula vai entregar, ao final do seu mandato, 214 novas escolas técnicas federais. Na semana retrasada, inaugurou, no Rio Grande do Norte, sete novas escolas no mesmo dia. Duzentas e quatorze; portanto, estamos fazendo mais em oito anos do que foi feito em quase 100 anos da história da República.

É um esforço muito grande num segmento muito estratégico para formar mão de obra qualificada, para formar técnicos para a estrutura produtiva, porque a economia e a produção serão cada vez mais uma economia do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

Queria chamar atenção também para o fato de que um grande programa inovador na política educacional, para dar acesso ao ensino, foi o ProUni. E, felizmente, em São Paulo, nós temos 170 mil novas vagas no ProUni. Cento e setenta mil estudantes do ProUni em São Paulo. Um terço das vagas, portanto, está no Estado de São Paulo, revertendo esse índice lamentável de que apenas 9% dos alunos tinham acesso ao ensino público e gratuito.

O ProUni foi um movimento espetacular porque, com um custo muito pequeno e uma ampliação muito significativa de vagas, está dando oportunidade especialmente para os jovens que não podiam se manter na universidade e que agora terão oportunidade de ensino, filhos dos trabalhadores, filhos das pessoas mais pobres, mais humildes. Pela rede pública, o Enem, eles se classificam e têm acesso a esse importante programa de formação.

Igualmente, eu gostaria de destacar que meta-das vagas nas universidades federais são para os alunos da rede pública. E nós temos de estender isso para todo o ensino superior num projeto que tramita na CCJ – e há um setor no Senado em oposição a esta idéia do acesso direto da rede pública. São 49 milhões de alunos nas escolas públicas brasileiras. Nós temos de abrir esse universo. Isso vai valorizar a qualidade do ensino. Eu tinha um projeto semelhante desde a época em que era Deputado. Fico feliz que o meu Governo tenha abraçado essa causa.

E acho que nós temos, evidentemente, que incluir também a cota racial. O ProUni mostra que é possível que isso evolua, que é uma forma de o Brasil reconhecer um direito histórico, uma reparação histórica, que é bastante importante.

Uma outra dimensão, que eu acho muito relevante, é que o MEC também já fez convênios com 1,5 mil cidades para criação de creches, pré-escolas, que é outra grande demanda, para que essas crianças possam já entrar no ensino fundamental preparadas, semi-alfabetizadas, aprendendo as primeiras contas, aprendendo a primeira leitura. Isso acelera o processo de aprendizado e também permite que as mulheres, que cada vez mais estão no mercado de trabalho, possam trabalhar deixando seus filhos em condições adequadas dentro de uma instituição de ensino em parcerias com as prefeituras, que é um grande esforço do Governo Federal.

Chamo também a atenção para o fato de que, para que tudo isso possa acontecer, houve um grande esforço orçamentário. A verba do Ministério da Educação, que era de R\$23 bilhões em 5 anos, está chegando a R\$49 bilhões. Praticamente dobramos os recursos orçamentários do Ministério da Educação.

Espero que a Câmara dos Deputados conclua a votação da retirada da DRU – e eu tenho certeza de que será aprovado; tem apoio do Presidente Lula –, o que vai dar estabilidade a esse orçamento e, portanto, permitirá continuarmos avançando, ao longo dos próximos anos, nesse esforço, nessa política que é a mais estratégica entre as políticas públicas, que é o investimento em educação e na qualidade de ensino. Então, houve um grande esforço orçamentário, e nós poderemos consolidar o novo marco orçamentário com a retirada da DRU, que é outro desafio importante.

Concluo dizendo que não há ensino de qualidade se os professores não forem valorizados. Nós aprovamos aqui na Casa um projeto muito importante, que é o piso nacional dos professores da rede pública. No entanto, os Governadores o derrubaram no Supremo Tribunal Federal por inconstitucionalidade – não me parece que foi uma medida acertada a deles. Acho

que nós tínhamos que fazer o esforço de criar um piso nacional, de valorizar a carreira docente, pois isso daria qualidade ao ensino, motivação profissional. Não se constrói ensino de qualidade sem valorizar o agente transformador do processo pedagógico, que é o docente.

Então, nós precisamos continuar um grande esforço de recuperação dos salários, de valorização, de motivação, de cursos de aperfeiçoamento. O Governo Federal criou 85 universidades abertas, ensino a distância, para formação dos professores. Isso também é um passo muito importante, que ajuda de forma sensível a qualificação docente e ajuda a melhorar a qualidade do ensino, mas nós precisamos igualmente valorizar o salário profissional desses que fazem a educação no Brasil.

Por último, queria dizer que tenho me empenhado, já há alguns anos, num compromisso de colocar banda larga em todas as escolas públicas do Brasil e formar os professores, produzir material pedagógico e colocar 49 milhões de alunos na Internet, com endereço eletrônico, no século XXI.

Muitos países já universalizaram esse programa. Portugal – e quero visitar agora para conhecer de perto a experiência portuguesa – já está colocando 100 *megabytes* nas escolas – 100 *megabytes*. Quer dizer, é uma estrada da informática que dá muita agilidade aos alunos, com muita produção de conhecimento. Isso dá um salto de qualidade na formação dessa nova geração, e todas as escolas públicas de Portugal já estão na Internet.

O Governo Lula fez um programa muito criativo e inovador, que foi trocar os compromissos das empresas de telecomunicação, o Programa de Prestação de Serviço, chamado PST, por banda larga, em vez de fazer pequenos postos de atendimentos, que não tinha nenhum sentido mais.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O que nós tivemos de expansão, ao longo desse tempo em termos de comunicação, foi o estabelecimento de uma política de troca, trocar esses compromissos das empresas de telecomunicação, em três anos, por banda larga em todas as escolas urbanas. Isso está em andamento. Todas as escolas do País terão, até o final destes três anos, banda larga, e os alunos poderão acessar a Internet.

Este ano, o MEC está formando 100 mil professores em programas de inclusão digital, para que eles tenham condições de acessar essas novas tecnologias, utilizar os laboratórios de informática que estão distribuídos pelo Brasil todo. Hoje há um esforço muito

grande na compra de computadores por parte do MEC para informatizar as escolas.

Mas nós precisaríamos dar um salto ainda mais rápido e mais ousado – e o meu projeto prevê isso –, banda larga em todas as escolas públicas, urbanas e rurais, produção de material didático, formação dos professores. Esse projeto foi aprovado – e agradeço aqui a todos –, por unanimidade, nesta Casa. Já foi aprovado na Comissão Especial, que fez algumas alterações muito positivas, na Câmara dos Deputados. Falta só a aprovação definitiva no plenário da Câmara.

E venho à tribuna porque vi hoje o Presidente, mais uma vez, falar no evento de ontem, um Congresso Internacional de *Software* Livre e inclusão digital, e defender a inclusão digital na escola pública, valorizar essa iniciativa.

Conversei com o Ministro Hélio Costa, com o Ministro Fernando Haddad, conversei com o Ministro de Ciência e Tecnologia, com todos que estão afins a este desafio, com a convicção de que nós poderemos aprovar o projeto e assegurar esse R\$1 bilhão do FUST, que tem como prioridade absoluta a inclusão digital dos alunos da escola pública. Isso será uma verdadeira revolução. E já aconteceu, é prioridade número um do planejamento estratégico da União Européia. E nós precisamos colocar como prioridade número 1 do planejamento estratégico do Brasil, banda larga, computador nas escolas, produção de material didático – o MEC está produzindo R\$73 milhões de investimento em *softwares* pedagógicos para as escolas – e colocar todos esses 49 milhões com endereço eletrônico, com *e-mail* na Internet e no século XXI.

Com isso, nós daremos um passo muito rápido para melhorar a qualidade de ensino, motivar profissionalmente e preparar a juventude para os desafios da sociedade da informação, da sociedade do futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Este foi o Senador Mercadante, mostrando suas preocupações em avançar com a modernização da educação, colocando-a na terceira onda.

Agora vamos chamar um orador inscrito. Era Jefferson Praia, mas cedeu para o Senador Flávio Arns. Flávio Arns representa o Paraná e ele, por si só, já demonstra a grandeza e as virtudes do Senado da República do Brasil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu desejo, em primeiro lugar, rememorar os acontecimentos da semana passada no Conselho de Ética, cuja reunião decidiu

pelo arquivamento das denúncias que constavam da pauta daquele Conselho.

Como todos sabem, os Senadores do Partido dos Trabalhadores, os doze Senadores, nós assinamos uma nota, elaboramos a nota e assinamos essa nota em conjunto, já há cerca de dois meses, pedindo, na verdade, que houvesse o afastamento do Presidente desta Casa, a investigação, o esclarecimento das denúncias e a tomada de posições em relação a um conjunto de medidas necessárias, importantes, para o bom funcionamento desta Casa do Senado Federal.

Apesar de haver esta nota por escrito, os três votos do Partido dos Trabalhadores naquela reunião foram a favor do arquivamento do processo e não do esclarecimento, apesar de todos os Senadores terem participado da elaboração e com assinatura daquele documento.

Inclusive, durante o recesso, houve novas denúncias em relação ao que estava acontecendo dentro do Senado. O Líder do nosso Partido, Senador Aloizio Mercadante, se posicionou de uma maneira determinada a favor do esclarecimento e da investigação. Foi também dito pelo Presidente Nacional do Partido, Ricardo Berzoini, que o nosso Líder estava tendo uma atitude infantil. E ao mesmo tempo, o Ministro das Relações Institucionais, José Múcio, colocou nos meios de comunicação que aquela posição do Senador Mercadante era a posição de um ou dois Senadores e não dos doze Senadores da Bancada do PT.

Estive nesta tribuna, no reinício das atividades, enaltecendo o Líder do nosso Partido, Aloizio Mercadante, e dizendo, naquela ocasião, que ele estava sendo fiel aos princípios discutidos e aprovados na reunião da Bancada de Senadores do nosso Partido. Que ele estava sendo fiel, correto. E inclusive fiz essa fala, naquela ocasião, referindo-me especialmente ao povo de São Paulo.

Mas, infelizmente, os três Senadores se posicionaram de maneira diferente. Esse, inclusive, não foi o fato mais grave, na minha ótica, na semana passada. O fato mais grave foi a nota pública do Presidente do Partido dos Trabalhadores, portanto Presidente Nacional do Partido, Ricardo Berzoini, orientando – como se tivesse autoridade, em primeiro lugar, para orientar – os Senadores a votarem pelo arquivamento do processo.

Nós dissemos, naquela ocasião, que nós estávamos fazendo exatamente o contrário daquilo que a sociedade estava esperando. As pessoas, a sociedade diziam: “Esclareça-se”, e aqui a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores dizia: “Arquive-se, sem esclarecer”.

Quero dizer que essa atitude do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores criou um mal-estar não só entre os Senadores que tinham elaborado aquela nota pedindo investigação, esclarecimento e outras medidas necessárias para a gestão do Senado. Criou um mal-estar entre Prefeitos do Partidos, Vereadores, Deputados, e principalmente na militância, na base do Partido. Todos nós – eu dizia na ocasião – perdemos o argumento de dizer por que é importante percorrer um caminho nesse sentido. E eu, inclusive, disse que o PT, o Partido dos Trabalhadores, não estava em sintonia com a sua luta histórica, não estava em sintonia com as bandeiras da ética, da transparência, de escutar o povo, de discutir com o povo e, a partir desse debate, dessa sintonia com o anseio popular, dizer: olhe, nós vamos tomar uma atitude ética. Qual é a atitude ética? Estar em sintonia com os anseios da sociedade.

Então, lamentei profundamente, disse inclusive que as bandeiras fundamentais do Partido estavam sendo jogadas no lixo naquele momento. E houve realmente uma grande dificuldade, nesse sentido, de qualquer explicação. As pessoas chegaram para mim depois e disseram: “Não, mas isso poderia ser debatido dentro do PT.”

Como é que se vai justificar para a sociedade, num momento importante, qualquer discussão, qualquer debate, qualquer encrenca, como o Presidente da República colocou? Mas foi o momento fundamental na história do PT, na História do Brasil, em que a gente poderia perfeitamente dizer: “Olhe, nós estamos inaugurando um novo jeito de fazer política, uma nova forma para evitarmos aquele chavão de que política sempre foi feita dessa maneira, de que esse é o jeito de fazer política.” É o jeito de fazer política se nós quisermos que esse seja o jeito de fazer política. Há outras maneiras dignas, competentes, participativas de se fazer política.

E, na semana passada, eu disse: “Não foi a este Partido que eu me filiei. Quando eu entrei no Partido eram outras bandeiras, outros debates, e não essas bandeiras que foram perdidas e que serão difíceis de ser reencontradas.”

Então, nesta direção, eu disse que iria me afastar do Partido, que iria me desfiliar do Partido, porque eu não posso compactuar, conviver com todas essas questões que foram defendidas em termos deste debate todo e ao arrepio do que pensa a militância, do que pensa a base, porque isso não foi discutido sequer com os Senadores. Nem nós soubemos, pelos meios de comunicação, que o Presidente Nacional do Partido estava orientando num determinado sentido.

Mas a base não soube, ninguém soube. Então, nesse sentido, criou-se um clima complicado, difícil,

que não poderia ser e que não tem condições absolutamente de ser sustentado.

Ai, as pessoas me disseram “Mas você corre o risco de perder o mandato, caso você se desfilie do Partido”. Tenho colocado sempre que o mais importante neste momento é a discussão nacional, o que se pretende, o que se pode fazer, as instituições. O meu mandato, nesse cenário, é secundário; ele é um instrumento importante, fundamental que se tem para que as grandes discussões, os grandes anseios da sociedade sejam trazidos para o Congresso. Então, nesse sentido, eu tenho absoluta certeza de que a própria sociedade, os movimentos sociais estão dizendo que mais importante do que qualquer coisa é o posicionamento.

Então, nunca estou falando também em relação ao Presidente ou ao João ou à Maria ou ao Pedro ou a seja quem for. Eu estou sempre dizendo qual é o nosso posicionamento como partido político em relação a um fato que deva ser esclarecido, deixando impessoal a coisa, para que a gente possa se posicionar.

Nesse sentido, eu gostaria de comunicar à Casa que, na manhã de hoje, apresentei ao Diretório Municipal de Curitiba, onde estou filiado, o meu pedido de desfiliação do Partido dos Trabalhadores e, ao mesmo tempo, também, vou apresentá-lo amanhã ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná e à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Quando as pessoas perguntam sobre o meu mandato, eu respondo: “O mandato era para estar em sintonia, em respeito com a sociedade, fazendo o que nós achamos correto num determinado momento histórico.” E, se houver o debate judicial na sequência, haverá o debate judicial e vamos enfrentar o debate judicial com a maior tranquilidade, com a maior segurança no sentido de o Brasil poder ter uma jurisprudência que diga que a fidelidade tem que ser de mão dupla: fidelidade minha com o Partido e fidelidade do Partido para com o seu ideário, com o seu programa, com a sua história, com a sua filosofia. E eu tenho absoluta convicção de que, nesse sentido, não fui infiel, mas o Partido, sim, foi infiel a sua história e ao seu programa.

E, antes de passar a palavra aos colegas Senadores, eu só gostaria de ler a carta que apresentei ao Diretório Municipal no dia de hoje, que foi apresentada em meu nome porque estou aqui em Brasília, mas assinada por mim. A carta foi endereçada ao Sr. Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente,

Por ocasião do meu ingresso no Partido dos Trabalhadores, no ano de 2001, dirigi-me à sociedade brasileira, por meio de carta, exter-

nando os motivos por tal decisão. Na ocasião, afirmei que os partidos precisavam ser fortes, democráticos e respeitadores da doutrina e dos programas a eles inerentes, exigindo-se daqueles que foram eleitos para representar o povo posicionamentos firmes, convicção de que a dignidade da pessoa humana precisa ser priorizada e transparência na gestão da coisa pública.

Durante toda a minha trajetória política, mesmo antes do meu ingresso no Partido dos Trabalhadores, venho atuando em atenção aos movimentos sociais que visam ao bem comum, atento ao combate às desigualdades, injustiças, exclusão e quaisquer formas de discriminação.

Entretanto, considerando:

a atitude do Partido dos Trabalhadores, que orientou Senadores a votarem pelo arquivamento de representações junto ao Conselho de Ética contra o Presidente daquela Casa, em flagrante distanciamento e violação aos princípios e diretrizes que sempre nortearam o ideal do Partido

que a referida orientação ignorou o documento assinado por todos os Senadores da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em que requeriam a apuração e investigação das denúncias encaminhadas ao Conselho de Ética;

a discriminação relativa à minha pessoa e ao meu mandato popular, manifestada por membros do Partido e até mesmo pelo Senhor Presidente da República;

o meu dever de lealdade para com as entidades sociais, segmento que me colocou na vida pública e que, reconhecidamente, presta inestimável serviço a toda a comunidade paranaense e brasileira;

o meu compromisso com o povo paranaense, que me outorgou o mandato de Senador da República, compromisso esse em consonância com as bandeiras originais do Partido, as quais propugnam a defesa intransigente do comportamento ético no trato da coisa pública como condição básica para o exercício do mandato;

por fim, o princípio da indissociabilidade do meu mandato com os anseios de toda a sociedade brasileira;

Venho comunicar meu desligamento das fileiras do Partido dos Trabalhadores, pedindo que seja este formalizado internamente, ao

tempo em que enalteço o trabalho da militância responsável pela construção desse Partido, cujo respeito aos princípios que o fundamentaram poderia ter estabelecido uma nova maneira de se fazer política no País.

Então, esse documento foi entregue no diretório municipal e amanhã será entregue no Tribunal Regional Eleitoral, que, de acordo com a legislação, são as instâncias corretas e adequadas para receber o documento; e, na seqüência, para a direção nacional do Partido dos Trabalhadores.

Escuto o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Flávio Arns, perde o PT, perde o Partido dos Trabalhadores com a sua saída. Eu quero aqui manifestar a V. Ex^a a total solidariedade, o meu apoio pessoal e político. Eu sou testemunha da sua luta e da sua coerência. V. Ex^a foi coerente o tempo todo. Quando há oito anos se afastou do meu Partido, o meu Partido perdeu com sua saída. E perdeu porque V. Ex^a, naquele momento, foi coerente também, porque exatamente buscava investigações, buscava esclarecimentos. De maneira que eu quero lembrar que a sua linha é uma linha correta, é uma linha de homem público de primeira grandeza, de homem público preocupado com as questões sociais. A sua vida é de um homem ético, de um homem correto, de um homem que não é precipitado, de um homem que não é demagogo, de um homem que não usa, em nenhum momento, de hipocrisia. A sua posição é uma posição equilibrada. Assim foi sempre o seu mandato: a serviço da população, da população mais carente, da população mais necessitada. A sua atitude, neste momento, merece todo o respeito do Senado brasileiro. E mais: não merecem respeito aqueles que o criticam, aqueles que vêm dizer que V. Ex^a está agindo de maneira equivocada, como um ex-Ministro chegou a menosprezar a sua saída, ou o próprio Presidente da República, que disse que V. Ex^a é encrencado. É encrencado, sim, é encrencado para defender as boas causas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Flávio Arns, eu creio que aqui ninguém tem mais condições de falar sobre a sua posição do que eu, porque eu já passei por isso, já estive na mesma posição, já li também uma carta feita ao diretório local, e sei do seu sofrimento e, ao mesmo tempo, da sua satisfação ao cumprir um dever. E, ao mesmo tempo, do orgulho que pode ter pela coragem que é preciso para fazer esse gesto. Seria muito mais cômodo se acomodar, seria muito mais cômodo aceitar, continuar, fazer de

conta que não há esse clamor na sua alma e de fora também para tomar uma posição como essa. Eu creio que os grandes políticos dependem dos grandes gestos que fazem muito mais do que de todos os discursos que pronunciam na vida. O senhor está lendo um discurso, mas está, na verdade, fazendo um gesto, um gesto ousado, não o gesto de quem sai por interesses eleitorais ou por um arranjo qualquer, mas de quem sai para continuar fiel. Eu lembro que quando passei pelo que o senhor está passando eu disse que foi o PT que saiu de mim. E eu sofri muito por isso. Não fui eu que saí do PT. Eu sofri muito e acho que ainda sofro de vez em quando porque é muito ruim a gente se afastar de companheiros com os quais esteve junto em lutas e mais lutas. Entretanto, esses companheiros estão se afastando e é preciso gestos como esse até para que tais companheiros se encontrem. Eu ainda acredito que o PT será um grande Partido. Só não sei quantas décadas serão necessárias para isso. Ainda acredito que há uma massa muito grande de militantes do PT ansiosos por liderança e confesso, sinceramente, que pensei que ela ia surgir aqui na sexta-feira passada na pessoa do Senador Mercadante. Eu achava que ele ia renunciar à Liderança do PT e dizer: “Eu vou me dedicar a liderar não os Senadores do PT, mas o Partido inteiro com uma visão nova, com uma proposta nova”. Não é aqui que a gente vai discutir esse assunto, porque o discurso é seu, mas eu imaginava isso. Hoje o senhor está fazendo um gesto que merece toda a nossa admiração e tem toda a minha simpatia. Eu sei que esse é um gesto difícil, que exige coragem, que provoca sofrimento, mas que se fizesse qualquer outro o senhor depois ficaria – não vou dizer envergonhado – muito encabulado diante do povo do Paraná.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque as palavras sempre de muita amizade.

Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Flávio, quero aqui externar o meu sentimento e dar parabéns a V. Ex^a. Senador, para mim, esta é uma sessão histórica, um momento histórico. Na minha vida política, isso significa uma raridade. Nunca vi. Pela primeira vez estou vendo uma postura tão digna. Eu sei, Senador, eu sei... Tenho consciência na minha vida pública de que muitos hoje no seu Partido desejariam ter essa coragem. Não estão satisfeitos, mas não fazem isso por falta de coragem, Senador. E V. Ex^a, hoje, vai à tribuna e diz a eles: “É assim que um homem com H maiúsculo deve fazer.” Como V. Ex^a disse, a fidelidade tem que ser dos dois lados. Como V. Ex^a disse, perdeu a credibilidade. Como V. Ex^a disse, não pode mais ficar onde não lhe convencem as ideias, onde o que o

levou a entrar nesse Partido já não é mais a mesma coisa. Tenho uma posição diferente da do Senador Cristovam Buarque – às vezes digo Colombo, às vezes chamo Chico Buarque. É uma confusão danada. Há dois dias que faço isso. Mas eu tenho uma idéia completamente contrária; eu acho que o PT está se estraçalhando de uma vez. Ele mesmo procurou isso, parece até que propositadamente, Senador, parece que até propositadamente. A gente não consegue entender o que aconteceu na semana passada. V. Ex^a marca hoje, na sua vida, um momento em que a sua família, tenho certeza, está envaidecida. O povo do seu Estado deve estar feliz com a postura de V. Ex^a. O Brasil hoje deve dizer assim, Senador: “Ainda tem homens públicos sérios neste País”. Na sua casa, ao deitar, Senador, agradeça a Deus pela postura de V. Ex^a, de um homem, homem com H, sério, digno, honesto com a sua consciência. Parabéns. V. Ex^a está dando uma demonstração de um homem público a toda a Nação, principalmente para aqueles que querem ser políticos na vida. Meus parabéns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço.

Senador Eduardo Suplicy, ouço o amigo e companheiro Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Flávio Arns, não posso expressar qualquer contentamento pelo fato de perder um companheiro por quem tenho o maior respeito, com quem, ao longo destes anos em que estamos juntos aqui, na Bancada do PT no Senado, temos tido muita afinidade. E sempre tenho enaltecido a sua preocupação com as questões sociais, como a sua preocupação, por exemplo, com as pessoas portadoras de deficiência, que constitui uma das áreas de sua maior atenção; com as questões relativas às entidades que estão na área social, os movimentos sociais, e a sua preocupação, conforme em sua própria carta, em seu pronunciamento, de estar em sintonia com os valores maiores que nos fizeram ingressar no Partido dos Trabalhadores, pela realização de justiça para que todo o povo brasileiro tenha assegurada a devida cidadania para erradicarmos a pobreza, melhorarmos a distribuição da renda e estarmos sempre em busca da verdade e em defesa da ética, inclusive e sobretudo na vida pública. Eu não tomo a mesma decisão de V. Ex^a de sair do Partido, ainda que comungue com V. Ex^a posição semelhante. Quando o Presidente Ricardo Berzoini enviou-nos aquela carta, no dia da reunião do Conselho de Ética, na semana passada, eu, de pronto, telefonei para ele, ao tomar conhecimento, e lhe perguntei: “Mas houve uma reunião da Executiva Nacional?” Ele mencionou “Não”. Mas ponderou que cerca de 90%, na estimativa dele, da Executiva Nacional, estava de acordo com aquela orientação.

Perguntei-lhe se aquilo era uma ordem. Ele respondeu: “Não, é uma orientação”. Eu observei que o Líder Aloizio Mercadante havia nos transmitido que cada membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, como é a nossa tradição aqui, sempre deveria votar de acordo com a sua convicção, com a sua consciência. Então, eu transmiti a ele que, se coubesse a mim o voto – eu era o terceiro suplente, não chegou a mim –, eu votaria pelo desarquivamento, porque essa era a posição coincidente com aquela que, conforme assinalou V. Ex^a, vínhamos mantendo. Desde o começo de julho, nós encaminhamos uma carta, uma manifestação em que conclamamos o Presidente José Sarney para se licenciar e se colocar perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de responder e dirimir todas as questões contidas nas representações apresentadas pelo PSOL e pelo PSDB. Portanto, na minha avaliação, muitas dúvidas permaneciam. Compreendo o seu sentimento, respeito a sua decisão, mas eu preferi manifestar-me, conforme fiz na última segunda e terça-feira e inclusive agora, em decorrência da situação, estou propondo ao Presidente José Sarney a renúncia à Presidência. Se porventura ocorrer que o Supremo Tribunal Federal venha a acatar o recurso encaminhado hoje por, acredito, 12 Senadores, inclusive V. Ex^a, para que o Plenário do Senado venha a examinar as duas representações, então, se faria aquilo que nós havíamos propugnado, ou seja, a oportunidade de o Presidente José Sarney aqui nos expor, nos explicar e responder a indagações, para que, então, façamos uma avaliação mais adequada e possamos inclusive avaliar a eventual gradação da gravidade de eventuais falhas, de eventuais faltas. Seria importante que – eu inclusive disse isso no meu pronunciamento – diferentemente de simplesmente dizer que nada aconteceu que pudesse significar algo que ferisse o decoro, a ética, pudéssemos examinar. Gostaria de dizer que, inclusive a propósito da atitude do Presidente Ricardo Berzoini, estou, de ontem para hoje, abrindo, na minha página eletrônica do Senado, a possibilidade de cada pessoa responder à seguinte pergunta: “Você concorda com o pedido de renúncia do Senador Sarney da Presidência do Senado, feito pelo Senador Suplicy, diferentemente da orientação do Presidente do PT, Ricardo Berzoini?” As pessoas passaram a responder. Daqui a instantes, vou pedir a palavra para dar no plenário do Senado o meu endereço eletrônico, porque gostaria... Caso o Presidente Ricardo Berzoini queira fazer o mesmo, sugiro que o faça, na página do próprio Partido dos Trabalhadores, a consulta aos filiados e a todos que queiram aquela página acessar, para ver qual será a resposta. V. Ex^a tem razão quando aqui nos transmite que a enorme vontade do povo brasileiro estava condizente com aquilo que V. Ex^a estava colocando, que eu estou colocando e que corresponde à avaliação,

inclusive, da base do nosso partido. E como, na história do PT, sempre a direção procurou estar em sintonia com a base do partido, é importante que o Presidente Ricardo Berzoini cuide de estar em sintonia com a base, tão numerosa hoje, de mais de um milhão de filiados no Brasil inteiro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Meu prezado Senador Flávio Arns, naquela reunião do Conselho de Ética, nós vimos algumas cenas de absoluta anomalia. Por exemplo, o julgamento das representações e denúncias contra o Presidente da Casa sendo feito antes dos arrazoados, ou seja, primeiro se votava “sim” ou “não”, e nove votaram pela absolvição do Senador, ou pela não aceitação da denúncia, melhor dizendo, e seis pelo prosseguimento das investigações, mas sem que se pudesse dizer absolutamente coisa nenhuma. E, quando chegou a vez da representação do PMDB contra mim, chegaram a me sugerir que ficasse quieto e deixasse que a mesma pantomima se repetisse. Eu disse: “Eu não posso aceitar uma coisa dessas”. Então, pedi licença ao Presidente do Conselho para ir à Mesa e procurar desmontar, ponto por ponto, cada uma daquelas acusações que ali estavam postas, mostrando as falácias nelas contidas e enfrentando, diante da Nação, o que me parecia mesmo o caminho mais justo. Muito bem, recebi depois manifestações muito eloquentes de companheiros, colegas, adversários, correligionários de várias latitudes. A sua me emocionou profundamente. A sua manifestação me tocou profundamente - a mim, a minha família, a meus amigos. V. Ex^a não é homem dado a arroubos. V. Ex^a é um homem contido. Fui seu colega de Câmara. Sempre o respeitei. Sou seu colega de Senado e devo lhe dizer dessa minha gratidão pessoal. As palavras de V. Ex^a se incorporaram a minha vida para sempre. E eu espero sempre merecer de V. Ex^a o mesmo conceito, o mesmo respeito. V. Ex^a sabe que desfruta de um conceito absolutamente respeitável aqui na Casa. E eu vou fazer a diferença entre conceito e prestígio. V. Ex^a era muito bem conceituado na Câmara e é excelentemente bem conceituado no Senado. E hoje, talvez, não faça idéia do tamanho do prestígio que granjeou dentro e fora do Senado Federal. V. Ex^a não tem idéia do que o nome de V. Ex^a repercute hoje no Amazonas, que é o meu Estado. V. Ex^a não tem idéia do que repercutem aqui no Distrito Federal, fora das fronteiras do Congresso, o nome, a palavra e a imagem de V. Ex^a. Eu não vou aqui criticar o Partido dos Trabalhadores. Não me cabe fazer isso. Eu tenho boa convivência com os membros de sua Bancada. Marchamos juntos – e disso não me arrependo um só milímetro – pela campanha do Senador Tião Viana para a Presidência do Senado. Eu entendo que, ao Partido de Governo, ou ao Partido

do Presidente, às vezes cabe muita tarefa difícil de ser executada, enfim. E, portanto, não aproveitarei para fazer críticas ao PT. Tenho respeito e amizade pelo Líder Mercadante. Tenho respeito e amizade pelos integrantes do Partido que V. Ex^a hoje deixa de nele militar, assim como tenho estima e respeito pelo Senador Eduardo Suplicy, que é uma figura de integridade a toda prova. Apenas entendo que V. Ex^a agiu como um homem. Agiu como as pessoas devem agir: de maneira simples, como é o seu jeito. Se V. Ex^a fosse outra pessoa, teria deixado para falar às quatro da tarde, plenário mais cheio, mais imprensa, mais tudo, e teria transformado isto aqui num grande ato. Recebi seu recado ainda há pouco – de que V. Ex^a gostaria de me ter presente aqui – e interrompi o almoço e corri para ouvi-lo e para lhe dizer do meu carinho, do meu respeito, da minha estima e da vontade que tenho de abraçá-lo quando V. Ex^a descer dessa tribuna. V. Ex^a é um exemplo para todos nós aqui no Senado. Seja qual for sua opção partidária – se V. Ex^a vier a fazer alguma –, esse partido vai receber uma grande figura da política brasileira. Perde o PT – disseram aqui vários Senadores, e isso é absoluta verdade –, mas o País, não. O País ganha. O País ganha porque essa coerência, que está tão em falta no mercado da política hoje, sobra em V. Ex^a, como também a firmeza de caráter, que faz de V. Ex^a às vezes até uma figura inflexível. Aliás, a firmeza de caráter compensa essa inflexibilidade nos momentos de crise. Não tenho muito que me estender. Apenas dizer que tenho extrema honra de ser seu colega de Senado, extrema gratidão por V. Ex^a, extremo respeito pela sua figura. E eu lhe desejo o máximo de felicidades aonde quer que se dirija o seu destino. V. Ex^a merece um destino político exitoso, porque, aí sim, seria uma falta muito grande, uma ausência muito grande o Brasil perder o concurso, aqui no Senado, de alguém com o seu senso crítico, de alguém com a sua grandeza moral, de alguém com a sua generosidade pessoal. Eu acompanho várias lutas de V. Ex^a, inclusive uma luta pessoal de V. Ex^a que me emociona e me toca muito e que V. Ex^a transformou em uma luta geral e que é a marca de V. Ex^a quando se trata do específico, aqui nesta Casa e no País. Mas V. Ex^a estabeleceu os seus limites, e as pessoas de bem têm limites: “A partir daqui, não vou”. E, a partir daí, V. Ex^a não foi. A Casa continua funcionando em anomalia. Não adianta votarmos uma tolice aqui e outra tolice acolá e imaginarmos que, de repente, uma fada madrinha passou uma esponja em todos os problemas e que não há problema nenhum aqui na Casa. Os problemas essenciais não foram atacados. Mas é muito confortador saber que, olhando para essas bancadas, a gente ainda encontra figura do seu calibre, do seu porte, da sua estatura. Portanto, que Deus o proteja e que V. Ex^a seja muito feliz! Aliás, muito orgulhosos de V. Ex^a devem estar

todos os seus familiares, todos os seus amigos, todos os seus admiradores, que, acredite, são milhões hoje neste País. V. Ex^a ultrapassou aquela fase do conceito para a fase do prestígio. V. Ex^a sempre teve muito bom conceito. Agora, V. Ex^a é um homem de muito prestígio neste País, graças às atitudes que vem adotando e graças à retidão de seu caráter, que era conhecida de nós outros, mas que era desconhecida, talvez, de muitos brasileiros. E os brasileiros apreciam quem tem caráter firme, como V. Ex^a o tem. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio, sinceramente. Obrigado.

Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Prezado companheiro e irmão Senador Arns, eu lamento muito ter de dar este aparte. Lamento muito ver V. Ex^a na tribuna nessas condições. Eu aprendi a apreciar e admirar V. Ex^a ao longo do tempo, nesse mandato. V. Ex^a é quase um homem rude, seco, concentrado. V. Ex^a é um homem muito circunspecto. Fala no momento exato e na medida exata, mas eu acho muito difícil encontrar outro colega nesta tribuna que, semelhantemente a V. Ex^a, possa pegar nos Anais todos os seus pronunciamentos, todos os seus apartes e mostrar a identidade, a unidade de pensamento, a firmeza nas convicções. Sempre, em qualquer lugar e em qualquer circunstância, V. Ex^a é o mesmo. A imprensa tem publicado que a sua saída do PT representa, de certa forma, o afastamento das comunidades de base, aquelas que lá na origem tanto fortaleceram a criação do PT, quando a sigla era uma incógnita, uma interrogação: “Mas quem são esses que querem fundar um partido de trabalhadores? Qual vai ser o futuro?” Lá estavam aqueles que, como V. Ex^a, muito antes de entrar no PT, já se preocupavam com os problemas sociais, com os mais humildes, com os deficientes físicos, com as comunidades de base. As suas ideias, a sua convicção foi muito antes do PT. O PT não acrescentou nada à formação da sua personalidade e das suas bandeiras de luta. V. Ex^a é que, no PT, tentou – e se esforçou muito para isto – fazer com ele se identificasse com as bandeiras de lutas sociais que V. Ex^a representou. Não vi nesta Casa, em nenhum momento, nesses anos em que V. Ex^a está aqui, uma discussão, uma dúvida, uma preocupação de V. Ex^a com relação a cargo, com relação a favor, com relação a regalias que o Partido que está no poder distribui a mancheias: dinheiro, como distribuiu no Mensalão; cargos e favores, como está distribuindo agora, na Petrobras, na Eletrobrás, na Receita Federal, e por aí afora. Em nenhum desses momentos, V. Ex^a teve a preocupação em colocar nem parente, nem amigo, nem sequer companheiro de Partido. V. Ex^a manteve o mesmo discurso. Como disse o Senador Cristovam

Buarque – e ele diz com razão –, ele não saiu do PT; o PT saiu dele. V. Ex^a hoje está dando... E a sociedade está dizendo que a saída de V. Ex^a significa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ... as comunidades de base. Não sei se foi à revelia de V. Ex^a, mas recebi, da sua assessoria, cópia de um telegrama que, se V. Ex^a permitir, vou ler.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Claro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Endereçada a V. Ex^a.

Parabéns atitude coerente diante corrupção inacepitável Senado.

Queira transmitir votos de apoio benemérito à Senadora Marina, (...) como também aos demais colegas que defendem ética e decoro dos chamados Pais da Pátria.

Abraços de seu tio,

Cardeal Paulo Evaristo Arns

Não sei, mas é a primeira manifestação que vejo de D. Evaristo nestes termos, falando em “corrupção inacepitável no Senado, dando parabéns pela atitude coerente diante dessa corrupção inacepitável no Senado. E transmite seu abraço à Marina e aos demais colegas que defendem ética e decoro dos chamados “pais da Pátria”. Aqui, o carinho: não apenas o abraço do Cardeal, nosso chefe, mas o abraço do seu tio, o Cardeal Paulo Evaristo Arns. Repare V. Ex^a que sua saída e sua manifestação fazem com que a sociedade tome conhecimento da posição, hoje, de D. Evaristo. Muitas vezes, daquela tribuna, eu perguntava, inclusive a S. Em^a Revm^a: “D. Evaristo, o senhor, como Cardeal de São Paulo, praticamente abriu as portas... Primeiro, criou as comunidades de base, um dos momentos mais espetaculares da Igreja Católica na América Latina e no mundo inteiro. Criou as comunidades de base no sentido de que a Igreja não é apenas olhar para esperar o caminho do céu, mas mostrar a sua responsabilidade aqui na Terra, principalmente com os mais humildes”. D. Evaristo fez isso, num movimento que preocupou até a Direita do Vaticano, que rachou a Arquidiocese de São Paulo em quatro, para evitar a força que ela tinha. D. Evaristo, realmente, cá entre nós, foi, talvez, a pessoa mais importante na criação do PT. Não que ele tenha feito, não que ele tenha facilitado, não que ele tenha encaminhado, mas ele abriu e permitiu que o debate, que as ideias do PT entrassem nas comunidades de base. E essas comunidades de base foram para o PT. Daquela tribuna, nas vezes que eu gostaria de falar com D. Evaristo, eu perguntava para ele: “V. Em^a Revm^a, que organizou, que teve tanta presença, tanta ação na organização das bases que foram para o PT, e que ensinou tanto para o PT...” E o PT foi um Partido que eu achava espetacular na oposição. Eu

olhava até com inveja aquela gente, aquela firmeza, aquela dignidade, aquela correção, aquela capacidade, aquela competência de lutar. Eu olhava, nas campanhas eleitorais, aquela comunidade do PT, e lá no Rio Grande do Sul era gente simples, era gente de pé descalço, que trabalhava sem receber um centavo, sem nenhuma preocupação, sem nenhuma chance de chegar ao Governo... Estavam ali por ideal, por amor. Mas chegaram ao poder. E mudou tudo no poder. Alguém pegar uma diretoria da Petrobras e uma diretoria do Banco do Brasil e pegar funções gratificadas de R\$10 mil, R\$12 mil, R\$15 mil, R\$20 mil por mês... Mudou! E hoje, no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro, as bases do PT são as bases mais bem remuneradas e as mais bem colocadas. Aí eu perguntava: “Mas será que o D. Evaristo se esqueceu de orientar a gente do PT sobre o que fazer quando chegar ao Governo? Ou talvez ele achasse que ia levar muito tempo para chegar ao Governo?” Foi quando me deu uma resposta. “Aquele gente era tão pura que, para mim, podiam até ordenar padre, porque eram pessoas imbuídas do que tinha de melhor e do que tinha de mais puro.” Esse era o PT. Esse era o PT do Lula que perdeu uma eleição para Presidente, uma eleição ganha. Eu era Governador do Rio Grande do Sul e, parece-me, fui o único Governador que saiu do Palácio e foi ao palanque do Lula no segundo turno. Uma eleição ganha, ele perdeu. Perdeu a segunda, perdeu a terceira, ganhou a quarta. Mas até ganhar a quarta, o Lula e o PT, que era o Partido da dignidade, da seriedade, da ética, chegaram com bravura e com respeito ao Governo. Mas agora mudou. Agora mudou. E esse fato que V. Ex^a salienta na sua carta, se a Bancada do PT, por unanimidade, decidiu que deveria se levar o Sr. Sarney a julgamento, a decisão por parte da Comissão de Ética, e, segundo disse o Senador Suplicy, o Presidente do Partido, sem ouvir a Executiva, sem reunir a Executiva, toma uma decisão em sentido contrário... No momento em que, para ficar do lado do Sr. Sarney, perdem homens que nem V. Ex^a e recebem mensagens que nem a do D. Evaristo, eu, sinceramente, não consigo entender. V. Ex^a é um grande quadro. V. Ex^a é um grande nome. Pode até parecer que V. Ex^a hoje está em desuso. Pode até parecer que V. Ex^a é um homem que está fora da realidade: um homem exageradamente sério, um homem cuja palavra é para valer, um homem que não se preocupa com cargos ou com vantagens, um homem que mantém a sua firmeza, as suas convicções, as suas ideias. No Governo de hoje, é uma figura meio em decomposição. Realmente, parece que não há lugar para V. Ex^a no PT, como também não há para o Frei Betto e para todas aquelas pessoas fantásticas de ideia, de princípio, de doutrina, que fizeram o PT. Eu me lembro... Não há lugar para V. Ex^a, Senador Cristovam. Não há lugar. Há lugar, com a maior tranquilidade, para o Presidente Meirelles – e é provável que seja candidato a

Governador de Goiás pelo PT. Não vejo preocupação nenhuma nesse sentido; não vejo nenhuma dúvida nesse sentido. É provável que haja um grande entendimento, e o Sr. Sarney termine Presidente de honra do PT. Não vejo nenhuma dúvida nesse sentido. Sarney, Renan, Collor, Jader, essas figuras são os amigos íntimos do Sr. Lula, são as pessoas da sua confiança. Essas são as pessoas que estavam lá no Palácio do Governo, não sei se bebendo ou não – não sei! –, na hora em que o Conselho consagrou a figura do Sr. Sarney como o grande herói. Este não é um momento para ninguém ficar alegre. Eu dizia para o Frei Betto, numa reunião do nosso grupo católico – quando ele comunicava que estava saindo do Palácio, da assessoria do Presidente Lula, porque não tinha mais ambiente –, de uma maneira até irreverente, em meio à solenidade: “Mas V. Ex^a errou! Se os bons que nem V. Ex^a, que podem orientar no bom sentido, saem, os ruins é que ficam”. E ele respondeu: “É que eu não tinha mais ambiente, eu não tinha mais condições de ficar, eu tive que sair”. É o que V. Ex^a está dizendo agora. Será que o Lula não nota isso? Será que ele perdeu a grandeza de olhar para as suas origens? Será que, de certa forma, o Lula hoje tem vergonha do Lula que ele era? Ele gosta de lembrar o Lula que veio de São Paulo, o Lula da miséria e da fome, ele gosta de lembrar como história, mas, na verdade, o que ele vive é o Lula da pomposidade, o Lula que anda pelo mundo, o Lula que, depois do Obama, é uma das pessoas mais bem vistas e mais respeitadas... Deus me perdoe, mas na Bíblia está escrito: “Os poderosos, os soberanos não têm defeito mais grave do que a vaidade”. Ai de quem tem o poder e, junto com o poder, esteja dominado pela vaidade. Deus me perdoe. Deus me perdoe, mas eu vejo o Lula, olhando para ele quando ele fala, e fala muito bem, quando ele olha e, às vezes, quando ele até exagera nas ofensas que ele faz, e que não devia fazer, como quando diz que quem não gosta do Plano Real é um idiota e coisa que o valha. A soberba! Eu sinto ali a soberba de alguém que, praticamente, se considera acima do bem e do mal. Eu gosto da Ministra Dilma. Acho que a Ministra Dilma foi um grande divisor de águas no Governo do PT. Quando ela entrou, a gente discutia aqui o *impeachment* do Lula. Desde que ela aí ficou, as coisas mudaram. Mas o Presidente Lula está afundando a candidatura da Sr^a Dilma, pelo seu jeito, pelo seu estilo, pela maneira de ser. O Lula não foi elegante com V. Ex^a ao se referir à sua saída. Foi uma grosseria barata que não seria necessária. Ele não precisava. E V. Ex^a, com muita categoria, não respondeu. O que eu digo daqui? O senhor está enganado, Presidente Lula. O Arns está saindo, mas o que a sociedade está dizendo é que uma representação enorme, a das comunidades sociais, está se afastando com ele. São as comunidades sociais, aquele movimento de fé lá do início, que estão se afastando com ele. E hoje, de

certa forma, eu vejo o lado negativo. Quando Vargas criou o PTB, entre as coisas boas havia as ruins. E as ruins eram os pelegos do sindicato querendo adornar-se dos cargos. O que eu vejo muito no PT hoje são os sindicatos de base. Eu não vejo mais a CUT na rua defendendo a Petrobras nem coisa alguma. Eu vejo a CUT na rua defendendo o Lula e seus cargos, seus empregos e suas vantagens. CUT, UNE, esses movimentos de grande história no passado, hoje são Lula, quer dizer, são os cargos, as vantagens e o dinheiro que o Governo Lula está por apresentar. Seria muito bom se o Presidente Lula, olhando o seu comportamento, lendo a manifestação do seu amigo, o Cardeal Dom Evaristo, parasse para pensar. Vou ser sincero. Se eu tenho influência sobre o Lula, se eu sou amigo do Lula e vejo um telegrama que nem esse do Dom Evaristo, eu digo: Lula, vá lá procurar o Dom Evaristo. Vá lá a São Paulo – você está toda hora em São Paulo – e faça uma visita ao Dom Evaristo. Ouça o que ele tem a dizer, responda o que você tem a responder, mas diga alguma coisa. Mas ele não diz nada a V. Ex^a. A Senadora Marina, até parece que ele gostou de ela ter saído: “ela tem que seguir o destino dela” – e se abraça com Sarney, com Collor, e se abraça com aqueles que são exatamente o oposto do que ele representava. O Paraná se orgulha de V. Ex^a. Eu não sei que futuro V. Ex^a escolherá e quais são os desígnios que Deus lhe está reservando, mas eu tenho a convicção de que V. Ex^a seguiu o caminho. Seria muito fácil para V. Ex^a, seria muito singelo. Agora, por exemplo, vem a distribuição. O Lula está distribuindo os cargos lá no Paraná: quer um para Governador, quer que o Requião vá para o Senado e aceite um candidato de outro partido, quer fazer um entendimento. Nesse entendimento, na pior das hipóteses, V. Ex^a resultaria diretor da Petrobras ou diretor de Itaipu. É assim que o PT está agindo. É assim que o PT está decidindo. V. Ex^a, indo mal, indo mal, seria um diretor da Itaipu. Mas V. Ex^a prefere seguir esse caminho da retidão, da dignidade, da correção. É por isso que o seu tio cardeal Dom Evaristo se orgulha de V. Ex^a. E é por isso que eu, com a maior humildade, digo que mais uma vez eu me espelho em V. Ex^a. Na sua singeleza, na sua simplicidade e na sua grandeza eu vejo o exemplo, e muitas vezes tento imitá-lo. V. Ex^a não procura os holofotes, V. Ex^a não procura brilhar, V. Ex^a é o que é e não muda. Meus cumprimentos. Meus cumprimentos com muito carinho, com muito respeito e com muito amor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado. Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Eu quero dizer que o Senador Pedro Simon só não leu o telegrama na sua integralidade, porque Dom Evaristo diz para transmitir o apoio benemérito à Senadora Marina Silva, ao amigo Pedro Simon e também a todos aqueles Senadores e aquelas Senadoras que

lutam por ética, por transparência, por dignidade e respeito ao ser humano.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer a todos os companheiros destes anos do PT que nós vamos continuar na mesma luta, na mesma batalha, com os mesmos objetivos de construção de uma sociedade em que a pessoa seja valorizada, em que os direitos humanos sejam respeitados, em que haja dignidade, chances e oportunidades para todos.

Vamos continuar na luta pela defesa da nossa maior riqueza, que é o ser humano, e que tudo esteja em função do ser humano. Escutar a sociedade, dialogar com ela, buscar, juntos, as soluções, os encaminhamentos, dentro de uma política de transparência. E isso é ética, sintonia, sintonia ética, valorização do ser humano, porque, sem dúvida alguma, como dizia o filósofo Heráclito – não o nosso Heráclito, que também é filósofo –, o filósofo grego, “Ética é o anjo protetor da humanidade”.

Vamos continuar trilhando este caminho, juntos, para que lá na frente possamos dizer, em conjunto com a sociedade: valeu a pena.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flávio Arns, os aplausos aqui do Plenário do Senado simbolizam os aplausos de todo o Brasil pela vida política de V. Ex^a.

Senador Flávio Arns, muitas vezes eu tenho dito, mesmo nas dificuldades, que esse é um dos melhores Senadores da história do Brasil, porque me vem à mente a figura de um Senador como V. Ex^a.

E V. Ex^a buscou, no final, os filósofos. Eu iria buscar Diógenes. Ele andava onde nascera a democracia, lá na velha Atenas, com uma lanterna. Toda noite. Aí foram a ele: “Diógenes, o que procuras?” Ele disse: “Um homem de vergonha”. O homem de vergonha que Diógenes procurava está na figura do Senador Flávio Arns. Dom Evaristo Arns, quase santo. Mas também este Senado daria uma mensagem, com todo respeito a Evaristo Arns, à Zilda Arns.

V. Ex^a pode fazer e dizer e repetir as palavras daquele que mais divulgou o cristianismo: “Percorri meu caminho, preguei minha fé e combati o bom combate” – o Apóstolo Paulo. Sem dúvida nenhuma, as minhas palavras que cheguem aos céus e a Deus, pelas ondas sonoras das emissoras do Senado. E, oh Deus, abençoe e ilumine Flávio Arns para servir aos menos favorecidos do nosso País.

Continuando...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, enquanto se aproxima da tribuna...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...o orador Cristovam Buarque, que está inscrito para uma comunicação inadiável.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tudo bem. Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero informar, inclusive a propósito do que falou o Senador Flávio Arns, tendo em conta a forma como foi dada a orientação pelo Presidente Ricardo Berzoini aos Senadores do PT, que eu coloquei na minha *homepage*, ou no meu sítio eletrônico, a seguinte pergunta para que as pessoas possam responder e, inclusive, sugiro ao próprio Presidente do PT, Ricardo Berzoini, que faça a mesma consulta no sítio eletrônico do PT: Dê sua opinião. Você concorda com o pedido de renúncia do Senador Sarney da Presidência do Senado, feito pelo Senador Suplicy, diferentemente da orientação do Presidente do PT, Ricardo Berzoini?

Ali as pessoas podem responder acessando o meu sítio eletrônico, que é do Senado: <http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy>

Pois bem, até o presente, há duzentas e cinquenta e poucas respostas. Por enquanto, 5% responderam que não; 95% responderam que sim. Inclusive para aqueles que são filiados do Partido dos Trabalhadores, em relação aos não filiados, a proporção é semelhante, Senador Cristovam Buarque.

Como normalmente a direção do Partido procura refletir o desejo dos filiados, eu gostaria de recomendar ao Presidente Ricardo Berzoini, com toda fraternidade, companheirismo e amizade, porque eu continuarei estendendo a mão mesmo para as pessoas que de mim discordam, ainda que ele tenha preferido não estender a mão a mim na cerimônia a que compareci para o lançamento da candidatura do nosso colega, José Eduardo Dutra, para a Presidência do PT, diferentemente de todos os demais que ali se encontravam. Pois bem, aqui quero sugerir a ele que consulte as bases de nosso partido, de todos os filiados, para saber como é o sentimento nacional dos petistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o nobre Senador Cristovam Buarque, o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável. É do PDT e representa o Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é difícil falar depois de um discurso como o que acabou de ser feito pelo Senador Flávio Arns, não só pelo discurso, mas também pelo gesto ousado, difícil, pelo

qual eu já passei, de sair de um partido, especialmente do Partido dos Trabalhadores, onde nós somos mais do que filiados, tendemos a ser militantes e companheiros mesmo na luta. Mas eu o entendo perfeitamente e acho que ele tomou a posição certa. Da mesma maneira que eu acho certa a posição do Senador Eduardo Suplicy. Eu acho uma posição correta não sair do PT. Eu acho que, no caso especialmente dos militantes, dos filiados em São Paulo, a saída poderia representar o fim da esperança de que haja uma mudança, que eu acredito que haverá em algum momento no Partido dos Trabalhadores, para recuperar os seus compromissos do passado e olhar para a frente.

Eu sinto que renúncia do Senador Mercadante foi, de certa maneira, um símbolo do que é hoje os que estão no Governo. Eles renunciam a ver o futuro e renunciam aos princípios do passado.

Então, Senador Suplicy, quero lhe dizer que fico feliz que haja figuras como o senhor no Partido dos Trabalhadores, que têm iniciativas como aquelas que o senhor tem tido, gestos que alguns, às vezes, tomam até como uma maneira não muito correta. Mas quero dizer que eu os apoio totalmente, como aquela sua ideia do cartão vermelho e esta sua ideia do plebiscito.

Entretanto...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, o Senador Flávio Arns e a Senadora Marina Silva foram nossos companheiros no PT e estão agora em outras trincheiras, mas sinto uma afinidade e um propósito. Vou continuar lutando dentro do PT...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... por ideais que V. Ex^a sabe que são comuns a nós. E quero dizer a todos os membros do PT, de cada filiado ao Presidente Ricardo Berzoini, que vou continuar lutando no Partido dos Trabalhadores pelos mesmos anseios e objetivos que me fizeram ser convidado por aqueles que fundaram o PT – e eu estava lá em 10 de fevereiro de 1980. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – De nada.

Presidente, consulto se, em uma comunicação inadiável, temos direito aos apertes. Eu nem comecei minha fala, embora ela seja curta... É que o Senador Simon pediu a palavra... Não? Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, não, no Regimento, mas o espírito da lei permite.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dentro do bom senso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Presidente Mão Santa, eu vim aqui para um assunto completamente diferente. Eu vi aqui para comentar o editorial do *Correio Braziliense*, nosso jornal do Distrito Federal, cuja manchete é “Passo à frente na educação”. Esse passo à frente saiu aqui do Senado, Senador Mão Santa. Esse passo à frente é a lei que faz obrigatória, a partir de agora, a oferta do segundo grau, do ensino médio a todos os jovens brasileiros. Ainda não é a lei que obriga o jovem a estudar, que eu acho que um dia a gente deve ter, mas é a lei que obriga os governantes a oferecerem vagas a todos aqueles que quiserem fazer o segundo grau.

Estamos, pelo menos, 50 anos atrasados, como o próprio editorial fala, porque temos como obrigatório apenas o ensino fundamental até os 14 anos. É muito pouco. Então foi aprovada na semana passada, começo desta semana, na Câmara dos Deputados, esse projeto que saiu aqui do Senado, que foi de minha autoria, e já vai agora diretamente à sanção do Presidente Lula. Espero que ele, rapidamente, sancione esse projeto e coloco o Brasil no lugar que já deveria estar.

Eu não vou ler, obviamente, o editorial inteiro mas gostaria de solicitar que ele conste das Atas, mesmo que eu não o leia inteiro. Apenas dizer que, neste editorial, ele comenta a necessidade desse projeto e diz:

Mas, sem uma melhoria profunda na qualidade das escolas, continuará difícil atrair os jovens e mantê-lo em sala de aula”, porque é obrigatório oferecer a vaga, mas não é obrigatório ir à escola. Por isso, se ela não for boa, os jovens não irão.

O desafio está em fazer do antigo segundo grau mais do que um trampolim para a universidade, uma etapa profissionalizante, ao término do qual o estudante se sentirá apto a enfrentar o mercado de trabalho e assumir a independência.

Por isso, há outro projeto em andamento, de minha autoria, que faz com que o Ensino Médio seja de quatro anos e seja todo profissionalizante. Não todo ele, os quatro anos...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas que o Ensino Médio seja profissionalizante, de tal maneira que, ao sair, esse jovem tenha condições de ocupar uma posição no mercado de trabalho.

E eles dizem mais: isso precisa vir acompanhado de uma revolução. Essa revolução doce, que é possível pela escola. O filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. O filho do pobre na mesma escola do filho do rico. O filho do eleito na mesma escola do filho do eleitor. E essas escolas todas de qualidade. Essa será a revolução do futuro, a revolução da oportunidade igual, não

aquela oportunidade igual imposta pelo Estado, como o socialismo tradicional pensava: todos vão ser iguais porque o Estado obriga, o Estado dá as condições. Não! É a condição de igualdade e de oportunidade que permite a cada um destacar-se pelo seu talento e pela sua persistência. Ninguém fica excluído do mínimo essencial, o que pode até ser preenchido pela ideia da renda mínima do Senador Suplicy. Garante-se uma renda mínima para todos. Agora, a partir daí, há igualdade e oportunidade pela educação, e o talento fará alguns diferentes, até um limite máximo de acordo com a ecologia. Por mais rico que seja, não tem direito a consumir mais do que certo nível que destrói a natureza. Ninguém fica abaixo daquilo que uma renda mínima permitiria. No meio. Toleremos a desigualdade que vem do talento e da persistência.

Esse editorial, que peço que conste nas Atas, traz a realidade de um passo à frente. Espero que o Presidente Lula, logo que o projeto chegar ao Planalto, o sancione, para que tenhamos esse passo à frente de garantir escola no ensino médio para cada criança.

No jornal, o editorialista lembra que, dos 27 milhões de estudantes de ensino fundamental, apenas oito vão terminar o 2º grau, ou seja, são quase três para um. É uma vergonha. São dois cérebros queimados por três que nascem no Brasil: dois cérebros queimados, incinerados, destruídos, impedidos do pleno desenvolvimento, porque não têm acesso à escola do 2º grau com qualidade.

Creio que, no momento em que estamos vivendo uma tragédia tão grande, ética, moral, de falta de entusiasmo aqui, vale a pena pelo menos lembrar que, de vez em quando, acontecem coisas que justificam o papel do Senado. O projeto, aprovado aqui, passou pela Câmara e agora está nas mãos do Presidente Lula para sancionar. Espero que ele o faça na brevidade possível.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para falar, pedindo que conste das Atas esse editorial do *Correio Braziliense*.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Opinião

42 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, quinta-feira, 27 de agosto de 2009

Passo à frente na educação

Projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados obriga o Estado a garantir, já a partir de 2010, o acesso ao ensino médio a todos os interessados. Falta a sanção do presidente da República, o que não é o problema. Como bem disse o autor da proposta, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), “a oferta passa a ser obrigatória, mas a pessoa não é obrigada”. Af está o xis da questão. Sem uma melhoria profunda na qualidade das escolas, continuará difícil atrair o jovem e mantê-lo em sala de aula. O desafio está em fazer do antigo segundo grau mais do que um trampolim para a universidade, uma etapa profissionalizante, ao término da qual o estudante se sentirá apto a enfrentar o mercado de trabalho e assumir a independência.

Em síntese, é crucial despertar a sede de saber no adolescente, convencê-lo de que a vida escolar determinará futuro melhor para ele. Fazê-lo crer que dedicar oito horas do dia ao aprendizado é investir em si e na família com retorno garantido. Portanto, a obrigatoriedade, sem dúvida, é um avanço — que já vem tarde, inclusive —, mas precisa estar acompanhada de uma revolução. Engana-se quem imagina que essa é uma tarefa exclusiva da rede pública. A particular, demonstram as avaliações, apresenta desempenho igualmente sofrível. Exceções, ilhas de excelência num mar de mediocridade, naturalmente há, em um e noutro sistema. Deve-se pôr fim a essas desigualdades e perseguir, com obstinação, alcançar

padrão médio elevado, condição essencial para o país avançar.

Hoje, dos quase 27 milhões de alunos inscritos na etapa fundamental, o Ministério da Educação estima que menos de um terço, apenas 8 milhões, atingirá o nível médio. Trata-se de tragédia nacional. Revela que tampouco resolve uma mudança profunda restrita ao secundário, uma vez que grande parte dos jovens já terão ficado pelo caminho. Em ambos os níveis, as taxas de abandono são inaceitavelmente altas, como também as de reprovação. As razões são similares. Nos dois casos, as escolas falham pela precariedade das instalações, pela baixa qualificação e valorização dos professores, por oferecerem conteúdos sem utilidade prática — com os quais, para agravar, crianças e adolescentes em pouco ou nada se identificam. É como se, ao chegarem para a aula, deixassem a vida do lado de fora dos muros escolares.

Essa é a realidade a se mudar. Desde a década de 1970 o Brasil se esforça para universalizar o ensino. Nos anos 1990, a preocupação com a qualidade entrou em cena. Estudantes e escolas passaram a ser submetidos a avaliações periódicas. A própria apreciação evoluiu desde então. Os recursos também têm crescido ultimamente. Mas continuamos distantes de poder nos orgulhar de nossas escolas, públicas ou privadas. No quadro atual, é até difícil imaginar alguém ir à Justiça cobrar a vaga a que, por lei, passará a ter direito em 2010. É responsabilidade dos governadores, portanto, não apenas supri-las, mas fazer isso com eficiência capaz de tornar a carteira escolar objeto de desejo da juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos.

Eduardo Suplicy, eu faria uma pergunta, pois pode ter havido um engano aqui: V. Ex^a está inscrito? Não estou vendo. Pode ter havido uma falha. V. Ex^a não está inscrito aqui. Houve um engano.

Agora é Mário Couto. Mário Couto, V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

Suplicy, venha aqui para a gente rever, porque não está no livro. É Mário Couto agora.

Mas é o Mário Couto agora.

Eduardo, houve um equívoco aqui, V. Ex^a não está inscrito, mas se inscreve agora. Está aqui o livro.

Mário Couto está para uma comunicação inadiável.

Pedro Simon também.

Pedro, V. Ex^a não está inscrito, ele vai inscrever agora. V. Ex^a querendo...

Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Presidente, ainda há poucos minutos, nós vimos aqui, nesta tribuna, um ato de um Parlamentar de caráter e dignidade. Nós vimos um ato raro, de uma pessoa que não comunga de ações que prejudiquem o nosso País. E o Senador Flávio Arns, mesmo que tenha algum prejuízo político na sua caminhada, mostrou a sua dignidade, o seu caráter diante da nossa Nação.

Um fato histórico, Senador Mão Santa, porque eu sei que hoje muitos petistas gostariam de ter a mesma coragem, e não têm. Tenho certeza que muitos não o fazem, porque não podem perder os cargos. Eu sei que muitos obedecem a ordem do rei, porque, se não obedecerem a ordem do rei, eles têm prejuízos, vão perder aquilo que adoça as suas caminhadas políticas, e eles não podem dispor disso. Eles têm sempre que estar ajoelhados, mesmo que as suas atitudes prejudiquem a Nação - mas que não prejudiquem seus interesses próprios. Esses tiveram uma lição ainda há pouco, aqui desta tribuna. Que pelo menos tenham essa lição para mais tarde criarem coragem e deixarem a covardia de lado, terem a coragem de mostrar para a Nação que ainda existem homens públicos sérios neste País. Mais uma vez, quero deixar aqui esse registro que precisa ser falado. Um exemplo que precisa ser comentado, Nação brasileira, que precisa ser mostrado à Nação. Mas, Senador Mão Santa, estou aqui na tribuna, mais uma vez, para falar novamente dos aposentados brasileiros. Tivemos ontem – me parece – o final das cenas artísticas dos teatros que foram programados para enganar os aposentados deste País. Foram quantas reuniões? Várias, várias e várias. E o Lula, infelizmente,

não cumpriu com aquilo que prometeu aos aposentados deste País na sua campanha política. Melhorou o fator, mas, quando chegou ao ganho real dos aposentados, quando chegou à parte - meu Líder do Governo, que entra neste momento neste plenário - de o reajuste do salário mínimo ser igual para todos os brasileiros, independentemente das suas idades, aí o Presidente disse: “Dê a todos, menos aos aposentados deste País, que não merecem”.

Meu Líder Jucá, por que o Presidente da República não gosta dos aposentados deste País? Me responda!

E aqui quero parabenizar a Cobap, porque não aceitou a máscara do Governo, não aceitou o teatro do Governo: enganar novamente os coitados dos aposentados deste País.

Eu queria um dia entender, eu queria um dia poder ter a certeza, porque ainda não tenho até hoje, eu queria que o Presidente Lula pudesse falar sobre isso. Eu nunca vi o Presidente Lula falar sobre isso. Até que enfim, a imprensa nacional divulgou ontem a máscara, divulgou o teatro, divulgou a enganação, divulgou a raiva, demonstrou, mostrou para a Nação, de uma vez por todas, que o Presidente Lula não tem nenhuma intenção de resolver o problema dos aposentados deste País.

O Senador Paim lutou tanto! O Senador Paim fez projetos. Estão lá os projetos, e querem colocar o substituto agora, nos projetos do Senador Paulo Paim, para mudá-los. Que vergonha! É por isso que o PT não merece mais o respeito devido da população brasileira! É por isso que se viu agora, há poucos minutos, um Senador petista deixando o Partido, porque o PT não merece mais a credibilidade do povo brasileiro.

O PT está estraçalhado, o PT desaba. Desaba pela imoralidade das suas atitudes, das suas ações. E o seu comandante, o homem que comanda esse Partido, o homem que manda nesse Partido não tem a sensibilidade de melhorar a vida daqueles que estão sendo destruídos barbaramente, daqueles que caem mortos, daqueles que deviam ter a proteção do Governo brasileiro, daquele que prometeu a proteção a eles na campanha e hoje os maltrata, hoje sabe da realidade, hoje está convencido da realidade e se põe a fazer teatro.

Eu deixei de participar das reuniões. Paulo Paim também não foi mais. Eu tinha a certeza de que todos que estavam ali estavam fazendo papel de palhaços. O Governo fez cada um que sentou naquela mesa servir de palhaço, porque o Governo sabia – o Governo sabia! – qual seria o final dessa questão. “Vamos enganar-nos novamente! Vamos deixá-los na miséria!”

E quantos que gostariam de ver essa questão solucionada já se foram? E quantos se vão sem verem os seus direitos garantidos porque o Presidente Lula não quer?

Ora, Senador Paulo Paim, V. Ex^a não está neste plenário, mas, com certeza, está me ouvindo. Nós temos que ser mais duros, nós temos que fazer movimentos mais duros. Nós não temos que abrir um milímetro desta guerra, Senador!

Os únicos que ainda estão sensibilizados com essa causa são os Senadores, ninguém mais, porque esta Casa ainda tem, ainda que seja a minoria, muitos Senadores independentes, que não dependem de cargos, que não são afilhados de palácio, que não devem nada a palácio nenhum, que não se ajoelham aos pés do rei, que não devem nada ao rei, que devem, sim, à população brasileira, que devem o respeito a essa população, que devem respeito aos aposentados. Nós haveremos de lutar.

Ora, o fator ficou assim: somando a idade de trabalho à idade da pessoa, homem: 95 anos. Melhorou um pouco. Melhorou um pouco. Para a mulher, somada a idade de trabalho com o tempo de serviço, ficou 85 anos. Melhor do que antes. Mas, quando se chega ao ganho real, quando se chega à proporção do aumento do salário mínimo, por quê, Presidente Lula? Responda-me o porquê! Fale à imprensa, diga à Nação por que os aposentados não merecem o mesmo aumento que qualquer outra pessoa que ganha salário mínimo, Presidente Lula. Responda-me, diga à Nação, Presidente! Quando V. Ex^a dá dinheiro a rodo, quando V. Ex^a vai para o exterior se exhibir, para parecer um estadista, dá dinheiro a todos os países, mas, quando chega aos aposentados, V. Ex^a maltrata, barbariza, estraçalha os aposentados brasileiros.

Não aceitem! Aposentados do meu Brasil, não aceitem o que foi combinado ontem! Não aceitem o que foi acordado ontem, aposentados do meu Brasil! Não aceitem! Aquilo é migalha! É uma migalha que deram a vocês. É uma enganação que fizeram a vocês.

Vamos para a luta! Vamos para a luta! Vamos para a rampa do Planalto! Vamos ficar lá na rampa do Planalto, esperando o Presidente Lula, para que ele diga a nós qual é a raiva que ele tem dos aposentados deste País.

Não vamos desistir. Vamos fazer mais vigílias, vamos abrir uma CPI da Previdência, porque nunca tem dinheiro para os aposentados. A desculpa, sempre, é que a Previdência está em déficit. Sempre essa desculpa. Que se abra a Previdência, que se mostre à Nação se ela é ou não é deficitária, se tem ou não tem dinheiro! Para onde estão levando o dinheiro dos aposentados?

A luta continua! Da minha parte, a luta continua! Não se rendam, aposentados! Não se rendam a essa migalha que lhes ofereceram!

Senador Mão Santa, desço desta tribuna hoje, mais uma vez, com a certeza de que o Presidente Lula não tem a menor sensibilidade com os problemas dos aposentados brasileiros.

Essa migalha, Presidente, essa migalha não serve. Essa migalha não ofereça! Essa migalha, Presidente, não ofereça àqueles que trabalharam tanto por este País, àqueles que votaram em Vossa Excelência, Presidente. Não ofereça a eles, Presidente! Tenha respeito por eles, Presidente! Respeite aqueles que trabalharam por este País, com dignidade, para sustentarem as suas famílias. E, porque são velhinhos, estão enganando, e também porque a maioria deles não vota, Presidente!

Não faça isso, Presidente! Não faça isso, Presidente, porque Vossa Excelência tem um final de vida garantido. Nós temos um final de vida garantido. Eles não têm, Presidente! Compare o seu final de vida com o daqueles que estão nas ruas, com aqueles que lutaram, até muito mais do que Vossa Excelência, por este País, que engrossaram suas mãos nas fábricas, que engrossaram suas mãos no campo, que estão aí, à mercê de esmola, Presidente!

Não aceitem, aposentados, a esmola que o Presidente Lula quer dar às suas classes!

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante e contundente pronunciamento de Mário Couto em defesa dos aposentados do Brasil e em defesa do projeto de Paulo Paim que afasta esta vergonha da nossa legislação, o fator redutor das aposentadorias do Brasil, do qual fui relator, convidamos para usar da palavra, como Líder do PSDB, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago aqui dois tópicos que julgo necessário abordá-los na tarde de hoje.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, um pouco de economia. Ao contrário do dito popular da *água mole em pedra dura*, de nada valerem seguidas e enfáticas advertências das oposições, de economistas, do empresariado e da imprensa, ponderando ao Governo mais austeridade em seus gastos.

De ouvidos moucos, o Governo enveredou por uma perigosa linha de ganância, pouco lhe importando os riscos de um endividamento da máquina pública.

“*A máquina estatal*”, recorro então a palavras do jornalista Rolf Kuntz, de O Estado de S. Paulo, em 26 deste mês e deste ano, “é cada vez mais emperrada e,

com exceção de alguns componentes, cada vez menos parecida com a imagem apresentada pelo Presidente Lula em seu falatório sobre a crise”.

Fecho aspas para o jornalista Rolf Kuntz. E ainda:

O Banco Central de fato contribuiu, desde o ano passado, para atenuar a escassez de crédito e seu efeito recessivo. Os incentivos concedidos pelo Tesouro contribuíram para aumentar as vendas de alguns setores... Mas não houve nada remotamente semelhante a uma onda de investimentos financiados pelo Tesouro. Os números divulgados em Brasília, ontem, desmentem aquela conversa de forma inequívoca.

Hoje, mais uma informação preocupante. Está nos jornais *online* desta tarde: “*Economia do Governo para pagar juros cai pela metade*”. Esse é o título de notícia veiculada pelo *Estadão*. O subtítulo confirma a preocupação: “*Superávit primário até julho soma R\$38,4 bilhões, o equivalente a 2,25% do PIB primário*”.

Conclusão: “*O que o Governo economizou não foi suficiente para pagar os juros da dívida*”. A verdade nua e crua, como a vê quem acompanha a política econômica e como analisa o citado jornalista Rolf Kuntz é uma só: “*Nunca se gastou tanto dinheiro [segundo diz Rolf Kuntz e com ele eu concordo] para devastar e desmoralizar um governo. No Brasil, a administração federal é cada vez mais cara, mais balofa e mais sujeita à politiquice rasteira.*”

O quadro extremamente negativo parece não abalar o Governo. Seguidamente, aqui mesmo neste plenário, vozes da chamada base aliada proclamam alto e bom som números positivos, por exemplo, em relação à criação de empregos e à evolução da produção industrial.

São dados concretos, mas os que apregoam tais índices não dizem que se trata de evolução mínima, sem que, na comparação com um ano atrás, fiquem na rabeira.

De que adianta vir aqui e anunciar que “*o Governo vai ensejar a banda larga para 49 milhões de estudantes*”, ao lado de “*outros avanços*”. E falam bonito, usando palavras como “*inserção digital, softwares pedagógicos do século XXI*”.

Importante é acompanhar o que de tudo isso vai, de fato, confirmar-se.

Os dados da dívida pública, aparentemente, pouco interessam ao Governo. Ao povo devem preocupar. Aonde foram as afirmações ribombantes que proclamavam, não faz muito, que “*agora é o Brasil que em presta dinheiro ao FMI*”.

Será que a frase confere com a notícia que acabei de ler, informando que a economia do Governo foi pequena e não vai dar para pagar os juros da dívida?

Leio em *O Estado de S. Paulo*: “*Dívida do setor público sobe para 44,1% do PIB em julho*”. Em valores nominais, a dívida subiu de R\$1,259 trilhão em junho para R\$1,283 trilhão no mês passado”.

Com esta nota, leio outra, também dos jornais *online* de agora à tarde:

Produção industrial de São Paulo está 10% abaixo do nível pré-crise.

Produção subiu 2% de junho para julho, mas caiu 9,4% ante julho de 2008. No na,o a queda acumulada é de 12,8%, a pior desde 2003, início da medição, segundo informou a Fiesp.

Repito um dos tópicos dessa frase, não sem antes manifestar a preocupação que é do povo. Não é do Governo, infelizmente: “... a pior desde 2003”.

O que foi pior, está na notícia: foi a queda na produção industrial do Brasil. Não me agrada veicular notícia desse teor. É, contudo, de meu dever alertar. É o que faço neste momento de apreensão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e peço que os anexos também sejam considerados parte dos *Anais da Casa*.

O segundo tópico, Sr. Presidente, é sobre o Dia do Soldado, porque assim como todo jornalista prefere ser chamado simplesmente de repórter, sugerindo democracia e liberdade de expressão, a palavra soldado, estou convencido, define o militar de qualquer posto ou patente e sugere apreço, cidadania e patriotismo. Sugere a Nação.

Não é por acaso, pois que a data de nascimento de um dos maiores vultos históricos e do Exército do Brasil foi escolhida e é definitivamente o Dia do Soldado.

Um e outro, o soldado e Caxias, confundem-se no que ambos têm com virtude maior: o patriotismo! Patriotismo é entendido como sentimento de amor e devoção à Pátria, aos seus símbolos, a começar pela Bandeira, mas igualmente ao Hino e ao Brasão. É o patriotismo que melhor identifica o cidadão com a Pátria, sempre que ele se expressa em atitudes de devoção.

Em época de tantas e nem sempre compreensíveis mudanças, o patriotismo é a força que pode assegurar o exercício da cidadania, essa palavra de quatro sílabas, originária do latim *civitas*, cidade. A cidade é vista como célula básica do ser, portanto do cidadão. Esse, por sua vez, tem vinculação forte com a noção de direitos, especialmente aos direitos políticos que

permitem ao cidadão participar, de alguma forma, da direção dos negócios públicos do Estado.

A concepção de direitos, por sua vez, pressupõe contrapartida de deveres, entre os quais, a honorabilidade e a exação sempre que o cidadão ascende a postos ou a mandatos eletivos.

Houvesse mais patriotismo e práticas incompatíveis com a cidadania, com os direitos do cidadão, jamais existiriam, ensejando, assim, espaço maior para o efetivo trabalho em favor das comunidades. A elas, deve vincular-se o homem público no exercício de suas atividades. Desvios, jamais!

No momento em que esta Casa presta homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, a noção de patriotismo e cidadania assume dimensão como a sugerir que exemplos por ele deixados contribuam para a normalidade, entendida como democracia plena e correção no comando das funções públicas. É este, pois, o momento adequado para relembrar os feitos do chefe militar vitorioso, do guerreiro obstinado e do homem de Estado exemplar, que nos motiva e espelha até os dias de hoje. Pelos seus notáveis exemplos, mais que nunca essenciais.

Duque de Caxias teve papel significativo na vida política do Império, como um dos líderes do Partido Conservador. Senador vitalício desde 1845, foi Presidente – Governador – das Províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul, por ocasião do término dos movimentos revolucionários que pacificou, e Vice-Presidente da Província de São Paulo. Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros do Império por três vezes, procurou modernizar os regulamentos militares, substituindo as normas de origem colonial. Na terceira vez em que ocupou a Presidência do Conselho, apaziguou os Conservadores, então divididos quanto à questão da escravatura, encerrou o conflito entre o Estado e os Bispos - a chamada Questão Religiosa – e iniciou o aperfeiçoamento do sistema eleitoral. Em reconhecimento aos seus serviços, o Imperador Dom Pedro II agraciou-o, sucessivamente, com os títulos de Barão, Conde, Marquês e, finalmente, Duque de Caxias.

Em meio século de serviço, coincidindo com o período crítico para a afirmação da nossa nacionalidade, Caxias interpretou com invulgar lucidez a realidade de sua época e vislumbrou um futuro grandioso para o Brasil. Para culto da sua memória, o Governo Federal proclamou-o, em 1962, Patrono do Exército Brasileiro. O dia do seu nascimento, 25 de agosto, é considerado o Dia do Soldado.

Caxias é o Exército e, como se costuma proclamar com justeza, é também símbolo brasileiro de entusiasmo e da nossa veneração patriótica. Ele é o

próprio soldado brasileiro. Todos os valores morais, físicos, intelectuais do bom soldado Caxias os possuía: bravura, generosidade, robustez, inteligência, entusiasmo. Herói ilustre do Brasil que soube combater brava e vitoriosamente em todos os setores onde o chamou o serviço da Pátria, Caxias, o Pacificador, foi o nosso maior soldado de todos os tempos. Seu comovente exemplo de bravura, de generosidade, de trato político, de desinteresse pessoal foi avocado com brilho pelo escritor Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras.

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho, de saudosa memória, o cognomina de “O Patrono da Anistia”. E o povo brasileiro, em espontânea consagração, popularizou o vocábulo caxias com o qual são apelidados os que cumprem irrestritamente com todos os seus deveres. Caxias, pois é verbete acolhido em todos os dicionários da língua portuguesa para definir a pessoa extremamente escrupulosa no cumprimento de suas obrigações.

Gilberto Freyre, notável sociólogo, também reconhece as virtudes do Duque de Caxias com estas palavras:

Caxiismo não é conjunto de virtudes apenas militares, mas de virtudes cívicas comuns a militares e civis. Os caxias devem tanto ser paisanos como militares. Acredito que o caxiismo deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dele.

E eu diria, Sr. Presidente, que, talvez, agora, e nesta quadra em que vive o Senado, talvez agora mais do que nunca.

Não posso encerrar estas palavras em louvor a Caxias sem mencionar o significado, igualmente de forte patriotismo, que é a presença das Forças Armadas na minha região. O soldado brasileiro ali está, numa região de imensas fronteiras, para a defesa da soberania do País.

Será que essa não seria a mais notável afirmação de patriotismo e cidadania? O soldado brasileiro na Amazônia é a comprovação de tudo a que me referi, na busca da melhor definição de cidadania.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres militares que nos honraram com sua presença, não faz muito, tive a honra de visitar as frentes avançadas do Exército do Brasil em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Vi e senti, em cada uma das almas dos soldados que ali servem, o tanto de patriotismo de que são detentores. Deles não ouvi, mas senti algo como que palavras mágicas de autodefinição: “*Nós somos soldados, e nossa missão é defender a soberania brasileira*”, prática

de que se desincumbem com o patriotismo herdado de Caxias.

Preparado muito bem, sim, como tive o ensejo de constatar, o soldado brasileiro na Amazônia é sentinela e cidadão, militar e uma vez mais cidadão, brasileiro acima de tudo! Com uma diferença merecedora de fecho para as palavras com que saúdo o grande Patrono do Exército: a missão do soldado na Amazônia é prática visível, relevante e até comovedora. Ali, o soldado do Brasil assume, na plenitude, condição para que, na dimensão de maior densidade, receba o mais forte aconchego à Pátria.

Sr. Presidente, digo a V. Ex^a que faço aqui uma homenagem a dois militares: ao atual Comandante Militar da Amazônia, o General Mattos, e a esse general insigne, absolutamente decente e corajoso, que é o General Augusto Heleno, que hoje está exercendo importante função dentro do Ministério do Exército aqui em Brasília. O General Mattos está no seu lugar como Comandante Militar da Amazônia.

O trabalho é belíssimo. Apesar dos cortes, dos contingenciamentos que o Governo impõe às verbas das Forças Armadas, o trabalho que faz o Exército brasileiro na minha região é belíssimo. Lá forma-se o mais habilidoso soldado guerrilheiro de selva do mundo.

É praticamente impossível que qualquer nação estrangeira se estabeleça em solo amazônico, apesar de faltarem ainda instrumentos, logística e dinheiro para que o Exército possa transformar o Brasil numa efetiva potência militar defensiva, já que não temos a menor vocação para potência militar ofensiva – graças a Deus. Lá, aprendemos algo que me comove: índios e descendentes diretos de índios andam mais rápido na selva do que todo e qualquer decatleta ou triatleta do próprio Exército. Não tem como alguém dominar aquela natureza com tanta maestria como fazem aqueles soldados. Então, se há cobiça sobre a Amazônia, percam as esperanças quaisquer potências, porque o Exército está preparado para enfrentar essa cobiça.

Por outro lado, entendo que defender a Amazônia implica mais do que presença militar. Implica também presença civil, amparada pelo Estado, com escolas, postos de saúde, perspectivas de desenvolvimento de comércio e atividades que geram emprego. É fundamental que se complete isso fazendo um tripé com conhecimento. É preciso conhecer a região. Então, chega de orçamento mesquinho para o Inpa, para o Museu Goeldi. Chega de gastar dinheiro no custeio estupidamente e poupar o dinheiro que deveria ser o do investimento em laboratório, ciência, pesquisa e tecnologia. Conhecendo-se a Amazônia, vai dar para defendê-la. Não se pode defender concretamente aquilo que não se conhece.

O mais é o Brasil tomar ciência de que precisa ele próprio conhecer a Amazônia para com ela fazer uma parceria vitoriosa. Cada um fazendo sua parte, a coisa andar bem. E o Exército faz sua parte melhor do que ninguém. Portanto, nossa homenagem ao Exército de Caxias e ao papel brilhante e comovedor que realiza junto com a Marinha e a Aeronáutica no meu Estado e na minha região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao contrário do dito popular da água mole em pedra dura, de nada valerem seguidas e enfáticas advertências das oposições, de economistas, do empresariado e da imprensa, ponderando ao Governo mais austeridade em seus gastos.

De ouvidos moucos, o Governo enveredou numa perigosa linha de ganância, pouco lhe importando os riscos de um endividamento da máquina pública.

A máquina estatal, recorro a palavras do jornalista Rolf Kuntz (O ESTADO DE S.PAULO, 26/08/2009), “é cada vez mais emperrada e, com exceção de alguns componentes, cada vez me nos parecida com a imagem apresentada pelo Presidente Lula em seu falatório sobre a crise”

E ainda: “O Banco Central de fato contribuiu, desde o ano passado, para atenuar a escassez de crédito e seu efeito recessivo. Os incentivos concedidos pelo Tesouro contribuíram para aumentar as vendas de alguns setores...”

...Mas não houve nada remotamente semelhante a uma onda de investimentos financiados pelo Tesouro. Os números divulgados em Brasília, ontem, desmentem aquela conversa de forma inequívoca”.

Hoje, mais uma informação preocupante. Está nos jornais online desta tarde:

Economia do Governo para pagar juros cai pela metade

Esse é o título de notícia veiculada pelo Estadão. O subtítulo confirma a preocupação:

Superavit primário até julho soma R\$ 38,4 bilhões, o equivalente a 2,25% do PIB primário.

Conclusão:

O que o Governo economizou não foi suficiente para pagar os juros da dívida.

A verdade, nua e crua, como a vê quem acompanha a política econômica e como analisa o citado jornalista Rolf Kuntz, é uma só:

“Nunca se gastou tanto dinheiro para devastar e desmoralizar um Governo.

No Brasil, a administração federal é cada vez mais cara, mais balofa e mais sujeita à politiquice rasteira.”

O quadro extremamente negativo parece não abalar o Governo. Seguidamente, aqui mesmo neste Plenário, vozes da chamada Base Aliada proclamam alto e bom som números positivos, por exemplo, em relação à criação de empregos e da evolução da produção industrial.

São dados corretos, mas os que apregoam tais índices não dizem que se trata de evolução mínima, sem que, na comparação com um ano atrás, ficam na rabeira.

De que adianta vir aqui e anunciar que “o Governo vai ensejar banda larga para 49 milhões de estudantes”, ao lado de “outros avanços”. E falam bonito, usando palavras como inserção digital, softwares pedagógicos do século 21. Importante é acompanhar para ver o que, de tudo isso, vai se confirmar.

Os dados da dívida pública, aparentemente pouco interessam ao Governo. Ao povo, preocupam! Aonde foram as afirmativas ribombantes que proclamavam, não faz muito, que “*agora é o Brasil que empresta dinheiro ao FMI.*”

Será que a frase confere com notícia que acabei de ler, informando que a economia do Governo foi pequena e não vai dar para pagar os juros da dívida.

Leio em *O Estado de S.Paulo*:

Dívida do setor público sobe para 44,1% do PIB em julho

Em valores nominais, a dívida subiu de R\$ 1,259 trilhão em junho para R\$ 1,283 trilhão no mês passado

Como esta nota, leio outra, também dos jornais online de agora à tarde:

Produção industrial de SP está

10% abaixo do nível pré-crise

Produção subiu 2% de junho para julho, mas caiu 9,4% ante julho de 2008. No ano, queda acumulada é de 12,8%, a pior desde 2003, início da medição, informou a Fiesp.

Repito um dos tópicos dessa frase, não sem antes manifestar a preocupação, que é do povo. Não é do Governo, infelizmente: *a pior desde 2003*

O que foi pior, está na notícia: **foi a queda na produção industrial do Brasil.**

Não me agrada veicular notícias desse teor.

É, contudo, de meu dever alertar. É o que faço, neste momento de apreensão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno)

quinta-feira, 27 de agosto de 2009, 11:09 | ESTADAO Online

Economia do governo para pagar juros cai pela metade

Superávit primário até julho soma R\$ 38,4 bilhões, o equivalente a 2,25% do PIB, anuncia o Banco Central

Fernando Nakagawa e Fábio Graner, da Agência Estado

BRASÍLIA - No acumulado de janeiro a julho, o superávit primário do setor público consolidado – a economia feita pelo governo para pagar juros da dívida – somou R\$ 38,435 bilhões, o equivalente a 2,25% do PIB, menos da metade do registrado em igual período de 2008, quando o esforço fiscal foi de R\$ 92,770 bilhões, o correspondente a 5,63% do PIB.

• Dívida do setor público sobe para 44,1% do PIB em julho

• Ipea prevê alta de 1,9% da produção industrial em julho

• Inadimplência deve seguir em alta por dois meses, diz Febraban

O que o governo economizou não foi suficiente para pagar os juros da dívida. Com isso, o déficit nominal em julho subiu para R\$ 12 bilhões. Em julho de 2008, o saldo negativo foi de R\$ 7,883 bilhões. Segundo os dados do Banco Central, a maior contribuição para o déficit nominal foi do governo central, que respondeu por R\$ 13,125 bilhões. Uma pequena fração desse déficit foi compensada pelo superávit nominal das empresas estatais, de R\$ 207 milhões em julho.

O superávit primário é o resultado da arrecadação do governo menos os gastos com as autarquias municipais, estaduais, federal e as empresas estatais. Neste cálculo, não é levado em conta o pagamento de juros da dívida.

Ainda de acordo com o BC, o superávit primário de janeiro a julho somou R\$ 22,640 bilhões no governo central (1,32% do PIB); R\$ 16,117 bilhões nos governos regionais (0,94% do PIB) e déficit de R\$ 323 milhões nas estatais (0,02% do PIB).

Segundo o Banco Central, nos primeiros sete meses do ano, as estatais federais acumularam déficit primário de R\$ 2,205 bilhões (0,13% do PIB). No acumulado em 12 meses até julho deste ano, o superávit primário do setor público acumula R\$ 52,085 bilhões, correspondente a 1,76% do PIB.

Nesse período, a contribuição do governo central foi de R\$ 25,497 bilhões (0,86% do PIB); os governos regionais apresentaram resultado primário positivo de R\$ 24, 629 bilhões (0,83% do PIB) e as estatais contribuíram com R\$ 1,960 bilhão (0,07%), sendo que as empresas federais tiveram déficit de R\$ 905 milhões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, assim como todo jornalista prefere ser chamado simplesmente de *Repórter*, sugerindo democracia e liberdade de expressão, a palavra *Soldado*, estou convencido, define o militar de qualquer posto ou patente e sugere apreço, cidadania e patriotismo. A Nação!

Não é por acaso, pois, que a data de nascimento de um dos maiores vultos históricos e do Exército do Brasil, foi escolhida e é, definitivamente, o *Dia do Soldado*.

Um e outro, o Soldado e Caxias, confundem-se no que ambos têm, como virtude maior: o patriotismo! Patriotismo é entendido como sentimento de amor e devoção à pátria, aos seus símbolos, a começar pela bandeira, mas igualmente ao hino e ao brasão. É o patriotismo que melhor identifica o cidadão com a Pátria, sempre que ele se expressa em atitudes de devoção.

Em época de tantas e nem sempre compreensíveis mudanças, o patriotismo é a força que pode assegurar o exercício da cidadania, essa palavra quatro sílabas, originária do Latim *civitas*, cidade. A cidade é vista como célula básica do ser, portanto do *cidadão*. Este, por sua vez, tem vinculação forte à noção de direitos, especialmente os direitos políticos que permitem ao cidadão participar, de alguma forma, da direção dos negócios públicos do Estado.

A concepção de direitos, por sua vez pressupõe contrapartida de deveres, entre os quais a honorabilidade e a exação sempre que o cidadão ascende a postos ou a mandatos eletivos.

Houvesse mais patriotismo e práticas incompatíveis com a cidadania, com os direitos do cidadão, jamais existiriam, ensejando, assim, espaço maior para o efetivo trabalho em favor das comunidades. A elas deve vincular-se o homem público no exercício de suas atividades. Desvios, jamais!

No momento em que esta Casa presta homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, a noção de patriotismo e cidadania assume dimensão, como a sugerir que exemplos por ele deixados contribuam para a normalidade, entendida como democracia plena e correção no comando das funções públicas.

É este, pois, momento adequado para relembrar os feitos do chefe militar vitorioso, do guerreiro obstinado e do homem de Estado exemplar que nos moti-

va e espelha até os dias de hoje. Pelos seus notáveis exemplos, mais do que nunca essenciais.

Duque de Caxias teve papel significativo na vida política do Império, como um dos líderes do Partido Conservador. Senador vitalício desde 1845, foi presidente (governador) das províncias do Maranhão e Rio Grande do Sul, por ocasião do término dos movimentos revolucionários que pacificou, e vice-presidente da província de São Paulo. Ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros do Império por três vezes, procurou modernizar os regulamentos militares, substituindo as normas de origem colonial.

Na terceira vez em que ocupou a presidência do Conselho apaziguou os conservadores, então divididos quanto à questão da escravatura, encerrou o conflito entre o Estado e os bispos (“questão religiosa”) e iniciou o aperfeiçoamento do sistema eleitoral. Em reconhecimento aos seus serviços, o Imperador Pedro II agraciou-o, sucessivamente, com os títulos de Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias.

Em meio século de serviços – coincidindo com um período crítico para a afirmação da nossa nacionalidade -, Caxias interpretou com invulgar lucidez a realidade de sua época e vislumbrou um futuro grandioso para o Brasil.

Para culto de sua memória, o governo federal proclamou-o, em 1962, “patrono do Exército Brasileiro”. O dia do seu nascimento, 25 de agosto, é considerado o Dia do Soldado.

Caxias é o Exército e, como se costuma proclamar com justeza, é também símbolo brasileiro de entusiasmo e da nossa veneração patriótica, o próprio Soldado Brasileiro! Todos os valores morais, físicos e intelectuais do bom soldado, Caxias os possuía: bravura, generosidade, robustez e inteligência e entusiasmo. Herói ilustre do Brasil que soube combater brava e vitoriosamente em todos os setores onde o chamou o serviço da Pátria, Caxias – o Pacificador foi o nosso maior soldado de todo os tempos.

Seu comovente exemplo de bravura, de generosidade, de trato político, de desinteresse pessoal, foi evocado, com brilho, pelo escritor Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras.

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho, de saudosa memória, o cognomina de “O Patrono da Anistia” e o povo brasileiro, em espontânea consagração, popularizou o vocábulo “caxias”, com o qual são apelidados os que cumprem, irrestritamente, os seus deveres.

Caxias, pois, é verbete acolhido em todos os dicionários da Língua portuguesa, para definir a pessoa extremamente escrupulosa no cumprimento de suas obrigações.

Gilberto Freyre, notável sociólogo, também reconhece as virtudes do Duque de Caxias com essas palavras: “Caxiismo não é conjunto de virtudes apenas militares, mas de virtudes cívicas, comuns a militares e civis. Os “caxias” devem ser tanto paisanos como militares. Eu acredito que o caxiismo deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dele”...

Não posso encerrar essas palavras em louvor a Caxias sem mencionar o significado, igualmente de forte patriotismo, que é a presença das forças armadas na minha região. O soldado brasileiro ali está, numa região de imensas fronteiras, para a defesa da soberania do País.

Será que essa não seria a mais notável afirmação de patriotismo e cidadania? O soldado brasileiro na Amazônia é a comprovação de tudo a que me referi, na busca da melhor definição de cidadania.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, Ilustres militares que nos honram com sua presença, não faz muito, tive a honra de visitar as frentes avançadas do Exército do Brasil em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Vi e senti, em cada uma das almas dos Soldados que ali servem o tanto de patriotismo de que são detentores. Deles, não ouvi, mas senti algo como que palavras mágicas de autodefinição: *“nós somos soldados e nossa missão é defender a soberania brasileira”*, prática de que se desincumbem com o patriotismo herdado de Caxias.

Preparado, muito bem, sim, como tive ensejo de constatar, o Soldado brasileiro na Amazônia é sentinela e cidadão, militar e uma vez mais cidadão, brasileiro acima de tudo! Com uma diferença, merecedora de fecho para as palavras com que saúdo o Grande Patrono do Exército: a missão do Soldado na Amazônia é prática visível, relevante e até comovedora.

Ali, na Floresta Maior, o Soldado do Brasil assume na plenitude condição para que, na dimensão de maior densidade, receba o mais forte aconchego à Pátria.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a fez uma homenagem tão emocionante! Eu estou aqui com a medalha, fui condecorado, eu acho, pela grandeza do Senado. Eles me convidaram para receber a comenda maior deles, Duque de Caxias, o Pacificador. E V. Ex^a emocionou na homenagem que fez ao Dia do Soldado.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Agora vamos chamar um orador inscrito. Delcídio Amaral não está. Seria Mão Santa, mas eu cedo para o Heráclito Fortes.

Depois será um Líder, que eu já anuncio: o grande Líder Romero Jucá, depois do Heráclito.

Então, o extraordinário Líder do Piauí Heráclito Fortes, e depois o Líder de Roraima.

Antes, Heráclito, eu queria ler o expediente, que é de V. Ex^a mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 115/2009 – GLDEM

Brasília, 25 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o meu pedido de renúncia em caráter irrevogável do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual tive a honra de ser escolhido por meus pares.

Cordialmente, – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Expediente vai à publicação e eu o passo às mãos da Dr^a Cláudia Lyra, Secretária Executiva.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Romero Jucá, tenho me questionado se estou ficando comedido ou preguiçoso.

A verdade é que evitei, esses dias todos, fugindo um pouco ao meu perfil, falar sobre esse enigmático caso envolvendo a Secretária da Receita e essa visita do houve não houve.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe algo estranho nisso tudo. A velocidade e a violência com que o Governo procurou desmentir a ex-Secretária Lina Vieira e desqualificá-la é desproporcional a um fato ocorrido e que passaria despercebido por ter sido burocrático, não fossem setores do Governo a acusar o golpe.

Não se pode querer desqualificar alguém escolhido pelo próprio Governo para ocupar um cargo da qualificação e da importância da Receita Federal. Na vida, tudo que é preciso explicar é ruim; e, quando se tem que explicar demais, o caldo entorna.

É preciso saber – e estamos tirando isto do foco da nossa memória – o que foi que fez com que a Sr^a Lina caísse na desgraça do Governo. Foi quando ela apontou um ato ilegal praticado pela Petrobras para burlar pagamento de impostos. Desse fato ninguém mais fala, porque o foco da questão passou a ser apenas o disse-me-disse da visita. O grave foi o fato que gerou o desgaste da Sr^a Lina Vieira. A Sr^a Lina Vieira não foi retirada da Receita Federal por ter prevaricado, por ter

se comportado mal, por não ter defendido ou por não ter agido de maneira correta. O que lhe fez entrar na lista negra do Governo foi ter tido a ousadia de mostrar que a Petrobras está errada e que, estando errada, não pode trazer prejuízos a uma empresa que, além de ser orgulho nacional, de ser patrimônio nacional, é também propriedade de milhões de acionistas anônimos e indefesos que levantam a mão para o céu quando veem na gerente do leão, na domadora do leão, a coragem de tomar uma atitude dessa natureza.

Esse fato tem sido mal conduzido sob todos os aspectos e serve, Senador Pedro Simon, para mostrar a inutilidade da Abin no Brasil. Nada pior, Senador Romero Jucá, do que as explicações que estão sendo dadas pela Abin, que se especializou na formação de uma verdadeira escola de arapongas para bisbilhotar indevidamente a vida das pessoas, inclusive homens públicos, e não cumprir o papel de proteger o Palácio do Planalto.

Ora, abre-se licitação, compram-se equipamentos caríssimos para fiscalizar e proteger o Palácio e seus freqüentadores. E, agora, quando se precisa de uma prova, a prova está destruída. Eu fico me perguntando: um homem da formação do general Félix, militar que deve ter tido, ao longo dos seus anos de caserna, exemplos a seguir, submeter-se a um vexame de, para proteger arapongas, assumir papelão dessa natureza? Digo isso com tristeza, porque acho que o general Félix está envolvido numa seara que não foi sua originalmente, que é a da espionagem. Primeiro, passou a ser aconselhado pelo Sr. Paulo Lacerda, que, após criar dificuldades inventadas para o próprio Governo, recebeu um exílio de ouro em Portugal, recebendo em Euro, com direito a queijo da Serra da Estrela e a vinhos de boa cepa.

Satisfações à opinião pública por esses fatos para que prestar? Prestar contas ao povo brasileiro sobre esses fatos para quê? E o Governo, já consciente da sua impunidade, convicto dela, usa e abusa em desrespeitar regras, leis e procedimentos.

Aliás, hoje, está sendo julgado no Supremo, ou é para ser julgado no Supremo, um caso em que, também na Receita Federal e no Banco do Brasil, à época, invadiram-se, Senador Geraldo Mesquita, a privacidade e a conta de um caseiro. Portanto, não é fato novo. Nós esperávamos que, depois do exemplo passado, essa prática tivesse sido abolida. De que o Governo, Senador Romero Jucá, usa da força que tem, muitas vezes para práticas não recomendáveis, nós não temos nenhuma dúvida.

O caso da Receita Federal, Senador Simon, é gritante. O caso da Receita Federal é repugnante, é inaceitável.

Será que essa demissão em massa – já são 34 ou 38 servidores da Receita que se afastam – é pura coincidência? Num País em que ninguém renuncia a nada, num País em que ninguém abre mão de vantagens, de repente se vê um número de funcionários de carreira abrir mão de chefias e de gratificações! Alguma coisa bem mais séria e bem mais grave deve ter acontecido ou está acontecendo. É preciso que esses fatos venham à tona.

Não adianta querer, num momento como esse, desqualificar a Sr^a Lina Vieira. Não adianta, num momento como esse, querer minimizar o fato grave que já ocorre e compromete a arrecadação da Receita.

Sr. Presidente, a Receita Federal sempre foi mantida à margem das manipulações políticas. Há um caso clássico do período revolucionário. De tão técnica que era a Receita, Senador Praia, em determinado momento, foi comandada pelo nosso hoje colega Senador Francisco Dornelles, que era nada mais, nada menos do que sobrinho do Líder da Oposição, Tancredo Neves, mas um técnico competente e respeitado. E por méritos funcionais foi comandar a Receita.

E não recebeu pressões. Uma única vez em que foi procurado, porque mandava no sistema de informação da época, que tentava bisbilhotar um homem público, negou-se. Nem naquele período se abriu, ninguém abriu os segredos e as informações da Receita Federal para saciar a sanha e a fome de quem quisesse perseguir qualquer um que fosse neste País. Logo agora, estamos vivendo essa fase mal explicada. Ela é mal explicada em todos os aspectos. Não tinha razão de ser.

Portanto, Sr. Presidente, faço este registro pedindo ao Governo que, para seu próprio bem, procure imediatamente um esclarecimento convincente para todos esses episódios.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ... injustificável, a saída de D. Lina. Ela deixou a Receita porque não aceitou a mutreta montada pela Petrobras, poderosa, acima da lei, que, por isso mesmo, é hoje cenário de uma CPI nesta Casa, em que um verdadeiro um rolo compressor da Base do Governo está montado e estruturado para fazer com que não haja devassa e não se descubram as verdades daquela empresa.

O mesmo caso acontece com a CPI das ONGs, que será reaberta na semana que vem, cumprindo o acordo com o Líder Romero Jucá, em que Senadores que pregam moralidade e virtudes são usados pela Base do Governo para não dar número ou obstruir o seu funcionamento.

Senador Mário Couto, eu tenho a impressão de que o Governo começou a receber as pedras que jogou para cima. Ou seja, o Governo, ao longo desse tempo, jogou um cesto de pedra para cima, mas se esqueceu de sair de baixo e elas estão caindo uma por uma na cabeça de quem o comanda.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Romero Jucá com a palavra, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje em decorrência de questões que foram levantadas durante toda a semana, sobre as quais, com a responsabilidade de Líder do Governo, procurei buscar as informações e, mais do que isso, prestar os esclarecimentos e dar as condições para que o Senado da República pudesse refletir, informar-se e julgar convenientemente da forma como deve fazer.

Trato do assunto que, em parte, estava sendo tratado aqui pelo Senador Heráclito Fortes. Diz respeito à questão que se iniciou com a visita, ou não, da Dr^a Lina ao Palácio. Questionou-se o encontro com a Ministra Dilma, o que já foi debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania há alguns dias, sendo que a Dr^a Lina não precisou, naquela audiência, que dia teria havido o encontro.

Independentemente dessa questão, levantou-se uma outra questão de fundo que diz respeito ao acesso e ao sistema de segurança e de controle do Palácio do Planalto. No afã de buscar criar fatos políticos, a Oposição, ou pelo menos parte dela, levantou o questionamento de que provas estariam sendo escondidas, fitas estariam sendo queimadas, visitas estariam sendo escondidas. Questionou-se um contrato realizado pelo Gabinete Institucional da Presidência da República e a sua aplicabilidade no tocante ao controle desses acessos ao Palácio. Chegou-se a informar que, por objeto contratual, imagens deveriam ser guardadas durante seis meses ou mais e que essas imagens estariam sendo sonogadas à Oposição.

Como eu disse, com a responsabilidade de Líder do Governo procurei me inteirar. Mais do que isso, tive a oportunidade de dizer, ontem, em entrevista, que, independentemente da questão da Dr^a Lina – e aqui não quero suscitar efetivamente esse debate, porque ela teve a oportunidade e a chance de dizer, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que dia deveria ter

havido o encontro, mas não o fez –, levantava-se algo de fundo, que era exatamente o sistema de segurança e de que forma se controlavam os acessos ou qual a filosofia desse controle de acesso das presenças no Palácio do Planalto.

Tive um contato com o General Félix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e tive, hoje, pela manhã, uma reunião com todo o Comando de Segurança da Presidência da República, com os militares, profissionais, experientes, responsáveis pelo processo de controle, de guarda de informações, de fiscalização e de proteção não só do Presidente, mas das áreas consideradas como áreas de segurança.

Hoje, trago essas informações e, mais do que isso, trago um convite aos Senadores, especialmente aos Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A questão do controle de dados de informação e de imagem começou a ser aprimorada com uma licitação no ano de 2004.

O Governo Federal fez uma licitação e contratou a empresa Telemática Sistemas Inteligentes, através de processo licitatório, para fazer o controle e o acompanhamento de dois tipos de dados, dois tipos de informações ou de *inputs*. Um diz respeito a banco de dados de informação de controle de acesso através de fotografias, crachás, enfim, de controle das entradas de veículos e de pessoas não só no Palácio do Planalto, mas no Palácio do Planalto, no Palácio da Alvorada, no Palácio do Jaburu e na Granja do Torto. Portanto, um sistema é o controle de dados, informações, placas e acesso através de crachá de controle de áreas restritas. O outro segmento de controle do mesmo contrato diz respeito a acompanhamento de imagens, o monitoramento de imagens de acesso.

Essa licitação foi feita. Os sistemas começaram a ser implantados. Não estão completamente implantados ainda. Falta o funcionamento pleno do processo de acesso de *chips* nos veículos com a barreira de controle automático. Ou seja, os veículos já plena e previamente credenciados terão dispositivos que, ao se inserirem na área de acesso de veículos, abrirão automaticamente a cancela, que fará o registro automático no sistema eletrônico.

Esse sistema ainda não está funcionando – está em teste – bem como o sistema de reconhecimento visual do acesso dos crachás, ou seja, o sistema prevê a identificação visual de autoridades previamente autorizadas. Está havendo um problema de afinamento do sistema de iluminação para o reconhecimento da face. Por isto, o processo ainda não está em pleno

funcionamento. Todo o restante já está implantado e já está em funcionamento. E qual é a filosofia do funcionamento dessa sistemática? O banco de dados, o acesso por portaria, o acesso de registro de veículos por licitação, por exigência contratual... Eu farei depois, também, a distribuição à imprensa dos itens de exigência da licitação.

O item do Contrato 5.9, que diz respeito ao Centro de Supervisão, reza no item 5.9.8:

5.9.8 – O sistema de banco de dados a ser utilizado deverá possuir capacidade de armazenamento de registro por um período mínimo de 6 (seis) meses para daí, então, os dados serem transferidos definitivamente para a unidade de backup.

Então, os dados escritos, os dados informativos, serão registrados e serão mantidos num banco de dados durante 6 meses e, após isto, irão para um arquivo de *backup* e poderão ser consultados a qualquer momento.

Isso diz respeito aos dados escritos, a registros de placas, veículos, acesso, crachás, entrada em segmentos administrativos.

O outro segmento que foi questionado, que diz respeito ao monitoramento de imagens, por exigência contratual, deve ser preservado pelo período mínimo de trinta dias. Como funciona o sistema de monitoramento? O sistema de monitoramento de imagens funciona coletando imagens das áreas externas dos prédios que mencionei e dos corredores dos prédios que mencionei.

Não há, exceto na sala de guarda do material histórico do Palácio do Planalto, ..

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Apenas para lembrar a V. Ex^a, como sempre brilhante, mas há um porém, o Palácio da Alvorada está há mais de seis meses em reforma. Então todo esse sistema não pode estar sendo montado, ele deve estar aguardando.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vou chegar lá.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Passaram-lhe a informação... Ele está em reforma. Ninguém tem acesso a esse local no momento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vou chegar lá. V. Ex^a está...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É uma justificativa teórica, mas que...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a está antecipando. Vou chegar lá, chegarei no anseio de V. Ex^a com tranquilidade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O fato ocorreu no Palácio do Planalto e tem que se prestar ...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a aguarda que eu vou responder.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Aguardo com o maior prazer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com o maior carinho.

Exceto a sala do material histórico de área patrimonial do Palácio do Planalto, as outras salas não têm monitoramento interno; o monitoramento é externo. As câmaras registram, as máquinas de gravação têm 8 gigas de memória. Portanto, eles podem gravar no mínimo trinta dias, podem gravar um pouco mais, porque as máquinas têm funcionamento automático, ou seja, gravam à medida que passa alguém. Então, na verdade, alguns equipamentos, em tese, podem gravar mais de trinta dias, dependendo da demanda. Ao completar os 8 gigas da capacidade de gravação, ela começa a gravar automaticamente em cima da imagem anterior, ou seja, da última imagem, ou da primeira imagem que foi gravada. Por que faço esse registro? Porque na discussão se contrapôs o prazo de seis meses da guarda do registro de dados com o prazo que teria sido de seis meses para a guarda de imagem. Não foi; a guarda de imagem foi, na exigência do edital, de trinta dias. E por que foi de trinta dias? Questionei a área de segurança. Por que outras áreas, outros Estados, outros países, monitoram mais tempo?

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Qual é o interesse do monitoramento de trinta dias? Por que não um ano, por que não cinco anos, por que não como na sala do Presidente dos Estados Unidos, que é filmada internamente, dentro da sala? Qual é a filosofia do acompanhamento? E os técnicos de segurança me responderam:

A nossa idéia de monitorar trinta dias não é vigiar quem está participando, não é espiar a presença de alguém; é acompanhar duas questões.

junto ao Presidente e aos palácios para verificar se a segurança está funcionando bem. Segundo, monitorar a questão patrimonial, se entram equipamentos, se saem equipamentos, se pode entrar algum objeto suspeito, alguma bomba, enfim, trinta dias para a segurança da Presidência da República é um prazo mais do que suficiente para que se tenha efetivamente o monitoramento e o esclarecimento de qualquer ocorrência que venha a acontecer.

Então, essa foi a visão do gabinete institucional da Presidência da República. Essa é a verdade dos fatos e a exigência da licitação. Portanto, é importante que se separe o processamento, o monitoramento e o arquivamento dos dados do monitoramento e do arquivamento de imagens.

Volto a dizer: entregarei a especificação do contrato à Imprensa daqui a pouco. Quero apenas, Sr. Presidente, para corroborar com esses dados e com o que disse o Senador Heráclito Fortes, que hoje o Presidente da República está despachando no Centro Cultural do Banco do Brasil. Essa sistemática de acompanhamento e monitoramento não está funcionando no Centro Cultural. Lá existe um sistema próprio do Banco do Brasil. Esse sistema está funcionando nas outras unidades a que me referi aqui. Agora...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O episódio da Receita...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com licença, Senador Heráclito.

Na época em que a Dr^a Lina levantou essa questão, o sistema estava funcionando porque não faz muito tempo que o Palácio do Planalto se mudou.

Então, já que a Dr^a Lina não trouxe para a CCJ a data em que ela esteve no Palácio do Planalto, eu quero dizer aqui que constam nos arquivos desse sistema de registro os seguintes ingressos da Dr^a Lina no Palácio do Planalto: no dia 9 de outubro de 2008, entrada às 10h13min da manhã, saída às 11h29min; no dia 22 de janeiro de 2009, entrada às 17h59min, saída às 20h57min; no dia 16 de fevereiro de 2009, entrada 16h57min, saída 18h35min; no dia 6 de maio, em comitiva, entrada 17h05min, saída 20h33min; Então, esses são os ingressos registrados no sistema de dados do Palácio do Planalto.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Para falar com quem?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Se a Dr^a Lina esteve em outro dia que não esses dias, ela que fale, que registre, porque, o que está anotado nos autos do sistema de controle são essas reuniões nessas datas.

Sr. Presidente, eu dei essas informações em respeito, primeiro à verdade, depois, para registrar a lisura e o cuidado...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ... do sistema de segurança da Presidência da República, que age com responsabilidade perante o Presidente e o Poder Público. E volto a reafirmar e a convidar os membros da CCJ e especialmente os membros da

Comissão de Fiscalização e Controle, comissão desta Casa responsável pelo processo de fiscalização, a visitar o Ministro, que está à disposição para receber os Senadores e as Senadoras, para prestar todos os esclarecimentos necessários, para que, efetivamente, não paire nenhuma dúvida sobre essa questão.

O Presidente está com a sua segurança funcionando plenamente. A filosofia da segurança é a do monitoramento e do acompanhamento, não é a do espionagem, não é a do acompanhamento excessivo, não é, enfim, de nenhum tipo de ação para coibir ou inibir qualquer tipo de presença, mas, sim, o cuidado necessário para a proteção das autoridades.

Feitos esses esclarecimentos, Sr. Presidente, eu gostaria...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...que fizesse parte da minha fala a página do edital e do contrato que, efetivamente, registra as obrigações e as ações que devem ser feitas pelo sistema de segurança na questão da armazenagem de dados e de imagens desse sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Líder, é possível esclarecer com quem a Dr^a Lina se encontrou nessas datas? Ela subiu ao Palácio. O Palácio tem a entrada e a chegada dela. Ela foi lá fazer o quê? Falar com quem?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Dr. Heráclito Fortes, Senador da República, ela foi ter reunião no Palácio do Planalto...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Com quem?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ... com o Presidente da República, com equipes do Ministério da Fazenda. São várias reuniões distintas. Nenhuma dessas datas bate com a que a Dr^a Lina insinuou que teria feito em dezembro. Então, eu deixo a bola com a Dr^a Lina, e ela, se quiser, que diga a data que, em tese, teria havido uma reunião que não houve.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Olhe, com cartão vermelho, bola e apito, nós estamos aqui num campo de futebol. Paciência!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

5.9. Centro de Supervisão

5.9.1. O Centro de Supervisão deverá ser instalado em uma área a ser definida com dimensões compatíveis com a aplicação, devendo a mesma seguir aos requisitos de climatização a serem indicados pela CONTRATADA.

5.9.2. No Centro de Supervisão ficarão concentrados todos os servidores, matrizes de gravação, estações de operação e monitoração, gravadores digitais, controles, equipamentos de recepção, etc. utilizados pelos Módulos MCFTV e MCAS.

5.9.3. Todos os equipamentos a serem utilizados deverão possuir alto MTBF ("Medium Time Between Fault") e baixo MTTR ("Medium Time To Repair"), permitindo assim que o sistema opere sob regime de alta confiabilidade, e que na ocorrência de falhas, o tempo de indisponibilidade seja o mínimo possível.

5.9.4. As matrizes de vídeo deverão concentrar as imagens que estão sendo captadas pelas câmeras e deverão ser em quantidade adequada ao número de câmeras utilizadas.

5.9.5. Os gravadores digitais deverão ter capacidade de armazenamento compatível com a quantidade de câmeras utilizadas, não devendo ter capacidade de gravação inferior a 30 dias, devendo ainda os mesmos ser dotados de sistema de backup, permitindo assim a rápida recuperação no caso de ocorrência de panes.

5.9.6. A quantidade de Estações de Monitoração a ser instalada deve ser compatível com a quantidade de câmeras e dispositivos de identificação utilizados.

5.9.7. Os servidores de controle centrais assim como os de Banco de Dados deverão possuir alta disponibilidade e serem tolerantes a falhas através da implementação de características tipo "hot-swap", permitindo que os mesmos operem sob regime de alta disponibilidade, assim como possuem sistema de backup de informações, devendo ser utilizadas máquinas com capacidade de processamento que permitam acréscimo de, no mínimo, 50% do total da carga de processamento estimada.

5.9.8. O sistema de Banco de Dados a ser utilizado deverá possuir capacidade de armazenamento de registros por um período mínimo de 06 (seis) meses, para daí então os dados serem transferidos definitivamente para uma unidade de "backup".

5.9.9. Os registros hoje existentes no sistema ora utilizados deverão ser importados para a Base de Dados a ser implantada pela CONTRATADA, evitando assim descontinuidade de serviços. Devem ser previstas as seguintes quantidades mínimas de registros:

a) Quantidade de registros atuais:

- 2.600 autoridades e servidores;
- 1.800 terceirizados e prestadores de serviço;
- 3.500 veículos cadastrados;
- 600 visitantes por dia.

b) Quantidade de registros futura:

- 20.000 autoridades e servidores;
- 10.000 terceirizados e prestadores de serviço;
- 10.000 veículos;
- 50.000 visitantes.

Número da Norma	Revisão	Emissão	Folha
X-409	01	MAR/04	1/10

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração

**ACESSO AO PALÁCIO DO PLANALTO
E SEUS ANEXOS**

ORIGEM

Departamento de Segurança da Subchefia Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSF).

REFERENCIAL NORMATIVO

Lei nº 10.863, de 28 de maio de 2003.
Decreto nº 4.081, de 11 de janeiro de 2002.
Portaria nº 34-CC/PR, de 8 de novembro de 2001.
Norma IV-101, Documentos e Instrumentos de Identificação Funcional, de fevereiro de 2004.
Norma IV-301, Utilização da Praça de Esportes e Prática de Atividades Esportivas, de maio de 2001.
Norma X-201, Acesso e Funcionamento dos Restaurantes, de junho de 2001.
Norma X-401, Utilização dos Estacionamento do Palácio do Planalto, de setembro de 2001.

AMPO DE APLICAÇÃO

Esta Norma se aplica no âmbito da Presidência da República (PR) e da Vice-Presidência da República (VPR).

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Natureza do Público
- 3 Atendimento e Controle de Acesso
- 4 Critérios de Acesso por Natureza de Público
- 5 Disposições Gerais
- 6 Vigência

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esta Norma foi objeto de exame pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil e revoga a Norma X-409, de março de 2002.

APROVAÇÃO

ROMEY COSTA RIBEIRO BASTOS
Secretário de Administração

Número da Norma X-409	Revisão 01	Emissão MAR/04	Folha 2/10
---------------------------------	----------------------	--------------------------	----------------------

1 OBJETIVO

Regular o acesso do público em geral às dependências do Palácio do Planalto e dos seus Anexos.

2 NATUREZA DO PÚBLICO

2.1 Servidores: são os servidores ou empregados públicos nomeados ou designados para exercerem atividades na Presidência da República (PR) ou na Vice-Presidência da República (VPR).

2.2 Prestadores de serviço permanente: são os empregados de empresa pública, de economia mista ou privada que prestam serviços, por período mínimo de seis meses, na PR ou na VPR.

2.3 Prestadores de serviço eventual: são os empregados de empresa pública, de economia mista ou privada que prestam serviços na PR, ou na VPR, por período inferior a seis meses.

2.4 Estagiários: são os estudantes que realizam estágio nos órgãos da PR ou da VPR.

2.5 Visitantes: são as pessoas ou grupo de pessoas (servidores públicos ou não) que, por iniciativa própria, se dirigem ao Palácio do Planalto ou aos seus Anexos.

2.6 Convidados: são as pessoas que, por solicitação de servidores da PR, ou VPR, comparecem ao Palácio do Planalto ou aos seus Anexos.

2.7 Profissionais da imprensa: são empregados, ou profissionais a serviço de veículos de comunicação, que necessitam ter acesso ao Palácio do Planalto, ou aos seus Anexos, para o desempenho de suas funções.

2.8 Entregadores de documentos: são as pessoas que se dirigem ao Palácio do Planalto, ou aos seus Anexos, para entregar ou registrar documentos no Protocolo da PR.

2.9 Entregadores de encomendas: são as pessoas que se dirigem ao Palácio do Planalto, ou aos seus Anexos, para entregar encomendas (lanches, refeições, medicamentos, etc.), por solicitação de servidores.

3 ATENDIMENTO E CONTROLE DE ACESSO

3.1 O atendimento e o credenciamento de pessoas, para ingresso no Palácio do Planalto, ou em seus Anexos, assim como o controle de pessoal, em qualquer dependência da PR, são realizados pelo Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), auxiliado, conforme o caso, pela Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID), pelo Cerimonial do Gabinete Pessoal, pela Secretaria de Administração (SA), pela Coordenação de Relações Públicas (COREP) ou pela Assessoria Administrativa da VPR.

Número da Norma	Revisão	Emissão	Folha
X-409	01	MAR/04	3/10

3.2 Para ter acesso às dependências da PR, é necessário que a pessoa esteja adequadamente trajada, de acordo com as seguintes circunstâncias :

- a) no Palácio do Planalto:
 - homens - calça, paletó e gravata;
 - mulheres - vestido ou calça comprida;
- b) nas demais instalações (anexos, garagem ou almoxarifado):
 - homens - dispensado o uso do paletó e gravata;
 - mulheres - vestido ou calça comprida.

3.2.1 Eventualmente, pessoas que não estejam trajadas, na forma do disposto no item 3.2, podem ter acesso às dependências da PR, desde que autorizado por ocupante de cargo de Natureza Especial (NE), de cargo em comissão, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 4 a 6, ou de cargo militar, letras "A" e "B", da PR ou da VPR, mediante contato telefônico com servidores que atuam nas recepções do Palácio do Planalto, ou dos seus Anexos.

3.2.2 É obrigatório o uso de traje, uniforme ou guarda-pó, fornecido pelas respectivas empresas terceirizadas de serviços continuados, para os prestadores de serviço.

3.2.3 É dispensado o uso de paletó e gravata, no térreo do Palácio do Planalto, para os entregadores de documentos e os entregadores de encomendas.

4 CRITÉRIOS DE ACESSO POR NATUREZA DE PÚBLICO

4.1 É vedada a circulação de pessoas estranhas às atividades da PR ou da VPR, sem identificação, no interior do Palácio do Planalto ou dos seus Anexos.

4.2 Os servidores devem portar, obrigatoriamente, o Crachá Funcional, em lugar visível, durante toda sua permanência nas dependências do Palácio do Planalto ou de seus Anexos, conforme disposto no item 2.3 da Norma IV-101, rev.02, de fevereiro de 2004.

4.2.1 Os servidores, ocupantes de cargos de Natureza Especial, DAS níveis 5 e 6, ou de cargos militares, letras "A" e "B", podem usar, em substituição ao Crachá Funcional, o Broche de Identificação Institucional, caracterizado por *boton*, adorno de metal contendo o Brasão da República, com as iniciais da PR, de uso exclusivo, interno ou externo, conforme disposto no item 2.4 da Norma IV-101, rev. 02.

4.3 Os prestadores de serviço permanente e os estagiários devem portar, obrigatoriamente, o Cartão de Identificação Temporário, durante todo o tempo em que permanecerem nas dependências do Palácio do Planalto ou de seus Anexos, conforme disposto no item 2.5 da Norma IV-101, rev.02.

Número da Norma	Revisão	Emissão	Folha
X-409	01	MAR/04	5/10

- g) Oficiais-Generais;
- h) Embaixadores; e
- i) Autoridades Eclesiásticas.

4.6.6 No caso de audiências, previamente agendadas com o Presidente da República, Vice-Presidente ou Ministros de Estado, o convidado será atendido na recepção do Palácio do Planalto ou de seus Anexos, para identificação e credenciamento pelo Departamento de Segurança, após o que deve ser orientado e encaminhado à sala de espera do gabinete da autoridade.

4.6.7 No caso de audiências com o Presidente da República, ou com o Vice-Presidente da República, o respectivo Chefe da Ajudância-de-Ordens deve ser informado da chegada do convidado pelo Departamento de Segurança.

4.6.8 Em se tratando de convidado, para audiência com o Presidente da República, Vice-Presidente da República ou Ministros de Estado, sem agendamento prévio, este será atendido na recepção do Palácio do Planalto, ou de seus Anexos, para identificação e orientação, sendo conduzido à sala de espera do Gabinete da respectiva autoridade, após autorização expressa por um dos seguintes titulares:

- a) no âmbito da PR, para convidado do Presidente da República:
 - Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República,
 - Assessor Especial do Presidente da República,
 - Chefe do Cerimonial, ou
 - Chefe da Ajudância-de-Ordens;
- b) no âmbito da PR, para convidados de Ministro de Estado, Chefe de Gabinete;
- c) no âmbito da VPR, para convidado do Vice-Presidente da República:
 - Chefe do Gabinete, ou
 - Chefe da Ajudância-de-Ordens.

4.6.9 Nas situações de recepção a Governador, Senador da República ou Deputado Federal, sem agendamento prévio para audiência, o Departamento de Segurança, depois de realizar a identificação da autoridade, deve comunicar-se com a unidade de seu destino, para obtenção da autorização para o seu acesso ao local de seu interesse.

4.6.10 Nas situações de recepção a visitante, é do servidor a ser visitado a responsabilidade pela autorização para o acesso às dependências da PR, por meio de consulta telefônica realizada pelo Departamento de Segurança.

4.6.10.1 Autorizado o acesso, o Departamento de Segurança deve registrar os dados de identificação do visitante, a unidade e o nome do servidor consultado, após o que visitante é orientado a dirigir-se até o local de visita, devendo ser acompanhado, quando do seu retorno à recepção, por servidor da unidade visitada.

Número de Norma	Revisão	Emissão	Folha
X-409	01	MAR/04	6/10

4.6.10.2 O ingresso do visitante às instalações do Palácio do Planalto, ou de seus Anexos, não é permitido, no caso do servidor a ser visitado não ser localizado pelo Departamento de Segurança.

4.6.11 Nas situações de realização de palestras ou eventos, os convidados, após identificados pelo Departamento de Segurança, devem receber etiqueta adesiva específica, a ser colocada no lado superior esquerdo de seu vestuário, que permite o seu acesso somente ao local do evento, conforme disposto no item 2.6 da Norma IV-101, rev.02.

4.7 Os profissionais da imprensa devem ser credenciados, exclusivamente, pela Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID), por meio de credencial específica.

4.7.1. Os profissionais da imprensa, não credenciados, devem ser encaminhados à SID, pelo Departamento de Segurança, para obtenção da autorização de acesso às dependências da PR.

4.7.2 A relação de profissionais da imprensa, credenciados e com direito ao acesso às dependências da PR, é elaborada pela SID e encaminhada ao Departamento de Segurança.

4.7.3 Somente é permitido o acesso de profissionais da imprensa, no exercício de suas atividades profissionais, às instalações do Palácio do Planalto, e aos seus Anexos, quando estiverem portando o documento de credenciamento fornecido pela SID.

4.7.4 No caso de esquecimento, perda ou extravio do documento fornecido pela SID, os profissionais da imprensa recebem, na Recepção do Palácio do Planalto, documento provisório, tipo crachá, a ser utilizado como credencial específica, e que deve ser recolhido pelo Departamento de Segurança, por ocasião da saída das dependências da PR.

4.7.5 O acesso para os profissionais de imprensa deve ser livre, exclusivamente, no saguão do Palácio do Planalto e nas instalações destinadas à SID.

4.7.6 No desempenho de atividade profissional, ou portando equipamentos próprios da função, os profissionais da imprensa somente podem circular fora das áreas citadas no item anterior, quando devidamente acompanhados por servidor da SID.

4.7.7 Os profissionais da imprensa, quando não estiverem conduzindo equipamentos específicos de sua função, podem ter acesso, também, aos Anexos do Palácio do Planalto, exclusivamente para utilização dos serviços de restaurante, banco, banca de revistas e agência dos correios.

4.8 Os entregadores de documentos devem ser recepcionados diretamente pelo Protocolo Central, localizado no hall de entrada dos Anexos do Palácio do Planalto.

4.9 Nas situações de recepção aos entregadores de encomendas, o Departamento de Segurança, depois de realizar a identificação da pessoa, deve comunicar-se com o servidor responsável pela encomenda, para que este providencie o recebimento do material encomendado, no hall de entrada do Palácio do Planalto ou de seus Anexos.

Número da Norma X-409	Revisão 01	Emissão MAR/04	Folha 8/10
---------------------------------	----------------------	--------------------------	----------------------

5.7 As instalações da Praça dos Esportes destinam-se, exclusivamente, aos servidores em exercício na PR, ou na VPR, de acordo com o disposto na Norma IV-301, de maio de 2001.

5.7.1 As solicitações para o acesso de pessoas não integrantes do quadro de pessoal da PR, ou da VPR, às instalações da Praça de Esportes, devem ser submetidas, previamente, à decisão da SA.

5.8 Os estacionamentos de veículos do Palácio do Planalto, e de seus Anexos, são de uso privativo dos servidores da PR, ou da VPR, de acordo com o disposto na Norma X-401, de setembro de 2001.

5.8.1 A autorização para o acesso e utilização dos estacionamentos, por pessoas não integrantes do quadro de pessoal da PR, ou da VPR, é da competência do Departamento de Segurança, devendo ter tratamento específico os portadores de deficiências físicas.

5.9 Os usuários da Coordenação de Saúde, não integrantes do quadro de pessoal da PR, ou VPR, devem ter acesso restrito às instalações da referida unidade.

5.10 Eventualmente, servidores podem convidar visitantes para almoçar nos restaurantes da PR, desde que respeitados os seguintes critérios:

- a) os servidores devem providenciar o credenciamento dos visitantes perante o Departamento de Segurança, para o acesso ao restaurante, bem como acompanhá-los, enquanto este permanecer na área da PR, ou da VPR;
- b) no Restaurante 1, deverá ser observado a obrigação do uso de traje passeio completo para homem, admitido o uso de "blazer", o correspondente para mulher, e, no caso de militar, o uniforme de serviço utilizado na PR, ou na VPR; e
- c) os fotógrafos credenciados podem acessar o Restaurante 1, trajando jaleco tipo caçador.

5.10.1 A Coordenação-Geral de Administração de Palácios (COPAL) da Diretoria de Recursos Logísticos (DIALOG) da SA, deve diligenciar no sentido de evitar o acesso, aos Restaurantes, das seguintes pessoas:

- a) visitantes e convidados, desacompanhados por servidor;
- b) que não estiverem portando credencial fornecida pelo Departamento de Segurança ou pela SID; ou
- c) que não estiverem com o traje adequado.

5.11 Para os finais de semana, feriados e pontos facultativos, o Departamento de Segurança pode adotar procedimentos e critérios especiais de acesso de servidores, prestadores de serviço e visitantes ao Palácio do Planalto e seus Anexos.

5.12 Os servidores, prestadores de serviços e estagiários, ao se ausentarem de seus locais de trabalho, devem desligar todo e qualquer aparelho elétrico/eletrônico, apagar as luzes internas e efetuar o trancamento das portas.

Número da Norma X-409	Revisão 01	Emissão MAR/04	Folha 9/10
---------------------------------	----------------------	--------------------------	----------------------

5.13 Os casos omissos e as dúvidas com relação a esta Norma são resolvidos pelo Secretário de Administração, com assessoria do Diretor do Departamento de Segurança.

6 VIGÊNCIA

Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Norma X-409, de março de 2002.

Número da Norma X-409	Revisão 01	Emissão MAR/04	Folha 10/10
---------------------------------	----------------------	--------------------------	-----------------------

ANEXO

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO DE
PRESTADOR DE SERVIÇO EVENTUAL**

Presidência da República
Casa Civil

Secretaria de Administração

Memorando nº

Ao Departamento de Segurança da Subchefia Militar do
Gabinete de Segurança Institucional

Empresa:				
Contrato nº:				
Objeto:				
Responsável pela coordenação do serviço:		Nome:		
		Razão:	Unidade:	
QUANTO AO(S) PRESTADOR(ES)		QUANTO AO SERVIÇO A SER PRESTADO		
	Nome	Identidade nº	Local (endereço)	Período
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				
23.				
24.				
Data:		Assinatura do titular do órgão responsável pela solicitação:		

Número da Norma	Revisão	Emissão	Folha
X-401	00	SET/01	1/6

**Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração**

UTILIZAÇÃO DOS ESTACIONAMENTOS DO PALÁCIO DO PLANALTO

ORIGEM

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR)
Subchefia Militar
Assessoria de Segurança

REFERÊNCIA NORMATIVA

CAMPO DE APLICAÇÃO

Esta Norma se aplica no âmbito da Presidência da República (PR).

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Finalidades
- 3 Gerenciamento
- 4 Estacionamentos e destinação
- 5 Cadastramento
- 6 Funcionamento
- 7 Disposições Gerais
- 8 Vigência

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esta Norma foi objeto de exame pelo Órgão de Controle Interno da Presidência da República (CISEI/PR) e pela Assessoria de Segurança da Subchefia Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

APROVAÇÃO

ARI MATOS CARDOSO
Secretário de Administração

Número da Norma X-401	Revisão 00	Emissão SET/01	Folha 2/6
---------------------------------	----------------------	--------------------------	---------------------

1 OBJETIVO

Regular a utilização dos estacionamentos do Palácio do Planalto.

2 FINALIDADES

2.1 Estabelecer informações claras, precisas e atualizadas sobre a utilização dos estacionamentos existentes na área do Palácio do Planalto.

2.2 Proporcionar aos servidores da Presidência da República (PR), principais usuários dos estacionamentos da área do Palácio do Planalto, maiores esclarecimentos sobre a utilização dos mesmos.

2.3 Controlar o acesso, a circulação, a permanência e a saída de veículos nos estacionamentos do Palácio do Planalto.

3 GERENCIAMENTO

3.1 Cabe à Secretaria de Administração da Casa Civil da PR o gerenciamento administrativo dos estacionamentos do Palácio do Planalto, com o planejamento e execução das seguintes ações:

- a) realizar a distribuição de vagas privativas, contemplando autoridades, deficientes físicos, carga e descarga de material, comboio presidencial, áreas de segurança, imprensa, etc;
- b) realizar a sinalização, a demarcação e a colocação de placas indicativas;
- c) realizar melhorias, manutenção e iluminação;
- d) elaborar e difundir as normas vigentes; e
- e) realizar outras atividades julgadas pertinentes.

3.2 Cabe à Assessoria de Segurança da Subchefia Militar do Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) o gerenciamento operacional dos estacionamentos do Palácio do Planalto, por meio do planejamento e execução das seguintes ações:

- a) realizar o controle de acesso, circulação, permanência e saída de veículos;
- b) realizar o cadastramento de veículos;
- c) realizar a distribuição de adesivos e cartões de estacionamento;
- d) realizar rondas diárias nos estacionamentos;
- e) fiscalizar o fiel cumprimento das normas vigentes;
- f) propor alterações nas normas vigentes; e
- g) realizar outras atividades julgadas pertinentes.

Número da Norma X-401	Revisão 00	Emissão SET/01	Folha 3/6
---------------------------------	----------------------	--------------------------	---------------------

4 ESTACIONAMENTOS E DESTINAÇÃO

ESTACIONAMENTO	VAGAS DISPONÍVEIS	DESTINAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Subsolo	35	Ao Presidente da República, Ministros de Estado, altas autoridades e seus convidados.	As vagas são demarcadas e privativas.
Oeste	230	Às autoridades, servidores do Palácio do Planalto, convidados, visitantes e jornalistas credenciados.	As vagas são demarcadas e existem algumas privativas ou reservadas para diversos fins.
Norte	115	Prioritariamente aos servidores do Palácio do Planalto e Anexos.	As vagas são demarcadas e existem algumas reservadas para deficientes físicos.
Anexos	535	Ao Vice-Presidente da República, autoridades, terceirizados, prestadores de serviços, visitantes, convidados e aos servidores do Palácio do Planalto e dos Anexos.	As vagas são demarcadas e existem algumas privativas ou reservadas para diversos fins.
Coordenação de Transportes (INTERNO)	46	Servidores da Coordenação de Transportes	. As vagas são demarcadas; . Não há controle de acesso e saída pela Assessoria de Segurança.
Coordenação de Transportes (EXTERNO)	69	Servidores da Coordenação de Transportes e visitantes	. As vagas são demarcadas; . Não há controle de acesso.
ALMOXARIFADO (INTERNO)	16	Servidores da Coordenação de Suprimento e Patrimônio, Centro de Treinamento - CETED e Biblioteca da Advocacia-Geral da União - AGU	. Há controle de acesso e saída pela Assessoria de Segurança; . As vagas são demarcadas.
ALMOXARIFADO (EXTERNO)	14	Servidores, clientes e convidados	. As vagas são demarcadas; . Não há controle de acesso.
TOTAL DE VAGAS	1060		

Número da Norma X-401	Revisão 00	Emissão SET/01	Folha 5/6
---------------------------------	----------------------	--------------------------	---------------------

6.3 Estacionamento Norte

Os usuários devem portar adesivo ou cartão atualizados e colocados em local visível (para-brisa ou sobre o painel).

O horário de funcionamento é das 6h30 às 22h. O servidor que necessitar usar o estacionamento fora do horário previsto deve manter contato com o Supervisor de Serviço de Segurança, pelo ramal 1362.

Os dados pessoais e dos veículos dos convidados são anotados e estes recebem um formulário para ser preenchido no local onde estão sendo aguardados e devolvido na saída, devidamente preenchido e carimbado.

6.4 Estacionamento dos Anexos

Para utilizá-lo, os servidores da PR devem portar adesivo ou cartão atualizados e colocados em local visível (para-brisa ou sobre o painel).

O funcionamento é em regime de 24 horas, sendo que, entre 22h e 6h30, a entrada e a saída ocorrem somente pelo posto de controle Leste.

Os visitantes ou convidados tem seus dados pessoais e dos veículos anotados e recebem um formulário para ser preenchido no local onde estão sendo aguardados e devolvido na saída, devidamente preenchido e carimbado.

6.5 Estacionamentos da Coordenação de Transportes

Para a utilização do estacionamento interno, os servidores da PR devem portar adesivo colocado no para-brisa do veículo.

6.6 Estacionamentos do Almoxarifado

Para a utilização do estacionamento interno, os servidores da PR devem, obrigatoriamente, estar credenciados pela Assessoria de Segurança e portar adesivo que deve ser colocado no para-brisa do veículo. Na Portaria consta relação com os nomes dos servidores usuários e dados dos veículos.

7 DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Em princípio, não é permitido o pernoite de veículos particulares nos estacionamentos do Palácio do Planalto.

7.2 Nos dias sem expediente o funcionamento dos estacionamentos deve ser adaptado conforme as necessidades dos usuários.

7.3 Os veículos das empresas terceirizadas e prestadoras de serviços estão sujeitos à vistoria por parte da Assessoria de Segurança.

7.4 Em dias de eventos na área do Palácio do Planalto, ou quando a situação exigir, a Assessoria de Segurança pode reservar vagas nos diversos estacionamentos, bem como orientar os usuários quanto ao fato.

Número da Norma	Revisão	Emissão	Folha
X-401	00	SET/01	6/6

7.5 Os usuários dos estacionamentos que possuem motocicletas devem cadastrá-las da mesma forma que os demais veículos automotores.

7.6 Os táxis que chegam aos estacionamentos do Palácio do Planalto, conduzindo passageiro, têm acesso permitido, sendo seus ocupantes devidamente identificados. No caso de solicitação de táxi por parte de servidores da PR, a Assessoria de Segurança deve ser informada, a fim de permitir o acesso do mesmo, devendo seu condutor ser identificado.

7.7 O Órgão da Assessoria de Segurança, responsável pelo controle de acesso, permanência e saída de veículos é a Coordenação-Geral de Proteção de Instalações (CGPI), a qual deve ser contatada, para esclarecimentos ou para solucionar questões, pelo ramal 2030.

7.8 Os usuários dos estacionamentos da PR devem verificar se os vidros e portas de seus veículos estão fechados, guardar toca-fitas e pertences, pois a Assessoria de Segurança não se responsabiliza pela perda ou furto dos mesmos.

7.9 É proibido o estacionamento de motos, bicicletas e outros veículos, bem como colocação de objetos que impeçam, dificultem ou que venham a impedir a passagem de cadeira de rodas, no percurso da vaga destinada ao estacionamento de veículo para deficiente físico e a rampa sob a passarela da entrada principal dos anexos, estando os infratores sujeitos à reboque.

7.10 A Presidência da República não se responsabiliza por qualquer prejuízo causado aos veículos que utilizam seus estacionamentos, decorrentes de avaria por abaloamento; queda de árvores, galhos, frutas, folhas, flores de vegetais; intempéries; raios; furtos; roubos e outros eventos.

7.11 A ampliação dos estacionamentos e/ou número de vagas vai depender de estudo inicial a ser elaborado pela Assessoria de Segurança de comum acordo com a Secretaria de Administração, bem como, de aprovação final da Casa Civil da PR e do GSI/PR.

7.12 Os casos omissos e as dúvidas com relação a esta Norma devem ser resolvidos pelo Secretário de Administração, com assessoramento técnico do GSI/PR.

8 VIGÊNCIA

Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 462, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009, que *dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, e 11.945, de 4 de junho de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 462, de 2009).* Relator revisor: Senador Romero Jucá

Hoje transcorre o primeiro dia da inclusão em pauta do Projeto de Lei de Conversão nº 13, proveniente da Medida Provisória nº 462.

Discussão, em turno único.

De acordo com a Constituição, a pauta fica trancada. Em acordo com as Lideranças, segundo normas da Casa, durante duas sessões, ficará à disposição dos Srs. Líderes para exame.

Há uma matéria administrativa que pode ser votada. As Lideranças estão de acordo. É o Projeto de Resolução nº 22.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 22, DE 2009

Revoga os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, para suprimir a exigência de entrega de declaração por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

Os pareceres são favoráveis na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão Diretora; Relatores: Gilvam Borges e Heráclito Fortes.

Não foram oferecidas emendas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o parecer da redação final:

PARECER Nº 1.396, DE 2009

COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 2009.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 2009, que revoga os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, para suprimir a exigência de entrega de declaração por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

Sala de Reuniões da Comissão, em 27 de agosto de 2009.

(Presidente)
(Relator)

ANEXO AO PARECER Nº 1.396, DE 2009.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 22, de 2009.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2009**

Revoga os incisos V e VI do art. 5º da
Resolução nº 7, de 2005, do Senado
Federal, para suprimir a exigência de
entrega de declaração por indicados aos
Conselhos Nacionais de Justiça e do
Ministério Público.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º São revogados os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Sem contestação, aprovada.

Encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

6

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

7

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera*

o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização).

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.*

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.*

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 -Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição*

Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.*

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades*.

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa)*.

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosi-

nha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 -Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 136, de 2008 -Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessa-renko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; – de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e – de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Vala-

dares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

30

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.230, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Jose Nery), que altera o §1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o inciso I do art. 6º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para atribuir legitimidade às pessoas jurídicas sem fins lucrativos para ajuizarem ações nos juizados especiais cíveis.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, neste momento em que sinais existem de recuperação da economia brasileira, cumprimentar o Governo, o Presidente Lula, o Ministro Mantega, pelas medidas de natureza fiscal e monetária tomadas neste período, que impediram que uma crise de graves proporções, ocorrida no exterior, tivesse repercussões mais graves sobre a economia brasileira. A medida de desoneração de impostos, de queda de juros, de elasticidade em financiamentos, essas medidas foram de fundamental importância para que nós não entrássemos num clima de depressão em que muitos pretendiam lançar o Brasil.

Entretanto, Sr. Presidente, de outro lado, eu quero trazer aqui o meu temor. Quero trazer aqui a minha expectativa em relação a mudanças que vão ser anunciadas na próxima semana em relação ao marco regulador do petróleo. Todas essas notícias e toda a discussão têm sido travadas em torno da distribuição de *royalties*, da participação especial entre Estados e Municípios.

Eu, como Senador do Rio de Janeiro, gostaria de reiterar, nesta Casa, que o Rio não vai aceitar qualquer medida que implique perda de receita, que tire do Rio de Janeiro o direito de participar dos *royalties* – e participação especial – sobre um petróleo extraído no seu território ou no seu mar territorial.

Esse é um assunto de natureza política, e eu confio no Presidente da República, confio no Presidente Lula. Estou certo de que ele não vai permitir que uma agressão dessa violência seja cometida contra o Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, Sr. Presidente, ao lado dessa discussão que está sendo realizada sobre o problema de *royalties* e participação especial, existe um outro lado dessa questão que eu considero extremamente complexo e que está sendo colocado em segundo plano. É que as notícias divulgadas mostram que se pretende trocar o regime da concessão, que até agora vem sendo adotado no marco regulatório do petróleo e que é um regime da eficiência, da transparência, em que o Estado participa dos resultados do lucro da exploração do petróleo sem ter o ônus da administração e o risco do prejuízo, pelo sistema da partilha, que é um sistema arcaico, atrasado, cuja adoção não se justifica em países que têm um sistema fiscal e financeiro avançado. É um sistema que considero contra os interesses do Estado e que apenas beneficia a burocracia estatal.

Todas as metas, Sr. Presidente, que o Governo anuncia que deseja alcançar no marco do petróleo podem ser alcançadas através do regime de concessão. Fundos para educação, fundos para saúde, fundos para segurança, fundos para o desenvolvimento, tudo isso pode ser obtido, os recursos podem ser obtidos através do regime de concessão.

Ora, Sr. Presidente, no regime da concessão, no momento em que se faz o leilão de um poço, se o risco é menor, o bônus de assinatura recebido pelo Governo Federal, pelo Estado será muito maior, será grande e permitirá uma receita mais rápida e mais segura que no próprio sistema da partilha.

O Governo pode aumentar os *royalties* e a participação especial dos postos do pré-sal e obter uma receita que permitirá que dela faça uso e a destine para todos aqueles setores que ele considera prioritários no campo da despesa.

Também, por meio da concessão, o Governo pode atingir as metas de política industrial e tecnológica que ele deseja alcançar. Ele, muitas vezes, tem medo de que, por meio do regime de concessão, isso não seja atingido.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que precisamos fazer um debate muito profundo, um debate muito amplo, medindo as consequências do abandono do regime da concessão e sua troca pelo regime da partilha.

O problema não pode ficar focado somente na distribuição dos recursos do pré-sal, somente na aplicação desses recursos, mas, simplesmente, no regime a ser seguido para que eles possam ser explorados. Nós não podemos correr o risco de ter no pré-sal redução de investimentos. Nós precisamos da Petrobras, nós queremos uma Petrobras forte. Mas também, para explorar os recursos do pré-sal, nós queremos, ao lado da Petrobras, empresas estrangeiras, empresas nacionais, todos aqueles que vierem aqui querendo criar renda, criar riqueza e obedecendo todas as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Presidente da República, ao Presidente Lula, que tem se mostrado um grande amigo do Rio de Janeiro, que tem levado para o Rio de Janeiro investimentos que o Estado nunca conheceu: que ele, realmente, olhe ainda com carinho a proposta do pré-sal e evite que qualquer medida, que qualquer passo seja dado no sentido de reduzir a remuneração de *royalties* de participação especial do Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria dizer ainda, Sr. Presidente, que toda a remuneração do petróleo recebida pelo Rio vai para o Rio Previdência para pagar aposentados e que qualquer redução nesses recursos poderá ser uma situ-

ação bastante perigosa para aqueles que vivem das aposentadorias do Estado.

Também, Sr. Presidente, quero pedir a este Congresso que faça uma discussão ampla sobre a proposta que aqui chegou e que, com grande abertura, com grande espírito democrático, venhamos a discutir e verificar qual é o melhor caminho para o Estado brasileiro.

Entendo que vamos cometer um grande erro se substituirmos um regime transparente, eficiente, eficaz, que permite aos Estados participar do resultado e dos lucros, sem ter o ônus da administração e o risco do prejuízo, que é o sistema da concessão, pelo sistema da partilha, que considero um sistema atrasado e ultrapassado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a pode conceder-me um aparte, Senador?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a o autoriza? (*Pausa.*)

É uma honra, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Francisco Dornelles, V. Ex^a traz aqui uma preocupação, que é natural, do Estado do Rio de Janeiro e que vem também sendo observada pelo Governador Sérgio Cabral. Pois bem: sim, de um lado é importante registrar que aquele Estado que tem responsabilidade inclusive de despesa, de realização de investimentos, tenha a possibilidade de receber o retorno para sua população dos *royalties* ou rendimentos decorrentes da exploração dos recursos naturais, como o petróleo. Mas também é importante ressaltar que, como tem dito o Presidente Lula, é como se Deus fosse brasileiro, viesse morar no Brasil e tivesse ajudado a Petrobras a encontrar, lá no fundo do Oceano Atlântico, nas reservas do pré-sal, extraordinária reserva petrolífera, que está por ser descoberta, explorada, achada e, se Deus quiser, em breve, nesses próximos 30, 40, 50 anos, poderá o Brasil beneficiar-se dessas reservas de petróleo, que se encontram diante da costa brasileira. Ora, será que o bom-senso não estaria a indicar que grande parte do resultado desses recursos, desses rendimentos passem a ter como beneficiária a população brasileira, os hoje cento e noventa e um milhões e meio de habitantes, os duzentos e poucos milhões que, em breve, seremos? Qual o critério senão o de estarmos beneficiando toda a Nação? Acho que deveríamos considerar isso também como possibilidade. Portanto, quando, por exemplo, o Presidente Lula diversas vezes reiterou que gostaria que os recursos do pré-sal viessem a se constituir em uma forma de garantir a toda a população brasileira que passe a ter as melhores oportunidades de educação, quando coloca que gostaria que os recursos provenientes do pré-sal viessem a garantir a erradicação da pobreza

para todos os brasileiros, parece-me que esse é um objetivo que avalio seja comum tanto com respeito aos objetivos que V. Ex^a sempre tem proclamado, mesmo como Senador do Estado do Rio de Janeiro, assim como o próprio Governador Sérgio Cabral, nosso colega aqui, no Senado, possa abraçar. Então, avalio que deve haver equilíbrio entre os dois argumentos, e, claro, estamos todos aguardando quais serão as regras, normas, que o Governo anunciará com a proposição ao Congresso Nacional, na próxima segunda-feira, mas estou levando em conta essa perspectiva. Como V. Ex^a já me ouviu falar, tenho um projeto de lei já aprovado consensualmente pelo Senado – que tramita na Câmara dos Deputados, já aprovado na Seguridade Social e Família, e tramita hoje na Comissão de Finanças e Tributação, sendo que o Relator designado, Deputado Ciro Gomes, ainda não proferiu seu parecer, já faz dois anos – e que está no aguardo do sinal do Governo, que separa uma parcela dos *royalties* decorrentes da exploração de todos os recursos naturais, não apenas o petróleo, mas também de parte da concessão de serviço de obras públicas, de parte dos aluguéis dos imóveis da União, que pertencem a todo o povo, para se tornar um fundo que virá a financiar uma renda básica, incondicional, a todos os brasileiros, conforme estabelece a Lei nº 10.835, que institui essa renda universal e incondicional para todos, que será instituída por etapas a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Bolsa Família, até que um dia será incondicional, com todas as vantagens de assim o ser. Meus cumprimentos por aqui trazer esse tema, no qual certamente precisamos nos debruçar em profundidade para chegar a uma solução de bom senso para os habitantes do Rio de Janeiro e para todos os brasileiros, desde ali, perto do Corcovado, até o Oiapoque, o Chuí, a fronteira do Acre mais oriental. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, não existe uma divergência de metas entre a minha posição e a de V. Ex^a.

Hoje, eu gostaria de dizer que metade dos *royalties* de participação especial decorrentes da exploração do petróleo voltam para a União; a União recebe esses resultados. E V. Ex^a sabe o que a União faz com isso, Senador Suplicy? Contingência. Não aplica. Os *royalties* destinados à Marinha não chegam à Marinha; os destinados à ciência e tecnologia não chegam à ciência e tecnologia; os *royalties* recebidos pela União não vão para a educação. São contingenciados para fazer superávit primário.

De modo que eu queria dizer a V. Ex^a que metade dos *royalties*, hoje, já são recebidos pela União, e não queremos tirá-los da União. Como eles vão ser amplia-

dos, queríamos que esses *royalties* da União, em vez de contingenciados, fossem destinados à educação, à segurança, a um processo de desenvolvimento.

Agora, eu queria dizer a V. Ex^a que existe divergência sobre caminhos a serem seguidos. Entendo que a União pode ter os mesmos recursos, ou mais recursos, através do regime, hoje existente, da concessão. Por quê? Como é que funciona o regime da concessão? Existe um leilão. Aquela empresa que dá maior lance tem direito de explorar o poço. Ora, se o risco é menor do que ocorrerá no pré-sal, normalmente os lances serão muito mais elevados. E de quem é o bônus de assinatura? Da União. Ela poderá, então, destinar todos os recursos do bônus de assinatura, que vão ao infinito no pré-sal, para a criação desse programa e para atingir as metas a que ela se propõe. Não sou um grande defensor da constituição de fundos. Se fôssemos aprovar todos os fundos propostos nesta Casa, teríamos duzentos fundos. Quer dizer, não haveria mais orçamento, seria tudo fundo. Mas, de qualquer maneira, ainda admitindo que queiram criar fundos, o regime da concessão tem condições de dar mais recursos ao Governo Federal para a criação desses fundos do que o sistema de partilha. O bônus de assinatura dos novos postos do pré-sal poderão atingir o infinito, porque, se o risco é zero, o preço será extremamente elevado.

De modo que não vejo, Senador Suplicy, necessidade de mudarmos o regime da concessão, que é transparente, que é eficiente. O Governo é um sócio oculto e privilegiado de toda a exploração de petróleo do Brasil; participa dos lucros e dos resultados sem correr o risco da administração e do prejuízo, por um sistema que não traz esses aspectos positivos do regime da concessão, que apenas fortalece a burocracia.

Senador Suplicy, o regime da partilha estabelece e leva, praticamente, à restituição de custos, ao ressarcimento de custos. Será um processo extremamente complexo quando uma empresa tiver de fazer jus a esse ressarcimento. Nós estamos trocando um regime desburocratizado, eficiente e transparente por um regime atrasado, que não se justifica, cuja adoção não é justificada num país que tem o regime fiscal e financeiro do Brasil.

Mas eu quero dizer a V. Ex^a que foi uma honra receber o seu aparte, dizer que nós temos a mesma visão da importância de os recursos do pré-sal serem aplicados pela União Federal em programas que venham a beneficiar todo o País. A divergência é que eu entendo que a União já recebe esses 50% dos recursos e que ela poderá destinar a outros Estados esses recursos, sem atingir, sem retirar os recursos dos Es-

tados produtores em cujo território ou mar territorial é feita a exploração de petróleo.

V. Ex^a, que é uma pessoa muito querida no Estado do Rio de Janeiro, estou certo e espero que V. Ex^a será, nesta Casa, um defensor dos interesses do Estado que tanto o aprecia e que tanto o admira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francisco Dornelles, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Mão Santa, 3º Secretário, e Jefferson Praia, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jefferson Praia, que preside esta reunião, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui no plenário do Senado da República ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senado da República comemorou hoje, 27, o Dia do Soldado, numa sessão, Jefferson Praia, muito bonita, presidida pelo Presidente Sarney, em homenagem ao soldado brasileiro. As autoridades... Tivemos a oportunidade de ouvir o Hino Nacional e os Hinos das Forças Armadas. Foi uma sessão do Congresso. O meu Partido, o PMDB, foi representado por um Deputado Federal e um Senador, e o Senador não quis tirar a oportunidade: o Paulo Duque falou em nome do nosso Partido.

Eu aprendi, no colo de minha mãe, que a gratidão é a mãe de todas as virtudes e quis Deus estarem aqui, presentes nas galerias, dois extraordinários homens da cultura e profissionais da comunicação do nosso Piauí: o Helder Eugênio e o Antonio Rodrigues.

Então, nós, no dia 25 de agosto, Dia do Soldado, fomos agraciados pela maior comenda que eles têm. Está aqui, eu a coloquei. Duque de Caxias, o Pacificador. Então, é muito honroso e eu entendo que ninguém melhor do que eu poderia dizer para o Brasil o significado disto.

Atentai bem: 81 Senadores e eles me chamaram para que eu recebesse, neste difícil momento por que passam a credibilidade da classe política e o Congresso, essa homenagem.

Realmente, aqui temos o Zózimo Tavares, que é um jornalista extraordinário, que revive Carlos Castello Branco na sua cultura, na sua firmeza, colocando, aqui, o nosso General Enzo Martins Peri, que hoje esteve aqui.

Hoje, nós vivemos, Jefferson Praia, o que aquele professor americano, Alvin Toffler, escreveu no livro *A Terceira Onda*: na primeira, o homem vivia da agricul-

tura, há dez mil anos; depois, a segunda onda é a da indústria; e a terceira é essa, da desmassificação da comunicação, dessa eletrônica e tal.

Então, a desmassificação da comunicação. Hoje, surgiram, com essas tecnologias da eletrônica, esses portais, esses *blogs*: Correio do Norte, também do Piauí; AZ; GP1; Portal O Dia e tal. Quis Deus que o mais importante estivesse aqui: o 180graus. Deus escreve certo...

Mas o significado disso eu teria de dizer. Olha, primeiro, a Medalha do Pacificador, Caxias. Ele foi Senador também, ele não foi só Ministro da Guerra, não foi o que recebeu, o pacificador. Ele, Senador da República também, nos deu um grande ensinamento.

Então, Suplicy, as três Forças estavam aqui. Eu ia demonstrar a importância das nossas Forças Armadas na nossa democracia e na nossa vida.

Somos felizes pelos militares que temos e vou defender a tese. O que somos resulta do nascimento da democracia na Grécia, democracia direta em que o povo ia, Mozarildo, às praças. Aristóteles disse que o homem é um animal político. Mas era muita confusão, o povo todo nas praças, Helder Eugênio para falar. Começava de madrugada e à noite – naquele tempo, já tinha vinho, já tinha cerveja – não terminava e não dava. Isso foi aperfeiçoado na Itália. Passou a democracia a ser representativa. O símbolo do grande Senado romano, como Rui é o nosso, era Cícero, que dizia: “O Senado e o povo de Roma.” Nós podemos dizer: “O Senado e o povo do Brasil.”

Nós somos filhos do povo, do voto e da democracia, de tal maneira que essa democracia que temos aqui... Este Senado é aperfeiçoado, porque um dos nossos, mostrando as confusões de um regime democrático, que nós, pela inteligência brasileira, embora tardiamente, pois levou cem anos para aquele grito do povo das ruas – “liberdade, igualdade e fraternidade” –, grito esse com que caíram todos os reis que viviam no absolutismo... Um deles chegou a dizer: “*L’état c’est moi*”. Esse grito chegou ao Brasil cem anos depois, mas chegou, e os militares, no Império, garantiram a unidade deste País, comandados por Caxias, o militar, o Senador. Ele deixou um grande ensinamento para todos nós, que revivo: não humilhar os vencidos. Daí a comenda ser do Pacificador.

Vários movimentos foram conflagrados aqui. Vencemos invasões de povos estrangeiros, debelamos movimentos nacionais – o maior deles a Revolução Farroupilha –, enfrentamos guerras externas – a da Tríplice Aliança – e ele deu um ensinamento que devemos trazer: não humilhar os vencidos.

Não bastasse, na mesma época, um ensinamento muito oportuno que aprendemos da força militar,

a Marinha – quanta objetividade –, um ensinamento para hoje: o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

E vivemos um dos líderes que combateram o movimento que extrapolou os ideais democráticos: a ditadura Vargas, que o livro de Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, demonstra-nos que, mesmo que o ditador seja uma pessoa bondosa, trabalhadora, competente e generosa, a ditadura não é um regime bom. *Memórias do Cárcere* está aí, de Graciliano Ramos.

Então, surgiu um militar da Aeronáutica, para dar o grande ensinamento dos dias de hoje. Nasci em 1942. Criança ouvi o eco, o som a respeito desse militar, o Brigadeiro Eduardo Gomes, destronando a ditadura. Ele dizia: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. E nós aprendemos. O Senado da República, este Senado, foi a eterna vigilância.

Graças a este Senado este País não saiu agora – ô Senador Casagrande – da nossa cultura democrática. A nossa cultura é a da Grécia; a da Itália do Renascimento; a da França da liberdade, igualdade, fraternidade; a da Inglaterra. Então, esse homem, exilado daqui pelo Marechal de Aço, foi para a Inglaterra e aprendeu a democracia bicameral. Por isso, este País é bicameral. E mostrando grandeza, porque, lá na Inglaterra, o rei havia fechado o Parlamento. Mas ele entrou, Senador Casagrande, em guerra com a Escócia e a Irlanda, e não tinha dinheiro. Ele reabriu o Parlamento, o Rei Carlos I, porque os parlamentares tinham credibilidade para conseguir dinheiro, para a Inglaterra enfrentar e vencer a guerra. Eis que surgiu o líder do Parlamento, Oliver Cromwell, que concordou em reabrir o Parlamento, mas impôs uma condição: jamais o rei estaria acima da lei. Aí nasceu a primeira convivência da democracia em um regime monárquico parlamentar. De lá, nasceu seu filhote, os Estados Unidos. Regime também bicameral.

E Rui Barbosa, no exílio, na Inglaterra, aprendeu isso tudo e trouxe para nós. Essa é a nossa cultura. Por isso, Senador Casagrande, nós não temos nada a ver com a história de Cuba; nada a ver com a história da Venezuela, de Chávez; nada a ver com os aprendizes; Correa, do Equador; Morales da Bolívia; com o padre reprodutor do Paraguai; a Nicarágua e a confusão de Honduras. Essa é a nossa cultura.

E os militares, por que estão sendo homenageados? Ô Casagrande, em nenhum instante, nem o Marechal Deodoro, nem o Floriano Peixoto – o Marechal do aço –, nem o Hermes da Fonseca, nem os cinco militares – atentai bem! –, porque o que caracteriza a democracia é a divisão de poder. Ouve. Que o Executivo era forte, era forte. Mas existiu o Judiciário e existiu esta Casa. Fechou-se rapidamente. Uma delas, Sena-

dor Casagrande, sou testemunha, porque eu estava ao lado do maior dos Senadores que por aqui passou, o piauiense Petrônio Portella – ele fez votar uma reforma do Judiciário –. Mandaram os canhões. Fecharam. A imprensa foi a Petrônio Portella – e eu estava do lado dele –, e ele só disse uma frase: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Aprendi, Casagrande, que a autoridade é moral. Os militares foram refletir e reabriram a Casa. “Este é o dia mais triste da minha vida.” Ele só disse isso, Casagrande. Eu estava do lado dele. Aí eu vi que a autoridade é moral.

Tanto é que esse homem foi o escolhido para a transição democrática. Era ele. Ele ia ser o primeiro presidente civil; Tancredo Neves, seu vice. Ele confessou. Ele iria pelo PDS; o Tancredo pelo PP. Venceria o colégio eleitoral o PMDB. Ele se imolou. Senador Mozarildo, ele tinha um pulmão só e teve um enfarte. Não quis fraquejar. Não quis mostrar. Então, ele se imolou e morreu em seguida. Aí foi galgado para essa transição Tancredo, que também se imolou, que trouxe o Presidente Sarney, que, com sua tolerância, conseguiu fazer a transição na paz. Mas foi Petrônio Portella! Ainda hoje querem combater o ícone que deu o passo mais avançado: a Lei da Anistia. Esse foi o passo mais importante.

E os militares? Eu quero dar o testemunho ao Brasil. Senador Eduardo Suplicy, eu conheci Castello Branco pessoalmente. Eu tive uma namorada, no Ceará, da família de um general, e o Castello era o superior dele. Então, conheci. Ô homem de bem! Ô homem sério! Ô homem honrado o Castello Branco! Eu o conheci. O julgamento é meu. E, depois, eu vivi, no Ceará, lá me formei. As raízes dele são piauienses. Aquela Batalha do Jenipapo, que hoje é comemorada pelo Exército, foi ele que conheceu a luta dos bravos piauienses com os cearenses para expulsar os portugueses do solo brasileiro e garantir a unidade nacional a este País, que seria dividido em dois. Então, foi Castello Branco que mandou que aquele 13 de março fosse comemorado nacionalmente pelo Exército como uma batalha da unidade.

Conheci Ernesto Geisel, Mozarildo. Ô homem austero, sério, correto! Eu o conheci. Era Governador de Estado aquele que aqui discursou e aqui tombou: Senador Dirceu Arco Verde, que tombou em seu primeiro discurso. Meu amigo, inclusive fui Deputado Estadual para ajudá-lo a eleger-se Senador. Ele tombou no primeiro discurso. E era Geisel o Presidente. E conheci João Batista Figueiredo. Olha, eu o conheci na intimidade. Era Deputado Estadual João Batista Figueiredo, Presidente Lucídio Portella, irmão mais velho de Petrônio Portella. E o Lucídio nunca bebeu, não gosta de beber e não sei quê. E o nosso Presidente João

Figueiredo foi lá por duas vezes para inaugurações, e havia um jantar na casa do Governador. O Governador não bebia, e o Presidente queria tomar uísque. Então, o Presidente chamava alguns para fazer companhia ao João Batista Figueiredo: Juarez Tapety, Gerardo Lages, eu; ouvíamos música, *in vino veritas*. Eu conheci o Figueiredo na intimidade. *In vino veritas*. Não podia passar as intimidades que a gente conversava. Mas, na minha psicologia, que sou médico, um grande homem, um homem de bem, um idealista, um militar.

Deram uma missão para ele, Mozarildo: “Vai lá e faz a abertura”, o Geisel disse. Era como se dissesse para ele: “Vai para o Haiti”, e ele ia; “Vai para o Iraque”, e ele iria. Ele era militar. Mas puro. Cidadão de bem, honrado. Eu o conheci na intimidade, por duas vezes. Bebemos até, lá no Piauí, na casa... Ele era o que era. Ele nunca passou uma imagem diferente. Ele foi um militar. Primeiro, a melhor vida militar era a dele e a do Luiz Carlos Prestes. E o Geisel o recrutou e disse: “Faça a abertura”. Ele veio e fez. Ele não foi educado como nós, para ter essa tolerância política, mas fez a abertura.

Atentai bem, Mozarildo, nós estamos aqui para fazer justiça. O que é a democracia? No meu entender, e entendo bem, aqui é o lugar para se dizer que somos os pais da Pátria. A democracia é a divisão de poder. Teve. E alternância de poder. Que eles fizeram eleição indireta, fizeram. Que eles se alternaram, se alternaram. Isso é o que caracteriza uma democracia. E o do Piauí foi considerado. Petrônio Portella, a sua luz, o homem convocado para ser Presidente, o primeiro civil, a anistia, Ministro da Justiça, um ícone da redemocratização, Presidente desta Casa por duas vezes. E mais: buscou um filho do Piauí, de Parnaíba, filho de carteiro com costureira. Com nove anos de idade abria a fábrica do meu avô. Mania de primeiro lugar. João Paulo Reis Velloso, vinte anos sendo a luz, o farol para o regime militar. Progressos muitos na tecnologia, na comunicação, nas estradas, nas pontes, nas coisas, na educação... Eu estudei no período... Nunca faltou a uma aula de Medicina. Fiz pós-graduação também em um hospital público, do Governo, o Hospital do Servidor do Estado, que era uma das melhores escolas de pós-graduados que existia na América do Sul.

Então, o que queremos dizer é isto: com muito orgulho uso esta medalha. E dizer ainda o seguinte: João Paulo Reis Velloso deu grande ensinamento a serviço dos militares. Vinte anos de mando, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Isso mostrou ao País e ao mundo as virtudes de nós piauienses. E aqui nós estamos.

E todos, todos deram ensinamento. O Sr. Deodoro, o Sr. Floriano Peixoto, o Dutra – que eu vi, tinha nascido.

Que ensinamento belo! Ô Mozarildo, ele entrou no lugar do Getúlio. Só um quadro para mostrar o ensinamento dos militares a nós. Muito oportuno e atual para esses aloprados que estão aí a assaltar este País.

Dutra, no apagar do seu governo, eleito Getúlio, voltando nos braços do povo, chamou o genro e disse: “Veja uma casa para eu morar”. Entregou a faixa, entrou no carro do genro. Aí, era um sobrado grande. Ele parou e não quis adentrar. Disse: “Não tenho dinheiro para pagar essa casa. Como você faz isso?”. O Marechal Dutra, ex-Ministro da Guerra, ex-Presidente, sentiu que não tinha. Aí o genro disse – e esta é uma passagem bonita –: “General, Marechal, você pediu que eu resolvesse o problema. O senhor não vai pagar. Foi um amigo seu que lhe emprestou, nesta fase de transição”. Então, saiu nessas condições o Marechal.

São essas homenagens que eu quero dizer. E não bastava isso tudo, esses ensinamentos, por aqui passaram brilhantes militares. Caxias foi Senador. Quem não tem saudade de Jarbas Passarinho, que ainda vive, Senador, cinco vezes Ministro deste País. Virgílio Távora, lá do Ceará, casado com uma parente minha, Moraes Correia. Exemplos deles.

Então, queremos encerrar manifestando os agradecimentos de todos nós brasileiros pela seriedade daqueles homens, eles são o povo, eles são filhos de famílias, como nós, os militares, e têm competência para entrar no terceiro ano.

Analise o que é o ITA, em que sonhei entrar, o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, a Embraer, a Marinha e o nosso Exército, além das missões de segurança, os inúmeros Batalhões de Engenharia a construir neste País. Lá no meu Piauí tem dois Batalhões de Engenharia. Mas o mais importante eles sempre garantiram, que foi manter hasteada esta Bandeira, com a mensagem positivista “Ordem e Progresso”, isso que sonhamos para o nosso Brasil.

E agradecemos a participação das três Forças Armadas, que hoje foram homenageadas no Senado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Senador Mão Santa, V. Ex^a poderia assumir a Presidência? Eu sou o próximo inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu volto já.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Então, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Jefferson Praia, gostaria de aqui ressaltar a importância da audiência pública realizada na última terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Gari-

baldi Alves, quando tivemos a presença do Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, Sr. Arthur Badin; do Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores – Associtrus; do Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – Citrus BR.

Em substituição ao Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, que, infelizmente, no domingo último, sofreu um atentado em seu próprio sítio, ao lado de sua esposa: uma pessoa mascarada entrou na casa de seu sítio, onde ele se encontrava descansando, às 2h30 da tarde, e desferiu uma bala que atingiu o seu pescoço... Quero registrar o quanto todos desejamos que Hélio Neves esteja se recuperando. Em seu lugar, veio o Sr. Eduardo Porfírio, Diretor da Feraesp.

É muito importante que tenha havido desta vez, ainda que com divergência entre os produtores de laranja e o representante da Citrus BR, Christian Lohbauer, análises diferentes e números, inclusive, diferentes. É muito importante que possam os produtores de laranja dialogar diretamente com os produtores de suco de laranja, que chegaram de tal maneira a uma forma de concentração que sobretudo quatro grandes empresas – Cutrale, Citrosuco, Dreyfus, Citrovita – detêm uma fatia de 98% do mercado e exercem um tal poder oligopolista, muitas vezes com a típica formação de um cartel, que dificulta em muito a vida dos citricultores.

Eles aqui têm apresentado queixas desde os anos 90 e ao longo deste novo século XXI, desde o ano 2000, e uma preocupação muito grande. E o Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas mostrou como, nos Estados Unidos da América, normalmente há uma evolução do preço do suco de laranja, que guarda relação com o preço da laranja; enquanto aqui, muitas vezes, quando o preço do suco de laranja sobe no mercado internacional, nem sempre há o acompanhamento do preço da laranja. Então, ele procurou mostrar que muitos dos produtores de laranja têm-se visto asfixiados na sua condição econômica, algo que resulta da forma segundo a qual as empresas de suco de laranja se organizam.

Foi, todavia, mostrado que é possível se chegar a um entendimento. Sobretudo se também houver o empenho do Congresso Nacional, da nossa Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e da própria Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo Senador Valter Pereira, que, inclusive, presidirá a nova audiência pública, marcada também por iniciativa da Senadora Kátia Abreu, em que poderão estar presentes o Ministro da Agricultura, Reinhold

Stephanes; o Presidente da Embrapa; a Secretária de Direito Econômico, Mariana Carvalho de Araújo; o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Pinheiro Silveira, que não estiveram nessa audiência.

A audiência foi acompanhada por centenas de citricultores, que aqui vieram para expressar a sua preocupação, em grande parte, sobretudo, do Estado de São Paulo, mas também citricultores de outros Estados, como Sergipe. O próprio Senador Antonio Carlos Valadares, de Sergipe, mostrou como há no Estado de Sergipe uma produção significativa de laranjas. E o Senador Osmar Dias, do Estado do Paraná, também relatou a história de como no Paraná se conseguiu realizar um entendimento para neutralizar o efeito das empresas, em forma de cartel, de sucos de laranja.

Quero assinalar que, nessa ocasião, diferentemente de outras, quando também havíamos convidado os presidentes de empresas de suco de laranja, dessa vez o seu representante compareceu, o Sr. Christian Lohbauer, que manifestou a disposição de dialogar para além dos desentendimentos que aconteceram, por vezes, de forma muito difícil, entre ambos os lados da produção.

É importante que tenha havido de todas as partes a boa vontade no sentido de que possa ser criado o Consecitrus, a exemplo do Consecana, ou seja, o Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, uma associação formada por representantes das indústrias de açúcar e álcool e dos plantadores de cana-de-açúcar, que tem como principal responsabilidade zelar pelo relacionamento entre ambas as partes.

Esse Conselho criou um sistema de pagamento da cana-de-açúcar pelo teor de sacarose, com critérios técnicos para avaliar a qualidade da cana-de-açúcar entregue pelos plantadores às indústrias e para determinar o preço a ser pago ao produtor rural. É um sistema que tem adoção voluntária.

O valor da cana-de-açúcar se baseia no chamado Açúcar Total Recuperável, que corresponde à quantidade de açúcar disponível na matéria-prima subtraída das perdas no processo industrial, e nos preços do açúcar e etanol vendidos pelas usinas no mercado interno e externo.

A diretoria do Consecana é composta por cinco representantes da Orplana, Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil, e cinco da Única, com o mesmo número de suplentes. O Conselho conta ainda com uma Câmara Técnica, Canatec, que assessora a diretoria nas questões técnicas e econômicas e que é constituída por seis representantes da Orplana e seis da Única.

Isso se iniciou em 1999 e vem funcionando de maneira a atender interesses de ambas as partes.

Aqui assinalo que o Estatuto do Conselho dos Produtores de Cana, Consecana, diz, no seu art. 3º, que as suas finalidades principais são:

Art. 3º –

I – zelar pelo relacionamento da cadeia produtiva da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo, conjugando esforços de todos aqueles que desta participarem, desde o plantio da cana até a venda dos produtos finais, objetivando a sua manutenção e prosperidade;

II – zelar pelo aprimoramento do sistema de avaliação da qualidade da cana-de-açúcar, efetuando estudos, desenvolvendo pesquisas e promovendo a sistematização e constante atualização dos critérios tecnológicos de avaliação desta qualidade;

III – desenvolver e divulgar análises técnicas sobre a qualidade da cana e sua aferição, bem como acerca da estrutura e evolução do mercado da agroindústria canavieira, inclusive no que tange às condições de contratação e negociação no setor;

IV – promover a conciliação de conflitos surgidos entre os integrantes do sistema que para tanto vierem a recorrer ao CONSECAN-SP, nos termos do art. 15, inciso III, deste Estatuto;

V – encaminhar ao Juízo Arbitral da BM&F os conflitos não conciliados entre os integrantes do sistema que para tanto vierem a recorrer ao CONSECAN-SP, nos termos do art. 15, inciso III, deste Estatuto [que aqui tenho anexo].

Ora, o que pode perfeitamente acontecer, inclusive atendendo-se à sugestão do ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, que tanto tem estimulado esse formato: pode haver a formação de um conselho denominado, por exemplo, Consecitrus, que justamente iria coordenar os entendimentos e de uma maneira tal que possa ser considerado e supervisionado pelo Cade, pela SDE, de forma a não se tomar nenhum tipo de atitude por parte dos produtores de suco de laranja que atente contra a lei de defesa da concorrência.

Portanto, é de se esperar que a próxima audiência pública que se realizará na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com os convidados que mencionei possa colaborar no sentido de ser uma ação catalisadora da formação do Consecitrus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna mais uma vez para falar sobre regularização fundiária.

V. Ex^a que é de um Estado amazônico sabe muito bem que uma grande parcela dos trabalhadores que vivem da terra, na Amazônia, assim como no meu Estado, o Estado de Rondônia, não tem ainda o documento da terra.

Nós – V. Ex^a também, o Senador Leomar, que é do Estado do Tocantins; o Senador Mozarildo, que é do Estado de Roraima – sabemos que um problema sério na Amazônia é a regularização fundiária. As famílias vivem na terra, mas não têm o documento da terra, não conseguem um financiamento no Banco do Brasil, não conseguem um financiamento no Banco da Amazônia, não conseguem tirar uma licença nos órgãos ambientais, porque não têm o documento da terra.

E nós trabalhamos durante todo o tempo aqui no Senado, nesses últimos seis anos, para que saísse uma lei. Eu tenho até um projeto de lei nesse sentido e falei ainda quando lancei esse projeto, Projeto nº 342, que, se o Governo Federal quisesse mandar uma medida provisória, que é mais rápida... Lamentavelmente, os projetos que nascem aqui no Congresso demoram três, quatro, às vezes até dez anos, para serem aprovados; têm de passar nas comissões do Senado, da Câmara, no plenário, e é aquela novela que nós já conhecemos muito bem. E, quando vem a medida provisória, ela é aprovada, já tem força de lei a partir da sua publicação – quando demora aqui, são 60, 90 dias para ser aprovada. É muito rápido.

E veio no início deste ano a Medida Provisória nº 458, que nós aprovamos lá na Câmara e aqui no Senado, e o Governo Federal tem falado que agora abriu caminho para a regularização fundiária na Amazônia, mas, infelizmente, não está andando. No meu Estado começou por quatro Municípios: o Município de Nova Mamoré, o Município de Porto Velho, Machadinho d'Oeste e Pimenta Bueno. Por quê? Porque eram os Municípios do Arco de Fogo, aqueles Municípios que foram fiscalizados no Estado de Rondônia, no Estado do Mato Grosso e no Estado do Pará, porque houve um desmatamento mais acentuado nos últimos anos. Talvez nem tenha sido tanto assim como foi alardeado, mas aí começaram a regularização nesses quatro Municípios. Em um dos Municípios, foram cento e poucas propriedades; no outro, mais cento e não sei quantas...

Eu sei que nem 5% da expectativa que estava sendo criada foi atingida. E parou. E não se fala mais nisso, nem nesses Municípios, nem nos outros Municípios de Rondônia.

Então, eu queria cobrar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra que eles colocassem mais gente, já que fizeram uma parceria com o Estado, com os Municípios, para ajudar no cadastramento dessas famílias, desses lotes, dessas terras; que fizessem um trabalho mais reforçado, mais dinâmico, para que realmente alcançasse o objetivo do Governo Federal com a Medida Provisória nº 458. Era o que nós também cobrávamos sempre do Governo Federal: que fizesse a regularização fundiária na Amazônia. São mais de 200 mil propriedades na Amazônia e mais de 30 mil só no meu Estado, no Estado de Rondônia.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a está abordando um tema que, para nós da Amazônia, não tenha dúvida, é crucial. Aliás, sem essa questão resolvida, não adianta pensar nas outras ações da Amazônia. Se nós não regularizarmos realmente as terras, quer dizer, para quem está ocupando... A medida provisória que V. Ex^a lembrou aqui estabeleceu um marco de quem estava na terra de 2004 para trás. E, lamentavelmente, V. Ex^a está informando que, no seu Estado, a coisa está andando muito devagar, quase parando. Meu receio era esse. Inclusive, na aprovação da MP, eu defendi a medida provisória. Em tese, eu sou contra a medida provisória, mas essa realmente era urgente e relevante para o primeiro dia de governo do Presidente Lula. Mas é aquela história: antes tarde do que nunca. Mas, se chega tarde e ainda se bota toda a burocracia e a lentidão dos órgãos que são realmente ineficazes, aí é fazer de conta que quer resolver o problema da Amazônia. Eu queria realmente até endossar o apelo de V. Ex^a para que os órgãos do Governo... Essa MP, como não poderia deixar de ser, é um projeto de iniciativa do Governo Federal, quer dizer, com a assinatura do Presidente da República. Foi alterado minimamente na Câmara e no Senado; um artigo que era questionável o Presidente vetou. Então, agora é executar. Realmente acho que V. Ex^a tem muita razão. Deveríamos fazer um trabalho persistente não só de apelar, mas de cobrar do Governo para que não fique, por exemplo, no lance de ter, digamos, tomado uma medida, mas não executado a medida. Isso não adianta nada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado pela contribuição.

V. Ex^a é Presidente da Comissão da Amazônia. Acho que caberia até uma audiência pública convidan-

do – não convocando, mas convidando – o Ministro Cassel, da Reforma Agrária, e o Presidente Rolf, do Incra, para falarem sobre esse assunto, sobre o porquê de a coisa não andar – se é falta de dinheiro, se é falta de contingente, de pessoal. Eles falam de um tal de georreferenciamento. Agora tem que ter todo o georreferenciamento. Esse georreferenciamento, no ritmo que vai, vai demorar 200 anos para acontecer, porque não está acontecendo.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Raupp, parece-me que V. Ex^a aborda um problema que é de caráter nacional. V. Ex^a cita o seu Estado, cita o Estado representado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e eu gostaria de dar um testemunho do Estado do Tocantins. Um dos gargalos de desenvolvimento que nós enfrentamos lá é exatamente a questão fundiária. É incompreensível que a União ainda tenha áreas rurais e que não as entregue aos posseiros, às pessoas que nela labutam, que nela trabalham. Já existe a lei, que especifica a quantidade que pode ser vendida para cada um. É impressionante como há morosidade muito grande nesse procedimento. Então, é impressionante como há morosidade muito grande neste procedimento. Da mesma forma, nós temos algumas áreas que são do Estado, do próprio Estado, que são ainda pendentes de regularização. Isso é dificultar o processo de desenvolvimento do Estado, impedindo que o produtor possa, com a terra já titulada em seu nome, ter acesso a recursos, a financiamentos que possam ajudá-lo a desenvolver essa atividade. Essa outra exigência do georreferenciamento, uma verdadeira medição nova que se faz nas propriedades e que a legislação está obrigando os produtores a fazer, isso tem um custo bastante elevado. E, seguramente, um percentual elevado dos produtores não têm o recurso suficiente para fazer esse trabalho, para fazer esse georreferenciamento. V. Ex^a tem razão em fazer uma previsão de que isso pode demorar aí um tempo muito longo, o que vai atrasar ainda mais o desenvolvimento de diversos Municípios e do nosso País. Parabéns a V. Ex^a pelo assunto que traz nesta tarde.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Leomar, pela contribuição.

E eu conheço caso, nobres Senadores, de que os proprietários fizeram o georreferenciamento, e o Incra não está aceitando. E é uma luta para o Incra aceitar o georreferenciamento que foi feito – está lá, foi pago, foi feito pelo proprietário. E o Incra não está aceitando. Então, é uma burocracia que não tem limite.

Além da regularização fundiária que nós estamos cobrando aqui constantemente – que o Incra e o MDA se

mexam e façam o mais rápido possível –, nós estamos agora com outro problema, que é o Código Florestal. O Código Florestal precisa ser mudado, precisa ser modificado. Nós tivemos várias reuniões. O Ministério da Agricultura está trabalhando. O próprio Ibama e o Ministério do Meio Ambiente também estão trabalhando neste sentido, assim como a Confederação Nacional da Agricultura, a Fetagro, enfim, todos os órgãos, as Frentes Parlamentares da Câmara e do Senado, voltadas para a agricultura e para a pecuária.

Não adianta querer dizer que, agora, todos os que desmataram no passado vão ter de reflorestar. Se for assim, os Estados de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais vão ter de reflorestar 20% de suas áreas, onde estão produzindo leite, soja, café, gado, uva no Rio Grande do Sul, arroz, enfim, tudo o que se produz hoje para sustentar os 190 milhões de brasileiros e ainda exportar, já que o Brasil é um grande exportador da agricultura e da pecuária, do agronegócio.

Então, se tiver de reflorestar tudo o que estão dizendo que é preciso reflorestar, vai sobrar pouca terra para se produzir. Além disso, o Brasil está entre os três países que mais preservam no mundo. Não adianta os ambientalistas gritarem que o Brasil é o vilão do meio ambiente, porque isso não é verdade. A Amazônia, que detém 61% do território nacional, tem 83% de floresta, apenas 17% foram desmatados. Se a gente parar agora de desmatar na Amazônia, nós vamos ficar com apenas 17% para sustentar os 21 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia. E quando se observa o contexto nacional, vamos ver que apenas 46% foram desmatados e que 54% são cobertos por florestas no Brasil. O Brasil está entre os três países, juntamente com a Rússia e o Canadá, que mais preservam no mundo.

Então, não adianta, como diz o ditado, “querer colocar a pasta de dente de volta dentro do tubo”, que não vão conseguir. Não adianta dizer que se vai reflorestar tudo o que se desmatou porque isso não é possível. Vamos salvar o que ainda não foi desmatado.

Então, o projeto que eu defendo é o do desmatamento zero. Por que desmatamento zero? É um tratamento de choque mesmo. Vamos parar de derrubar, de queimar – ninguém quer mais fazer isso – mas vamos liberar as áreas antropizadas, já consolidadas para a produção, para que as pessoas possam continuar sustentando suas famílias e abastecendo o Brasil de produtos da agricultura e da pecuária.

É esse o apelo que faço, Sr. Presidente.

Peço desculpas por ter ultrapassado o tempo regimental – V. Ex^a já me concedeu três minutos além do prescrito –, mas deixo aqui, mais uma vez, um ape-

lo para os órgãos federais da área da regularização, que são o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA, para que façam isso com mais velocidade, de modo a dar mais tranquilidade e evitar essa angústia, essa pressão sobre o homem do campo. O campo está nervoso, o campo está ansioso, o campo está até depressivo em razão da falta de um marco regulatório, da regularização fundiária para as nossas propriedades.

E deixo outro apelo também, relativo ao Código Florestal. Acho que o Ministério do Meio Ambiente deveria agarrar com unhas e dentes o projeto do desmatamento zero. Falei ontem, a propósito, numa reunião na Confederação Nacional da Agricultura, que acho que os ecologistas não querem esse projeto. Por quê? Porque vai tirar o discurso deles. Com certeza, vão ficar sem discurso se estabelecermos o desmatamento zero no Brasil, se estabelecermos que não vamos derrubar mais, que não vamos queimar mais. Como é que os ecologistas vão viver, os ambientalistas que vivem do discurso do meio ambiente? Mas é hora de o Ministério do Meio Ambiente, o Governo Federal, até o Presidente Lula, agarrarem com unhas e dentes esse projeto do desmatamento zero e aprovar isso o mais rápido possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna para comemorar com os membros desta Casa, sobretudo aqueles que compõem a Comissão de Assuntos Sociais, duas decisões importantes que aquela comissão tomou na tarde de ontem.

A CAE, por meio de seus membros, aprovou ontem o estabelecimento de um piso salarial nacional no valor 930 reais para os Agentes Comunitários de Saúde.

Ora, todos nós sabemos do relevo, da importância do trabalho desenvolvido pelos Agentes Comunitários de Saúde. Aquelas pessoas dedicadas põem o seu conhecimento em ação na visita que fazem às propriedades urbanas, suburbanas e rurais, nas visitas que fazem às famílias para identificar situações de risco e fazer um tratamento, um trabalho que procura prevenir eventuais doenças – essa é a medicina inteligente, a que procura evitar que o cidadão adoecça; a medicina curativa é importante, mas deve estar em segundo plano, porque o ideal é o cidadão não adoecer.

Os Agentes Comunitários de Saúde integram um programa mais amplo, que envolve ainda o Médi-

co e o Enfermeiro. O Agente Comunitário de Saúde é o ponta-de-lança, ele faz a visitação, está em contato permanente com as famílias para evitar que a doença eventualmente ocorra.

Por isso, o estabelecimento de um piso nacional de 930 reais, que no meu entendimento ainda é pequeno, incompatível com a importância do trabalho que os Agentes Comunitários de Saúde realizam, já é um avanço, porque é mais do que eles recebem hoje.

E nós estamos trabalhando para que suas condições de trabalho também sejam melhoradas, já que os Agentes, ao fazerem seu trabalho, peregrinando de casa em casa, expõem-se às intempéries, às chuvas, ao sol inclemente e, muitas vezes, deslocam-se a pé ou, se não o fazem assim, utilizam veículos próprios, bicicletas ou motocicletas próprias.

De forma que o salário que se está estabelecendo, de 930 reais, já é um avanço importante, ainda que, no meu entendimento, seja pouco em relação à importância do trabalho que os Agentes de Saúde prestam à sociedade brasileira. Então, realmente tenho de estar satisfeito e feliz, comemorando com os Agentes de Saúde esse avanço que a Comissão de Assuntos Sociais deste Senado promoveu em caráter terminativo.

Esse projeto vai agora à Câmara para ali ser também aprovado. Depois de aprovado, certamente terá a sanção presidencial.

Um outro assunto que também comemoro com alegria é uma outra decisão tomada pela CAE. Diz respeito a um projeto de lei de autoria do eminente Senador Paulo Paim, que se encontra presente. S. Ex^a é um incansável batalhador pelas causas sociais neste País, cuida, sobretudo, das questões inerentes ao trabalhador, e realmente alcançou uma vitória expressiva com o apoio de seus pares naquela comissão.

Cumprimento mais uma vez V. Ex^a pela aprovação do projeto de lei que inclui entre as atividades profissionais com direito a pagamento de adicional de periculosidade as diversas atividades desenvolvidas por trabalhadores como os vigilantes, os vigias e os seguranças privados, que colocam suas vidas permanentemente em risco e que não recebiam essa gratificação em razão da periculosidade de suas atividades.

V. Ex^a, sempre sensível aos problemas sociais, identificou esse problema e apresentou o projeto de lei que foi plenamente acolhido por seus pares e aprovado naquela comissão.

Então, eram esses dois registros que gostaria de fazer, Sr. Presidente, satisfeito em saber que, com essas duas posições tomadas pela Comissão de Assuntos Sociais, o Brasil avança, fortalecendo e valorizando os seus trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jefferson Praia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, há pouco o Senador Valdir Raupp abordou o tema da regularização fundiária na Amazônia, isto é, a regularização da situação daqueles que ocupam terras na Amazônia de 2004 para trás – muitos deles estão lá há várias gerações, estão lá com documentos precários fornecidos pelo Incra ou pelos Estados.

Como disse no aparte que fiz ao Senador Valdir Raupp e também na época da votação da medida provisória, que encaminhei a favor, embora tenha posição firme, retilínea, de ser contra as medidas provisórias, porque 90% delas ou mais não são urgentes nem relevantes e, o que é pior, quando chegam aqui, Senador Jefferson Praia, estão cheias de emendas que nada têm a ver com o objetivo da medida provisória, são colchas de retalhos, verdadeiras emendas “frankenstein”, que você, às vezes, aprova porque elas estão de tal forma subterraneamente embutidas que não dá sequer tempo de analisarmos, então, por isso tenho votado sistematicamente contra. Mas, nesse caso, como em outros – em caso de emergência, inundações e certos estados de calamidade –, também acho que as medidas provisórias são necessárias. Eu não tenho uma aversão total, não; acho só que o Presidente Lula tem usado em demasia e desnecessariamente as medidas provisórias. Mas nesse caso, ela é plenamente justificável. E no caso do Estado de Roraima, recentemente, depois de mais de duas décadas de lutas, inclusive existindo uma lei de autoria da Senadora Marluce Pinto... À época, quando seu marido era Governador, o ex-Governador Ottomar Pinto, no primeiro governo, portanto na década de 90, foi aprovada uma lei, eu diria, até redundante porque o art. 14 das Disposições Transitórias da Constituição já diz que o Estado de Roraima está compreendido dentro dos limites geográficos do ex-Território. Então, tudo o que está dentro desse limite é do Estado de Roraima, mas o Governo não só vem expandindo as áreas federais, de reservas ecológicas, de reservas indígenas, e o que sobrava, que é uma quantia menor, ainda estava cadastrada em nome do Incra. E depois dessas décadas de reivindicação, repito, inclusive com base na Lei Marluce Pinto – era uma lei da Senadora Marluce Pinto –, o Presidente baixou, finalmente, uma medida provisória devolvendo, não transferindo, mas devolvendo ao Estado de Roraima

as terras que sempre lhe foram de direito. Mas, como disse aqui o Senador Valdir Raupp, o problema é que, entre a publicação da medida provisória e a execução, há uma distância enorme. E aí é aquela história: órgãos do Governo trabalham contra as decisões do Governo. No caso específico, a medida provisória que foi, portanto, encaminhada pelo Presidente da República tem órgãos como o Incra e outros que colocam toda uma série de dificuldades para que, portanto, a lei – já que foi transformada em lei – seja, de fato, transformada em realidade, em benefício daquela população.

Tenho sempre dito aqui que, infelizmente, a Amazônia é tratada pelo Governo Federal como o quintal do País. Só se olha para a Amazônia para dizer o que não se pode fazer lá, mas não se olha, por exemplo, para os 25 milhões de habitantes que temos na região – homens, mulheres, crianças, brancos de olhos azuis, índios, negros – com a preocupação de dar melhor condição de vida a essas pessoas.

Então, eu fico realmente aqui a constatar que a equação, ou melhor, a constatação é clara: nós somos 25 milhões de habitantes. São Paulo tem 42 milhões. Então, transformando o que interessa para a eleição, nós somos poucos eleitores se comparados a São Paulo. Então, são deixadas para o fim da fila todas as coisas da Amazônia.

Aí vem para o aspecto econômico, em termos financeiros. Quanto é que a Amazônia representa no PIB nacional? Apenas 8%. Então, se são apenas 8%, não tem preocupação. Deveria ser o inverso, como prevê a nossa Constituição. Deveria haver o investimento maciço na Amazônia, na sua população, para que a desigualdade existente entre aquela região e as demais regiões do País, principalmente a Sul e a Sudeste, pudesse ser se não eliminada, pelo menos aliviada de maneira muito grande, como manda, repito, a Constituição. Mas aí, infelizmente, o Governo não tem planejamento, não tem consequência nos seus designos, é um Governo muito palanqueiro e de pouca realidade.

Então, eu, inclusive, vou estar, amanhã, Senador Jefferson Praia, no Município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, onde vai acontecer uma sessão itinerante da nossa Assembléia Legislativa. Esse Município de Pacaraima, que, portanto, está encaixado dentro da Venezuela – de um lado temos Pacaraima e de outro, Santa Elena de Uairén, na Venezuela –, Pacaraima vem sendo, sistematicamente, prejudicada pelo Governo Federal. Duas reservas indígenas já mutilaram o Município: a reserva indígena de São Marcos e agora, recentemente, a reserva indígena Raposa Serra do Sol. Mais do que isso, os investimentos lá ficam prejudicados porque também

a Funai e o Ministério Público questionam até mesmo o perímetro urbano da sede do Município. Com isso, o que nós estamos vendo? Nós aprovamos aqui uma área de livre comércio para essa cidade. O Governo, depois, mudou, tirando de Pacaraima para Boa Vista. Ao invés de deixar a de Pacaraima e criar uma em Boa Vista, tirou a de Pacaraima.

Pois bem. Enquanto isto, do lado venezuelano foi instalada uma zona franca, em Santa Elena de Uairén, e praticamente toda a população do Estado de Roraima vai lá comprar desde o rancho a equipamentos eletroeletrônicos, praticamente tudo. Assim, nós estamos ficando para trás. Quer dizer, um Estado pobre, com um Município pobre, prejudicado por quem? Pelo Governo do País, pelo Governo Lula.

Nós, então, vamos estar lá amanhã, conversando com a população, vendo e sentindo de perto essa realidade para podermos buscar, realmente, uma solução que signifique o desenvolvimento de uma região estratégica para a defesa e a soberania do País. Basta citar um exemplo: a Venezuela tem combustíveis – a gasolina e o *diesel* – com preços várias vezes mais baratos do que os praticados do lado do Brasil, no nosso Estado. Com isto, o que acontece na prática? Praticamente todo combustível consumido em Roraima é contrabandeado da Venezuela. As reservas indígenas existentes lá são verdadeiros depósitos de combustível contrabandeado, que, depois, passam para os carros. Inclusive, há denúncias de que os próprios postos de gasolina compram esse combustível para misturarem ao combustível nacional e, portanto, lucrarem mais.

Então, é preciso – e aqui estou falando para um Presidente que também é lá da Amazônia, lá do nosso Amazonas – que realmente tenhamos um debate muito forte na Subcomissão da Amazônia, para não ficarmos nessa história de só termos que implorar – pedir, pedir e pedir ao Governo Federal – e não termos uma ação forte, porque, na verdade, o que o Governo quer é tornar o Poder Legislativo inoperante, incapaz de tomar iniciativas, pois a matéria só é aprovada se for de iniciativa do Governo, embora haja projetos iguais.

Vou até citar um exemplo. Eu tenho um projeto para fortalecer a aviação regional no País, mas que vai beneficiar sobretudo a Amazônia. Foi aprovado no Senado há vários anos e está na Câmara. Agora o Governo diz que vai fazer por iniciativa dele. Quer dizer, iniciativa parlamentar não presta. Mas eu não desisto disso, não, porque acredito na atividade parlamentar, inclusive porque o meu Estado de Roraima hoje é Estado por uma decisão parlamentar, da Assembléia Nacional Constituinte.

Se lá temos uma universidade, uma escola técnica – aliás, hoje não é mais nem escola técnica, mas

um instituto federal de ensino tecnológico –, é por iniciativa parlamentar. Quase tudo que tem em Roraima realmente partiu da iniciativa parlamentar, porque, se fosse esperar pela iniciativa do Presidente da República, não existiria nada em Roraima, a não ser demarcação de reservas ecológicas, de reservas indígenas, proibições e proibições.

Então, quero fazer este registro e dizer que amanhã vou estar em Pacaraima e que, ao voltar, espero que possamos tomar algumas medidas, como, inclusive, uma sugestão boa do Senador Valdir Raupp, convidar o Presidente do Incra e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, para que possamos sair dessa hipocrisia de aprovar uma lei e não poder implementá-la. Vi, inclusive, uma portaria – acho que dei uma cópia para V. Ex^a – do Ministério do Desenvolvimento Agrário regulamentando a questão da vida dos ribeirinhos. Por que não se debate isso com o Congresso? É a portaria de um grupo de tecnocratas que acham que são colegas de Deus, que sabem mais da Amazônia do que nós que somos da Amazônia.

Quero deixar este registro aqui e dizer que amanhã estarei no Município de Pacaraima e que espero trazer um diagnóstico mais amadurecido, junto com a Assembléia Legislativa do Estado, para defendermos, de maneira muito forte, o nosso Estado e a Amazônia como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jefferson Praia, quero fazer alguns registros e os farei rapidamente para dar oportunidade a que V. Ex^a também possa fazer uso da palavra. Sei que V. Ex^a tem de pegar um voo às 19 horas.

Primeiro, Sr. Presidente, V. Ex^a sabe, pois V. Ex^a, assim como o Senador Mozarildo Cavalcanti, foi parceiro na minha luta pelos aposentados – não foi, Senador Mozarildo? – que há um mal-estar no país em relação a um suposto acordo que foi feito – às vezes dizem que não foi feito – em relação ao fim do fator previdenciário e ao reajuste dos aposentados. Devido a isso, Sr. Presidente, fui procurado há cerca de duas horas e ficou acertado que na terça-feira, dia 1º de setembro, às 11 horas, no meu gabinete, nós nos reuniremos para discutir essa questão do acordo e do não acordo, enfim, para discutir o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados. Fui convocado e estarei presente a uma reunião a realizar-se numa das salas do Senado. Do encontro vão participar a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), representando ali 24 federações estaduais. Estará presente

também o presidente da nova Central Sindical dos Trabalhadores, assim como o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), e também José Augusto, presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, composto por 15 confederações de trabalhadores e 5 centrais sindicais.

Também estará presente o Calixto, pela Nova Central; o Vagner pela CTB e o Warlei, como Presidente da Cobap, uma vez que há uma discordância na proposta que até o momento foi colocada para o debate na Câmara dos Deputados.

O Presidente da Cobap me disse que esse encontro foi solicitado pelo movimento social, que lhe pediu que conversasse conosco, já que sou o autor dos projetos que estão em debate na Câmara. No telefonema, o Sr. Warlei me relatou que, após o pronunciamento que fiz aqui ontem, aproximadamente às 21 horas, ele começou a ser questionado, no bom sentido, e lhe foi solicitado que intercedesse e conversasse comigo, que sou o autor dos projetos.

Digo que os projetos são do Senado, principalmente aqueles relacionados com o fim do fator previdenciário e com o reajuste dos aposentados. Então, eu confirmo que a reunião será terça-feira, às onze horas, em meu gabinete.

Também recebi, Sr. Presidente, o mesmo apelo do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que me comunicou que, no dia 03 de setembro, às dez horas, no Auditório do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte haverá um grande encontro do movimento sindical daquele Estado, Minas Gerais, onde pretendem realizar um ato público com dois temas: a defesa da redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários – eu tenho a alegria de ser o autor desse projeto junto com o Senador Inácio Arruda – e a aprovação do fim do fator previdenciário e o reajuste dos benefícios dos aposentados.

Segundo o José Augusto, que me remeteu essa correspondência, estão solicitando o empenho de todo o movimento sindical, centrais, confederações, entidades representativas de aposentados e pensionistas, dirigentes sindicais e todos aqueles que concordem em que temos de terminar com o fator e dar aos aposentados e pensionistas reajuste que garanta a todo aposentado viver e envelhecer com dignidade.

Sr. Presidente, eu ainda queria registrar rapidamente que estive hoje pela manhã fazendo a abertura – acabei fazendo também o encerramento porque falou toda a mesa, eram cerca de 12 convidados na mesa – no Centro de Eventos da Confederação Nacional dos Trabalhadores, de um seminário sobre capacitação sindical para defesa e implantação de cláusulas para a promoção de igualdade de oportunidade aos

trabalhadores. O evento foi uma promoção do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), em parceria com a OIT. Estavam lá representantes da Força Sindical, da CUT, da UGT, da CSA/Tuca, uma entidade norte-americana e a Solidarity Center.

O tema da minha palestra foi o Estatuto da Igualdade Racial. Esse projeto, que o Senado também já aprovou por unanimidade, se encontra lá na Câmara. O Presidente da Comissão que está discutindo o Estatuto na Câmara é o Deputado Carlos Santana e a relatoria é do Deputado Antônio Roberto. Ambos estão fazendo um grande trabalho. Lamento que o projeto ainda não tenha sido aprovado por obstrução feita por setores conservadores que não admitem que possamos ter uma política de igualdade para todos: brancos, negros e índios.

O Estatuto é um instrumento de combate às discriminações e às desigualdades, que, com certeza, busca fazer justiça.

Entre os eixos do seminário de que participei hoje pela manhã estavam o resgate histórico e político do sindicalismo nas ações da promoção da igualdade no País; legislação civil, trabalhista, penal; defesa do fim da lei que, infelizmente, instituiu no Brasil esse famigerado fator previdenciário, ou seja, apoiando a minha proposta pelo fim do fator; ações afirmativas; situação do mercado de trabalho; processo de negociação coletiva.

Fiz uma exposição sobre todos esses temas, Sr. Presidente. Falei da luta dos aposentados, das quarenta horas, da importância da renovação e da ampliação do movimento sindical.

Enfim, agradeço à Presidente do Inspir, Sr^a Cleonice Caetano Souza, e à Diretora de Gestão e Assessora Jurídica, Sr^a Regina Silveira, pelo brilhante trabalho que estão fazendo, fortalecendo a organização sindical.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que, amanhã, eu deveria estar em Porto Alegre, onde eu abriria um encontro nacional sobre terra de quilombo, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do Rio Grande do Sul. Como, infelizmente, não poderei ir porque estarei viajando, Sr. Presidente, para outro Estado, estará lá um representante meu, o Thiago Tobias, que fará um pronunciamento, deixando a todos uma mensagem deste Senador. Eu vou ler parte da mensagem aqui, Sr. Presidente, rapidamente:

Quero me dirigir a todos aqueles que vão participar do encontro, amanhã, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Entendam que essa minha leitura é como se eu lá estivesse. Lembrei-me aqui de uma frase de Martin Luther King, que disse:

“Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se erguerá e viverá o verdadeiro significado de seus princípios.”

Há 46 anos, Martin Luther King proferiu essas palavras na primeira Marcha dos Negros sobre Washington em favor dos direitos civis. No Brasil, nossa caminhada já existe há mais de 15 anos. No Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial significa garantir os direitos civis dos negros.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, no dia 28 de agosto, todos os que estiverem na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul estarão vivendo um momento histórico para construir uma sociedade mais justa, igualitária, para que todos tenham direitos iguais, para que ninguém fique às margens da sociedade, mas principalmente que haja igualdade e sejam garantidos os direitos de todos os quilombolas.

Sabemos que em uma sociedade pautada pelo poder econômico essas lutas não têm muito espaço nas agendas, na mídia. Por isso, Sr. Presidente, valorizo muito esse encontro que vai ser realizado amanhã na Assembléia do Rio Grande do Sul. É uma conquista de todos aqueles brancos, negros e índios que sonham e lutam por uma sociedade igual para todos.

Sr. Presidente, em 24 de novembro, organizamos aqui, em parceria com a Seppir, na Comissão de Direitos Humanos, um grande momento semelhante a esse. Lembro-me de que, naquela oportunidade, eu disse: “Se soubesse que o mundo terminaria amanhã, assim mesmo eu plantaria a minha macieira”, palavras também de Martin Luther King.

Sr. Presidente, para plantarmos a macieira a que se refere Martin Luther King, nós, homens e mulheres, brancos e negros, devemos preparar, com as nossas mãos e vozes, a possibilidade de fixar a semente dos nossos sonhos nas terras de todo o nosso País, fortalecendo também o espaço quilombola.

Para semear esse sonho, deveremos ter em nossas mãos ferramentas fortes, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção de Durban, a Constituição Federal e o Estatuto da Igualdade Racial.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Estatuto, que o Senado já aprovou por unanimidade e que está na Câmara, trata da questão quilombola, trata da saúde, da educação, da cultura, do esporte, do lazer, do direito à liberdade, ao trabalho, à crença, do acesso à Justiça, da liberdade religiosa, do direito à terra. Enfim, Sr. Presidente, o Estatuto é uma peça fundamental para garantir a verdadeira cidadania dos negros neste País.

Eu recebi, ontem, um dado, Senador Mozarildo, que me assustou: de cada dez jovens de 10 a 24 anos

que são assassinados neste País, oito são negros. É que algo está errado.

Sr. Presidente, sabemos que não basta somente sonhar e falar em semear boas sementes e ter a garantia na lei para isso acontecer, devemos continuar protegendo o que conquistamos e buscar novos horizontes, fortalecendo outros sonhos que ainda virão pelas mãos e vozes de nossos filhos, netos e bisnetos.

Que os frutos dessa atividade sejam levados para o Governo Federal, Estadual e Municipal e que lá possam ser transformados em políticas públicas para atender a todo o povo brasileiro.

Minha saudação a todos os quilombolas.

Quero dizer que apresentei aqui, no Congresso, um projeto chamado Quilombola do Amanhã. Esse projeto busca a criação de centros integrados para a formação profissional e também espaço para esporte e lazer. Se cada comunidade quilombola tiver no seu espaço físico um Quilombo do Amanhã, com certeza,

nós estaremos construindo uma sociedade melhor para todos.

Senador Jefferson Praia, eu termino porque quero ver V. Ex^a usar a tribuna no momento.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere como se eu tivesse lido na íntegra todos os pronunciamentos.

Enfatizo aos milhões de aposentados e pensionistas, que eu sei que estão assistindo à TV Senado neste momento, que teremos uma reunião nesta terça-feira, às 11 horas, que vai envolver centrais, confederações, Cobap, para buscar alternativas que garantam o fim do fator e o reajuste integral para todos os aposentados e pensionistas, que entendo que é justo, como está no PL n^o 1.

Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

Registro sobre reunião da próxima terça-feira com a Cobap e centrais sindicais.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores.**

A questão de duas horas atrás, foi acertada uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira, dia 1^o de setembro, às 11 horas, em meu gabinete, para discutir o fim do fator previdenciário e o reajuste para os aposentados e pensionistas.

O encontro terá a participação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap (representando 24 federações estaduais), da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST),...

...da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), e também com

a presença do Fórum Sindical dos Trabalhadores (compostos por 15 confederações de trabalhadores).

O presidente da Cobap, senhor Warlei Martins, disse-me que este encontro foi uma solicitação da base do movimento sindical e de aposentados, principalmente, de associações municipais e federações estaduais.

Por telefone, o senhor Warlei relatou-me que após o meu pronunciamento feito ontem a noite, aqui na tribuna, ele recebeu inúmeras mensagens vindas dos mais longínquo rincões do nosso país. Da mesma forma, os dirigentes de federações estaduais também fizeram contato.

Era o que tinha a dizer,
Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009.



Senador Paulo Paim.

Fala por ocasião da Audiência Pública "TERRA DE QUILOMBO", promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores.**

Tive a honra de ser convidado a participar da Audiência Pública "TERRA DE QUILOMBO", promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Como infelizmente não poderei comparecer, serei representado por meu assessor Thiago Tobias, mas gostaria de fazer aqui meu pronunciamento que será lido por ele neste evento.

“Eu tenho um sonho de que um dia, esta nação se erguerá e viverá o verdadeiro significado de seus princípios”

Há 46 anos Martin Luther King proferiu estas palavras na primeira Marcha de Negros sobre Washington, em favor dos direitos civis. No Brasil a nossa caminhada de 15 anos, é pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que vai garantir também nossos direitos sociais.

Neste dia 28 de agosto de 2009, nós todos, aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, estamos vivendo um momento histórico, pois queremos construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos os que ficam as margens da sociedade, mas principalmente os nossos irmãos e irmãs quilombolas.

Sabemos que em uma sociedade pautada pelo poder econômico, estas lutas não tem o mesmo espaço na mídia e nas agendas sociais e políticas e é por isso que nós temos que valorizar este momento, conquistado por cada um de nós, e aproveitar a oportunidade e demarcar os nossos sonhos...

... e as nossas propostas para a comunidade quilombola. Em 24 de novembro, organizamos em parceria com a Seppir, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, um momento semelhante, com representação de quilombolas de todo o Brasil.

"Se soubesse que o mundo se desintegraria amanhã, ainda assim plantaria a minha macieira" - Martin Luther King.

Para plantarmos a macieira que Luther King sonhou, nós homens e mulheres, brancos e negros deveremos preparar com as nossas mãos e vozes a possibilidade de fixar a semente dos nossos sonhos nas TERRAS DOS QUILOMBOS.

Para semear este sonho deveremos ter em nossas mãos ferramentas afiadas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção de Durban, a Constituição Federal e o Estatuto da Igualdade Racial, de minha autoria,...

... já aprovado no Senado e agora em trâmite na Câmara dos Deputados, que naturalmente consagra a questão quilombola, no direito a saúde, Educação, Cultura, Esporte, Direito a liberdade de crença, acesso a justiça e a garantia às suas terras, dentre outras. Por isso, temos que aprová-lo.

Sabemos que não basta somente sonhar e semear boas sementes e ter a garantia na lei para isso acontecer, devemos continuar protegendo o que conquistamos e buscar no horizonte o fortalecimento de outros sonhos, que ainda virão pelas mãos e vozes dos nos filhos e netos.

Que os frutos desta atividade sejam levados para os governos federal, estaduais e municipais e que lá possam ser transformados em políticas públicas para as "TERRA DOS QUILOMBOLAS"

AXÉ

Senador Paulo Paim

Era o que tinha a dizer,

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2009.


Senador Paulo Paim – PT/RS.

Registro sobre participação na abertura de seminário de capacitação sindical.

**Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores.**

Gostaria de registrar que hoje pela manhã, no Centro de Eventos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), participei como palestrante da abertura de um seminário de capacitação sindical para a defesa e implementação de cláusulas para a promoção de igualdade de oportunidades aos trabalhadores negros.

O evento é uma promoção do Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (Inspir) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT),...

...Força Sindical, Central Única dos
Trabalhadores (CUT), União Geral dos

Trabalhadores (UGT) e as norte-americanas CSA/TUCA e Solidarity Center.

O tema da minha fala foi o Estatuto da Igualdade Racial.

Essa proposta, de nossa autoria, já foi aprovada pelo Senado Federal e, atualmente, tramita em uma comissão especial na Câmara e está pronta para ser votada. O presidente da comissão é o deputado Carlos Santana, e a relatoria é do deputado Antonio Roberto.

O Estatuto trata de uma série de assuntos como educação, saúde, cultura, liberdade de crença, direitos da mulher negra, quilombos, mercado de trabalho, sistema de cotas.

O estatuto é um instrumento de combate a discriminação racial e as desigualdades estruturais e de gênero que atingem os afro-brasileiros.

Senhor Presidente,

Entre os eixos do seminário também estavam: resgate histórico e político do

sindicalismo nas ações de promoção da igualdade racial no Brasil;...

... legislação civil, trabalhista e penal referente ao tema racial; ações afirmativas; situação do atual mercado de trabalho; processo de negociação coletiva.

Para finalizar, Senhoras e Senhores Senadores, gostaria de agradecer o convite que me foi feito e o espaço que me foi proporcionado neste evento que acabo de relator.

Portanto, agradeço, a diretora-presidente do Inspir, sr^a Cleonice Caetano Souza; e a diretora de Gestão e Assessoria Jurídica, sr^a Regina Silveira.

Era o que tinha a dizer,

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009.


Senador Paulo Paim - PT/RS.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

FORUM SINDICAL DOS TRABALHADORES

Unindo forças somando conquistas

FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES MINAS GERAIS

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2009

ENTIDADES SINDICAIS NO ESTADO DE MG
ENTIDADES REPRESENTANTES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS
COORDENADORES DO FST MG
MEMBROS ASSESSORES DA COORDENAÇÃO
COORDENADORES DE FINANÇAS (TITULAR E SUPLENTE)
CONSELHO FISCAL (TITULARES E SUPLENTES)

Prezados Companheiros,

Convidamos os companheiros para participarem de uma reunião do Fórum, a realizar-se no próximo dia 03 de setembro 2009, quinta-feira, no horário de 10 as 12h00min no auditório do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região – SECBHRM, Rua Tupinambás, 1.045 - Centro – Belo Horizonte/MG, onde discutiremos:

✓ **REALIZAÇÃO DE UM ATO PÚBLICO ONDE DEFENDEREMOS:**

- **1) Redução da Jornada de Trabalho, sem a redução de salários e direitos;**
- **2) Defesa dos Projetos do Senador Paulo Paim em prol dos aposentados e pensionistas (Fim do Fator Previdenciário e reajuste dos benefícios).**

Tendo em vista a importância dos temas a serem discutidos, solicitamos o empenho dos companheiros das Centrais Sindicais que compõem o FST no Estado; das Entidades representantes dos Aposentados e Pensionistas, dos Dirigentes das Entidades Sindicais e de todos aqueles que defendem os itens que serão temas da reunião/Ato para, dentro do possível, comparecerem à reunião.

As confirmações deverão ser feitas pelos telefones: (31)3201-3190/3201-6033 ou pelos emails: ncstmng@yahoo.com.br ou ncstmng@gmail.com.

Atenciosamente,

Coordenadores:
José Reginaldo Inácio
Silas Batista da Silva
Adolfo Garrido

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Jefferson Praia, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há expedientes sobre a mesa para serem votados antes de chamarmos o último orador.

Em votação o Requerimento nº 1.086, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, lido no expediente da presente sessão, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa para realizar visita oficial à *OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development*, como representante do Senado Federal, na Cidade de Paris, França.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada pelo Senador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessões anteriores, foram lidos os **Requerimentos nºs 363 e 1.084, de 2009**, do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do período do Expediente da sessão do dia 15 de setembro do corrente ano seja dedicado a comemorar os 44 anos de criação da profissão de Administrador.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 1.061, de 2009**, do Senador Leomar Quintanilha e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial em 24 de setembro de 2009, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.087, DE 2009

De autoria do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa para participar, na condição de observador parlamen-

tar, da 64ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos o Senador Jefferson Praia, o último orador desta sessão. O Senador Jefferson Praia representa o Amazonas e o PDT.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Recentemente apresentei a seguinte proposta de emenda à Constituição:

“Dá nova redação ao §1º do art. 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes.

[...]

Art. 1º. O §1º do art. 182 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 182.

.....

§1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para todas as cidades, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

[...]”.

Sr. Presidente, a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a tratar da temática urbana. De perfil demográfico predominantemente rural até a década de 50 do século passado, o Brasil, a partir dos anos 60, tornou-se um País majoritariamente urbano. Dos mais intensos do mundo, nosso processo de urbanização elevou drasticamente a demanda por equipamentos e serviços públicos nas cidades, que já abrigam quatro em cinco brasileiros.

Ainda que as taxas de crescimento populacional tenham arrefecido nos últimos anos, a precariedade das condições urbanas ainda constitui, lamentavelmente, característica presente em todas as grandes cidades do Brasil.

A percepção da necessidade de institucionalizar o planejamento urbano levou os constituintes de 1988 a determinar a edição de uma lei federal de diretrizes de política urbana e a tornar obrigatória para as cidades com mais de 20 mil habitantes a elaboração de um plano diretor. Nos termos da Constituição, mais do que orientar o desenvolvimento dos núcleos urbanos, cabe aos planos diretores a condição de referência para o cumprimento da função social da propriedade urbana.

A despeito da excessiva lentidão legislativa, muitos passos foram dados no sentido do cumprimento das normas constitucionais. Decorridos 12 anos de tra-

mitação, foi editada a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que estabelece as diretrizes da política urbana, fixando condições, prazos e penalidades para que os Municípios cumpram a obrigação de elaborar os respectivos planos diretores. De outra parte, é crescente o número de Municípios que, de maneira consentânea com suas peculiaridades, vêm cumprindo essa determinação.

Ocorre, Sr. Presidente, que, ao estabelecer a população mínima de vinte mil habitantes como critério para a obrigatoriedade do plano diretor, a Constituição deixou de alcançar milhares de municipalidades, que se mantêm inertes em relação ao planejamento de seu desenvolvimento urbano. A presente proposição tem, assim, o sentido de estender essa obrigação, em boa hora trazida pela Constituição, a todos os entes municipais.

Sr. Presidente, quero destacar a Resolução nº 34, de 1º de julho de 2005, do Ministério das Cidades – Conselho das Cidades. Essa resolução diz que:

“o objetivo fundamental do Plano Diretor é definir o conteúdo da função social da cidade e da propriedade urbana, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, o direito à moradia, ao saneamento básico, aos serviços urbanos a todos os cidadãos, e implementar uma gestão democrática e participativa”.

O art. 1º, Sr. Presidente, desta Resolução, diz o seguinte:

“Art. 1º O plano diretor deve prever, no mínimo:

I – as ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano;

II – as ações e medidas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública;

III – os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos espaços territoriais adjacentes;

IV – os instrumentos da política urbana previstos pelo art. 42 do Estatuto da Cidade, vinculando-os aos objetivos e estratégias estabelecidas no Plano Diretor”.

No art. 2º, Sr. Presidente:

“As funções sociais da cidade e da propriedade urbana serão definidas a partir da destinação de cada porção do território do

município bem como da identificação dos imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados, no caso de sua existência, de forma a garantir:

I – espaços coletivos de suporte à vida na cidade, definindo áreas para atender as necessidades da população de equipamentos urbanos e comunitários, mobilidade, transporte e serviços públicos, bem como áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”.

II – a acessibilidade e a mobilidade sustentável de todos os cidadãos por meio do desenho dos espaços públicos e do sistema viário básico;

III – a universalização do acesso à água potável, aos serviços de esgotamento sanitário, à coleta e disposição de resíduos sólidos e ao manejo sustentável das águas pluviais, de forma integrada às políticas ambientais, de recursos hídricos e de saúde;

IV – terra urbanizada para todos os segmentos sociais, especialmente visando à proteção do direito à moradia da população de baixa renda e das populações tradicionais;

V – áreas para todas as atividades econômicas, especialmente para os pequenos empreendimentos comerciais, industriais, de serviço e agricultura familiar”.

Portanto, Sr. Presidente, destaquei aqui alguns pontos importantes para termos um plano-diretor mínimo.

Quero aqui, antes de finalizar, agradecer a todos os Parlamentares que assinaram essa proposta de emenda à constituição, para que pudéssemos fazer tramitar essa matéria, discutir essa questão fundamental, que é a obrigatoriedade, Presidente Mão Santa, para que tenhamos esse benefício em todos os municípios brasileiros; e não apenas como hoje estabelece a Constituição: em municípios acima de 20 mil habitantes.

Portanto, nossa proposta é que todos os Municípios – todos os que se constituíram municípios – passem a ter, no mínimo, um plano diretor simplificado. Por que isso? Porque precisamos fazer com que nossos Municípios passem a crescer de forma planejada, organizada, observando todos os aspectos, dentro do contexto que queremos: que aquele município passe a proporcionar boa qualidade de vida e que possa proporcionar todos os cuidados em relação à questão ambiental.

Senador Mozarildo, Senadora Marina Silva, que está aqui presente, percebam a importância disso para a Amazônia. Hoje, cobramos tantas coisas da Amazônia, mas não damos atenção aos Municípios da região. Boa parte deles não possui o mínimo de planejamento, e lá estão acontecendo sérios danos ambientais, com igarapés poluídos, com rede de esgoto que não existe. Portanto, eles estão, de certo modo, sendo viabilizados, sendo administrados sem planejamento adequado. E nossa preocupação é no sentido de que os Municípios da Amazônia sejam estruturados de forma adequada, dentro de um contexto ambiental, dentro de um contexto de organização tal em que as pessoas possam ter boa qualidade de vida, com rede de esgoto sendo viabilizada, com água potável nas suas casas, que possamos ter um planejamento mínimo. Por essa razão, estamos apresentando esta emenda à constituição.

Quero, mais uma vez, agradecer a todos os parlamentares – foram 28 – que assinaram, para que essa proposta pudesse tramitar no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro: hoje é o Dia do Psicólogo – e da Psicóloga, logicamente. Eu queria cumprimentar toda a categoria, porque a profissão é de fundamental importância para a saúde das pessoas. Inclusive, a definição de saúde é bem clara, quando diz que “saúde é um estado de bem-estar físico, psíquico e social”. Então, se a pessoa não estiver mental e psicologicamente bem, ela pode até ter todos os órgãos funcionando direito, mas ela não estará bem.

Então, quero cumprimentar todos os profissionais da área e deixar aqui meu reconhecimento, como médico, pela importância da profissão de psicólogo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Paulo Paim estava querendo falar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Já falou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já falou.

Hoje, no Senado da República, com toda a plenitude, todas as comissões funcionaram desde cedo.

Às 8h30min, houve a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Presidente Collor. A Mesa Diretora se reuniu, e houve muitos avanços administrativos. Entre eles – o Senado tem uma função extraordinária – foi feita uma nova legislação para os estagiários do Senado da República, da qual fui Relator.

Comunico, então, aos novos participantes que, na nova modalidade, o Senado da República tem possibilidade de receber estagiários, estudantes universitários, de quase todos os níveis profissionais; e, sem dúvida, com responsabilidade e acompanhamento, para dar contribuição na formação profissional desses estudantes.

Hoje, ainda, o Congresso Nacional prestou uma grande homenagem ao soldado brasileiro. Aqui, em sessão solene, recebemos soldados das três grandes Armas: Exército, Marinha e Aeronáutica.

A solenidade, como disse, uma sessão do Congresso, foi presidida pelo Presidente José Sarney. Os homenageados foram saudados pelos representantes de todos os principais partidos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.089, DE 2009

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que o presente requerimento seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que envie, no estrito prazo constitucional, informações detalhadas a respeito da participação financeira do Brasil nos projetos e obras de reconstrução do Porto de Mariel, em Cuba, bem como todas as informações sobre o empreendimento – valor total, participação financeira de Cuba e de outros financiadores, memorial descritivo da obra, orçamentos, croquis, empresas que executarão projetos e obras e outras informações fundamentais para análise do investimento – isto é, todos os elementos necessários para analisar e justificar a participação brasileira.

Justificação

Recentemente foi noticiado que o Brasil irá auxiliar financeiramente o governo cubano na reconstrução do Porto de Mariel.

De acordo com as agências de notícias, o Ministro Miguel Jorge informou que a ajuda financeira será de 300 (trezentos) milhões de dólares, sendo que 110 (cento e dez) milhões, anteriormente aprovados pelo governo brasileiro, para reparos em estradas cubanas, teriam sua destinação transferida para o Porto de Mariel.

Ainda de acordo com o noticiário, as obras seriam realizadas por uma empresa brasileira, que construiria os acessos rodoviários ao porto e uma linha férrea.

Posteriormente, os 190 (cento e noventa) milhões de dólares restantes, seriam aplicados na dragagem do porto e na construção de diques, armazéns e outras obras de infra-estrutura.

Em razão dos altos valores envolvidos, que parecem fazer parte de uma política de empréstimos apenas para determinados países, cabe ao Senado Federal, no uso de suas prerrogativas constitucionais de fiscalização do Poder Executivo, conhecer os motivos pelos quais tais recursos são aplicados fora do País, em detrimento de projetos nacionais.

Sala das Comissões, – Senador **Raimundo Colombo**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.090, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Projeto Casa da Virada (Belém do Pará), onde jovens do Município paraense de Curuçá fazem o curso de agente ambiental e logo aprendem a necessidade de preservar as riquezas naturais da região amazônica, como os manguezais, de onde as famílias daquela localidade retiram seu sustento.

Requeiro, ainda, que este voto de louvor seja levado ao conhecimento do Sr. Hermógenes de Sá, Coordenador da Casa da Virada.

Justificação

Casa da Virada é um centro educacional e científico de difusão de tecnologia sociais e fortalecimento de organizações da sociedade civil, que pretende contribuir para aumentar a auto-estima das populações tradicionais caboclas, atuando principalmente no entorno das unidades de conservação do Salgado Paraense e gerando valores para a conservação da biosociodiversidade do litoral do Nordeste Paraense. O projeto Casa da Virada é desenvolvido pelo Instituto Peabiru em parceria com o Museu Goeldi e a Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande Curuçá (AUREMAG). Em dois anos de atividades o projeto já formou 70 agentes ambientais. Agora, outros 50 adolescentes estão se preparando e no futuro vão ensinar um pouco do que aprenderam para os moradores das comunidades onde vivem.

Sala das sessões, 27 de agosto de 2009. – Senador **Jefferson Praia**, PDT – AM.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.091, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais que sobre o PLS nº 18, de 2007, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sala das Sessões, – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.092, DE 2009

Requeiro, nos termos do Artigo 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 249 de 2009, destinado a celebrar o Tratado de Limites firmado pelo Governo Brasileiro com o Governo do Peru, em 1909, de minha autoria, devido à recente homenagem prestada durante a hora do expediente da sessão do último dia 18 do corrente, quando se comemorou o centenário de falecimento de Euclides da Cunha, sendo distribuída, na ocasião, a obra **O Tratado de Limites Brasil-Peru**, editado pelo Senado Cultural e apresentação deste signatário.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2009. – **Geraldo Mesquita Júnior** Senador PMDB-AC.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, que “Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais de dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.” Seja apreciado, também, pela Comissão de Infra-Estrutura – CI, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, o desaparecimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2006, de minha autoria, das PEC números 38 de 2004 e 86 de 2007, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que será desconsiderada a abertura de prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, uma vez que o referido prazo já havia decorrido quando da leitura da matéria.

Desse modo, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Sr^a. Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poucos sabem, mas 24 de agosto é o Dia da Infância. Instituído pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em 1995, o objetivo da data é incentivar a reflexão sobre as condições de vida das crianças em todo o mundo.

A proposta do Dia da Infância não é presentear com brinquedos, agrados e regalias, e sim promover uma reflexão sobre as condições de vida das crianças em todo o mundo e assegurar que todas as crianças tenham qualidade de vida todos os dias.

A concepção de infância deve ultrapassar barreiras como raça, cor, sexo, língua, religião, limites geográficos e classes sociais. Toda criança merece respeito e dignidade para viver.

O século XX é o século da descoberta, valorização, defesa e proteção da criança. Nesse século formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios.

A origem e o amadurecimento histórico quanto aos Direitos da Criança integram o movimento de emancipação progressiva do homem e em seguida da mulher.

Com os avanços da medicina, das ciências jurídicas, das ciências pedagógicas e psicológicas, o

século XX descobre a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser tidos como especiais.

Já em 1923, formulados por uma organização não-governamental, a International Union for Child Welfare, foram estabelecidos os princípios dos Direitos da Criança.

A recém-criada Liga das Nações, reunida em Genebra no ano seguinte, incorpora-os e expressa-os na primeira *Declaração dos Direitos da Criança*.

São apenas quatro os itens estabelecidos:

1. a criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente;

2. a criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos;

3. a criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração;

4. a criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos”.

Depois da Segunda Guerra Mundial, ante a existência de milhares de crianças órfãs ou deslocadas de seus pais e famílias, a ONU resolveu criar um Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada.

Surge assim o Unicef, em 11 de outubro de 1946, com o objetivo de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra.

Em seus primeiros três anos, os recursos do Fundo foram encaminhados para o auxílio emergencial, sobretudo em alimentos, a crianças dos 14 países arrasados pela guerra da Europa e da China, como também às crianças refugiadas da Palestina (1948 a 1952) vítimas da criação do Estado de Israel.

Pela primeira vez tinha-se o reconhecimento internacional de que as crianças necessitavam de atenção especial.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que serviu de base para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, no Brasil.

O ECA é a legitimação da maturidade social, que trouxe para a população a importância de se respeitar e garantir o pleno desenvolvimento infanto-juvenil.

Entretanto, ainda temos muito a fazer, até porque as crianças são especialmente vulneráveis às violações dos direitos, à pobreza e à iniquidade no País.

Dados do Unicef, informam que o índice de pobreza infantil é de 44% no Brasil, passando a 78%

entre as crianças negras. Mais de 70% das crianças pobres nunca foram à escola durante a primeira infância. Há, ainda, 800 mil crianças de 7 a 14 anos fora da escola.

De cada 100 alunos que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e, destes, somente 40 concluem o ensino médio. A evasão escolar e a falta às aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência.

Lamentavelmente milhares de crianças perdem suas vidas anualmente por causa da miséria, dos conflitos armados, das doenças, do abuso e da exploração sexual, e muitas delas nem ao menos sabem que têm direito a alguma coisa.

De acordo com o relatório da Situação Mundial da Infância, produzido pelo Unicef, 50,3% da população infantil mundial vive na pobreza. Estes índices são alarmantes, pois em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento a população infanto-juvenil pode chegar a quase metade da população total.

Senhoras e Senhores, por mais difícil que pareça reverter esta situação, existem inúmeras maneiras de amenizá-la. Gerar oportunidades para as crianças é um dever de toda a sociedade.

É durante os primeiros anos de vida que o ser humano desenvolve seu potencial mental, emocional e social.

Garantindo uma infância digna, na qual as crianças sejam criadas e educadas em um ambiente adequado e saudável, estaremos ajudando a formar cidadãos mais humanitários e conscientes, capazes de construir uma sociedade melhor.

Quando pensamos no Brasil especificamente, a data de 24 de agosto tem sua importância consideravelmente aumentada. Basta lembrarmos que, em 2001, mais de cinco milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalhavam.

A primeira fase de vida é fundamental para o desenvolvimento e tem um impacto importante na situação social, psicológica e econômica da criança.

Durante a infância, a criança precisa ser estimulada brincando, cantando e falando, além de necessitar, como em nenhuma outra fase, de atendimento em saúde, educação e apoio afetivo da sua família e de serviços públicos competentes.

Muitos problemas comprometem a infância em grande parte do mundo. Entre eles estão os altos índices de mortalidade infantil, desnutrição, lares sem água

potável e esgoto, falta de estrutura no sistema de saúde, má qualidade na educação, trabalho infantil, maus tratos, exploração sexual e violência doméstica.

Não se pode dizer que a situação da infância brasileira não tenha melhorado ao longo do século XX.

Muito pelo contrário, quase todos os indicadores sociais mostram os consideráveis avanços alcançados.

Mas a situação da criança apresenta tristes índices e uma constrangedora e evidente situação de violação dos seus direitos.

No Brasil, a violação dos direitos humanos e dos direitos da criança é um fato diário. Embora o país tenha sido capaz de elaborar um dos códigos mais paradigmáticos sobre os direitos da criança o ECA, na realidade, a infância brasileira longe está de ser a prioridade absoluta que a Constituição proclama.

A grande maioria dos municípios brasileiros nem sequer criou seus conselhos tutelares, responsáveis pela defesa dos direitos da infância, como determina o Estatuto. Nas cidades onde os Conselhos foram implantados, muitas vezes eles não conseguem se reunir por falta de *quorum*.

Sr. Presidente, portanto, mais importante do que presentear nossos filhos, netos e sobrinhos, pelo Dia da Infância, é criarmos consciência das necessidades das nossas crianças.

O ex-secretário geral da ONU, Koffi Annan, disse: “Os países somente chegarão mais perto de suas metas de paz e desenvolvimento se chegarem mais perto da realização dos direitos de todas as crianças”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esta sessão deliberativa ordinária de 27 de agosto foi iniciada às 14 horas.

Nada mais havendo a tratar, vou dar por encerrada a sessão do Senado da República do Brasil, ao tempo em que convido os Srs. Senadores para uma sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil a realizar-se amanhã, sexta-feira, às 9 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República, toda ela coordenada pelos nossos eficientes servidores, o Dr. José Roberto e o Dr. João Pedro.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.*)

Ata da 144ª Sessão não Deliberativa em 28 de agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Sérgio Zambiasi,
Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior.*

*(Inicia-se a Sessão às 9 Horas e 1 Minuto
e Encerra-se às 12 Horas e 50 Minutos)*

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Declaro aberta a sessão não deliberativa desta sexta-feira, 28 de agosto de 2009.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.095, DE 2009

Nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja consignado nos anais do Senado Federal **Voto de Aplauso ao cineasta Vicent Carelli e ao indigenista Marcelo Santos, pelo prêmio de melhor filme concedido ao documentário Corumbiara, no 37º Festival do Cinema de Gramado.**

JUSTIFICATIVA

O filme corumbiara conta a história do massacre de índios ocorrido há 24 anos na Gleba Corumbiara, sul do Estado de Rondônia. A história começou a ser contada no final dos anos 80 quando Vicent Carelli resolveu atender um convite do indigenista Marcelo Santos para documentar os vestígios de Corumbiara.

Inicialmente não contaram com apoio do Governo Federal ou de qualquer organização / entidade apesar da existência de provas contundentes de que a tribo havia sido dizimada. Diante das dificuldades as investigações foram paralisadas durante algum tempo. Ao ser destacado pelo governo para supervisionar tribos isoladas em Rondônia, Marcelo Santos, com auxílio da câmera de Carelli, acaba localizando dois índios na floresta de um fazendeiro, em uma aldeia escondida mata adentro. A descoberta tem repercussão nacional porque ninguém consegue reconhecer a etnia e a língua do casal, o que só aumenta as suspeitas de que eles seriam remanescentes de Corumbiara.

Narrado em primeira pessoa, o filme foi apresentado pelo diretor no festival como um projeto autobiográfico e sem patrocínio, “feito na cara e na coragem, coragem instigada pela indignação”. Tanto esforço aparece nas telas através do farto material em imagens e da surpresa gerada pelo desenrolar da história.

A aproximação desses índios que ninguém entende, a procura por outros escondidos nos arredores e o embate com os madeireiros cria um clima de suspense que mantém o espectador atento, tenso, ansioso pelo que vem. Ao longo dos anos – a trama se desenvolve de 1986 a 2006 – e da narrativa construída por Carelli, os índios acabam se tornando personagens e criam empatia com o espectador, trunfo de qualquer documentário.

Longe de ser inofensivo, “Corumbiara” denuncia o rolo compressor que atravessou a Amazônia e deixou tribos encurraladas pelo avanço do desmatamento. O gado, a soja e o comércio de madeira, pela lógica distorcida dos fazendeiros, são os protagonistas da modernidade e os índios, apenas uma barreira a ser removida a bala. A questão fica clara nas declarações do advogado dos madeireiros de Rondônia: “Quer impedir o desenvolvimento? É só criar uma reserva indígena”, diz, além de enaltecer o extermínio dos índios nos Estados Unidos como forma de aumentar a produção de grãos.

Mesmo com duas horas de duração, não se sente o tempo passar em “Corumbiara”, sentimento compartilhado pela platéia, que retribuiu com os aplausos mais fortes até agora dos longas exibidos em competição. É difícil imaginar uma carreira comercial para o filme, mas momentos como esse provam que há público até para documentários engajados na causa indígena – resta alguém ter a iniciativa.

O cineasta Vicent Carelli e o indigenista Marcelo Santos estão de parabéns e são merecedores do prêmio e do reconhecimento nacional pelo registro do trágico e triste episódio da nossa história.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2009.



Senadora FÁTIMA CLEIDE

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Presidência recebeu, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, o Ofício nº S/59, de 2009 (nº 35/2009, na origem), encaminhando, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.472/97, Relatório da Ouvidoria, contendo apreciações críticas sobre a atuação daquele órgão.

O expediente vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, em cópia, à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Imediatamente passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes para que possa fazer o seu pronunciamento.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, sem dúvida nenhuma, o tema que ocupa as primeiras páginas dos jornais nacionais é o julgamento do ex-Ministro e ex-Deputado Antonio Palocci.

Acho, Senador Mão Santa, que contra resultado de Justiça não se discute, não se deve discutir, é preciso acatá-lo. Mas eu quero, Senador Mão Santa, neste momento, emprestar a minha solidariedade a um conterrâneo nosso que é o caseiro Francenildo. O caseiro Francenildo foi derrotado por cinco a quatro, mas, para ser bem claro, foi apenas parcialmente derrotado. O Ministro Palocci liberou-se do processo, o seu assessor de imprensa também, e o Presidente da Caixa Econômica, Sr. Mattoso, vai responder ao processo na 1ª Instância.

Alguns jornais noticiam o desapontamento do caseiro Francenildo. Não o conheço; aliás, é uma falta grave minha, porque é meu conterrâneo. Fui na época, inclusive, um dos acusados de terem alimentado a conta do caseiro, daí porque abriram o seu sigilo bancário – sinto-me indiretamente até culpado por conta disso. Vamos reavivar a memória: na época em que apareceu o tal dinheiro na conta do caseiro, esse raciocínio lógico dos aloprados do PT, meio à base de Sherlock Holmes portugueses, disse: “Lógico, se o Francenildo é piauiense, logo o Francenildo tem ligações com o Heráclito, que faz oposição ao Governo; logo foi o Heráclito que abasteceu a conta do caseiro”. Eu não conhecia o caseiro, não conheci, como não conheço ainda hoje o seu pai, mas não vem ao caso esse fato. O que vem ao caso, Senador Mão Santa, é que o caseiro Francenildo, piauiense, levou à Suprema Corte do País um caso que é emblemático. O caso do Francenildo é um caso que merece a atenção de todos, pela maneira desigual como foi tratado. Invadiram

as suas contas, a sua privacidade, e esse rapaz, segundo a imprensa, vive até hoje de biscate, sofrendo. Mas o que me admira é que não perdeu em nenhum momento a sua fé e a sua convicção.

Evidentemente não estou aqui, não sou leviano, para fazer alguma acusação ao Ministro Palocci. Quero crer que essa invasão à privacidade do caseiro possa ter certamente sido obra dos aloprados para prestar serviço ao então poderoso Ministro. Pode ser que isso tenha acontecido. E a decisão do Tribunal foi eminentemente técnica, por falta de uma prova formal que pudesse levá-lo à condenação.

Mas o Francenildo tem algumas vitórias. A primeira: falou a verdade. A verdade está ao seu lado, e a Suprema Corte reconheceu essa parte. A segunda: o resultado final de cinco a quatro. O indefeso perdeu por um voto, mas, volto a repetir, perdeu em parte, porque o responsável formal pelo acesso às contas e ao sigilo da Caixa Econômica, o Sr. Mattoso, vai responder a esse processo em 1ª Instância.

Portanto, é preciso que o Brasil fique atento para o que ocorreu no mesmo momento em que nós estamos travando uma guerra para saber quem falou a verdade ou não na famosa visita da Dr^a Lina ao Palácio. Por incrível que pareça, Senador Mão Santa, a origem é a mesma: a Receita Federal, o Ministério da Fazenda. Mas, Senador Mão Santa, com relação à crise da Receita Federal, Senador Paim, estão desviando o foco da questão.

Até hoje não se discutiu por que Dr^a Lina Vieira foi demitida da Receita; não se discutiu sequer por que ela foi colocada na Receita. A Dr^a Lina foi colocada na Receita para que fosse retirado de lá o Sr. Rachid, técnico competente, comprovado, e que estava fazendo um trabalho sério, respeitado por todos, apenas estava incomodando alguns protegidos do Governo. Aí o Rachid passou, Senador Mão Santa, a não prestar e passaram a procurar um substituto. Acharam que iam encontrar na Dr^a Lina Vieira a pessoa que aceitaria as manipulações que o Governo queria, para atender ao seu espírito corporativo e de perseguições. Quanto o tempo o Governo tem perdido para tentar explicar esse caso, Senador Mesquita? E quanto mais se esforça, pior.

Eu vi ontem meu querido amigo Líder Romero Jucá numa tentativa desesperada de justificar o acesso de pessoas ao Palácio. Mas como foram frágeis os elementos que ele recebeu da Abin para essa justificativa. Esse fato, quanto mais mexido, pior se torna para o Governo. Eu não tenho nenhuma dúvida, Senador Mão Santa, de que esses fatos serão esclarecidos.

O perfil da Dr^a Lina Vieira não é o perfil de uma leviana, de uma mentirosa. Muito pelo contrário; ela foi

altamente equilibrada no depoimento, Senador Paulo Paim. Em nenhum momento, ela fez acusações a quem quer que seja. Em nenhum momento, ela quis jogar lenha na fogueira. Nem quando recebeu provocações constantes daqueles que foram para lá em nome da tropa de choque do Governo para tentar blindar algo que era muito melhor que fosse escancarado e a verdade viesse à tona.

Senador Geraldo Mesquita, falava aqui agora sobre a vitória que o caseiro Francenildo teve ontem no tribunal. Não sei se V. Ex^a concordará comigo. Pois é, não ganhou, mas não perdeu. Não perdeu porque o Presidente da Caixa Econômica vai responder em primeira instância. Ele, desprotegido, perdeu por um voto e mostrou – e aí a sua grande vitória – uma coisa que o Brasil precisa levar como uma grande lição: o caseiro falou a verdade. Inclusive os que votaram contra a condenação do Ministro Palocci reconhecem que o caseiro tem razão, que o caseiro tem a verdade. Agora, tecnicamente, faltava uma prova. De forma que é uma questão que precisa ser analisada e se dar o mérito a esse rapaz, que deve ter sobrevivido nesse período todo a duras penas.

Mas, Senador Mão Santa, antes de encerrar minhas palavras, prestando a minha solidariedade a nosso conterrâneo, que não conheço –, aliás, é uma falha minha, repito aqui, eu já devia ter procurado conhecer o caseiro, por ser conterrâneo, por ser ele uma vítima de um processo no qual não pediu para entrar e agora não tem como dele sair. Mas eu queria abordar outro tema nesta manhã.

Imaginem, como a gente vem dizendo e V. Ex^a também, ao longo do tempo, que o Governador do Piauí não tem prestígio de fato para as coisas práticas no Governo Federal. O resultado do Orçamento agora é uma vergonha. O Zózimo Tavares, seu amigo e sempre lúcido, mostra aqui a redução que estamos tendo.

As emendas, que vão a R\$180 milhões, já receberam um corte de 40%, só num primeiro momento, e vamos ver de quanto vai receber no restante. Mas tem um caso interessante aqui e emblemático, Senador Mão Santa. A emenda de V. Ex^a para o Porto de Luís Correia, que o Governador anuncia que vai inaugurar no ano que vem, teve um corte de R\$15 milhões, confere? Quinze milhões! Ora, que justiça é essa que o PT faz que, em vez de cortar – isso aqui quem diz é o Deputado Júlio Cesar, coordenador da bancada – emenda dos Estados ricos, está cortando emenda dos Estados pobres?

Sabe qual foi a participação do Governador nesse episódio todo? Vetar a aprovação de duas emendas. Uma, estranhamente, porque é de autoria do Deputado Nazareno Fonteles, para a construção de uma

ponte em Teresina. E a outra, de minha autoria, para urbanização da Vila da Paz, em Teresina, que todos conhecem e V. Ex^a também.

Eu poderia chegar aqui e dizer: não, ele é meu adversário, é perseguição ao Senador Heráclito Fortes. Mas e daí? Não cortou a do Nazareno? Não. No momento a perseguição dele é maior, é mais perversa. É perseguição a Teresina. É perseguição à atual administração que vem fazendo o Prefeito Sílvio Mendes, em Teresina. E as provas estão aqui. De todas as emendas cortadas integralmente estão aquelas que beneficiam obras no perímetro urbano da capital do meu Estado.

O Governador não tem como justificar, porque foi atuação pessoal dele, enciumado porque, como Senador da Oposição, eu indico recursos para obras no Piauí e elas refletem. É a mesma coisa que aconteceu e acontece na Receita Federal: é intromissão política numa questão que não deveria proceder assim, porque é eminentemente técnica. Mas o Governador, se não tem poder para construir, para trazer recursos, tem poder para vetar. E foi um veto de S. Ex^a que fez com que essas duas emendas fossem vetadas, cortadas na sua integralidade.

Quero dizer que eu só tomei conhecimento desse ato truculento quando li um protesto do Deputado Nazareno na imprensa. Aí, ontem, o seu líder, Deputado João de Deus – aquele que fez campanha com R\$22 mil na primeira eleição e na segunda já fez com quatrocentos e tantos mil, agora é dono de carro luxuoso, mudou completamente –, vai para a televisão e diz que eu fiz uma operação de redução de estômago, mas que deveria fazer, Senador Geraldo Mesquita, uma operação para cortar a língua. Que eu deveria fazer uma operação para cortar a língua, já que tinha feito uma para redução do estômago.

Senador Paim, veja como meus conterrâneos e seus correligionários do Piauí agem: o Líder do Governo na Assembleia quer que eu corte a língua. Que truculência! Não aguenta oposição, não quer oposição, não quer verdade. Mas, na verdade, no fundo, no fundo d'alma, eles não querem, Senador Mão Santa, não é corte de língua, não, eles querem praticar é uma cirurgia de lobotomia. V. Ex^a pode explicar, como médico, o que é lobotomia? Querem fazer um corte na atividade cerebral. Isso é muito comum em pessoas com alterações psiquiátricas que são violentas. Eles querem diminuir a capacidade de se fazer uma oposição aguerrida, de se fazer uma oposição séria, como esta que procuramos fazer.

Aliás, o Deputado João de Deus está dando uma do seu colega aqui de Senado, com relação ao cartão vermelho, porque devia ter pedido para cortar a língua

do atual Governador Wellington Dias, que, quando Deputado Federal, pediu a cassação do mandato de 165 Prefeitos do Piauí. Quem não se lembra disso? Aliás, alguns desses Prefeitos esqueceram e hoje estão de braços dados com o Governador que pediu a sua cassação num passado não muito distante. Feliz é o Governo que tem uma posição responsável como a oposição que fazemos no Piauí, Senador Mão Santa.

O Senador Paim lembra-se da luta que travei aqui, e tive ajuda dele, para que nós, no Piauí, tivéssemos, por exemplo, a escada magirus. Suspendemos uma sessão do Orçamento aqui, neste plenário, e, três anos e meio depois, a escada magirus chegou a Teresina. A liberação de recursos constante que fazemos aqui em defesa do Estado. Agora, nós não concordamos é com engodo, com lorota, com mentira, com promessas que não existem, com obras que não são viáveis, com enganações. Aí, não, vai ter meu... Enganar o Piauí prometendo copa do mundo, sede da copa do mundo, depois, subsele da copa do mundo, para isso, Senador Mão Santa, de minha parte jamais terão apoio. Eu quero trabalhar para um Piauí sério, para um Piauí com infraestrutura.

Hoje, por exemplo, vejo a Suzano anunciar investimentos no Estado do Piauí. Vejo isso com a maior alegria, com a maior satisfação. Agora, é preciso que o Governo faça a sua parte, não apenas inaugure, como fez o Governador ontem, inaugurou as palavras do Presidente da Suzano, anunciando o investimento. É preciso que ele dê condições de infraestrutura, investimento, que trabalhe pela Transnordestina, para tenha de fato suas obras começadas de maneira efetiva.

Nós tivemos, Senador Mão Santa, aquela discussão esta semana com aquele grupo que trata de política regional de turismo e nós vimos mais uma vez que estão levando de barriga, goela abaixo, a questão do Porto de Luís Correia. Os fatos não são sérios e os fatos comprovam a falta de seriedade das intenções do Governador aqui, agora. Por que deixou cortar os suados R\$15 milhões da emenda de V. Ex^a, que poderia ter destinado, se quisesse, para outras obras no Estado do Piauí? Mas, como bom parnaibano e como homem comprometido com o Porto de Luís Correia, optou para que a obra fosse destinada a sua conclusão, e o Governador deixa cortar.

Portanto, senhoras e senhores, é lamentável que esses fatos ocorram, é lamentável que nós tenhamos que tratar desses assuntos.

Esse novo cirurgião do Piauí, que quer cortar a língua dos outros para não ouvir as verdades, deveria também pegar um bisturi e começar a cortar a mão dos "lalaus" que estão no Governo avançando no dinheiro público, para a tristeza de todos nós.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante e contundente pronunciamento de Heráclito Fortes – e quis Deus que eu estivesse na Presidência, Heráclito – eu quero me associar na solidariedade à bravura do piauiense Francenildo. Francenildo deu uma demonstração. Senador Heráclito Fortes, temos de liderar a bancada e cumprimentarmos, todos, o Francenildo. Vamos marcar um encontro, nós queremos entregar a ele a bandeira do Piauí. É um orgulho nosso lutar contra esse poder. Olha, é o hino do Piauí: "Piauí, terra querida, filha do sol do Equador, pertencem-te a nossa vida, nosso sonho, nosso amor!". Na luta, é o primeiro que chega. Neste momento de falta de coragem cívica, ele levantou a bandeira da verdade, como Heráclito Fortes disse. Então, se analisarmos o processo, ele foi vencedor. Olhem os pareceres: cinco a quatro. Heráclito, nós somos orgulhosos. A bandeira do Piauí tem uma estrela e, ontem, não apagaram a estrela, não. O Francenildo se apresentou com altivez. Então, eu acho que V. Ex^a bem disse: não nos aproximamos porque pareceria que poderíamos exercer influência em um processo judicial, em que sempre confiamos. Mas é hora de nós, Heráclito, se me permite, eu posso iniciar o convite da bancada para nós, aqui, no restaurante do Senado, para o resgatarmos – nós, que representamos o povo do Piauí.

Chegou agora um documento para falar pela liderança Mário Couto. Ele chegou com um documento pela Liderança da Minoria. Então, pode ocupar a tribuna.

Heráclito, boa viagem. Vamos condecorar aquele bravo piauiense. Ele traduz bem a coragem do piauiense, aquele que se juntou com o cearense em batalha sangrenta e garantimos a unidade deste País. Acho que nem tudo foi perdido, não. Andei lendo os votos dos juizes. Há muita emoção e muita verdade. Heráclito, com suas palavras na tribuna do Senado, e eu, neste instante, na Presidência, rendemos homenagem a esse filho ilustre do Piauí, que traduz nossa coragem, bravura, honestidade e cuja estrela maior é a verdade que sempre perseguiu.

Com a palavra o Senador Mário Couto. (*Pausa.*)

Ele permitiu a permuta com o Senador Zambiasi, o primeiro inscrito. Zambiasi é do PTB de Getúlio Vargas.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa. Realmente, é o PTB de Getúlio Vargas. E é sobre esse grande estadista que pretendo dis-

correr, observando alguns aspectos históricos, lembrando alguns aspectos históricos, falando de algumas datas importantes que devem ser lembradas, porque, infelizmente, a memória vai se apagando, e é nossa obrigação, como pessoas públicas, manter a memória dos estadistas viva, a memória da nossa história, da história republicana no Brasil, viva, exatamente porque esta semana, Presidente Mão Santa, marca a passagem de uma data ao mesmo tempo triste e histórica para o Brasil.

Trata-se da trágica lembrança da morte do nosso ex-Presidente Getúlio Vargas, há 55 anos, em 24 de agosto de 1954, quando, conforme suas próprias palavras, “saiu da vida para entrar na história”, pois, de fato, Getúlio não apenas fez, como entrou na história.

E neste pronunciamento, Senador Mão Santa, pretendo recordar um pouco da trajetória, desde o seu nascimento, porque são fatos que precisam ficar nos *Anais* desta Casa e, ao mesmo tempo, ser lembrados no nosso cotidiano, pois se referem a alguém que construiu uma verdadeira revolução social neste País.

1882:

Vargas nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, fronteira com Argentina, proveniente de uma família de políticos e estancieiros locais.

1907:

Depois de abandonar a carreira militar, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo sido o orador da turma.

1908:

Nomeado segundo Promotor Público do Tribunal de Porto Alegre.

1909:

Eleito para a Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Reeleito em 1913, renunciou ao mandato por discordâncias com a política local, mas foi reeleito em 1917 e em 1921.

1911:

Casou-se com Darci Lima Sarmanho, com quem teria cinco filhos – Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio.

1922:

Eleito para a Câmara Federal em outubro. Em novembro, foi designado Presidente da Comissão de Constituição e Poderes. Foi reeleito Deputado Federal em 1924, quando assumiu a liderança da bancada do seu partido da Câmara, o então Partido Republicano Rio-Grandense. Em 1925, integrou a Comissão de Reforma da Constituição e, no ano seguinte, a Comissão de Finanças da Câmara.

1926:

Designado Ministro da Fazenda do Presidente Washington Luís.

1928:

Assumiu o Governo do meu Estado, do nosso Estado, Senador Paim, do nosso Rio Grande do Sul.

1929:

Criada a Aliança Liberal, coligação de políticos e militares de todo o País, sob a liderança dos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A Aliança opunha-se ao encaminhamento dado pelo Presidente Washington Luís à sucessão presidencial. Impondo o paulista Júlio Prestes como seu candidato, Washington Luís rompia com o pacto oligárquico que sustentara a República desde o início do século, cindia as oligarquias e abria espaço para o movimento revolucionário.

A Aliança Liberal aprovou em convenção a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, este último, Governador da Paraíba.

1939:

Eleição de Júlio Prestes, candidato situacionista para a Presidência da República.

João Pessoa, companheiro político Vargas, foi assassinado em Recife, capital de Pernambuco. A morte teve causa passional, mas foi apropriada politicamente pelos conspiradores da Aliança Liberal. Criou-se uma atmosfera favorável à revolução.

Início da Revolução de 1930, movimento político e militar com adesão popular que resultou na deposição do Presidente Washington Luís e na ascensão de Vargas à presidência. Levantes militares ocorreram em diversos Estados do País. Tropas partiram do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro

Vargas divulgou um manifesto proclamando o povo gaúcho às armas. Cinquenta mil voluntários alistaram-se nas tropas revolucionárias.

Militares dissidentes, liderados pelo General Tasso Fragoso, exigiram a renúncia de Washington Luís, que acabou por aceitar sua deposição.

Vargas, então, tomou posse como chefe do Governo Provisório após o País ter sido governado durante dez dias por uma junta militar.

Concedida a anistia aos civis e militares participantes dos movimentos revolucionários ocorridos no Brasil a partir de 1922.

Assinado decreto legalizando o Governo Provisório, dando-lhe plenos poderes e dissolvendo o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais.

Criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.

1931:

Promulgada a Lei da Sindicalização, regularizando a sindicalização das classes patronal e operária.

Criado, em maio, o Conselho Nacional do Café, substituído em fevereiro de 1933 pelo Departamento

Nacional do Café, que federalizava a política cafeeira. O café era o produto mais importante da economia brasileira.

Promulgado o Código dos Interventores, reforçando o controle do Governo Federal sobre os Estados.

1932:

Promulgado o novo Código Eleitoral, regulamentando as eleições em todo o País, instituindo o voto secreto, o voto feminino e a Justiça Eleitoral. O Brasil, nesse aspecto, mesmo sob a revolução do Governo Vargas, já avançava muito.

Iniciou-se, em São Paulo, a Revolução Constitucionalista, pleiteando a redemocratização do País.

Fundada pelo jornalista Plínio Salgado a Ação Integralista Brasileira, núcleo fascista que defendia o Estado integral, autoritário, nacionalista e anticomunista.

Fim da guerra civil com a assinatura de um armistício que confirmava a derrota dos paulistas.

Vargas suspendeu por três anos os direitos políticos dos líderes da dita Revolução Constitucionalista.

1933:

Eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

Os regulamentos eleitorais estabeleciam dois tipos de representantes: os classistas, eleitos pelos sindicatos, e os representantes do povo, eleitos em cada Estado pelo voto direto. A Constituinte começou a deliberar em 15 de novembro.

1934:

Lei de sindicalização criava um pluralismo sindical limitado.

Promulgada a nova Constituição da República.

Vargas foi eleito pela Assembléia (via indireta) para a Presidência constitucional da República, terminando, assim, o período do governo provisório.

1935:

Criada, em março, a Aliança Nacional Libertadora, primeiro movimento nacional de esquerda no Brasil. No ano seguinte, Luiz Carlos Prestes, líder comunista, foi escolhido para a sua presidência de honra. Ao mesmo tempo.

Sancionada a Lei de Segurança Nacional, definindo os crimes contra a ordem política e social e que atingia, inicialmente, militantes e simpatizantes comunistas.

Vargas decretou a dissolução da ANL por seis meses, após manifesto de Prestes pedindo o fim do “governo odioso de Vargas”, como ele considerava.

“Intentona Comunista”, insurreição deflagrada em novembro sob a direção do Partido Comunista, com levantes nas cidades nordestinas de Natal e Recife e, também, no Rio de Janeiro.

1937:

Após federalizar as milícias estaduais, Vargas deu um golpe de Estado, dissolvendo o Congresso, outorgando nova Constituição e instituindo a ditadura do Estado Novo.

1938:

Integralistas tentaram golpe contra o governo, invadindo a residência de Vargas. Dois dias depois, Vargas declarou que o *putsch* havia recebido auxílio de fora, ou seja, da Alemanha.

Criado o Conselho Nacional do Petróleo.

Criado o Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão federal que objetivava a melhoria dos padrões administrativos na burocracia federal.

1939:

Lei de Sindicalização, fixando um sindicato único por categoria profissional.

Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, porta-voz autorizado da ditadura, encarregado da censura aos meios de comunicação, da organização de homenagens ao Presidente, manifestações cívicas e radiodifusão oficial.

1940:

Anunciada a Lei do Salário Mínimo, outro fato relevante da Era Vargas para o Brasil.

Instituído o Imposto Sindical, através do qual cada trabalhador descontava um dia de trabalho para financiar a estrutura sindical criada no Brasil.

Criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social, que organizou uma rede de refeitórios populares nas principais cidades do País. Hoje, gradativamente, começam a retornar os restaurantes populares com refeições a R\$1,00. Há alguns em Porto Alegre, assim como no interior do Estado e aqui em Brasília. Há poucos dias, vi, na propaganda do Governo, um restaurante popular, em que se anuncia uma refeição de qualidade a preços que os trabalhadores podem pagar, Senador Paim. Tudo isso é um pouco do resgate da história da Era Vargas.

1941:

Depois de negociações com a Alemanha e com os Estados Unidos, o Brasil conseguiu um empréstimo a longo prazo de US\$20 milhões destinados à construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no Estado do Rio, a primeira no Brasil a utilizar o coque para a produção de aço.

1942:

O Brasil aderiu aos Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética), na II Guerra Mundial, rompendo relações diplomáticas com a Alemanha, com a Itália e com o Japão. Entre fevereiro de 1942 e março de 1943, 19 navios mercantes brasileiros foram bombardeados pela marinha alemã.

O Governo brasileiro reconheceu, então, o “estado de guerra” contra a Alemanha e a Itália.

Criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – algo com o qual o Senador Paim tem muito realmente a ver –, instituição destinada à formação e especialização de mão-de-obra industrial em nível de primeiro e segundo graus.

1943:

Editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compilação do conjunto de normas legais que regem as relações entre empregados e empregadores, muitas das quais ainda em vigor, não é, Senador Paim?

Manifestações estudantis contra a ditadura são reprimidas pela polícia.

Criação da Força Expedicionária Brasileira, divisão militar que participou da guerra na Itália.

1944:

O Brasil assinou os acordos de Bretton Woods, que originaram o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento.

1945:

Promulgada a Lei Constitucional nº 9, que marcava as eleições para a Presidência da República, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para 2 de dezembro de 1945 e, para maio de 1945, a eleição para as assembleias legislativas estaduais.

Fundada a União Democrática Nacional (UDN), partido formado pelos opositores ao Estado Novo.

Fundado o Partido Social Democrático (PSD), principal partido nacional no período 1945 a 1965. Mas, em contraponto, também em 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), originado da estrutura sindical da época.

Manifestações populares defendiam a permanência de Vargas no poder através do slogan “Queremos Getúlio”. O movimento ficou conhecido como Queremismo.

Temendo que Vargas desrespeitasse o calendário eleitoral e desse novo golpe para se manter no poder, os oposicionistas, liderados pelos Generais do Exército Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro cercaram o Palácio da Guanabara, residência do Presidente. Vargas, então, assinou sua renúncia formal.

Vargas atestou a sua popularidade nas urnas, elegendo-se Deputado Federal em sete Estados brasileiros e Senador, em dois Estados. Optou pelo cargo de Senador pelo Rio Grande do Sul, e o General Eurico Gaspar Dutra é eleito Presidente da República.

1946:

Eurico tomou posse.

1947:

O Tribunal Superior Eleitoral cancelou o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Meses depois,

seriam cassados os mandatos de todos os parlamentares comunistas.

1949:

Vargas concedeu entrevista ao jornalista Samuel Wainer, declarando-se candidato à Presidência da República. Sua frase: “Sim, eu voltarei, não como líder político, mas como líder de massas”.

1950:

Lançamento da candidatura de Vargas durante almoço em comemoração a seu aniversário, na casa de João Goulart.

Ademar de Barros, Governador de São Paulo, deu adesão pública à candidatura de Vargas. E ela acaba homologada na Convenção Nacional do PTB.

O nome de João Café Filho, Deputado pelo Rio Grande do Norte, foi homologado pelo PTB para a Vice-Presidência na chapa de Vargas. A eleição de Vargas para Presidência da República acontece à época.

1951:

Posse de Getúlio.

Criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

Fundado o jornal *Última Hora*, destinado a fazer a defesa do Governo.

Discurso de Vargas denunciando os expedientes utilizados por empresas estrangeiras para remeter seus lucros para o exterior.

Fundado – veja só que fato histórico – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (à época BNDE e, depois, BNDES), instituição financeira federal destinada ao fomento e ao desenvolvimento de setores básicos da economia brasileira – hoje inclusive da economia sul-americana. É mais um fato marcante do Governo Vargas.

1952:

Criado o Instituto Brasileiro do Café.

O Bird emprestou US\$37 milhões para financiamento de projetos de expansão hidrelétrica e reabilitação da malha ferroviária brasileira.

1953:

Sancionada nova Lei de Segurança Nacional.

Greve de trabalhadores em diversas cidades do País.

Sancionada a Lei nº 2.004, de 1953, que criou a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A, sob o Governo de Getúlio Vargas.

Vargas voltou a denunciar as remessas de lucros feitas pelas empresas estrangeiras.

O ano de 1954 foi um ano movimentado e, sobretudo, o mês de agosto, que foi marcado por várias tragédias. A mais cruel de todas: o suicídio de Vargas. Naquele período aconteceram fatos relevantes: Manifesto dos Coronéis, documento redigido por um grupo

de militares insatisfeitos com os patamares salariais do Exército, criticando os novos níveis de salário mínimo propostos por João Goulart, Ministro do Trabalho – a resposta do Governo Vargas a João Goulart foi o aumento de 100% no salário mínimo; Vargas compareceu ao Grande Prêmio Brasil, no Jockey Clube do Rio, junto à elite brasileira entre cariocas, onde foi vaiado; o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, na rua Toneleros, em Copacabana; o assassinato do Major-Aviador Rubens Vaz – Lacerda, então, afirmou da tribuna que o culpado era Vargas, houve uma tensão a partir da missa de 7º dia pelo Major Vaz, uma manifestação popular contra Vargas e seu filho Lutero, cujos cartazes eleitorais foram rasgados.

Mas, ainda assim, Vargas inaugurou a Usina Siderúrgica Mannesman, em Minas Gerais, onde declarou que resistiria às investidas contra seu Governo.

Afonso Arinos, Líder da UDN e da Oposição Parlamentar, reiterou apelo para que Vargas renunciasse.

Café Filho, Vice-Presidente da República, rompeu com Vargas em discurso na tribuna do Senado.

Vargas concordou em licenciar-se do Governo por 90 dias, mas pouco depois foi informado de que o Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, pedira seu afastamento definitivo. Foi ali, então, a sua decisão trágica: o suicídio em seus aposentos no Palácio do Catete. E, em meio a grandes manifestações populares, o corpo de Vargas foi enviado para São Borja, sua terra natal, onde foi sepultado e onde permanece descansando.

Presidente Mão Santa, é importante mais uma vez que lembremos o legado da Era Vargas, que mudou a cara e as entranhas do Brasil. Getúlio é o sufrágio universal, o voto das mulheres, antes mesmo da França, a Consolidação das Leis do Trabalho, o salário mínimo, a carteira profissional, a regulamentação do trabalho feminino, a reforma do ensino, a Justiça do Trabalho, o instituto da aposentadoria e das pensões, a industrialização do País, a jornada de trabalho de oito horas, férias pagas aos trabalhadores, o fim da monocultura do café, a descoberta e a nacionalização do petróleo, a Petrobras, e tudo o que se possa imaginar de bom e de novo neste País ainda tem a marca de Getúlio Vargas.

Aliás, talvez uma das mais significativas homenagens que o Congresso Nacional brasileiro pode prestar ao grande estadista Getúlio Vargas, que criou o instituto da aposentadoria, seria aprovar os projetos do nosso querido colega, Senador Paulo Paim, que beneficiam os aposentados e que tramitam na Câmara dos Deputados. Vale lembrar que nós, aqui no Senado, Presidente Mão Santa, já aprovamos o fim do fator previdenciário e a correção das aposentadorias.

Esse é o valor que norteia o trabalho parlamentar para o qual temos dispensado os nossos melhores esforços. A dignidade de que são credores milhões de brasileiros com mais de 65 anos. Mobilizados e fortes, reivindicam seus direitos. Exigem justiça. Cabe a nós, legisladores, adequar as normas que estão vigentes – atualmente, cabe a nós. Cabe ao Estado garantir o cumprimento das mesmas. E à sociedade orgulhar-se de ser a grande protagonista dessa ação de transformação.

Entendo, Senador Paim, que a Câmara, aprovando esses dois projetos, seguramente, prestará uma grande homenagem à memória de Getúlio Vargas.

Finalmente, quero solicitar à Presidência desta Casa que seja registrada nos Anais do Senado a série especial de reportagens publicadas no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e que está aqui em minhas mãos, publicadas entre os dias 16 e 24 de agosto último, que relembra os momentos de tensão vividos nos dias que antecederam a morte de Getúlio: as manchetes, as notícias da época, que foram resgatadas num registro realmente histórico do Jornal *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul.

Também, permita-me, Presidente Mão Santa, para concluir, fazer uma menção rápida, mas importante, à mais recente e atualizada publicação sobre Getúlio Vargas, intitulada *Getúlio*, de autoria do renomado jornalista, escritor e historiador gaúcho Juremir Machado da Silva, de onde retiramos muitas das observações manifestadas neste pronunciamento.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, eu não tive a ousadia de interromper o seu brilhante pronunciamento sobre o ex-Presidente da República Getúlio Vargas. Permita-me só esta intervenção ao seu excelente pronunciamento, para dizer que V. Ex^a, para mim, é a maior liderança do PTB, não só do Rio Grande, mas também em nível nacional. É uma alegria muito grande poder dizer ao Rio Grande que V. Ex^a sempre manteve a coerência com tudo aquilo que leu aí. V. Ex^a, ao longo desses sete anos, sempre acompanhou no voto – e não só da tribuna – a defesa dos trabalhadores, dos aposentados, pensionistas, dos discriminados deficientes deste País. E V. Ex^a nem sabia que eu estaria no plenário hoje, porque normalmente nós vamos para o Rio Grande, e V. Ex^a me cita no seu pronunciamento. E eu vou tomar a liberdade de dizer aqui agora, na tribuna do Senado – e eu sei que grande parte do Brasil assiste à TV Senado – que V. Ex^a seria eleito para qualquer cargo que quisesse no Rio Grande: Deputado Estadual, Federal, Senador. As pesquisas mostram isso e eu tenho alegria de dizer que eu e V. Ex^a, nas pesquisas que publicamos, estamos

juntos. Se compararmos uma e outra... E V. Ex^a tinha me dito isso há muito tempo já: “*Paim, nós estamos juntos.*” Nós seríamos, se as eleições fossem hoje, com certeza, eleitos para o Senado da República, mais uma vez pela coerência, eu diria, dos nossos trabalhos. Mas eu quero mais fazer uma homenagem a V. Ex^a. Quero dizer, primeiro, que eu gostaria muito que V. Ex^a não saísse da vida pública – eu digo como candidato a algum cargo eletivo em 2010 –, porque sei que muitos querem levar V. Ex^a para outros setores da sociedade pela sua capacidade. V. Ex^a foi o Deputado Estadual mais votado na história do Rio Grande. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se for candidato a Deputado Estadual de novo, será novamente o mais votado. Se V. Ex^a for candidato a Deputado Federal, será também o mais votado na história do Rio Grande. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Como também se entender... Eu teria alegria de estar com V. Ex^a no mesmo palanque nessa discussão do retorno ao Senado. Como V. Ex^a, eu também sei porque conheço muito bem o Ministro Tarso Genro, que o sonho do Ministro é ter V. Ex^a junto com ele na eleição para o Governo do Estado. V. Ex^a sabe que eu não consigo falar aquilo que não estou sentindo. Então, faço esta rápida declaração dizendo que V. Ex^a tem contribuído, e muito, para diminuir a miséria, para melhorar a qualidade de vida, para permitir que homens e mulheres deste País vivam e envelheçam com dignidade. Faço este depoimento com muita tranquilidade, porque V. Ex^a, como ninguém, eu diria, representa aqui o discurso que fez em homenagem a Getúlio Vargas. Parabéns!

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Paim, Colegas, fico emocionado ao ouvi-lo e feliz em tê-lo como meu companheiro, junto com o Senador Simon, na Bancada que representa o nosso Estado.

A vida pública exige coerência. O Senador Paulo Paim, como eu, é da base do Governo e, eventualmente, mantendo coerência com sua vida pública e parlamentar, apresenta projetos que, às vezes, tensionam e até conflitam a relação com o Governo. Mas a coerência exige esses embates, esses enfrentamentos.

É nessa linha, Senador Paim, da coerência que venho pregando nesta jornada que experimento no Senado que, desde o ano passado, cheguei à conclusão de que meu tempo de Senado deve concluir-se durante este mandato. Foi, portanto, antes mesmo de tomar conhecimento da honrosa e privilegiada pesquisa que nos coloca, a mim e ao Senador Paim, se as eleições fossem hoje, como virtuais eleitos no Estado. Isso me dá mais convicção da coerência da posição que uma pessoa pública deve ter quando faz uma manifestação pública.

Há muitos meses, eu já vinha dizendo que entendendo que a vida parlamentar precisa de oxigenação e de renovação. No ano que vem, serão duas vagas. E eu já vinha dizendo, antes da crise por que esta Casa vem passando, que precisávamos promover essa oxigenação, essa renovação. Mas elas precisam também ser ancorada na experiência. Então, fico com a experiência dos meus amigos e colegas Simon, que ainda está com um mandato todo pela frente, e Paim, que haverá de renovar seu mandato com meu voto no próximo ano, independentemente de qualquer possível acordo partidário.

Mas, se eu prego a oxigenação e a renovação, é justo que, por coerência, eu abra esse espaço. Então, com certeza, no Rio Grande do Sul, haverá renovação no Senado. Um gaúcho ou uma gaúcha vai ocupar essa cadeira e vai saber representar o nosso Estado e o Senado com a dignidade que o Senado e o nosso Estado merecem.

É uma decisão que eu tomei, e não volto atrás um milímetro. Eu poderia, diante da pesquisa da semana passada, que nos colocou num patamar que aumenta em talvez 50% a nossa votação de 2002, nos arremetendo a um patamar talvez nunca visto no Estado em termos de votação, utilizar o argumento de que o eleitor está satisfeito com o mandato. Mas coerência e palavra são dois valores dos quais nós não podemos abdicar.

Eu quero realmente agradecer muito pela sua manifestação e dizer que esse retrato histórico da vida de Getúlio Vargas como gaúcho eu imaginei que era importante mostrar aqui, Senador Mão Santa, repercutindo as datas históricas desse processo e, ao mesmo tempo, lembrando, trazendo à memória aspectos extremamente relevantes da nossa vida cotidiana que ocorrem ainda hoje, a partir da visão de um estadista chamado Getúlio Vargas. Era uma época extremamente conservadora, mas ele teve a coragem de revolucionar, como revolucionário que foi na vida pública brasileira.

Eu agradeço.

Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Sérgio Zambiasi, eu queria me referir, antes de mais nada, à primeira parte do seu pronunciamento, aliás, ao seu pronunciamento, no momento em que V. Ex^a reverencia a vida, a morte, a memória de um dos maiores brasileiros que o Brasil já teve a honra de possuir: Getúlio Vargas. Eu, ainda esta semana, falei aqui, com sinceridade, que me ressentia de um certo descaso da imprensa nacional em relação à data tão importante. Eu vi muito pouca referência ao fato, ao episódio. Não se trata da morte de Getúlio Vargas;

trata-se do patrimônio que ele deixou para este País, da sua obra. Eu acho que o brasileiro, principalmente as novas gerações, têm o direito de, em momentos como este, abrir os jornais e colher informações. Eu acho que é um direito, principalmente das novas gerações. Eu achei que a imprensa brasileira, a chamada grande imprensa brasileira, olvidou este ano. E fico feliz quando V. Ex^a nos traz a notícia de que, na sua terra, no Rio Grande do Sul, uma série de reportagens faz esse resgate histórico. Quero aqui parabenizar a imprensa gaúcha, principalmente o jornal que V. Ex^a citou. Não se trata, Senador Zambiasi, de uma coisa formal, não. Trata-se exatamente disto que estou falando: os brasileiros, principalmente os mais jovens, têm o direito de tomar conhecimento, em momentos especiais como este, da obra de um cidadão da estatura de Getúlio Vargas, do que foi feito, do que ele fez, de quais foram as contradições de seu período de governo. Tudo isso precisa ser devidamente passado, porque a informação evapora no tempo, e é necessário que a tragamos sempre em momentos assim. Agora, com relação à decisão que V. Ex^a vem amadurecendo de algum tempo para cá, como todos nós sabemos, em que pese o enorme prestígio que V. Ex^a goza na sua terra, apontado em pesquisas que V. Ex^a nos exibiu há poucos dias, permita-me, com toda a sinceridade, discordar de V. Ex^a só num ponto. Já tive oportunidade de lhe dizer que acho que renovação e oxigenação a gente promove nas ideias, no comportamento. V. Ex^a é o exemplo vivo disto aqui. V. Ex^a está a todo instante tentando se renovar, tentando oxigenar a sua missão política aqui nesta Casa. Por esse ângulo, eu não concordaria com V. Ex^a, mas respeito muito a sua decisão e queria só lembrar ao povo do Rio Grande do Sul fatos que extrapolam o Congresso Nacional. O seu mandato, pelo que as pesquisas apontam, é muito querido pela população do Rio Grande do Sul. Agora, ela precisa saber, de forma inteira, que V. Ex^a, além de um grande Senador da República do Rio Grande do Sul, foi um artífice, talvez um dos maiores responsáveis pela instalação do Parlamento do Mercosul, hoje ainda iniciando uma caminhada, mas tenho certeza absoluta de que será um instrumento de fundamental importância para integração da América Latina. E digo aqui como testemunha que fui da sua participação decisiva. Creio, Senador Zambiasi – e não estou aqui exagerando –, que, não fosse sua presença no processo de elaboração, de formação, de formatação do Parlamento do Mercosul, ainda estaríamos buscando

uma forma de viabilizá-lo. Digo isso com a maior sinceridade, porque acompanhei V. Ex^a, fui testemunha da sua participação dura, decisiva, no sentido de constituir um parlamento enxuto, austero, como V. Ex^a cansava de dizer, e com a destinação precípua de servir de instrumento de integração da América do Sul. É preciso que o povo do Rio Grande do Sul saiba disso de forma inteira, porque eles sabem da sua participação no Parlamento do Mercosul, mas talvez desconheçam que ela foi imprescindível, foi decisiva para que, hoje, o gaúcho, o acreano, o amazonense digam: “Nós temos um Parlamento do Mercosul.”

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Geraldo Mesquita, agradeço de coração seu testemunho.

O Congresso Nacional me entregou uma missão, e sou muito disciplinado. Quando recebi a missão de presidir a Comissão Conjunta do Congresso Nacional, cuja finalidade era estruturar e constituir o Parlamento do Mercosul como porta-voz da cidadania sul-americana, eu me joguei, como se diz, de cabeça nesse compromisso. E, com muito orgulho, com muita honra, aqui, neste plenário, em 14 de dezembro de 2006, superamos todos os desafios, assistimos à sua constituição e, posteriormente, à sua instalação, em março de 2007, na sua sede, em Montevidéu.

Entendo que não há integração sem representação popular, e a representação popular passa pelos parlamentos. É um sentimento de que estamos construindo. E repito: enquanto, na Europa, não importa o país, o cidadão é europeu, nós, aqui, na América do Sul, ainda não conseguimos resgatar a condição de cidadão sul-americano: eu sou sul-americano. E é esse sentimento de integração latina, essa latinidade, que é nossa característica, da qual nos devemos orgulhar, aproximando-nos dos nossos irmãos, que devemos trabalhar no princípio do Mercosul.

Agradeço imensamente sua manifestação também e agradeço a paciência do Senador Mão Santa e a do Senador Mário Couto, que gentilmente permitiu que eu pudesse fazer esse pronunciamento antes da sua manifestação.

Sr. Presidente Mão Santa, muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, do Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SENADOR SERGIO ZAMBLASI - PTB/RS

CORREIO DO POVO
POR TO ALEGRE, DOMINGO, 16 DE AGOSTO DE 2009

Se mana marcada por muita tensão

A semana que antecedeu o suicídio do então presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, foi marcada pela tensão em torno do desenrolar sobre o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, ocorrido em 5 de agosto daquele ano (box acima). Notícia de primeira página do Correio do Povo do dia seguinte dava conta dos detalhes do ocorrido. Do episódio, Lacerda, que estava acompanhado do filho Sergio, saiu ferido no pé esquerdo.

O Correio do Povo e a Folha da Tarde acompanharam toda a trama que envolveu um dos mais tempestuosos momentos da nossa história e que, nesta semana, vamos relembrar nas páginas do CP por ocasião da passagem dos 55 anos de morte de Getúlio Vargas.

Em 16 de agosto de 1954, a Folha da Tarde estampava a manchete sobre a prisão, em Santa Maria, de dois elementos da guarda de Vargas que foram trazidos à Capital para interrogatório. Eram eles Marino Soares Leal e Jaci Ramos da Silva, que mais tarde foram levados ao Rio de Janeiro para depoimento ao coronel Adil Oliveira, indicado para conduzir o inquérito policial-militar. No dia seguinte, o investigador de Polícia Clímério Eurides de Almeida era preso, numa ação cinematográfica em Tinguá, cidade do estado do Rio de Janeiro, Clímério estava escondido num bananal.

Climério é preso em ação de cinema

Numa ação descrita como cinematográfica, com 'lances do mais puro fimeste', Clímério Eurides de Almeida era preso em Tinguá, cidade do estado do Rio de Janeiro. Estava refugiado num bananal da Serra do Couto. A indicação exata do local foi dada por um lavrador, Oscar Domingos de Souza. Ao todo, a ação de captura envolveu 200 policiais, dez aviões e dois helicópteros. O foragido não resistiu ao cerco e se entregou, abatido e exausto. Ao mesmo tempo, Gregório Fortunato era interrogado na Base Aérea do Galeão. O homem da mais extrema confiança de Getúlio Vargas fora detido ainda no domingo. Em meio a intenso questionamento, o 'tenente' Gregório passou por várias crises emocionais.

Carlos Lacerda, naquele mesmo dia, denunciava, em rádio do Rio de Janeiro, a existência de uma trama por parte do governo para a divulgação de uma 'versão oficial' do atentado que sofrera no início do mês. A denúncia ia mais longe: caberia a Gurgel Valente a incumbência de divulgar que o mandante do crime seria o industrial Armindo Moura, que, dias antes, teria cometido o suicídio. Lacerda, no entanto, estava convicto da inocência de Moura.





Tudo pronto para a fala de Climério

Por apresentar um quadro de fome e cansaço, Climério Eurides de Almeida não pôde ser ouvido no dia de sua detenção. Recolhido à base do Galeão, depois de alimentado e de repouso, ficou surpreso com a presença de Gregório Fortunato, também detido pelas forças da Aeronáutica. A Folha da Tarde daquele 18 de agosto noticiava os primeiros passos de Climério já sob a tutela do coronel Adil de Oliveira, que comandava o inquérito sobre o atentado. 'Não me matem! Fui traído por quem devia me acobertar', teria dito o indiciado ao ser capturado em Tinguá. João Antônio Soares era tido como o terceiro homem relacionado ao crime e sua rendição era também aguardada pelas autoridades. A Folha publicava a íntegra do depoimento da esposa de João Alcino do Nascimento, Abigail Rabello. No documento, datado de 12 de agosto de 1954, ela declarava que Climério e Alcino 'foram autorizados, por intermédio de João Antônio Soares, a confessar que fizeram, a mando de Lutero Vargas, o atentado contra Carlos Lacerda'.



FOLHA MATUTINA
— KOF —
EDIÇÃO DE 19 FÁBRIAS

CORREIO DO POVO

O JORNAL DE MAIOR
CIRCULAÇÃO E TIRAGEM
DO RIO GRANDE DO SUL

A EMOCIONANTE CAÇADA DE CLIMÉRIO CESSOU NA MANHÃ DE ONTEM COM A SUA PRISÃO

REALIZADA, IMPROVIZADA E TEMPORA, REVELANDO O METALME AO SUPLENTE CÉSIO DE BRAGA JUNIOR DE MONTINI — ATÉ A NOITE, CLIMÉRIO NÃO PODIA SER OBTIDO — IMPORTANTES APRESENTES NA RESIDÊNCIA DE SÉRGIO — BUSCA NO PALÁCIO DO CAFFÉ — ANIMAÇÃO POR ESTRONGES PRESSIONES DO COMANDO MILITAR E O DEPARTAMENTO DO INTERIO PÚBLICO

DETALHES DA CAPTURA

FASE CLIMÁNTICA DA CAPTURA DE CLIMÉRIO




'Terceiro homem' deve se apresentar

Antonio José Soares era apontado como o 'terceiro homem' na emboscada a Carlos Lacerda, e sua prisão era tão importante quanto a de Clímério. Em 19 de agosto de 1954, seu advogado, Celso Nascimento, confirmava às autoridades que cuidavam do inquérito que seu cliente poderia se apresentar a qualquer momento. Até então, os outros envolvidos ainda não haviam sido ouvidos na base do Galeão. O diretor da Polícia Técnica, Sílvio Terra, estava aguardando a conclusão destes depoimentos (de Clímério e Gregório Fortunato) para dar continuidade ao inquérito que corria em paralelo ao da Polícia Militar.


Um destes depoimentos seria de José Pereira Costa, conhecido como 'Pereirão', elemento da extinta guarda pessoal de Vargas. 'Pereirão' havia embarcado para Recife dois dias após o crime, em companhia de João Goulart. No depoimento, alegou que fora a Recife para tratar de sua exoneração da Caixa Federal e para assistir à sagração de um irmão como novo bispo no Estado. Comprovada sua inocência, foi libertado. Já Clímério, conforme noticiado pelo CP, continua sob cuidados médicos devido a 'tremendo impacto emocional'. A matéria também revela detalhes da detenção e que Clímério, ao chegar na base do Galeão, estava bastante transtornado.

Fôlha da Tarde



Deverá Ser Apresentado Hoje às Autoridades o "Terceiro Homem" do Crime da Rua Toneleros

O advogado de Soares já esteve em contato com a Polícia, aguardando as ordens necessárias — Ainda não foram conhecidos os fatos por trás do caso de Soares



INFORMAÇÕES SAÍDAS DAS AUTORIDADES

"Levo Propósitos de Harmonia, Mas Saberei Manter a Disciplina e a Ordem"

Depoimento de Soares em Recife e sua prisão — Detalhes relativos ao caso de Soares

MORDEU DE GASPERO

Serão retirados da Cortia dois fuzos das tropas americanas





Mais perto de se revelar o mandante

A Folha da Tarde daquele 20 de agosto de 1954 trazia a notícia das importantes ações relativas ao crime da rua Toneleros. Uma era de que as autoridades da Aeronáutica já possuíam o nome do mandante do crime e que sua prisão era questão de pouco tempo. O sigilo era mantido para não atrapalhar as investigações posteriores à sua detenção. Ao mesmo tempo, o coronel Adil Oliveira, responsável direto pelo inquérito policial militar confirmava, de última hora, e em nota oficial, que José Antonio Soares, apontado como o 'terceiro homem', era detido em Minas Gerais. O coronel também declarava de que não havia dúvidas da participação de José Soares na preparação, execução e fuga no atentado a Carlos Lacerda. O procurador estava na cidade mineira de Muriaé, portava um revólver Smith Wesson calibre 38 e tinha, em seu poder, cédulas eleitorais do candidato a vereador Jorge Armando.

Já o diretor da Divisão de Polícia Política e Social, Sílvio Terra, exibia laudos periciais que determinavam que apenas 'um criminoso atirou para matar', descartando a hipótese de legítima defesa alegada por João Alcino Nascimento. Ao mesmo tempo, Terra declarou que não iria pedir a prisão preventiva dos acusados, preferindo esperar a conclusão do inquérito policial militar.



FOLHA MATEMÁTICA HOJE EDIÇÃO DE 16 PAGINAS

CORREIO DO POVO

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1954

AFIRMA O GEN. ZENOBIO A FIDELIDADE DAS FORÇAS ARMADAS A CONSTITUIÇÃO

Porto Alegre, 20 de agosto. — O general Zenobio de Barros, chefe do Estado Maior do Exército, afirmou hoje a fidelidade das forças armadas à Constituição e ao presidente Vargas.

Em uma declaração dada aos jornalistas, o general afirmou que as forças armadas estão prontas para cumprir o seu dever constitucional e para manter a ordem pública.

O general afirmou que as forças armadas não se deixarão levar por qualquer tipo de manipulação política e que sua única lealdade é para com a Constituição e o Brasil.

Fala o Sr. Manoel Vargas

Porto Alegre, 20 de agosto. — O Sr. Manoel Vargas, chefe do Estado Maior da Polícia Militar, afirmou hoje a fidelidade das forças armadas à Constituição e ao presidente Vargas.

ADMITE O PRESIDENTE HAVER INDÍCIOS CONTRA

Porto Alegre, 20 de agosto. — O presidente Vargas admitiu hoje a existência de indícios contra o general Zenobio de Barros, chefe do Estado Maior do Exército, e o Sr. Manoel Vargas, chefe do Estado Maior da Polícia Militar.

AGRAVA-SE A SITUAÇÃO DO "FENÊX"

Escândalo continua



Prisões complicam situação de Vargas

A legalidade das prisões de Alcino João do Nascimento, Gregório Fortunato e João Valente de Souza foi confirmada no dia 20 de agosto de 1954 pelo Supremo Tribunal Militar, na figura do então ministro Bocaíuva Cunha, conforme publicado pelo Correio do Povo do dia seguinte. Mesmo assim, os advogados dos incriminados sustentavam a incompetência das autoridades militares no caso e pediam a liberdade imediata de seus clientes, a qual foi negada pela Justiça.

No mesmo dia era detido, no Galeão, como consequência de uma denúncia formulada pelo deputado Lutero Vargas, Arquimedes Manhães, o homem envolvido na procedência do dinheiro encontrado com os suspeitos do atentado a Lacerda. Lutero defendia as investigações para ver seu 'nome limpo'.

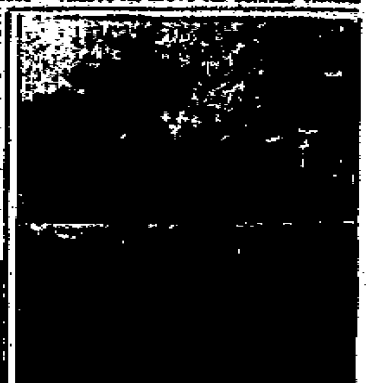
Já a Folha da Tarde trazia em sua manchete a notícia da prisão de Roberto Alves, ex-secretário particular de Getúlio Vargas. Alves já estava afastado do Palácio do Catete e era titular do Cartório da 15ª Vara Cível do Rio de Janeiro. No Galeão, Climério indicava que Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio, estava envolvida no atentado ao major Vaz. As autoridades acreditaram que se tratava de um despiste do detido. Da Europa, onde estava passando a lua de mel, chegava Manoel Vargas. Tudo indicava que Manoel seria intimado a depor.

Fôlha da Tarde

PRESO O EX-SECRETARIO PARTICULAR DE VARGAS

TRATA-SE DO SR. ROBERTO ALVES - CHEFEM DO SR. MANOEL VARGAS

Porto Alegre, 20 de agosto. — O Sr. Roberto Alves, ex-secretário particular de Getúlio Vargas, foi preso hoje no Galeão, em Porto Alegre.



Ajude a eleger João Goulart e Senador do Rio Grande

DUAS ALTAS AUTORIDADES ALFANDEGARIAS CRIARÃO A ESTA. CAMPAL

Contrabando de Maquinas Roubaradas

FOLHA MATEUSINA HOJE EDIÇÃO DE 16 PAGINAS

CORREIO DO POVO

O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO E TIRAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

NOVAS INSTRUÇÕES DA SUMOCI

O CALESTIO DE ACOMODAÇÃO DE 200% - EXPORTAÇÃO DE ANONIMOS E OS PROPOSTANTES - VIGILÂNCIA DAS ANONIMAS AOS MUNDOS DA LINGUAGEM

2008 07 17 - A República... O CALESTIO DE ACOMODAÇÃO DE 200% - EXPORTAÇÃO DE ANONIMOS E OS PROPOSTANTES - VIGILÂNCIA DAS ANONIMAS AOS MUNDOS DA LINGUAGEM

ESTADO DE UM JORNAL PARA FOMENTAR O SERVIÇO PÚBLICO

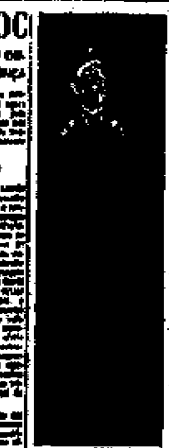
2008 07 17 - O Estado... ESTADO DE UM JORNAL PARA FOMENTAR O SERVIÇO PÚBLICO

COMUNICAÇÃO DO SENADO

2008 07 17 - O Senado... COMUNICAÇÃO DO SENADO

NOVO MINISTRO DA AERONÁUTICA

2008 07 17 - O novo ministro da Aeronáutica... NOVO MINISTRO DA AERONÁUTICA



Epaminondas Gomes Santos, novo ministro da Aeronáutica.

EM TEMPO DA MAIOR TOMBEROS

CONSIDERADA LEGAL A PRISÃO E NEGADO O "HABEAS CORPUS"

PRISÃO DO GALEÃO E SR. ANTONIO MARIAS - "A COMISSÃO DE INQUÉRITO FOMEN... VALS DA RESPONSABILIDADE DE SINDICOS DO CAIST" - PARA O JORNAL DO PARANÁ A CEN... PASSOS - CLIMÉRIO, SOARES E ALCINO, O "TENO MINISTRO", ACUSADOS DE COTER CRIME DE AN...

2008 07 17 - O Supremo Tribunal Federal... CONSIDERADA LEGAL A PRISÃO E NEGADO O "HABEAS CORPUS"

2008 07 17 - O depoimento do autor... DEPOIMENTO DO AUTOR DA MORTE DO MAJOR VAZ

DEPOIMENTO DO AUTOR DA MORTE DO MAJOR VAZ

Determinado o estado de prontidão

Ministro da Guerra quer atenção das tropas no Rio de Janeiro

O clima naquele 22 de agosto de 1954 era da mais pura tensão no alto escalão do governo Vargas, na expectativa da revelação do mandante do atentado a Carlos Lacerda, nome que as autoridades militares diziam já possuir. Um dia antes, o Ministério da Guerra, através do general Euclides Zenóbio da Costa determinara a prontidão rigorosa de todas as tropas sediadas no Rio de Janeiro, então o Distrito Federal. A decisão foi tomada após duas reuniões. Numa delas, também se encontrava presente o líder do governo na Câmara dos Deputados, Gustavo Capanema, e o coronel Paulo Torres, chefe de Polícia. O Correio do Povo (por tratar-se de um domingo, não circulava o Folha da Tarde) também noticiava que, ao mesmo tempo, se encontrava detido o delegado Brandão Filho. Para evitar as discussões em torno de posicionamentos individuais dos militares de várias instâncias, foi distribuída uma nota oficial, na madrugada do dia 22, assinada pelos titulares das pastas da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. A nota confirmava que o inquérito instaurado para a apuração do atentado da rua Toneleros vinha sendo conduzido 'com a maior lisura e energia' pelo seu presidente, coronel João Adil de Oliveira. 'As Forças Armadas não poderão agir como órgão deliberante em assuntos que escapam à sua alçada', diz a nota. Já o novo ministro da Aeronáutica, Epaminondas Gomes Santos, reafirmava o respeito à Constituição. Em entrevista levantada pelo Diário da Noite, do Rio de Janeiro, o ministro

garantia que não fora cogitada a renúncia de Vargas em suas reuniões. 'Convidar o presidente a renunciar seria a mesma coisa que depô-lo. Se o presidente desejar renunciar, isso é uma questão de foro íntimo e a nós não compete tomar essa providência', informou o militar em uma de suas primeiras ações como o novo titular da Aeronáutica. 'Os políticos têm meios legais, dentro da Constituição, para fazer com que o presidente deixe o poder. Não venham, pois, apelar para as Forças Armadas, pois essa providência não nos cabe. Só conheço três poderes. Não conheço o quarto: o da força. Não considero grave o atual momento, mas reconheço que é difícil. Repito o que já disse no meu discurso de posse: precisamos de muita calma, ordem e disciplina', completou. A reportagem do Correio do Povo levantava, junto a um membro da comissão de inquérito, trechos do relatório das diligências até então realizadas sobre o atentado. 'Aparentemente, nos últimos dias de julho ou nos primeiros de agosto, Climério, Soares e Alcino receberam instruções para que levassem a cabo o crime o mais breve possível. Foram então preparados os detalhes de transporte para o local do crime, escolha de oportunidade, fornecimento de armas a Alcino e preparo de fuga, posteriormente. Durante essa fase de preparação, era do conhecimento de Climério, Soares, Alcino e sua mulher que o mandante era o sr. Luthero Vargas, o qual, apoiado em suas imunidades parlamentares, garantiria a impunidade do crime. As ordens específicas, entretanto, eram recebidas de Gregório.' Assim iniciava o relatório que comprometia ainda mais o governo.



'Daqui só sairei ou preso ou morto'

Getúlio Vargas quebra o silêncio e responde aos oficiais da FAB que insistiam em sua renúncia

Na manhã de 23 de agosto de 1954, Getúlio Vargas pôs fim ao seu silêncio diante da pressão por sua renúncia, agora agravada por um comunicado dos oficiais da FAB. O presidente, conforme noticiado pela Folha da Tarde (era uma segunda-feira e não circulava o Correio do Povo), interpretava o pedido dos oficiais como um verdadeiro ultimato. O pedido, que não formulava expressamente o pedido de renúncia, mas que mencionava 'determinada decisão unânime', chegou às mãos de Vargas por meio do marechal Mascarenhas de Moraes, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Getúlio Vargas assim respondia: 'Fui eleito pelo povo para um período de cinco anos e não me deixarei desmoralizar pelos que pretendem abreviar o meu tempo de governo. Não renunciarei. Daqui só sairei ou preso ou morto'. Vargas esteve reunido com o vice-presidente Café Filho na noite anterior, confirmado que não renunciaria, o que determinou o rompimento das relação políticas entre os governantes.

A essa altura, relatava a reportagem da Folha, o Palácio do Catete já estava isolado, permitindo a aproximação apenas de carros oficiais. Às 23h, foi distribuída uma nota assinada pelo general Caiado de Castro: 'Aqui no Palácio do Catete tudo está absolutamente calmo... A inabalável determinação do governo é de defender intransigentemente o mandato que lhe conferiu o povo brasileiro, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição'. Pairava no ar a possibilidade, como alternativa para sair da crise, de um pedido de estado de sítio ao Congresso. A prontidão pedida pela Pasta da Guerra se acentuara no Porto do Rio de Janeiro e no policiamento de prédios públicos, como o Ministério da Justiça e a Diretoria das Rotas Aéreas. Complicando ainda mais a situação dos envolvidos, era divulgada a íntegra do depoimento de Arquimedes Manhães. Nele, o detido confirmava suas relações com Gregório Fortunato e que partiu dele a intermediação para que se conseguisse a importação de 500 mil cruzeiros supostamente destinada à campanha de candidatura de Roberto Alves para deputado federal. Alves tinha sido secretário particular de Getúlio Vargas e tinha sido preso em 20 de agosto de 1954.



Morte de Getúlio Vargas emociona todo o país

Corpo é encontrado com um tiro no coração pelo filho Luthero Vargas. Junto a ele, um bilhete de suicídio. Brasil se revolta e chora

O pior dos pesadelos do governo se confirmava naquela manhã de 24 de agosto de 1954. O presidente Getúlio Vargas, recolhido aos seus aposentos no Palácio do Catete, cometeria o suicídio com um tiro certeiro no peito. O corpo desfaçado de Vargas foi encontrado por seu filho Luthero. Junto a ele, um bilhete manuscrito: 'Deixo à sanha dos meus inimigos o legado de minha morte. Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia'. Mais tarde, uma outra carta-testamento foi encontrada.

A reação popular diante do ocorrido foi imediata. Comoção e revolta rapidamente se instalaram pelo país, com motins e protestos contra a situação que culminou com a morte do 'pai dos pobres'. No Catete, uma multidão se aglomerava e, ali mesmo, pranteava o líder. Ao mesmo tempo, todas as Forças Armadas e a Polícia se colocavam em total estado de alerta.

O governo apressou-se em manter a ordem política e social e o vice João Café Filho, pouco tempo depois, já falava como presidente: 'Não há palavras que possam descrever a minha emoção neste momento. A notícia do gesto de extremo desespero do eminente presidente da República atingiu-me como um raio. Toda a Nação deve estar como eu, profundamente traumatizada por esta tragédia sem precedente na história... Nesta hora, todos os brasileiros devem pôr de lado quaisquer pensamentos políticos ou pessoais para prestarem ao presidente Getúlio Vargas as homenagens póstumas de que é credor, pelos inestimáveis serviços que prestou à Pátria'.

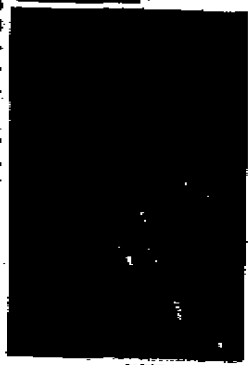
Fôlha da Tarde

SUICIDOU-SE O PRESIDENTE GETULIO VARGAS!

RIO, 24 (F. T.) URGENTE - As 8,35 horas, em seus aposentos particulares, no Palácio do Catete, suicidou-se o presidente Getúlio Vargas, com um tiro no coração.

RIO, 24 (F. T.) URGENTE - O presidente Getúlio Vargas, que se suicidou, em seus aposentos particulares, às 8,35 da manhã de hoje, deixou o seguinte bilhete:

"A sanha dos meus inimigos deixa o legado de minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer pelo brasileiro tudo aquilo que desejava".



24 (F. T.) URGENTE - O bilhete para o presidente-pai foi encontrado em seu apartamento particular, no Palácio do Catete, em Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954. O presidente Getúlio Vargas morreu às 8h35.

PREÇO: 100 REIS
700 REIS
1.000 REIS

CORREIO DO POVO

FUNDADOR: CALDAS JONIX

SEMPRE
NO DIA
DE
CADA
SEMANA

ANO IV - Nº 17

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1954

RUBRICA AVULSA: CR\$ 100

Como veio o Brasil a Morte Tragica de Getulio Vargas

O TEMPO DO GOVERNO INTERINO DA REPUBLICA SEJA SUPLENTO NULO EM SEU NOME LEGAL - NUNCA INTERINO EM 1950 O ATO DAS INDICACOES ACORRENTES - CONFIANCA E ESTABILIDADE POPULAR DO RIO DE JANEIRO - NECESSIDADE AGORA PARA RESGATAR A GRANDE PÁTRIA - QUERER PLENO: "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXA O LEGADO DE MINHA MORTE"

PORTADORES DO IMPRESSIONANTE EPISÓDIO QUE ENLUTOU A NAÇÃO

[Text of the article]

A derradeira mensagem de Getúlio Vargas

[Text of the article]

O novo presidente da República

[Text of the article]

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

SENADOR SERGIO ZAMBIASI - PTB/RS

Vargas - 55 anos depois

Senhor presidente, nobres colegas senadoras e senadores,

Esta semana marca a passagem de uma data, ao mesmo tempo, triste e histórica para o Brasil. Trata-se da trágica lembrança da morte do nosso ex-presidente Getúlio Vargas, há 55 anos, em 24 de agosto de 1954. Quando, conforme suas próprias palavras, “*saiu da vida para entrar na História*”, de fato, Getúlio não apenas fez, como entrou para a História.

Recordemos um pouco da trajetória de Vargas:

1882

Vargas nasce em São Borja, Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, fronteira com a Argentina, proveniente de uma família de políticos e estancieiros locais.

1907

Depois de abandonar a carreira militar, formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, na capital de seu estado natal, tendo sido o orador da turma.

1908

· Nomeado segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre.

1909

· Eleito à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Reeleito em 1913, renunciou ao mandato por discordâncias com a política local. Foi reeleito em 1917 e em 1921.

1911

· Casou-se com Darci Lima Sarmanho, com quem teria cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio.

1922

· Eleito à Câmara Federal em outubro. Em novembro, foi designado presidente da Comissão de Constituição e Poderes. Foi reeleito deputado federal em 1924, quando assumiu a liderança da bancada de seu partido na Câmara, o Partido Republicano Rio-Grandense. Em 1925, integrou a Comissão de Reforma da Constituição, e no ano seguinte, a Comissão de Finanças da Câmara.

1926

· Designado ministro da Fazenda do presidente Washington Luís. (15/11)

1928

· Assumiu o governo do Rio Grande do Sul. (25/1)

1929

· Criada a Aliança Liberal, coligação de políticos e militares de todo o país, sob a liderança dos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A Aliança opunha-se ao encaminhamento dado pelo presidente Washington Luís à sucessão presidencial. Impondo o paulista Júlio Prestes como seu candidato, Washington Luís rompia com o pacto oligárquico que sustentara a República, desde o início do século, cindia as oligarquias e abria espaço para o movimento revolucionário.

· A Aliança Liberal aprovou em convenção a chapa Getúlio Vargas - João Pessoa, este último governador da Paraíba.(20/9)

1930

· Eleição de Júlio Prestes, candidato situacionista, para a presidência da República. (1/3)

· João Pessoa, companheiro político de Vargas, foi assassinado em Recife, capital de Pernambuco. A morte teve causa passional, mas foi apropriada politicamente pelos conspiradores da Aliança Liberal. Criou-se uma atmosfera favorável à revolução.

· Início da Revolução de 1930, movimento político e militar com adesão popular que resultou na deposição do presidente Washington Luís e na ascensão de Vargas à presidência. Levantes militares ocorreram em diversos estados do país. Tropas partiram do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro.

· Vargas divulga um manifesto conclamando o povo gaúcho às armas. Cinquenta mil voluntários alistaram-se nas tropas revolucionárias.

- Militares dissidentes, liderados pelo general Tasso Fragoso, exigiram a renúncia de Washington Luís, que acabou por aceitar sua deposição. (24/10)

- Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório, após o país ter sido governado durante dez dias por uma junta militar.

- Concedida anistia aos civis e militares participantes dos movimentos revolucionários ocorridos no Brasil a partir de 1922.

- Assinado decreto legalizando o Governo Provisório, dando-lhe plenos poderes e dissolvendo o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais.

- Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

1931

- Promulgada a Lei de Sindicalização, de inspiração corporativista, regularizando a sindicalização das classes patronal e operária.

- Criado em maio o Conselho Nacional do Café (CNC), substituído em fevereiro de 1933 pelo Departamento Nacional do Café (DNC), que

federalizava a política cafeeira. O café era o produto mais importante da economia brasileira.

- **Promulgado o Código dos Interventores, reforçando o controle do governo federal sobre os estados. O decreto vedava aos interventores contrair empréstimos sem prévia consulta ao Executivo e gastar mais de 10% da despesa ordinária com as polícias militares.**

1932

- **Promulgado o novo Código Eleitoral, regulamentando as eleições em todo país, instituindo o voto secreto, o voto feminino e a Justiça Eleitoral.**

- **Iniciou-se em São Paulo a Revolução Constitucionalista, pleiteando a redemocratização do país.**

- **Fundada, pelo jornalista Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), núcleo fascista que defendia o Estado integral, autoritário, nacionalista e anticomunista.**

- **Fim da guerra civil com a assinatura de um armistício que confirmava a derrota dos paulistas.**

- Vargas suspendeu por três anos os direitos políticos dos líderes da Revolução Constitucionalista.

1933

- Eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

- Os regulamentos eleitorais estabeleciam dois tipos de representantes: os classistas, eleitos pelos sindicatos, e os representantes do povo, eleitos em cada estado pelo voto direto. A Constituinte começou a deliberar em 15 de novembro.

1934

- Lei de sindicalização criava um pluralismo sindical limitado.

- Promulgada a nova Constituição da República.

- Vargas foi eleito pela Assembléia (via indireta) para a presidência constitucional da República, terminando assim o período do Governo Provisório.

1935

- Criada em março a Aliança Nacional Libertadora (ANL), primeiro movimento nacional de esquerda no Brasil.. No ano seguinte, Luís Carlos Prestes, líder comunista, foi escolhido para a presidência de honra.

- Sancionada a Lei de Segurança Nacional, definindo os crimes contra a ordem política e social, e que atingia, inicialmente, militantes e simpatizantes comunistas.

- Vargas decretou a dissolução da ANL por seis meses, após manifesto de Prestes pedindo o fim do "governo odioso de Vargas".

- "Intentona Comunista", insurreição deflagrada em novembro sob a direção do Partido Comunista, com levantes nas cidades nordestinas de Natal e Recife, e no Rio de Janeiro.

- Declarado o estado de sítio e depois o estado de guerra. Iniciou-se um período de franca perseguição política.

1937

- Após federalizar as milícias estaduais, Vargas dá um golpe de Estado dissolvendo o Congresso, outorgando nova Constituição e instituindo a ditadura do Estado Novo.

1938

- Integralistas tentam golpe contra o governo invadindo a residência de Vargas. Dois dias depois, Vargas declarava que o putsch havia recebido "auxílio de fora", ou seja, da Alemanha.

- Criado o Conselho Nacional de Petróleo.

- Criado o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), órgão federal que objetivava a melhoria dos padrões administrativos na burocracia federal.

1939

- Lei de Sindicalização, fixando o sindicato único por categoria profissional.

- Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), porta-voz autorizado da ditadura, encarregado da censura aos meios de comunicação, da organização de homenagens ao presidente, manifestações cívicas e radiodifusão oficial.

1940

- **Anunciada a Lei do Salário Mínimo.**
- **Instituído o imposto sindical, através do qual cada trabalhador descontava um dia de trabalho para financiar a estrutura sindical corporativa.**
- **Criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que organizou uma rede de refeitórios populares nas principais cidades do país.**

1941

- **Depois de negociações com a Alemanha e com os Estados Unidos, o Brasil conseguiu um empréstimo a longo prazo de US\$ 20 milhões, concedido pelo Eximbank, destinado à construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, primeira no Brasil a utilizar o coque para a produção de aço.**
- **O governo brasileiro concedeu permissão para a instalação de bases militares norte-americanas no Nordeste e proibiu as companhias aéreas alemã e italiana, Condor e Lati, de operar no Brasil.**

1942

- O Brasil adere aos Aliados (EUA, Inglaterra e URSS) na II Guerra Mundial, rompendo relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão. Entre fevereiro de 1942 e março de 1943, 19 navios mercantes brasileiros foram bombardeados pela marinha alemã.

- O governo brasileiro reconheceu o "estado de guerra" contra a Alemanha e a Itália.

- Criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), instituição destinada à formação e especialização de mão-de-obra industrial, ao nível de primeiro e segundo graus.

1943

- Editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compilação do conjunto de normas

legais que regiam as relações entre empregados e empregadores.

- Manifestações estudantis contra a ditadura são reprimidas pela polícia.

- Criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), divisão militar que participou da guerra, na Itália.

1944

- Brasil assina os acordos de Bretton Woods, que originaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Inter-americano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

1945

- Promulgada a Lei Constitucional n. 9, conhecida como Ato Adicional, que marcava as

eleições para a presidência da República, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para 2 de dezembro de 1945 e para maio de 1945 as eleições para as assembleias legislativas estaduais.

- Fundada a União Democrática Nacional (UDN), partido formado pelos opositores ao Estado Novo.

- Fundado o Partido Social Democrático (PSD), principal partido nacional no período de 1945 a 1965, (8/4) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), originado da estrutura sindical corporativa do Estado Novo.

- Manifestações populares defendem a permanência de Vargas no poder, através do slogan "Queremos Getúlio". O movimento ficou conhecido como Queremismo.

- Promulgado decreto-lei antecipando para o dia 02 de dezembro as eleições estaduais marcadas para maio de 1946 (10/10). Crescem as denúncias de que Vargas pretendia formar bases estaduais para manipular as eleições e preparar uma estratégia continuísta.

· Temendo que Vargas desrespeitasse o calendário eleitoral e desse novo golpe para se manter no poder, os oposicionistas, liderados pelos generais do Exército Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro, cercaram o Palácio Guanabara, residência do presidente. Vargas assinou sua renúncia formal.

· Vargas atesta sua popularidade nas urnas, elegendo-se deputado federal em sete estados e senador em dois. Optou pelo cargo de senador pelo Rio Grande do Sul. O general Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República.

1946

· Posse de Eurico Gaspar Dutra na presidência da República.

· Instalados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

1947

· O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelou o registro do PCB. Meses depois, seriam cassados os mandatos de todos os parlamentares comunistas.

1949

- Vargas concedeu entrevista ao jornalista Samuel Wainer declarando-se candidato à presidência da República: "Sim, eu voltarei, não como líder político, mas como líder de massas".

1950

- Lançamento da candidatura de Vargas, durante almoço em comemoração a seu aniversário, na casa de João Goulart.

- Ademar de Barros, governador de São Paulo, deu adesão pública à candidatura de Vargas.

- A candidatura de Vargas foi homologada em Convenção Nacional do PTB.

- O nome de João Café Filho, deputado pelo Rio Grande do Norte, foi homologado pelo PTB para a vice-presidência na chapa de Vargas.

- Eleição de Vargas para a presidência da República.

1951

- Posse de Getúlio Vargas na presidência da República.
- Criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).
- Instalação da Comissão Mista Brasil-EUA, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico através de projetos específicos para os setores básicos da economia nacional.
- Fundado o jornal Última Hora, destinado a fazer a defesa do governo.
- Discurso de Vargas denunciando os expedientes utilizados pelas empresas estrangeiras para remeter seus lucros para o exterior.
- Fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, depois BNDES), instituição financeira federal destinada ao fomento e ao desenvolvimento de setores básicos da economia brasileira.

1952

· Assinado o Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, mediante o qual o governo norte-americano se comprometia a fornecer equipamentos, materiais e serviços ao Brasil, que por seu turno, deveria fornecer materiais estratégicos, especialmente urânio e areias monazíticas.

· Criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC).

· O BIRD concedeu um empréstimo da ordem de US\$ 37 milhões ao Brasil para financiamento de projetos de expansão hidrelétrica e reabilitação ferroviária preparados pela Comissão Mista.

1953

· Sancionada nova Lei de Segurança Nacional.

· Greve de trabalhadores em diversas cidades do país.

· Sancionada a Lei n. 2.004, que criou a Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A.

· Vargas volta a denunciar as remessas de lucros feitas pelas empresas estrangeiras.

O ano de 1954 foi um ano movimentado e, sobretudo, o mês de agosto, que foi marcado por várias tragédias, a mais cruel: o suicídio de Vargas. Naquele período aconteceram os seguintes fatos relevantes:

- Manifesto dos Coronéis, documento redigido por um grupo de militares insatisfeitos com os patamares salariais do Exército, criticando os novos níveis de salário mínimo propostos por João Goulart, ministro do Trabalho.
- Aumento de 100% no salário mínimo.
- Vargas compareceu ao Grande Prêmio Brasil disputado no Jockey Clube do Rio de Janeiro, onde foi vaiado.
- Atentado contra o jornalista Carlos Lacerda na rua Toneleros, em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. O major-aviador Rubens Florentino Vaz foi assassinado. Lacerda afirmou, na Tribuna da Imprensa, que o culpado era Vargas.
- Nelson Raimundo de Sousa, motorista de táxi, afirmou ter usado seu carro para a fuga do autor do

crime, o pistoleiro João Alcino do Nascimento. Informou que o crime fora encomendado por Climério Euribes de Almeida, membro da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas.

- Missa de Sétimo Dia pelo major Vaz. Manifestação popular contra Vargas e seu filho Lutero, cujos cartazes eleitorais foram rasgados.

- Vargas inaugurou a usina siderúrgica da Mannesman, em Minas Gerais, onde declarou que resistiria às investidas contra seu governo.

- Afonso Arinos, líder da UDN e da oposição parlamentar, reiterou apelo para que Vargas renunciasse.

- Gregório Fortunato, chefe da Guarda Pessoal e mandante do crime da Toneleros, foi detido no Catete e levado para a Base Aérea do Galeão.

- Café Filho, vice-presidente da República, rompeu com Vargas em discurso no Senado.

· Vargas concordou em licenciar-se do governo por noventa dias. Pouco depois foi informado de que o ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, pedira seu afastamento definitivo. Suicidou-se em seus aposentos, no Palácio do Catete.

· Em meio a grandes manifestações populares, o corpo de Vargas foi enviado para São Borja, onde foi sepultado.

Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores

É importante mais uma vez, que lembremos o legado da Era Vargas, que mudou a cara e as entranhas do Brasil. Getúlio é o sufrágio universal, o voto feminino, antes mesmo da França, a Consolidação das Leis do Trabalho, o salário mínimo, a carteira profissional, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a reforma do ensino, a Justiça do Trabalho, os institutos de aposentadoria e pensões, a industrialização do país, a jornada de trabalho de oito horas, férias pagas aos trabalhadores, o fim da monocultura do café, a descoberta e a nacionalização do petróleo, a Petrobrás, tudo que se possa imaginar de bom e de novo, neste país, tem a marca de Getúlio Vargas.

Aliás, talvez uma das mais significativas homenagens que o Congresso Nacional pode prestar ao grande estadista Getúlio Vargas, que criou o instituto da aposentadoria, seria aprovar os projetos do Senador Paulo Paim, que beneficiam os aposentados e que tramitam na Câmara dos Deputados. Vale lembrar que nós, aqui no Senado já aprovamos o fim do fator previdenciário e a correção das aposentadorias.

Este é o valor que norteia o trabalho parlamentar para o qual temos dispensado os nossos melhores esforços. A dignidade de que são credores milhões de brasileiros com mais de 65 anos. Mobilizados e fortes reivindicam seus direitos. Exigem justiça. Cabe a nós, legisladores, adequar as normas vigentes. Cabe ao Estado garantir o cumprimento das mesmas. E à sociedade orgulhar-se de ser a grande protagonista desta transformação.

Finalmente, quero solicitar à Presidência que seja registrada nos Anais do Senado Federal a série especial de reportagens publicada pelo jornal *Correio do Povo*, entre os dias 16 e 24 de agosto último, que relembra os momentos de tensão vividos nos dias que antecederam à morte de Getúlio.

E também quero fazer uma rápida menção à mais recente e atualizada publicação sobre Getúlio Vargas, intitulada “Getúlio”, de autoria do renomado jornalista, escritor e historiador gaúcho, Juremir Machado da Silva, de onde retiramos muitas das observações manifestadas neste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido.

O Rio Grande do Sul tem uma bela página na história do Brasil. Não bastariam os farroupilhas, Bento Gonçalves, e aí se sucederam. É o Estado que deu maior número de Presidentes da República.

Zambiasi, hoje, revive Getúlio Vargas. Mas, feliz do Estado que não vive do passado; o presente, hoje. O Rio Grande do Sul mandou três representantes aqui que dignificam, que engrandecem o Senado da República. Isso simboliza a grandeza que somos, um dos melhores Senados da história da República do Brasil. Aí está a representação do Rio Grande do Sul, com todo o reconhecimento dos seus representantes do passado. Por último, Brossard, que fez renascer a democracia. Mas o presente, hoje, é muito grandioso, é muito brilhante e enriquece este Senado, faz com que eu possa dizer que este é um dos melhores Senados da história da República do Brasil. Somos nós.

Nossas homenagens e agradecemos a Deus viver na companhia de Pedro Simon, Paulo Paim e Zambiasi.

Agora, convidado como Líder da Minoria para usar da palavra, devidamente documentado e designado para representar a Minoria pelo Líder Raimundo Colombo, o Senador Mário Couto, que representa, com muita bravura, o Estado do Pará e o PSDB.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, aproveitando a presença de V. Ex^a, quero dizer que não é o tema que vou abordar hoje; abordei-o ontem. Fiz, ontem, amplo

comentário em relação à decisão do Governo sobre a situação dos aposentados deste País.

Espero que, na próxima terça-feira, possamos nos reunir – eu, V. Ex^a, Cobap – para saber quais as definições que poderemos tomar em relação a esse aumento pífio que foi dado no percentual do aumento do salário-mínimo e dos aposentados.

Mas, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, recebi, ontem, em meu gabinete, Senador Mão Santa, uma intimação, um mandado de intimação, remetido pelo Ministro Marco Aurélio, para que eu responda a uma frase que aqui disse, nesta tribuna, em relação ao Sr. Luiz Pagot.

Ora, Srs. Senadores, é lógico que o Ministro indeferiu e mandou arquivar as acusações do Pagot em relação à minha pessoa, mas fica clara aqui, meu querido Brasil, a dificuldade que tem um Senador da República de fiscalizar hoje o governo. Fica claro aqui, meu querido Brasil, o desejo que tem o Governo de intimidar o Senador para que o Senador se cale, para que o Senador não lute pelos direitos daqueles que merecem uma vida mais digna; pelos direitos, neste caso, daqueles que pagam seus impostos e que querem as estradas melhores, e que não querem perder seus parentes nos buracos das estradas brasileiras, que quase na sua totalidade vivem em condições precárias.

E eu aqui a lutar, eu aqui a denunciar. O Tribunal de Contas da União a denunciar. E o Sr. Pagot, que está lá – com certeza tendo as melhores condições de vida, sem se importar com a situação de cada um –, quer intimidar o Senador.

Primeiro, eu quero parabenizar o Ministro Marco Aurélio por entender toda essa situação. Parabéns, Ministro! Eu sempre admirei V. Ex^a pela conduta, pelo caráter, pela personalidade de V. Ex^a. Por V. Ex^a entender que este Senador está aqui defendendo o povo brasileiro.

Diz o Pagot, aqui, que eu o ofendi quando disse a ele que ele podia roubar. Ora, Srs. Senadores, fiz a primeira CPI com 32 assinaturas e essa CPI foi arquivada na calada da noite. Montaram um esquema para arquivar essa CPI à meia noite, quando Mário Couto já dormia. Arquivaram a CPI.

De imediato, prontifiquei-me a colher assinatura por assinatura. Apresentei a segunda CPI. Aí disseram assim: a CPI da Petrobras só pode funcionar se a CPI do Dnit der um tempo. Ora, por que tanto medo desta CPI do Dnit? Está parada aí. O que é que se conclui de tudo isso, Nação brasileira? É que se está dando o aval para que o Pagot faça o que quiser. E, quando o Tribunal de Contas da União – estão aqui os relatórios, esta quantidade de papéis que tenho na mão eu passaria o dia inteiro lendo aqui, tudo são irregularidades do Dnit, tudo. Não sou eu que estou falando, é o Tribunal de Contas da União que está mandando para o Senado, dizendo para o Senado, Presidente: tome providências, Senado, a Nação está sendo engolida por corrupção. Estão aqui nas minhas mãos. Começa no Dnit a corrupção. Começa nas licitações, Nação brasileira. Nas licitações!

Vou ler só um pedacinho, porque o meu pronunciamento é longo: *“O Tribunal de Contas da União determinou, por medida cautelar, que o Departamento Nacional de Infraestrutura...”* – vou ler só uma, são centenas. Talvez, chegue a milhares. Cada folhinha desta é uma denúncia. E as BRs paradas neste Brasil, para serem recuperadas e construídas!

É o Mário Couto que está inventando para o Pagot ficar tão aborrecido assim? Não, é o Tribunal de Contas. Pagot, psiu, Pagot! É o Tribunal de Contas, Pagot, que está dizendo que, aí, no teu Departamento, tem corrupção. E, aí, não posso dizer: Rouba, Pagot, rouba. Tu tens proteção nesta Casa. Não deixaram, até hoje, Pagot, até hoje, não deixaram eu te fiscalizar. A tua proteção é muito grande. O Tribunal de Contas da União determinou, por medida cautelar, que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes suspenda as concorrências para a construção de empresas para executar as obras de recuperação e melhoria nas rodovias BR-262, 230, por irregularidades. Pagot, a palavra é irregularidades. O que é irregularidade, Pagot? Tu não sabes? Procuras no dicionário, Pagot, a palavra irregularidade. Nos editais, Presidente, começam nos editais, começam nas concorrências, nas tomadas de

preços. Começam por aí. O Tribunal tem de cancelar os editais. Por que foi que o Tribunal cancelou?

“Segundo o Ministro Ubiratan Aguiar, relator da proposta, as irregularidades apontadas nas representações, se confirmadas, caracterizarão prejuízo aos cobres públicos e a eventuais empresas que, em razão...”, não é aqui.

Olhem só: *“Segundo o relatório, o edital possui cláusulas que restringem a competitividade da licitação. O tribunal também identificou indícios de sobrepreço”.*

São milhares, são centenas de irregularidades que o Dnit encaminha a esta Casa. Na sua arguição aqui, Pagot, eu questionei V. Ex^a e perguntei... Está aqui a pergunta que eu fiz, quando Pagot veio a esta Casa, para ser arguido, para ser o diretor do Dnit. Eu já sabia, Pagot. Eu já tinha certeza, Pagot, de que tu tinhas ido para aí mandado por alguém para fazer o que tu estás fazendo, Pagot, deixando a população brasileira temerosa em usar as estradas nacionais. E tu és um catita, viu, Pagot. Desculpe a expressão, tu és um catita, porque sabemos, todos sabemos, está aqui o relatório do TCU, todos sabemos das tuas artimanhas aí dentro do Departamento Nacional de Infraestrutura, e tu continuas aí! E tu tentas ir à Justiça, Pagot, para calar a minha voz! Tu não vais calar a minha voz! Foram um milhão e meio de paraenses que me mandaram para cá, Pagot, para representá-los com dignidade. Tu já deves ter procurado tudo na minha vida, não é?! Tudo. Não encontrastes nada! Agora, tu tentas calar a minha voz, dizendo que eu te ofendi. Tu és muito bem protegido, Pagot. Tu já devias estar longe, já devias estar na cadeia.

Naquela ocasião, Senador Geraldo Mesquita – eu me lembro de que V. Ex^a estava naquela arguição do Pagot; eu me lembro, pois parece que V. Ex^a estava do meu lado e até conversou comigo; eu me lembro de tudo, minha cabeça é boa –, eu fiz a ele a seguinte pergunta:

“V. S^a declarou ter trabalhado na Hermasa, uma empresa em Goiás, de 1995 a 2002. O Senado, ao responder a um questionamento da bancada do PSDB, afirmou que V. S^a já havia trabalhado como Secretário Parlamentar no mesmo período em que trabalhou na Hermasa. Recebeu remuneração tanto do Senado quanto da Hermasa. A Lei 8.112, de 1990, em seu art. 117, inciso X, proíbe tal irregularidade”.

Pagot trabalhou na Hermasa e Pagot não trabalhou no Senado, com uma diferença: recebeu no Senado e recebeu na Hermasa. Então, de que vou chamar o Pagot? Vou chamar de anjo o Pagot. Pagot, tu és um anjo! Tu recebeste na Hermasa, trabalhaste lá. Recebeste no Senado e nunca vieste ao Senado.

Não trabalhaste no Senado e recebeste quase R\$500 mil do Senado! Tu és um anjo, Pagot!

O Ministério Público, Pagot... Naquela época, eu fiz de tudo aqui dentro, nesta Casa, para que o Pagot pudesse devolver o dinheiro. De tudo! Consultei órgão de pessoal, departamento jurídico, fiz tudo o que foi possível. Perdi meses e meses, questionando. Mas, naquela época, o Senado vivia a peso de Agaciél e a peso de Zoghbi. Esse Zoghbi chegou a dizer que nada tinha, tudo normal. Está lá uma declaração dele.

Agora estou voltando a questionar, porque acho que as coisas mudaram diante da Mesa Diretora. Acho que agora há homens mais sérios nesses departamentos. Agora, não tenho dúvida, Presidente. V. Ex^a que faz parte da Mesa e é um homem sério, não tenho dúvida de que o Presidente Sarney e V. Ex^{as} que compõem a Mesa irão fundo nessa questão.

Nós não vamos perder para o Ministério Público, Presidente. O Ministério Público, vendo a minha agonia, o Ministério Público, vendo as minhas ações, o meu desespero de fazer valer as leis neste País, vendo o meu desespero em proteger o dinheiro público, acionou o Pagot. Está aqui o Ministério Público acionando Pagot. Isso porque eu não fiz nada, não pedi nada ao Ministério Público. O Ministério Público viu a minha reação, viu a minha cautela, viu a minha vontade de procurar zelar pelo dinheiro público e aí montou uma ação contra o Pagot, à qual ele deve estar respondendo.

Será que a Mesa Diretora do Senado vai deixar que só o Ministério Público faça isso? Será que mais uma vez nós vamos ficar devendo à sociedade, meu caro Mão Santa? Sinceramente, eu espero que esta Mesa Diretora e estes novos membros...

Eu estou entrando com requerimento hoje, de novo. De novo, Presidente. Estou entrando hoje e pedindo providências e apuração dos fatos. O Seu Pagot tem que devolver o dinheiro que foi zelado, que foi levado daqui deste Senado. Tem que devolver!

“O Procurador da República, Paulo José de Rocha Júnior, desconsiderou a contestação apresentada pela defesa do Sr. Luiz Pagot e manteve parecer que exige a devolução de quinhentos mil, recebidos indevidamente pelo atual Diretor do Denit nos sete anos em que teria sido funcionário fantasma do Senado, entre abril de 95 e dezembro de 2002.”

Pagozinho, Pagozinho, tu és um anjo, Pagozinho. Eu é que não presto, Pagot. Eu é que não presto, Pagot. Eu estou te perseguindo, Pagot, Tu és um anjo. Tu és intocável, Pagot. É por isso que o Senado te protege, Pagot. É por isso!

Eu, Pagot, eu, Pagot, eu é que não presto. Tu tens toda a razão. Pagot, enquanto eu estiver aqui, Pagot, eu vou fazer a minha obrigação. Lutar pelo povo brasileiro,

lutar por aqueles que precisam, fazer dessa voz a voz deles. Nós precisamos de gente aí nesse Denit. Esse Denit é um órgão fundamental para o nosso País. É nessas estradas que transportam as cargas deste País, é nessas estradas que se transportam os passageiros que pagam seus impostos neste País. Não se tem, Pagot, uma estrada que preste nesta Nação. Nenhuma. E eu tenho que ficar calado pelos teus lindos olhos, Pagot. Pelos teus lindos olhos. E a população brasileira sofrendo. Tu não me intimidas. Entra com quantas ações tu quiseres, tu não me intimidas, tu e ninguém, enquanto eu estiver aqui lutando pela população brasileira, lutando pelo Brasil, lutando pelo Estado do Pará. Ninguém, ninguém vai me intimidar.

E mais, Presidente, estão dizendo por aí que ele assume no dia 1º, aqui, o Senado. Oxalá! Tomara que assumo, tomara que ele assumo. Quero olhar no olho dele, aqui nesta Casa eu quero olhar no olho dele.

E ontem, já recebi uma denúncia para que ele seja cassado. Eu até falei: não sou disso, não. Não gosto de denunciar colegas. A minha linha não é esta. Eu pouco me envolvo nessas questões. Não gosto, mas não vou fazer isso aqui, vou só mostrar, vou só mostrar à Nação brasileira.

Recebi, ontem, uma comunicação endereçada – e a pessoa pediu para dizer o nome, a pessoa pediu para dizer o nome – por Adriana Vandoni. Ela diz o seguinte, e manda o currículo de Pagot aqui no Senado. Então, aqui diz: formação: “*Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná.*” Será que lá não deram um curso de licitação para o Pagot? Será que lá não teve nenhuma matéria para que o Pagot pudesse aprender a fazer direito as licitações? Aí, dentro de um quadro vermelho, tem assim: pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas. Curiosamente, a moça procurou saber se isso era verdade. Mandou, então, um *e-mail* para a Fundação Getúlio Vargas. A Fundação respondeu: “*Informamos que não encontramos o registro desse aluno – tão nobre, tão nobre aluno, um anjinho, anjinho da guarda, duas asinhas brancas e o peitinho azul, o Pagot – em nossos cursos.*” A moça não acreditou.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mário...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou já lhe dar um aparte.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ... talvez seja porque ele não pagou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É por aí.

A moça disse: “*Não é possível! Será que esse homem é tão mentiroso assim? Um chefe de um Departamento tão importante para o nosso País! Um Departamento que é a mola da economia brasileira!*”

A moça, então, tornou a perguntar: “*Será que é verdade isso? Fundação Getúlio Vargas, me informa de novo: é verdade ou não é?*”. Aí a moça respondeu lá, da Fundação: “*Só para confirmar, o nome de Luiz Antonio Pagot não consta como ex-aluno da Fundação Getúlio Vargas*”.

O que significa? Que o Luiz Pagot já entra aqui no Senado com um sério problema. Luiz Antônio Pagot, se for verdade isto aqui – que me parece ser – é mentiroso. E como se sabe, mentira aqui no Senado é decoro parlamentar grave.

Presidente, estou encaminhando então ao Senado Federal, estou dando entrada na Mesa, mais uma vez, e espero ser atendido, a um pedido de providências para que esta Mesa possa pedir ao Sr. Antônio Pagot a devolução de quinhentos mil reais, quatrocentos e pouco, mas que com correção, vai e vai, já deve estar devendo, com certeza, mais de R\$1 milhão para o Senado Federal.

Espero que V. Ex^a, Senador Mão Santa, possa chamar a atenção do Presidente para esse fato de que anteriormente, protegido por aqueles senhores que já foram sacados de seus lugares por corrupção, por atos indevidos comprovados por esta Casa e que já o vinham fazendo há longos tempos, protegeram esse cidadão e me deixaram numa situação difícil. Espero agora. Agora é uma oportunidade de se ver se realmente este Senado mudou. Agora, eu quero ver se realmente este Senado está levando a sério. Para mim, vale esse exemplo. Esse homem tem que devolver o dinheiro para este Senado. Esse homem cometeu um ato de irregularidade gritante, comprovado. Fui vencido nas comissões; fui vencido aqui por diretores que o protegeram. Mas, Presidente, eu não posso ser vencido agora. Agora que o Senado diz que os diretores são sérios. Eu quero ver. Para mim, será um teste; para mim, será um exemplo. O Senado tem que dizer ao povo, à população brasileira, que mudou. O Senado tem que dizer à população brasileira que está se reestruturando, que está passando por uma fase ruim, mas virá uma fase boa logo após essa ruim.

Pagot, o Marco Aurélio, sábio Ministro, mandou arquivar a tua denúncia contra mim. Deves estar decepcionado. Eu não vou parar de falar aqui, Pagot, não vou. O que tu deves fazer, Pagot, é ser sério. O que tu deves fazer, Pagot, para que eu pare de falar é devolver ao Senado o dinheiro que deves, é fazer as licitações certas, é zelar pelo dinheiro público, é ter vergonha na cara, Pagot! Tu não tens vergonha na cara, Pagot! Tu tens que ter vergonha na cara. A tua cara está lambida, Pagot, por tanta corrupção dentro do Dnit, Pagot. E tu ainda queres ser o anjinho. Podes até ser esse anjinho de que eu tanto falei aqui, mas

um dia tu vais ficar gogo igual àqueles pintos que ficam gogos e morrem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brilhante e contundente o pronunciamento do nosso Senador da República Mário Couto, que revive aqui o que disse, o Geraldo Mesquita, Teotonio Vilela: uma das funções do Senador da República é resistir falando, e falar é resistir. Isso é o que fez Mário Couto.

Agora, segundo o nosso secretário executivo Dr. João Pedro, Geraldo Mesquita, o Pagot vai assumir já, já a Casa. Entrou de licença o Jayme Campos. Ele é o suplente.

Pela ordem, Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu vou me permitir duvidar que ele assuma, Senador Mão Santa, porque, com a resistência que ele vai encontrar aqui do Senador Mário Couto, acho que ele vai pensar duas vezes antes de assumir, viu?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sei que eu li o pedido de licença, nesses dois dias, do Jayme Campos. Até eu brinquei com o grande Senador Jayme Campos e disse: “Vou fazer uma campanha para derrotar o seu pedido de licença”. Se o Mário Couto tivesse sabido... Mas foi aprovado, eu botei em votação. Então, ele deve tomar posse.

Agora, o inscrito é Geraldo Mesquita Júnior. Ele representa o PMDB e cede a vez, com todo o cavalheirismo que o simboliza, à Senadora que representa, com muita bravura, o Partido dos Trabalhadores, em Rondônia, e as professoras do meu Brasil.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia, Senador Mão Santa. Quero agradecer mais uma vez a gentileza do Senador Geraldo Mesquita, que me permite falar neste momento, porque hoje temos uma reunião da Conferência Nacional de Educação e, como todos sabem aqui, eu represento a Comissão de Educação do Senado Federal naquela comissão organizadora.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, nesta manhã, para comentar aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Todos sabem aqui que o PAC pavimenta um caminho sem volta para o Brasil. Pavimenta o caminho da retomada de investimentos em obras estruturais. E é sobre esse caminho, Sr. Presidente, que eu quero falar. Ele é vital, interessa ao Brasil, porque faz justiça à grandiosidade do nosso País e do nosso povo.

Fica para trás um tempo sombrio, vivido sob o signo de duro arrocho fiscal, desemprego, abstinência do Estado como indutor do desenvolvimento, privatizações e elevado déficit social.

Lançado em 2007, o PAC é um instrumento, entre muitos adotados pelo Presidente Lula desde que assumiu o Governo, em 2003, de proteção da economia brasileira. Vivemos hoje uma realidade muito diferente de época ainda acesa na nossa memória, em que os juros eram estratosféricos, o desemprego crescente e o pessimismo se abatia sobre a sociedade.

Pois bem. Meu Estado, Sr. Presidente, Rondônia, vive também o bom tempo semeado pelo Governo Lula. É um dos Estados que recebem maior volume de investimentos do PAC. São R\$31 bilhões. São recursos para logística, energia e área social e urbana, os três eixos do programa.

Porto Velho, a capital do meu Estado, a minha cidade, experimenta mudança fantástica em seu ciclo de desenvolvimento. É onde se localiza a maior parte dos recursos do PAC, direcionados para as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no rio Madeira, empreendimentos que, juntos, somam R\$21 bilhões.

Com muita persistência e trabalho, constante ao longo de 2008, nosso mandato conseguiu incluir no PAC, no final daquele ano, o projeto de construção de viadutos e marginais da BR-364, em Porto Velho. Como se sabe, os recursos do PAC têm sido preservados pelo Governo Federal, daí a importante vitória alcançada.

As obras, Sr. Presidente, já foram iniciadas. Elas incluem intervenções como passagens de nível, passagem subterrânea e pavimentação de marginais na BR-364, num trecho total de 10 quilômetros, que vão mudar as atuais condições de tráfego na entrada da cidade, de intenso e constante movimento, não apenas de carros, mas também de moradores que, de bairros próximos, transitam em bicicletas ou mesmo a pé.

O investimento total nos viadutos e pavimentação de marginais na BR-364 é superior a R\$180 milhões. São dez as intervenções que serão feitas no tráfego da BR-364: no cruzamento com a avenida Jatuarana, no Trevo do Roque, na rua Três e Meio, na Campo Sales e Prudente de Moraes estão algumas delas.

A Capital, por conta dos investimentos, experimenta aumento populacional e aumento na frota de veículos, o que tem causado transtornos e graves acidentes. E, nos cruzamentos que mencionei, têm ocorrido, lamentavelmente, acidentes fatais, além do que essa estrada também é espinha dorsal de saída para os Estados do Acre e do Amazonas.

Por isso, esse conjunto de obras e muitas outras em execução na cidade de Porto Velho terão impacto positivo no fluxo do trânsito da cidade.

Devo também dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para conhecimento da população do meu Estado e especialmente de Porto Velho, que os viadutos e as

marginais puderam entrar no PAC porque, nos anos de 2007 e 2008, indiquei emendas de bancada no valor de R\$100 milhões para que o projeto, elaborado pela Prefeitura Municipal de Porto Velho, pudesse ter rubrica e a garantia de execução orçamentária, mesmo que sofresse corte de recursos.

Isso é muito importante porque, se não houvesse essa emenda orçamentária aprovada, e que contou com o apoio de todos os Parlamentares da bancada federal do Estado de Rondônia, não teria sido possível incluir o projeto dos viadutos no PAC.

Também preciso registrar que foram muitas as audiências com o Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes; com o Diretor-Geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, que, prontamente, entendeu que essa obra era extremamente necessária para o Município de Porto Velho; e com o Diretor de Planejamento do Dnit, Miguel de Souza, que é também nosso conterrâneo e que sempre está à disposição para cuidar dos interesses do Estado de Rondônia dentro do Dnit. Para que essa obra pudesse sair do papel, nós contamos – e agradeço – com a contribuição e o empenho de cada um deles e também da Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, e de todos os técnicos que puderam colaborar com o Prefeito Roberto Sobrinho para o aperfeiçoamento do projeto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu também não poderia deixar passar em branco hoje outras informações que acho importante registrar neste Senado Federal. Quero aqui registrar, neste momento, a premiação ocorrida no dia 15, na 37ª edição do Festival de Cinema de Gramado.

Com uma estética política de denúncia do massacre de índios na região sul de Rondônia, Corumbiara, do Diretor Vincent Carelli, ganhou o Kikito pelo melhor filme da mostra. Carelli também compartilhou o prêmio de melhor diretor com o cineasta Paulo Nascimento.

Corumbiara emocionou o público do Festival de Gramado, retratando uma história com forte evidência de genocídio, supostamente praticado por fazendeiros na gleba de mesmo nome do filme. História pontuada, ao longo do tempo, pelo descaso e esquecimento, o que mobilizou e encheu de indignação o cineasta e o indigenista Marcelo Santos, a quem aqui rendo minhas homenagens.

Carelli e Marcelo foram ridicularizados, acusados de forjar provas e até ameaçados, tudo para que deixassem para trás uma investigação feita com dor, persistência e determinação, sem grandes recursos, movidos apenas pela inabalável vontade de revelar a existência, sim, de índios isolados em Corumbiara.

Em nome do povo de Rondônia, agradeço pela coragem e pelo registro de uma história que começa

lá nos anos 80 e atravessa mais de duas décadas de obstinada procura das evidências de existência de um povo indígena em Corumbiara, fartamente apresentadas no filme.

Valerá muito a pena ver esse filme, tenho certeza, e espero que ele conte com apoios no Brasil para sua distribuição. Apresento nesta Casa, Sr. Presidente, moção de aplauso a Vincent Carelli e Marcelo Santos pelo exitoso e impactante trabalho realizado.

Quero também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizer que amanhã, dia 29 de agosto, é o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. E, ontem à noite, participei da abertura do seminário “Lesbianidades, Família e Sociedade”, promovido pelo Comitê Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Conanda, pelas entidades Coturno de Vênus e Sapataria, daqui do Distrito Federal, e com o apoio do Governo Federal, por meio da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos.

Senador Geraldo, foi muito interessante, porque, na abertura do seminário, foi exibido um filme ao qual eu acredito que todos nós deveríamos assistir, não apenas com os dois olhos bem abertos, mas também com os ouvidos, com o coração e com a mente aberta, para compreender o que significa a angústia de um adolescente ou de uma adolescente na procura de entender a sua sexualidade.

O filme exibido, “A verdade sobre Jane”, deveria ser apresentado também em todos os lares brasileiros, porque, neste País, segundo pesquisa recente do Ministério da Educação, nas escolas, infelizmente, a violência por que passam os adolescentes cuja orientação sexual difere da heterossexual é imensa.

Esse seminário, que está sendo realizado no dia de hoje e no dia de amanhã, discute justamente a necessidade não apenas de apoiar as famílias e os adolescentes, mas também discute a necessidade de políticas públicas na área de educação, saúde e direitos humanos, principalmente para evitar que nossos adolescentes cheguem, muitas vezes, a óbito por suicídio, por não conseguirem encontrar apoio, compreensão e afeto que deveriam ter, principalmente no seio da família, na escola e entre seus amigos.

Ouçõ, com prazer, o nosso querido Senador Geraldo Mesquita, que me permite falar neste momento em seu lugar.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Primeiro, faço uma reclamação a V. Ex^a: não ter me convidado para ir com V. Ex^a a esse evento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu fui convidada ontem, mas o evento acontece durante todo o dia de hoje e amanhã, Senador Geraldo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Preocupa-me muito, Senadora Fátima, testemunhar a

luta quase solitária que V. Ex^a trava neste Congresso Nacional. V. Ex^a começou a descrever cenas do filme a que assistiu. Às vezes, tenho a impressão, Senadora Fátima, de que, por absoluta hipocrisia mesmo, a sociedade e o próprio Parlamento brasileiro viram as costas para um problema de extrema seriedade neste País. É uma postura preconceituosa, hipócrita mesmo. Tenho a sensação, às vezes, de que a sociedade trata a questão da diversidade sexual em nosso País como tratava antigamente os leprosos, os tuberculosos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Os hanzenianos, que a gente empurrava lá para o fim da Amazônia.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Exatamente. “Vamos isolar para a gente não tomar nem conhecimento”. Essa é uma postura hipócrita mesmo e preconceituosa. Peço que V. Ex^a nos posicione inclusive com relação a um projeto de extrema importância que tramita há tanto tempo nesta Casa, embaraçado por posturas retrógradas e atrasadas, que tentam, a todo instante, obstar sua finalização. Parabeno V. Ex^a pela coragem, inclusive, de vir a público, da tribuna do Senado, bater-se por uma causa que deveria ser a causa dos brasileiros. Vamos acabar com a discriminação. Falamos tanto, enchemos a boca: “Somos iguais”. Como somos iguais, se a gente trata as pessoas dessa forma? Pessoas que vivem verdadeiros dramas no nosso País, e não é um contingente pequeno de pessoas; é um contingente grande de pessoas. São nossas companheiras, nossos companheiros, que estão aí sendo vistos pela sociedade brasileira de forma discriminatória mesmo. Isso aí é uma evidência brutal. Precisamos superar isso, acabar com isso, fazer um trabalho... Cadê a nossa humanidade? Isso chega a ser uma questão de falta de humanidade. Portanto, a minha solidariedade a V. Ex^a, e continue nessa luta, porque a luta, às vezes, começa assim como a senhora, e com a senhora, pequenininha, mas ela vai tomando a consciência das pessoas e um dia – quem sabe? – talvez possamos ter um Brasil de fato democrático, solidário não só com aqueles que preconceitosamente julgamos normais, mas com todas as pessoas. Todas as pessoas merecem o nosso respeito, merecem um tratamento digno neste País. Parabéns.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita. Acolho as suas palavras e as integro ao meu pronunciamento. Fica aqui também o esclarecimento que V. Ex^a requer, de minha parte, sobre o PLC 122, que trata, neste momento, da criminalização da homofobia. Altera a Lei 7.716 para incluir “orientação sexual e identidade de gênero”.

Eu quero dizer a V. Ex^a que tenho discutido com todos os movimentos sociais neste País. Dessa discus-

são, resultou o entendimento de que, da forma como esse projeto está, ele não vai... Eu acho um absurdo isso, porque, na realidade, ele trata de discriminar efetivamente... Que tipo de discriminação sofrem as pessoas cuja orientação sexual difere da heterossexual, os bissexuais, os homossexuais?

Entendemos que seria necessário elaborar outra proposta, outro substitutivo, para que possamos facilitar o entendimento entre aqueles que divergem dessa aprovação restrita aos homossexuais, à questão da homossexualidade, da livre orientação sexual. Esse substitutivo já está pronto.

Estamos aguardando apenas uma negociação na Comissão de Assuntos Sociais, onde foi impetrado um requerimento de audiência pública para instruir o projeto. V. Ex^a sabe que a instrução, de certa forma, faz com que a gente atrele toda a discussão posterior à audiência pública, mas eu tenho conversado com a Senadora Rosalba Ciarlini, conversei com o Senador Paim, com o Senador Crivella, e há uma predisposição do Senador Flávio Arns também, que aqui representa a CNBB, do Senador Marco Maciel, que foi um dos idealizadores do requerimento, para que a gente possa apresentar essa nossa proposta de substitutivo.

Nossa proposta resume o PLC nº 122 a três artigos, sendo que o terceiro dispõe sobre a vigência da lei. O nosso substitutivo também amplia a proteção contra a discriminação e o preconceito para outros setores, inclusive mulher, Senador Geraldo Mesquita, Senador Paulo Paim.

Há pouco tempo, tomei ciência de que nós mulheres não temos a proteção da lei com relação a preconceito e discriminação. Nós temos uma legislação que é a Lei Maria da Penha, que passou vinte anos sendo discutida neste Congresso Nacional, mas que trata apenas da violência que sofre a pessoa no âmbito doméstico. No trabalho, na sociedade, na escola, na igreja, a mulher não tem nenhuma proteção.

Então, estamos ampliando a proteção da lei, que inicialmente era apenas para raça, para etnia, que já existe, para religião, que já existe. Com este projeto, pretendemos ampliar a proteção para a questão do sexo - e aí entram mulheres, gênero -, para as pessoas com deficiência, para os idosos e para orientação sexual e identidade de gênero.

Portanto, ela deixa de ser uma lei que criminaliza apenas a homofobia, para ser uma lei que vai criminalizar a prática, toda e qualquer, de discriminação e preconceito contra qualquer pessoa neste País.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Paulo Paim, nosso grande parceiro nesta luta, assim como o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Fátima Cleide, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela habilidade. V. Ex^a está buscando um grande entendimento que envolva todos: evangélicos, católicos, religiões de matriz africana, enfim, a livre orientação sexual, gênero, idoso, criança, deficiente. Não é de graça que, pelas informações que recebi, a senhora já está em primeiro lugar – já que falamos em pesquisa antes, eu e o Senador Zambiasi –, lá no seu Estado, no que se refere ao Governo do Estado, que é o cargo maior no Estado. Significa que V. Ex^a está cumprindo o seu papel aqui, no Senado da República. Quando alguns tentam apontar, Senador Geraldo Mesquita Júnior - que entendo que V. Ex^a também há de se eleger no seu Estado... V. Ex^a, Senadora Rosalba, por exemplo, nessa pesquisa, está em primeiro lugar para Governadora pelo trabalho aqui, no Senado. Falava do meu caso e do caso do Senador Zambiasi, mas há inúmeros casos. Mas quero falar desse projeto, que foi considerado tão polêmico, e V. Ex^a soube, como falamos no linguajar da piãozada, do limão fazer uma limonada, e foi administrando os conflitos. Muitos até não entenderam V. Ex^a no início, mas, no momento – eu, que já pude correr os olhos no substitutivo que V. Ex^a está elaborando –, vai buscar a unidade do conjunto da sociedade brasileira, de todos os setores. Ninguém, ninguém pode ser discriminado, de jeito nenhum. Se quer ser evangélico, que seja evangélico, é um direito dele; quer ser católico, quer ser da religião de matriz africana, quer ter a sua orientação sexual, que tenha o direito. E V. Ex^a está construindo, com muita habilidade, esse entendimento. Tomara, já que a habilidade de V. Ex^a é tão grande, que lá, na Câmara, quando chegar lá, caminhemos na mesma linha. Permita-me que eu faça aqui uma pequena mistura, aquela mistura do bem: que os relatores dos projetos dos aposentados e pensionistas tenham a mesma habilidade que V. Ex^a está conseguindo para ter essa unidade. Se isso for conseguido, eu tenho certeza de que as centrais, a Cobap e as confederações estarão juntas na defesa dos idosos no mesmo time, com o mesmo objetivo, e que as divergências partidárias, que são legítimas, fiquem à parte. Nesse projeto, a senhora está tendo uma visão mais do que salomônica. Está fazendo uma construção coletiva, que merece nossas palmas. Parabéns. Tenho certeza de que V. Ex^a ou será Governadora ou voltará para o Senado. Eu me sentirei contemplado nas duas situações.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Paim.

Passei por um momento de muito sofrimento no meu Estado, por conta da interpretação errônea com relação à nossa atuação principalmente na defesa

desse projeto aqui no Senado Federal, mas, graças a Deus, durante a eleição de 2008, eu pude debater essa matéria.

Lá em Rondônia, em função de o Estado ser pequeno, assim como o é o Acre, Senador Geraldo Mesquita, temos o prazer de, numa campanha eleitoral, poder, principalmente nos pequenos Municípios, fazer a campanha de porta a porta. Graças a Deus, eu pude fazer esse debate com as pessoas, olho no olho.

Hoje, grande parte do povo de Rondônia, que é o Estado brasileiro que tem mais evangélicos, de onde vem a maior reação – 60% dos rondonienses são evangélicos –, as pessoas passaram a ter o entendimento de que nós estamos tratando de direitos humanos.

Sou católica. Tenho uma formação cristã. E a construção da política na minha vida nasceu muito na participação nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Assim como V. Ex^a, Senador Paim, aprendi com o nosso grande mestre, Jesus Cristo, que a gente está aqui para servir a todos. Tenho certeza de que, se Jesus Cristo estivesse hoje na terra, estaria como nós aqui estamos, eu, o senhor, o Senador Geraldo Mesquita e tantos outros. Graças a Deus, não somos poucos; nós só somos calados. Mas eu tenho certeza de que já somos muitos os defensores dos direitos humanos para todos. Eu tenho certeza de que, se Jesus Cristo estivesse aqui hoje, ele agiria, com relação à defesa dos direitos humanos, da mesma forma como ele reagiu quando quiseram atirar pedras em Maria Madalena. Naquele momento, ele se posicionou a sua frente, fazendo-lhe a defesa. Tenho certeza de que, se ele aqui estivesse hoje, agiria como nós.

Então, quero agradecer as palavras carinhosas de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita, e dizer que vamos persistir na luta, em que acredito. E, da mesma forma, acredito que os relatores da Câmara, sobre o fator previdenciário, naquilo que diz respeito aos idosos, terão que ter muito jogo de cintura para poder atender a um benefício que é imediato. Os idosos já tiveram toda uma vida de trabalho e precisam ser recompensados aqui e agora por essa vida passada. Também parabeno V. Ex^a por essa luta. E quero dizer que nós estamos juntos, que nós nos somamos na proteção dos direitos trabalhistas de todos.

Presidente Mão Santa, Senador Paim, Senador Geraldo Mesquita, eu também gostaria de dizer que aguardo, ansiosamente, dois projetos que estão na Câmara para serem votados. Um deles diz respeito a uma matéria que já aprovamos aqui no Senado Federal, que é a Desvinculação dos Recursos da Educação – DRU.

Nós votamos. É um projeto da Senadora Ideli Salvatti que contou com o apoio de todos nós e que

está na Câmara. Quase... Começou a votação antes do recesso parlamentar, no mês de julho, parou, porque, infelizmente, o PPS tem uma emenda que, embora nos pareça muito boa no primeiro momento, de certa forma, ela atrapalha a negociação. Hoje, já existe acordo com o Governo, Senador Paim. E eu quero daqui fazer um apelo para a Base do Governo na Câmara, para que vote o mais rápido possível essa medida, porque ela vai significar um aumento, no Orçamento do Ministério da Educação, de R\$23 bilhões neste ano de 2009 para quase R\$50 bilhões no ano de 2010, Senador Geraldo Mesquita. E nós temos aí um PDE para executar, nós temos uma série de questões que dizem respeito à educação tecnológica. São mais de 100 novos *campi*, inclusive institutos de educação técnica, de educação tecnológica, federais, que precisam ser construídos no meu Estado, no Estado do Senador Geraldo Mesquita, onde eles não existiam, e nós agora passamos a ter, e eles precisam de recursos.

Portanto, Senador Paulo Paim, façamos a votação imediata do projeto, que está de acordo com o que propõe o Relator, que é da Oposição, que é, neste ano de 2009, já fazer... Aliás, no primeiro ano, fazer a desvinculação gradativa de 40%; no segundo, de 75%; e, no terceiro, a integralização dos 100% será imediata.

Então, nós, da educação, estamos fazendo um apelo muito grande à Câmara para que vote, o mais rápido possível, esse projeto. E também outro projeto, de minha autoria, que é a PEC n^o 483, que diz respeito ao Estado de Rondônia: isonomia de tratamento pela União ao Estado de Rondônia em relação ao Amapá e a Roraima. A votação está marcada para o dia 16 de setembro, e quero aqui dizer que confio na Câmara, confio no Presidente Michel Temer de que essa votação ocorrerá. Ainda esta semana, nosso gabinete se reuniu com lideranças sindicais do meu Estado de Rondônia para traçar estratégias de mobilização para que essa matéria seja votada em seu primeiro turno. Ela terá que ser votada em dois turnos na Câmara e retornar para o Senado Federal, uma vez que sofreu alteração no texto lá na Câmara Federal.

Quero, Sr. Presidente, agradecer ao Senador Geraldo Mesquita pela generosidade de me conceder o seu espaço, para que eu pudesse fazer aqui o meu pronunciamento sobre essas questões que considero de fundamental relevância, tanto para o País quanto para o meu Estado de Rondônia. E, mais uma vez, agradeço a intervenção generosa do Senador Paulo Paim e do Senador Geraldo Mesquita.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos.

Há um requerimento de V. Ex^a que estamos dando andamento.

Requerimento para que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de aplauso ao cineasta Vicente Carelli e ao indigenista Marcelo Santos pelo prêmio do Melhor Filme concedido ao documentário “Columbiara”, no 37º Festival do Cinema de Gramado.

Vamos dar encaminhamento.

Convidamos Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caríssimo amigo Senador Mão Santa, Senadora Fátima, Senador Paim, amigos e amigas que nos acompanham aqui no plenário; Senador Mão Santa, eu vou falar, para variar, do meu Acre e da minha Amazônia.

Abro o jornal hoje, *O Estado de S. Paulo*, artigo da Lisandra Paraguassú. Por sinal, Paraguassú era o nome de uma pequena vila, lá no extremo do Estado, fronteira com Bolívia e Peru, que depois virou Município de Assis Brasil. Era Vila Paraguassú, para Lisandra saber.

Mas Senador Mão Santa, eu vou mostrar dois textos, aqui, que retratam a visão do Estado brasileiro com respeito ao que se fazer na Amazônia, além da visão de um humilde seringueiro, semianalfabeto, semialfabetizado. Primeiro, a visão do Estado brasileiro que se diz moderno. A Lisandra diz aqui o seguinte:

O governo federal poderá pagar para quem manter a floresta amazônica em pé. Uma proposta apresentada por consultores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) à equipe econômica, esta semana, criará uma bolsa floresta para famílias e trabalhadores rurais que deixarem de desmatar, em uma espécie de mercado de carbono nacional.

A ideia base, preparada para o MMA pelo engenheiro florestal Tasso Azevedo...

A ideia veio desse gênio.

Senador Mão Santa, se a notícia dissesse respeito a uma outra região do País – Rio de Janeiro, São Paulo –, nós estaríamos lendo aqui o seguinte: bilhões serão investidos na infraestrutura tal, na reconstrução de portos, no estímulo à instalação de indústria, de emprego; eu tenho certeza disso. Agora, quando se trata da Amazônia, os gênios defensores do meio ambiente, me parece que a única ideia genial que eles conseguem ter é esta: criar uma bolsa de alguma coisa. Como se ali vivessem pedintes, miseráveis – miseráveis, em grande parte, pelas condições em que vivem; mas não são pedintes. São brasileiras e brasileiros que gostam de trabalhar e que gostariam

imensamente de ter alternativas de desenvolvimento ali na região amazônica.

Acontece que essa é a visão do Governo, Senador Paim. Infelizmente. Quando se trata da Amazônia, o Governo só consegue chegar até aí. Ele não consegue vislumbrar algo diferente disso. “Vamos dar uma esmola, vamos dar uma bolsa”. O Governo sequer cogita de investir muito dinheiro na Amazônia, em organismos de pesquisa, em desenvolvimento de tecnologia, para que as pessoas tenham opções de vida, de trabalho. É uma pena essa visão obtusa, preconceituosa com a Amazônia. Fico muito triste com isso. Ver uma notícia dessa, enfim... Um técnico que ganha bem, que tem todo o conforto e toda a comodidade da vida urbana se dá ao luxo de observar a Amazônia daqui, de um gabinete do Ministério do Meio Ambiente, e, na sua alta sapiência, imagina que a grande solução para a Amazônia seja dar esmola para as pessoas lá. É impressionante isso!

E aí, Senador Mão Santa, em contraste com esta visão atrasada – eles acham que é moderna, mas, para mim, é atrasadíssima –, veja a visão de um pequeno seringueiro, Senador Paim, um cidadão humilde, que está lá, que trabalha lá. Eu estive com ele agora, no final de semana passado. Ele deve ter uns 65 anos de idade, a cara, o rosto denota o sofrimento, a amargura, a falta de perspectiva. Ele, muito humilde, chamou-me num canto – estávamos numa grande reunião – e disse: “Senador, será que o senhor poderia levar esta carta e fazer chegar às mãos do Presidente Lula?” Eu disse: “Com certeza. Pelo menos vou tentar. Vou pedir para o Senador Paim, que é amigo do Presidente Lula, para ver se ele entrega. Acho que o Presidente Lula vai gostar de receber esta carta”.

Senador Paim, eu vou ler para mostrar exatamente o contraste das coisas. Ele, um cidadão lá de Sena Madureira, diz o seguinte:

“Sena Madureira, Acre, 14 de agosto de 2009.

Exmº Sr. Senador Geraldo Mesquita,

Peço a V. Ex^a que faça um favor de entregar esta carta para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.”

Em seguida ele já se dirige ao Presidente Lula:

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ouça com atenção, analise com carinho e depois coloque-se em nossa posição. Será que dá para o senhor sobreviver com a sua família vendendo 391 quilos de borracha pagos a R\$3,50? Eu, Francisco Dantas Soares, vendi 1.250 quilos de borracha, mas só 391 quilos foram pagos a R\$3,50, mas o restante dessa borracha...

Ou seja, ele vendeu 1.250 quilos, Paim. O restante, além dos 391, ele só conseguiu vender a R\$1,20, porque é assim que está estabelecido, em normas. E ele diz aqui que precisou vender mesmo a esse preço

vil porque não pode esperar três anos para vender a outra parte.

Deduz-se aqui, Senador Paim, que, por ano, ele faz jus a vender 391 quilos de borracha por um preço um pouquinho melhor. Então, ele teria que esperar mais dois anos para vender mais 391 e, depois, mais 391, para conseguir esse preço. Como ele está na força, ele precisou vender o restante da safra dele recebendo apenas R\$1,20 por quilo pelo restante. “Para comprovar o que está escrito” – ele está escrevendo para o Presidente Lula –, “leia o recibo que está ligado a esta carta”. Ele mostra, ele exhibe o recibo. Está aqui o recibozinho da borracha que ele vendeu.

Senhor Presidente, sinta-se um ser humano e coloque um preço de pelo menos R\$4,70 [olhe o que ele está pedindo, Paim] para que o seringueiro, fazendo 100 quilos de borracha por mês, possa garantir pelo menos um salário mínimo, que é de R\$465,00. Na Sala Verde da Fundação Amigos do Amazonas, um representante do Governo disse que era lei e que só podia pagar esse preço (R\$3,50) somente por 391 quilos de borracha.

Senador Paim, é um humilde seringueiro querendo trabalhar, querendo ganhar dinheiro com o suor do seu próprio esforço. Ele pede apenas que o preço seja justo. Só isso. Então, vem um cérebro, um gênio do Ministério do Meio Ambiente e propõe que o Governo crie um “bolsa floresta”. Vejam a diferença de visão das coisas. Esse cidadão, Tasso Azevedo, tinha o dever, pelo conhecimento que tem e pelo estudo que adquiriu, de pelo menos tentar enxergar a Amazônia de outra forma.

Aduzindo o pedido que fez o seringueiro ao Presidente Lula, eu também pediria uma coisa a ele. Senador Paim, todo mundo sabe: a economia da borracha, no Acre e na Amazônia em geral, vem acabando e não é de hoje. Ninguém compra mais borracha na nossa região, borracha de seringal nativo. Essa é uma mercadoria que o mundo inteiro quer, compra-se de outras partes do mundo, da Malásia, da Ásia, que fornece muito. Até São Paulo produz mais borracha do que o Acre.

Então, o pedido que eu aduziria ao pedido do seringueiro ao Presidente Lula, é que o Presidente, com todo seu prestígio internacional... Quando se fala de meio ambiente e de preservação da floresta... Senador Paim, não sou daqueles que colocam a viseira e só enxergam uma coisa na frente. Eu acho que tanto no Acre como na Amazônia podemos ter uma diversidade de atividades. Já falei isso aqui inúmeras vezes. Você pode ter a agricultura, mesmo a agricultura familiar, você pode ter a pecuária, você pode ter a agroindústria, pode ter uma série de coisas, criação de pequenos

animais, e pode ter também ainda a atividade extrativista. Nós temos pelo menos dois produtos lá no Acre, ainda, a borracha e a castanha, a chamada castanha do Brasil hoje, mas que, na verdade, é a castanha do Acre, que são produtos de grande importância para o mundo inteiro. Só que o mundo inteiro hoje tirou o Acre, tirou a Amazônia de pauta e está comprando em outros lugares. Eu acho que o Presidente Lula, Senador Mão Santa, com o prestígio que tem, enorme prestígio internacional, se ele senta com os mandatários desses outros países, nessas reuniões que ele frequenta com assiduidade, do G-8, do G-20, do G-11, do G não sei o quê, bastaria que ele fizesse um apelo: voltem a comprar borracha e castanha lá do Brasil, principalmente do Acre.

É claro que, se os Países resolvessem incrementar, digamos, 10% na sua pauta de importação de borracha e castanha, isso geraria um impacto enorme, imediato, e talvez nós não estivéssemos em condições de fornecer. Agora, um grande acordo, Senador Mão Santa, para que os Países voltassem a comprar borracha e castanha do Acre, num período de dez ou quinze anos, obrigaria o Governo, por exemplo, a reinvestir nesse setor, Senador Paim. E, em dez, doze, quinze anos, estaríamos novamente exportando grandes quantidades de borracha e de castanha. E o que é que isso significaria para as pessoas que estão ali, na Amazônia? Significaria que elas teriam novamente uma atividade produtiva, fruto do seu suor, ganhando dinheiro com seu trabalho, recebendo um preço justo por produtos que são altamente valorizados no mundo inteiro.

Eu, ao lado do Presidente Lula, faria um apelo à própria Senadora Marina também, que hoje detém largo prestígio internacional.

Acho que temos que sair do discurso; temos que praticar o discurso, mas fazê-lo com muito mais profundidade, pela solidariedade que devemos àquele povinho que nos elege ali. Sair por aí pedindo mesmo, à França, à Bélgica, aos Estados Unidos, seja a quem for, Paim! “Gente, vocês querem nos ajudar a preservar a Amazônia? Voltem a comprar borracha e castanha do Acre. Aumentem em 10% sua pauta de importação e voltem a comprar esses produtos. É uma maneira que vocês têm de fixar a floresta, de fixar as pessoas dentro da floresta em uma atividade produtiva, garantir uma atividade produtiva e, ao mesmo tempo, usufruir da compra de produtos extraordinários. Nossa borracha é a melhor do mundo”. Nossa castanha é sem igual, Senador Paim! De vez em quando, trago aqui para vocês mastigarem um pouquinho, e vocês sabem do que estou falando.

Com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, com certeza, o povo do nosso querido Acre está ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, nesta manhã de sexta-feira, defendendo uma política concreta tanto para nossos seringueiros quanto para o problema da castanha. E V. Ex^a faz a leitura de uma carta que emociona todos nós. Esse é o mundo real, essa é a situação em que vivem nossos seringueiros. V. Ex^a traz um exemplo, e confesso: se puder, eu o ajudarei, para que a carta chegue ao objetivo dela, que é o Presidente Lula. Senador Mesquita Júnior, quanto mais participo com V. Ex^a do Senado da República, mais reconheço a importância do seu mandato. V. Ex^a foi, antes, muito generoso, como é de V. Ex^a – e tem sido comigo, com o Senador Mão Santa, com a Senadora Fátima Cleide –, quando lembrou a questão do Mercosul, ligando-a ao Senador Zambiasi. Mas quero também reconhecer o trabalho de V. Ex^a não só pelas questões do Estado, como muito bem defende aqui e agora, apontando para uma política mais intensa na exportação da borracha e da castanha, quanto em relação ao seu trabalho na construção do Parlamento do Mercosul. Senador Mesquita, estou me sentindo muito bem, aqui, nesta manhã de sexta-feira. Por isso, fiz tantos apartes. Veja bem, o Senador Mesquita faz a defesa da produção de produto do seu Estado, ao mesmo tempo em que aponta caminhos e caminha conosco neste debate com outros Senadores sobre temas tanto nacionais quanto em relação ao Mercosul. Vi aqui a Senadora Fátima Cleide fazendo uma belíssima defesa ao combate a todo tipo de preconceito. Vi aqui o Senador Mário Couto, ontem e hoje, defendendo, juntamente com nós todos, a questão dos aposentados e pensionistas. Já tive a alegria de falar, para mostrar todas as áreas, ontem – e reafirmarei hoje –, sobre a questão do Fies, que é de legítimo interesse dos nossos estudantes. Quero anunciar, aproveitando este momento – e sei que V. Ex^a, Senador Mesquita Júnior, é parceiro –, que aceitei a relatoria, na Comissão de Direitos Humanos, de um projeto que vai cuidar tanto do nosso petróleo natural quanto de toda a sua envergadura, o chamado pré-sal, no subsolo, na questão do mar. É como eles dizem: antes daquela camada e depois da camada. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) apresentou um projeto belíssimo na Comissão de Direitos Humanos, via Comissão de Legislação Participativa, e fui indicado para relatar. Então, esses temas é que fazem a Casa crescer. O pronunciamento de V. Ex^a é de enorme envergadura; ele olha para a floresta, mas olha também para o povo da floresta, defende a Amazônia de forma universal; defende o meio ambiente, mas também o povo que está lá na Amazônia e que tem que resistir, tem que viver, até para preservar a própria Amazô-

nia. Por isso, Senador Mão Santa, estou me sentindo melhor agora e confesso que esse debate que faziam aqui, dia e noite, um xingando o outro, apontando para lado nenhum, só para ver qual é a fotografia melhor, não é meu estilo e não gosto disso. Por isso, estou me sentindo melhor, assistindo, neste momento, Senador Mesquita Júnior, a esse belo pronunciamento, que vem se somar ao de outros Senadores no dia de hoje. Sei que todos queremos transparência absoluta e total em todas as áreas. Mas como é bom ouvir o pronunciamento de V. Ex^a! Sei que o povo do Acre saberá responder, em 2010, à sua conduta e à forma de agir nesta Casa. Meus cumprimentos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim. V. Ex^a, como sempre, é muito generoso com seus companheiros, e as pessoas que nos ouvem sabem disso.

V. Ex^a é um Líder para todos nós nas causas de grande repercussão, de grande impacto no nosso País, como é o caso dos aposentados, luta que a gente trava aqui com unhas e dentes no sentido de avançarmos mais um pouco na recomposição dos valores dos aposentados, no fim do fator previdenciário, que é tão cruel e que maltrata tanta gente que está na iminência de se aposentar. Já pensou, alguém estar a seis meses para se aposentar, Senador Mão Santa, olhar para o horizonte e perceber que, se o fizer, receberá 30% a menos do que recebia na ativa? Isso é uma crueldade incrível!

O Senador Paim está aí, liderando essa luta com todos nós, no sentido de fazer com que a gente consiga, não digo dar algo a essas pessoas, mas, restituir a eles aquilo a que têm direito a que fazem jus.

Portanto, muito obrigado pelo aparte, Senador Paim.

Encaminho-me para a finalização da minha fala, mostrando às pessoas exatamente essa diferença de visão das coisas. Um técnico bem informado, bem preparado, bem remunerado olha para a Amazônia de forma obtusa, a pensar que ali existem milhares de pessoas que estão querendo só esmola. É uma pena, é uma pena, é um desperdício de inteligência, inclusive, eu acho! Essas pessoas não conseguem olhar para Amazônia e vislumbrar possibilidades de grandes investimentos, para que, conciliando tudo, preservação da floresta etc. e tal, a gente possa ter uma sociedade pujante, Senador Paim. Isso é possível acontecer. Basta que a gente concilie ali investimento, inteligência, tecnologia, para que as pessoas que estão lá na Amazônia, que são as maiores interessadas pela sua preservação, possam ter perspectivas de uma vida melhor.

Eu já disse: ali, em cima da Amazônia, principalmente em cima da minha terra, parece que tem uma linha, Senador Paim, pairando sobre as pessoas; um teto que impede que as pessoas aspirem a uma vida melhor. Parece que elas estão condenadas a chegar só até aquele teto ali, que é o teto da miséria mesmo para a grande maioria da população. É o teto da miséria. Não podem ultrapassar aquilo, até porque o próprio Estado – na visão de um técnico desses – tem a visão de que as pessoas não podem almejar absolutamente mais nada, a não ser uma bolsa-floresta! “Isso aqui é o máximo que ele pode alcançar”, quando analisa a situação das pessoas que estão na Amazônia.

E um humilde seringueiro, como mostrei aqui a V. Ex^{as}, o que ele quer? Ele quer é continuar trabalhando, produzindo, ganhando o dinheirinho dele, com o suor dele, com o esforço dele, Senador Mão Santa. Ele é que podia... Ele... Olha só como é a inversão das coisas: o técnico deveria estar formulando propostas aqui para incrementar a produção de borracha, incrementar a produção de castanha. Esse era o papel dele. No entanto, quem assume esse papel é um humilde seringueiro lá do nosso Estado, que manda aqui uma carta desesperada para o Presidente Lula. E aqui eu repito, faço novamente o apelo, além do apelo que ele faz: por que limitar uma determinada quantidade de borracha produzida a um valor um pouquinho melhor? Por quê? Por que ele não pode vender toda a mercadoria dele por um preço um pouquinho melhor, não é?

E aqui eu faço de novo o apelo ao Presidente Lula, à própria Senadora Marina, que tem expressão hoje, prestígio internacional, para que, quando estiverem nesses grandes fóruns por aí fora, cutuquem esses dirigentes de países ricos, chamados países ricos, para que eles saiam também do discurso fácil da preservação, da conservação da floresta e botem dinheiro para aumentar a pauta de importação de produtos brasileiros, notadamente lá da Amazônia, do Acre: borracha, castanha e outros produtos que a floresta tem em abundância ainda, Senador Mão Santa. Se os nossos seringais nativos forem em grande parte dizimados, nós temos hoje o domínio tecnológico do mal que anos atrás acometeu a seringueira, impedindo seringais de cultivo lá na nossa região. Hoje, nós podemos, com segurança, implantar seringais de cultivo na nossa região e podemos reverter o processo de produção de borracha grandemente. Basta que, comercialmente, a gente consiga articular uma saída pra isso. E a saída que vejo é esta: o próprio Presidente Lula, pessoas de prestígio internacional que nós temos, inclusive nesta Casa, que eles possam incluir nas suas conversações, nos grandes fóruns dos quais participam, um pedido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Mesquita Júnior, permita-me, quebrando o protocolo, mas sei do compromisso de V. Ex^a. Estão em visita aqui agora o Dr. Maia e a Graziela, que é Presidente do Sindicato dos Internautas. Eles estão muito preocupados com a situação do Aerus, e V. Ex^a já me acompanhou nessa discussão. São, entre aposentados e pensionistas e os direitos trabalhistas, um número que ultrapassa vinte mil pessoas. Eram comandantes, inclusive de aeronaves, que, por exemplo, como ouvi ontem de um repórter que conversei comigo, recebiam até R\$14 mil e estão recebendo R\$200,00, devido à falência do Aerus. Estamos fazendo um apelo, mais uma vez, eles estão aqui em Brasília, nessa linha que V. Ex^a está fazendo neste momento ao Presidente Lula, porque o processo estava no Supremo. Foi pedida uma trégua para o entendimento. Foram dados sessenta dias; foram dados mais sessenta dias. Eu não estou acreditando que, depois de cento e vinte dias, vai ser praticamente desautorizado o pedido que fizeram o Presidente Lula, o Dr. Maia e o Graziela, para que houvesse um acordo na questão do Aerus. Então, eu quero, neste momento, fazer um apelo a essa comissão que está há 120 dias discutindo, para que se efetive. Eu estive com o Ministro Toffoli nesta semana. Ele disse que até segunda-feira teria uma resposta sobre as sete propostas que o Dr. Maia e a Graziela encaminharam àquele órgão. Eu espero que a resposta seja positiva, senão nós estaremos numa situação de desespero total para mais de vinte mil famílias que estão na expectativa desse acordo, porque já foi sinalizado há um tempo que estava caminhando bem. Por isso, permita-me, já que estou presidindo a sessão, fazer o aparte a V. Ex^a, mas é uma causa justa. Eu tenho certeza de que o Presidente Lula está sensível ao apelo que V. Ex^a faz na questão dos seringueiros e com este agora, para que a gente avance para um acordo definitivo na questão do Aerus. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – E mais razão ainda tem o pessoal do Aerus, Senador Paim, porque não se trata de dar nada a eles, não. Trata-se de recompor aquilo que foi tirado deles. Aquilo que foi tirado deles de forma leviana, desonesta inclusive, não é? Não se trata de dar nada.

As pessoas estão ouvindo e pensando que o Senador Paim está querendo dar alguma coisa para o pessoal do Aerus; vinte mil famílias. Não se trata disso, não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Significa, seguindo o pensamento de V. Ex^a, a defasagem da tarifa praticada naquele período da Varig. E isso a Varig deu agora, no momento em que for ganha a ação, para o pagamento a receber dos com-

panheiros do Aerus, desses trabalhadores. Então, é apenas uma devolução.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Claro! É a devolução daquilo com que eles contribuíram durante muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É muito justa a causa. E parabéns pela sua iniciativa de receber os representantes do Aerus.

Mas eu finalizo, Senador Mão Santa, pedindo que esta Casa se volte com sensibilidade para esses assuntos. Eu não estou aqui dizendo que a economia acreana tenha de ser assentada no extrativismo. Não se trata disso, Senador Paim. Porque lá, às vezes, as pessoas desvirtuam o que a gente fala: “Não, o Senador acha que o Acre pode ainda sobreviver às custas do extrativismo”. Não se trata disso. Mas eu acho que ainda há espaço para o extrativismo. Há milhares de pessoas ainda envolvidas nessa atividade e, portanto, não podemos deixá-las à míngua, não podemos deixá-las na situação em que estão, como esse humilde seringueiro que clama aos céus aqui e ao Presidente Lula, para que tome uma providência no sentido de permitir que o preço da borracha seja corrigido para um valor que lhes permita, mensalmente, tirar pelo menos um salário mínimo. A Constituição não garante isso, Senador Paim? A Constituição garante pelo menos um salário mínimo àqueles que trabalham. É isso que ele pede, é só isso. Ele não está pedindo bolsa floresta, não, entende? Bolsa floresta quem pensa é aquele que não tem nenhum compromisso com a Amazônia e posa de ambientalista, e posa de defensor da Amazônia e não tem coisa nenhuma de defensor da Amazônia.

Quero finalizar, Senador Mão Santa, exibindo aqui a última publicação do nosso gabinete: é o volume VII da coleção Biblioteca Popular. É uma obra do nosso inesquecível Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. V. Ex^a foi ao lançamento dessa coleção lá, no Acre, comigo, para minha glória e para meu orgulho. De dois em dois meses, de três em três meses, nós lançamos um volume, uma obra renomada da Literatura Brasileira. Essa aqui é a última.

E agradeço aos amigos da Gráfica do Senado pela presteza, pela gentileza de terem, mais uma vez, atendido o nosso gabinete e colocado à nossa disposição essa nova edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que será entregue lá no meu Estado aos estudantes, à população em geral, no limite do número de exemplares.

Quero, da mesma forma, fazer aqui um agradecimento ao Professor Marco Antonio Villa. Estive com ele há poucos dias num seminário sobre Euclides da

Cunha, promovido pela Deputada Lídice da Mata, baiana, muito querida nossa, e o Professor Marco Antônio Vila proferiu lá uma palestra. Ele é um dos maiores especialistas em Euclides da Cunha, enfim, e ele me presenteou com *Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. Vou emprestar tanto ao Senador Paim quanto ao Senador Mão Santa após ler. Agradeço, também, ao Professor Marco Antonio Villa.

Despeço-me de todos, desejando um feliz final de semana e que possamos retornar na semana que vem para continuarmos a nossa lida aqui no nosso querido Senado Federal.

Agradeço pela concessão do tempo.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência cumprimenta o Senador Geraldo Mesquita Júnior por seu brilhante pronunciamento.

Senador Mão Santa, recebi agora e permita-me informar, já que tem a ver com a Mesa da Casa, que a nossa Vice-Presidente da Mesa, Senadora Serys Silhessarenko, telefonou para o gabinete, e me passaram rapidamente uma ligação, informando que, infelizmente, sua mãe, Olinda dos Santos, de 92 anos, acabou falecendo esta manhã.

Fica aqui nossa total solidariedade à Senadora Serys Silhessarenko, Vice-Presidente desta Casa, e a toda família, pela perda da Sr^a Olinda dos Santos, de 92 anos, lá no querido Mato Grosso. Sei que a Serys, percebi na fala, está aos prantos, chorando muito. Entendo que todos nós passamos por momentos como esse, mas, com certeza, lá no alto, ela há de se encontrar com aquele que acaba colaborando com as nossas vidas, já que todos nós entendemos que há uma energia maior que conduz os nossos passos.

Um abraço Serys, que a tua mãe esteja com Deus.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão.) – Presidente Paim, então, vamos aproveitar para providenciar, ô Figueiredo, um requerimento de pesar a toda família, assinado por nós Senadores aqui presentes.

Mãe é tudo. Eu diria apenas, Paim, que, nós que já perdemos também, ganhamos uma santa no céu. Aliás, sempre tenho dito que não sou Mão Santa, mas sou filho de mãe santa, como todos nós.

Eu tenho inveja do poeta e relembro Catulo da Paixão Cearense, para que sirva de conforto para Serys:

Eu vi minha mãe rezando
Aos pés da Virgem Maria
Era uma santa escutando
O que outra santa dizia.

Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros, presentes no plenário e que nos acompanham pelo sistema ímpar de comunicação do Senado da República – Rádio AM, Rádio FM, ondas curtas, televisão e mais os órgãos escritos, o jornal diário, semanário, a agência de notícias –, nessas sextas-feiras, sempre pego uns *e-mails*. Paim, V. Ex^a que vai deixando a presidência para o Geraldo Mesquita, temos de fazer uma reflexão. A maioria *dos e-mails* é sobre os aposentados. Muitos deles – interessante, Geraldo Mesquita – acham que eu fui para a Mesa e abandonei a luta, que assumi determinados compromissos com o Governo. Esta Mesa foi um ato espontâneo e V. Ex^a que está aí foi um dos primeiros que liderou; Pedro Simon, no Partido, quem tem de ganhar, e depois no plenário. Mas, muito pelo contrário, eu me sinto com responsabilidade na Mesa de avançar nesses pleitos.

Então, os aposentados, Paim, estão na maioria dos *e-mails*. Agradecem, mas acham até que a gente estava cansado da luta. Não é.

Paim, este Senado é dos aposentados. V. Ex^a teve muitas vitórias. A do salário acho que é a maior conquista do Governo do nosso Presidente Luiz Inácio – a valorização do trabalho e do trabalhador. De US\$ 70, nós todos, liderados por Paim, fizemos o Governo avançar.

O Bolsa Família é uma ajuda, caridade que eu entendo. Aqui, estou para orientar o Presidente, porque ele pode ser melhorado. É fácil. Ele tem de ouvir aqui. Nós é que temos experiência. Esta é a Casa da sabedoria. É simples, Luiz Inácio. Eu fui prefeitinho, Luiz Inácio não foi; eu governei meu Estado por duas vezes, também ele não governou.

Nenhum de nós vai ser contra a caridade. Fé, esperança e amor. Amor é caridade – Apóstolo Paulo. Mas ela pode ser transformada em trabalho, Luiz Inácio. Nós é que somos os pais da Pátria. Não são esses aloprados, que só querem isso para instrumento de ganhar as eleições. É feito: transformar isso em trabalho.

Quem sabe as coisas é o prefeitinho. Dou um valor doido a prefeitinho, porque eu fui; são idealistas, são corretos. Está na Bíblia: “Muitos são chamados, poucos são os escolhidos.” Eles são, e eu fui. O prefeitinho sabe de tudo, porque vive o dia a dia, administra sua mãe e seu filho.

Um exemplo, Luiz Inácio, atentai bem: José Dirceu. Não tenho nada contra. Estou contando uma história. Todo mundo sabe que o Zé Dirceu foi para Cuba, fez

plástica, voltou, e tal. Com todo respeito, eu estou contando uma história. Aí ele voltou, plástica, cabeloira, arrumou um emprego no interior, numa cidade do Paraná. E começou a namorar uma funcionária da prefeitura. Viu, Geraldo Mesquita? O prefeitinho chegou para ela e disse: “Olha, eu acho esse senhor estranho, esse seu namorado, tem medo até de beber cerveja. Tem algo de estranho.” E ficou persistindo. Olha como o prefeito sabe de tudo, está ouvindo, Paim? Estranho o comportamento, porque o prefeito é atento. Ela, apaixonada, e vivendo um amor romântico, disse: “Não”. E o prefeito estava em cima, desconfiado do Zé Dirceu, que tinha voltado. Olha como o prefeito representa mesmo, vive a cidade. E eu fui. O Luiz Inácio não foi. É uma experiência que falta a ele, que deve dar humildade.

Aí, sabe quando ele desistiu da desconfiança? A mulher, a senhora, apaixonada, e o amor: “Não, ele é meu primo”. Aí o prefeito, pensando que ele era primo da funcionária de confiança, perder a desconfiança. Estou só dizendo que o prefeito sabe de tudo. Até para pegar um negócio desse.

Geraldo Mesquita, então, se o Luiz Inácio se libertasse de um bocado de aloprados... Aliás, o Ministro que toma conta é um homem de bem. O mineiro, não é? Quem é o mineiro que toma conta do Bolsa Família? É um homem de bem.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Patrus Ananias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É um homem de bem. O PT tem também, tem mais joio do que trigo, mas tem trigo. Aí estão os melhores trigos – Paim, esse Patrus. Ô, chapa boa, Patrus e Paim, Paim e Patrus. Ele é um homem de bem. Ele concorda comigo, o Patrus é um homem de bem.

Então, era fácil de ensinar a resolver isso. Tira esses aloprados, não vai inventar a roda, já tem um organograma. Desse dinheiro que cai por ali, entregue para o prefeito. Qual a obrigação do prefeito? Melhorar um pouco o salário, é lógico, e também o Governador do Estado, que é responsável pelo Município. Cada um adiciona: se é ‘x’ o Bolsa Família, estou ensinando, eu estou aqui é para ensinar o Luiz Inácio.

Se não tiver essa competência, eu desisto disso. Eu sou é o pai da Pátria aqui. Aliás, o lugar que quero é o do Luiz Inácio. Eu quero e estou preparado. É o seguinte, ô Paim: chamava o prefeito, se ‘x’ é do Bolsa Família, dava ‘y’; chamava o Governador, dava ‘z’, um pouquinho mais. Mas o prefeito com seu serviço social. Vem cá, aquela ali o que é? Cozinha boa? Sabe cozinhar? Vai ser merendeira, dava umas horinhas ali, duas, três. O negócio é estudar, a sensibilidade.

Abraham Lincoln: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito.” As horas eram como

o Paim gosta. Vamos negociar, discutir, audiência. Deixava de ser, e o trabalho, o trabalho é bom. “Comerás o pão com o suor do teu rosto.” – Apóstolo Paulo. Quem não trabalha não merece ganhar para comer.

Então esse pessoal... o trabalho é terapêutico. Hoje os psicanalistas, os terapeutas, trabalho, fonte de vida. Então, Paim, é forte. O caboclo vai ser o quê? Vai ser vigia do grupo, da praça ou guarda municipal, conforme a cultura dele, não é? Aí, é chamando. Se ele entende de agricultura, vamos botar umas hortas nos grupos escolares, nas escolas. De repente, os prefeitos encaminhariam para o trabalho. E aquilo dividia, Luiz Inácio. Não é problema, não. Isso é como... ô Luiz Inácio, você já teve época que era meio liso. Hoje não, é Presidente da República. Isso é sempre o exemplo melhor, viu Geraldo Mesquita? Na prática. Quando você vai a um bar e tal, quando todo mundo paga, não é leve? Não é leve a conta? Então, essa conta, Luiz Inácio, tem que ser dividida entre os prefeitos e o governador. E esse montão de gente seria resumido. Dividam-se os seus 12 milhões e tantos por 5.864, que são as cidades. Então, se resolve o problema é assim, simplificando. O problemão, Luiz Inácio, a gente divide em pedaços e sai resolvendo. Estava resolvido.

Mas, quer dizer, dez para o Luiz Inácio com a valorização do salário mínimo.

A essa Bolsa Família, eu dou cinco ou seis. Se ele entrar na minha emenda, ele poderá chegar a dez, mas não dou. Agora, zero para isso aqui, Luiz Inácio. Essa é a verdade. Eu é que posso dar nota, porque eu sou pai da Pátria. Essas pesquisas são todas mentirosas, são todas compradas, não é nada verdadeiro, não. Eu ando no meio da rua e vejo. Isso aí são os aloprados lhe enganando, esses homens aí. O que você tem de aloprado que rouba, que mente, até que mataram aí, do Estado de São Paulo. Como é que eles não vão comprar uma pesquisa para lhe endeusar? Isso não é a realidade, ele não tem isso. É mais fácil negociar. Agora, quero lhe dizer o seguinte: zero para o negócio dos aposentados. Então, a média do Luiz Inácio é: dez com zero dá cinco, e o Bolsa Família, cinco ou seis, até que passou. Essa é a nota que eu dou, e vamos para o debate.

Agora, do aposentado, não, do aposentado já está demais, Paim, já cansa. Não estou dizendo... Eu recebo *e-mail* dizendo que estou comprado, que eu fui para Mesa e não sou mais aquele – estou, não, sou do Piauí, não me vendo, não, e o Geraldo Mesquita sabe –, porque pensa que nós não estamos lutando.

E este Congresso é bom. Nós somos bons, eu digo isso. Está aqui o Geraldo, eu digo que somos bons porque nós nos conhecemos. Este Congresso... Esse negócio de secreto, não tem nada de secreto, não; isso

é palhaçada. Perdeu. A imprensa perdeu essa parada aí que se baseou... Não existe. Não existe isso, quem diz sou eu para os jornalistas todos. Isso é palhaçada, acabem com isso. Eu fui prefeitinho e governador. A compensação do trabalho não é o dinheiro, a remuneração? Não é isso? Perderam, perderam.

Foram se basear – a imprensa perdeu o jogo – nesse negócio de secreto.

Para receber o contracheque, qualquer governo tem um órgão para fazê-lo. No meu Piauí é o Prodep. No Governo Federal, é a Dataprev que tem que fazer ali... É a Casa da Moeda que faz os contracheques ali, não é? Tem um diretor só daquele bicho ali? Tem um diretor da impressão dos contracheques da Prodep. Esse diretor, por cima dele, tem o secretário de administração. Todo governo não tem? Acima da administração tem o secretário de governo. Então, é esse rolo todinho. Eles fazem o contracheque e como se paga? Calma. Vai lá para a Fazenda. Tem o secretário de fazenda, não tem? No Governo, o Sr. Ministro. Tendo dinheiro, ele manda para o banco, não manda? No banco, o cara vai receber. Como pode ser secreto um negócio desses? Por que um ou outro não imprimiu uma publicação? É como disseram do Zezinho aqui. O Zezinho está como secreto porque não publicaram. O Zezinho, no momento em que eu fazia o milésimo discurso, ele botou um cafezinho e disse: “Esse é o cafezinho cinco mil”. Então, isso aí não pegou nada. O que pega é isto, esse negócio aí, Paim. Aquele veto está há quanto tempo? Foi do começo do nosso mandato o veto que a gente tenta derrubar, não é?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O veto é de 2006, que garantiria os 16,67%.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É de 2006. Este Congresso não tem moral, não tem vergonha, não tem dignidade de botar para a gente votar essa porcaria de cara aberta.

Não é negócio no escuro, não. Derruba ou não derruba. Aquele veto, nós aprovamos um aumentinho, 16,6%. Quer dizer, isso é que desgasta o Congresso. Como é que o Lula chamava lá? Trezentos picaretas na Câmara – eu acho que aumentou. Por que é que não bota? E votar de cara aberta, derruba ou não derruba. Porque querem todos tirar vantagem, interesse do Presidente da República. Eu não estou porque fui para a Mesa. Eu quero é de cara aberta. Eu derrubo, devia-se enterrar como nós enterramos a CPMF, de cara aberta. Isso é que é vergonha. Ô Michel Temer, é uma vergonha! Ô Sarney, é uma vergonha não botarem o veto, e vergonha maior dos mais de trezentos picaretas daqui que não têm coragem de botar. E de cara aberta. Devia ter um jeito de o sujeito votar: enterra o veto ou não enterra.

Outro. E a do Paim? A do Paim já passou. Isso é... eu não sei, mas lá no Piauí a gente chama de esculhambação. Podem me mandar lá para a Corregedoria, lá para a Ética. Eu não sei, mas esse é o linguajar do Piauí.

Paim, não existe lugar nenhum do mundo essa ignomínia, essa vergonha de reduzir o fator previdenciário. Um contrato que o Governo fez. Governo somos nós, o Executivo, o Judiciário, a Justiça – isso é contra a Justiça, isso fere a Justiça e ela não se intromete – e nós aqui, que fizemos a lei. Então, fez um contrato, o velhinho trabalhou com dignidade a vida toda, 30, 40 anos, para receber 10 salários mínimos, recebe cinco; para receber cinco, recebe dois. E V. Ex^a corrigiu isso quando?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Esses projetos são de 2003 ainda.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Três?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – 2003 e está há quase dois anos na Câmara.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha aí. Isso... pode botar que eu quero ir lá pra essa Ética. Aí se começa de novo. Isto é esculhambação: 2003, 2004, 2005, 2006, 2007... faz seis anos, Paim. Eu aqui sou relator, saí defendendo na Comissão de Justiça, na Comissão de Economia, do Trabalho, de Direitos Humanos e em outras comissões. Viemos pra cá, ganhamos por unanimidade, vai pra lá e não sai. E do PT, o Paim? Ele é trigo do PT. Lança aí o Paim. O Paim é que é seu amigo, Luiz Inácio. O Paim é que é trigo desse seu PT. Isso é bom.

Ô Luiz Inácio, não saia com essa nódoa, com essa vergonha da sociedade brasileira. Não existe, Luiz Inácio – nós sabemos, pesquisamos –, no mundo uma roubalheira, uma sem-vergonhice, um descaramento como esse que nós fizemos com os velhinhos. Tá pensando que velho tá velho e não vota? Pode até não votar, pode até já estar morto de fome do jeito que estão, passando dificuldade, mas eles têm filhos, eles têm netos e eles são o ápice, a força da maior instituição, que é a família.

Barack Obama. Luiz Inácio, eu sei que Vossa Excelência disse que não gosta de ler. Uma página dá uma canseira. Melhor fazer... ele disse que dorme, na terceira página já está no sono. Mas eu li os dois livros de Barack Obama. O primeiro, *A Audácia da Vida*. Sabe o que ele diz, Paim? “Se não fossem meus avós, eu era maconheiro.” Então, Luiz Inácio, o avô é importante na família. Por isso essa degradação. O Governo de V. Ex^a tirou o moral, a honra, a dignidade, ao meter a mão do bolso dos aposentados. Porque eles assumiram compromisso, viver o final da vida felizes com as Adalgisinhas deles. E mais, o avô, eu sei, avô

é bicho besta. Eu sou muito melhor avô do que fui pai. Sou. Quando eu saía para operar, Paim, eu voltava era duas horas da madrugada, não via menino. Se eles têm educação, foi Adalgisa que deu. O neto, não. Outro dia, rapaz, lá na praia, eu doente, ele disse: “Vovô, vamos fazer aventura”. E eu não saí? Quase morto, numa seca, atrás de um neto para tirar retrato em cima da duna. Então, o avô se comprometeu a pagar a bolsa do filho, a universidade do neto, ajudar o neto. E, de repente, ele não cumpre. Acaba o encanto da família, a palavra do honrado avô foi por água abaixo.

Paim, conte comigo. Esse negócio aí, vamos tocar fogo. Aí tem que fechar é o Congresso todo, tirar o Luiz Inácio, e vamos fazer uma revolução. Os militares que estiveram aqui, eles tiveram mais vergonha que o nosso Governo. Eles nunca fizeram isso, nunca roubaram os aposentados do Brasil, que essa democracia de Luiz Inácio está roubando. Os militares, podemos comparar um Geisel, um Castelo Branco, um Figueiredo, os dois outros eu não conheci, mas conheci esses três, nenhum fez isso!

Sarney! O Sarney teve a mãe dele, santa, que disse o seguinte para ele – atentai bem, Brasil: “Meu filho, não deixe que persigam os aposentados”. Dona Kyola, que é santa. Ô Luiz Inácio, vai ouvir isso do Sarney. Aí sim. E não foi. Que negócio de Sarney! Sarney não meteu a mão no bolso dos aposentados. Dona Kyola, que hoje é santa, nos deixou.

Os militares aqui. Por isso que eu vim ontem. Fiquei aqui a sessão toda. Falei: “Isso é uma vergonha, Luiz Inácio!”.

Paim com a palavra. Homem de vergonha do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, eu estou entendendo a força do seu pronunciamento, que reflete a indignação, naturalmente, de milhões. Aí sim, Senador Mesquita, são milhões. Com relação ao Aerus V. Ex^a me corrigiu corretamente, eram 20 mil famílias. Mas nesse caso, o Senador Mão Santa lembra que hoje são cerca de 26 milhões de aposentados e pensionistas. E a indignação que ele representa da tribuna, neste momento, é porque... Eu também dou o testemunho: é Twitter, é Orkut, é e-mail, é blog, enfim, é tudo; o meu gabinete está sendo, no sentido simples, entupido, porque todo mundo quer entrar, mas não consegue. Todos fazendo uma legítima pressão via Internet. E o Senador Mão Santa lembra muito bem que Barack Obama usou muito bem a Internet. Usou muito bem. Nas pesquisas que eu fiz para ver essa questão desses projetos em que os senhores ajudaram como Relatores – o Senador Mesquita Júnior relatou a questão do salário mínimo, em que se garantia o mesmo percentual para o aposentado; V. Ex^a

relatou a questão do fator –, são 91%, até o momento, querendo que se avance nessa negociação, além do que foi até o momento. Então, estou entendendo a sua indignação, Senador Mão Santa, mas eu sei que V. Ex^a vai concordar comigo. O Senador Mesquita eu sei que assinaria embaixo desta frase: ruim com a democracia, muito pior sem ela. Não se inventou na história da humanidade ainda algo melhor que a democracia. Então, a sua revolta é a revolta da população em relação à não decisão definitiva do fim do fator e o reajuste real para os aposentados. Eu sei que V. Ex^a é um defensor do Congresso, da própria democracia e dos Poderes constituídos. Por isso, Senador Mão Santa, é que, ao fazer o aparte a V. Ex^a, eu quero, principalmente, cumprimentar V. Ex^a, que foi corajoso naquela hora em que diziam que era demagogia querer acabar com o fator previdenciário e apontar outro caminho. Hoje virou unanimidade porque nós tínhamos razão. Eles podem querer até apresentar uma outra proposta, mas todos admitem que esse fator, como está, é perverso demais. Então, o Senado teve coragem de botar esse grande debate, em nível nacional, da Previdência. Se vai surgir um substitutivo na Câmara, nós temos que lembrar que a Cobap fez vigília aqui conosco, com as confederações e centrais afins desse movimento, para acontecer esse grande debate, que pode levar ao fim do fator, ao reajuste integral de todos os aposentados e pensionistas. V. Ex^a foi parceiro em todos os momentos, e este testemunho eu dou com muita tranquilidade, cumprimentando V. Ex^a, como também o Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela forma firme com que aqui sempre defenderam todos os trabalhadores aposentados e pensionistas, inclusive aqueles que ainda, infelizmente, ficaram desempregados devido à crise e que têm na aposentadoria uma janela para poder receber o benefício, porque esse projeto nosso vai resultar, inclusive, na melhoria do próprio seguro-desemprego. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo, e que V. Ex^a continue a ser nosso general, quero ser seu soldado nessa campanha. E aquelas vigílias, ô Geraldo Mesquita, acho que o Mário Couto é que tinha razão. Ele disse que a gente tinha que fazer greve de fome. Pois vamos agora fazer, e encher, com os velhinhos todos, vamos levá-los lá, para aquela Câmara, e fazer vigília. Eu só não estava apoiando porque ele queria aquele negócio de não tomar banho, não gostei. Mas está na hora de continuarmos essa luta.

E eu lembraria ao Luiz Inácio o Juscelino Kubitschek, médico, que disse: “A velhice é triste; desamparada, é uma desgraça”. Luiz Inácio, você pode tirar essa desgraça que está ameaçando os nossos

velhinhos aposentados. Ó Deus, ó Deus, ó Deus, inspire o Luiz Inácio a se afastar dos aloprados e ouvir os pais da Pátria.

O requerimento já está pronto, vou passar a V. Ex^a para assinar.

“Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com a tradição da Casa, as homenagens pelo falecimento da Sr^a Olinda dos Santos, mãe da Ex^{ma} Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, representante do nobre Estado do Mato Grosso. Para tanto, requeremos:

a) inserção em Ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família [...]”.

Eu assino e V. Ex^{as} também assinam.

E só para terminar, é o seguinte: este monte de *e-mails* aqui, ô Paim, é tudo negócio de Prefeituras que estão lascadas, caiu mesmo o Fundo de Participação e tudo. Este aqui, também, se eu não dissesse isto aqui, como vou já para o Piauí, sair daqui para o aeroporto, os Prefeitos lá iriam me linchar. Olha, isto tudo é *e-mail* de professor, porque caiu o Fundo de Participação. Aquele negócio de diminuir o IPI, o Fundo de Participação é a soma do Imposto de Renda mais o IPI. Se S. Ex^a está certo, é um momento de estratégia de combater o caos da economia mundial, mas acontece que o cobertor é curto e o caos está na Prefeitura.

“Prefeitos farão protesto fechando prefeituras”. Está aqui, é do Piauí, é um médico. Podem botar aí: ele é Presidente da APPM, é um homem de bem, tem bigode – parece o bigode do Sarney –, tem moral. Então, ele está apelando com os Prefeitos. Isto tudo é *e-mail* de Prefeito. Eles não estão com dinheiro para pagar as câmaras municipais, então estão fechados e estão ameaçando fazer uma greve. Então, esse também é um apelo para que Sua Excelência, o nosso Presidente Luiz Inácio, repense uma maneira. Nessas horas, a gente tem que dar um oxigênio aos Prefeitos, que eles saberão dispersar.

Essas são minhas palavras.

Meu agradecimento.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Meus parabéns pelo pronunciamento.

Convido o Senador Paulo Paim, o líder dos Pampas, a fazer uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita Júnior e Senador Mão Santa, permita-me V. Ex^a, Senador Geraldo, que, primeiro, eu peça desculpas a grande parte dos internautas e a outras pessoas que me remetem cartas e documentos que querem que eu fale da tribuna – e eu me sinto orgulhoso com essa recomendação deles –, sobre os mais variados temas. Por isso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, muitas vezes, eu venho à tribuna e faço apenas o registro, numa homenagem a eles. É claro que, quanto mais eles me encaminharem propostas de projetos de lei que entendam fundamentais para o povo brasileiro... Vou apreciando um por um, como apreciei este da FUP – Federação Única dos Petroleiros. Ela faz um projeto profundo. Eu recomendei que eles entrassem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e eles já o fizeram; eles já o registraram lá, para discutir toda a questão do petróleo, e não somente o pré-sal. Esse projeto é o PL nº 2, que foi encaminhado pelo Senador Cristovam e do qual serei o Relator. Eu me comprometo a vir à tribuna em outro momento, já que teremos uma audiência pública na próxima quinta-feira, em que eles vão expor o projeto e a visão que eles têm do petróleo, com ênfase, neste momento, à questão do pré-sal.

Quero registrar, Sr. Presidente, uma matéria da revista *Exame*. Primeiro, cumprimento o jornalista que fez a matéria. Ele ouviu tanto o Armando Monteiro, que é da CNI, como me ouviu. Ele fez uma espécie de pingue-pongue com os dois. Ele reflete exatamente tudo o que eu disse, e isso é bom. Tenho certeza de que ele reflete também a posição do Armando Monteiro, que é o Presidente da CNI, sobre a redução de jornada, em debate na Câmara, que consta de uma PEC de autoria de Inácio Arruda e Paulo Paim, já que assinamos juntos e coletamos assinaturas juntos. Neste momento, a Câmara está se debruçando sobre o tema. Recebi muitos telefonemas sobre essa PEC, tanto de empresários, quanto de trabalhadores. Quero repetir a ambos, como aqui foi dito pelo Senador Mão Santa – e tenho certeza de que é a posição do Senador Geraldo Mesquita Júnior –, que estamos dialogando sobre o tema, mas ele tem de ser debatido.

Então, peço a V. Ex^a que aceite que fique nos Anais da Casa essa matéria da revista *Exame* chamada “O impacto da redução de jornada no mercado de trabalho”. Como a PEC é minha, naturalmente faço a defesa; e Armando Monteiro, Presidente da CNI, faz o contraponto, dizendo que não é bem assim. Que se respeitem as duas posições, e, naturalmente, os Senadores e os Deputados votarão essa matéria no momento adequado.

Faço também o registro, Sr. Presidente, de outra matéria – que está em minhas mãos – sobre a aposentadoria, em que recomendo que os homens e as mulheres deste País que estão em condição de aposentar-se adiem um pouco o encaminhamento da sua aposentadoria. Com certeza absoluta, aprovados nossos projetos – digo nossos, porque já são do Senado, e não somente meus –, na íntegra ou mesmo com mudanças feitas na Câmara, vai ser bem melhor ou pelo menos – o termo melhor é este, desculpe-me a correção, Senador Geraldo Mesquita – não será tão ruim como é atualmente, devido a esse bandido fator previdenciário e ao reajuste da aposentadoria sem nenhum centavo de aumento real. O que vai surgir na Câmara, com certeza, não será tão perverso quanto a legislação que há hoje.

Então, se eu pudesse recomendar, eu diria: “Não encaminhem neste momento o seu pedido de aposentadoria; esperem, que eu tenho certeza de que, com alteração ou não, este ano nós resolveremos essa questão; se houver alteração na Câmara, a proposta voltará para o Senado, e o Senado poderá definir de vez no mês de outubro”.

Então, eu peço também que registre esse documento.

Quero ainda, Sr. Presidente, fazer uma homenagem à Secretaria de Informação e Documentação do Senado, pela revista *Senatus*. É um belo exemplar, Sr. Presidente, escrito em português e inglês, porque essa revista vai para diversos países. Nesta vez, aqui nas páginas cinzas – eu não diria amarelas, mas cinzas –, eles pediram que eu fizesse um artigo, e eu o escrevi, sobre a importância do Estatuto do Idoso, de minha autoria. Eu acho que o artigo ficou bom.

O mais importante para mim, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é que eles reproduzem o Estatuto do Idoso na íntegra, em inglês e em português, porque diversos países já disseram que queriam conhecer essa legislação moderna, que beneficia, no Brasil, mais de vinte milhões de brasileiros que possuem idade superior a sessenta anos.

Então, eu cumprimento aqueles que fizeram esse trabalho. O título do artigo, que eu deixo aqui registrado, é “O Direito de Envelhecer com Dignidade”. Mas quero cumprimentar os responsáveis pelo veículo: o Diretor Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, a jornalista Vera Manzolillo, a equipe de revisão, nas pessoas de Antonio Augusto Araujo Cunha, Edilenice J. Lima Passos, Marilúcia Chamarelli, Vera Lúcia Corrêa Nasser Silva, e o responsável pelo projeto gráfico, Cantídio Saliba Vieira, assim como todos os demais que participaram da edição e da impressão na gráfica do Senado.

Eu, Sr. Presidente, se tivesse mais tempo, claro que até poderia ler o artigo que faz uma homenagem aos homens e mulheres de cabelos brancos, faz uma homenagem à luta da Cobap, porque, quando escrevi a primeira parte, o primeiro anteprojeto do Estatuto do Idoso, a Cobap já fazia a apresentação dele. Depois de muita discussão – hoje ele tem mais de duzentos artigos –, ele foi aprovado no debate com toda a sociedade, mas o Estatuto do Idoso é uma obra dos homens e mulheres de cabelos brancos. Por isso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu vou aprofundar mais no exame da matéria, porque teremos uma reunião na terça-feira. O acordo que está sendo articulado precisa contar – o termo correto é esse – com a participação da Cobap. Ela entende que foi dado um passo, mas dá para avançar um pouco mais. Ela fez vigílias com a gente aqui, durante aquelas noites em que V. Ex^a esteve conosco. Ela ajudou no embate permanente. Agora, na reta final, entendo que é importante que se faça um esforço gigantesco, a fim de que todos estejam caminhando juntos para construir uma redação que avance no reajuste integral para os aposentados e também no que se refere ao fator previdenciário. Por isso, quem lê esse artigo, que foi escrito há meses e foi publicado agora, porque estavam elaborando a revista, vê que ali eu cito a Cobap, ali cito os três projetos que o Senado já tinha aprovado há quase dois anos: o fim do fator, o reajuste integral dos aposentados e pensionistas, e a reposição das perdas. Todos estão na Câmara dos Deputados. Teremos uma reunião na terça. Espero que a gente avance um pouco mais naqueles setores que querem efetivamente garantir qualidade de vida, aposentadoria decente para todos os trabalhadores brasileiros.

Às vezes, alguém diz que sou chato, mas é sendo chato que... A gente vem aqui quase todos os dias, insiste, insiste, insiste. Estamos avançando. Se existe um cenário agora de fim do fator, de estabilidade na hora da aposentadoria, com repercussão no aviso prévio, no seguro desemprego, enfim, em todos os benefícios, ele começou com essa insistência de todos nós aqui. Estamos avançando, porque insistimos mesmo.

E quando terminar essa bandeira, pode saber que outras virão, sempre numa linha de melhorar a qualidade de vida e, como digo aqui, a dignidade de todo homem, de toda a mulher deste País para que eles possam viver e envelhecer com dignidade.

Então, peço a V. Ex^a que considere na íntegra também esse meu pronunciamento, em que faço uma homenagem à revista *Senatus*, aqui da Casa, nessa edição em inglês e português, contemplando na íntegra a história do Estatuto do Idoso. E repito: tive a ale-

gria de escrever um artigo antes que o Estatuto fosse contemplado aqui na íntegra.

Quero também, Sr. Presidente, dizer a V. Ex^a que muitas foram as correspondências para que eu falasse sobre a importância da aprovação do Projeto de Lei 196, 2009, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que fixa o piso salarial nacional no valor de R\$930,00 para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Mais do que justo esse piso, mas quero fazer o gancho: eu ainda não consegui entender como alguns Governadores, inclusive o do Rio Grande do Sul, entraram com uma ação no Supremo para que o professor não possa ganhar o piso de R\$950,00. Por amor de Deus, retirem essa ação de lá e deixem que os professores brasileiros ganhem um piso de R\$950,00 e que os agentes de saúde ganhem o piso de R\$930,00.

Quero dizer que a Relatora Rosalba Ciarlini fez também um belo parecer, o qual aprovamos por unanimidade na Comissão da qual sou Vice-Presidente no mesmo dia em que aprovamos a valorização dos vigilantes. Os vigilantes no País são os milhões de homens e mulheres que dedicam a sua vida a proteger nossas vidas, os nossos patrimônios, seja onde for que morarmos, ou mesmo nas universidades, nas salas de aula. Quero aqui dizer que o Senador Zambiasi tem um projeto específico para as universidades. Tudo isso vem-se somar a esse projeto, que é abrangente, mas ambos têm o mesmo objetivo: dar garantia de aposentadoria especial, como também a periculosidade, para os vigilantes.

Quero também dizer, Senador Mesquita Júnior, porque sei que V. Ex^a entende o que vou dizer, que tanto eu como V. Ex^a – e que não fique nenhuma dúvida –, queremos transparência absoluta em todos os atos do Congresso Nacional, da câmara de vereadores e da assembléia legislativa.

Na semana passada, um jornalista, cujo nome eu quero aqui dar, com muito carinho e respeito, meu amigo, posso dizer – eu não o conhecia pessoalmente antes disso –, Sérgio Bueno, junto com fotógrafo Caco Argemi, me acompanharam. Eles me ligaram: *Paim, o jornal pediu se tu concordes que a gente possa acompanhar-te desde a tua chegada no aeroporto até o fim da última agenda da noite.*

Eles me acompanharam durante todo o período. E o resultado desse dia foi que eles ficaram impressionados, primeiramente com o carinho da população com o trabalho e também com o fato de o povo, em todas as agendas que tive, desconhecer a tal crise no Senado. Queriam mesmo saber o seguinte: *Paim, o projeto do salário mínimo, inflação, PIB, legal, hein? Começou naquele teu debate dos US\$100.00. Paim,*

legal essa questão da Previdência. Legal essa questão do Fundep, Fundo de Investimento no Ensino Técnico. Legal o relatório que o Senador Geraldo Mesquita Júnior fez e que vinculou o reajuste dos aposentados ao salário mínimo. Foi isso que aprovamos aqui e que foi depois para a Câmara dos Deputados. Enfim, ele percebeu, e transcreveu na matéria com transparência absoluta o que foi esse dia, desde a minha chegada ao aeroporto à última agenda que terminou quase à meia noite.

Como, às vezes, fazemos ponderações sobre o papel da imprensa, quero elogiá-la neste momento, principalmente na figura do jornalista Sérgio Bueno, do jornal *Valor Econômico*, por fazer uma matéria mais fiel impossível. Ele conta o fatos, o que aconteceu, o que as pessoas queriam, o que falavam e mostra, enfim, que temos um caminho que a população está entendendo, sem deixar, repito, de querer transparência absoluta com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público, seja na Câmara, no Senado, seja onde for.

Então estou muito tranquilo em relação a isso e por isso gostaria de que a matéria dele ficasse nos *Anais da Casa*.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a se referiu antes à importância de a Casa voltar a produzir com intensidade. A população quer saber como fica a educação, como fica a habitação, como fica essa história da gripe, que está ceifando vidas, como fica a segurança, como fica o investimento no ensino técnico. Tem o Fundep, que V. Ex^a tem acompanhado comigo, que é um projeto que vai gerar R\$9 bilhões para o ensino técnico. E é baseado nisso, se V. Ex^a me permitir, que vou fazer este pronunciamento, já que os outros eu pedi a V. Ex^a que considerasse na íntegra. Falarei sobre o Mercosul, porque sei que V. Ex^a é um apaixonado por esse tema, sobre uma proposta que apresentei da universidade do Mercosul e que hoje se transformou na Universidade Federal da Fronteira Sul e para a qual estou hoje aqui batendo palmas.

Sempre digo que para mim não é importante o momento em que provocamos o debate, o importante é ver se o resultado final é bom para o povo brasileiro. É isso que interessa. Então permita-me que eu, embora de forma rápida, faça este pronunciamento.

Sr. Presidente, o assunto de fundo que vou abordar hoje é a aprovação do projeto, na Comissão de Educação, de autoria do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul. Fiquei muito feliz com a aprovação desse projeto, até porque ele vem ao encontro de um ensejo que expressei em 2007, quando apresentei o Projeto nº 17, que autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul.

Naquele projeto, eu justificava que a criação da universidade do Mercosul se fazia imperiosa por dois motivos. Primeiro, a expansão do próprio sistema de educação superior diante da demanda crescente de concluintes do ensino médio nos Estados da Região Sul do Brasil, nos Estados, citava eu, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Assim, no ano de 2006, estiveram matriculados no ensino médio 1.331.024 adolescentes e 665.864 jovens e adultos, totalizando 1.636.858 estudantes. Estima-se, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que 30% desse total, ou seja, quase 400 mil, tenham concluído a educação básica, passando a ser postulantes potenciais de cursos de graduação superior. Some-se a esse número os milhares de jovens e adultos que, tendo concluído o ensino médio ou exames supletivos em anos anteriores, não lograram ser aprovados em vestibulares das universidades públicas e continuavam tentando entrar nelas porque não tinham como pagar a universidade particular.

Seguramente, hoje, já passa de 1 milhão o número de potenciais candidatos a cursos de graduação somente na Região Sul do País. Para esses quantas são as vagas disponíveis nas duas universidades federais e estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul? 50 mil. As vagas são 50 mil e são 1 milhão de postulantes. Eu estou ficando aqui agora, exatamente, nesse triângulo da Região Sul.

É bem verdade que existem quase 200 mil vagas em cursos de graduação de instituições privadas – mas, aí, não podem pagar – nas capitais e em mais de uma centena de cidades dos três Estados. Entretanto, é sabido que nos últimos dez anos o perfil desses que terminam o ensino médio evoluiu muito, constituindo-se eles, na maioria, de jovens de classes populares, impedidos, como eu dizia antes, devido à situação financeira, de pagar uma universidade particular.

Diante das considerações que eu apresentava, podia-se concluir a necessidade da expansão do número de instituições federais de educação superior na região e demais vagas naquela já existente, o que tem acontecido em volume crescente no atual Governo. Isso é real.

O segundo motivo pelo qual se fazia importante a criação de uma universidade do Mercosul era a situação estratégica do Rio Grande do Sul para sediar uma universidade de alcance internacional. Com efeito, de há muito se cultivam laços de amizade entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que passam pelo território rio-grandense. Com a criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, se fortaleceram e ampliaram as relações comerciais, turísticas e culturais com os países da Bacia do Prata.

A universidade do Mercosul viria coroar esse processo, com essa legalização de atividade de ensino, pesquisa e extensão, de forma a contribuir na formação dos jovens dos quatro países em nível superior, no desenvolvimento científico, artístico e cultural e sobretudo no fomento das relações de amizade que confirmariam a paz no sul de nosso continente. As conversações entre os membros do Bloco já apontavam a construção dessa instituição, que inclusive poderia tornar-se um centro de ensino cujos diplomas teriam validade internacional, ou seja, em todos os países.

Bem, essa idéia tinha os olhos voltados para a educação, ponto de partida da vida de uma pessoa, ou, como diz sempre o Senador Cristovam, da revolução que passa pela educação, impulso necessário para a construção da plena cidadania. Eu sempre repito e acredito que a educação é como a democracia: uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se.

Por isso, Senador Mesquita, eu insisto tanto com o ensino técnico. Veja bem a história do Fundep, que vai permitir que esses milhões de jovens que ficam meio sem saber para onde ir, pelo ensino técnico possam aprender uma profissão e, depois, até pagar uma universidade particular, se não conseguirem entrar na universidade pública.

Mas enfim, Senador Mesquita, eu acalentei, eu sonhei muito com esse projeto, de forma carinhosa, porque sabia das perspectivas que ele abria para nossos jovens. Certamente, o projeto do Governo que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul tem esse olhar generoso, carinhoso. Por isso, meus cumprimentos ao MEC, ao Ministro Haddad e ao Presidente Lula pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que atinge a meta que eu sonhava, da Universidade do Mercosul.

Sinto-me plenamente contemplado com a aprovação da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Quero agradecer, neste caso, – permitam-me, embora ele não esteja aqui, mas sei que V. Ex^a também tem um carinho por ele – ao Senador Flávio Arns, que conhecia o meu projeto antigo e chamou-me para dar inclusive a relatoria desse tema, mas, depois, conversando com ele e com a nossa Líder, Ideli Salvatti, que já tinha sido Relatora, na CCJ, da Universidade da Fronteira Sul, que é uma educadora, que vem trabalhando há muito tempo nesse tema, eu, de pronto, disse ao Senador Flávio Arns que entendia que a Senadora Ideli Salvatti merecia, pelo seu mérito do trabalho como educadora, ser Relatora também na Comissão de Educação, e foi esse o caminho que fez o Senador Flávio Arns. Então, parabéns, Senadora Ideli, pelo brilhante trabalho apresentado no seu relatório.

A Universidade Federal da Fronteira Sul terá sede e fórum no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Em seu art. 2º, o projeto diz que a Universidade Federal da Fronteira Sul terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante a atuação *multicampi*, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com *campi* nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, lá no solo gaúcho, o oeste de Santa Catarina, com *campus* no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com *campi* nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

Em seu relatório – repito que aqui eu quero lhe dar os parabéns – a Senadora Ideli Salvatti ressalta que a exposição de motivos que acompanha a proposição ressalta as características da mesorregião da grande fronteira do Mercado Comum do Conesul – Mercosul. Por isso, há toda uma abrangência com o projeto original e por isso a minha alegria.

O Mercado Comum do Conesul, Mercosul, que abrange 396 Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, revela o entendimento do Governo Federal de que medidas dessa natureza são essenciais para promover o desenvolvimento regional na medida em que amplia as possibilidades de inserção das populações mais carentes nos níveis mais elevados da educação, ou seja, o nível universitário. Para tanto, prevê que as atividades da nova universidade estarão voltadas para a integração da região onde está inserida e o desenvolvimento dos Municípios que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.

Na análise feita pela nossa nobre colega, o PLC nº 152, de 2009, põe-se em harmonia com as políticas do Governo do Presidente Lula voltadas à valorização da educação na condição de instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e de mecanismo de inserção das parcelas, repito, mais carentes da população brasileira nas instituições de ensino superior.

Ela exemplifica que instrumentos como o Programa Universidade para Todos, ProUni...

Senador Mesquita Júnior, permita-me aproveitar este momento para falar do Prouni. Sinto-me muito contemplado no ProUni, porque lá, há muitos anos, tínhamos apresentado projeto nesse sentido, que permitiria às universidades descontarem de tributos a pagar as vagas dadas a alunos carentes. O ProUni hoje é uma realidade e claro que todos nós nos sentimos contemplados pela importância do ProUni.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, o Piso Salarial Nacional do Magistério, que destacávamos antes, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, entre outros, consolidam a estrutura básica da ação do Governo Federal na área educacional, tendo como carro chefe o núcleo de articulação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PED.

Sr. Presidente, eu queria dizer que seria bom que nós pudéssemos, um dia, vir aqui à tribuna falar de todas as iniciativas, independentemente de ser desse ou daquele Senador, muitas delas do Governo. Mas poder dizer que também o Fundep estaria aqui inserido, porque é um projeto que não importa, eu digo para alguns. Por que alguns me dizem, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que o Fundep só não vai... “Ah, também, é de tua autoria”. Aí, o pessoal está meio... Eu sei que não são os Senadores. Agora, claro, como eu estou aqui há tantos anos, não é, Senador? Eu estou aqui há quase 24 anos. É natural que o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, do Deficiente, a questão do salário mínimo, o fim do fator dos aposentados, enfim, sejam projetos de nossa autoria, como é o Fundep, mas tem que ver a importância do projeto e não quem é o autor. Para mim, o autor é até como copo descartável, o importante é o mérito da proposta. Por isso que não entendi como é que o Fundep não foi aprovado, se todos são a favor. O MEC é a favor, a Oposição é a favor, a base do Governo é a favor. Por que não se aprova o Fundep?

Nove bilhões para o ensino técnico. Todas as instituições de ensino que trabalham na formação de jovens, alavancando mais profissões para o mercado de trabalho, estarão contempladas no projeto. O Sistema S não era a favor, mas fizemos a correção devida e adequada, e o próprio Sistema S está apoiando. E aí alguém diz: “Mas esse também” – sei que V. Ex^a está me entendendo – “é daquele peão metalúrgico lá...” E não deixam o Fundep avançar.

Felizmente, permita-me, aqui, neste desabafo, dizer que o Senador Valadares, que uniu as três PECs que tratam do voto secreto... Senador Valadares, eu falei com V. Ex^a que é inadmissível, na questão do voto secreto, não cair a questão do veto. Ele disse: “Não, Paim, fique tranquilo que, na PEC 50, de sua autoria, estou inserindo o fim do voto secreto”. Então, Senador Valadares, espero que essa PEC tramite rapidamente agora, já que ela estava para ser votada aqui e voltou para a Comissão, porque houve algumas alterações.

Enfim, Sr. Presidente, quero dizer que concordo com a nobre Senadora quando ela afirma que o compromisso assumido por nós todos e pelo Governo Federal é de, efetivamente, democratizar o acesso ao

ensino superior mediante a expansão da rede federal, que é fundamental, naturalmente, para o Governo Lula, num perfil inovador e até revolucionário.

Sr. Presidente, essa foi, de fato, uma bela iniciativa do MEC. Como eu disse anteriormente, sinto-me totalmente contemplado. Aí, volto ao Fundep. Pelo amor de Deus, se entendem que o Fundep tem de existir, mas não tem de ser da minha autoria, pois bem, mandem um projeto para cá igual ao do Fundep, que nós aprovamos. Não aprovamos, Senador Mesquita Júnior? Aprovamos. Mandem para cá, idêntico – podem reproduzir –, mas mandem que eu sei que a Casa vai aprovar e o meu vai para o arquivo. Mas não há problema algum, desde que seja contemplado o ensino técnico que vai tirar do vício da droga milhões de jovens.

Não adianta. Fui, por exemplo, a uma inauguração no Vale do Caí – infeliz! – de uma grande escola técnica. Particpei ativamente para que a escola técnica fosse para lá, onde fui homenageado. Mas, como se vai manter a escola técnica, se não houver um fundo para esse fim? Por isso, fica o apelo mais uma vez.

Sr. Presidente, como eu dizia, sinto-me totalmente contemplado, porque, mais uma vez, a educação abre suas portas para toda a nossa gente via essa universidade. Ter acesso à educação é como despertar do sono. A cada dia de um novo aprendizado, mais uma janela se abre dentro do educando e se expande para o universo. Ah, o que seria deste Senador, que está na tribuna neste momento, Senador Mesquita Júnior, se não fosse minha formação no Senai! Lá foi a base. O tempo em que passei no Senai foi a base que me permitiu passar pelo movimento sindical, pelas escolas noturnas como presidente de grêmio. Tudo foi me dando experiência; passar por presidente de confederação, de centrais, vice-presidente nacional, quatro mandatos como Deputado Federal. Estar na tribuna, falando, neste momento, para meu País, foi graças ao ensino técnico.

Sr. Presidente, eu poderia dizer que poderíamos imaginar quantas pessoas vão se beneficiar com os investimentos na educação. É sem limite. Quantas infinitas possibilidades espalham-se à frente daqueles que se vão utilizar do ensino, desde as categorias de base até a universidade. Isso, sem sombra de dúvida, é muito positivo. Cada gesto feito no sentido de aprimorar a educação do nosso povo é um gesto de amor para com ele, pois é através desse gesto que os sonhos dele podem sair do pensamento e se transformar em realidade.

Nossa intenção, enquanto parlamentares, é melhorar a vida das pessoas, é dar cidadania a cada cidadão. Nossos projetos, podem ter certeza, traduzem isso e são uma demanda da população. Não inventa-

mos nada, a população é que nos abastece para cada projeto que aqui apresentamos. E tudo o que pudermos fazer para colaborar com a ampliação da rede de educação e da qualidade de vida de nosso povo, podem ter certeza de que faremos.

Outro dia, Sr. Presidente, vi uma senhora idosa que estava aprendendo a ler. E ela disse, com muito orgulho: “Agora eu me sinto igual aos outros”. É claro que todos estamos matriculados nessa escola da vida, onde o mestre é o tempo, e estamos aprendendo, como diz Cora Coralina. Mas, levar ensino de qualidade e abrir novas portas na escola da vida, é nossa obrigação.

O Governo está indo por esse caminho. Gerar a possibilidade de transformação é claro que é muito importante.

Também devo dizer quanto ainda a criação da Universidade Federal da Fronteira me deixa muito satisfeito, como gaúcho e como brasileiro. Tenho certeza de que o povo do Rio Grande está com o coração em festa, e eu me junto a ele nessa alegria. Espero que essa nova porta que se abre lhe traga um futuro muito promissor.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, fiz questão de ler e comentar esse pronunciamento na íntegra, que trata da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Como eu dizia, Senador Geraldo, permita-me ainda, não adianta: é *blog*, é *e-mail*, é *twitter*, é página, é telefone do meu gabinete, tudo congestionado. Veja, volto a falar desta minha teimosia: a questão dos aposentados.

V. Ex^a, um dia, me disse dali: “Paim, estou contigo, mas quero ver essa luta ir até o fim”. Pode ter certeza de que estamos com essa coerência, a mesma coerência que fez com que lá, há dez anos, eu brigasse na tribuna da Câmara pelo fim do fator. Fui derrotado, mas continuei peleando até hoje. Estamos próximos de atingir esse objetivo. Foi essa coerência que fez com que eu apresentasse emenda, PEC, projeto, até que chegamos nesse momento, de garantir aumento real para os aposentados e pensionistas.

Por isso, vou dialogar muito ainda com todos os segmentos, na busca de uma linha de conduta que garanta aos milhões e milhões de aposentados e pensionistas o direito, repito – como escrevi no artigo da revista *Senatus* –, de envelhecerem com dignidade.

A Cobap foi parceira de todas as lutas, como também as confederações e centrais caminharam juntas.

Este não é o momento de nos dividirmos, é momento de nos somarmos na busca do grande entendimento, que tenha como alvo fazer justiça a esses milhões e milhões de homens e mulheres de cabelos

brancos que têm essa expectativa. E é uma expectativa muito grande.

Era isso, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Agradeço a V. Ex^a, que ficou presidindo a sessão para que eu pudesse fazer este pronunciamento. E pode ter certeza de que muita água há de rolar por baixo dessa ponte. E continuaremos sempre com a mesma coerência, com a mesma coerência.

Repito: foram momentos difíceis, como aquele da PEC Paralela, que V. Ex^a acompanhou. Até que ela foi aprovada. Vamos torcer para que os aposentados e pensionistas do Regime Geral vejam seus interesses contemplados nessa redação, que espero saia da Câmara, aprovando na íntegra meu projeto, ou com alguma pequena alteração, como também o do Aerus. Esses milhares de brasileiros do Aerus estão com essas expectativa.

Calcule V. Ex^a – repito esses dados –, permita-me, Senador Geraldo Mesquita Júnior: cidadão é comandante da Varig. Ganhava 14 mil, 15 mil. Agora está ganhando R\$150,00. Vive, a bem dizer, de contribuição espontânea da família ou de amigos para comprar um remédio. Essa é a situação deles.

Como já estávamos no Supremo – fomos em uma Comissão ao Supremo –, e foi falado em um acordo, a partir do Supremo, com setores dentro do Governo que tratam do tema, foi pedido sessenta dias e mais sessenta. Estou rezando muito para que ninguém tenha trabalhado na linha de ganhar tempo, porque, se votasse o Supremo naquele momento, tenho certeza de que o Supremo daria ganho de causa para os aposentados e os trabalhadores do Aerus. Foi um entendimento que foi feito entre o Supremo e os setores do Executivo. Depois de 120 dias, dizer que não deu e que vai voltar para o Supremo?! Eu não estou acreditando nisso, porque sei que essa não é a vontade do Presidente Lula. Estou acreditando que vai haver o acordo. E, por isso, depois da conversa que tive com o Ministro Toffler nesta semana, uma conversa muito respeitosa, ele perguntou para a doutora que está coordenando esta comissão. Ela disse: “Até segunda-feira, de acordo com as propostas apresentadas pelo Dr. Maia e pela Graziela, em nome daqueles que trabalhavam – a maioria está aposentada – nas companhias aéreas, teremos, então, uma decisão.”

Estou aqui. Se precisar, faço como fiz uma vez na Câmara: eu me ajoelhei, pedindo para que votassem o projeto do salário-mínimo. E acabei fazendo a oração do Pai-Nosso e, felizmente, ajudou. Se for preciso, eu me ajoelho aqui, na tribuna do Senado; aqui, na frente, pedindo a Deus que nos ajude, tanto para os aposentados do Regime Geral da Previdência quanto para os aposentados do Aerus.

Um abraço a vocês!

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS
DO SENADOR PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero deixar registrado nos anais desta Casa o teor da matéria publicada no jornal Valor Econômico intitulada “Eleitor de Paim ignora crise na Casa”.

Ela foi feita pelo jornalista Sérgio Bueno que, assim como o fotógrafo Caco Argemi, acompanharam um dia de minha agenda no Rio Grande do Sul.

Ficamos satisfeitos com a precisão dos fatos capturados pelos jornalistas.

Diz a matéria:

“Quando o senador Paulo Paim (PT-RS) desembarcou no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, perto do meio-dia de quinta-feira, dia 20, os principais jornais do país davam destaque à crise política gerada na véspera pelo arquivamento de onze denúncias e representações no Conselho de Ética contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

A decisão, apoiada pelo PT, prometia tomar conta da pauta do dia, mas horas depois, e para surpresa do próprio senador, um roteiro por quatro cidades no interior do Estado mostrou que na vida real o assunto estava longe de tirar o sono dos eleitores.

Nas duas prefeituras que visitou, em Westfália e Venâncio Aires, e na universidade Univates, em Lajeado, a preocupação maior dos interlocutores era com a liberação de verbas para a compra de equipamentos e obras e com o apoio à tramitação de projetos de lei.

Numa reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de Venâncio Aires e num jantar para 300 pessoas no salão paroquial de Santa Clara do Sul, o público só queria saber das negociações com o governo para o aumento das aposentadorias e para o fim do fator previdenciário, especialidades do senador gaúcho.

Ex-metalúrgico, 59 anos, casado e pai de cinco filhos, Paim é o único candidato declarado a uma das duas vagas ao Senado.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB) desistiu da reeleição e Pedro Simon (PMDB) está no meio do quarto mandato.

O ex-governador Germano Rigotto (PMDB) admite entrar na disputa e o deputado federal Beto Albuquerque (PSB) é lembrado para concorrer em chapa com o PT, mas por enquanto apresenta-se como pré-candidato ao governo.

Paim aceitou a companhia do Valor durante o roteiro que se estendeu até as 23h pelas quatro cidades.

Ainda no aeroporto, foi abordado por eleitores e sindicalistas que ora queriam falar sobre aposentadoria, ora sobre a crise.

No carro, boa parte dos telefonemas que atendeu era de jornalistas interessados nas consequências dos votos dos senadores do PT no Conselho de Ética.

“A bomba caiu no colo do PT. Não elegemos o Sarney (à presidência do Senado) e no fim ficou a impressão de que só o partido votou (pelo arquivamento das denúncias)”, desabafou o senador, que assim como a maior parte da bancada, defendia a investigação.

Para ele, os senadores do PT “votaram constrangidos” e não é hora de “atirar pedras” em ninguém, mas de “juntar os cacos”.

Paim não escondia a vontade de “testar” o impacto da crise na opinião dos eleitores.

Defensor de longa data do aumento do salário mínimo e de regras mais favoráveis para os aposentados e pensionistas do INSS, ele queria conferir se suas bandeiras históricas garantirão a travessia tranquila de mais essa tempestade política sobre o PT e o ajudarão a se reeleger pelo partido em 2010.

Quando questionado, ele não se nega a comentar as turbulências no Senado e na maior parte das vezes, durante a viagem, tomou a iniciativa de trazer o assunto à tona para marcar posição: Sarney deveria ser investigado e se licenciar do cargo.

Mesmo assim, o senador afirma que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “tem razão” ao afirmar que a saída de Sarney por si só não vai resolver um problema que é “institucional”.

Mas foi nos debates sobre a Previdência que o senador cativou uma audiência curiosa, atenta e até ansiosa.

No sindicato dos metalúrgicos e no salão paroquial, respondeu a dezenas de indagações. “É uma questão de honra acabar com o fator previdenciário ainda no mandato do presidente Lula; ele está sensível a isso”, afirmou Paim, que chamou a atenção dos sindicalistas, trabalhadores, estudantes, aposentados e donas de casa para o fato de que o mecanismo foi implantado “durante o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso”.

O senador tem quatro projetos sobre a Previdência e espera chegar a um acordo com o governo em relação a pelo menos dois deles.

O primeiro elimina o fator e as negociações com o governo indicam que o mecanismo será substituído pela fórmula 85/95, na qual a soma da idade e do tempo de contribuição necessários para obter a aposentadoria será de 85 anos para as mulheres e 95 para os homens. Ele espera ainda garantir aumento real

às aposentadorias superiores a um salário mínimo a partir de 2010.

Em Westfália, uma cidade de 2,8 mil habitantes, o senador recebeu uma homenagem do prefeito Sérgio Marasca (PT) pela liberação de uma emenda que ajudou a comprar uma retroescavadeira e já recebeu novas reivindicações, como o apoio à regulamentação de uma rádio comunitária e a obras contra enchentes. “Até o fim deste mandato todas as prefeituras receberão pelo menos uma emenda minha”, disse o senador.

Em Venâncio Aires, o prefeito Airton Artus (PDT) recepcionou Paim afirmando que a “tendência” do partido é unir-se ao PT na disputa pelo governo do Estado.

Depois, também pediu ajuda para a instalação de uma unidade de pronto atendimento de saúde e disse que o senador se descola da crise “com temas como a Previdência”.

Em Lajeado, beneficiada por uma emenda de R\$ 200 mil do senador para uma incubadora tecnológica, recebeu outro pedido. O reitor da Univates, Ney Lazzari, solicitou apoio para a aprovação do projeto que amplia os benefícios do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) para alunos carentes.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o assunto que desejo abordar hoje é a aprovação do projeto, na Comissão de Educação, de autoria do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul.

Fiquei muito feliz com a aprovação desse projeto, até porque ele vem ao encontro de um desejo que expressei em 2007 quando criei o projeto de nº 17, que autorizava o Executivo a criar a Universidade do MERCOSUL.

Naquele projeto eu justificava que a criação da Universidade do Mercosul se fazia imperiosa por dois motivos.

O primeiro: a expansão do próprio sistema de educação superior, diante da demanda crescente de concluintes do ensino médio nos Estados da Região Sul do Brasil.

Nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no ano de 2006, estiveram matriculados no ensino médio 1.371.024 adolescentes e 265.834 jovens e adultos, totalizando 1.636.858 estudantes.

Estima-se que 30% deste total, ou seja, 391.057 tenham concluído a educação básica, passando a ser postulantes potenciais de cursos de graduação superior. Some-se a este número os milhares de jovens e adultos que, tendo concluído o ensino médio ou exames supletivos em anos anteriores, não lograram ser

aprovados em vestibulares das universidades públicas e continuam tentando nelas entrar.

Seguramente, hoje já passa de um milhão o número de potenciais candidatos aos cursos de graduação na Região Sul do País. Para esses, quantas são as vagas disponíveis nas doze universidades federais e estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ? Aproximadamente 50 mil.

É bem verdade que existem quase 200 mil vagas em cursos de graduação de instituições privadas, nas capitais e em mais de uma centena de cidades dos três estados. Entretanto, é sabido que nos últimos dez anos o perfil dos concluintes do ensino médio evoluiu muito, constituindo-se eles, na maioria, de jovens de classes populares, impedidos, por sua situação financeira, de arcar com o ônus de mensalidades escolares.

Diante das considerações que eu apresentava podia se concluir a necessidade de expansão do número de instituições federais de educação superior na Região e de mais vagas nas já existentes – o que tem acontecido em volume crescente no atual governo.

O segundo motivo pelo qual se fazia importante a criação da Universidade do MERCOSUL era a situação estratégica do Rio Grande do Sul para sediar uma universidade de alcance internacional.

Com efeito, de há muito se cultivam laços de amizade do Brasil com a Argentina, Uruguai e Paraguai que passam pelo território riograndense. Com a criação do Mercado Comum do Sul – o Mercosul – se fortaleceram e se intensificaram as relações comerciais, turísticas e culturais com os países da Bacia do Prata.

A Universidade do Mercosul viria coroar esse processo, com a institucionalização de atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir na formação dos jovens dos quatro países, em nível superior, no desenvolvimento científico, artístico e cultural e, sobretudo, no fomento de relações de amizade que confirmariam a paz no Sul de nosso continente.

As conversações entre os membros do Bloco já apontavam para a construção desta instituição, que, inclusive, poderia tornar-se um centro de ensino cujos diplomas teriam validade internacional.

Bem, essa idéia tinha os olhos voltados para a educação, ponto de partida na vida de uma pessoa. Impulso necessário para a construção da plena cidadania. Eu sempre repito e acredito nisso: “A educação é como a democracia, uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se”.

Acalentei este projeto de forma carinhosa porque sabia as perspectivas que ele abria para os nossos jovens.

Certamente o projeto do Governo que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul também teve esse olhar.

Sinto-me contemplado com a aprovação da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

O Senador Flávio Arns chamou-me para dar-me a relatoria do projeto mas, meu respeito para com a nossa Líder, Senadora Ideli Salvati, que é uma educadora e que manifestou seu desejo em relatar o projeto, fez com que eu abrisse mão desse convite.

A Senadora Ideli fez um brilhante relatório.

A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, terá sede e foro no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Em seu artigo 2º o projeto diz que: A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com campus no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com campi nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

Em seu relatório, a Senadora Ideli Salavati, ressalta que a exposição de motivos que acompanha a proposição ressalta as características da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), que abrange 396 municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, e revela o entendimento do Governo Federal de que medidas dessa natureza são essenciais para promover o desenvolvimento regional, na medida em que amplia as possibilidades de inserção das populações mais carentes nos níveis mais elevados de educação.

Para tanto, prevê que as atividades da nova universidade estarão voltadas para a integração da região onde está inserida e o desenvolvimento dos municípios que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.

Na análise feita pela nossa nobre colega, o PLC nº 152, de 2009, põe-se em harmonia com as políticas do Governo do Presidente Lula, voltadas para a valorização da educação, na condição de instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável, e de mecanismo de inserção das parcelas mais carentes da população brasileira nas instituições de ensino superior.

Ela exemplifica que, instrumentos como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUN-

DEB), o Piso Salarial Nacional do Magistério, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outros, consolidam a estrutura básica da ação do Governo Federal na área educacional, tendo como carro-chefe e núcleo de articulação o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Concordo com ela quando afirma que o compromisso assumido pelo Governo Federal de, efetivamente, democratizar o acesso ao ensino superior, mediante a expansão da rede federal, empresta ao Governo Lula um perfil inovador e revolucionário.

Senhor Presidente, esta foi de fato uma bela iniciativa do Governo Federal e como eu disse anteriormente, sinto-me contemplado porque mais uma vez a educação abre suas portas para nossa gente.

Ter acesso à educação é como despertar do sono. A cada dia de um novo aprendizado, mais uma janela se abre dentro do educando e se expande para o universo.

Os Senhores já imaginaram quantas pessoas vão se beneficiar desse projeto? Quantas infinitas possibilidades se espalham à frente daqueles que vão se utilizar desse ensino?

Isso é muito positivo. Cada gesto feito no sentido de aprimorar a educação do povo, é um gesto de amor para com eles pois é através desse gesto que os sonhos deles podem sair do pensamento e se transformar em realidade.

Nossa intenção, enquanto Parlamentares, é melhorar a vida das pessoas, é dar cidadania a cada cidadão. Nossos projetos traduzem isso. E tudo que pudermos fazer para colaborar com a ampliação da rede de educação, é muito importante.

Outro dia eu vi uma reportagem com uma senhora idosa que estava aprendendo a ler e ela disse com muito orgulho: "Agora eu me sinto igual aos outros"

É claro que "*Todos estamos matriculados na escola da vida, onde o mestre é o tempo*", como diz Cora Coralina, mas levar o ensino de qualidade é abrir novas portas na escola da vida.

O Governo está indo pelo bom caminho. Gerar a possibilidade de transformação é muito importante.

Também devo dizer o quanto a criação da Universidade Federal da Fronteira, me deixa satisfeito enquanto gaúcho.

Tenho certeza de que o povo do Rio Grande do Sul está com o coração em festa e eu me junto a eles nessa alegria e espero que esta nova porta que se abre lhes traga um futuro muito promissor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^s e Srs Senadores,

fiquei muito feliz com a aprovação do Projeto de Lei 196/2009, de autoria da senadora Patrícia Saboya, que fixa piso salarial nacional no valor de R\$ 930 para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. A matéria estava na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta foi relatada pela senadora Rosalba Ciarlini. São palavras dela “os agentes de saúde exercem importante papel no combate às doenças e, por isso, devem ser valorizados”. O projeto será votado agora na Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

Segundo o projeto, piso salarial será integralizado de forma progressiva e proporcional no prazo de 12 meses, contados a partir da entrada em vigor da lei.

Caberá à União fazer os repasses financeiros por meio de recursos de seu orçamento, na forma e nos limites previamente estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Quero dizer também, senhor Presidente, que recebi várias mensagens sobre este assunto. Inclusive, vamos realizar uma audiência pública sobre o piso salarial dos agentes de saúde na cidade portuária de Rio Grande, no extremo sul do meu estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero registrar também artigo escrito por mim que foi publicado na revista *Senatus* com o título “O direito de envelhecer com dignidade”.

Cumprimento os responsáveis pelo veículo, o diretor Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, a jornalista Vera Manzolillo, a equipe de revisão nas pessoas de Antônio Augusto Araújo Cunha, Edilenice J. Lima Passo,...

Marilúcia Chamarelli, Vera Lúcia Correa Nascere Silva e o responsável pelo projeto gráfico Cantídio Saliba Vieira, assim como todos os demais que participaram da edição.

Parabenizo-os pela qualidade das matérias e pelo fato de as mesmas estarem traduzidas para o inglês, uma vez que o material será distribuído a outros países.

Senhoras e senhores senadores, meu texto é um comentário sobre a importante Lei que instituiu o Estatuto do Idoso.

Envelhecer é um processo natural da vida e pode ser considerado um presente à medida que cada dia se abre como uma nova possibilidade de fazer a si mesmo e aos outros o bem, de doar-se de coração aberto aos nossos semelhantes, à vida.

É certo que esse processo exige cuidados e precisa ser encarado com respeito e muita atenção. Infelizmente nem sempre é isso que acontece. Muitos

idosos se confrontam com uma realidade cruel, com direitos cerceados, tendo que lidar com o descaso da sociedade e até da própria família.

Foi para enfrentar essa realidade que nasceu o Estatuto do Idoso. Ele é a concretização do sonho de 20 milhões de brasileiros.

O fato do Estatuto do Idoso ter se transformado em Lei é fruto da luta histórica do movimento social brasileiro, da luta de ativistas de entidades representativas de aposentados, pensionistas e idosos. É preciso destacar também a importância do engajamento da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap).

Foram praticamente 20 anos de luta até a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto do Idoso.

Diversas foram as propostas e sugestões levantadas em inúmeros debates, seminários e audiências públicas, as quais foram realizadas em diversos estados da Federação, e todas elas foram sistematizadas em um projeto de lei, de minha autoria, que resultou neste importante instrumento em defesa dos direitos dos cidadãos e cidadãs que contam 60 anos ou mais.

O Estatuto do Idoso chegou num momento em que essa parcela da população cresce a cada ano. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas.

Nos últimos 40 anos, o número de brasileiros idosos quintuplicou, passando de três milhões em 1960 para 14 milhões em 2002. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 esse número poderá chegar a 32 milhões.

Direitos fundamentais são estabelecidos por esta Lei, tal como o dever da família, da sociedade e do poder público, de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o efetivo direito à vida, à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto proíbe também a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados por idade, assegura aos idosos que vivem em famílias carentes o benefício de um salário mínimo, e ainda muitos outros direitos.

Não podemos esquecer também dos aposentados e pensionistas que vêm sofrendo com a defasagem de seus proventos. Eles não podem continuar sendo penalizados.

Precisamos derrubar o fator previdenciário, reajustar aposentadorias utilizando o mesmo índice dado ao salário mínimo e repor as perdas sofridas até agora.

Por essa razão apresentei três projetos, aprovados por unanimidade no Senado, que aguardam com urgência sua apreciação na Câmara, para fazer justiça com aqueles que ajudaram a construir o nosso país.

Essa peça, de valor inestimável para a atual geração de idosos e para as gerações futuras desta Nação, cumpre papel fundamental para que a sabedoria e as experiências adquiridas na vida sejam vistas com um novo olhar, um olhar que se estende sobre a sociedade de forma amorosa e plena de respeito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim.

Apenas uma pequena retificação: não fiquei para presidir, para que V. Ex^a falasse: fiquei para presidir, para ter o privilégio de ouvir seu pronunciamento.

Há requerimento na mesa.

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as homenagens pelo falecimento ocorrido nesta data da Sr^a Olinda dos Santos, mãe da Ex^{ma} Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, representante do Estado do Mato Grosso.

Para tanto, requeremos inserção em Ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado.

O requerimento segue assinado por diversos Senadores: Mão Santa, Geraldo Mesquita e Paulo Paim.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO DE Nº 1.096, DE 2009

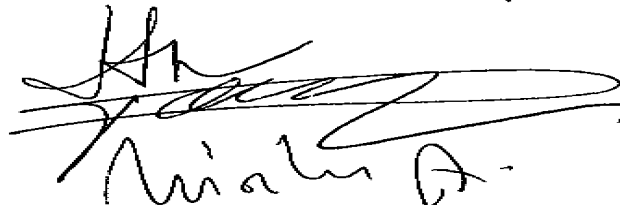
Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as homenagens pelo falecimento ocorrido nesta data Sra. Olinda dos Santos, mãe da Excelentíssima Senhora Senadora Serys Slhessarenko representante do nobre Estado Mato Grosso.

Para tanto requeremos;

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao estado

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2009.

Senadores

Flávio de Souza (Mato Grosso)

Mário A.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará o voto de condolências, e, após, o requerimento vai ao Arquivo.

O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dia antes da abertura, na cidade de L'Aquila, na Itália, da cúpula do G-8, que reúne os 7 países mais ricos do mundo, mais a Rússia – e que deve ter como tema principal de seus debates a crise econômica mundial –, o Papa Bento 16 divulgou sua terceira encíclica, intitulada “Caridade na Verdade”.

Não poderia haver momento mais oportuno, já que o documento dedica-se quase integralmente à análise dos temas sociais, vistos à luz da conjuntura atual, retomando e atualizando a visão exposta pelo Papa Paulo 6º na encíclica “Populorum Progressio”, de 1967.

Em seu texto, Bento 16 recorda, no segundo capítulo, como Paulo 6º entendia o termo desenvolvimento ao elaborar sua encíclica. Para ele, antes de tudo, desenvolvimento era proporcionar aos povos a oportunidade de sair da miséria, das doenças endêmicas e do analfabetismo. Era permitir-lhes a “participação ativa e em condições de igualdade no processo econômico internacional” e a sua evolução para “sociedades instruídas e solidárias”. O desenvolvimento deveria assegurar a consolidação de regimes democráticos aptos a garantir liberdade e paz.

Estas, diz Bento 16, eram as expectativas de Paulo 6º ao tempo em que elaborou a “Populorum Progressio”. Pode-se dizer que em grande parte foram frustradas por um perverso sistema econômico, marcado pela falta de ética, que gerou a convulsão econômica em que mergulhamos e da qual não sairemos sem grandes esforços e profundas reformas.

O Papa reconhece que o desenvolvimento “foi e continua sendo um fator positivo, que tirou da miséria milhões de pessoas e, ultimamente, deu a muitos países a possibilidade de se tornarem atores eficazes da política internacional”. Alerta, entretanto, que o objetivo exclusivo do lucro, “quando mal produzido e sem ter como fim último o bem comum, arrisca-se a destruir riqueza e criar pobreza”.

O crescimento “real, extensivo a todos e concretamente sustentável” que Paulo 6º pregava em sua encíclica não se tornou realidade. Enveredou pelos descaminhos da atividade financeira especulativa, pela corrupção e pela ilegalidade, que incentivam as desi-

gualdades sociais e produzem situações de miséria desumanizadora. Como escreveu Paulo 6º, em 1967, é um “escândalo de proporções revoltantes”.

Em “Caridade na Verdade”, Bento 16 conclama o mundo a empenhar-se numa “renovação cultural profunda”, e a redescobrir valores fundamentais, para, sobre eles, construir um futuro melhor. É uma obrigação imposta pela crise, a de “projetar de novo nosso caminho, impor-nos regras novas, apostar em experiências positivas e rejeitar as negativas”.

Lembra o Papa que o Concílio Vaticano Segundo, na Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, já afirmava que “o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida econômico-social”. Sem dúvida, nas últimas décadas, abandonamos essa perspectiva.

O ser humano, na sua integridade, como diz Bento 16, deixou de ter relevância. Destruída a sua dignidade pelo desemprego, pela incerteza sobre as condições de trabalho e por outras situações que o degradam, ele não encontra amparo em lugar algum, torna-se um pária, um excluído.

A crise que vivemos, escreve o Papa, evidencia a necessidade de uma ética amiga das pessoas para que a economia funcione corretamente. Ética social, transparência, honestidade e responsabilidade não podem mais ser valores ignorados, sob pena de contribuirmos para a consolidação de um sistema desumano.

O mero uso especulativo dos recursos financeiros não gera investimentos produtivos, não faz surgirem empregos, não promove a redistribuição de renda. Além de pernicioso, é tão instável quanto um castelo de cartas, e, quando desaba, seus danos não poupam nem mesmo aqueles que dele não participaram.

O recente ciclo desenfreado de especulação em que o mundo embarcou em anos recentes resultou numa catástrofe global, em que os prejuízos não foram somente econômicos. Com sabedoria, diz Bento 16 que há uma convergência entre ciência econômica e ponderação moral: “Os custos humanos são sempre também custos econômicos, e as disfunções econômicas acarretam sempre também custos humanos”.

Na “Populorum Progressio”, Paulo 6º divisou o caminho da solidariedade e da cooperação econômica como a solução para corrigir disfunções e promover uma justiça distributiva na economia de mercado. Seus conselhos foram ignorados. A economia e as finanças, afirma Bento 16, enquanto instrumentos, podem ser mal utilizadas se quem as gere tiver apenas propósitos egoístas.

“Deste modo, é possível conseguir transformar instrumentos intrinsecamente bons em instrumentos danosos, mas é a razão obscurecida do homem que

produz estas conseqüências, não o instrumento por si mesmo”. Ou seja, a atividade econômica deve estar sujeita aos ditames da consciência moral, da responsabilidade pessoal e social, do bem comum como finalidade.

Esse objetivo é responsabilidade da classe política, como aponta o Papa: “Tenha-se presente que é causa de graves desequilíbrios separar o agir econômico, ao qual competiria apenas produzir riqueza, do agir político, cuja função seria buscar a justiça através da redistribuição”.

Bento 16 sugere também reformas nos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, para torná-los mais eficientes no combate à fome e às conseqüências da globalização. Ele ressalta “a urgência de uma reforma, quer da ONU, quer da arquitetura econômica e financeira internacional, para que seja possível uma real concretização do conceito de família de nações”. Apela ainda pela busca de vias institucionais que regulem a exploração dos recursos não renováveis, com a participação também dos países pobres.

As lúcidas reflexões do Papa deveriam servir de tema para meditação na cúpula do G-8, e também nas reuniões programadas para os próximos meses, que

incluem tanto os países ricos como aqueles em desenvolvimento. Nelas os governantes poderiam encontrar não só matéria para refletir sobre os erros cometidos no passado recente e evitar a sua repetição, como também auxílio para traçar roteiros que não sejam meros paliativos.

O mundo pede soluções e, como assinala Bento 16, não será o mercado que irá encontrá-las. Pelo contrário, deixado entregue ao seu próprio controle, ele é a fonte dos problemas. É da diligência, do empenho e da visão de longo prazo dos políticos que depende a reestruturação da atividade econômica, para que possamos, nas palavras de Paulo 6º, “dedicar-nos com generosidade ao compromisso de realizar o desenvolvimento integral do homem todo, e de todos os homens”.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 50 minutos.)

Ata da 145ª Sessão não Deliberativa, em 31 de agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Geraldo Mesquita Júnior,
Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti e Eduardo Suplicy*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Há número regimental, declaro aberta a sessão de segunda-feira, 31 de agosto de 2009.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 171, DE 2009

Nº 171, de 2009 (nº 656/2009, na origem), de 21 de corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2009 (nº 1.191/2007, na Casa de origem, do Deputado Flávio Dino), que institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, alterando a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sancionado e transformado na Lei nº 12.019, de 21 de agosto de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo do Projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Solicito a V. Exª minha inscrição para uma breve comunicação como segundo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O senhor fica inscrito como segundo, este Senador como primeiro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – E eu como terceiro, se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Papaléo como terceiro orador inscrito.

Há oradores inscritos.

Houve acordo. O Senador Paulo Paim, muito gentil, permuta com o Senador Marco Maciel, que falará como primeiro orador do dia.

Com a palavra o eminente Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, representante do Acre que ora preside a presente sessão, Srs. Senadores Tião Viana, da representação do Acre, Paulo Paim, do Rio Grande do Sul; e igualmente quero saudar o Senador Papaléo Paes do Amapá, um dos mais jovens Estados da Federação brasileira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, venho hoje à tribuna para registrar fato relevante alusivo à lei da arbitragem comercial, que está comemorando agora treze anos de sua existência.

Devo, por oportuno, mencionar que no dia 20 de agosto passado houve em São Paulo uma grande reunião, um Seminário Internacional de Mediação e Arbitragem da OAB de São Paulo, ao qual estiveram presentes eminentes figuras da vida política, jurídica, econômica e social do nosso País. Entre os citados, gostaria de incluir o Prefeito da capital, Gilberto Kasab, o Senador Jorge Bornhausen, que representou o Estado de Santa Catarina durante dois mandatos aqui no Senado Federal, bem como o ex-Governador de São Paulo, Professor Cláudio Lembo, hoje Secretário de Assuntos Municipais da Prefeitura de São Paulo.

Houve a gentileza de conferir o meu nome a esse Seminário Internacional de Mediação e Arbitragem, co-

ordenado pelo jurista Arnoldo Wald Filho, que é Presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB de São Paulo, cujo Secretário é o Sr. Adriano Abrão Dib. Essa Comissão é constituída por outros membros como Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha, Ana Lúcia Pereira, Adolfo Braga Neto, Eugênia Zarenczanski. Gostaria de mencionar que estavam presentes, posto que patrocinadores, o Presidente da OAB de São Paulo, Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso; Dr. Antonio Bias Bueno Guillon, Diretor-Presidente da Faap, onde o Seminário se realizou, que representou a Dr^a Celita Procópio de Carvalho, Presidente do Conselho de Curadores da FAAP; bem como o Diretor da Faculdade de Direito da Faap, uma das boas faculdades de Direito de São Paulo, o Professor Álvaro Vilaça Azevedo; além de magistrados, membros do Ministério Público, inclusive o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Fernando Grella Vieira, a Conselheira da OAB de São Paulo, a Sr^a Ivette Senise Ferreira e assim muitas outras personalidades da vida pública do nosso País.

Destaco na cerimônia a presença do Cássio Telles Ferreira Neto, Presidente do Conima – Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem.

Sr. Presidente, o referido encontro discutiu a arbitragem internacional foi presidido pelo Dr. Arnoldo Wald Filho, e para o qual foram convidados Ministros do Superior Tribunal da Justiça e advogados. Por isso, não poderia deixar sem registro esse fato tão auspicioso para o melhor conhecimento da lei de arbitragem em nosso País.

Como sabem V. Ex^{as}, Sr^{os} Senadoras, Srs. Senadores, a Lei 9.307, de 1996, sobre arbitragem comercial, teve início com uma visita que recebi de um advogado pernambucano, Petrônio Muniz, ao consultar-me a respeito do apoio a um projeto de lei que necessitaria ser apresentado ao Congresso Nacional.

Após algum tempo para indispensável reflexão, expressei minha decidida concordância por estar consciente da procedência da matéria. Talvez, pela primeira vez, se tenha praticado – em extensão e profundidade – a democracia participativa em nosso País, com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira com relação à aprovação de lei que permitisse o emprego do instituto alternativo, ouso dizer, à prestação jurisdicional por parte do Estado.

Constanei, de plano, a preocupação constante pela legitimidade desse novel diploma por parte dos responsáveis pela iniciativa. Diferentemente de um trabalho “intra muros”, hermético, expressando exclu-

sivamente a visão dos seus autores, o anteprojeto de lei foi enviado com pedido de opinião expressa à *intelligenza* jurídica nacional.

Quando se fala em arbitragem, pode parecer a alguns, sobretudo aos que não são versados no ramo do Direito, que se trata de uma inovação. Tal observação, porém, não procede porque a arbitragem já existe desde a antiguidade clássica, ou seja, desde os gregos e romanos, e antes disso até – a lei mosaica cogitava também do uso da arbitragem para solução expedita, rápida dos diferendos, dos litígios.

O nosso Direito pátrio não deixou de acolher o uso da arbitragem, quer no campo internacional, quer no campo interno. No campo internacional, gostaria de me referir à questão da arbitragem com relação aos limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa, Georgetown. O Barão do Rio Branco era, então, Ministro das Relações Exteriores e escolheu Joaquim Nabuco como advogado do Governo brasileiro.

Com isso quero mostrar que já na fixação das nossas fronteiras o Barão do Rio Branco se preocupava com a arbitragem no campo do Direito Internacional.

A arbitragem também estava já cogitada em nosso Código Civil de 1916, que entrou em vigor em 1917. Alguém poderá perguntar: “Por que em 1917 isso não começou a ser utilizado, já à saciedade, como convém?” Por uma razão muito simples, porque ainda não estabelecera o Código de 1916, a existência da cláusula compromissória. O que significava dizer que se as partes não chegassem a um acordo elas poderiam recorrer à instância estatal, o que naturalmente frustrava a prática do exercício da arbitragem em nosso País.

A arbitragem é uma questão que pervade a história da humanidade sob diferentes formas. As nações mais desenvolvidas a praticam com intensidade. Só para dar um exemplo que recentemente passou despercebido por grande parte da sociedade brasileira: o acordo que o Brasil tem com a Bolívia em relação à refinaria de petróleo. Em caso de litígio, de um diferendo, há um recurso para instância de arbitragem internacional com sede em Nova Iorque, o que aliás foi um bom caminho. E o Brasil tem recorrido agora e com freqüência a esse instituto para resolução de pendências mais relevantes, inclusive no campo internacional.

Sr. Presidente, eu gostaria também de mencionar que a aprovação da presente lei tornou possível que nós avançássemos nesse campo, concorrendo assim para que melhorasse a prestação jurisdicional não apenas pela sua significação para a sociedade brasi-

leira, mas também para a difusão de uma alternativa à prestação jurisdicional por parte do Estado. É essa a grande vitória da arbitragem, a meu ver, ou seja, está fazendo com que em diferentes campos muitas demandas deixam de ser encaminhadas à prestação jurisdicional por parte do Estado e sejam resolvidos por comissões de arbitragem que compreendem não somente a conciliação, mas também a busca de caminhos alternativos para a solução dos litígios.

Essa abertura possibilitou contribuições do mais alto nível, apreciadas uma a uma, pela Comissão encarregada da feitura do documento a ser debatido no histórico Congresso de Curitiba.

Antes disso, preocupado com que a “clarinada pernambucana” ecoasse pelo País sem conotações regionais, o Coordenador Nacional da então denominada “Operação Arbitrer”, enviara um questionário a alguns dos mais representativos nomes brasileiros da área jurídica e de outros segmentos relevantes da vida nacional. O objetivo era obter o pronunciamento – em “corte transversal” sobre a prestação jurisdicional no Brasil e a conveniência da adoção de métodos alternativos extrajudiciais com a promulgação de uma “aggiornada” edição da lei sobre o juízo arbitral, em vigência.

Ademais, transferiram-se para a Associação Comercial de São Paulo as reuniões preparatórias do Congresso de Curitiba, assegurando a ressonância e a “nacionalização” do movimento.

Na cidade de Curitiba, o evento montado pelo Instituto Liberal do Paraná extrapolou o esperado, a ponto de haver sido comemorado recentemente com uma “reprise”, no mesmo local onde fui objeto de gentil homenagem pela Arbitac.

No citado Congresso, debateu-se ampla e livremente todos os pontos então duvidosos do texto apresentado. Os membros da Comissão Redatora, Doutores Selma Maria Ferreira Lemes, Alberto Carmona e Pedro Batista Martins, entre outros, nas suas exposições e respostas, convenceram o auditório da legalidade e da oportunidade do novo diploma, então aprovado por aclamação.

Eu poderia dizer que nós contamos com a participação, na elaboração do diploma legal, de Ministros do STJ, como a Ministra Fátima Nancy, como a atual Ministra membro do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, do Ministro Sávio Figueiredo, que se encontra aposentado, mas muito contribuiu, e também pelo

Ministro Gilmar Mendes, hoje Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Àqueles que desejarem saber mais sobre esse período sugiro uma leitura do livro **A Operação Arbitrer – A história da Lei 9.307/96**. Nele, além de detalhes sobre as dificuldades encontradas, nós contamos com o apoio do Instituto Liberal, que aliás à época era presidido por Donald Stewart Júnior, e também de juristas que, conhecendo o instituto da arbitragem, o consideravam uma iniciativa meritória.

Feita essa súmula retrospectiva, resta-nos cuidar da realidade brasileira após quase treze anos da vigência do diploma legal em tela. Temos de reconhecer, com orgulho, o acolhimento do Poder Judiciário nacional e estadual a tratar da matéria em suas várias acepções.

Quero destacar, Sr. Presidente, dois fatos que, a meu ver, foram muito importantes. Em primeiro lugar, a homologação pelo Supremo Tribunal Federal, em 2001, em Agravo Regimental na Sentença Estrangeira 5.206, cujo relator foi, como já disse, o eminente jurista Ministro Sepúlveda Pertence, reconheceu, por 6 votos contra 4, a constitucionalidade de toda a Lei nº 9.307. Entendeu aquela Corte que “o acesso à Justiça é uma garantia do cidadão e não uma imposição, e que ninguém é obrigado a entrar em juízo contra alguém”.

Outra conquista muito importante que obtivemos em pouco tempo de vigência da lei foi o fato de o Brasil haver subscrito a Convenção sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras – a chamada Convenção de Nova Iorque, de 1958. Isso veio a acontecer em 2002. Uma vez reconhecida a constitucionalidade da lei, fizemos gestões junto ao Itamaraty e conseguimos que, rapidamente, o Itamaraty – leiasse o Brasil – subscrevesse, portanto, a Convenção de Nova Iorque. Isso deu um suporte muito significativo a que se assimilasse de forma mais adequada o instituto da arbitragem no nosso País.

Vencidas as hesitações iniciais devidas primordialmente à novidade da matéria, por alguns poucos considerada doente terminal do Código de Processo Civil, os juízes brasileiros em geral, têm mantido um comportamento impecável ao tratar do assunto quando chamados a pronunciar-se. Isso, para não destacar as sucessivas conversões às vantagens do novo sistema como poderoso auxiliar da Justiça Comum na solução de litígios.

Apesar de ampla e oficialmente aceita em suas diferentes utilizações pelas agências governamentais;

a despeito da sua aceitação unânime pelos doutrinadores e da unanimidade da sua utilização nos contratos internacionais, a arbitragem ainda não tem o largo e almejado emprego no País.

Arrisco-me a dizer que talvez muito dessa situação prende-se à nossa formação ibérica, na qual o Estado era a fonte única do Direito. Lembremo-nos de que o Brasil *foi Estado antes de ser Nação*, e que Thomé de Souza, o segundo governador-geral, desembarcou em nossas praias com o disciplinamento normativo inteiramente pronto para governar todos os aspectos da vida do País.

Acredito, firmemente, que a arbitragem e os demais métodos extrajudiciais de solução de controvérsias terão, cada vez mais, a desejada utilização dos operadores de direito. Isso pressupõe a inclusão da disciplina matéria nos currículos dos cursos de bacharelado em Direito e afins.

Observo também algo que não posso deixar de assinalar: o Poder Judiciário brasileiro também assimilou e passou a praticar o instituto da arbitragem, inclusive no campo trabalhista.

Isso tudo está fazendo com que muitas demandas que anteriormente iam à prestação jurisdicional por parte do Estado passassem a ser julgadas por comissões de mediação, comissões de conciliação, comissões de arbitragem. Portanto, eu gostaria de mencionar esse fato.

Sr. Presidente, eu gostaria também de dizer que o Presidente da OAB de São Paulo, Luiz Flávio Borges D'Urso, bem como o Presidente da Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB de São Paulo, Dr. Arnaldo Wald Filho, entenderam que deveriam trabalhar – o que considere muito importante – para que se desenvolva no País uma cultura da arbitragem. Como é um instituto novo, ainda não há no Brasil uma cultura da arbitragem. Isso vai concorrer para que dois fatos positivos ocorram: primeiro, o menor número de demandas que se dirigirão à prestação jurisdicional por parte do Estado e, por outro lado, a prática de soluções mais simples, porque, muitas vezes, uma demanda no tribunal estatal pode demorar anos, talvez décadas, dependendo da complexidade da demanda, enquanto que, na arbitragem, desde que haja um acordo entre as partes, essa demanda pode ser resolvida rapidamente. Isso agora está sendo exercitado também no campo internacional.

Não gostaria de encerrar minhas palavras sem fazer referência ao discurso, cuja transcrição requeiro,

do Dr. Arnaldo Wald Filho, descendente do famoso jurista Arnold Wald, proferido por ocasião da cerimônia de instalação do encontro a que me refiro. Lembraria que, entre outras coisas, ele diz:

“Em doze anos, fizemos, na matéria, um progresso que, em outros países, demorou um século. Devemos, pois, à Lei nº 9.307 este serviço de incomensurável valor prestado ao nosso País.

(...)

Ora, a arbitragem é a liberdade, a criatividade, a eficiência, a construção da paz entre as partes e a rapidez das soluções dialogadas. É também o mercado de trabalho para os advogados como defensores das partes, árbitros, peritos legais e pareceristas. Um novo mercado que está crescendo especialmente aqui em São Paulo com a multiplicação das Câmaras, a formação contínua dos advogados especializados na arbitragem e a missão construtiva que a OAB desempenha na matéria para aprimorar a justiça e o desenvolvimento em nosso País. Se esta é a razão do nosso seminário, não devemos olhar só para o passado, mas seguir os passos do nosso Presidente Luiz Flávio D'Urso, que é o Presidente da OAB de São Paulo.

Mais adiante diz o Dr. Arnaldo Wald Filho:

“No momento em que o Brasil, décima economia do mundo, se situa entre os Bric, como o país de economia emergente que mais respeita o Estado de direito, tendo consagrado a segurança jurídica como princípio constitucional, cabe-nos fazer o passo seguinte.

(...)

Efetivamente, nos últimos anos [cito, mais uma vez, Arnold Wald Filho] o Brasil passou a ser um centro internacional de negócios pelo seu comércio exterior e pelo seu desenvolvimento industrial, financeiro e agrícola. Em consequência, o Brasil assume, cada vez mais, o papel de capital econômico e cultural da América Latina, e, em grande parte, esse papel é exercido pela cidade de São Paulo.

Conseqüentemente [cito mais uma vez o Dr. Wald], a sociedade aberta na qual vivemos está a exigir uma nova fase para a arbitragem, que é da maior importância para o País, espe-

cialmente para a advocacia. Recentemente, o Bureau francês, reagindo contra os países da Common Law, afirmou que Paris é a capital mundial da arbitragem internacional. Ora, se no campo internacional é possível discutir se o centro máximo da arbitragem é Paris ou Londres ou até Nova York, na América Latina, não há dúvida de que o título cabe à nossa cidade, tanto pela legislação vigente e pela decisão do nosso Poder Judiciário, como pelas organizações das Câmaras e a existência de árbitros, advogados capazes e experientes, até pelas estatísticas, pois mais da metade das arbitragens brasileiras se realizam aqui.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senador, eu pediria um aparte.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não. Concedo um aparte ao nobre Senador Roberto.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senador Marco Maciel, acosto-me a tudo que foi dito por V. Ex^a e diria que é de extrema valia, de extrema atualidade o tema abordado por V. Ex^a. O Brasil é um País que hoje lidera o mundo em diversas atividades e precisa, efetivamente, modernizar-se e atualizar-se com a realidade mundial no tocante à arbitragem. Dou o testemunho de que, na Paraíba, há alguns anos, temos uma câmara de arbitragem funcionando de forma perfeita e extremamente harmônica entre as diversas entidades. Já é um caminho pelo qual a classe empresarial busca, em socorro, exatamente a celeridade das causas. Também na parte trabalhista, tem havido uma eficiência fantástica, porque tem-se minimizado o volume quantitativo de causas que normalmente iriam para a Justiça do Trabalho. E, na verdade, elas são resolvidas nessa câmara de arbitragem, que é liderada, na Paraíba, pela Federação do Comércio. Principalmente no comércio, na Paraíba, tem havido essa nova modalidade de ajuste entre questões – para nós brasileiros –, que provam que as câmaras são extremamente importantes e céleres, diferenciando-se de determinadas querelas jurídicas que se arrastam por muito tempo. Então, parabenizo V. Ex^a pela oportunidade. Acho que deve ser uma preocupação nacional, porque antigamente havia certo melindre entre a Jus-

tiça e as câmaras de arbitragem porque se pensava que haveria uma superposição de poderes. Mas não é nada disso. São simplesmente formas contratuais modernas de fazer com que as partes resolvam suas pendências de modo prático e objetivo. Parabéns, Senador, pelo pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Roberto Cavalcanti, acolho com muita satisfação o aparte de V. Ex^a e dizer que, de fato, o instituto da arbitragem está se consolidando com muita rapidez em nosso País. Mas, insisto ainda num campo a que há pouco me referi: é necessário gerar uma cultura da arbitragem, ou seja, é fundamental que a sociedade brasileira assimile esse novo instituto, saiba como aplicá-lo adequadamente não somente às demandas internas, mas também às demandas externas, e a partir daí possamos gerar também bons árbitros, bons peritos, porque isso ajuda, e com muita rapidez, a fazer com que a arbitragem possa ser melhor praticada em nosso País.

Os países que já praticam a arbitragem há muito tempo, na Europa, sobretudo na Ásia, e os Estados Unidos também nem se fala, desenvolveram uma cultura da arbitragem e, portanto, os conflitos são resolvidos de forma célere, adequada, contribuindo assim, como lembrou o Senador Roberto Cavalcanti, para fazer com que rapidamente as soluções sejam encontradas, criando condições assim para que haja maior desenvolvimento na solução dos problemas e portanto, ter instituições modernas, ágeis, compatíveis com o sonho de progresso e desenvolvimento.

Ao encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, renovo o pedido para que seja publicado, na íntegra, o discurso proferido pelo Dr. Arnaldo Wald Filho, Presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB de São Paulo.

Ao cumprimentar o Dr. Arnaldo Wald Filho, quero também homenagear o seu pai, um grande especialista nesse campo, atuando inclusive no exterior.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, I e §2º, do Regimento Interno.)

1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEDIÇÃO E ARBITRAGEM^(*)

Arnoldo Wald Filho

Exmo. Sr. Prefeito Gilberto Kassab;

Exmos. Senhores Senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen;

Exmo. Sr. Presidente da OAB-SP Luiz Flávio Borges D'Urso;

Exma. Senhora Dra. Celita Procópio de Carvalho, Presidente do Conselho da FAAP;

Exmo. Sr. Antonio Bias Bueno Guillon, Diretor Presidente da FAAP;

Exmo. Sr. Professor Álvaro Villaça Azevedo, Diretor da Faculdade de Direito da FAAP;

Demais autoridades presentes

Prezados Colegas, Senhores e Senhoras,

Em nome da Comissão, cabe-me saudar os nossos ilustres visitantes e os participantes do nosso primeiro seminário internacional da Arbitragem organizado pela OAB-SP.

Quero, inicialmente prestar a nossa homenagem ao Senador Marco Maciel, ao qual o Brasil, a sociedade civil e a advocacia brasileira devem a nossa legislação referente à arbitragem. A Lei nº 9307, de 23.09.1996, constitui com a adesão do Brasil à Convenção de Nova Iorque e a jurisprudência dos nossos tribunais superiores e locais, um dos elementos básicos, que forma o tripé da verdadeira revolução cultural que tivemos, implantando a arbitragem no Brasil.

Em doze anos, fizemos, na matéria, um progresso que, em outros países, demorou quase um século.

Devemos, pois, a V. Exa., Senador Marco Maciel, este serviço de valor incomensurável prestado ao país. Mas V. Exa. não se limitou a garantir o sucesso do projeto de lei no Congresso Nacional, mas, também, passou a defender, de modo contínuo, a sua integridade, evitando distorções que poderiam surgir em virtude de outros projetos de lei. Assim, podemos e devemos considerá-lo, retomando expressão do passado, um verdadeiro Defensor Perpétuo da Arbitragem, título que com grande prazer e entusiasmo, a OAB-SP lhe outorga.

Ora a arbitragem, eminente Senador, é a liberdade, a criatividade, a eficiência, a construção da paz, entre as partes, e a rapidez das soluções dialogadas. É também um mercado de trabalho para advogados, como defensores das partes, árbitros, peritos legais e pareceristas. Um novo mercado que está crescendo, especialmente aqui em São Paulo, com a multiplicação das Câmaras, a formação contínua dos advogados especializados na arbitragem e a missão construtiva que a OAB desempenha na matéria, para aprimorar a justiça e o Desenvolvimento em nosso país.

Se esta é a razão do nosso Seminário, não devemos olhar só para o passado mas, seguindo os passos do nosso Presidente Luiz Flávio D’Urso, e preciso resolver os problemas do presente e planejar o futuro da advocacia. Num momento em que o Brasil, décima economia do mundo, se situa entre os BRIC, como o país de economia emergente que mais respeita o Estado de Direito, tendo consagrando a segurança jurídica como princípio constitucional, cabe-nos fazer o passo seguinte.

Efetivamente, nos últimos anos o Brasil passou a ser um centro internacional de negócios, pelo seu comércio exterior e pelo seu desenvolvimento industrial, financeiro e agrícola. Em consequência a capital econômica e cultural da América Latina passou certamente a ser a nossa cidade de São Paulo.

Consequentemente a Sociedade aberta, na qual vivemos, está a exigir uma nova fase para a arbitragem que é da maior importância para o país e especialmente para a advocacia.

Trata-se de também fazer da cidade de São Paulo a capital latino-americana da arbitragem.

Recentemente, o *Barreau* francês, reagindo contra os países de *common law*, afirmou que Paris é a capital mundial da arbitragem internacional.

Ora, se no plano internacional, é possível discutir se o centro máximo da arbitragem é Paris ou Londres ou até Nova Iorque, na América Latina não há dúvida que o título cabe à nossa cidade, tanto pela legislação vigente e pela decisão do nosso Poder Judiciário, como pelas organizações das Câmaras e a existência de árbitros e de advogados capazes e experientes e até pelas estatísticas pois mais da metade das arbitragens brasileiras se realizam aqui.

Ora, do mesmo modo que é preciso lutar para ocupar espaço na área esportiva, também no marketing do direito já cabe, agora, um trabalho comum de entidades públicas e privadas para fazer de São Paulo a capital latino-americana da arbitragem.

É uma campanha que a OAB São Paulo está lançando hoje, mobilizando, no presente seminário, todas as forças da nacionalidade, e iniciando uma nova caminhada para completar o trabalho realizado há uma década pelos pioneiros da arbitragem em nosso país, liderados pelo Senador Marco Maciel.

Esta campanha pressupõe uma ampliação do trabalho das Câmaras, a criação de vara e câmara especializadas no Tribunal, a abertura a árbitros internacionais de outros países, o ensino obrigatório da arbitragem nas Faculdades e a especialização na própria advocacia internacional.

Efetivamente, a arbitragem internacional, em nosso continente, não pode continuar a ser o monopólio de grandes escritórios de outros países, com os quais, aliás, podemos ter parcerias, como também ter a colaboração de firmas de advogados de outras regiões da América Latina.

No Mercosul do direito, a capital deve ser São Paulo, pelo seu passado, pelo seu presente e pelo seu futuro promissor.

Consequentemente e em complemento, uma nova visão do direito brasileiro deve ser apresentada no exterior, para que se retifique os atuais conceitos divulgados pelo Banco Mundial, que nos colocam em centésimo lugar no respeito aos contratos e na facilidade de realizar os negócios em nosso país.

É preciso que este movimento de divulgação do direito brasileiro seja realizado tanto pelo mundo dos negócios como pela advocacia e pelo Poder Público, para fortalecer a aplicação da arbitragem internacional no Brasil.

É preciso que se reconheça que, tanto em relação aos demais países da América Latina, quanto entre os Estados de economia emergente, o Brasil é o que mais respeita o estado de Direito a no qual, graças a luta da OAB, as prerrogativas dos advogados têm sido geralmente respeitadas e continuam a sé-lo.

Ao abrir o presente Seminário, lançamos pois a campanha: São Paulo, capital da arbitragem na América Latina, Brasil um Estado de Direito com Segurança Jurídica.

Não é se um sonho. É um programa de trabalho para o país que revolucionou a arbitragem, em doze anos, e restabeleceu plena e definitivamente o Estado de Direito, desde a Constituição de 1988.

É um novo desafio para a OAB, que saiu às ruas para defender a democracia, que luta pelas prerrogativas de advocacia e tem, agora, que aumentar o nosso mercado de trabalho adaptando-se às nossas condições em que vivemos no século XXI, e às dimensões que a economia brasileira está adquirindo após a crise.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Eu é que agradeço e parablenizo V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Quero trazer o exemplo da arbitragem – V. Ex^a se referiu ao assunto hoje –, transitando no ambiente do Mercosul, Senador Marco Maciel. Há pouco tempo, na questão das papeleiras envolvendo Uruguai e Argentina, o rei da Espanha foi solicitado a arbitrar. Essa é uma questão preocupante que envolve países do Mercosul, e V. Ex^a sinaliza o desafogamento do Judiciário.

Há vários caminhos; esse é um deles. Precisamos trilhá-lo e, como diz V. Ex^a, criar a cultura da arbitragem em nosso País. Parabéns pelo pronunciamento.

Senador Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversei com o Senador Tião Viana, que está inscrito, e ele permitiu que, antes do pronunciamento dele, eu encaminhasse à Mesa dois votos de pesar. São duas laudas que eu gostaria de ler, rapidamente, neste momento.

Sr. Presidente, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento do meu amigo, do Rio de Janeiro, Abdias José dos Santos. Eu o chamava de Abdias. Tinha a minha idade. Abdias faleceu nesta madrugada às 3h30. O sepultamento será hoje às 16 horas no cemitério São Miguel, em São Gonçalo, local em que seu corpo está sendo velado, na Capela A, neste momento.

Ex-dirigente sindical metalúrgico e um dos fundadores, comigo, da Central Única dos Trabalhadores e também do Partido dos Trabalhadores. Exerceu vários cargos de direção no PT.

Estive na fundação da CUT, logo depois em que fomos empossados – fui empossado como Secretário-Geral e o Abdias, 1º Tesoureiro, em 1983 –, fomos à Europa conhecer o movimento sindical, junto com João Paulo, de Monlevade. Foi uma experiência na qual aprendi a respeitar e a ter um carinho especial ainda pelo meu inesquecível amigo Abdias.

Abdias sempre abrilhantou a luta de todos os trabalhadores e também dos aposentados e pensionistas, atividade a que se dedicava nesse momento, época do seu falecimento.

Para tanto, gostaria que o presente voto fosse enviado para a Sr^a Noêmia Lessa dos Santos, viúva de Abdias, que tive a alegria de conhecer no endereço: Rua Maris Nardeli, lote 03, Quadra “F”, bairro Maria Paula, São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, permita-me ainda, infelizmente, nos termos do mesmo artigo 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requerer voto de pesar pelo falecimento de Amélia de Oliveira Dutra.

Mãe do também grande amigo meu, ex-Governador e atual Presidente do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra.

Amélia Dutra morreu às 21 horas de sexta-feira, no Município da região das Missões, vítima de falência múltipla de órgãos. Ela completaria 89 anos agora no dia 25 de setembro.

Amélia era dedicada ao Partido dos Trabalhadores e sempre estava presente em todas as mobilizações das eleições. Lembro-me que, numa época, eu e o Olívio, ambos candidatos a Deputado Federal, andávamos lá por Bossoroca e ela ia com nós dois, pedindo voto: “Vote no meu filho, mas, se não quiser, vote no Paim”. Então, eu tenho um carinho muito grande pela mãe do Olívio. Diria que o grande momento de orgulho da Dona Amélia Dutra ocorreu em 1998, quando o seu filho, nosso amigo, foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Na manhã da eleição, eu me lembro – e o Olívio contava isto –, ela, já com idade avançada, vestiu uma roupa clara e foi votar, ao meio-dia. Quando perguntaram o porquê da roupa clara – toda branca –, ela argumentou que queria afastar qualquer influência negativa na votação do seu filho.

Viúva de Cassiano Xavier Dutra e com cinco filhos, a petista morava sozinha, mas tinha o acompanhamento de sua filha Marlene, que é enfermeira e que vivia numa casa anexa à da mãe.

Sr. Presidente, mediante tudo isso, gostaria que o presente voto fosse enviado para o Sr. Olívio Dutra e família, naturalmente os irmãos, sobrinhos, netos, filhos, à Rua Ramiro Barcelos, 330 – bairro Floresta, Porto Alegre, onde conheci Olívio há mais de 30 anos.

Ele mora no mesmo apartamentozinho no bairro Floresta, em Porto Alegre. Quando falo isso, é para mostrar um pouco da caminhada e da história do meu querido amigo Olívio Dutra, que perdeu sua mãe, infelizmente, nesse fim de semana. E também a história do Abdias, companheiro de longas jornadas em defesa dos trabalhadores.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Paim, lamento profundamente o falecimento do companheiro Abdias e da Dona Amélia. A Mesa se associa aos votos de pesar de V. Ex^a e os encaminhará, na forma dos requerimentos, que, em seguida, irão ao Arquivo.

Estando na Presidência da Mesa, proponho ao Senador Tião Viana permuta e concedo-lhe a palavra em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Paim, lamento profundamente o falecimento do companheiro Abdias e da Dona

Amélia. A Mesa se associa aos votos de pesar de V. Ex^a e os encaminhará, na forma dos requerimentos, que, em seguida, irão ao Arquivo.

Estando na Presidência da Mesa, proponho ao Senador Tião Viana permuta e concedo-lhe a palavra em seguida.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.097, DE 2009

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro voto de pesar pelo falecimento de Abdias José dos Santos.

Abdias faleceu nesta madrugada, às 3h30min. O sepultamento será hoje (31-8), às 16h, no Cemitério São Miguel, em São Gonçalo, local em que seu corpo está sendo velado, na Capela A.

Ex-dirigente sindical metalúrgico e um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores – PT, onde exerceu vários cargos de direção, sendo o 1º tesoureiro da CUT.

Sempre abrilhantou a luta pelos aposentados, atividade esta que se dedicava até o momento de seu falecimento.

Para tanto, gostaríamos que o presente voto seja enviado para Senhora Noêmia Lessa dos Santos, viúva de Abdias, no endereço: Rua Maris Nardeli, Lote 3, Quadra “F”, Bairro Maria Paula, – CEP. 24754-166 – São Gonçalo – RJ.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 1.098, DE 2009

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro voto de pesar pelo falecimento de Amélia de Oliveira Dutra.

Mãe do ex-governador e atual presidente do partido dos trabalhadores no RS, Olívio Dutra, Amélia Dutra morreu às 21h de sexta-feira (28), no município da região das Missões, vítima de falência múltipla de órgãos. Ela completaria 89 anos no dia 25 de setembro.

Amélia era dedicada ao partido dos trabalhadores e sempre mobilizada nas eleições. Seu grande orgulho ocorreu em 1998, quando seu filho foi eleito governador do Estado. Na manhã da eleição, ela vestiu uma roupa clara para votar, por volta do meio-dia, argumentando que queria afastar qualquer influência da cor escura na votação do filho.

Viúva de Cassiano Xavier Dutra e com cinco filhos, a petista morava sozinha, mas a filha Marlene, que é enfermeira, vivia em uma casa anexa e garantia os cuidados à mãe.

Diante disto, gostaríamos que o presente voto fosse enviado para o Senhor Olívio Dutra: Rua Ramiro Barcelos, 330 – Bairro Floresta – CEP. 90035-000 – Porto Alegre – RS.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma reflexão ao Plenário do Senado Federal, sendo esta a Casa da Federação, sendo esta a Casa responsável por um pacto federativo que seja ordenado, que seja justo, que esteja à altura do interesse de toda a sociedade brasileira, sobre este tema que está sendo lançado hoje como um programa estratégico do Governo do Presidente Lula, que é o Programa do Pré-Sal.

Temos uma situação muito especial. Uma grande parte do Brasil, de maneira surpreendente, está silenciosa sobre o assunto. São os Estados que não estão envolvidos diretamente. Uma pequena parte, por estar diretamente envolvida, está falando muito e tomando posições duras de pressão em relação ao Governo Federal. São exatamente o Governador de São Paulo, José Serra; o Governador Sérgio Cabral; e o Governo Paulo Hartung. Três grandes Governadores deste País dão passos à frente dos demais, tratando essa questão estratégica, que é o debate sobre o marco regulatório do pré-sal.

Eu acho que o Brasil tem o dever de estar atento por intermédio das suas instituições. E o Senado tem a obrigação efetiva de tratar esta questão, já que são responsabilidades da Casa: o ordenamento de um pacto federativo verdadeiro, a redução das desigualdades regionais e um Brasil mais justo.

Acho que este é um grande tema que não pode estar ausente do Senado, tem que ter o Senado como um grande centro determinante desse marco regulatório. E causa-me surpresa que esta matéria não esteja sendo tratada com o máximo de atenção e de pressão por parte dos demais Governadores do Brasil. É uma área que se estende da costa marítima do Espírito Santo até Santa Catarina, e nós temos uma situação muito especial a tratar.

Eu, pessoalmente, entendo, meu caro Senador Paim, Senador João Ribeiro, que deveríamos, de imediato, solicitar uma reunião do Conselho de Governadores da Amazônia, do Conselho de Governadores do Nordeste, do Conselho de Governadores do

Centro-Oeste para tratar esta questão como ela tem que ser tratada.

As Bancadas do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul têm que tratar esta questão sob pena de ficarmos à margem da história, olhando uma concentração a mais de recursos estratégicos – os **royalties** do petróleo e do pré-sal – para Estados já bem aquinhoados em termos de partilha, que são Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, e olharmos o aumento das desigualdades regionais com a quebra permanente, progressiva do Pacto Federativo ideal. Nós não temos como imaginar que seja prudente, que seja inteligente e que seja sensível por parte de chefes de Estado o silêncio da maioria dos Governadores numa hora dessas.

Ontem houve essa reunião com o Presidente da República. O Presidente Lula emite fortes sinais de boa vontade com a visão nacional sobre os interesses estaduais, sobre a redução das desigualdades e determina como meta assegurar a empresa estatal que vai ser criada com a finalidade de gerir esse programa estratégico, determina o estabelecimento das regras da partilha e determina o passo seguinte que vamos dar, como vai-se dar o modelo funcional em relação ao pré-sal.

Não podemos imaginar que o Brasil esteja sujeito a esse tipo de situação. Não é novidade que temos uma regra preestabelecida no Brasil. O art. 20 da Constituição de 1989 estabeleceu as regras de partilha para os Estados da Federação, as unidades produtoras e afins, e foi muito claro: exigiu lei complementar. Houve uma lei complementar em 1989 e uma segunda lei complementar em 1997, quando da não exploração única pela Petrobras dos recursos de derivados fósseis no Brasil.

Então, se contamos que hoje o horizonte é de que estejamos entre as primeiras nações do mundo em potencial petrolífero a partir do pré-sal, sem contar as reservas estratégicas que temos na Amazônia e em parte da costa nordestina, meu caro Senador Paim, é muito estranho esse silêncio por parte dos Srs. Governadores. Acho que nossas Bancadas do Norte e Nordeste têm que tomar uma medida de emergência e reagir, sob pena de ficarmos secundarizados. Estudos recentes – há um estudo agora da própria Fundação Getúlio Vargas – dizem que não é eficiente jogar muito dinheiro nas mãos de poucas unidades federadas em relação aos derivados de petróleo, porque isso não aumentou os índices de desenvolvimento que são corretos e inteligentes para essas regiões. E, infelizmente, do jeito que a coisa está indo, se não houver uma unidade de ação por parte das regiões menos favorecidas do

Brasil, que sofrem mais pelas grandes desigualdades nesse tema, o preço será muito alto.

Então, acho que é hora de pensar no País. O Presidente Lula tem sido muito feliz quando, pela Ministra Dilma, diz que há de se criar – é o terceiro item a que me referi – um fundo setorial, um fundo social, com linhas de atuação definidas na área de educação, na área da redução da pobreza e combate à fome e na área de ciência e tecnologia.

A equação está montada. Agora é exigir maturidade, a despartidarização do debate, o não olhar dependente de 2010, o ano da eleição. O Brasil é maior do que uma eleição...

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Eu gostaria de contribuir com V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu já darei o aparte a V. Ex^a.

A responsabilidade do Congresso tem que ser maior do que a eleição de 2010. Então, esse debate tem que ser desarmado, tem que ser definido logo, e nós temos que tocar este grande momento da vida nacional.

O Presidente Lula também é feliz quando diz que nós estamos tratando de uma segunda independência do Brasil.

Ouçó o Senador Paulo Paim. Em seguida, ouvirei o Senador João Ribeiro, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, primeiro, quero cumprimentá-lo por trazer este tema ao Plenário do Senado. Às vezes digo que sinto falta de ouvir e, dentro do possível, participar de um debate como este, e não só daquele que está se eternizando na Casa: de quem é contra Pedro, contra Paulo ou contra João. Este é um debate que me atrai. Quero dizer que concordo com V. Ex^a. Diria que temos de ter um novo pacto federativo com responsabilidade social. E V. Ex^a age corretamente quando convoca os Governadores indiretamente, ou provoca, para o bem de todos. Pode ter certeza de que, com relação aos três Governadores do Sul, eu farei a minha parte. Seria muito bom se chamássemos, quem sabe, uma comissão geral, aqui, ao plenário do Senado, para um debate sobre o pré-sal. Os trabalhadores estão dando um passo à frente. A FUP, Federação Única dos Petroleiros, apresentou seu projeto na Câmara e apresentou também no Senado, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e me indicou como Relator da matéria na visão dos trabalhadores. Tudo bem que tenha a visão de todos os setores, mas os Estados, nós, como representante dos Estados, teríamos que estar debatendo este tema. Permita-me só que eu diga isto: V. Ex^a citou três itens, mas eu citaria mais um, o da seguridade social.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Aí estariam contempladas a saúde, a assistência e a previdência. Por isso que eu acho que V. Ex^a traz este debate no momento adequado. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Esperamos que esse debate se faça aqui com a Casa cheia, com a presença, quem sabe, de todos os Governadores. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço de modo especial a V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento, e peço que o seu aparte faça parte, na íntegra, da minha oração neste momento, Senador Paim.

Espero, sinceramente, que os Governadores tenham nesta Casa um ambiente de reunião, de reflexão e de consórcio para reagir a essa ideia de privilégio que pode estar montado, o que não me parece ser a intenção do Governador Serra, não me parece ser a intenção do Governador Sérgio Cabral, nem do Governador Paulo Hartung. Mas nós temos que reagir. Se eles vão agir, vão agir legitimamente, pelos interesses dos seus Estados. Nós temos que agir olhando para o Brasil, que é o papel do Senado Federal. Tenho certeza de que as comissões estratégicas desta Casa, as comissões temáticas podem reunir aqui os Governadores e traçar um plano complementar ao marco regulatório estabelecido pelo Governo do Presidente Lula.

Senador João Ribeiro, com muita satisfação, já encerrando, Sr. Presidente.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Tião Viana, não vou tomar muito o tempo de V. Ex^a, porque sei que o espaço deste momento não é grande. Mas desejo cumprimentar V. Ex^a pelo assunto, que é o assunto do momento e que vai ser a pauta do Congresso dentro dos próximos seis meses. Espero que, em seis meses, consigamos aprovar os quatro projetos de lei que virão para criar esse fundo social e o marco regulatório, como as outras matérias atinentes ao assunto. Mas eu queria também dizer que, hoje, na reunião do Conselho Político – e eu vim exatamente pela manhã para isso –, houve uma discussão aprofundada, com a apresentação pelo Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, da Ministra Dilma Rousseff, do próprio Presidente da Petrobras e de vários Ministros que ali discutiram o assunto, como também dos Parlamentares e do Presidente Lula, que, no momento de uma reclamação ou de uma solicitação do Ministro da Cultura, disse que a cultura também será incluída, porque está ligada à educação, e, portanto, a cultura também vai fazer parte desse fundo social que será criado. E claro que, aqui, no Congresso, nós vamos ter tempo suficiente para debater este assunto, que entra primeiro na Câmara dos Deputados. O Presidente diz

que quer entregar ainda hoje na mão do Presidente Michel Temer, para, de lá, esses projetos virem até aqui, para que o debatamos amplamente. Eu acho que a sociedade brasileira como um todo tem que debater.

(Interrupção do som.)

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Inclusive, Sr. Presidente, pode descontar do meu tempo, que vou usar daqui a pouco. Mas quero dizer – eu não quero misturar os assuntos – que o Senador Tião Viana traz, como sempre, assuntos muito importantes para esta Casa. Ele sabe a admiração e o respeito que tenho por ele. E este assunto nós vamos debater, Senador Tião Viana, amplamente aqui no Congresso. Eu não tenho dúvida de que vamos fazer um grande projeto para o Brasil. O Senado será chamado à responsabilidade, como a Câmara dos Deputados e toda a sociedade brasileira. Vamos debater e fazer um grande projeto para o País, para o futuro do Brasil. Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que também engrandece o meu pronunciamento.

Como Líder, sugiro a V. Ex^a uma articulação com os demais Líderes, com o colegiado de Líderes, para esta vinda dos Governadores. Poderíamos até, Senador João Ribeiro, fazer com que o painel dos Governadores fosse no plenário do Senado Federal, com os representantes dos Estados, e que daqui nós tomássemos posições de unidade nacional, de defesa do interesse do Brasil. Essa luta remonta aos anos 50, e o Brasil tem que ter muito orgulho e construir à altura das suas responsabilidades e do seu futuro esse marco regulatório tão vital para a nossa Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim, segundo inscrito na tarde de hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Ribeiro, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ainda falando um pouquinho mais desse tema, eu tenho visto que diversos setores da sociedade, no debate do pré-sal, buscam alguma alternativa para este ou aquele Estado, para essa ou aquela área, no campo da distribuição de renda, enfim, da responsabilidade social.

Eu falo com muita tranquilidade, Senador Mesquita Júnior, porque sempre disse que a Previdência não é deficitária. Mas a mim também, a exemplo de outros Senadores, me surpreende, num momento desses, em que se fala em tantos bilhões e bilhões de reais que virão do pré-sal, que, conforme a FUP, a Federação Única dos Petroleiros, é três ou quatro vezes mais do que a renda que dá o petróleo nos dias de hoje. E, já

que falam que a Previdência é deficitária, coisa de que discordo, por que não poderia sair um percentual do pré-sal para a Previdência?

Por isso, apresentei uma PEC, chamada PEC da Seguridade Social, que busca recursos para a Previdência, porque, na seguridade, estão a saúde, a assistência e a previdência. Por isso, eu gostaria de lembrar a todos que, no momento em que lembro de todos os setores, vamos lembrar de novo da Previdência, porque estamos aí nessa luta para assegurar o fim do fator e o reajuste do aposentado. Vamos aprovar, quem sabe, essa PEC, que vai garantir que parte do dinheiro vindo do pré-sal será garantido não só para a saúde e para a assistência, mas também para a Previdência, como estou propondo nessa PEC. Fica essa reflexão.

Permita-me ainda dizer, Senador, que, já na quinta-feira, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - porque isso é um assunto, no meu entendimento, que interessa ao conjunto do povo brasileiro -, realizaremos a primeira audiência pública aqui no Senado para discutir petróleo, com foco, nesse momento, no projeto apresentado pelos trabalhadores sobre o pré-sal. Será nesta quinta-feira, na Comissão de Direitos Humanos, às nove horas da manhã.

Sr. Presidente, eu queria também, no dia de hoje, falar sobre a 32ª Expointer, um megaevento que acontece lá no meu Rio Grande, na cidade de Esteio. Lembro, Sr. Presidente, que começou neste sábado e estende-se até o dia 6 de setembro, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, a maior feira do agronegócio da América Latina, a Expointer, que, neste ano, está na 32ª edição. Por questão, de compromissos já assumidos em outros Estados, Sr. Presidente, não pude comparecer à abertura, no sábado. De qualquer maneira, agradeço o convite feito pelo Governador do Estado, pela Secretaria da Agricultura, pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FE-TAG), pela Federação Brasileira das Associações de Criadores, pela Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, pelo Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SIMERS), pela Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), pelas entidades de economia familiar, de pequenos agricultores, enfim, todas as entidades.

Quero agradecer, especialmente, ao Prefeito Municipal de Esteio, meu amigo e ex-sindicalista da mesma entidade, o Sindicato Metalúrgico de Canoas, Gilmar Rinaldi. Ele hoje é o Prefeito de Esteio. Rinaldi esteve em Brasília, entregou-me em mãos o convite para estar na Expointer e convidou-me para que, com ele, eu caminhasse no Parque de Exposições, visitan-

do estande por estande. Infelizmente, não pude, mas ficam aqui meus cumprimentos aos organizadores e um abraço especial a meu amigo Gilmar Rinaldi.

Sr. Presidente, aproveito para convidar todos os Senadores, as Senadoras, os telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado e os leitores do **Jornal do Senado**, se tiverem oportunidade, para estarem no meu Rio Grande, em Esteio. Será uma experiência inesquecível.

Sr. Presidente, a cada ano, a Expointer, em Esteio, supera recordes de comercialização e de público. Reúne produtos alimentícios variados e uma gama de opções de vestuários originários da cultura rio-grandense. Oferece, com certeza, o melhor da genética animal das mais diferentes raças, além das últimas novidades em maquinários. A feira concentra a mais moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial do continente.

A Expointer é realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, e, com certeza, é uma grande vitrine da economia gaúcha e brasileira.

Os organizadores dessa mostra agropecuária investiram cerca de R\$2 milhões em melhorias no Parque Assis Brasil para receber, com certeza, cerca de sete mil animais inscritos entre 167 raças.

Serão, Sr. Presidente, 2,2 mil expositores, dos quais 116 de máquinas agrícolas; por falta de espaço, há lista de espera de mais de trinta empresas.

Entre os expositores de animais, estão 1.229 cabanhas.

Dos investimentos, R\$2,2 milhões são do Governo Estadual; R\$1,1 milhão foi aplicado pelo Sindicato da Indústria de Máquinas Agrícolas, na área destinada às máquinas e equipamentos.

A expectativa, Sr. Presidente, é de que este ano, superando a festa anterior, mais de setecentas mil pessoas visitem o Parque em Esteio.

Sr. Presidente, nos dois primeiros dias do evento, foram comercializados mais de R\$3,5 milhões só na venda de animais.

Os bancos divulgaram levantamentos de pedidos de crédito que somam R\$34 milhões, sendo R\$4 milhões do Sicredi, R\$17,5 milhões do Banco do Brasil e R\$12,5 milhões da Caixa-RS.

Além dos animais, a Expointer teve movimento de R\$57.875,00 com as vendas da agricultura familiar e de R\$70.532,17 do artesanato. Segundo a organização, até o momento, cerca de setenta mil pessoas visitaram a feira.

O Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers) aponta que a agricultura familiar terá importância fundamental na feira. A previsão é de que de 70% a 85% das vendas

de máquinas, projetadas em R\$500 milhões, venham de investimentos dos pequenos agricultores, devido ao Mais Alimentos. Já o Ministro do Desenvolvimento Agrário, meu amigo Guilherme Cassel, acredita que, do faturamento total da feira, pelo menos 60% sejam negócios relacionados à agricultura familiar.

Sr. Presidente, destaco ainda que a organização tomou alguns cuidados especiais em razão da gripe A. A edição deste ano tem três pontos de atendimento, 50 pias em locais estratégicos do Parque, com sabão líquido e toalhas descartáveis, e 300 dispensadores de álcool gel. Técnicos do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) também vão fiscalizar a chegada de alimentos e a instalação de estabelecimentos de venda no Parque. Os locais inspecionados recebem um adesivo indicando que estão sob controle.

Tão logo ocorra o encerramento da Expointer 2009, Sr. Presidente, farei com certeza um outro registro, dando um balanço do resultado final dessa importante feira agroindustrial.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitando os doze minutos que V. Ex^a deixou à minha disposição, falar de outro tema.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul realizou, na última sexta-feira, no auditório Dante Barone, audiência pública sobre titularidade de terras quilombolas. O Deputado Marcon, que preside essa comissão, está fazendo um belíssimo trabalho.

Os participantes discutiram, primeiro, a morosidade dos processos de titulação das terras dos quilombolas e a falta de efetividade das políticas públicas que contemplem efetivamente, para os quilombolas, questões de saúde, educação, segurança pública, emprego e renda.

Eu mesmo sou autor de um projeto, chamado Quilombo do Amanhã, para criar, Sr. Presidente, um centro integrado dentro da comunidade quilombola com um ginásio de esportes para que possam ali fazer exercícios – parte desse ginásio pode ser usado como sala de aula, como posto médico – e também um salão de recreação, que seria um espaço destinado à cancha de futebol de salão, de basquete e de vôlei. Seria um centro integrado, que leva o nome do projeto que apresentei: Quilombo do Amanhã.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que esse evento teve a participação do Movimento Negro Unificado, Federação de Quilombolas do Estado, Incra, Ministério Público, Governo do Estado, dentre outras entidades sindicais. Mais de oitocentas pessoas participaram desse evento.

Na abertura, os presentes assistiram a um vídeo em homenagem ao sem-terra Elton Brum da Silva, as-

sassinado com um tiro de espingarda calibre 12 pela Brigada Militar, no dia 21 de agosto, durante a desocupação da Fazenda Southall, em São Gabriel, e ainda os quilombolas Joelma da Silva Ellias e Volmir da Silva Ellias, que também tomaram na luta pela posse da terra (Quilombo Urbano Alpes, em Porto Alegre).

Sr. Presidente, ficou comprovado que foi uma violência exagerada – e, por isso, morreu inclusive o companheiro que aqui destaco –, porque, se já havia o despejo, que houvesse o procedimento adequado sem precisar dar tiro de 12 em trabalhadores. Tanto é que a própria Brigada Militar tomou medidas para punir aqueles que usaram dessa violência extremada.

A pergunta que fica, Sr. Presidente, é: quantos mais terão de morrer em nosso País até que tenhamos, de fato, uma discussão equilibrada, tranquila, no campo da paz, do entendimento e da solidariedade, na questão da terra? Quantos mais tombarão, quilombolas ou não?

Sr. Presidente, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), meu amigo Rolf, garantiu que, entre 20 e 30 de setembro, serão entregues titulações de terras (Silva, Chácara das Rosas, Cascas, São Miguel, Rincão dos Martineiros) a quilombolas. Acredito que não faltarão recursos para implementar políticas públicas em benefício dessas comunidades, que, sem sombra de dúvida, são carentes.

Sr. Presidente, há 135 comunidades quilombolas gaúchas que querem a titulação de suas terras. Rolf comprometeu-se a acelerar os processos. Atualmente, existem 66 processos, abrangendo 182 Municípios gaúchos. O Deputado Marcon, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, sugeriu que o Incra desenvolva um projeto piloto de moradia popular destinado aos quilombolas do Rio Grande do Sul. A idéia é construir 500 casas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Aqui enfatizo, mais uma vez, esse centro de referência, que também seria importante que se construísse em cada comunidade.

Também participaram da audiência representantes do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da Justiça, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Sr. Presidente, os participantes desse encontro, brancos e negros, foram unânimes na necessidade de que sejam criadas mais varas judiciais especializadas na questão da terra e na titulação de terras para agilizar as demandas.

Por fim, os quilombolas reafirmaram, junto com todos os presentes, o apoio total, geral e irrestrito ao

Estatuto da Igualdade Racial, aprovado já pelo Senado, e também ao projeto Quilombos do Amanhã, de autoria deste Parlamentar. O Estatuto da Igualdade Racial está na Câmara, e o Quilombo do Amanhã (PLS nº 113/2008) ainda está aqui no Senado. Ambos são de minha autoria, como forma de efetivação de políticas sociais de atendimento às comunidades carentes.

Sr. Presidente, quero ainda destacar que tivemos, neste fim de semana, um outro encontro no meu Estado, que contou com a participação de inúmeros companheiros meus. Foi uma jornada de formação para militantes e agentes sociais dos movimentos das pessoas com deficiência. Foi organizado pelo Ipesa, Ulbra, Conade, Corde e Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade de Canoas. Quero aqui mandar um abraço ao prefeito da cidade, meu amigo Jairo Jorge, que foi sindicalista do Sindicato dos Jornalistas, meu companheiro em longas caminhadas, quando eu presidia o sindicato de Canoas. Jairo Jorge está fazendo, com certeza absoluta, uma revolução positiva, afirmativa, qualitativa na cidade de Canoas nesses meses em que está à frente daquele Município.

Meu amigo Jairo, cumprimento-o. Sei que o evento foi um preparatório para o Seminário da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), onde vamos discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, projeto de minha autoria, mas que esta Casa aprovou e contou com seu apoio, Senador Papaléo Paes. O Estatuto da Pessoa com Deficiência será discutido nesse evento à luz da Convenção da Pessoa com Deficiência, que esta Casa aprovou por unanimidade também. O evento acontecerá nos dias 28 e 29 de setembro em Canoas, e estarei lá participando dessa atividade.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço muito a V. Ex^a. Fiquei dentro do meu tempo. Eu teria cinco minutos ainda, mas eu abro mão desses cinco minutos para os próximos oradores, porque sei que o que eles vão falar é de interesse de todos nós, e eu estarei aqui com certeza, eu diria atrapalhando, mas com boa vontade, porque farei aparte a ambos.

Era isso. Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, pelo tema importante que traz à tribuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, como Líder do PR.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, como tenho feito permanentemente, quando retorno ao meu querido Estado do Tocantins, normalmente às quintas-feiras, para percorrer e visitar os Municípios tocantinenses, fui na quinta-feira à cidade de Figueirópolis, atendendo a um convite do Prefeito Fontoura, para a abertura da exposição agropecuária daquela cidade. Por lá estiveram vários prefeitos reunidos, porque é assim que funciona no meu Estado: quando há um evento importante, normalmente, os prefeitos da região se deslocam para também apoiar aquele evento que está acontecendo.

Figueirópolis fica na região sul do Estado, há mais ou menos 70 km da cidade de Gurupi, a maior cidade da região sul do Estado, às margens da Belém-Brasília. Lá pude conhecer de perto o ginásio de esportes, que receberam recursos meus e do Deputado Eduardo Gomes para pavimentação asfáltica e para uma nova etapa de pavimentação que o Prefeito Fontoura vai poder realizar, mais ou menos 60 mil metros quadrados de asfalto, para a população daquela cidade, além da travessia urbana. O Dnit já está fazendo o projeto, preparando para que venha atender e melhorar a vida da população que mora de um lado e de outro da rodovia. É, portanto, muito importante essa travessia urbana, a creche que a população aguarda, além de outros recursos que serão encaminhados à Prefeitura Municipal de Figueirópolis, além das outras prefeituras da região, por mim ou por outros parlamentares.

Sr. Presidente, isso na quinta-feira; no sábado, fui a minha cidade de Araguaína, onde fiz toda a minha trajetória política: fui Vereador, Deputado Estadual, ainda quando Tocantins pertencia a Goiás; depois, fui Prefeito da cidade, Deputado Federal por duas vezes e, hoje, Senador da República, sempre muito apoiado por minha querida gente da cidade de Araguaína, que me conhece tão bem.

Fui a convite do Prefeito Valuar Barros, dos vereadores e da população da cidade de Araguaína, já que comecei a minha vida e a minha primeira participação popular mais forte quando fui presidente de clube de futebol, de um clube que tem o nome da cidade e da liga de esportes de Araguaína.

Eu havia colocado, algum tempo atrás, Sr. Presidente, recursos para que se construíssem seis campos de futebol na cidade de Araguaína, na periferia da cidade, para que pudéssemos apoiar as nossas crianças, os adolescentes e, sobretudo, os jovens. Porque eu acho que uma coisa extremamente importante é a participação da juventude no esporte. O time da nossa cidade foi campeão estadual este ano. Tem lá um estádio de futebol muito bom, que foi inaugurado recentemente. Mas precisava desses campos, que se costuma cha-

mar de várzea, – é o linguajar normalmente do esporte – mas, sobretudo, na periferia da cidade.

Eu quero aqui registrar, com alegria, que fui, portanto, inaugurar seis campos de futebol na cidade de Araguaína, emenda individual minha, que eu encaminhei há mais ou menos dois anos, que foi iniciada na gestão da Prefeita Valdez e concluída agora na gestão do Prefeito Valuar Barros. Estiveram presentes praticamente todos os vereadores da cidade de Araguaína, dos vários partidos, além de minha filha, a Deputada Estadual Luana Ribeiro; do Secretário de Estado dos Esportes, Palmeri Bezerra; e todos os Secretários Municipais, principalmente Altair Bandeira, o Secretário de Esportes de Araguaína.

Iniciamos às 16h, no povoado de Barros, com a inauguração do primeiro campo de futebol, com a participação dos vários desportistas da cidade, com a lembrança de muitos que já se foram, que contribuíram de forma positiva para o desporto araguainense.

Depois, às 17 horas, inauguramos o campo de futebol de Araguaína Sul, um bairro muito populoso, que fica na parte alta da cidade, também com a presença de todas essas autoridades. Às 18 horas, estivemos no Jardim das Flores, um local muito bonito, onde o campo realmente ficou muito bonito, com alambrado, com iluminação; falta ainda alguma coisa que nós iremos complementar com o tempo. Às 19 horas, estivemos no Jardim das Palmeiras, também inaugurando um bonito campo de futebol, com a população daquela local, com as associações de moradores, com os presidentes de bairros. Às 20 horas, fomos ao Bairro de Fátima, também já na boquinha da noite, inaugurar esse campo de futebol. A população, alegre e feliz, em peso, aplaudiu por ver uma obra que não ficou cara, mas que tem uma importância muito grande na vida da comunidade em geral. Às 21 horas, fomos a Novo Horizonte, distrito de Araguaína, que fica a 18 km da cidade, o maior distrito, onde estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal e todas as autoridades que aqui citei.

Peço a V. Ex^a só mais um minuto para concluir.

Portanto, quero dizer, Sr. Presidente, que a população de Novo Horizonte compareceu em massa, ficou com certeza muito feliz e eu também, com o coração cheio de alegrias por poder contribuir diretamente com o futebol de Araguaína sobretudo. Sei que lá serão gerados muitos craques importantes, não só para o futebol de Araguaína, do Tocantins, como para o Brasil, porque através desses campos de periferia, da prática do esporte, sobretudo na periferia, aquilo acaba se tornando um ponto de encontro, gerando empregos – é o carrinho de picolé, é o carrinho de churrasquinho, é o cidadão que vai vender ali o refrigerante, a cerveja,

enfim. É um local, um ponto de encontro muito importante, além da prática de esportes.

Então, é isso que eu queria deixar registrado.

Agradeço muito ao Prefeito Valuar Barros, que foi muito gentil, fez para nós uma grande recepção. Araguaína é minha terra, onde fiz toda a minha carreira política e tenho muitos amigos. Pode rever os amigos, relembrar aqueles que se foram e que fizeram a história do esporte, araguainense e tocantinense junto comigo.

Portanto, me senti muito feliz de poder ter dado essa grande contribuição assim como já fiz em outros municípios do Estado. Acho que nenhuma obra é tão importante quanto. Todas são importantes, mas esta está entre as mais importantes que eu pude inaugurar e ver a alegria estampada no rosto de cada um.

Sr. Presidente, muito obrigado, agradeço por esta oportunidade e por este momento de poder estar aqui registrando este fato. Já que ainda tenho quase um minuto, informo que participei da reunião do conselho político com o Presidente Lula, os Ministros, reunidos pela primeira vez. O Presidente Lula reuniu os conselhos políticos, que são os Partidos da base, os líderes do Partido da base numa reunião ministerial para tratar da questão do pré-sal. Ele está lançando agora no Centro de Convenções esse programa tão importante para o Brasil. Os projetos virão, como foi colocado aqui nos apartes, e nós haveremos de poder discutir isso aqui muito de perto.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador João Ribeiro que fez uso da palavra pela Liderança do PR.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, que como orador inscrito terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

Permita-me, Senador Geraldo Mesquita, o Senador Osmar Dias solicita a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, não é coincidência não, mas é outra vez que estou interrompendo V. Ex^a para pedir a minha inscrição para falar em nome da liderança do PDT.

Muito obrigado, Senador Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido e, mais uma vez, peço desculpas ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminentíssimo amigo e companheiro Senador Papaléo Paes que preside esta sessão, Srs. Senadores

presentes. Senador Papaléo eu sou daquelas pessoas levado pelo convencimento.

Se V. Ex^a me convencer de alguma coisa, acerca do que se debate aqui nesta Casa, pode ter certeza que eu me perfilarei segundo o seu entendimento. Mas se não me convencer, ninguém me demove das minhas posições assumidas.

Digo isso, a título de introdução, porque vou falar hoje de um assunto que, num primeiro momento, eu concluí de uma forma, Senador Papaléo, e hoje, conversando com uma pessoa a quem tenho muito apreço, vou citá-la, em seguida, eu mudei o meu entendimento acerca da questão. Trata-se do diploma de jornalismo. Logo que o Supremo Tribunal se manifestou acerca do assunto, Senador Papaléo, e o Supremo se manifestou no sentido da não obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. Todos nós lembramos, não faz muito tempo que essa decisão foi proferida pelo Supremo Tribunal Federal. E tão logo o Supremo assim decidiu, eu entendi que seria razoável essa interpretação, em nome da liberdade de imprensa, em nome da não formação de reserva de mercado. Eu entendi que essa decisão guardava certa coerência, principalmente com esses dois princípios.

Porém, hoje, Senador Papaléo, recebi um telefonema de uma figura da imprensa brasileira que, há pouco tempo, comemorou cinquenta anos de profissão. Trata-se da Jornalista Adísia Sá, que, por coincidência, é minha querida tia, irmã da minha mãe, mas, no que diz respeito ao exercício da profissão de jornalismo, ela é uma estrela autônoma. O povo do Ceará tem muito respeito e apreço por ela. Ela me ligou em nome próprio e em nome da Déborah Lima, que é Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Ceará. As ponderações que a Jornalista Adísia Sá apresentou me fizeram refletir mais uma vez sobre o assunto, Senador Papaléo, e me convenci de algo para o que, na certa, não estava dando a devida importância. Eu digo do desestímulo que se instalou – isso é uma constatação –, Senador Paim, nas escolas e nos cursos de jornalismo do País afora. As notícias que a Jornalista Adísia Sá me transmitiu são deveras preocupantes.

E eu fico imaginando, Senador Paim, se não devemos reverter esse quadro. Eu apressei-me em pegar a proposta de emenda do Senador Antonio Carlos Valadares – estou com ela aqui. Há uma audiência pública a ser marcada na Comissão de Constituição e Justiça, e o Relator da matéria é o eminente Senador Inácio Arruda. Acho que devemos reabrir, de fato, a discussão; estou convencido disso.

Dos que trabalham comigo, por exemplo, aqui em Brasília, o Peter e o Cícero concluíram o curso de jornalismo, e a Evelyn frequenta o curso de jornalismo.

Imagino o sentimento e a preocupação dessas pessoas que investiram tempo, esforços, inclusive recursos financeiros, para frequentar e concluir um curso superior de jornalismo, e, de repente, parece que nada disso terá certa importância ou a importância que, pelo menos, vinha tendo até então.

Então, Senador Paim, com toda a humildade, confesso que, num primeiro momento, achei razoável e interpretação do Supremo. Mas, hoje, entendo que essa situação precisa ser rediscutida. Precisamos introduzir no ordenamento jurídico, de forma clara e cristalina, mais uma vez, a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão, ressalvadas todas as situações.

Há – digamos – os colaboradores, especialistas em diversas áreas: economia, saúde, educação. Se o Senador Paim, por exemplo, quiser escrever um artigo sobre o sindicalismo no Brasil, os jornais acolherão com a maior benevolência – tenho certeza disso. Esse espaço é absolutamente garantido. Aos jornalistas provisionados, que já tenham obtido registro profissional, também é assegurado o exercício da profissão.

Mas, francamente, Senador Paim, olhando-se do ponto de vista da formação da obtenção do conhecimento formal, do funcionamento das escolas de curso superior no nosso País, acho que a decisão remete a uma situação preocupante, aquela que leva ao desestímulo. Não devemos permitir que isso aconteça ou pelo menos que assim continue.

Como eu disse, pretendo voltar a este debate, participando na Comissão de Constituição e Justiça e inclusive neste plenário, quando o projeto para cá vier. Vou filiar-me ao entendimento aqui singelamente colocado pelo Senador Valadares nessa proposta de emenda à Constituição. O que diz? É muito simples:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 220-A, [Senador Paim]:

Art. 220-A O exercício da profissão de jornalista é privativo do portador de diploma de curso superior de comunicação social, com habilitação em jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação, nos termos da lei.

Parágrafo único. A exigência do diploma a que se refere o caput é facultativa:

I – ao colaborador [como vínhamos comentando], assim entendido aquele que, sem relação de emprego, produz trabalho de natu-

reza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor;

II – aos jornalistas provisionados que já tenham obtido registro profissional regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego.

Eu acho que esse texto, Senador Paim, assegura espaço para todos, mas garante, sobretudo, a prevalência do conhecimento formal, no nosso País, que tanto carece de educação, de educação formal mesmo, mais e mais cursos superiores, um melhor ensino de segundo grau, um melhor ensino fundamental, enfim, assumindo o entendimento proferido pelo Supremo. Claro que uma coisa não leva à outra, mas é natural que alguns interpretem assim.

A decisão leva a que setores do ensino superior em nosso País sejam esvaziados, diminuídos de importância. E não podemos permitir, Senador Paim, pois o nosso País precisa cada vez mais de profissionais mais qualificados. E a escola superior está aí é para isto: para qualificar, para formar profissionais. O nosso País precisa em abundância de profissionais na área do Jornalismo, da Medicina, da Engenharia, do Direito. Em vez de sinalizarmos para o esvaziamento, para a desnecessidade de um curso superior, nós precisamos trabalhar é no sentido inverso: prestigiar esses cursos superiores, prestigiar os profissionais que ali frequentam e se formam com muito sacrifício, muitas das vezes. E é esse o caminho que vou trilhar e defender doravante.

Concedo a V. Ex^a um aparte com muito prazer, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Às vezes, ficamos em uma situação de que, na hora de ir à tribuna fazer um pronunciamento como este, que é transparente, que é tranquilo, não é contra ninguém, é a favor de todos, há sempre alguém para dizer: “não, mas tal setor, tal setor”. Não tem essa de “tal setor”. É justo ou não é justo na nossa concepção. É o que V. Ex^a está fazendo neste momento e V. Ex^a é feliz, como disse. Daqui a uns dias vão dizer que para médico não precisa de diploma, para engenheiro não precisa, para arquiteto não precisa, para professor não precisa. E eu, que sou tão fã do ensino técnico... daqui a pouco você se habilita para ser profissional na área técnica, mas não precisa também do certificado, você vai lá ser técnico nas mais variadas áreas. Ora, se queremos fortalecer a profissão e a formação superior daqueles homens e mulheres que dedicaram a sua vida, por exemplo, a ser agrônomo, e aí passo a dizer que não, que não precisa mais, que basta ter um conhecimento básico e você toca a vida? Eu sempre

digo que decisão do Supremo nós cumprimos, não discutimos, mas decisão do Supremo, com lei nova, como a proposta que o Senador Valadares está apresentando, para mim fará justiça. Sei que o Senador Valadares está sendo chamado em diversos Estados para fazer esse debate. Eu o estou convidando para ir ao Rio Grande do Sul, convite feito não por mim, mas pelo sindicato dos jornalistas do Estado, para fortalecer a PEC do Senador Valadares, que V. Ex^a, com muita elegância, com muita tranquilidade, deixa a janela aberta para todos que quiserem fazer com que asseguremos aos estudantes do jornalismo, uma vez com diploma na mão, seja valorizado para a ocupação dele no mercado de trabalho. Parabéns a V. Ex^a, que tem o mesmo olhar, o mesmo ponto de vista do Senador Valadares com relação a esse tema.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Fico numa situação muito confortável, Senador Paim, porque um assunto como esse envolve milhares de pessoas no nosso País.

V. Ex^a me traz muito conforto ao manifestar que tem o mesmo entendimento. Para mim é muito confortável, tendo em vista a preocupação de V. Ex^a, nesta Casa e na sua atividade política, com as causas importantes, relevantes. Sinto-me muito confortável em compartilhar com V. Ex^a esse entendimento

Senador Paulo Paim, devemos estimular o surgimento, o funcionamento de cursos superiores sejam eles quais forem no nosso País! Claro que sempre buscando, primando pela qualidade. O nosso déficit é tão alto que precisamos estimular o surgimento de mais e mais cursos superiores no nosso País, em qualquer área do conhecimento, assim como cursos técnicos e profissionais. E V. Ex^a é o advogado deles nesta Casa. A melhoria da qualidade do ensino é fundamental para o Brasil. Enfim, é privilegiarmos o conhecimento formal, Senador Paulo Paim.

Essa decisão do Supremo – tenho certeza absoluta de que o propósito não foi esse – gerou este quadro real, instalado hoje no nosso País. O desestímulo, aquele sentimento de desnecessidade da escola superior de jornalismo, isso pode levar ao fechamento de cursos no nosso país, como um efeito dominó. E isso não podemos permitir.

Portanto, Senador Papaléo Paes, venho hoje aqui à tribuna ferir este assunto, declarar, confessar, a mudança do meu entendimento sobre a questão com muita humildade. Isso não me causa nenhuma espécie, Senador Eurípedes. Mudei, sim, de entendimento. No princípio, achei que era razoável o entendimento do Supremo. Mas percebi hoje. Fui convencido por uma conversa com uma pessoa que tem mais de 50 anos de profissão e nem por isso deitou-se sobre esses

lousos; batalhou pela criação de cursos de jornalismo em seu Estado e pelo País afora. Enfim, como profissionais que já possuíam registro nos sindicatos, que já atuavam, fez questão, como milhares de profissionais em nosso País, de priorizar o ensino formal, o ensino superior, a qualificação cada vez maior, o que é imprescindível para quem quer exercer com qualidade qualquer profissão em nosso País.

Portanto, Senador Papaléo, vou conversar com os companheiros jornalistas da minha terra inclusive. Vou reabrir com eles essa discussão e convidá-los a participar dessas audiências públicas que serão realizadas na CCJ.

Vou sugerir, pelo interesse manifestado – inclusive por Déborah Lima e por Adísia Sá –, suas participações nesse debate para que encontremos, quem sabe, uma forma de, mais uma vez, priorizar, prestigiar o curso superior de jornalismo no nosso País e a necessidade de esses profissionais atuarem segundo o entendimento expressado nesta proposta de emenda constitucional protocolada pelo Senador Valadares.

Era o que me cabia trazer hoje à Casa, Senador Papaléo, e agradeço pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB - AP) – Agradeço a V. Ex^a e solicito que assuma a Presidência dos trabalhos de hoje aqui do Senado Federal.

O Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB - AC) – Concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Papaléo Paes, eminente representante do Estado do Amapá, querido Estado do Amapá, que fará uso da palavra pelo tempo que considerar necessário.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero louvar V. Ex^a pela reflexão e até pela postura. Normalmente, eu, como V. Ex^a também, quando tenho o meu ponto de vista, para formulá-lo, levo algum tempo, para formular fortemente; mas também preciso ser convencido para voltar em cima de uma reflexão. Então, quero parabenizar V. Ex^a pelo seu posicionamento, que é o que conhecemos mesmo, e também digo que concordo plenamente com V. Ex^a. Por isso, assinei o documento proposto pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Precisamos, sim, partir para uma discussão responsável e intensa para que possamos realmente decidir pelo bem da nossa imprensa, pelo bem da imprensa brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou recentemente um importante estudo intitulado “Receita Pública: Quem paga e como se gasta no Brasil”. O estudo, ao mostrar distorções do nosso sistema tributário e da nossa política fiscal, revela dados interessantes e ao mesmo tempo preocupantes: por exemplo, o fato de o contribuinte brasileiro ter trabalhado em média, no ano passado, 132 dias apenas para pagar impostos.

Outro dado que se ressalta no levantamento do Ipea é bastante cruel: mostra que as pessoas com renda de até dois salários-mínimos trabalharam 197 dias, no mesmo período, apenas para fazer face às obrigações tributárias, ou seja, 65 dias a mais do que o contribuinte de renda média - aí já vemos o desequilíbrio nos níveis socioeconômicos da população. Tal distorção não chega a constituir novidade. É do conhecimento geral o fato de que, dada a característica de regressividade no sistema tributário brasileiro, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos aqui no Brasil. A pesquisa do Ipea, entretanto, atualiza os números e dá a eles uma credibilidade científica.

A elevada carga e o caráter regressivo do sistema arrecadatário são algumas das distorções que há muito justificam a reforma do nosso sistema tributário. A carga tributária média em 2008, medida pelo Ipea, foi de 36,2% do nosso PIB, o nosso Produto Interno Bruto, o que a coloca entre as mais altas de todo o mundo. Para agravar essa situação, temos uma prestação de serviços públicos muito precária, levando um grande contingente de contribuintes a contratar serviços privados nos setores de educação, saúde e segurança, entre outros setores. Ou seja, pagamos impostos de primeiro mundo e temos serviços de terceiro mundo.

O *Jornal do Brasil*, em sua edição de 1º de julho, ao relatar as conclusões do referido estudo, revela outras cifras relativas às distorções do sistema tributário.

Aqueles que ganham mais de 30 salários mínimos mensais (R\$13.950,00) trabalham três meses a menos – um total de 106 dias – do que os de renda de até dois salários mínimos para quitar tributos. A carga tributária para as pessoas que ganham até dois salários mínimos foi estimada em 53,9%, enquanto para os que ganham ou faturam mais de 30 mínimos foi de 29%.

Nesse caso, Sr. Presidente, como se pode constatar, a carga de impostos para os trabalhadores de baixa renda foi de 85,8% maior do que aquela paga pelos contribuintes com renda acima de R\$13.950,00.

Isso acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque o nosso sistema tributário contraria o princípio da capacidade contributiva. É o que afirma, entre tantos outros, Fernando Steinbruch, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Para ele, o sistema é injusto porque tributa fortemente o consumo, privilegiando a renda, o patrimônio e os ganhos de capital. Por sua vez, o Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, ouvido pelo **Jornal do Brasil**, argumentou que “não se pode exigir dos cidadãos de menor capacidade econômica o mesmo esforço daqueles que detêm maior renda e patrimônio”.

O Ipea lamenta, também, a falta de transparência dos tributos indiretos, lembrando que essa falta de visibilidade facilita o abuso da cobrança. De fato, Sr. Presidente, a carga tributária indireta parece ser indolor: o consumidor não consegue avaliar quanto da sua remuneração é transferida para os cofres públicos. Os impostos sobre o consumo de bens e serviços com maior participação relativa na arrecadação tributária são, pela ordem: ICMS, com 22,63% do total em 2006; a Cofins, com 11,94%; o IPI, com 3,72%; o PIS, com 2,64%; e o ISS, com 2,02%.

No que respeita ao destino dos recursos tributários, o Ipea verificou que a Previdência Social foi o segmento com maior gasto – R\$189 bilhões no ano passado, representando na média 24 dias de trabalho do contribuinte –, vindo a seguir o pagamento de juros da dívida pública, que tomou do contribuinte cerca de 20 dias de trabalho.

Para os especialistas, o Governo brasileiro gasta mal seus recursos, pois destina uma parcela muito pequena para o setor de infraestrutura e os investimentos em geral. Esse aspecto é igualmente destacado pelo já citado Fernando Steinbruch, diretor do IBPT, que acusa:

O Governo gasta muito e gasta mal. Os gastos não estão voltados à infraestrutura, ou seja, em obras que possam gerar o desenvolvimento do País, mas sim para gastos assistencialistas. As obras que forem de infraestrutura são bem vindas, porque podem gerar o desenvolvimento da economia do País.

Lembrando que a carga tributária continua elevada, apesar da distribuição do PIB, ele acrescenta que o melhor caminho para reduzir os tributos é a redução dos gastos governamentais para que não seja necessário arrecadar mais de um trilhão de reais por ano, valor superado no ano passado.

Sr. Presidente, todos os motivos aqui apontados justificam a aprovação de uma reforma tributária com urgência. Há algumas décadas, uma reforma dessa

natureza seria complexa e até mesmo de efeitos imprevisíveis. Entretanto, as condições atuais impõem uma reforma que tem sido postergada ano após ano, como explica o economista Guilherme Küster:

Com a estabilização da economia brasileira, conquistada a partir dos anos 90 com o Plano Real, a possibilidade de realização de uma reforma passou a ser mais concreta, devido à forma irracional e regressiva que o sistema tributário adquiriu.

Imputando as perdas de eficiência da economia brasileira às distorções do sistema de arrecadação, ele lembra que o Brasil é recordista mundial em tempo gasto pelas empresas para cumprimento das obrigações tributárias.

A Proposta de Emenda à Constituição da reforma tributária, que ora tramita no Parlamento, tem seus méritos, embora não ataque a questão da regressividade, que tanto prejudica as classes menos favorecidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que pesem as virtudes dessa PEC, que, espero, venha efetivamente a ser apreciada nesta Casa, não podemos nos descuidar do caráter regressivo do nosso sistema tributário. A ninguém escapa os fatos de que o Brasil ainda está longe de alcançar padrões elevados de desenvolvimento e de prosperidade. Ao mesmo tempo, ninguém ignora a inaceitável concentração de riqueza, que, privilegiando uma minoria, condena grandes contingentes de nossa população à pobreza.

É inadmissível, portanto, que esses contribuintes de baixa renda, que sobrevivem com extrema dificuldade, ainda paguem mais impostos, proporcionalmente, que os contribuintes de maior poder aquisitivo, doando ao Governo mais de seis meses do seu salário, e ainda recebam em troca um serviço público dos mais precários.

Assim, Sr. Presidente, quero conclamar os nobres Colegas e também nossas autoridades, além de empresários, economistas e tributaristas, para que repensemos nosso modelo tributário, reduzindo a tributação sobre o consumo de bens e serviços, de forma a minimizar essa grave injustiça que flagela milhões de famílias em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Mesa é que agradece a V. Ex^a, Senador Papaléo, por abordar um assunto tão importante. E quero, mais uma vez, sugerir ao Presidente da República, que pretende encaminhar novamente matéria propondo majoração de tributo em nosso País, a chamada CSS, uma nova CPMF disfarçada, que consulte a população brasileira, realize um plebiscito para a instituição de um tributo dessa ordem. Respeito o entendimento de que, para a saúde, tudo. Mas a

população brasileira, como V. Ex^a demonstrou, está – como dizemos na rua – “até aqui” de carga tributária. É inadmissível que, antes de uma revisão geral do quadro do sistema tributário brasileiro, fiquemos aqui a criar novos tributos ou a majorar os já existentes.

Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo assunto que traz ao conhecimento da Casa.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para ressaltar que é interessante e importante a sua proposta. Foi a mesma proposta que V. Ex^a fez sobre a CPMF: uma consulta popular para ver se o povo quer ou não esse imposto que o Governo está tentando recriar disfarçado de CSS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, participei, hoje, da reunião do Conselho Político da Presidência da República, que foi presidida exatamente pelo Presidente Lula, com a participação de todos os Ministros, Presidentes e Líderes partidários da Câmara e do Senado que compõem a Base de Apoio ao Governo Lula.

Considero essa a mais importante reunião do Conselho Político depois que o PDT passou a integrar esse Conselho. Foram apresentadas informações relevantes sobre o pré-sal, sobre o potencial que o Brasil tem no pré-sal e sobre aquilo que pode significar a exploração do pré-sal – claro que com o tempo devido para o início dessa exploração, que não vai ser neste ano nem no ano que vem nem depois, mas, provavelmente, a exploração tenha início no ano de 2015. Há muito ainda que se investir, há muito ainda que se pesquisar para a criação de tecnologias básicas para a implantação da estrutura de exploração do pré-sal.

Hoje, a imprensa inclusive deu notícias de que o projeto piloto implantado na Bacia de Tupi não foi um sucesso, porque teria conseguido tirar apenas a metade daquilo que tinha sido previsto.

Mas o Presidente da Petrobras e o Ministro Lobão, que é Senador e está hoje no Ministério de Minas e Energia, explicaram que não é pelo potencial, mas, sim, pelos problemas mecânicos que ocorreram nesse projeto piloto. As riquezas existentes nesse lençol, que se estende do Espírito Santo até Santa Catarina, numa extensão de 800 Km e numa bacia que perfaz uma área de aproximadamente 149 mil Km², Senador Mesquita, quando forem exploradas – o que vai demandar tempo, é preciso sempre afirmar isso –, acarretarão uma mudança de patamar do desenvolvimento

do País, com a possibilidade de, se bem aproveitado o fundo que vai ser criado, uma distribuição de renda para a população brasileira para que essa riqueza signifique também desenvolvimento social e não apenas o crescimento econômico do País.

Os números são impressionantes e expressivos. Eu não imaginava que pudessemos chegar a este ponto, em que o Brasil tem 14 bilhões de barris de reservas atualmente. Somente considerando Tupi, lara e Parque das Baleias, três dos inúmeros locais onde será explorado, no pré-sal, o petróleo, essas reservas poderão duplicar. Então, temos 14 bilhões de reservas e poderemos ter, nessas três bacias, mais 14 bilhões de barris, o que vai dobrar, portanto, as reservas.

O Brasil, que hoje ocupa o décimo sexto lugar, pode ficar com o sexto lugar em reservas. Agora, o que representa isso para o futuro do País? Creio que é esse o dado que devemos analisar: o que representa o pré-sal?

Porque se pensarmos que o pré-sal está lá, a quase 7 mil metros de profundidade, com dois mil metros de lâmina d'água – mais ou menos essa é a média que nós temos do pré-sal, que ele se localiza nessa faixa –, dos cento e quarenta mil quilômetros quadrados, 28%, portanto cerca de 41 mil, já foram destinados, já foram concedidos, já estão em regime de concessão. Então, nós temos ainda 72% de toda essa bacia petrolífera, de toda essa província petrolífera, nas mãos do Governo, nas mãos da União, nas mãos da população brasileira.

Dos 28% já concedidos, 24% foram concedidos à Petrobras e, portanto, também a população brasileira é que tem a concessão. É assim que se tem que pensar. Ou a Petrobras é um patrimônio dos brasileiros, ou não é. É uma empresa comercial apenas que está explorando. Mas nós temos que pensar que é uma empresa estatal e, portanto, essa riqueza tem que pertencer ao cidadão brasileiro, à população brasileira.

Então, para esses 72% que restam para ser concedidos nós temos que discutir as regras da concessão. São 107 mil quilômetros quadrados que ainda restam. Aí tem que estabelecer regras que possamos ter certeza que lá em 2015, quando vai começar a primeira exploração, portanto... Há aqueles que pensam que amanhã já vai haver dinheiro do pré-sal por aí. Não. A exploração começa em 2015. Daí vai num crescente. Mas até lá muita água vai correr por cima do pré-sal, não é, Presidente? E nós precisamos ter paciência, porque cinco anos é pouco tempo diante da riqueza que está para ser explorada. Ainda não se tem valores reais a respeito do que vai representar a criação do fundo.

A proposta que ouvi hoje no Conselho Político foi a seguinte: o projeto vai enviar quatro projetos de lei para o Congresso Nacional. Um para a criação da Petrosal, uma nova empresa que não vai ser operadora, porque, de todos os contratos que foram concedidos naqueles 72% da área que ainda está para ser concedida, ou seja, desses 107 mil quilômetros quadrados, qualquer que seja o contrato a Petrobras vai ser a operadora e qualquer que seja o contrato, a Petrobras terá, pela proposta do Governo – esta não é uma proposta minha; estou apenas aqui repetindo o que foi colocado no conselho – 30% de participação. Então, não menos que 30% serão de participação da Petrobrás e é claro que outras empresas serão convidadas a participar, a partir de processos licitatórios internacionais.

Agora, para que se tenha uma idéia, Senador Papaléo – eu não sabia disso e fiquei sabendo hoje: o mundo, desde quando se descobriu o petróleo até hoje, já consumiu um trilhão e duzentos bilhões de barris. São cento e trinta anos aproximadamente da descoberta do petróleo até hoje. Um trilhão e duzentos bilhões de barris de petróleo! O que tem de reserva hoje, sem contar o pré-sal brasileiro? Tem exatamente isso. O mundo já consumiu metade das reservas. Só que antes se consumia menos. Agora, quanto mais se consome, menor tem sido a produção.

Então, o que se prevê é que as reservas que o mundo tem hoje (1,2 bilhão de barris de reserva) vão ser consumidas até o ano de 2050. Isso demonstra o quanto é importante essa descoberta do pré-sal, porque esse petróleo não é do PT, do PSDB, não é do PDT, não é do PMDB. Esse petróleo tem que ser do povo brasileiro. Tem-se que deixar de discutir isso sob o ponto de vista político, para se discutir isso sob o ponto de vista econômico e social, porque senão começa-se a dizer que o pré-sal é do PT, que o pré-sal é do PSDB. Não! O pré-sal é da sociedade brasileira. Tem que ser assim. É um patrimônio do povo brasileiro.

Então, veja bem, se temos petróleo para ser consumido até o ano 2050, temos que ter outras formas de energia, e isso a ciência tem que desenvolver. Só para dar um dado, o consumo está crescendo assim: o ano passado, o mundo produziu 86 milhões de barris por dia – essa foi a média. Em 2030, o mundo vai produzir apenas 31 milhões de barris por dia. Então, Senador Paim, de 86 milhões para 31 milhões, vai cair para quase um terço essa produção. Só que o consumo vai ser 130 milhões de barris por dia em 2030. Imaginem o preço desse petróleo e imaginem o valor dessa riqueza que está embaixo da camada pré-sal do Brasil.

Então, o petróleo vai ter que ser substituído por outras fontes de energia, mas vai continuar sendo uma das fontes de energia e com um valor muito alto.

No ano passado, o Brasil produziu uma média de 1,9 milhão de barris por dia. Com o pré-sal vai dobrar, triplicar, quadruplicar, até onde não se sabe, porque estamos ainda com um mapa do pré-sal do Espírito Santo até Santa Catarina, mas ele pode se estender mais.

E aí, Senador Paulo Paim, qual vai ser a nossa responsabilidade nesse assunto aqui no Congresso Nacional? Muito grande. Não dá para politizar essa discussão. Quem fizer isso vai estar cometendo um crime contra o País, vai estar sendo irresponsável, porque esse assunto tem que ser tratado com muita seriedade.

O Governo vai mandar os projetos em regime de urgência constitucional, 45 dias na Câmara e 45 dias no Senado. Será que isso é suficiente para discutirmos com profundidade esse assunto? Creio que vai ser muito difícil. Para mim será muito difícil, porque eu posso entender de agricultura, de agricultura familiar; o Senador Paulo Paim pode entender de legislação trabalhista, de direitos trabalhistas, mas ele tem que ser bem informado, porque vamos tomar uma decisão aqui que vai definir o futuro do País, vai definir para onde o País vai e para onde vai ser destinado esse dinheiro todo que vai ser adquirido a partir do pré-sal. Por que uma coisa que a gente tem que distinguir bem: os **royalties**.

As regras que disciplinam a distribuição dos **royalties**, no meu entendimento, precisam ser revistas, porque 57% dos **royalties** de petróleo do Brasil estão ficando com onze Municípios do Rio de Janeiro. Onze Municípios do Rio de Janeiro estão ficando 57% dos **royalties** de petróleo. Eu poderia dizer aqui: o Paraná produz 25% dos alimentos do Brasil, mas não há **royalties** para alimentos. O Paraná produz 8,5 milhões de megawatts de energia lá na usina de Itaipu e não recebe ICMS dessa energia, que vai para o Estado distribuidor. Então, não acho que seja o momento, agora, de discutir-se esse regime de urgência. Energia elétrica também é fonte energética e precisa ser debatida dentro desse assunto. Se, para o petróleo, estão falando que 30% vão ficar para os Estados produtores e 70% para os outros Estados brasileiros – parece-me que é essa a proposta que vem –, estão falando do fundo e não dos **royalties**. Para os **royalties**, pelo menos na reunião de que participei hoje, não houve uma decisão sobre o que fazer, se vão mudar as regras ou não. Parece-me que as regras serão mantidas. *Royalties* são direitos de quem explora. É essa a regra que está estabelecida, mas temos de rediscutir isso. Se não, temos de reclamar o ICMS da energia do Paraná, que não o está recebendo. Também em relação ao fundo. A destinação, que, antes, era o fundo social, hoje ficou decidido que será o fundo social e ambiental. Então, para que vai ser destinado o dinheiro desse fundo? Vai ser destinado aos programas de combate à pobreza,

à educação de qualidade, para inovação tecnológica e economia do conhecimento e – foi acrescentado – meio ambiente, preservação do meio ambiente. Por quê? Porque o gás dessa camada do pré-sal emite quatro vezes mais CO² do que o petróleo explorado nas bacias normais, tradicionais, convencionais. Então, é preciso também que esse dinheiro seja revertido em benefício do meio ambiente.

Então, são quatro projetos, Sr. Presidente. Peça um tempinho a mais para concluir, porque vou só falar dos quatro projetos.

O primeiro é a criação da empresa, a Petrosal, que será, praticamente, o olho do Governo, porque vai fiscalizar, controlar as informações entre a União e as empresas exploradoras, fiscalizar o custo, controlar custos e, evidentemente, acompanhar estabelecimento de preço do produto.

O segundo projeto de lei é a capitalização da Petrobras. A proposta do Governo é que, num valor correspondente a até cinco bilhões de barris de óleo bruto, que hoje está em torno de US\$10.000... Então, seria uma capitalização da Petrobras que poderia chegar a até US\$5 bilhões ou US\$50 bilhões, não em dinheiro, mas em produto mesmo. Do explorado, ficaria para a Petrobras o óleo para que ela, comercializando esse óleo, pudesse se capitalizar e, dessa forma, ter condições de investir em tecnologia e em estrutura para exploração.

Depois vem um outro projeto que vai discutir a criação do fundo social e ambiental. Esse nós temos que debater. Tudo bem que vai para o combate à pobreza, para educação, inovação tecnológica e economia do conhecimento e meio ambiente, mas qual o percentual que vai ser recolhido do mercado, ou seja, daquilo que foi comercializado, para ser colocado neste fundo? Esse percentual nós temos que discutir direitinho.

Outra coisa. Será criado um conselho deliberativo, composto pelo Governo e pela sociedade civil, para definir quais projetos serão apoiados por esse dinheiro. Isso é importante. Temos que discutir direitinho a composição desse conselho, porque muitas vezes um conselho que se diz democrático não o é, porque tem muita gente do Governo e pouca gente das entidades que representam a sociedade civil.

Então, esse é um debate que vai envolver sindicalistas, estudantes, professores, a sociedade toda. Acho que o regime de urgência constitucional é o único pecado que está acontecendo nesse debate, porque poderia ter sido dado mais tempo ao Congresso Nacional para que pudéssemos aqui estabelecer regras, normas, leis que pudessem realmente colocar um marco regulatório do tamanho, com a amplitude da importância do assunto que estamos tratando.

V. Ex^a pediu um aparte?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Osmar Dias, um minuto só. Quero cumprimentar V. Ex^a por esse tema. Já tínhamos feito um exercício aqui, com o Senador Tião Viana, na abertura da sessão. Eu tomei a liberdade – vou insistir agora – de dizer: já que falam tanto que a Previdência é deficitária e está falida, por que não poderíamos incluir – por isso que V. Ex^a, corretamente, quer abrir o debate aqui no Congresso – que um percentual vá para a Previdência? Até apresentei uma PEC propondo que vá para a seguridade social, mas entendo que a assistência social e a saúde, pelo que vi, já estão contempladas. Faltaria a Previdência. Por isso, V. Ex^a está correto em fazer um grande debate sobre a importância do pré-sal. Concordo que não dá para entrar com a urgência constitucional e nós, de maneira atropelada, fazermos um debate com essa profundidade. Nós, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos já discutir uma proposta apresentada pelos trabalhadores. Claro que tudo isso vai criando um espaço maior de conhecimento para que todos possam participar e, no fim, atendermos o que queremos, que é a responsabilidade social. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O que disse o Presidente Lula hoje foi o que V. Ex^a acabou de dizer, que é preciso debater e que os que não estão satisfeitos com a proposta que veio do Governo façam alterações no Congresso a partir de um debate com a sociedade.

A proposta do Governo vem para ser aprovada pelo Congresso. O Congresso não pode apenas ficar na posição de crítico dessa proposta, mas, sim, de construtor de uma nova proposta, se esta não estiver boa, e é a isso que vou me propor daqui para frente debatendo esse assunto.

Ouçõ o Senador Flávio Arns, se o Presidente me permitir.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Osmar Dias, só quero cumprimentá-lo pela abordagem do tema, detalhada, competente, com conhecimento, com as preocupações que devem ser de fato examinadas. Concordo inteiramente com o ponto de vista levantado, porque o regime de urgência constitucional não é adequado para um exame de matéria dessa natureza. Exige debate, discussão, chamamento de tantos setores da sociedade, e a urgência constitucional impede que isso aconteça. Então, eu penso, assim, que o Senado Federal...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – O Senado Federal deve se debruçar sobre essa solicitação para que o Governo mude a idéia da urgência, mas o exa-

me da matéria é fundamental, com o envolvimento do Brasil inteiro nesse debate. Quero parabenizá-lo e concordar com a observação que V. Ex^a fez sobre a rapidez desse processo, ou seja, esse assunto exige um debate muito maior. Obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Flávio Arns, eu agradeço o aparte e digo a V. Ex^a o seguinte: uma vantagem nós já temos, porque não vem na forma de medida provisória, vem na forma de projeto de lei em regime de urgência; e o Congresso é que vai decidir também se aceita ou não o regime de urgência – são os Líderes aqui.

Então, é um debate que se inicia e que tem que ser aprofundado, porque – para encerrar, Sr. Presidente – esse assunto, não a curto prazo, mas a médio e longo prazo, vai se transformar, sem dúvida nenhuma, num fator de desenvolvimento para o País que pode ser só econômico, se nós não tomarmos os cuidados agora, mas que pode ser econômico e social, se tivermos o cuidado de dar uma boa destinação aos recursos do fundo que vai ser criado. Mas com muita transparência para que esse fundo não seja usado de forma política apenas, mas, sim, de uma forma a beneficiar a classe trabalhadora, os estudantes, enfim, aqueles que realmente necessitam da ajuda do Governo.

Por isso, creio que esse debate esteja apenas começando. Não sei se nós vamos ter aqui a capacidade para, em tão curto espaço de tempo, decidir o que é melhor para o Brasil, mas creio que seria mais prudente termos mais tempo para que, aprofundando esse debate, nós pudéssemos fazer com que esse dinheiro fosse destinado para beneficiar a população brasileira. Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Para informação aos Srs. Senadores, fará uso da palavra agora o Senador Mário Couto, como orador inscrito; em seguida, o Senador Alvaro Dias, pela Liderança; e, pelos presentes, vou até anunciar o Senador Flávio Arns, como orador inscrito.

Então, V. Ex^a já fica anunciado. E, na sequência, vamos ouvir o Senador Mário Couto, o Senador Osmar Dias e o Senador Flávio Arns, como orador inscrito. V. Ex^a, Senador Mário Couto, terá 20 minutos, que é o tempo regimental para seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Papaléo Paes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje eu volto a falar da minha querida terra, o Estado do Pará, preocupado sempre em alertar, em fazer com que as autoridades se sensibilizem, sempre alertando, pedindo, visitando os Ministérios, mesmo sabendo que não é minha obrigação, para pelo menos tentar melhorar a situação de vida dos paraenses.

Não adianta esconder. Não adianta querermos poupar alguém. Não adianta dizer que as coisas podem melhorar. Não tenho mais confiança. Perdi a confiança, meu nobre Senador Paim.

Na próxima semana, irei ao Pará. Vou passar pelo menos dez dias no Pará. Tenho medo. Tenho medo da minha condição física. Ontem mesmo, Senador Paulo Paim, o Deputado Federal Nilson Pinto foi assaltado com a sua família. Qualquer um tem medo. E eu lamento, Senador, uma cidade que tem a Virgem de Nazaré, uma cidade respeitada pelo mundo inteiro, um Estado respeitado pelo mundo inteiro, passar uma fase como passa agora.

O mais difícil em Belém, Senadores, na capital e no interior, é saber quem ainda não foi assaltado. Senador Papaléo Paes, os números, só para V. Ex^a ter idéia... Senador, às vezes fico pensando no que as pessoas podem pensar de mim: “O Senador Mário Couto vai à tribuna constantemente falar do Estado do Pará e dizer que o Estado do Pará anda mal”. Eu fico preocupado, Senador Paim, apesar de eu saber que é minha obrigação estar aqui fazendo isso. Mas eu fico preocupado. Pode ser que algumas pessoas estejam pensando que quero me aproveitar deste momento. Não é isso, não, Senador. Eu fico muito triste. Vem de dentro da minha alma, vem de dentro do meu coração o sentimento de angústia e de pena das pessoas.

Hoje, no Pará, os jornais... E eu trago sempre os jornais da semana, para que a população não diga que estou inventando, que isso é da minha própria cabeça: “Ah, o Senador Mário Couto está inventando para se promover”. Ora, paraense, eu ainda tenho praticamente seis anos de mandato aqui neste Senado. Seis anos de mandato de Senador. Mas eu não posso ficar calado, diante do que estou vendo no Estado do Pará, um Estado que, até pouco tempo atrás, era um Estado organizado, um Estado próspero, um Estado que era o sexto maior exportador do Brasil, um Estado que gerava emprego, um Estado que produzia no campo, um Estado que exportava boi em pé; tudo corria bem no Estado do Pará. E hoje parece que passou um avião, o avião da destruição, para que a gente possa ler os jornais e traduzir isso num sentimento de dor. É um sentimento de dor.

E, quando ainda se quer falar aqui, Senador Papaléo, acham ruim, correm atrás da minha vida, começam a me difamar, começam a inventar história a

meu respeito, procuram coisas, coisas, coisas. Como não acham nada, começam a me chamar de bicheiro, de não sei o que, de traficante, de roubador, de tudo, de tudo começam a me chamar, como se isso fosse parar a minha voz, como se isso me recolhesse. Eles procuram, há mais de 30 anos, coisas da minha vida e nada provam. Procuram tanto e não acham nada, absolutamente nada.

Agora, como pode o povo do Pará sofrer tanto, Senador Papaléo? Olhe, aqui, Senador, esses são fatos comprovados pela imprensa do meu Estado. Quero que a TV Senado mostre à Nação brasileira, para que a Nação brasileira possa ver que não é invenção do Senador Mário Couto, que é a realidade. Agora mesmo, o companheiro Nilson Pinto, Deputado Federal – poderia ser qualquer outro que eu mostraria aqui –, foi assaltado com a sua família. Olhe aqui, Brasil!

Este aqui é o **Diário do Pará**, o jornal **Diário do Pará**: “Insegurança não dá trégua, e cidadãos viram escudos”. Agora, eles estão assaltando, pegando alguém para servir de escudo nas ruas de Belém. O número desse tipo de assalto na Grande Belém, neste ano, no ano passado, em 2008, já aumentou 100%, senhoras e senhores. Aumentou 100% o número desse tipo de assalto na Grande Belém.

E passamos para o jornal **O Liberal**: “*Cem mil casos de pedofilia no Pará*”. Cem mil! Brasil, acredite se quiser. Cem mil casos de pedofilia. Cem mil casos de pedofilia, Brasil! É muito! Cem mil casos de pedofilia no Estado do Pará!

Vamos de novo para outro jornal, para os jornais da semana passada, meu querido Pará. Aonde vamos chegar com tanta violência nesse Estado, meu querido Pará? E ainda querem ter razão e calar a voz deste Senador! E ainda dizem que falo para me promover, me acusam, me difamam, querendo parar minha voz e me intimidar! Não vão me intimidar nunca! Podem fazer o que quiserem! Não vão me intimidar! Eu luto pelo Estado que amo, porque gosto do povo e o respeito. Sei, no meu mandato, respeitar o povo do meu Estado. Não menti em palanque. Eu disse que vinha para cá brigar pelo povo do meu Estado. Eu disse que vinha para cá lutar pelo povo do meu Estado e estou fazendo como muitos não fazem – mentem em palanque e enganam o povo.

Vamos para **O Liberal**, mais um jornal, Presidente. Olhe aqui: “*Treze igrejas são assaltadas no período de apenas um ano*”. Igrejas! Virou moda assaltar no Pará! Mostre, TV Senado!

No Pará, virou moda assaltar defunto. O que é isso, Mário Couto, assaltar defunto? É! Está lá o defunto sendo velado, eles entram na casa e assaltam todo mundo.

E as igrejas, agora, entraram no plano dos bandidos em Belém. Quantas igrejas? Treze! Não é uma, não. Não é uma coincidência, só uma. São treze! Treze já foram assaltadas.

O padre da cidade de Viseu mandou um *e-mail* para mim dizendo que ele foi assaltado dentro da igreja dele, e que ninguém tomou providência nenhuma. O padre da cidade de Viseu, uma cidade abandonada, desprezada, maltratada. Aliás, todas estão assim. Todas as cidades do meu querido Pará estão abandonadas. É saúde, é educação, são estradas, é violência.

Eu sempre disse aqui, Papaléo, eu sempre falei. Talvez, Papaléo, fosse uma das coisas com que eu poderia me dar por satisfeito, neste Senado, se nós, estilo americano: o político americano, assim como na tribuna do Senado, não pode mentir em palanque. Assim como na tribuna. Se você mente nesta tribuna, você é cassado. Por isso eu tenho a preocupação, Senadores, de sempre trazer documentos em minhas mãos. Sempre eu trago. Sempre mostro. Sempre falo em cima de documentos, em cima de números. Eu não falo da minha cabeça, preste atenção, Papaléo. Dificilmente, eu falo da minha cabeça. Na hora em que houver uma lei, Papaléo, vamos estudar isso. Eu comecei a estudar há um tempo. Ninguém pode, vou te mostrar, Papaléo, agora. Vou mostrar à Nação brasileira. Não se pode mentir tanto em palanque. Não se pode enganar tanto a população brasileira em palanque.

Que me diga o companheiro Lula. Às vezes, eu recebo *e-mail* porque eu falo do Lula, mas eu tenho de falar, é verdade. É verdade. O companheiro Lula chegou nos palanques dizendo que ia resolver o problema dos aposentados no Brasil. Eu tenho gravado; eu tenho outras gravações do Presidente Lula mentindo em palanque. Não é só essa, não. Eu tenho outras.

Mas, pelo menos, o Presidente fez o Bolsa Família. Quer dizer, fez, não, copiou do Presidente Fernando Henrique Cardoso e matou a fome, está matando a fome de muitos brasileiros. Pelo menos, isso. Mas, no Pará, é só tragédia. No Pará, é só tragédia. Lula pelo menos cumpriu alguma coisa que prometeu em palanque. No Pará, não cumpriram nada. Enganaram o povo na sua totalidade, desrespeitaram o povo do meu Estado, mentiram para o povo do meu Estado.

Ora, ora, ora, Senador Alvaro Dias, até o Pagot quer cassar a minha palavra aqui. Até o Pagot quer cassar a minha palavra aqui. Daqui a pouco, a Ana Júlia também não quer mais que eu fale das desgraças que o seu governo está fazendo no Estado do Pará.

Mas olhe, Senador Papaléo, o que dizia nos palanques a Senadora, a ainda Senadora, hoje Governadora, Ana Júlia Carepa? Paraenses, lembrem. Lembrem junto comigo, paraenses. Parem um pouquinho

de bater o leite, de rodar o feijão na panela. Parem um pouquinho de fazer o café da tarde. Pensem, pensem. Lembrem das imagens da TV, dos programas da Ana Júlia na TV, e vejam o que vou falar agora. Vejam se não é exatamente isso o que ela prometeu e disse ao povo do meu Estado do Pará. Façam uma comparação, paraenses. Vejam se tudo o que ela prometeu não foi inverdade, para não dizer mentira. Vejam se ela concluiu alguma coisa ou fez alguma coisa.

Eu guardo, viu, Paim. Eu guardo. Sou meio chato, Paim. Guardo. Guardo para saber quem mente, quem não mente, quem é sério, quem não é sério, quem engana o povo, quem fala a verdade para o povo.

Ela dizia nos palanques: o Lula é meu amigo. O que ela queria dizer com isso? Posso fazer tudo. Se o Lula é meu amigo, é o Presidente da República, a bola do Lula está cheia, posso fazer tudo. Vamos asfaltar a rodovia Transamazônica. Povo do oeste do Pará, onde passa a Transamazônica, Altamira, Itaituba, Santarém, e vai por aí.

Estão asfaltando a Transamazônica? Estão asfaltando? Região tão próspera, região de um potencial que não tem tamanho, região produtora, região agrícola, região de minério, uma Transamazônica ali explodiria o crescimento naquela região. Só papo furado, só mentira, só enganação, só para ganhar voto. E eu tenho que ficar calado?

Vou plantar um bilhão de árvores no Pará. Cadê o viveiro dessas árvores, Ana Júlia? Onde está o viveiro, onde estão as mudas dessas árvores? De onde tu vais tirar as mudas de um bilhão de árvores? Bi, bi, bi.

Essa foi uma mentira engraçadinha. Essa foi engraçadinha, dá para fazer uma piada, Papaléo. “No meu Governo” – dizia ela – “saúde e segurança pública serão prioridades, a exemplo de todo o País”. Meu Deus do Céu! Como está a saúde do meu Estado?! Os hospitais públicos fechando as portas. O hospital para o tratamento do câncer, que era uma referência no Brasil, talvez no mundo, Hospital Ophir Loyola está fechando as portas e mandando os doentes se tratarem no Piauí. E a Governadora está dando R\$24,00 para pagar a diária do paciente, para ele morrer no Piauí, paraense. A Santa Casa de Misericórdia, referência internacional, um dos melhores hospitais-maternidade do País! Desgraçadamente, lá morreram 260 bebês em 45 dias, Pará! Quem foi culpado por isso? Quem pagou por isso? As mães! As mães que sofreram, que choraram desesperadamente a morte de seus filhos. Quem mais sofreu? Quem mais pagou por isso? Ninguém.

“Vou fazer reposição histórica das perdas salariais para o funcionalismo público estadual”. Coitados dos professores. Acreditaram tanto, votaram maciçamente na Ana. Coitados dos militares que acreditaram e votaram maciçamente na Ana. O hangar – ela dizia –, o

hangar que o ex-governador fez, ela dizia que era um centro de convenções. É uma obra inútil, um elefante branco. Hoje é a única obra dela no Pará. “Ah, o hangar fui eu que fiz! Eu inaugurei o hangar, fui eu que fiz!” “No meu governo, dizia ela, honestidade e competência [honestidade e competência, Ana Júlia?] serão critérios para ocupantes de cargo no serviço público”. Mais de 80% dos secretários da Ana Júlia já saíram por corrupção. Só ela que não. Ela não pode sair porque é Governadora. Não pode sair. A Assembléia Legislativa tem que tirar. Mas o resto, por pressão, já saíram todos. Deputados do PT fizeram pressão na semana passada para tirar o Secretário de Educação. Deputados do próprio Partido! Honestidade e competência...

“A Santa Casa de Misericórdia, de que acabei de falar, e Hospital Ophir Loyola – dizia ela – serão referências no atendimento da saúde pública.” Todos os dois fechando. “Estamos convidando a população belenense a se fazer presente na Praça da República – dizia ela –, para comemorar com o Governo o anúncio pela Fifa oficializando Belém como sede da Copa do Mundo de 2014.” Que decepção, Ana Júlia! Nem o Lula acredita mais em ti, Ana Júlia! Nem o Lula te dá mais prestígio! Mais uma mentira ao povo do Pará.

Isso aqui está ratificado esta semana na carta assinada na coluna “Cartas na Mesa”, no jornal *O Liberal*, pelo cidadão Henrique Silva, morador do bairro do Marco, em Belém.

E eu me lembrei de tudo. Vi que o rapaz tinha razão e achei de mostrar aqui a situação em que se encontra o meu Estado, e o que essa senhora prometeu à população paraense. Enquanto não houver uma lei punindo os políticos mentirosos, aqueles que chegam ao poder mentindo e enganando ao povo, não teremos um Brasil sério.

Vou agora para o inverso, Senador Papaléo Paes. Eu vou agora por tudo que ela prometeu, vou agora por tudo que aconteceu no governo dela, para que o povo paraense possa fazer uma avaliação.

Olha o que aconteceu, Senador Papaléo: escândalo de kits escolares. O Ministério Público do meu Estado já confirmou e já denunciou à Justiça que existem indícios fortes de corrupção. Eu falei desses kits escolares aqui desta tribuna.

Escândalo do hangar. O que é escândalo do hangar? É que lá no hangar tem um caixa 2. Aquele hangar que ela dizia que não valia nada e não prestava hoje ela aluga para entidades, e parte desses aluguéis, dizem, vai para o caixa 2 de uma senhora chamada Joana, que é assessora particular dela e dona do caixa 2.

Escândalo dos assessores: mais de 1.500 assessores para uma Governadora! É uma governadora ou

é uma rainha romana? Será que estamos na época de Roma, onde a rainha teria mais ou menos essa quantidade de assessores? Mil e quinhentos assessores, meu Deus do Céu! Para que tudo isso?!

São os apadrinhados, aqueles famosos apadrinhados que têm que estar ali zombando daqueles que estão desempregados, à procura de, pelo menos, um salário mínimo para matar sua fome. Quando, lá na governadoria da Ana Júlia, tem gente ganhando seis, sete mil reais, sem fazer nada, paraense. Sem fazer nada, paraense!

Escândalo da menina de doze anos, presa junto com os bandidos numa cadeia lá na cidade de Abaetetuba. Escândalo da morte de 260 bebês. Escândalos da exportação de doentes de câncer para o Piauí. Escândalo na reintegração de posse – foi contra o Supremo. O Supremo mandou reintegrar, mas ela não queria reintegrar. Escândalo da contratação de uma cabeleireira. Contrata-se uma cabeleireira. Paga sete mil reais “só para ela fazer o meu cabelo”, Papaléo! Só para ela fazer o meu cabelo e uma massagenzinha na minha cara”!

Escândalo do Ibama – esse é feio! Esse é feio! Negociava-se a derrubada de árvores por meio de licenciamento falso. Esse é feio, é ridículo. Escândalo da saúde. Pessoas morrendo na fila dos hospitais. Escândalo das escolas de Santarém e outras cidades.

Hoje me chegou uma denúncia – falha-me a memória agora o nome da cidade – que também lá os alunos estão debaixo de mangueiras. Alunos que não têm – já vou terminar – salas de aula e vão para debaixo de mangueiras estudar. E o que ela disse? O que ela prometeu?

Escândalo do bar. Bom, desse aí eu nem vou falar. Desse eu não vou falar, porque eu não sou contra que mulher nenhuma beba em bares. Eu sou contra que uma Governadora, rotineiramente, vá a bares beber. Isso eu sou contra. Mas deu uma confusão, Flávio Arns, uma confusão! Quase me levam para a cadeia por causa disso. Quase em prendem por causa disso. E eu não falo mais nisso. Dizer que Ana Júlia gosta de ir para bar beber, eu não falo mais nisso. Eu nunca mais digo que Ana Júlia vai para bar beber. Nunca mais.

Então, Senador Papaléo Paes, essa é a minha revolta. Se eu tenho que pagar porque eu devo isso, eu tenho a honra de pagar pelo meu Estado. Se eu tenho que pagar porque denunciei, eu tenho a honra de pagar porque luto pelo meu Estado. Ninguém vai calar a minha boca. Ninguém! E eu estou aqui a pedir providências ao Ministério Público. Estava em ministérios, que era obrigação dela fazer, que era obrigação dela não deixar os paraenses tombarem assassinados nas ruas de Belém; que era obrigação dela dar saúde,

educação, estradas, seguranças, tudo que ela prometeu e que eu li aqui.

Desço desta tribuna, Senador Papaléo, certo de que estou cumprindo com a minha obrigação. E esta boca é a boca, neste Senado, do povo do Estado do Pará e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler:

É lido o seguinte

AVISO

– **Nº 39, de 2009–CN** (nº 964GP Tribunal de Contas da União, de 2009 na origem) o Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no Parágrafo 4º, do art. 71, da Constituição Federal, o relatório de atividades daquele tribunal referente ao segundo trimestre

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, DE 2009

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 para permitir a movimentação do FGTS no caso que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 20 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio, de 1990, passa a vigor acrescido do seguinte inciso XVIII:

“Art. 20.

XVIII – quando completar 35 anos de contribuição previdenciária do Regime Geral de Previdência Social se homem e 30 anos de contribuição se mulher”.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O legislador, ao instituir o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS teve por objetivo garantir ao trabalhador o direito a uma espécie de poupança

forçada, para que ele dela pudesse fazer uso, em momentos cruciais de sua vida.

No caso que ora especificamos cumpre esclarecer que, atualmente, o tempo para aposentadoria de homens e de mulheres trabalhadoras é de 35 e 30 respectivamente, contudo em face da previsão de aplicabilidade do fator previdenciário nem sempre este direito é exercido no momento em que implementa esta condição.

Sendo assim, permitir o saque do saldo de sua conta vinculada, neste momento, parece-nos de grande justiça social visto ser este o instante esperado pelo trabalhador para empregar o fruto de anos de trabalho para organizar seus planos de aposentadoria.

Não é demais recordar que um dos escopos da lei do FGTS é o de garantir a segurança ao trabalhador em momentos complexos de sua vida.

Assim sendo, esperamos contar com o necessário apoio de nossos ilustres pares a fim de aprovar esta medida de grande justiça social.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Conversão da Medida Provisória nº 177/90

Vide Lei nº 9.012, de 1995

Vide texto compilado

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O Presidente da República, faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – ~~despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;~~

I – ~~despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com o depósito dos valores de que trata o artigo 18. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)~~

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

II – ~~extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de con-~~

~~trato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;~~

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho nas condições do art. 19-A, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

~~VII – pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:~~

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 11.977, de 2009)

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

~~VIII – quando permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos;~~

VIII – quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X – suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. (Incluído pela Lei nº 8.922, de 1994)

XII – aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50% (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997)

XIII – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV – quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XVI – necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

~~XVII (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

XVII – integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea *i* do inciso XIII do **caput** do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 10% (dez por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurar que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

~~§ 6º Os recursos aplicados em quotas dos Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII deste artigo, serão destinados a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo Conselho Nacional de Desestatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)~~

~~§ 7º Os valores mobiliários de que trata o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após sua aquisição, podendo ser alienada, em prazo inferior, parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)~~

§ 6º Os recursos aplicados em cotas de fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII, serão destinados, nas condições aprovadas pelo CND, a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 1997, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais

destinações sejam aprovadas pelo CND. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 7º Ressalvadas as alienações decorrentes das hipóteses de que trata o § 8º, os valores mobiliários a que se refere o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após a sua aquisição, podendo ser alienada em prazo inferior parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 8º ~~As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a IV e VI a XI deste artigo e o disposto na Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, indisponíveis por seus titulares.~~ (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do **caput** deste artigo, indisponíveis por seus titulares. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 9º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 10. A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo de mesma natureza. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 11. O montante das aplicações de que trata o § 6º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 12. Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

§ 14. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mes-

mo período. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

§ 15. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os parágrafos 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do **caput** deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda: (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

I – a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II – os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas – FIC, de que trata o § 19 deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos do inciso XII do **caput** deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 16. Os clubes de investimento a que se refere o § 12 poderão resgatar, durante os seis primeiros meses da sua constituição, parcela equivalente a 5% (cinco por cento) das cotas adquiridas, para atendimento de seus desembolsos, autorizada a livre aplicação do produto dessa venda, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde resida, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a

procurador especialmente constituído para esse fim. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 19. (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

§ 20. (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do **caput** deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas – FIC, constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

I – elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II – declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

Art. 21. Após a centralização das contas de que trata o art. 12 desta lei, o saldo da conta não individualizada e da conta vinculada sem depósito há mais de 5 (cinco) anos será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado o direito do beneficiário de reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido, mediante comprovação.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2009
(Da Comissão Diretora)

Autoriza a Comissão Diretora do Senado Federal a propor atualização do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a Comissão Diretora do Senado Federal autorizada a propor atualização do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, a partir de 1º de julho de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, agosto de 2009.

Justificação

O presente projeto de lei tem como intuito central habilitar a Comissão Diretora do Senado Federal a atualizar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, de forma a adequá-lo às modificações estruturais ora em curso.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney** – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Adelmir Santana** – Senador **Cícero Lucena**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas nos termos do art. 235, § 2º, inciso f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/60, de 2009** (sem número na origem), do Banco do Brasil, encaminhando, nos termos do §4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB. V. Exª terá o tempo regimental.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, pretendo também fazer rápida abordagem sobre o lançamento do marco regulatório do pré-sal. Mas, antes, gostaria de relatar o choque de realidade que vivi no final de semana, porque deixar Brasília e ir até o interior do País é viver um choque de realidade. Eu estive no oeste do Paraná, em Cascavel, participando do lançamento da 30ª Expovel, uma grande feira e exposição que vai fotografar a realidade econômica da agropecuária em evolução no oeste do meu Estado.

O tema dessa Expovel revela uma preocupação com um assunto do momento: o meio ambiente. Vai-se debater durante a Expovel a compatibilização do interesse da produção maior com a necessidade inadiável da preservação ambiental. Os produtores rurais são, na sua maioria, preservacionistas e não depredadores, como querem alguns. O que falta não é o esforço do homem do campo para preservar o meio ambiente numa permanente lição de amor à vida.

O que falta é competência da autoridade governamental, que, até hoje, não ofereceu ao País uma legislação capaz, mas vai se debater este assunto

num cenário em que já se ofereceu um grande exemplo prático.

No Paraná, empreendemos o maior programa de preservação ambiental do País, hoje denominado Paraná Rural. Àquele tempo, quando tive a oportunidade de governar o Estado, o Programa de Microbacias passou a ser o carro-chefe da administração na área rural. Trata-se de um programa com 45 práticas agrícolas diferentes, desde os murundus em curva de nível para impedir que a erosão carregasse a fertilidade do solo, assoreando rios e lagos, até adubação verde, abastecedouros comunitários, readequação de rodovias rurais, etc. Um programa que preservou a fertilidade do solo, ainda hoje rico e fértil, e que foi considerado modelo para o mundo pela FAO e pelo Banco Mundial. Um programa como esse reconhece que a terra é um patrimônio individual circunstancialmente, mas, definitivamente, é um patrimônio da humanidade e, como tal, deve ser conservada rica e fértil e ser repassada às gerações futuras que dela também arrancarão a sua sobrevivência. Portanto, há exemplos na prática, e há uma preocupação presente lá em relação ao futuro do País.

No Oeste do Paraná, a grande indignação se dá agora pela não duplicação de uma das mais movimentadas rodovias do Estado que liga Cascavel a Foz do Iguaçu. O pedágio caro cobrado até agora não mudou o nome de “Rodovia da Morte”. É claro que há um descaso das autoridades. E o que espanta mais – por isso, houve uma manifestação no último sábado pela manhã naquela rodovia com amplo apoio da imprensa regional – é ver o Governo brasileiro transferindo recursos para a construção de uma rodovia na Bolívia para facilitar o escoamento da produção de cocaína. Foram US\$323 milhões transferidos para a construção dessa rodovia. No Paraná, uma rodovia que serve a turistas de todo o País, que para lá demandam a busca das belezas naturais proporcionadas pelas Cataratas do Iguaçu e por aquele patrimônio da humanidade, que é o Parque Nacional do Iguaçu, essa rodovia está na dependência de promessas não cumpridas e compromissos não honrados. Trago para a tribuna o desencanto do povo do oeste do Paraná diante desse descaso.

De lá, fui a Toledo, uma administração solidária competente liderada pelo Prefeito José Carlos Schiavinato. Visitei entidades sociais de apoio a menores e um centro de convivência de idosos.

O choque de realidade presente: enquanto lá os toledanos contribuem, se esforçam, são mantenedores dessas entidades ao lado da prefeitura, aqui em Brasília o Governo mantém-se insensível diante de reclamos essenciais, sobretudo dos idosos: projetos como os do Senador Paulo Paim aqui aprovados es-

tão paralisados na Câmara dos Deputados; impasses não superados como o dos aposentados do Aerus, que hoje chegam a Brasília já quase que desesperançados definitivamente, mas ainda vendo uma luz no fim do túnel na esperança de receberem aquilo que lhes é devido da parte do Governo Federal.

Fui à área rural, fui ao campo e me reuni com produtores rurais. E lá conheci um programa de rodovias rurais que a Prefeitura de Toledo realiza com a participação dos produtores rurais. Pequenas propriedades são valorizadas, com a pavimentação da estrada que facilita o escoamento da produção e estabelece uma conexão mais rápida e eficiente com o centro urbanizado, estimulando a permanência das famílias no interior. Um programa que é também exemplo e que deve ser seguido.

Enfim, esse é um choque da realidade, necessário para todos nós que estamos aqui em Brasília, muitas vezes, envolvidos com escândalos que se sucedem. Porque aqui, infelizmente, um novo escândalo faz que se esqueça do anterior e aguarde o próximo para ser esquecido. Essa é a realidade de Brasília. Que hoje vive, a poucos metros daqui, mais um espetáculo, o espetáculo do pré-sal.

O Governo anuncia de forma espetaculosa o marco regulatório; o Governo, que tenta ser proprietário dessa conquista, dessa descoberta. É bom lembrar que há mais de trinta anos a Petrobras vinha investindo em pesquisas para que pudéssemos alcançar essa descoberta.

É bom lembrar que alguns Presidentes não acreditavam muito. Faço referência ao Presidente Geisel do período autoritário. Geisel não era muito favorável a que a empresa investisse em pesquisas, mas a empresa, já à época revelando a sua independência investia, trabalhava e esse esforço da Petrobras é que possibilitou essa descoberta de tamanha importância para o futuro do Brasil.

Há um cuidado do Governo em apressar-se porque o horizonte temporal deste mandato está logo ali adiante: antes, uma eleição para a Presidência da República. E como o Governo não quer perder a oportunidade de obter dividendos de natureza eleitoral armou hoje o seu palanque com convidados especiais. Gera-se uma expectativa exagerada, extravagante mesmo em relação às possibilidades do pré-sal. Gostaríamos muito que essas expectativas fossem atendidas pela realidade. Receamos que não seja possível. De qualquer forma, devemos ser otimistas, mas não precipitados, oportunistas. O Governo quer que o Congresso Nacional defina o marco regulatório em 90 dias, 45 dias na Câmara e 45 dias no Senado Federal.

A primeira indagação: por que tanta pressa? Aliás, o ditado popular diz que o apressado come cru. O Governo quer pressa porque não quer alterações significativas na sua proposta; ele quer impor a sua proposta. Não que exista necessidade de urgência, até porque alguns impedimentos tecnológicos e financeiros ainda obstaculizam as iniciativas do Governo para chegar à efetiva exploração do pré-sal. São quatro projetos que o Governo quer que tramite em regime de urgência no Congresso Nacional. Temos discordâncias, queremos questionar. Especialistas devem participar desse debate em audiências públicas. Melhor demorar um pouco mais e oferecer um marco regulatório competente, com segurança para que essa descoberta possa significar realmente esperanças de um futuro promissor para o nosso País.

O Governo quer uma nova empresa estatal.

Nós questionamos essa iniciativa do Governo. Hoje as ações da empresa sofreram queda em razão desse anúncio do Governo. Mas, a indagação: Por que nova empresa? Afinal a Petrobrás, com a sua história, com seu conceito, com a sua capacitação técnica e profissional, com quadros técnicos experientes e comprovadamente eficientes, não teria as condições adequadas para administrar de forma plena a exploração do pré-sal?

A Petrobrás, afinal, é uma empresa que tem *know-how*. Não há empresa no mundo, segundo consta, que tenha tecnologia para a exploração em águas profundas como possui a Petrobrás. Esvaziar a Petrobrás seria o caminho? Esse é o primeiro questionamento. Não conhecemos detalhadamente os projetos apresentados pelo governo. Mas, sabemos, por exemplo, que quer o Governo, desde já, criar um fundo para o destino das receitas do petróleo. A proposta do Governo direciona para investimentos em títulos públicos, ações em projetos de infraestrutura, no Brasil e no exterior. Projetos de infraestruturas no exterior com recursos do petróleo brasileiro?

Já estamos combatendo essa atitude do Presidente Lula, generosa internacionalmente, de fazer cortesia com chapéu do povo brasileiro, levando bilhões de dólares para o exterior a fim de que obras de infraestrutura sejam, em vários países, realizadas, em prejuízo dos interesses brasileiros, já que obras de infraestrutura aqui são realizadas de forma pífia, muito aquém da necessidade, comprometendo, inclusive, o futuro do desenvolvimento do País.

Não se fala mais em aplicação exclusiva em educação e combate à pobreza; já se fala em receitas reservadas na sua primeira parte para investimentos, portanto em títulos públicos, em ações e projetos de infraestrutura no Brasil e no exterior. A outra parte, sim,

seria utilizada em saúde, educação e no combate à pobreza, em inovação.

Os percentuais não foram definidos, portanto é uma proposta insuficiente, incompleta. De plano questionaria a reserva de recursos para obras em infraestrutura, especialmente no exterior. Sempre defendemos a tese de que esses recursos deveriam ser destinados essencialmente para educação e saúde. Os percentuais não foram definidos, portanto o debate sobre esse fundo é prematuro. Parece-me beirar um pouco a ficção. Debater a reserva de recursos para determinados setores sem estabelecer percentuais parece-me ser insuficiente.

Alguém já disse que esse é um debate para depois que a Petrobras concluir seus testes e avaliar de fato o potencial do pré-sal, ainda pouco conhecido, até lá estamos discutindo a quem dar um cheque pré-datado que não sabemos se terá fundos.

Creio que esse consultor retratou bem a realidade. Um cheque pré-datado sem saber se terá fundos porque ainda não há uma avaliação capaz de nos oferecer o potencial exato do pré-sal a ser explorado pelo Brasil e que em condições será possível essa exploração e se temos desde já as possibilidades tecnológicas e financeiras para alcançar os resultados pretendidos.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, o Governo precisa recuar, já recuou e depois deixou de recuar. Prometeu a Governadores que retiraria o regime de urgência e depois decidiu enviar os projetos em regime de urgência. Acho que é fundamental, num primeiro momento, retirar a urgência desses projetos para que nós possamos debatê-los aqui em profundidade e oferecer a contribuição do Parlamento brasileiro no aprimoramento de uma proposta que é de tamanha importância para o futuro do País, que não pode ser a razão de deliberações precipitadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, que já havia sido anunciado como orador inscrito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Gostaria, em primeiro lugar, de destacar que, no sábado, o Senado Federal, por intermédio da sua gráfica, esteve presente em Curitiba, na Bienal do Livro, e entregou a entidades de pessoas com deficiência visual, com cegueira, exemplares de obras publicadas pela Gráfica do Senado em braile.

Foi um evento importante, bonito, mostrando que vem sendo feito um trabalho de fôlego pelo Senado Federal, por meio do serviço gráfico, onde várias obras, entre as quais, por exemplo, a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Assistência Social, o Código de Defesa do Consumidor e outras leis, já estão à disposição da pessoa cega. A lei que dispõe sobre as mudanças ortográficas recentes da Língua Portuguesa, por uma iniciativa do Senador Romeu Tuma, já foi passada para o braile.

Quero aproveitar esta ocasião, Sr. Presidente, para parabenizar o Senado Federal, particularmente a Gráfica, pelo trabalho que vem desenvolvendo em favor da pessoa com deficiência visual, que, sem dúvida, é um trabalho de cidadania.

Quero dizer que é importante também continuarmos com as obras de adequação de toda a infraestrutura do Senado Federal para tornar esse ambiente acessível à pessoa com deficiência. Cursos foram realizados para os funcionários que atendem às pessoas com deficiência nas entradas do Senado: como atender à pessoa surda, à pessoa cega, à pessoa com deficiência física. Equipamentos foram adquiridos, adaptações foram feitas, mas ainda existe um caminho importante a ser seguido, e não podemos adiar mais. Esse esforço tem de ser feito por todos nós.

Basta dizer que a essa cadeira onde V. Ex^a está sentado, Senador Paulo Paim, em qualquer sessão solene onde haja presença de uma pessoa em cadeira de rodas, ela não poderá chegar pelos seus próprios meios.

Acessibilidade significa tornar acessível a movimentação das pessoas por seus próprios meios, sem ajuda, como, por exemplo, que o banheiro seja adaptado, que haja rampa de acesso, possibilidade de se comunicar por telefone, pessoas que entendam a Libras, a Língua Brasileira de Sinais. Enfim, tudo aquilo que é importante para a pessoa com deficiência é bom para a sociedade toda. Basta pensarmos, por exemplo, em nossas cidades. As calçadas, por exemplo, têm de ser também lisas, antiderrapantes. Em toda cidade, deve haver uma espécie de uma ciclovia: lisa, antiderrapante. Todas as calçadas têm de ser feitas desse material, que inclusive é mais barato. Se nós pensarmos nas pessoas que gostam de fazer uma caminhada, uma corrida, elas também vão preferir essas calçadas lisas, antiderrapantes. Uma pessoa que esteja andando e empurrando um carrinho de neném, por exemplo, para ela também será muito mais adequado se o piso for liso e antiderrapante. Então, aquilo que é bom nessa área é, na verdade, bom para a população de uma maneira geral.

As leis existem, estão aprovadas, estão em vigor e, na verdade, elas devem ser cumpridas.

Eu quero destacar, também, que nós temos, aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência. E o apelo que eu faço para todos aqueles que acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelo Jornal e Agência Senado, os trabalhos aqui realizados, é para que sugiram, para que indiquem os pontos a serem debatidos nessa subcomissão permanente, que eu tenho a honra de presidir, o Senador Eduardo Azeredo é o Vice-presidente e vários Senadores e Senadoras compõem a subcomissão.

Queremos ver problemas bem específicos para que seja solucionados. Por exemplo, na área, em geral, se nós pensarmos, é uma população imensa. São 14,5% da população, de acordo com o IBGE, têm algum tipo de deficiência. Ou seja, cerca de 25 milhões de brasileiros. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, esse percentual é de aproximadamente 10%, de qualquer forma, 18 a 19 milhões de brasileiros.

Se formos observar, muitas famílias que acompanham os trabalhos do Congresso Nacional têm filho, filha, irmão, avô, avó ou sobrinho com deficiência, enfim, alguém da família, porque, se são 20 milhões de pessoas com deficiência e que vivem em grupo familiar de quatro pessoas – pai, mãe, irmãos –, vamos ver que 80 a 100 milhões de brasileiros têm alguma situação de deficiência na própria casa.

Então, nós queremos, nessa subcomissão, pensar nessas pessoas, nos problemas que essas pessoas enfrentam e colaborar no enfrentamento dos problemas e na descoberta de soluções. Por exemplo, pessoas que têm problema de paraplegia nos membros inferiores, tetraplegia, um elemento importante para independência dessa pessoa é a cadeira de rodas motorizada. Então, qual a linha de financiamento que existe, qual o programa que existe, como é que isso pode ser criado? Segundo exemplo: o acesso à compra de veículos pela pessoa com deficiência está sendo fácil? Está difícil? Problemas vêm sendo criados? O que pode ser feito para diminuir a burocracia, a dificuldade, se houver, para as pessoas com paralisia cerebral, que é uma deficiência motora, acentuada. Essas pessoas têm um desenvolvimento intelectual absolutamente normal, mas têm uma dificuldade física, motora, que pode ser mais ou menos acentuada. Essas pessoas vão para a escola de manhã, vão para a escola de tarde, mas chegam em casa e não têm as adequações e adaptações necessárias no banheiro, na sala, no quarto, para poderem ter uma vida com mais dignidade.

Como poderemos alterar a legislação para atender a essas pessoas, pessoas com deficiência mental e intelectual? Quando elas vão trabalhar – muitas delas vão trabalhar – são registradas, como devem ser, na carteira de trabalho e perdem o direito à atenção como dependentes do pai e da mãe. Esse fato é um impeditivo ao trabalho. Como resolver essa situação com o Ministério da Previdência?

Ainda um outro exemplo que pode ser fornecido: pessoas com deficiência intelectual mais severa e que podem trabalhar, mas só podem trabalhar em um ambiente supervisionado, orientado. A expressão que se usa é “protegido”, “supervisionado”. Como esse trabalho em parceria com uma empresa pode ser feito na própria entidade de que a pessoa com deficiência participa? Por exemplo, se está numa APAE, ela pode ser contratada pela empresa num projeto conjunto, já que a empresa tem de ter o seu sistema de cotas assegurado, para que essa pessoa continue trabalhando na APAE em parceria com a empresa. Ou como o sistema de cotas pode ser adaptado, adequado?

Existem universidades que mostram que a pessoa com deficiência, em muitas situações, não consegue um trabalho de mais qualidade, de mais valor, de salários melhores, pela falta de escolaridade. As universidades propõem: será que uma parcela do sistema de cotas não pode ser direcionada para a formação dessas pessoas, para que, com isso, consigam trabalhos com mais qualidade? Ou, na área da saúde, fisioterapia, fonoaudiologia, quantas famílias, pelo Brasil, estão preocupadas, pois o filho surdo ou o filho com problema físico ou o filho com problema mental precisa de fisioterapia, de fonoaudiologia, de terapia ocupacional, de psicologia e os serviços ainda não estão estruturados, à disposição para atender às necessidades desse cidadão.

Então, vamos discutir isso. Vamos tentar resolver esse problema.

Um outro problema: acesso a medicamentos. Quantas pessoas pelo Brasil precisam do medicamento para situações bem específicas da pessoa com deficiência e esses medicamentos são caros e não estão disponíveis na lista de medicamentos do Ministério da Saúde. E aí a pessoa gasta aquele BPC (Benefício da Prestação Continuada), aquele salário mínimo, para adquirir medicamentos em vez de, eventualmente, usá-lo para ter uma qualidade de vida melhor. Por que esse Benefício da Prestação Continuada, o salário mínimo para a pessoa com deficiência, não pode ser diferenciado de acordo com as necessidades do ser humano? Quantas pessoas pelo Brasil – as famílias podem apontar isto – têm filhos de 20 anos que ainda usam fraldas, têm a necessidade de usar fraldas! A

mãe não trabalha, o pai, muitas vezes, tem dificuldade de trabalho, para dar atenção especial a esse filho ou filha com dificuldades de atendimento.

Então, como resolver essa situação para que um benefício assistencial possa atender de maneira mais justa e mais adequada às necessidades daquele ser humano e também daquela família?

Enfim, o que eu quero dizer é que, nessa sub-comissão permanente para assuntos da pessoa com deficiência, nós queremos também atender a situações bem específicas, bem determinadas, bem práticas, bem concretas, para que a população toda possa ter um atendimento mais adequado. E isso interessa a toda a população.

Como eu disse, de acordo com o IBGE, são 25 milhões de brasileiros com deficiência. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, órgão da ONU para essa área, são vinte milhões de brasileiros. E só multiplicar por quatro – porque uma família tem quatro pessoas – e metade da população do Brasil, metade das pessoas aqui, Senadores, Senadoras, Deputados, todos têm interesse nessa área. E existe, dentro do Senado Federal, uma sensibilidade muito acentuada para o atendimento a essas necessidades.

Então, este é o apelo que faço, Sr. Presidente, para que nos dediquemos a isso. E convido todos que nos assistem pelos meios de comunicação do Senado Federal para que escrevam, mandem sugestões. Vamos, juntos, resolver esses problemas, que não são tantos, e todos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria de V. Ex^a, aprovado aqui no Senado e agora lá na Câmara dos Deputados.

Quero dizer, Sr. Presidente, que há aqui um grupo bastante grande de pessoas do Grupo Aerus, da Varig, que também estão há algum tempo buscando a realização dos seus direitos na aposentadoria pelo sistema complementar, pela previdência complementar. O Senado Federal vem-se empenhando nisso. Já fizemos reuniões no gabinete da Presidência com vários Senadores – Alvaro Dias, Mário Couto, V. Ex^a, eu próprio, Augusto Botelho, Mão Santa, Arthur Virgílio. Hoje, ainda, antes desta sessão, estávamos conversando para termos uma nova reunião. Há todo o entendimento já buscado com o Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, que participou de uma dessas reuniões também. Hoje mesmo, procuramos entrar em contato com ele, porque há um grupo de trabalho que deveria apresentar um resultado concreto da negociação em 60 dias. Não foi possível em julho, tendo sido prorrogado o prazo, que já se encerrou, por mais 60 dias.

Precisamos, em conjunto, Sr. Presidente, buscar a solução definitiva para o problema que aflige essas famílias, essas pessoas, comandantes de avião, mecâ-

nicos, copilotos e um grupo de profissionais que deram o melhor de si no decorrer da vida, acreditando que havia uma Secretaria que estaria controlando o emprego das suas aposentadorias, que seria a Secretaria de Previdência Complementar. Fizemos, inclusive, reuniões no Ministério e, para surpresa de todos nós, não havia essa fiscalização, esse acompanhamento. Agora, quando as pessoas estão com a aposentadoria, com a pensão, com dificuldades inclusive de sobrevivência, estão passando por esses percalços que precisam ser resolvidos.

O Presidente Lula já havia determinado que a solução fosse encontrada. O Dr. Toffoli, Advogado-Geral da União, em função dessa determinação, constituiu o grupo de trabalho, só que nós precisamos chegar a uma conclusão, porque esse adiamento vem causando um drama, um problema, uma desesperança muito grande em milhares de famílias brasileiras.

Só quero dizer da solidariedade de todos nós ao grupo aqui presente, que representa todas essas pessoas do Brasil inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, é uma feliz coincidência V. Ex^a estar na Presidência dos trabalhos nesta hora, quando aqui chegam os aposentados do Aerus, a quem saudamos e manifestamos a nossa mais sincera solidariedade.

Faço um apelo a V. Ex^a – já conversamos antes – no sentido de que a Mesa do Senado Federal faça um convite ao Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, para que amanhã, se possível ainda pela manhã, compareça a esta Casa, num gesto político de consideração aos aposentados, para que se possa relatar a eles, ou a uma comissão que eles designarem, o andamento das tratativas que foram anunciadas já há algum tempo.

Como disse o Senador Flávio Arns, houve a constituição de uma comissão, que teve um prazo de 60 dias, depois se pediu prorrogação para esse prazo e, até hoje, não há uma solução apresentada. O desencanto se generaliza.

Há ruídos, Sr. Presidente, de que o Governo já estaria buscando argumentos para negar o pleito. Como se sabe, houve a suspensão de uma ação que já estava no Pleno do Supremo Tribunal Federal para julgamento e que poderia ser a solução para esse impasse.

A recomendação de que se buscasse o entendimento e, a partir do entendimento, se chegasse a um acordo fez com que fosse sobrestada essa ação no

Supremo Tribunal Federal. Portanto, é preciso que o Advogado-Geral da União se manifeste amanhã, que transmita às lideranças desses trabalhadores aposentados a posição oficial do Governo. Não há mais tempo para tergiversação, não há como escamotear agora a verdade.

O Governo tem que dizer se vai pagar ou se não vai pagar o que é devido a esses aposentados e pensionistas. Se o Governo disser que não encontrou meios para efetuar o pagamento, que se ressuscite a ação no Supremo Tribunal Federal sem perder tempo. É por isso que já estou até solicitando para amanhã uma audiência com o Presidente Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Convidamos aqueles que estiverem disponíveis amanhã para, nessa audiência, levar esse pleito dos aposentados, porque é preciso encerrar essa celeuma. Ela já tem muitos anos de duração e tem significado um itinerário de sofrimento para essas pessoas. Alguns já faleceram, não tiveram a oportunidade de receber aqui o que lhes era devido. Outros, certamente, estão próximos de perder essa oportunidade. E nós não podemos alimentar essa insensibilidade, essa desumanidade.

Não queremos ser agressivos com o Governo em hipótese alguma. Não fazemos disso um instrumento oposicionista, não. Desde o primeiro momento, o nosso objetivo aqui foi suprapartidário. Senadores de vários Partidos, do PT, como V. Ex^a, o Senador Flávio Arns, agora sem partido, outros Senadores, de vários Partidos, estiveram ao lado desta causa. E nós queremos manifestar, mais uma vez, que o nosso propósito é, única e exclusivamente, fazer justiça a esses trabalhadores aposentados.

Portanto, Sr. Presidente, sei que V. Ex^a já está cuidando disso. Espero que tenha êxito nesse pleito, a fim de que o Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, possa comparecer à sala da Presidência do Senado Federal para uma audiência em que se prestarão esclarecimentos a essas pessoas que vieram de várias partes do Brasil exatamente carregando com elas os últimos lampejos de esperança de solução para o impasse em que vivem já há algum tempo, infelizmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, comunico a V. Ex^a que solicitei, como fiquei no exercício da Presidência desta sessão, que o Ministro Toffoli seja convidado a estar aqui, amanhã, já que havíamos marcado uma audiência com o Presidente Sarney, para participar dessa reunião e buscarmos um entendimento. Quero dizer que acompanharei, sim, V. Ex^a à Presidência do Supremo Tribunal Federal, como estive lá com V. Ex^a,

num primeiro momento, acompanhado de Senadores de todos os partidos.

Entendo – e falei isso ao Ministro Toffoli – que não faz sentido. Pediu-se um prazo no Supremo para que, em 60 dias, se construísse um entendimento; passaram-se 60 dias, pediram mais 60. Então, não há lógica. Seria melhor deixar a ação lá, que, no meu entendimento, estava bem encaminhada.

Por isso, quero deixar registrada minha total solidariedade. Acho que essa é a visão, inclusive, de todos os Senadores, independentemente da questão partidária. Como estou aqui, de frente para os senhores e as senhoras que estão nas galerias, percebo a tristeza no olhar de cada um. Por isso estão aqui, tendo se deslocado dos seus Estados. Mas podem ter certeza de que, se depender do Senado da República, faremos de tudo para que se construa uma saída com o Governo. Enfim, se não der, vamos exigir votação rápida lá no Supremo Tribunal Federal.

Esse é o objetivo, com certeza, dessa audiência que teremos amanhã, tanto com o Presidente Sarney, quanto com o Ministro Toffoli e também com o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Passo a palavra, como Líder, ao Senador José Agripino e, como orador inscrito, por cessão da Senadora Fátima Cleide, em seguida, falará o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria só que V. Ex^a me informasse minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Antes de V. Ex^a, ainda está inscrita a Senadora Fátima Cleide, que cedeu lugar ao Senador Aloizio Mercadante. Depois vem Cristovam Buarque, Roberto Cavalcanti e Valdir Raupp. Depois, Valter Pereira e Renato Casagrande.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estava vindo agora de casa para o Plenário, ouvindo uma rádio no carro que transmitia a solenidade do pré-sal. Vi algumas manifestações e algumas manchetes que me valem as observações que desejo fazer.

Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse uma coisa com a qual concordo inteiramente: “O petróleo pertence a todo o povo. Hoje é o dia da independência”. Ele se refere ao petróleo do pré-sal.

Presidente Paim, concordo inteiramente com o fato de que o petróleo pertence a todo o povo, mas não conheço lago de petróleo, nem rio de petróleo; o

petróleo está lá embaixo e, para pertencer ao povo brasileiro, tem de ser extraído, acumulado, processado e vendido como gasolina, como BPF, como óleo diesel, como querosene, para ter valor comercial. Aí, sim, ele é um bem, patrimônio do povo brasileiro.

Digo isso porque tenho muito receio de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa estar usando uma descoberta que pertence realmente ao povo do Brasil como foi usado o anúncio do Programa Fome Zero, que não chegou a lugar nenhum, não fora o Bolsa Família, que é a reunião de uma série de programas que já existiam e que foram, é verdade, acrescentados em benefício dos mais pobres do Brasil. O Programa Fome Zero, como programa, não chegou a nada. O programa do biodiesel, que foi anunciado com pompa e circunstância, perdeu-se na economicidade. Fazer biodiesel com mamona, como foi prometido no meu Estado, o Rio Grande do Norte, deu em nada; não há plantio nenhum, não há usina nenhuma. Fazer biodiesel de soja é absolutamente falácia, porque não tem economicidade; o óleo de soja tem valor muito maior para ser vendido como óleo comestível do que para ser transformado em combustível.

Eu tenho receio desse tipo de evento como o que foi produzido hoje para anunciar a mudança, por proposta, de uma lei que deu certo. Presidente Paim, em 1997, foi feita uma lei, a Lei do Petróleo, que pôs exatamente a produção na mão do petróleo brasileiro. “O petróleo é nosso” passou a ser realmente nosso a partir da lei votada em 1997, que fez com que, por um regime de concessões, o petróleo saísse do subsolo, em terra ou no mar, e produzisse a autossuficiência do Brasil em petróleo. Fez com que saíssemos de 300, 400, 500, 700 mil barris por dia para dois milhões de barris por dia. Produziu-se uma realidade alvissareira. Na década de 90, a indústria petrolífera brasileira não significava mais do que 3% do PIB; hoje, significa 12% do PIB. Produto de quê? Dos fundamentos do que significou a Lei do Petróleo, das concessões. Produzimos contratos de risco que geraram o quê? Inclusive a descoberta do pré-sal. Foi tudo decorrente de uma lei que deu certo, que é transparente e que é acreditada no plano internacional.

Qual é o meu receio? É que se esteja agora anunciando um novo marco regulatório que troca as concessões por uma lei de partilha, partilha que significa a volta à ingerência do Estado, que Sua Excelência o Presidente Lula justifica. Tenho receio muito forte porque, Presidente Paim, Senador Dornelles, o pré-sal que está descoberto e meio quantificado numa extensão de 800 km por 200 km de largura, do Espírito Santo a Santa Catarina, não é privilégio apenas do Brasil. Tenho informações de que há pré-sal nas cos-

tas de Angola. E aqueles investidores que poderiam ser mobilizados por uma lei como a Lei do Petróleo, que já atraiu investidores que produziram a autossuficiência de petróleo do Brasil, poderiam, em vez de ficar aqui, atraídos por um marco regulatório positivo para eles pelo Governo brasileiro, ir para outros lugares. Nós não temos US\$20 bilhões para transformar o petróleo do pré-sal, que está a 8 km de profundidade, passando por uma lâmina d'água de 2 km; não temos dinheiro, recursos próprios do Estado brasileiro para buscar esse petróleo e transformar esse petróleo em um bem do povo. Esse bem é do povo na hora em que ele for apanhado. E o meu receio é de que a discussão desse marco regulatório esteja sendo feita de forma "aligeirada".

Senador Paulo Paim, a produção de petróleo do pré-sal, como está dita, que "enseja qualquer tipo de investimento ou chama qualquer tipo de investidor, porque é de baixíssimo risco", a mim não convence. Eu não conheço nenhum país que tenha experiência absolutamente amadurecida de exploração de petróleo à profundidade de 7, 6 ou 8 km. Não conheço. O campo de Tupi, que é um dos campos do pré-sal, que se supunha já estivesse produzindo 15 mil barris de petróleo, está produzindo 7,5 mil barris, muito aquém daquilo que se esperava.

Isso é risco para o investidor, é dúvida para o investidor, como dúvida maior é a oscilação do preço do petróleo. Há dois anos, o preço do barril de petróleo estava beirando os 150 dólares. Hoje, está na faixa de 50 ou 60 dólares o barril. E você vai fazer investimento proporcional ao resultado da operação que você faça de captação ou de sucção desse petróleo para venda no mercado brasileiro e no mercado internacional.

Há enormes riscos que têm de ser considerados. E o que se propõe ao Congresso agora, Senador Valter Pereira, é uma coisa que não aconteceu *interna corporis* dentro do Governo. O Governo, para chegar à posição em que chegou, e que nem dentro do Governo é consenso, levou 14 meses. A fórmula do marco regulatório, que não é consenso nem dentro do Governo, levou 14 meses em discussão. De repente, fazem uma reunião do Conselho Político e resolvem mandar para o Congresso Nacional discutir, em regime de urgência, urgentíssima, dando 45 dias à Câmara e 45 dias ao Senado.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a, que é filiado ao Partido dos Trabalhadores, um homem sensato, como eu que sou de um partido de Oposição e que tenho a obrigação de também ser sensato, não temos o direito de usurpar da sociedade o direito de participar dos debates sobre o marco regulatório, para que esse petróleo seja um bem do povo, para que esse petróleo seja

succionado. Ele não está em nenhum lago, não está em nenhum rio; ele está lá embaixo. É preciso que haja investidor que acredite no marco regulatório, numa lei acreditada brasileira. E nós é que temos a responsabilidade de produzir essa lei, para que o investimento aconteça, para que esse bem seja do povo brasileiro. Do contrário, nós estaremos participando de uma farsa: trocar o certo pelo duvidoso.

A Lei do Petróleo já deu certo. Já deu! O Brasil, por conta dela, já atingiu a autossuficiência! No PIB brasileiro hoje, diferente da década de 90, a indústria de petróleo significa 12% do PIB – era 3%! Vai trocar a Lei de Concessões por um novo marco regulatório, que trata da partilha entre empresas contratadas pelo Estado brasileiro e o Estado brasileiro, com o objetivo de distribuir a renda para o povo brasileiro. Não precisa mudar uma lei acreditada. O Brasil pode, o Governo pode, por decretos, aumentar a participação da União na renda do petróleo sem precisar modificar a lei que já está passada a limpo, já é propriedade da credibilidade das instituições brasileiras.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador Valadares. Com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a traz ao debate nesta Casa um assunto que é da mais alta relevância para o futuro da nossa economia. O aproveitamento dos recursos do petróleo, por meio da camada do pré-sal, existente numa profundidade incrível que chega até a 9 mil metros, é uma preocupação, sem dúvida alguma, mas é uma tecnologia de que o Brasil já tem total domínio, por intermédio da ação da Petrobras. Quanto à regulamentação do pré-sal, o marco regulatório que está sendo instituído pelo Governo, a finalidade, Senador José Agripino, é conceder à União maior participação nos lucros advindos da exploração do pré-sal, porque, como nós sabemos, existem duas condicionantes que devem ser observadas: em primeiro lugar, o risco menor da operação; segundo lugar, a sua rentabilidade. Então, essas duas condicionantes é que estão levando o Governo a adotar agora, em vez do regime de concessão - que foi estatuído há muitos anos em nosso País, que vem sendo usado na exploração em terra e também no mar -, o regime de partilha, que é aplicado em diversos países, notadamente nos lugares onde há esses dois fatores, quer dizer, um risco menor em contrapartida a uma rentabilidade maior. O marco regulatório será nessa direção, para proteger o nosso País de uma exploração predatória, onde empresas que não vão ter nenhum risco para explorar o

petróleo possam usufruir lucros exorbitantes. Aquelas empresas que já têm contrato definido, que já foram objeto de licitação, etc., pela lei contratual...

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...essas empresas, mesmo ali na área do pré-sal, como já têm contrato garantido, e os contratos são imutáveis, o Brasil assumiria um grande risco se porventura viesse a revogar contratos anteriormente assinados, porque isso não é uma lei, mas um costume internacional da observância dos contratos. Mas, quanto aos novos contratos, que vão incidir em 72% da área do pré-sal, esses contratos serão sob o regime de partilha, na certeza de que, assim fazendo, o Brasil vai proteger as suas riquezas, vai evitar uma exploração predatória e terá a garantia de um lucro maior para si. Parece-me que, no marco regulatório, no mínimo, a empresa terá de partilhar com a União 30% do resultado da exploração.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Valadares, obrigado a V. Ex^a pela sua contribuição. Trinta por cento são a participação mínima da Petrobras dentro desses contratos a que o Governo se propõe a fazer em regime de partilha?

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Correto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – A minha preocupação, que deve ser a preocupação de V. Ex^a, que é um bom brasileiro, é que a substituição do regime de concessão por regime de partilha signifique uma presença exagerada do Estado. Eu acho que o Estado – não é aqui, não é na África, não é em lugar nenhum do mundo – não é bom empresário. Na época de “o petróleo é nosso”, nós não passávamos de 300 mil barris de petróleo por dia, e as reservas existiam. Foi a Lei de Concessões que possibilitou evoluirmos de 300 mil barris de petróleo para 2 milhões de barris de petróleo por dia, gerando a autossuficiência.

A participação do capital privado pressupõe uma mão dupla de interesses. Nós participamos do risco – e há risco, sim, na exploração de pré-sal; há risco real, até pela flutuação do preço do petróleo –, mas queremos que a legislação que o Brasil oferece seja permanente e acreditada. Mais do que isso, Senador Valadares...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, por exemplo, na região da bacia de Santos...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Eu concedo a V. Ex^a mais um aparte.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...o risco é zero por cento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Não entendi.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Estou sendo informado de que, na região do pré-sal na área de Santos, no litoral de Santos, o risco é praticamente zero.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Valadares, o risco seria zero se eu tivesse razões para acreditar. O anúncio que a Petrobras fez, a instalação que a Petrobras deu para a produção dos primeiros postos exploratórios da bacia de Tupi foi de 15 mil barris. O primeiro poço exploratório não passou de 7,5 mil barris.

O preço do barril de petróleo flutua - e V. Ex^a sabe - de acordo com a situação do mundo. Nessa história de risco zero em matéria de investimento, você tem risco em investir dinheiro para obter xis barris e não conseguir os xis barris; tem risco em a tecnologia que não é conhecida para buscar petróleo a 8 km de profundidade não ser adequada; e tem risco no faturamento da sua produção pela flutuação do preço do petróleo, em que você não manda, você investidor; quem comanda são as leis de mercado.

Em cima disso tudo, eu diria a V. Ex^a, o Governo brasileiro, sem precisar macular a legislação que já deu certo, a Lei de Concessões, a Lei do Petróleo, de 1997, poderia auferir uma renda muito maior para nós, brasileiros, mediante uma taxa combinada, uma taxa a maior. E mais: V. Ex^a, que é municipalista como eu, na medida em que o regime de partilhas seja estabelecido, diferentemente da Lei de Concessões, quem vai pagar parte da conta é a perda de receita de Estados e Municípios, que vão ter diminuídos seus **royalties**.

Então, até em nome disso, nós temos a obrigação de estabelecer o mais profundo debate nesta Casa, para dar à sociedade o direito de opinar. Nós não podemos ser instrumentos para que a sociedade não opine. Nós somos, neste momento, o instrumento que a sociedade vai ter e com que vai contar para opinar em termos de acerto ou equívoco para a lei do pré-sal, que é um patrimônio do povo brasileiro na medida em que exista investidor que aplique dinheiro para retirar o petróleo que está a 8 km de profundidade.

Do contrário, Sr. Presidente, nós vamos todos participar de uma suposição que alguns possam fazer...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Por que essa pressa? O Governo, durante 14 meses, não chegou a um consenso, ou o consenso a que chegou foi fechado no martelo. Por que agora o Governo, que em 14 meses não encontra um consenso, quer impor

três meses ao Congresso Nacional para dar, em três meses, a oportunidade de a sociedade se manifestar nas audiências públicas? É porque a pressa é política? É porque esse ato de anúncio do pré-sal é um ato eleitoral? Se é, temos, em nome do interesse nacional, que aqui nos rebelarmos. E não vamos concordar com o aligeiramento desse debate e dessa discussão. Se a matéria vem em regime de urgência, urgentíssima, eu vou trabalhar no meu Partido para, se for o caso, a pauta ficar trancada. Mas esse assunto não vai ficar sem as respostas que o Brasil quer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, como orador inscrito, ao Senador Aloizio Mercadante.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aviso ao Plenário que vai ser um inscrito e um Líder. Então, depois do Aloizio; como Líder, Senador Dornelles. Em seguida, Cristovam Buarque. Depois entra um Líder e depois o Roberto Cavalcanti. Um Líder e Valter Pereira.

Senador Aloizio Mercadante, como orador inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Tenho certeza absoluta de que o Senador Aloizio Mercadante vai-se referir ao evento e ao lançamento do pré-sal e do envio a esta Casa dos quatro projetos que tratarão do assunto: o marco regulatório, a criação da empresa da Petrosal, do fundo social e ambiental, para que possamos ter a aplicação dos recursos provenientes da exploração dessa riqueza fantástica revertendo-os de forma efetiva para o benefício da população brasileira, e também a capitalização da Petrobras.

Quando eu estava adentrando o plenário, tive oportunidade de ouvir a manifestação do Senador Agripino Maia, Líder do Democratas, que respeito. Mas a população brasileira vai estar muito atenta, porque uma descoberta dessa magnitude, que pode fazer toda a diferença para o nosso País e para o povo brasileiro, tem urgência, sim. Tem muita urgência. Tem urgência e relevância.

Além do mais, este não é um assunto que está caindo do céu. Não. É um assunto que já estamos debatendo há muito tempo. Já tivemos audiências públicas. Já vieram aqui o Presidente da Petrobras e

o Ministro Edison Lobão, ou seja, várias comissões já vêm debatendo este assunto. Temos projetos na Casa. Inclusive, já quero, de antemão, pedir à Comissão de Assuntos Sociais, que está com uma batelada de projetos anexados e precisa designar Relator, que designe para que possamos fazer o debate, junto do marco regulatório, também da questão dos **royalties**, das linhas demarcatórias.

Acho que este assunto é o mais importante para o Brasil e para o povo brasileiro. Obstrução, impedimento de votação e de discussão não acredito que sejam a melhor maneira de enfrentar um assunto dessa relevância e dessa importância. Portanto, faço o apelo no sentido de desarmar-se. Vem em regime de urgência urgentíssima, sim.

Só que nós teremos mais do que tempo para debater um assunto que, volto a dizer, já vem sendo debatido antes da chegada dos projetos. Já pelo menos há quase dois anos, desde a descoberta que a Petrobras fez, com a sua capacidade técnica, com a sua equipe fantástica, que todos nós temos que elogiar sobremaneira. A Petrobras teve capacidade de descobrir petróleo a sete mil metros de profundidade, o que nenhuma outra empresa, nenhum outro país teve capacidade de descobrir.

Por isso, eu acho que é desarmar os ânimos, pois o assunto é urgente, é relevante, é importante, e é, eu não tenho a menor dúvida, a possibilidade de sermos um País rico, com o seu povo também rico, desde que o dinheiro seja apropriado pelo Brasil – e por isso o modelo de partilha é tão importante – e seja aplicado com interesse social, como está previsto no Fundo Social e Ambiental que vem acompanhando o marco regulatório.

Então era isso, Sr. Presidente. Peço mil desculpas, mas tenho certeza de que o Senador Aloizio vai discorrer, de forma brilhante, sobre este assunto, que ele acompanha há tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Mas quero informar a Graziela, que está aqui, e aos companheiros do Aerus que o Presidente Sarney confirmou que vai nos receber amanhã, às 11 horas, e nós estamos trabalhando para ver se o Ministro Toffoli também se faz presente.

Com a palavra o Líder Aloizio Mercadante, como orador inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje é um dia muito especial e a história o registrará, do meu ponto de vista, dessa forma. Tão especial quanto foram especiais aqueles que se levantaram um dia, lá

nos idos de 1953, para dizer, primeiro, que este País tinha petróleo. Os primeiros indícios de petróleo montam a 1930, em Lobato, na Bahia.

E desde então nós tínhamos assistido a várias descobertas de reservas em terra de petróleo. Em 1953, um grande movimento popular dizia que o Brasil tinha petróleo. Monteiro Lobato teve um papel destacado entre aqueles que lutaram na gloriosa campanha do Petróleo é Nosso.

Havia aqueles que diziam mais, que o Brasil não só tinha petróleo como tinha que ter uma empresa de petróleo e que essa empresa mudaria a história econômica do Brasil e foi assim lutando contra tantas adversidades e tantos que não acreditavam nessas duas possibilidades que o Brasil criou a Petrobras. Não só criou a Petrobras como desenvolveu uma tecnologia inovadora, revolucionária, de vanguarda para prospectar o fundo do mar. E foi exatamente nas águas do Oceano Atlântico, na nossa costa litorânea que a Petrobras começou a descobrir as suas principais reservas de petróleo.

E agora não mais apenas na costa, em água rasa, mas em águas profundas e ultraprofundas como é o caso do pré-sal que são reservas entre cinco e sete mil metros de profundidade e, às vezes, com dois mil metros de camada de sal espesso que a Petrobras desenvolveu a tecnologia.

Foi a primeira empresa na história a chegar lá e descobriu grandes reservas de petróleo que o Brasil não imaginava que pudesse ter. Só as descobertas nos três poços de Tupi, Iara e o Parque das Baleias estamos falando entre 9,5 a 14 bilhões de barris de petróleo. O que tínhamos de 1930 até 2006 era exatamente 14 bilhões de barris de reservas provadas da Petrobras. Portanto, nós, praticamente, só nesses três postos já identificados e quantificados do pré-sal, nós dobramos as reservas de petróleo no Brasil.

O Brasil é hoje o 16º principal País produtor de petróleo do mundo. Estamos produzindo mais de 2 milhões de barris/dia, e somos o 16º País exportador de petróleo. Mas, com as reservas do pré-sal, o Brasil poderá estar em décima ou até mesmo em sexta principal economia exportadora de petróleo, o que mudará decididamente a nossa história econômica, o nosso balanço de pagamentos, a nossa economia, as nossas relações econômicas e sociais.

Nós vivemos num mundo em que a produção mundial é de 86 milhões barris/dia, ano passado. A demanda global para 2030 é de 106 milhões de barris. Portanto, praticamente se estima um déficit potencial na produção de petróleo de 75 milhões de barris, ou seja, com as reservas atuais, se não forem feitas novas e importantes descobertas, faltará petróleo no mundo

nos próximos vinte anos, numa estimativa da ordem de 75 milhões de barris por dia.

Portanto, o preço do petróleo deve subir substancialmente. Fontes alternativas de energia estão surgindo. E é muito importante que elas se desenvolvam. Mas o petróleo continuará sendo fundamental como matriz energética da economia mundial, seja na indústria, seja nos automóveis. Não há como substituir, num curto espaço de tempo, o papel do petróleo. E o Brasil, ao se posicionar como um grande produtor exportador de petróleo terá um papel absolutamente decisivo no desenvolvimento de sua economia.

Quando analisamos os países produtores de petróleo, primeiro Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes, Irã, Líbia, Rússia, Venezuela, que são os países que estarão na frente do Brasil, todos eles forma marcados, primeiro, pela incapacidade de desenvolver com o petróleo as outras atividades econômicas, a chamada doença holandesa. O petróleo aprecia de tal forma a moeda que cria uma cultura parasitária, que a sociedade vive quase que exclusivamente dessa riqueza natural e as outras áreas da economia não se desenvolvem. São países marcados por instabilidade política, por grandes conflitos da sociedade civil, por guerras. Isso, inclusive, foi denominado na literatura como “a maldição do petróleo”.

O Brasil não tem por que repetir esses erros. Nós já somos a 10ª economia do mundo, um país com a economia diversificada, com uma base industrial, científica e tecnológica, com uma força muito grande no agronegócio. Portanto, o Brasil tem que saber usar essa riqueza com inteligência, aprender com os erros e com acertos de outros países e desenvolver um modelo novo capaz de impedir que a forma de produzir, a forma de se apropriar dessa riqueza e como essa riqueza pode ou não desenvolver o resto da economia seja debatido com muita profundidade, permitindo ao Brasil não viver os erros das grandes potências produtoras e exportadoras de petróleo.

O primeiro passo para isso é o debate sobre o marco regulatório do pré-sal. E qual é o debate do marco regulatório do pré-sal? No debate aqui, em 1997, o governo anterior fez uma lei do petróleo em um tempo em que a ideologia apontava para o Estado mínimo, que a Petrobras estava extremamente fragilizada, descapitalizada, a ponto de algumas autoridades do governo defenderem a privatização da Petrobras naquela época, defenderem a mudança de nome da Petrobras para Petromax. E havia um movimento muito forte contrário à ideia de uma empresa estatal num setor tão estratégico quanto é o petróleo.

Naquele tempo, o barril do petróleo custava US\$19 em média. Não havia condições de financiar a economia

brasileira. Vivíamos de crise em crise, de instabilidade em instabilidade, com problemas no balanço de pagamento, sem crédito internacional. Apesar de tudo isso, a Lei de Concessões – e é verdade aqueles que dizem – ajudou a atrair investimentos para o Brasil, ajudou a novas descobertas de petróleo e teve o papel adequado para um país naquela condição, com alto risco exploratório e campos de baixa produtividade. É o que nós tínhamos até o pré-sal. O pré-sal muda isso porque o Brasil passa a ter megacampo de petróleo. Tupi e lara são as mais importantes descobertas de petróleo da última década e estão entre as mais importantes da economia mundial. O Brasil começa a ter grandes campos com alta produtividade em um momento em que a Petrobras é a segunda empresa de petróleo do mundo; é a primeira empresa em valor de bolsa no Brasil e na América Latina; é uma empresa que tem um cronograma de investimentos de US\$174,00 bilhões até 2013; é uma empresa que consegue se financiar nessa crise com US\$32 bilhões na economia mundial. Portanto, é uma empresa que cria, no seu programa de investimentos, quase 1 milhão de empregos diretos. A Petrobras, sozinha, representa mais de 6% da economia brasileira hoje, enquanto o petróleo representa mais de 12%. Portanto, neste momento, o Brasil pode e deve criar um novo marco regulatório.

O que é que fundamenta a convicção do Governo de fazer essa alteração? Dos 24 países produtores e exportadores de petróleo, dezoito tem um marco regulatório misto, ou seja, o regime de concessão que nós temos e o regime de partilha ou serviços.

Qual é a diferença entre concessão e partilha?

Na concessão, o Governo licita os blocos de petróleo e essas licitações permitem que as empresas que descobrirem o petróleo passem a ser proprietárias das reservas. Você privatiza as reservas de petróleo. No regime de partilha, não há essa privatização. As reservas ficam sendo patrimônio do povo brasileiro, do Estado brasileiro, da sociedade brasileira. É uma mudança qualitativa fundamental.

Agora, eu peço àquelas vozes privatizantes que sempre estão presentes neste debate: digam-me por que de todas as reservas no mundo só 7% pertencem às grandes multinacionais do petróleo e 77% das reservas pertencem às empresas nacionais, empresas públicas, empresas estatais? Portanto, mais de dois terços das reservas do mundo pertencem aos estados nacionais. E é por isso mesmo que nesses países há o regime de partilha. A partilha significa que o Estado detentor das reservas contrata uma empresa operadora de petróleo. No nosso caso, será a Petrobras, a empresa que tem a melhor tecnologia, uma empresa nacional, uma empresa que desenvolve navios, sondas, plata-

formas no País, que gera submissão de importações, que gera emprego. A Petrobras, em todas as áreas do pré-sal, terá no mínimo 30% dos contratos. Se ela quiser ter mais de 30%, vai ter que ir à licitação. E qualquer empresa que quiser participar pode participar, vai ter que aumentar o bônus para o Governo. Quanto maior a participação do Estado na partilha, mais chance a empresa tem de vencer a licitação.

Então, exatamente nessa mudança qualitativa, o Estado brasileiro vai ter a segurança de que o petróleo que produz uma parte é dele. No regime de partilha não há problema de preço, oscilação de preço, está sempre preservada a rentabilidade. A Petrobras vai ter toda informação estratégica do pré-sal, vai controlar a gestão. Para isso, o Governo vai mudar o marco regulatório. Nós queremos que o Congresso Nacional faça essa alteração.

A segunda alteração importante é que temos que criar uma pequena empresa estatal, 100% estatal, que vai se chamar Petrosal, só formada de técnicos. É uma empresa que não tem orçamento, não tem receita, não investe, não pode ser operacional. O papel dela é trazer todas as informações do regime de partilha para fiscalizar o custo das operações, para poder garantir que aquela parcela da produção que é devida à União, ao Estado nacional está preservada, está assegurada por seu justo valor. Então, é uma empresa de técnicos de altíssimo nível, muito pequena, que não investe, não tem orçamento, não tem receita, não é operacional. Ela simplesmente fiscaliza as operações para dar total transparência na estrutura de custos e garantir o óleo lucro, que é de onde vai sair a participação da União, a participação do Estado no regime de partilha. Portanto, a mudança do regime para partilha, a criação da Petrosal é o segundo projeto de lei que teremos.

Qual é o terceiro? O terceiro projeto de lei é o projeto de capitalização da Petrobras. Ora, se a Petrobras vai ser responsável por, no mínimo, 30% de todos investimentos no pré-sal, de todas as operações do pré-sal, ela precisa ser fortalecida, precisa de musculatura, precisa de capacidade operacional. Então, o Governo apresenta um projeto de lei para fazer um aporte de capital na Petrobras. Como a Petrobras já é uma empresa de capital aberto, todos os acionistas que quiserem participar desse aporte de capital podem fazer. O Governo pretende aportar até 5 bilhões de barris de reservas a um custo estimado que pode U\$5, US\$7, US\$10, porque o petróleo que está no fundo do mar e ainda não foi explorado, se nós trabalharmos com o custo de 5 dólares, estamos falando de 25 bilhões de dólares, 50 bilhões de reais é o valor do aporte de capital. Se for de 10 dólares o barril, estamos falando

de 100 bilhões de reais, aproximadamente 50 bilhões de dólares.

A ANP, a Agência Nacional do Petróleo, terá de calcular o preço efetivo. Haverá auditorias internacionais para saber exatamente qual é o custo dessas reservas, e a União pretende aportar essas reservas como capital da Petrobras. Como será feito isso? A empresa abre o seu capital, o Governo coloca títulos públicos na ordem de, por exemplo, 100 bilhões de reais, se o preço do barril em média for de 10 dólares. E, ao fazer esse aporte de capital, posteriormente a Petrobras devolve esses títulos para o Governo e recebe reservas de petróleo.

Portanto, a capitalização da Petrobras não vai aumentar a dívida pública, não tem nenhum impacto fiscal. É uma transferência de reservas, principalmente nas áreas que já foram licitadas, que são de 28% da área total do pré-sal. O pré-sal são 149 mil km², sendo que 28% já foram licitados no regime de concessão. A área em torno ao poço de Tupi, Iara e o Parque das Baleias deverá ser transformada em aporte de capital para a Petrobras.

Então, mudar o marco regulatório para partilha, criar a empresa Petrosal para acompanhar, monitorar e gerenciar o processo e, terceiro, fortalecer a Petrobras com esse aporte de capital de até 5 bilhões de reais.

Qual é o quarto projeto que o Governo encaminha ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados? É o projeto que prevê a criação de um fundo social.

Outra característica dos países produtores de petróleo, além da instabilidade política, do parasitismo que, às vezes, essa riqueza fantástica gera nas economias, que atrofia as outras áreas da produção, é que na maioria desses países o povo não se beneficiou da riqueza; a riqueza não chega ao povo.

A criação desse fundo social é para garantir que todo esse recurso que vem do petróleo se transforme num aporte de recurso no fundo para aplicar em infraestrutura, energia, transporte, logística. E o resultado das aplicações desse recursos, inclusive internacional, quando houver a apreciação do real, a apreciação da moeda, seria transformado em política públicas. Quais as áreas? Educação e cultura, com a grande prioridade em educação, que é a melhor forma de nós usarmos essa riqueza para gerações futuras, preparar o Brasil para uma sociedade do conhecimento; ciência e tecnologia; combate à pobreza e meio ambiente, porque o petróleo produz gás carbônico, produz CO₂, aumenta a emissão de carbono na atmosfera. E nós precisamos ter um forte programa ambiental compatível com o uso dessa riqueza.

Então, com essa concepção do fundo social, o Brasil está assegurando, ao mesmo tempo, recursos

para investir em infraestrutura e em desenvolvimento, aumentar os investimentos, e fazer políticas sociais nas áreas mais sensíveis.

Esse modelo talvez seja o mais próximo, apesar de ser um modelo brasileiro, do que a Noruega fez. A Noruega é um dos países que soube usar com inteligência o petróleo, desenvolveu outras áreas da economia, criou um fundo soberano, um fundo semelhante de longo prazo, portanto, fez uma poupança que permitiu dar estabilidade econômica e políticas sociais para melhorar a qualidade de vida do povo norueguês, inclusive na área ambiental – o Brasil mesmo recebe recursos desse fundo –, e é um país exitoso entre tantos que não souberam usar essa riqueza.

O grande desafio do Brasil é: como é que nós vamos transformar essa riqueza natural numa riqueza econômica, numa riqueza social, e numa riqueza ambiental? Esse é o debate que o Brasil precisa fazer e essa é uma grande discussão.

Em 2010, já no ano que vem, nós vamos ter um projeto piloto no poço de Tupi, que está agora em fase de testes; a partir de 2013, vamos produzir petróleo, muito petróleo. E o Brasil não quer exportar petróleo. O Brasil quer exportar derivados de petróleo. Ou seja, nós queremos exportar óleo diesel de qualidade e outras substâncias que derivam do petróleo para gerar mais valor agregado, mais emprego, mais impostos, mais desenvolvimento, mais industrialização no Brasil. Por isso as novas refinarias; por isso os novos gasodutos, porque o pré-sal também tem um volume de gás espetacular, e esse é um salto de qualidade histórico muito importante que nós daremos.

O Governo não encaminhou ao Congresso Nacional propostas de alteração no regime de distribuição dos **royalties** de petróleo. E, apesar de o Governo não ter encaminhado, esse é um debate que o Congresso brasileiro vai ter que abrir e discutir, porque há uma atrofia muito grande na repartição desses recursos, falta de transparência, falta de controle, falta de vinculação nesses recursos, que é o que o Governo tentar criar com o fundo social.

Evidente que o **royalty** é a remuneração por um bem não renovável que a natureza oferece. Então, os Municípios e os Estados impactados por essa riqueza precisam receber o **royalty**. Os Municípios que têm atividade de transporte – por exemplo, navegação – precisam receber **royalties**. Os Municípios que têm três equipamentos de petróleo – um gasoduto, uma refinaria, um poço – têm evidentemente que receber participação na riqueza do petróleo. Os Municípios confrontantes têm que receber, como hoje recebem. Só que nove Municípios do Rio de Janeiro hoje ficam com 57% de toda a receita do petróleo. Isso é um equí-

voco! Não há vinculação, não há transparência, não há preparação do futuro.

Nós precisamos repensar esse modelo de repartição dos **royalties**, evitar essa hiperconcentração, e garantir, por meio desse Fundo Soberano, uma repartição mais justa, evidentemente diferenciada para Estados e Municípios impactados pela atividade do petróleo, mas uma visão de Brasil, uma visão de povo, uma visão histórica, uma visão de longo prazo. Nós não podemos ter oásis que se beneficiam com a riqueza, e a pobreza ou ausência de política educacional, de cultura, de ciência e tecnologia ou de meio ambiente; precisamos pensar o conjunto da Nação.

Então, eu acho que o Governo fez corretamente, para não colocar uma agenda muito complexa, que tumultuaria o debate do marco regulatório. O marco regulatório, a criação da Petrosal, a criação do Fundo Soberano, a capitalização da Petrobras é uma parte da agenda. E nós, com maturidade, com naturalidade, com responsabilidade, sem prejudicar nenhum dos Estados que recebem **royalties**, nenhum dos Municípios, mas olhando para a riqueza que ainda não foi produzida e olhando para o futuro, vamos discutir um critério mais justo, mais equilibrado regional e socialmente.

Senador Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador Aloizio Mercadante, obrigado pelo aparte. Eu vou me pronunciar sobre o assunto, mas quero me referir primeiro a esse tema da distribuição de **royalties** e de participação especial. O Governo adotou uma medida inteligente na hora em que retirou do debate esse assunto, mas há ainda um tema que nós precisamos esclarecer. No sistema de partilha, é possível cobrar **royalties**, não sei se é possível cobrar participação especial. Então, temos um assunto a ser esclarecido aqui, no debate nosso, porque, de fato, é fundamental que essa riqueza do petróleo possa ser distribuída a todos os Estados brasileiros, fazendo com que haja programas de desenvolvimento sustentável e investimento na área social. A única dúvida que ainda me restou do debate durante o dia de hoje, da reunião do Conselho Político e agora do lançamento do programa, é como o Governo Federal vai fazer com que esse compromisso com os Governadores de Estados produtores seja de forma a que eles não ganhem... Perder eles não vão, porque essa é uma riqueza nova. Mas o modo como se vai alterar esse processo ainda é um assunto que temos de responder no debate aqui dentro, para que usemos, com clareza naturalmente, essa relação com os Governadores, que serão importantes na aprovação. No mais, Senador Aloizio Mercadante, a decisão do Governo fortalece a Petrobras, preserva uma riqueza de forma bastante clara para os brasileiros e aponta

a direção em que vai ser feito o investimento. Na área ambiental, eu acho fundamental que, como vamos produzir um combustível fóssil, tenhamos uma compensação e até uma forma de capturar – se não for a captura, o sequestro e a captura de forma artificial –, com investimentos em atividades da Petrobras, para que se evite o lançamento, em outras atividades, de gases de efeito estufa. Então, aponta-se claramente para onde vai o recurso dessa atividade do petróleo, do pré-sal. Depois terei oportunidade, mas eu queria só ressaltar o pronunciamento de V. Ex^a e levantar essa dúvida única que ficou do debate do dia de hoje. Agradeço pela oportunidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Renato Casagrande.

Para concluir, eu gostaria de dizer o seguinte: os Estados produtores de petróleo, especialmente Rio de Janeiro e Espírito Santo, até hoje - um pouco Sergipe, Rio Grande do Norte, amanhã São Paulo -, argumentam que o ICMS é cobrado na origem para quase todos os produtos, mas não o é para o petróleo. Então, são Estados que se prejudicaram na repartição do ICMS, e é verdade. Os **royalties** foram uma forma de compensação desse prejuízo.

Então, nós não podemos fazer nenhuma mudança na política de **royalties** que desestabilize um Ente Federado. Aquilo que os Estados e Municípios recebem tem que ser preservado. Essa é a minha visão. Acho que até o Espírito Santo fez uma legislação que usa melhor a participação do Estado nos **royalties**, porque reparte, de forma mais justa, entre seus Municípios.

Agora, veja a distorção.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB - ES) – Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT - SP) – Deixe-me só concluir o raciocínio.

Veja a distorção. No meu Estado, o Município de Paulínia recebe, porque tem uma refinaria, R\$8.600,00 *per capita* ano de ICMS. Dá para você dar uma bolsa de estudos de R\$700,00 para cada cidadão só com o ICMS do petróleo. No entanto, Franco da Rocha recebe R\$76,00 *per capita* ano. Cada pessoa não pode receber R\$10,00! E são Municípios muito próximos.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB - ES) – É uma distorção muito grande.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT - SP) – Então, você chega em Paulínia e vê que está sobrando dinheiro, está tendo desperdício, uma coisa absurda! E, no outro Município, faltam as coisas mais elementares.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB - ES) – Deixe-me só colocar outro tema para V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT - SP)

– Deixe-me apenas concluir.

O Rio de Janeiro não é diferente. O Rio de Janeiro não quer este debate, mas eu insisto em falar que não é diferente. O Município de Campos recebe mais de R\$1 bilhão ano de **royalties**. O Município de Belford Roxo recebe R\$13,00 *per capita* ano - praticamente não recebe nada -, e a Capital só recebe porque ganhou na Justiça, em 2005, alguma participação nos **royalties**. A Baixada Fluminense, onde há o grande problema da violência, e os morros do Rio de Janeiro estão fora da participação dessa riqueza.

Então, precisamos debater isso com maturidade, sem desestabilizar nenhum Município, sem prejudicar nenhum Estado, mas olhando para o futuro para repartir essa riqueza com mais equilíbrio e com mais justiça, contemplando, evidentemente, os Municípios produtores de petróleo e os Estados. Por quê? Porque o petróleo vai acabar. O que é o **royalty**? O **royalty** é para preparar o futuro, a fim de que, quando acabar essa riqueza – e os poços acabam em 23 anos no regime de concessão –, possamos ter uma solução.

Por último, quero falar de um argumento que, para mim, tem um sentido histórico muito importante neste debate. Quem conheceu Serra do Navio, por exemplo, no Amapá, que produzia manganês, sabe que o manganês acabou. O manganês acabou, acabou a cidade, e não ficou nada. Ficou um buraco lá, sem nenhuma perspectiva de futuro, porque não souberam usar os **royalties**.

Então, o debate da vinculação dos **royalties** - como, por exemplo, à educação, ciência e tecnologia - é uma forma de criar uma economia do futuro, desenvolver novas atividades industriais, novas atividades econômicas, para que não fiquemos dependentes do petróleo ao longo da história.

Essa é uma grande discussão para o Congresso fazer, sem maiores paixões, sem açodamentos. O critério que está aí é anacrônico, é indefensável, especialmente para os Municípios em mar.

E termino com isto: no sistema de perpendiculares e oblíquas, que são as linhas que projetam para o mar, os Municípios que são côncavos são altamente favorecidos, e os Estados também. Os que são convexos são totalmente prejudicados. Um vira, como o Paraná, uma fatia de queijo; e outro, como o Rio de Janeiro, um braço aberto para o mar. Um recebe muitos **royalties**; outro não recebe nada.

Então, temos de rediscutir isso, principalmente porque o pré-sal está a 250 ou 300 km do litoral e só se enxerga pela curvatura da terra até 30 km. Então, não tem um impacto direto, não prejudica o turismo. É

diferente das plataformas que, evidentemente, prejudicam e têm de ter uma compensação muito maior.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O último argumento, Senador Renato Casagrande: no regime de concessão, sabe quantas empresas, incluindo a Petrobras, pagaram por todos aqueles blocos licitados, os 28%, 42 mil km, para explorar petróleo? E já descobriram entre 9,5 bilhões e 14 bilhões de barris. A preço de hoje, vamos colocar US\$60 dólares o barril. Estamos falando de R\$7 trilhões, US\$700 bilhões. Sabe quanto pagaram? Apenas R\$320 milhões. Isso foi o bônus.

É evidente que havia risco, mas mostra-se que o regime de concessão é adequado onde há alto risco. Onde há baixo risco... Há risco exploratório? Sim. Há risco de tecnologia? Sim. Há risco de logística? Sim. Há risco até de broca que não bateu no óleo? Sim. Mas o potencial é fantástico. O regime tem de ser de partilha. Precisamos ter uma empresa operadora que coordene isto: a Petrobras, criar a Petrosal, mudar o marco regulatório e o padrão de debate sobre a economia do petróleo no Brasil.

Senador Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) –

Só mais um ponto relacionado à questão do petróleo. V. Ex^a disse o seguinte: o Estado produtor de petróleo tem prejuízo, porque não cobra o ICMS na origem; o ICMS é cobrado no destino. É certo. Há dois fatores que ajudam o Município: o **royalty**, a participação especial, é um; o outro fator que ajuda o Município é a composição do valor adicionado. Quanto ao petróleo extraído na costa do Município capixaba, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, na hora em que se emite a nota fiscal, aumenta-se o valor adicionado. A Constituição, no art. 158, estabelece que 75% do valor adicionado, 75% do recurso que vai para o Município é decorrente e equivalente ao valor adicionado. Então, é mais uma distorção que provoca. Eu sou autor de uma PEC que baixa isso paulatinamente para 50% – e V. Ex^a é relator dessa PEC. Isso pode diminuir um pouquinho a distorção; em vez de 25% do total do ICMS ser destinado de acordo com o critério estadual, passaríamos a ter 50% destinado com critério estadual. Então, gostaria que V. Ex^a pudesse analisar, para agilizar essa PEC, porque poderia ser uma forma de diminuir a distorção. Essa distorção vai aumentar com o aumento da produção de petróleo na costa de alguns Municípios brasileiros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu tenho todo o interesse em dar prioridade, inclusive porque não é um problema só do petróleo. Por exemplo, com relação às usinas de álcool e açú-

car, todo o ICMS fica no Município que tem a usina; os Municípios que plantam a cana ficam sem nada. Na indústria de papel e celulose, o Município que tem a fábrica de papel e celulose fica com todo o ICMS. Os Municípios que produzem a madeira ficam com os cortadores de madeira, têm que atender a saúde, as estradas vicinais todas arrebitadas. São Municípios extremamente pobres.

Então, nós precisamos fazer com que metade do ICMS fique no Município sede e a outra metade seja repartida por todos os Municípios que participam daquela riqueza. Assim, quem produziu a madeira tem que ter uma participação no ICMS que vai ser cobrado da usina, como também quem plantou a cana, ou quem teve qualquer outra atividade na cadeia produtiva, porque nós teríamos aí uma distribuição mais justa dos recursos.

Eu acho que esse é o grande debate do Senado. Esta é a Casa para fazer o equilíbrio do pacto federativo, para repartir os recursos com mais justiça, e nós precisaremos nos debruçar sobre essa matéria sem a paixão. É evidente que cada um de nós defenderá o seu Estado, mas, olhando o Brasil, o futuro, a história, acho que nós conseguiremos superar essa dificuldade.

Senador Garibaldi com a palavra.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tocou num ponto que hoje é motivo de grande frustração entre os Estados produtores, principalmente os Estados produtores de petróleo, que é o fato de o ICMS não ser cobrado pela produção por conta de uma vedação constitucional. Eu, quando cheguei ao Senado pela primeira vez, em 1991, apresentei uma emenda à Constituição que eliminava essa vedação. Ela chegou a ser aprovada pelo Senado, mas não foi aprovada pela Câmara. De modo que eu apenas queria lembrar isso. Não é problema de nostalgia; trata-se de lembrar essa frustração que já ocorreu com os Estados produtores de petróleo, que hoje recebem apenas os **royalties**, quando poderiam receber o ICMS. O Estado do Rio Grande do Norte é um deles, porque ainda é o maior produtor em terra. Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu concordo com a preocupação de V. Ex^a. Acho que é uma coisa que teremos que corrigir. O problema é que a reforma tributária vem na direção de tudo passar para o destino, e não mais para a origem. Então, a correção seria no caminho inverso: em vez de voltar para a origem, tudo vai para o destino, que é a forma mais justa de repartição da receita do Estado, especialmente o ICMS.

Ouçõ o Senador Suplicy, para eu poder encerrar e respeitar os outros inscritos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, foi muito importante, conforme V. Ex^a ressalta, e histórico o dia em que o Presidente Lula, o Ministro Edison Lobão e a Ministra Dilma Rousseff anunciaram as normas de regulamentação da exploração do pré-sal. Avalio que se trata de um conjunto de normas que agora passaremos a examinar, que visam garantir, sobretudo a todo o povo brasileiro, aos 191,5 milhões de brasileiros, o usufruto desta extraordinária riqueza que, conforme o Presidente por vezes disse, Deus ajudou a Petrobras a achar, o pré-sal, ali no oceano Atlântico, em frente a todo o Brasil. Avalio, portanto, que mesmo os Governadores de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Sergipe compreenderão que essa riqueza, claro, deve assegurar aos respectivos Estados a devida retribuição para que possam realizar a exploração e amainar quaisquer males decorrentes da atividade econômica, mas, sobretudo, trata-se de uma riqueza que vai beneficiar todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Suplicy, quero terminar parabenizando o Governo e o Presidente Lula pela coordenação do trabalho. O Ministro Edison Lobão coordenou o grupo técnico, a Ministra Dilma teve um papel decisivo no desenho dessa proposta, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, com a sua equipe, deu uma contribuição inestimável a toda essa construção.

Eu passei o último ano defendendo exatamente o que estamos hoje apresentando: a mudança do regime para partilha, defendendo a criação de um escritório técnico de administração das reservas, a Petrosal, uma empresa que não vai ter receita, nem investimento; vai apenas acompanhar, para poder viabilizar o regime de partilha; a criação de um Fundo Soberano com aplicação e vinculação social, como está sendo feito; e a capitalização da Petrobras. Com isso, acho que o Brasil dará um grande passo em direção ao futuro, assegurando que essa riqueza é da Nação, é do povo e tem que ser administrada com inteligência.

Aprendendo com a história econômica de outros países produtores de petróleo, estamos caminhando para nos transformar numa grande Nação produtora e exportadora de petróleo. E isso vai colocar imensos desafios políticos. Como somos uma democracia, como somos um país contemporâneo, como somos um país que respeita contratos, como somos um país que ganhou credibilidade e prestígio internacional, o Brasil, também na questão do petróleo, caminhará numa nova direção, seguramente muito mais promissora, muito mais consistente, muito mais fundamentada. E hoje é um dia histórico para esse passo fundamental que a Nação brasileira deverá dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Usando o critério de alternância, intercalando com as lideranças, concedo a palavra, pela Liderança do PP, ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me considero uma pessoa extremamente corajosa, porque vou falar sobre o pré-sal depois de esta Casa ter escutado um dos Senadores mais preparados e mais competentes e que abordou o assunto com grande profundidade e com grande conhecimento de causa.

Quero pedir autorização ao Senador Aloizio Mercadante para abordar o tema que S. Ex^a aqui já abordou com tanta competência.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Dornelles, só um aparte. Quero dizer que V. Ex^a, com sua experiência de Ministro, de Secretário da Receita, de Deputado de grande destaque com quem tive a honra de conviver, como tenho como Senador, vindo do Rio de Janeiro, principal Estado produtor de petróleo do Brasil, V. Ex^a tem muito conhecimento sobre o assunto. Já tivemos oportunidade de debater esse assunto em outras ocasiões. Sei que sua palavra será muito importante na construção de uma boa solução para o Brasil. Portanto, acompanharei com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar o Presidente Lula pela solenidade de hoje, uma solenidade em que transmitiu muito otimismo, uma posição muito positiva, uma posição que objetivou tranquilizar a Nação brasileira em relação ao marco regulador do petróleo.

Quero cumprimentar também o Presidente pelos dados. Sua Excelência tem muita autoridade para fazer, pelo sucesso que teve na administração da crise econômica, pois conseguiu, por meio de política fiscal, de política monetária, de política de crédito, impedir que uma crise que tomou conta do mundo tivesse reflexos mais profundos sobre o Brasil.

Queria também mostrar minha concordância plena com todas as metas apresentadas pelo Presidente a serem alcançadas com a administração do pré-sal, ou seja, a utilização do pré-sal como instrumento de política industrial, de política tecnológica, de política de integração regional; a utilização do pré-sal para o fortalecimento da educação, do meio ambiente. Entretanto, tenho uma divergência em relação ao modelo

apresentado. Acho que todas as metas apresentadas pelo Governo, todas aquelas metas que se pretende alcançar, poderiam ser alcançadas sem mudar o sistema de exploração, sem trocar o regime, competente, transparente, democrático, que é o sistema da concessão, por um sistema burocratizado e estatizante, que é o sistema da partilha.

Como é que funciona o sistema da concessão? Ora, inicialmente, as empresas que desejam explorar uma determinada área, fazem um lance, procuram comprar aquela área a ser explorada. Nesse ponto, quanto menor o risco, maior será o bônus de assinatura. De modo que, se o Governo precisa de recursos para fazer a política social, a política de integração regional, a política de diminuição da pobreza, ele teria, pelo regime da concessão, recursos num período muito mais curto de tempo do que ele terá no regime da partilha.

Em segundo lugar, pelo regime da concessão, a empresa paga também ao Estado o uso da chamada Participação Especial. O que é a Participação Especial? É um imposto sobre o lucro, é o imposto que ele vai pagar sobre o lucro da exploração do posto. Ora, se o posto vai dar melhor resultado, a Participação Especial será maior. Hoje, o Governo, o Estado recolhe uma Participação Especial em pequeno nível porque a isenção estabelecida para a cobrança da Participação Especial é muita reduzida e nós podemos simplesmente, por meio de um ajuste, por meio de uma pequena modificação nessa área, por decreto, aumentar o percentual da Participação Especial e permitir maiores recursos ao Governo, para que as metas sejam alcançadas.

Eu acho importante, Sr. Presidente, fortalecer a Petrobras. A Petrobras tem um papel importante no campo da pesquisa, no campo da exploração. Eu defendo o fortalecimento da Petrobras. Mas, juridicamente, a Petrobras é uma empresa privada e, como empresa privada, pelo fato de ser estatal, não pode ter alguns benefícios não concedidos a outras empresas privadas. Aqui, no primeiro momento, eu vejo com certo cuidado um projeto de lei que autoriza ceder à Petrobras, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra do petróleo.

Sr. Presidente, se ele pode ceder à Petrobras, sem licitação, a exploração para o exercício de atividade de pesquisa e lavra de petróleo, se ele ceder à Petrobras todas essas áreas, na realidade, nós estaremos voltando à reestatização do petróleo.

De modo, Sr. Presidente, que, ao examinar hoje... Essa cerimônia foi feita em níveis elevados, e tenho que cumprimentar o Presidente pela mensagem por ele estabelecida, mas acho que o Congresso tem que discutir muito esse assunto, porque um dos pontos que eu não escutei, durante toda essa discussão hoje ocorrida em

relação ao pré-sal, é de onde vão sair os recursos para exploração do pré-sal, de onde vão vir os investimentos. Para exploração dessa riqueza que se encontra a mais de 7 mil metros de profundidade e 300km ou 500km da costa, precisamos de recursos de aproximadamente R\$500 bilhões a R\$600 bilhões. De onde virão esses recursos? Somente da Petrobras? Somente do Governo?

Precisamos de uma Petrobras forte. Precisamos de uma Petrobras pujante, mas não podemos abrir mão do capital nacional estrangeiro para exploração do pré-sal. Estamos distribuindo, estamos destinando os recursos do pré-sal antes de obter o investimento para que ele seja explorado. De modo que, Sr. Presidente, estou de pleno acordo com todas as metas propostas pelo Presidente, pela área econômica do Governo, pelo ilustre Ministro das Minas e Energia. Agora, quanto ao caminho, eu não concordo com o caminho. Penso que, se mantivéssemos o regime de concessão, por meio do regime de concessão, de forma muito mais ágil, muito mais transparente... No regime de concessão o Governo participa dos resultados e dos lucros da exploração do petróleo sem ter o ônus administrativo e sem correr o risco de prejuízo nos casos de uma pesquisa não produzir os resultados.

Eu preferiria ter mantido o regime da concessão, porque ele é mais eficiente e, com ele, o Governo, com menos burocracia, alcançaria todos os objetivos que ele se propõe alcançar.

Sr. Presidente, recebi hoje, agora, os quatro projetos. Apenas fiz menção a esse art. 1º do projeto que li a V. Exª. Quero examinar com maior profundidade todos eles, quero dizer que me dá tranquilidade o compromisso assumido pelo Presidente da República com os Governadores de que os Estados produtores não serão prejudicados na exploração do pré-sal. Acho que essa é uma posição definitiva do Governo e acho que esta Casa terá um papel muito importante no debate de todos os aspectos relacionados ao pré-sal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Obedecendo ao critério de ordem inscrição, o próximo orador será o Senador Valter Pereira, pela alternância com o Senador Cristovam Buarque e por haver o Senador Flávio Arns falado quando não estavam presentes outros Senadores.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro, com a permissão do Senador Valter Pereira.

Não sei se terei oportunidade de me pronunciar hoje, porque eu, daqui a pouco, vou me deslocar para o meu Estado do Espírito Santo, pois amanhã vamos ter o encerramento do encontro Brasil-Alemanha, que é um encontro tradicional que acontece todo ano, al-

ternadamente. No ano passado foi na Alemanha, em Colônia, este ano é aqui no Brasil, no Espírito Santo, e no ano que vem será na Alemanha. É o maior evento de relação comercial e cultural entre o Brasil e a Alemanha e esse já é o 27º encontro entre os dois países.

Então, hoje estive lá o Ministro do Desenvolvimento da Alemanha, assim como diversas autoridades do Governo brasileiro. Amanhã, o Presidente Lula e a Ministra Dilma estarão lá fazendo o encerramento e eu vou acompanhar, vou estar presente ao evento.

Queria deixar registrado nos Anais da Casa o significado desse encontro e a importância desse encontro para o Brasil e a Alemanha. A Alemanha é maior país da União Européia e o Brasil tem toda essa potencialidade e perspectiva de investimento que nós temos.

Então, deixo aqui registrado e, se der tempo, ainda hoje, se não der, posteriormente, eu farei um pronunciamento mais detalhado sobre esse encontro Brasil-Alemanha, já parabenizando os organizadores deste evento.

Obrigado, Senador Valter Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Valter Pereira, só um segundo para ler uma correspondência encaminhada à Mesa.

A Presidência designa, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças e do Ofício SGM/P/1773, de 2009, do Presidente da Câmara dos Deputados, a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA, criada pela Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2007.

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)

Heráclito Fortes (DEM) Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) Maria do Carmo Alves (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB) Marisa Serrano (PSDB)

Maioria (PMDB/PT)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB)

PTB

Fernando Collor Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias Flávio Torres

(*)PSOL

José Neri

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nosso pedido de desculpas ao Senador Valter Pereira, a quem concedemos a palavra.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta próxima terça-feira, amanhã, a CCJ do Senado vai debruçar-se sobre um projeto da mais alta significação para o processo eleitoral brasileiro, que é aquele que trata da reforma política, um projeto que foi confiado ao Senador Marco Maciel para relatar. Inclusive, muitas emendas de minha autoria estão sendo examinadas. Amanhã, certamente, deverá ser submetido a votos ou, pelo menos, a uma profunda discussão.

Na verdade, Sr. Presidente, são propostas que modernizam o sistema eleitoral que está em vigor em nosso País, introduzindo-lhe avanços tecnológicos importantes.

No entanto, é um exagero interpretarmos as mudanças ali propostas como uma reforma política na sua verdadeira acepção da palavra. Para que as medidas sugeridas tivessem esse sentido, o sentido de uma reforma política, precisaria enfrentar temas mais estruturantes, e isto essas propostas não trazem. Com efeito, esquivou-se por exemplo, da reeleição e manteve intangível os mandatos prioritários.

Como todos sabemos, a renovação dos mandatos de Prefeitos, Governadores e do Presidente da República vem ampliando sistematicamente o uso da máquina pública para eleger seus titulares.

A legislação eleitoral vigente prevê até a cassação de registro do candidato por essa prática. A norma está no art. 73 da Lei nº 9.504. Ali está bem explicitada a responsabilidade do agente público, do Prefeito, do Governador, do Presidente, etc. No entanto, esse tipo de delito vem se dando de forma tão profissionalizada que se torna difícil obter a prova para punir o responsável. Daí as condenações que aparecem em número muito reduzido comparativamente às denúncias que são feitas.

Na minha avaliação pessoal, o uso da máquina pública para obter votos é mais perverso que o abuso do poder econômico. Isso porque é mais abrangente, já que a estrutura administrativa se espalha por todo território de sua jurisdição. É mais influente, uma vez que comporta um exército de operadores na educação, na saúde, na segurança pública e em tantas outras áreas em que um grande contingente humano compõe as administrações. E tem dinheiro mais abundante,

abundante e fácil, já que é irrigado com recursos dos contribuintes do nosso País.

Já aquele que se vale do poder econômico utiliza-se de recursos próprios ou de um círculo específico de doadores. Ambos, poder econômico e poder político, corrompem e fraudam a vontade do eleitor e, ao fazê-lo, comprometem, às vezes duramente, a legitimidade do pleito.

Na minha avaliação pessoal e no juízo de abalizados especialistas com quem tenho discutido, a conclusão é de que a reeleição tem sido a principal alavanca da corrupção eleitoral. Via de regra, quem está no poder agarra-se a ele a qualquer custo, a qualquer preço. Para não perdê-lo, despreza prioridades, gasta naquilo que não deveria gastar e abstém de fazer muitas coisas que deveria fazer.

O instituto da reeleição, Sr. Presidente, surgiu da convicção de que o mandato de quatro anos é insuficiente para realizar um programa de governo. De fato, o período reservado aos mandatos eletivos é curto demais quando se trata especialmente do Poder Executivo. Basta atentarmos para o fato de que o primeiro e o último ano da administração são extremamente suscetíveis de atrofia.

No primeiro, porque o governante precisa conhecer o terreno que vai percorrer, definir prioridades e estudar os meios de viabilização de seus planos.

No quarto ano, ele já está engajado na própria sucessão, priorizando aquilo que dá votos.

Nem sempre as ações que são capazes de dar votos são as que mais atendem ao verdadeiro interesse público. Nem sempre os atos praticados pelo administrador, nesse período delicado, são aqueles que traduzem a necessidade da administração. Mas, com certeza, são aquelas ações que geram contendas, levantam suspeitas e adiam resultados.

Aliás, a judicialização das eleições, não raras vezes, tem levado os tribunais a proclamar resultados que deveriam ser decididos no escrutínio das urnas.

Infelizmente, a experiência da reeleição vem promovendo crescentes abusos e frequente judicialização do processo eleitoral.

Na verdade, o mandato de quatro anos com direito à reeleição vem-se restringindo aos dois anos intermediários, o que é muito pouco.

O mandato é muito pequeno, e a tentação é muito grande.

A solução seria ampliar o mandato e abolir a reeleição. Talvez cinco ou seis anos fossem o ideal.

Para o eleitor, esse tamanho poderia importar em receios de cometer o erro de uma escolha que pudesse, às vezes, assemelhar-se a uma eternidade.

O remédio para uma circunstância como essa seria o *recall*. O que é o *recall*? É aquele direito que assegura ao eleitor interromper o mandato do político que age em desacordo com os compromissos que assumira na campanha.

Temos assistido a crises, que temos experimentado e das quais temos participado. Desta mesma tribuna, já ouvimos até questionamentos sobre quem pode e quem não pode julgar, quem pode e quem não pode exibir o cartão vermelho, como fez, ainda recentemente, o nosso colega Senador Eduardo Suplicy. Com o **recall**, essa dúvida se afasta definitivamente, porque, se o eleitor outorgou o mandato, não se questiona a legitimidade que tem para revogá-lo; no momento em que, por uma circunstância determinada, o eleitor sente que o político desviou-se da sua rota, da rota traçada, possa, através do voto, do referendo, revogar o mandato.

Há vários projetos tramitando nesta Casa propondo a instituição dessa medida de proteção do eleitor. E mais do que proteção ao eleitor, ela é de proteção da sociedade, que não pode ser compelida a assistir ao andamento de um mandato na sua inteireza, se, no meio dele, em determinado momento, circunstâncias que conspurcam contra a obrigação, contra o compromisso assumido pelo político justificarem a sua interrupção.

Essa, sim, seria uma medida profilática de grande repercussão, porque garantiria ao eleitor o direito de cassar o mandato que ele próprio outorgou. No entanto, essas medidas de fundo não serão votadas amanhã. Não serão votadas e, muito provavelmente, nem serão discutidas. O que nós vamos discutir, o que nós vamos votar como reformas na CCJ, na verdade, são mudanças sutis, mudanças singelas na legislação eleitoral. Não vamos votar cassação de mandato, não vamos votar o *recall*, não vamos votar a extensão do mandato, não vamos votar essas medidas que realmente poderiam trazer para o eleitor uma condição melhor de avaliação, de acompanhamento dos mandatos parlamentares.

Não vamos discutir a reeleição, por exemplo. Não vamos discutir outros temas de fundo como as decantadas listas, o pensamento do Congresso Nacional sobre essas mudanças, sobre a lista, sobre o fim de coligações nas eleições proporcionais, sobre o voto distrital. Essas mudanças que poderiam repercutir intensamente no ordenamento político do nosso País vão ficar, com certeza, para a próxima legislatura.

Infelizmente, o Congresso não elegeu a reforma política como uma prioridade. Essa é a dura realidade. Estou convencido de que qualquer mudança estrutural precisa começar exatamente no primeiro ano de

uma legislatura. Enquanto o Congresso não enfrentar essas questões já logo depois da posse da legislatura, dificilmente essas mudanças vão ocorrer de forma sistematizada, afinal, o sistema vigente traz eleições a cada dois anos. É assim o nosso sistema: saímos de uma eleição de prefeitos e de vereadores, uma eleição municipal, e, dois anos depois, temos as eleições estaduais e as eleições federais.

Se não elegermos essa prioridade nos primeiros meses da legislatura, com esse sistema de eleições a cada dois anos, dificilmente conseguiremos promover a grande discussão dessa reforma. E não só dessa reforma, mas de outras reformas estruturais, como, por exemplo, a reforma tributária, que está tramitando e que, seguramente, hoje não vislumbra nenhuma perspectiva de ser enfrentada, de ser discutida, de ser aprovada na atual legislatura. Nem a reforma tributária, nem a reforma previdenciária, nem a reforma trabalhista e nem outro tipo de reforma que o País está a exigir e que tenha de promover um grande debate dada a sua característica estrutural.

É claro que a reforma que estaremos debatendo amanhã precisa ser debatida com rapidez, precisa ser concluída com rapidez, porque já estamos sendo atropelados pelo calendário eleitoral.

É inquestionável que elas trazem avanços; é inquestionável que elas trazem a modernidade para a legislação eleitoral que está em vigor. Embora, por um lado, subsista essa frustração de que ela não vá produzir, não vá mexer com as estruturas, mas acena para esses aspectos que são relevantes também.

Senador Suplicy, honra-me ouvir V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a traz aqui reflexões sobre a importância do projeto de regulamentação eleitoral já apreciado pela Câmara e que vamos examinar em debate amanhã e votar, se possível, esta semana. Quero apoiar a sua referência positiva ao instrumento do *recall*. Tenho projeto nessa direção, acho muito importante, ou seja, a possibilidade de avaliar-se o mandato de uma pessoa eleita, seja para o Executivo ou para o Legislativo, que, porventura, não esteja agindo bem. Acho que essa é uma inovação importante. Aqui apresentei a idéia, inclusive por sugestão do Professor Fábio Konder Comparato, da OAB, pelo movimento de aperfeiçoamento da democracia e no que diz respeito à reforma eleitoral. Inclusive, inscrevi-me para falar em seguida a respeito, pois apresentarei considerações sobre as emendas que apresentei. Sobretudo, há um ponto que avalio como muito importante: é que possamos estabelecer transparência no que diz respeito às contribuições de todas aquelas formas segundo as quais os partidos e os candidatos recebem, seja

de fundo partidário, de pessoas físicas ou jurídicas. Agora, inclusive, pela Internet, conforme a nova legislação prevê, está para ser adotado esse sistema. Mas que possa, ainda antes da realização das eleições, portanto antes de 30 de setembro. Proponho que, em 6 de agosto, 6 de setembro e 30 de setembro, possa haver o registro, pela Internet, das contribuições, das diversas formas de contribuição que cada candidato e partido venham a receber. Avalio que este será um avanço se conseguirmos aprovar medida nesse sentido. Meus cumprimentos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex.^a. V. Ex.^a é autor de um dos projetos do *recall*. Há outro projeto de autoria do saudoso e inesquecível Senador Jefferson Péres e, se não me engano, outro do Senador Antonio Carlos Valadares.

Enfim, as propostas para o aprimoramento e para se mexer na estrutura política do País existem, estão tramitando, algumas até antigas. Todavia, é aquilo que sustentei anteriormente: há uma dificuldade para debater esses temas, porque nós estamos sendo atropelados sempre por um processo eleitoral e temos de decidir sobre as questões mais emergentes porque o calendário eleitoral exige isso.

Então, Sr. Presidente, o que nos conforta neste momento é que vamos cumprir um papel importante sem precisar relegar essa tarefa para a competência do Tribunal Superior Eleitoral. O TSE tem acabado suprimindo a deficiência do Senado, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional ao legislar em quase todas as eleições sobre matérias que foram omitidas de normas pelo poder competente, que é o Congresso Nacional.

Certamente, com a decisão que vamos tomar nesta semana, vamos reduzir significativamente essa interferência. Mas é preciso que o Congresso se debruce sobre as reformas que tenham aquele caráter efetivamente político, que entram mais nas estruturas, que levem à sociedade a sensação de que está bem representada, que tem uma atuação expressiva no Congresso e fora dele, e a convicção de que o seu acompanhamento pode resultar em medidas eficazes para preservar não só a legitimidade do mandato como, sobretudo, a do exercício do mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Dando sequência às designações, de acordo com o Ofício SGM/P 1773, de 2009, no tocante à participação de membros do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa, leremos, em seguida, as designações dos Srs. Deputados.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Dilceu Sperafico (PP)	Emilia Fernandes(PT)
Dr. Rosalinda (PT)	João Matos (PMDB)
Henrique E. Alves (PMDB)	Osmar Serraglio (PMDB)
Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	Vander Loubet (PT)
Nilson Mourão (PT)	

PSDB/DEM/PPS

Humberto Souto (PPS)	Antonio C. M. Thame (PSDB)
Luiz Carlos Haully(PSDB)	Ilderlei Cordeiro (PPS)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Marcondes Gadelha (PSB)	Wilson Picler (PDT)
Vieira da Cunha (PDT)	

(*)PRB

Cleber Verde	Marco Antonio
--------------	---------------

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Na sequência de Senadores inscritos, coloco o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Garibaldi Alves me pede para fazer um registro importante sobre a pesca.

Para mim, tudo bem de falar logo em seguida a ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, que já deveria ser o orador neste momento. Mas fiz um apelo a ele, porque o meu pronunciamento é apenas um registro do ato público que ocorreu ontem no Rio Grande do Norte, no seu litoral Norte. Exatamente na praia de Caiçara do Norte.

Esse ato que levou até àquela praia 3 mil pescadores, entre presidente de colônias, lideranças, e contou com a presença do Ministro da Pesca. O Ministro esteve presente, bem como vários Deputados Federais e a Bancada do Rio Grande do Norte, no Senado: o Senador José Agripino, a Senadora Rosalba Ciarlini e eu.

Ouviram-se vários oradores. Vários oradores que foram ouvidos, sol a pino, Sr. Presidente, o sol do nosso Nordeste ao meio-dia. O ato público começou às 11 horas da manhã e só foi terminar às 3 horas da tarde. E durante aquele ato, constatou-se novamente que a pesca artesanal está mobilizando os pescadores como nunca foi visto.

Os pescadores artesanais sempre foram esquecidos pelas políticas governamentais. E por que eles eram esquecidos? Eram esquecidos, não eram lembrados, porque simplesmente eles não se faziam lembrar. Eles não reivindicavam, não atuavam.

O setor, durante muito tempo, se deixou levar por uma apatia muito grande. Mas agora, Sr. Presidente, o que se vê é que a convocação da Federação Nacional da Pesca, convocação feita pelo seu Presidente, Abraão Lincoln, conseguiu mobilizar esses pescadores e, ao mesmo tempo em que comemoravam o que já conquistaram, lançavam-se à conquista de outras reivindicações, de outros pleitos.

Sr. Presidente, temos agora uma lei da pesca, a chamada Lei Geral da Pesca. Lá estão os direitos e os deveres do pescador. O pescador, que era abandonado à própria sorte, ao mar, ao destino inseguro, hoje tem a chamada Lei da Pesca, que foi aprovada na Câmara, no Senado, onde tramitou por dez anos. Para que V. Ex^a tenha ideia, durante dez anos, se discutiu uma lei da pesca aqui como se isso tivesse uma complexidade impressionante quando não se tinha, o que se tinha era esse abandono sobre o qual eu falei aqui.

Hoje temos uma lei que protege a atuação das colônias de pescadores, um código. Hoje, portanto, os pescadores não apenas se lançam ao mar, mas eles na terra sabem também explorar melhor as energias que eles têm, a força política que eles têm. E o Ministro Gregolin esteve lá durante todo esse tempo. Foi o chamado grito da pesca, deu-se o nome de grito da pesca aquela manifestação no Rio Grande do Norte. O Ministro Gregolin, Deputados Federais, o Vice-Governador, Iberê Ferreira de Souza representou a Governadora do Estado, e também o Presidente da Frente Nacional Parlamentar da Pesca, o Deputado Flávio Bezerra, do Ceará, que para V. Ex^a ter uma idéia do entusiasmo do Deputado ele veio de barco, lá de Fortaleza para para Caiçara do Norte. Foram oito dias de viagem. O Deputado chegou, graças a Deus, são e salvo. Foi realmente um episódio marcante esse de o Deputado Flávio Bezerra ter embarcado num bote. Eu não teria coragem, de jeito nenhum, de fazer o que o Deputado Flávio Bezerra fez!

Depois disso, Sr. Presidente, tivemos os pronunciamentos dos Parlamentares, dos Senadores, da nossa bancada, de Deputados de outros Estados – eu

gostaria até de ter os nomes aqui, mas, infelizmente, não os tenho de memória. Pediu-se a reformulação dos comitês de pesca; pediu-se a energia rural com isenção do ICMS; pediu-se alternativa ao veto do contrato de parceria da indústria na Lei da Pesca, porque ainda há essa parte que foi vetada pelo Presidente da República; pediram-se **royalties** para a pesca, extensão pesqueira, desburocratização do óleo diesel, revisão do licenciamento das embarcações pesqueiras, redução da pauta fiscal redução da pauta fiscal do pescado de captura e cultivo, código sindical, celeridade da concessão e renovação de licenças ambientais e, realmente, há que se, com a compreensão do Senador Suplicy e de V. Ex^a, há que se fazer um comentário especial aqui. É que, na verdade, há uma preocupação ainda dos pescadores e não somente dos artesanais, mas das indústrias de pesca, com relação à fiscalização do Ibama. Eles acham que há excesso nessa fiscalização, fiscalização inclusive que já fez vítimas numa perseguição a um barco pesqueiro e o ambiente é de grande revolta, às vezes, pelos métodos utilizados para fiscalização do Ibama. Inclusive as faixas, todas elas estendidas ao longo da praia como se fossem velas ao mar, todas elas diziam que o que os pescadores queriam era trabalhar. Eles não estavam ali pedindo Bolsa Família, não estavam ali pedindo nenhuma espécie de concessão que não fosse o direito de trabalhar e de produzir.

Quero fazer um elogio ao Ministro da Pesca, que ouviu tudo isso. Num dia de domingo, foi ao Rio Grande do Norte conviver com os pescadores, participar daquele dia de festa, de alegria, mas também de luta, sobretudo de luta, de reivindicação.

Fiquei bastante impressionado, apesar de já vir acompanhando aquela luta dos pescadores, a vinda de suas lideranças aqui, sobretudo de Abraão Lincoln, mas fiquei verdadeiramente impressionado com a pujança do movimento dos pescadores do Brasil inteiro.

E é por isso que venho fazer este registro, nesta hora, agradecendo ao Senador Suplicy, que sei que é homem de grandes gestos. Aliás, é o único Senador que penso que seria capaz de fazer como o Deputado Flávio: sair num barco de Fortaleza para Natal, oito dias de viagem.

O Deputado Flávio Bezerra foi verdadeiramente consagrado por esse gesto que considero – não sei se é meu medo – de verdadeiro heroísmo.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, agradecendo desde logo a S. Ex^a a cessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Suplicy, peço só a extrema agilidade de V. Ex^a, tendo em vista que não poderia

nem ser concedido o aparte uma vez que se trata de comunicação inadiável.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É apenas para cumprimentar o Senador Garibaldi Alves pelo registro da bonita ação do Deputado Flávio Bezerra de acompanhar os pescadores. Quem sabe possamos ir um dia juntos, Senador Garibaldi Alves? Teremos de ter o tempo – quem sabe no recesso – para fazer um passeio de barco de Natal a Fortaleza certamente para conviver com os pescadores e conhecer melhor seus problemas. Acho ótima idéia. Também quero enaltecer a disposição do Ministro Gregolin, da Pesca, que, inclusive, na última sexta-feira, realizou um jantar a que, infelizmente, não pude estar presente, porque eu tinha três compromissos naquela mesma noite sobre a pesca em São Paulo. E já no domingo estava no seu Estado. Cumprimento-o pela maneira como tem agido, com tanta presteza, para apoiar aqueles que vivem da pesca em todo o Brasil. Meus cumprimentos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Suplicy, eu seria capaz até de enfrentar o seu cartão vermelho, mas não iria nessa viagem.

Mas eu quero neste instante finalizar dizendo que são dois municípios vizinhos, duas praias: São Bento do Norte e Caiçara do Norte. Esses dois municípios realmente viveram esse instante de grandeza que o Rio Grande do Norte não vai esquecer.

Eu quero registrar isso e agradecer a V. Ex^a novamente pela cessão do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Garibaldi, V. Ex^a tratou de um assunto que é de extrema valia, que é a pesca artesanal, que é comum aos Estados vizinhos, irmãos, Paraíba e Rio Grande do Norte.

E gostaria só de frisar que o Deputado Flávio Bezerra enfrentou pelo menos três grandes adversidades resultantes do tempo: o vento contra, o vento desta época do ano, que é o vento de agosto, e o vento na direção sul, que é exatamente contrária ao rumo. Inteligente é o Senador Suplicy de querer fazer a viagem no sentido inverso: Rio Grande do Norte–Ceará; ele teria feito a viagem com muito mais tranquilidade, porque estaria com o vento a favor.

Parabéns, Senador Garibaldi!

Com a palavra, dentro da relação de inscritos, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, hoje preciso tratar de dois assuntos. O primeiro refere-se ao Projeto de Lei da Câmara 141, de 2009, a Minirreforma Eleitoral.

Discutida e votada na Câmara dos Deputados em dez dias úteis, de 30 de junho a 14 de julho de 2009, deu entrada no Senado em 17 de julho, com a premissa de que seja aprovada nesta Casa até 30 de setembro, em tempo de ser aplicada ainda para o pleito eleitoral do próximo ano. Nunca é demais lembrar que a confecção de legislação eleitoral casuística, às vésperas dos prazos limites para as eleições, tem sido um hábito constante em nosso Parlamento.

Apresentei algumas emendas com o objetivo de aperfeiçoar o projeto, principalmente para dar maior transparência às campanhas eleitorais, garantir direitos legítimos às mulheres e regular as doações para candidatos e partidos políticos.

Com relação à transparência na prestação de contas de candidatos e partidos, apresentei, inicialmente, a emenda que tomou o n^o 36 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, objetivando dar ao processo de prestação de contas a transparência em tempo real.

Essa emenda determina que a prestação de contas de cada candidato será atualizada e divulgada diariamente pelos partidos políticos por intermédio da Internet, cabendo ao TSE e aos TREs, conforme seja eleição nacional ou local, divulgar semanalmente, em páginas eletrônicas oficiais, os dados consolidados.

Os relatores da matéria, Senadores Eduardo Azevedo, na CCT, e Marco Maciel, na CCJ, em relatório conjunto, apresentaram parecer contrário à emenda, com a argumentação de que ainda há no País dificuldades para, principalmente nos pequenos Municípios, fazer atualização das contas dos candidatos e dos partidos políticos pela Internet diariamente.

Por considerar que é muito importante que o eleitor tenha acesso aos verdadeiros doadores de candidatos e partidos políticos antes da realização da eleição, apresentei nova emenda, a de n^o 50, da CCJ, determinando que candidatos e partidos apresentem pela Internet suas prestações de contas, indicando os nomes dos doadores e os valores doados antes do pleito eleitoral, nos dias 6 de agosto e 6 e 30 de setembro. Avalio que é do interesse do eleitor e da lisura do pleito que, antes do dia da eleição, se saiba quem são os doadores de cada candidato e partido, bem como os valores que foram doados.

No que tange ao segmento feminino, apresentei duas emendas: a de n^o 31/CCJ, que aumenta em 5% a aplicação dos recursos do fundo partidário para a participação das mulheres na política, e a Emenda 32/CCJ, que acrescenta 10% ao tempo de participação das mulheres na propaganda partidária gratuita.

Os dados do IBGE nos mostram que as proporções entre a população masculina e feminina vêm dimi-

nuindo paulatinamente. Em 1980, havia 98,97 homens para cada cem mulheres, proporção que caiu para 97% em 2000, e será de 95% em 2050. O excedente feminino, que era de 2,5 milhões em 2000, chegará a 6 milhões em 2050. Já a diferença entre a esperança de vida de homens e mulheres atingiu 7,6 anos em 2000, sendo a masculina de 66,7 anos, e a feminina, de 74,29 anos.

Considero que é de todo coerente que o percentual destinado à criação e manutenção dos programas voltados para a promoção e a difusão da participação das mulheres seja incrementado em mais 5%, bem como avalio como muito oportuno o estabelecimento do patamar inicial de 20% do tempo de propaganda partidária destinado às mulheres. Por isso, peço aos meus Pares que não neguem às mulheres o direito de participar das campanhas eleitorais com essas mínimas condições.

Com relação às doações, apresentei a Emenda nº 29/CCJ, com a finalidade precípua de inviabilizar a chamada doação oculta, a chamada “lavanderia de dinheiro”. Essa Emenda nº 29 obriga que os partidos políticos, ao distribuírem as doações por eles recebidas aos seus candidatos, informem o nome do doador original. Assim, essa Emenda, que modifica a redação do § 5º do art. 39 da Lei dos Partidos Políticos, possibilita esclarecer quem são os doadores originais dos recursos recebidos, pelos partidos, das pessoas físicas e jurídicas e aplicados nas campanhas.

Peço a atenção de todos os Senadores a essa emenda, pois avalio ser de grande importância que haja maior transparência possível de todos os movimentos financeiros, seja de receita, seja de despesa, seja que envolvam partidos políticos e seus candidatos.

A fim de aplicar às campanhas eleitorais, em melhores condições, o princípio da moralidade, previsto no art. 37 da Constituição da República, apresentei três emendas: Emenda nº 34/CCJ, que determina que os candidatos, para receberem a certidão de quitação eleitoral, tenham suas contas anteriores de campanhas eleitorais aprovadas; Emenda nº 35/CCJ, que retira a possibilidade de candidatos inelegíveis participarem até o final do processo eleitoral; e Emenda nº 41, que obriga a que somente candidatos com fichas judiciais limpas possam concorrer nos pleitos eleitorais.

A Emenda nº 34 objetiva incluir como um dos requisitos para obtenção da certidão de quitação eleitoral, para aqueles que participaram de campanhas eleitorais, a obrigatoriedade de terem suas contas aprovadas. O dispositivo do PLC nº 141, de 2009, que se altera com essa emenda, dispõe que a certidão de quitação eleitoral, necessária no ato da candidatura, somente precisa da apresentação das contas de campanhas anteriores,

ou seja, as contas não necessitariam estar aprovadas, mas apenas apresentadas, para que se obtenha certidão de que se está quite com a Justiça Eleitoral. Com essa alteração proposta, somente os candidatos que tenham contas de campanha eleitoral anteriores aprovadas poderão participar dos pleitos eleitorais.

A Emenda nº 35 tem por finalidade definir o momento em que as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser auferidas. Segundo manifestação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), esse dispositivo, que agora se altera, permitia que candidatos inelegíveis participassem de todo o processo eleitoral. Assim, um candidato inelegível teria todo o período de campanha para tentar reverter a sua situação. Dessa forma, poderia ocorrer a situação de termos um candidato que, mesmo sendo inelegível, vencesse um pleito eleitoral.

Por fim, apresentei a Emenda nº 41/CCJ, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Código Eleitoral, para qualificar como inelegíveis todos os que forem condenados ou denunciados pela prática de crime em primeira ou única instância, bem como os que tiverem contra si denúncia recebida por órgão judicial colegiado.

Esse texto - sugerido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, na campanha “ficha limpa” – é parte de projeto de iniciativa popular que, neste momento, encontra-se em fase de coleta de assinaturas. É compatível com a pregação que tem feito o Senador Pedro Simon aqui no Senado.

Julgo que é muito importante responder ao clamor da população, alterando o Código Eleitoral de 1965, considerando mesmo o parágrafo 9º do art. 14 da Constituição da República, no sentido de proibir que candidatos condenados ou denunciados por crimes possam participar, como representantes do povo, do processo eleitoral brasileiro.

Considerando que as campanhas eleitorais estão entre as origens dos graves problemas vividos pelo País, avalio que é o momento de o Senado dar uma resposta moralizadora nesse tema de tão grande importância para a administração de Estados e Municípios, bem como para o cotidiano do povo brasileiro. Caso não seja possível discutir a matéria dentro de uma duração condizente com a importância do tema, que sejam, no mínimo, realizadas modificações que respondam ao clamor de nossa sociedade.

Prezado Senador Cavalcanti, permita ainda aqui registrar a carta que hoje enviei ao Exmº Sr. Prefeito Gilberto Kassab, do Município de São Paulo:

Prezado Prefeito Gilberto Kassab, no último sábado, 29 de agosto, visitei o que ficou da

favela instalada no terreno da Viação Campo Limpo, destruída por parte da tropa de choque da PM na semana passada, tendo em vista a decisão judicial concedendo reintegração de posse do terreno à Viação Campo Limpo. Fui a convite dos moradores e do escritor Ferréz, morador da região. Tive a oportunidade de conversar com aquelas dezenas de famílias que se encontram na calçada junto à área onde estavam instaladas. Ao longo de aproximadamente um quilômetro, as famílias construíram barracos precários, um colado ao outro, com as madeiras e tapumes que restaram do que antes era a favela. Em alguns dos barracos estão mais de duas famílias, sem qualquer condição de higiene e abastecimento de água.

Capão Redondo é também o bairro onde moram Mano Brown e os componentes da banda rap Os Racionais MCs, que acompanham com interesse o desenvolvimento desses episódios.

No próximo dia 6 de setembro acontece, na Avenida Albert Sabin, o Festival do Godoy, que já se tornou uma tradição cultural importante na cidade de São Paulo. Constitui-se um dos principais festivais de rap e hip hop do Brasil.

Encaminho-lhe, anexa, a carta do próprio Ferréz na qual ele faz uma síntese do ocorrido e conclama as autoridades governamentais a darem a atenção devida para resolver a situação daquelas pessoas, inclusive muitas crianças, as quais estão agora vivendo da solidariedade e do auxílio de moradores vizinhos e das igrejas de diversas denominações da região. Muitas das crianças, pelo que pude testemunhar, estão com dificuldade de frequentar a escola.

Gostaria de sugerir que, com a equipe das Secretarias Municipais de Habitação e de Assistência e Desenvolvimento Social, possa V. Ex^a realizar uma visita ao local para que as providências, de caráter humanitário e de solução habitacional, possam ser encaminhadas com a maior urgência. Conversei no sábado com a Sr^a Elisabete França, Superintendente da Secretaria da Habitação, que me relatou da reunião que teve com os representantes daquela removida favela. Algumas providências já estão sendo encaminhadas. Avalio, entretanto, que será importante a presença de V. Ex^a naquela localidade, dada a gravidade do que aconteceu.

Sugiro que, quando de sua visita, possa convidar o escritor Ferréz, que acompanha de perto o que se passa com a população do Capão Redondo. Lá ele é um dos responsáveis por inúmeras iniciativas, como a instalação de duas bibliotecas para as quais pessoas em geral doam livros e que se tornaram centros de ensino e de atividades culturais.

Ferréz (Reginaldo Ferreira da Silva) é também autor dos livros “Capão Pecado”, Editora Objetiva, 2005; “Manual Prático do Ódio”, Editora Objetiva, 2003; “Ninguém é Inocente em São Paulo”, Editora Objetiva, 2006; “Amanhecer Esmeralda”, Editora Objetiva, 2005, “Literatura Marginal: Talentos da Escrita Periférica”; Editora Agir, 2005 e Inimigos Não Mandam Flores, da Editora Pixel Média, 2006. Os telefones de Ferréz são: (11) 5825 7031 e 7890 6364.

Considero importante que as ações da Prefeitura Municipal possam ser bem apoiadas pela Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo bem como pelo Ministério das Cidades do Governo Federal.

Conversei hoje com o Ministro Márcio Fortes sobre o problema. Ele me informou de sua disposição em dar o apoio necessário para visitar aquela área em breve.

Disponho-me a apoiar essas ações no que for possível.

Respeitosamente, Senador Eduardo Marrazzo Suplicy.

A carta de Ferréz é a seguinte:

Sr. Prefeito Gilberto Kassab,

Venho por meio desta expor a situação referente ao ocorrido na segunda-feira, 24 de agosto. A PM cumpriu reintegração de posse de um terreno da Viação Campo Limpo ocupado há dois anos. O terreno não estava murado, era freqüentemente usado para desova de carros roubados, uso de drogas e estava ocioso há mais de vinte anos.

Nas favelas, sempre tem boatos sobre os despejos; portanto, os moradores não acreditavam que iriam sair, ainda mais que, durante a campanha política, muitos candidatos foram à região e prometeram dar o terreno se tivessem o voto da população. Prova disso foi o asfalto “falso” que foi feito em frente à favela, com cimento.

No dia da reintegração, na sua maioria, os moradores não revidaram, pois foram acordados às 5h da manhã e tiveram 30 minutos

para retirar os seus pertences. Findados esses minutos, a PM juntamente com a Tropa de Choque e um trator começaram a remover os barracos.

Eu estava, pessoalmente, no local, pela manhã, e vi vários moradores que perderam eletrodomésticos, móveis, roupas e inclusive, documentos, já que uma minoria se desesperou e ateou fogo em suas casas, assim o fogo se propagou e prejudicou, ainda mais, aquela população.

Enquanto um bombeiro me levava para longe do fogo, pois estava ajudando uma senhora a tentar tirar seu armário do barraco já em chamas, eu escutei um outro bombeiro dizendo que a água estava acabando.

Mesmo alertada da falta de alternativas das famílias, a Justiça negou garantir a inserção das famílias em programas habitacionais antes do despejo e expediu mandado para o cumprimento da reintegração de posse.

Cerca de duas mil pessoas ficaram desalojadas e estão acampadas na calçada em frente ao terreno. Como não podem ficar na rua, ocupam essa calçada que não tem mais que um metro de largura.

Os barracos foram novamente montados. Dessa vez com os restos de madeiras dos antigos barracos. Também tem um chuveiro improvisado para as crianças tomarem banho. A comida é feita na igreja e levada para eles que estão vivendo de doações. E tem uma privada dentro de uma caixa d'água onde todos usam como banheiro.

A constante fumaça que ainda sai dos barracos escaldados e a poeira do local fazem as crianças passarem mal durante toda a noite, inclusive os recém-nascidos que estão nos barracos, caso até que sensibilizou o País como uma criança que foi seqüestrada por uma voluntária que tirou proveito da situação.

Pessoas passam e dão o que podem. Voluntários tentam conter o caos que é ver nove famílias num barraco de dois metros quadrados. A situação é tão precária que nem barracos têm e ficam dormindo nos escombros.

A imprensa noticiou que esses moradores não querem ir para albergues. É verdade, pois albergue é uma coisa provisória, que não se pode levar móveis nem pertences, além de quem tem horário limite para permanecer.

Não vou estender esta carta, pois sou romancista e tendo a crescer o assunto, mas,

nesse caso, o pedido é um só, que essas famílias sejam alojadas em lugar seguro, com água, comida e o mínimo de decência que todo morador de uma grande cidade como São Paulo merece.

O Senador Eduardo Suplicy foi comigo ao local e pôde constatar a urgência de resolver essa situação. Fica aqui o meu apelo e o da comunidade Olga Benário para o senhor.

Ferréz – escritor e morador da região.

V. Ex^a há de convir, Senador Cavalcanti, que se trata de uma situação muito séria na cidade de maior riqueza criada no Brasil, o Município de São Paulo. Eis porque quero aqui fazer esse apelo ao Prefeito Gilberto Kassab. Quem sabe ele próprio possa fazer uma visita àquela área no Capão Redondo, área que tem uma tradição de dificuldades e que inclusive inspira grandes compositores de rap e hip hop, como o próprio Ferréz, os Racionais MCs e tantos outros. Tanto é que, no próximo sábado, ali, na favela da Godoy, na Avenida Albert Sabin, vão apresentar suas canções no festival, que começa à tarde e vai até à madrugada seguinte.

A Avenida Albert Sabin sai diante da estação de metrô do Capão Redondo e seguindo pela avenida chega à ladeira, e justamente nos cinco, seis últimos quarteirões as famílias fecham as ruas e elas própria cuidam – não é a CET ou a Guarda Metropolitana – da segurança daquele evento, uma espécie de quermesse com música. Ao longo de suas casas, de suas janelas e portas ou garagens, fazem barracas ou pequenas lojas para vender refrigerantes, doces, comestíveis que preparam, artesanatos, roupas e assim por diante. E ali ficam as famílias e inúmeras crianças desde a tarde até a madrugada seguinte – eu próprio pude ali testemunhar pois fiquei a aguardar a representação do grupo mais esperado por todos, Os Racionais, que cantaram nas duas ocasiões em que eu fui, já quando estava amanhecendo o dia, à luz do sol.

E as crianças esperaram até aquele horário. E o que me impressionou é que havia cerca de oito mil pessoas e todos cantaram juntos com Mano Brown, Ice Blue e KL Jay e todos os membros de Os Racionais, que inclusive são meus amigos. Certamente eles estão muito preocupados com o destino dessas famílias.

Daí o apelo que faço ao Prefeito Gilberto Kassab, ao Governador José Serra, ao Presidente Lula e ao Ministro Márcio Fortes, para que se possa encaminhar uma solução adequada, com a cooperação dos três níveis de Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Suplicy, peço a V. Ex^a a gentileza de me substituir, conforme o combinado. (Pausa.)

O Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, pelo tempo regimental e necessário para que possa transmitir a sua mensagem.

Agradeço-lhe muito a atenção para que eu pudesse também usar da palavra.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a merece, Senador.

Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Paraíba, entre suas numerosas instituições de ensino superior, ostenta duas que se tornaram respeitadíssimas em todo o Brasil e até no exterior. São a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que antes se chamava Universidade da Paraíba, é uma instituição de ensino superior autárquica, que se dedica ao ensino, à pesquisa e à extensão, possuindo *campi* em João Pessoa, Areia e Bananeiras.

Em 2002, o seu desmembramento deu origem à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), cujos *campi* se localizam em Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras.

O ponto de partida, a primeira escola de nível superior paraibana foi a Escola de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia, num tempo em que as tendências profissionais se voltavam para a Medicina, o Direito e o sacerdócio, como carreiras ou projetos de vida.

Porém, foi na década de 1950 que se instalou a proposta de “integração do desenvolvimento técnico e industrial do Estado”, que fez de Campina Grande o novo foco científico e cultural da Paraíba.

Surgiu, então, a Escola Politécnica, que recebeu, desde o início, o respaldo do setor dos negócios financeiros e comerciais da região. A escola acabou por ser dotada do melhor equipamento existente à época.

A década de 50 do século passado viu também a criação de várias escolas isoladas, que acabaram por compor a Universidade Estadual.

A evolução foi tão notável que, em 1955, existiam onze escolas de ensino superior no Estado, o que ensejou a criação da Universidade da Paraíba.

Em 13 de dezembro de 1960, ocorreu a federalização por meio da Lei nº 3.835 e a consequente

mudança de denominação para Universidade Federal da Paraíba.

O desmembramento para a criação da Universidade Federal de Campina Grande deu-se por meio da Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é fácil constatar o acerto da criação da Universidade Federal de Campina Grande, cujo prestígio só tem feito crescer no meio acadêmico e junto à sociedade tanto no Brasil como no exterior.

Hoje, a cidade de Campina Grande apresenta-se como um polo tecnológico de grande importância. Isso lhe valeu a implantação da Rede Metropolitana de Campina Grande – Metro-CG.

A importância de Campina Grande nesse setor foi ressaltada pelo Presidente da Rede Nacional de Pesquisa, RNP, Nelson Simões da Silva, quando participou da inauguração da Rede no dia 26 de junho de 2009.

Campina Grande foi a 11^a cidade brasileira a receber essa infraestrutura, portanto, à frente da maioria das capitais.

A Metro-CG integra o Projeto de Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa – Redecomep –, favorecendo aplicações avançadas que apresentam grande demanda por transmissão de dados. É gerenciada pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e integra as seguintes instituições: Parque Tecnológico, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) e Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa) de Campina Grande.

Com relação à Metro-CG, a Dr^a Alana Abrantes, Diretora do Hospital Universitário Alcides Carneiro, ressaltou a importância da utilização das fibras óticas, que agilizam a comunicação e favorecem a execução de determinadas atividades, como os exames emergenciais. E o Reitor da UFCG, Thompson Mariz, declarou que a integração de Campina Grande na Redecomep confirma não somente o potencial tecnológico da cidade, mas também o reconhecimento nacional que a universidade obteve com sua produção acadêmica e na área da pesquisa.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Campina Grande é muito mais que a famosa cidade do maior São João do Brasil, amplamente conhecida por sua monumental temporada junina de festas. Ela é um dos 74 polos tecnológicos do País, mapeados pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

Para integrar esse seleto rol, apresenta números impressionantes: uma centena de empresas de Tecnologia da Informação, cerca de mil empregos gerados e o maior número proporcional de PhDs do Brasil, na casa de seis centenas.

O polo de Campina Grande é responsável, nos últimos anos, pela exportação de **software e hardware**, que vão de bancos de dados de alta complexidade às mais simples recicladoras de cartuchos, para 43 países.

Entre os clientes, encontramos nomes do peso da Hewlett Packard (HP), Nokia, Petrobras e até Interpol.

O avanço tecnológico se deveu a uma conjugação de esforços da universidade, das empresas e da entidade que faz a ponte entre as duas partes, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, uma figura que tem tudo a ver com o desenvolvimento de Campina Grande no campo tecnológico é Lynaldo Cavalcante de Albuquerque, que foi reitor, há quatro décadas, do antigo *campus* campinense da Universidade Federal e depois presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Sua grande contribuição foi a de atrair cabeças e fazer parcerias com pessoas de universidades do exterior.

Sabe-se que os pesquisadores da UFCG estão entre os poucos do Brasil a se debruçarem sobre a computação quântica.

Por isso, tornaram-se referência na chamada “computação nas nuvens” (a possibilidade de utilizar os *softwares* por meio da Internet), uma das áreas mais complexas e promissoras da tecnologia.

Campina Grande se destacou como precursora em cursos como Ciência da Computação e Engenharia Eletrônica e isso se refletiu, sem sombra de dúvida, no desenvolvimento tecnológico e econômico da cidade. O polo já responde por 20% da economia do Município e estabelece um salário médio de R\$2,9 mil para a população – o dobro do da região.

Uma cidade quente do semi-árido nordestino dá uma demonstração inequívoca da sua evolução tecnológica, saindo da base da agricultura, da base da indústria, para avançar na tecnologia de ponta, exportando essa tecnologia para um grande número de países.

O Estado da Paraíba demonstra sua força com as duas universidades federais nela sediadas, e creio que é interessante reproduzir o que disse o Reitor da Universidade Federal da Paraíba, Rômulo Polari, em entrevista ao jornal *O Norte*, em 27 de agosto de 2006.

“A UFPB tem uma história de progresso. Talvez no Nordeste e no Norte do País, a Uni-

versidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal sejam as duas mais progressistas.

São as que mais avançaram em termos de aumento de cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, além de linhas em projeto de pesquisa.

Hoje, a Universidade Federal da Paraíba, mesmo com o desmembramento dos seus campi, que passaram a formar a UFCG, tem um corpo docente de 1.400 professores e cerca de 700 doutores.

Já temos um percentual maior do que 50% do quadro docente com titulação de Doutor.

No quadro de mestrado, temos algo mais do que 35%. E 85% do corpo docente da Universidade Federal da Paraíba já é composto por professores mestres e doutores.

Isso até atesta um nível de excelência no padrão nacional.”

Sr. Presidente, para um Estado que ocupa apenas a 24ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Unidades da Federação brasileira, a Paraíba apresenta um contraste impressionante em sua capacitação tecnológica. Assim, não é de estranhar que, no quesito renda da população, o Estado já ascende para a 19ª posição (à frente de Pernambuco, da Bahia e do Ceará: respectivamente os 22º, 23º e 24º colocados), o que certamente é ajudado pela sua produção avançada de tecnologia.

Sobressai, então, o encaminhamento acertado de uma vocação, para demonstrar a possibilidade de desenvolvimento econômico e social de uma sociedade ainda carente, mas cujo crescimento é notável.

Agradeço, Sr. Presidente, pela consideração e pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduado Suplicy. Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti, que aqui nos traz um testemunho do desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba, tanto em Campina Grande, quanto em João Pessoa e outras áreas do Estado de V. Ex^a, a Paraíba.

Quero dizer que me sinto muito honrado por já ter sido convidado e ter feito palestras, tanto ali na Universidade Federal de Campina Grande, quanto de João Pessoa, a respeito da proposição da renda básica de cidadania. Eu me sentirei feliz de novamente comparecer noutras ocasiões, se assim for convidado.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – A Paraíba continua de braços abertos e o convite faço neste momento.

Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduado Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a bem registrou que o avanço proporcionado

inclusive por sua repercussão no desenvolvimento da área de ciência e tecnologia para a Paraíba fez com que houvesse um aumento da renda **per capita** e da renda média em toda área por onde a Universidade Federal da Paraíba tem a sua influência educadora.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – A Paraíba agradece as referências elogiosas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduado Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Suplicy, querido companheiro que está presidindo a sessão desta noite, quero fazer o registro de uma visita que realizamos na última sexta-feira. Saímos daqui na quinta-feira. Éramos um grupo de Parlamentares. Estavam o Deputado Maurício Rands, de Pernambuco, o Senador Augusto Botelho, do Estado vizinho ao Amazonas, de Roraima, o Senador Flávio Torres, do Ceará, e eu. Estávamos acompanhados pela assessoria da Eletronuclear. Visitamos as usinas de Angra I e de Angra II, no Estado do Rio de Janeiro, precisamente no Município de Angra dos Reis.

Quero fazer este registro por conta da importância desse empreendimento, por conta do compromisso de estado que um grupo de brasileiros, de cientistas, de físicos, de professores, de funcionários da Eletronuclear, realiza com esse trabalho de tamanha importância, de tamanha responsabilidade e de tamanha importância estratégica para o País e um País como o nosso.

Energia nuclear nas Américas, nos Estados Unidos, o México, que tem duas usinas, a Argentina, que tem duas usinas, e nós, que temos duas usinas, estamos construindo, começando a construir Angra III e a Eletronuclear começa a estudar a ampliação desse projeto aqui no Brasil, estudando, principalmente no Nordeste, localidades que possam comportar um sítio para a construção das usinas.

Quero registrar aqui que fomos recebidos pelo Presidente da Eletronuclear, Sr Othon Pinheiro, e por toda a direção da Eletronuclear, pelo Sr. Paulo Sergio Petis, pelo Diretor Pedro José Diniz, pelo Diretor de Planejamento, Dr. Pérsio Jordani, diretores que estão neste projeto já há alguns anos.

O projeto nuclear brasileiro começa nos anos setenta e, evidentemente, sofreu interrupções, porque o Brasil poderia estar mais adiantado, poderia ter aprofundado a sua pesquisa, a construção das suas usinas.

É bom fazer aqui uma separação de energia nuclear com bomba nuclear. O Brasil trabalha com muita responsabilidade e é reconhecido internacionalmente por conta das auditorias que sofre de países que

visitam o Brasil para olhar a experiência da energia nuclear em nosso País.

Presidente Suplicy, a energia nuclear precisa... Penso que esta Casa, o Senado, o Congresso, precisamos fazer uma discussão sobre energia para o nosso País, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, do ponto de vista da expansão de redes aqui do Brasil. Mas quero chamar a atenção para o ponto de vista social, porque parte do povo brasileiro, em pleno século XXI, não tem energia. São milhares de casas que ainda não possuem uma geladeira. São milhões de brasileiros que ainda dormem sem, não falo nem do ar condicionado, um bico de luz em sua residência.

Quero fazer um parêntese aqui para registrar o esforço do nosso Governo, Governo do Presidente Lula, que tem um programa importante, que é o Luz para Todos. O Luz para Todos, nesses seis anos, avançou muito pelo interior do Brasil, nas pequenas comunidades, na zona rural, porque o Luz para Todos é para a zona rural. Então, a carência de energia ainda é significativa. Do ponto de vista social, precisamos avançar para que todos os lares, para que todas as residências possuam energia.

Precisamos fazer esse debate, principalmente no que diz respeito à energia alternativa para a Amazônia. Mas a energia alternativa tem uma série de experiências inovadoras. Quanto à energia alternativa, temos uma série de experiências inovadoras. Mas precisamos ter uma matriz verdadeiramente forte, consistente, para garantir o projeto econômico nacional, para atender às grandes demandas, principalmente do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Mas o Sul e o Sudeste é que concentram milhares de brasileiros, e as famílias precisam de energia.

Há bem pouco tempo, antes do nosso Governo, tivemos um apagão, tivemos racionamento. A bem da verdade, até hoje temos racionamentos, embora casos pontuais. E precisamos discutir com serenidade, sem nenhum preconceito, a energia nuclear. O Estado brasileiro, a sociedade brasileira precisa fazer esse debate.

E eu quero registrar, aqui, o esforço de brasileiros, de instituições que trabalham a pesquisa, que avançam no domínio dessa tecnologia. É verdade que o lixo oriundo da energia nuclear precisa de cuidados. Nós não podemos brincar com isso. Penso que o Estado brasileiro avançou, tem essa responsabilidade e tem tecnologia para trabalhar a energia nuclear dentro de marcos regulatórios que possam garantir o cuidado absoluto com a energia nuclear.

Eu quero destacar aqui e dar como exemplo Angra 1 e Angra 3, ou melhor, Angra 1 e Angra 2 – Angra 3 está começando, estão fazendo a terraplanagem lá, em

Angra dos Reis –, sem nenhum acidente, sem nenhum problema. Eu penso que a experiência da Eletronuclear, no Brasil, nos garante que o Brasil conseguiu um patamar de responsabilidade, um patamar tecnológico que merece a nossa confiança no que diz respeito à gestão da energia nuclear.

Foi uma visita importante. Quero dizer que foi a primeira vez que adentrei numa usina. Conheci a usina Angra 1. Há ali em torno de 350 servidores. Vejam que é um quadro enxuto. Conhecemos toda a usina. De uma limpeza, Senador Suplicy... Para entrarmos na usina e conhecê-la, temos de obedecer a uma série de procedimentos, de cuidados que requer a usina nuclear.

Eu saí de lá, primeiro, convicto de que os gestores, os brasileiros que ali estão fazendo a gestão da usina nuclear merecem a nossa confiança, pela dedicação, pelo cuidado, pelo zelo, pela responsabilidade. Senti no relato que, num determinado tempo recente da história, eles ficaram sem apoio, e estão entusiasmados agora por conta do apoio do Governo do Presidente Lula. Eles estão tocando os projetos que possam não só melhorar, mas ampliar a energia nuclear aqui no Brasil. A usina Angra 1 produz 630 MW, e a usina Angra 2, 1.350 MW. Temos aí em torno de 2.000 MW de energia nuclear.

Essa energia está funcionando! É bom que o Brasil saiba que está funcionando. Nós temos energia nuclear. E essa energia é introduzida, cai na rede nacional que vai para São Paulo, Rio. Então, está inserida a energia nuclear na rede nacional. Não é muito, mas são 2.000 MW de energia nuclear participando desse processo social, econômico da energia no Brasil.

Quero dizer que saí satisfeito pela gestão, pelo cuidado, pelo zelo. Mas nós precisamos – esta é a minha vontade, e já conversei com o meu companheiro Maurício Rands – organizar uma sessão, uma audiência pública aqui no Congresso Nacional para discutir energia nuclear: o que temos, o que está sendo feito, qual o projeto estratégico para o futuro da energia nuclear aqui no Brasil. Atualmente, uma usina de 1.000 MW está em torno de oito bilhões. Então, é um dinheiro significativo. Mas o Brasil, como um país que exerce uma liderança na América Latina, não pode prescindir da energia nuclear.

Então, combinamos realizar aqui no Congresso uma audiência pública, Câmara e Senado, para discutir com os dirigentes da Eletronuclear, e esta Casa compreender, debater, discutir e propor medidas que possam alavancar, avançar na diversidade de energia neste País.

Então, Sr. Presidente, quero dizer da minha alegria em ter conhecido essa experiência que vem dos anos 70, registrar minha satisfação por ter encontrado brasileiros e brasileiras – são poucas as mulheres – que trabalham na energia nuclear e dizer da minha alegria

em conhecer esse grupo pequeno de pesquisadores, de professores, de administradores que estão fazendo energia nuclear no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, energia nuclear para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Senador João Pedro, quero cumprimentar V. Ex^a, os Senadores Augusto Botelho e Flávio Torres e o Deputado Maurício Rands, que formaram uma comitiva para visitar as usinas de Angra dos Reis. V. Ex^a traz aqui um depoimento importante sobre os cuidados que o Governo brasileiro e a empresa responsável pela energia nuclear e por aquelas usinas têm tomado. Obrigado pelo registro e por nos representar nessa visita de conhecimento relevante para o Senado.

O Senador Leomar Quintanilha, Senador por Tocantins, tem a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, obrigado pela deferência de me permitir, já ao final dos trabalhos desta Casa nesta noite, fazer um registro, que considero relevante, sobre uma reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos levará a efeito amanhã. Trata-se de uma reunião de caráter ordinário que tem, entre seus itens de pauta, a discussão de um projeto de lei de minha autoria que cria o Sistema S de Turismo. É o braço social do turismo, já que hoje o turismo tem uma entidade sindical, patronal, que reúne a responsabilidade e as condições de representar esse segmento tão importante da economia brasileira.

A Confederação Nacional do Turismo foi criada há cerca de 10 anos, Sr. Presidente, e somente agora, no início deste ano, ela obteve por parte do Ministério do Trabalho o seu registro como entidade sindical de terceiro grau. Enfim, a categoria, o *trade* turístico brasileiro tem uma instituição que o representa, que vai cuidar de contribuir com as demais instituições que atuam na mesma direção, tanto as instituições públicas, o próprio Governo Federal, que criou o Ministério do Turismo, que tem a Embratur, como milhares de instituições privadas que trabalham no *trade* turístico e estão efetivamente alimentando uma forte esperança de que o Brasil vai aproveitar esse momento tão adequado e oportuno para crescer, para que essa atividade turística possa crescer.

O turismo vem despertando o interesse do mundo inteiro como um dos mais importantes vetores de desenvolvimento econômico, graças a sua capilaridade, graças a uma quantidade enorme de atividades que alimentam e estimulam esse setor e surge também como uma grande oportunidade de mão de obra, de

aproveitamento de mão de obra, uma oportunidade de trabalho para milhares de brasileiros em todos os Municípios, em todos os quadrantes deste País.

Ora, começa a se formar na consciência dos eminentes Pares desta Casa, ao tomarem conhecimento da efetividade dessa medida, a importância da criação do Sistema S para o turismo, começa a se formar uma consciência positiva de sua aprovação.

Primeiro, basta comparar o êxito alcançado pelo Sistema S da Confederação Nacional do Comércio, por exemplo, da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Transporte. São três segmentos importantes da economia que têm os seus braços sociais e cuja função principal é exatamente trabalhar em dois vetores. O primeiro vetor é o da capacitação profissionalizante, é o do aprendizado, no caso a que me refiro, dos trabalhadores do *trade* turístico. São os garçons, as pessoas que trabalham no atendimento aos bares, às lanchonetes, são as pessoas que atendem nos hotéis, são as pessoas que cuidam internamente do preparo, do receptivo, àqueles que visitam determinado lugar, determinada cidade. Exatamente porque deu certo nas outras confederações, estou seguro de que a consciência que se forma perante os Pares, os Senadores que estão tomando conhecimento e acompanhando de perto o desenvolvimento deste debate e desta discussão, saibam apreciar, com a propriedade devida, a importância e o caráter inadiável da aprovação do Sistema S do turismo.

Veja, Sr. Presidente, que comentei sobre um dos vetores que o Sistema S trabalha, que é o da capacitação profissionalizante. Quem pode ser contra a abertura de milhares de novas vagas para ensinar o trabalhador brasileiro a aprimorar seu desempenho e a melhorar sua capacidade de trabalho para o enfrentamento dos desafios no dia a dia? A cidade de V. Ex^a, por exemplo, é uma das mais importantes do Brasil, que seguramente recebe milhares de pessoas diariamente. E é importante que essas pessoas, ao retornarem, guardem a lembrança de um recebimento de qualidade nos hotéis, bares, restaurantes, em todas as instituições que visitam em São Paulo.

E o Sistema S cuida disso. O Estado Brasileiro deveria cuidar, cuida, com um número de vagas muito pequeno, nas escolas técnicas federais, mas insuficiente para cobrir essa lacuna, essa demanda reprimida tão grande que existe. Aí surge o Sistema S. É o empresariado contribuindo para a formação e para a capacitação dos seus trabalhadores.

Por isso, quem pode ir contra, Sr. Presidente, a criação do Sistema S do turismo, para capacitar as pessoas em todos os Estados Brasileiros, em todas as cidades brasileiras, para receber as pessoas?

E o outro vetor é o vetor de apoio ao trabalhador, que também tem direito ao lazer, à cultura, à prática de atividades desportivas.

A Confederação Nacional do Turismo, criada há dez anos, mas com seu registro obtido recentemente, procura ganhar tempo na materialização desses seus propósitos. É claro que o escopo maior, o escopo principal é desenvolver ações, conjuntamente com as demais instituições que se interessam pelo setor, para dinamizar o turismo brasileiro, porque não tem sentido o Brasil, com todas as qualidades que tem, com essa enorme potencialidade, ainda amargar o 45º lugar no **ranking** mundial do receptivo turístico.

Não tem cabimento, nós temos de decuplicar. E eu acho que a expectativa e a esperança que está na cabeça e no coração dos brasileiros é de que o turismo possa se expandir, sim, e nós possamos estar não só recebendo dez vezes o que nós recebemos hoje de visitantes, porque nós temos potencial para isso, mas nós possamos estimular também a possibilidade de o brasileiro conhecer melhor o seu país, que os brasileiros possam se deslocar internamente, conhecendo essas maravilhas que o seu Estado tem, que o meu Estado tem, que os Estados brasileiros têm.

Então, são muitos os obstáculos para que nós possamos alcançar uma condição ideal. Então, é preciso que nós possamos oferecer àqueles que operam, que trabalham, as condições adequadas, condições de lazer, de cultura, de recreação mais a condição de capacitação, a condição de preparo. Por isso, estou convencido de que, amanhã, às 10 horas, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves, nós estaremos contando com a discussão, com o debate.

V. Ex^a creio que é membro dessa comissão, contamos com o seu apoio, porque é importante estarmos todos juntos neste momento, pois é a hora de darmos uma alavancada no turismo brasileiro e estaremos no debate, procurando dirimir quaisquer e eventuais dúvidas surgidas, para que tenhamos uma votação magistral e possamos passar para as outras comissões que querem também discutir esse assunto pela sua importância e pela sua oportunidade.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que amanhã será um dia muito importante para o Senado, muito importante para a CAE, porque estará aprovando o Sistema S do turismo brasileiro, dando forças e condições à Confederação Nacional do Turismo para que ela possa implementar as ações que venham permitir a eliminação de gargalos que têm impedido o desenvolvimento do País no campo do turismo.

Eu comentava que os dirigentes da Confederação Nacional do Turismo têm agido com inteligência,

procurando se superar, superar as suas dificuldades para recuperar o tempo perdido. Por exemplo, na capacitação profissional: como ainda não há estrutura – para construir estrutura demora –, ele está cuidando de fazer parceria em todos os Estados brasileiros com as principais instituições educacionais federais, estaduais ou privadas, mas as principais de cada um de seus Estados, para que, em convênio, possam aplicar os cursos que venham a capacitar os profissionais do *trade* do turismo.

Da mesma forma, para superar a dificuldade material de tempo para construir as instalações de clubes que possam dar ao trabalhador do *trade* turístico e à sua família o conforto do descanso merecido e necessário nas horas de lazer, está fazendo, com a indução, com o apoio do Ministério do Esporte, uma parceria com os principais clubes de futebol brasileiros.

E, como sabemos, Sr. Presidente, os clubes sempre têm uma capacidade ociosa, uma presença reduzida nas suas instalações, o que pode perfeitamente abrir espaço para receber os trabalhadores do *trade* de turismo.

E o Presidente da CNTur, Dr. Nelson Pinto, está fazendo isso, está fazendo parceria com os clubes brasileiros para que imediatamente já possam oferecer aos trabalhadores do *trade* turístico a oportunidade de descanso, o acesso a atividades culturais, o acesso a atividades esportivas dos clubes. Então, é uma forma de avançar em um dos importantes gargalos que o turismo brasileiro enfrenta.

Então, estou seguro, meu caro Presidente Suplicy, de que estaremos juntos amanhã, às 10 horas, na CAE, no debate que culminará com a aprovação majoritária dessa proposta que trago a esta Casa e que será discutida amanhã naquela Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, do PMDB do Tocantins.

Tendo em conta que seu projeto será apreciado amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que trata do Sistema S e que propõe, conforme V. Ex^a explicou, que possa a Confederação Nacional do Turismo ter o seu próprio Sistema S, gostaria de informá-lo que – e V. Ex^a certamente tem ciência – há, de um lado, argumentos daqueles que são membros da Confederação Nacional do Comércio, da Federação do Comércio, inclusive do Estado de São Paulo, que procuraram Senadores, como eu próprio, para argumentar que seria importante que permanecesse o sistema tal como é hoje.

Por outro lado, tive a honra também de receber os representantes da Confederação Nacional de Turismo,

como V. Ex^a, que argumentaram da importância da própria área de turismo desenvolver os seus cursos, treinamentos. E, se houver essa possibilidade de separação, pelo que argumentaram os responsáveis, haverá um desenvolvimento com maior atenção para o treinamento daquelas pessoas que trabalham na área de turismo. Portanto, esses argumentos devem ser seriamente considerados, conforme assinalou na sua exposição.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, o desmembramento da Confederação Nacional do Turismo já é uma realidade. Foi criada há dez anos, obteve seu registro agora e é ela que tem a titularidade, que tem a condição de representar o turismo no Brasil.

Gostaria de lembrar a V. Ex^a que a descentralização de ações é sempre muito importante e traz ótimos resultados. Falo isso a respeito do Estado que represento, que é resultado de uma descentralização. Foi desmembrado do Estado de Goiás. Foi bom para Goiás e foi bom para o Tocantins. Vai ser bom para a CNC e melhor para a CNTur.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

Acho que vai ser um momento importante para a direção da Confederação Nacional de Turismo, que aqui se encontra representada ouvindo os argumentos de V. Ex^a. Certamente, todos os Senadores membros da CAE estão convidados para um diálogo construtivo que amanhã haverá, com uma decisão que, espero, seja a mais adequada.

Ao concluir os trabalhos de hoje, eu gostaria de informar a todos os que acompanham a TV Senado que aqueles que desejarem conhecer as ações de cada um dos Senadores e do próprio Senado poderão acessar o sítio eletrônico ou a página do Senado na Internet. Basta colocar <http://www.senado.gov.br>. Se quiser, então, assinalar qual o Senador que gostaria de conhecer melhor em suas atividades deve colocar, por exemplo, Leomar Quintanilha, ou qualquer um dos outros Senadores. No meu caso, por exemplo, Eduardo Suplicy. Assim, poderá ter acesso às informações aquela pessoa que tem interesse de conhecer melhor. Muitas vezes, os Senadores colocam na sua página na Internet formas de responderem a perguntas de interesse público. Então, aqueles que desejarem fazê-lo podem acessar a página do Senador que gostaria de conhecer melhor em suas atividades através desse endereço eletrônico que acabei de dar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES

Nºs 1.397 A 1.399, DE 2009

Sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

PARECER Nº 1.397, DE 2009 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

I – RELATÓRIO

O projeto de resolução em exame, de autoria do Senador Marco Maciel, objetiva a criação de uma comissão destinada a definir e coordenar a execução dos eventos relativos ao bicentenário da Independência do Brasil, composta pelos presidentes das duas Casas, que a co-presidirão, e por um senador e um deputado representantes de cada unidade da Federação.

Segundo o projeto, os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da comissão serão providos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, nos termos do que dispõem os arts. 145 e 150 do Regimento Comum. As ações previstas para se alcançarem os objetivos do projeto serão desempenhadas sob a coordenação do Congresso Nacional, também os Poderes Executivo e Judiciário deverão ser contatados com vistas ao estabelecimento de vínculos, por meio de convites de parcerias, destinados à realização de atividades conjuntas.

Ainda, as ações decorrentes serão iniciadas no dia 28 de janeiro de 2008, em alusão à assinatura da Carta Régia que determinou a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio internacional – marco histórico que também completa duzentos anos – e terão seu término em 2022, ano do bicentenário.

A proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos subsidiários do art. 74, I, e do art. 213, inciso III, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, conforme dispõe o art. 151 do Regimento Comum, o Senador Marco Maciel, no uso da competência que lhe confere o *caput* do art. 61 da Constituição Federal, intenta seja instituída a referida comissão, destinada aos preparativos e à realização das comemorações pelo transcurso do bicentenário da Independência do Brasil.

Cumpra à Comissão de Educação, com fundamento nos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto ao mérito da

matéria, que será também instruída pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora, antes de submeter-se à decisão do Plenário.

Nesse particular, não há reparos a fazer, pois o intuito da proposição é o de procurar, por meio de ações coordenadas, mobilizar toda a sociedade para uma grande comemoração em torno da data histórica que deu início ao processo de edificação da nação brasileira.

O próprio autor, Senador Marco Maciel, no artigo *Memória da Independência*, publicado em sua página na Internet, reflete que “no Brasil, geralmente as celebrações de grande conteúdo simbólico não são previamente preparadas e, por isso, suas comemorações ocorrem de forma improvisada e até de afogadilho (veja-se, por exemplo, a passagem dos 100 anos da República e dos 500 anos do Descobrimento do Brasil). Isso não ocorre em outros países”.

De fato, para precaver a sociedade contra improvisações que possam empanar o brilho do evento, a iniciativa determina que os passos iniciais ocorram já em 2008, mediante o estabelecimento de um programa de ações de acordo com um cronograma elaborado pela Comissão Especial do Bicentenário.

A participação, mediante convite, de instituições culturais e de pesquisas histórico-documentais e de representantes dos demais Poderes da República, conforme preconiza o projeto, virá garantir o estabelecimento de importante vínculo, fundamental para o sucesso das comemorações.

Por fim, a formalização da iniciativa mediante projeto de resolução, nos devidos termos regimentais, supera quaisquer entraves de natureza legislativa que possam impedir o acatamento da norma.

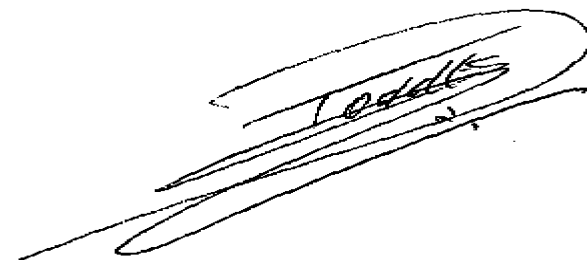
III – VOTO

Diante do que cumpria a esta comissão pronunciar-se, o voto é pela aprovação, sem ressalvas, do Projeto de Resolução nº 24, de 2004 – CN.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2004.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PRS 024/04 NA REUNIÃO DE 30/11/104
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:		<i>Osamar Dias</i> (Senador Osamar Dias)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)		
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	1- TIÃO VIANA	
FLÁVIO ARNS	2- ROBERTO SATURNINO	
IDELI SALVATTI	3- DELCÍDIO AMARAL <i>Delcídio Amaral</i>	
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)	
DUCIOMAR COSTA <i>Duciomar Costa</i>	5- (VAGO)	
AELTON FREITAS	6- (VAGO)	
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)	
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)	
PMDB		
HÉLIO COSTA <i>Hélio Costa</i>	1- MÃO SANTA	
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>	
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES	
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO	
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ	
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO	
PFL		
DEMÓSTENES TORRES RELATOR <i>Demóstenes Torres</i>	1- EDISON LOBÃO	<i>Edison Lobão</i>
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas Pinheiro</i>	
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO	
EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>	4- MARCO MACIEL	
RENILDO SANTANA	5- PAULO OCTÁVIO	
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	
PSDB		
SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO	
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO	
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA	
PDT		
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES	
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	
PPS		
MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES	

PARECER Nº 1.398, DE 2009

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 24, de 2004 - CN, foi inicialmente publicado e distribuído em avulsos sob a espécie "projeto de lei do Senado". Como se tratasse de matéria a envolver as duas Casas do Legislativo federal foi republicado, convenientemente, em 25/06/2004, nas páginas 19.406 a 19.415 do Diário do Senado Federal.

A proposição objetiva instituir a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil, composta de vinte e sete deputados e de igual número de senadores, e respectivos suplentes, representando cada um dos Estados da Federação e o Distrito Federal, com mandato correspondente ao período de uma legislatura.

A Comissão será co-presidida pelos Presidentes das duas Casas, que indicarão os demais membros, ouvidas as bancadas estaduais.

O projeto dispõe sobre o estabelecimento de um calendário de atividades e de um programa de ações, ambos sob a responsabilidade e de iniciativa da Comissão, e que pelo menos uma de suas reuniões será realizada em cada estado da Federação e no Distrito Federal.

A iniciativa dispõe também sobre as finalidades dos trabalhos da Comissão: definir e coordenar a execução do programa; estabelecer vínculos e parcerias com os demais Poderes e com instituições culturais e de pesquisa histórica e científica; avaliar sugestões que lhe sejam encaminhadas por organizações sociais.

Por fim, prevê o início das atividades da Comissão para o dia 28 de janeiro de 2008, e sua dissolução, no ano de 2022, por ocasião do encerramento das comemorações.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

No dia 3 de junho de 2004, o Senador Marco Maciel apresentava o projeto em análise, mediante toda antecedência que deve presidir às iniciativas legislativas, tendo em vista o elevadíssimo número de matérias submetidas ao exame das duas Casas.

Já em novembro desse mesmo ano, a então Comissão de Educação exarava seu parecer, que concluía pela aprovação do projeto, nos termos do relatório oferecido pelo Senador Demóstenes Torres.

No ano seguinte, perante esta Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho, relator da matéria, oferecia seu parecer, que não chegou a ser apreciado.

Mediante redistribuição, em virtude do Senador Garibaldi Alves ter assumido a Presidência do Senado, coube a mim a honra de relatar matéria de tão elevado significado para a História nacional, marco de nossa Independência política e da assunção de uma soberania duramente conquistada ao longo dos anos.

Não há o que reparar no trabalho do Senador Marco Maciel, conforme muito bem identificou a comissão incumbida de apreciar-lhe o mérito.

Deveras, a acuidade e o conhecimento histórico de Sua Excelência mais uma vez se manifestaram. Agora, sob a forma de peça legislativa de rara densidade científica, conforme comprovam tanto o articulado quanto a justificação.

De fato, o autor lançou as bases de atuação da Comissão ora esboçada, por meio do arrolamento de eventos que culminaram com o grito do sete de setembro.

Esses eventos são o elemento primordial para a feitura da programação alusiva ao bicentenário, o que virá a facilitar as ações do grupo parlamentar destacado para sua execução.

No que compete a esta Comissão examinar, não há reparos a fazer quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou de técnica legislativa.

Entretanto, devido ao passar do tempo, e considerando-se que a Câmara dos Deputados haverá ainda de apreciar a proposição, torna-se necessário promover a alteração do prazo demarcatório do início das atividades, nos termos de emenda, para fins de viabilização cronológica da iniciativa do Senador Marco Maciel.

III – VOTO .

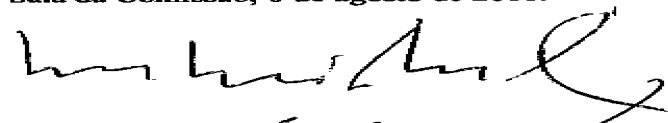
Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 24, de 2004 - CN, com a seguinte emenda:


EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Resolução nº 24, de 2004 - CN, a seguinte redação:

Art. 3º As ações previstas no § 3º do art. 1º serão iniciadas quinze dias após a entrada em vigor desta Resolução, e se estenderão até 2022, ano de celebração do Bicentenário.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2008.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PRS Nº 24 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06.08.2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁷	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (Relator)	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 04/07/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB);

⁷ Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008 (Of. nº 62/08-GLDEM).

PARECER Nº 1.399, DE 2009
(Da Comissão Diretora)

RELATOR: Senador CÉSAR BORGES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 24, de 2004 – CN, de autoria do Senador Marco Maciel, inicialmente publicado e distribuído em avulsos sob a espécie “projeto de lei do Senado”, foi oportunamente republicado no Diário do Senado Federal, em 25 de junho de 2004, nas páginas 19.406 a 19.415, por se tratar de matéria que envolve as duas Casas do Legislativo federal.

O objetivo do projeto é a instituição da Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil, a ser integrada por vinte e sete senadores e igual número de deputados e seus respectivos suplentes, representando cada um dos Estados da Federação e o Distrito Federal. A comissão será presidida pelos Presidentes de ambas as Casas, aos quais caberá a indicação dos referidos membros.

Esclarece o autor da proposição que o objetivo da iniciativa é mobilizar toda a sociedade, tendo como ponto de partida os Poderes da República, em torno de um dos mais relevantes marcos do calendário histórico-cívico brasileiro.

O projeto foi inicialmente examinado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que se manifestou pela sua aprovação. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposição recebeu parecer favorável à sua aprovação, mediante emenda.

Atualmente, o Projeto de Resolução nº 24, de 2004 – CN encontra-se em exame nesta Comissão Diretora, etapa final de sua tramitação nesta Casa.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 98, I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão Diretora exercer a administração interna do Senado, no que tange, inclusive, à participação de senadores em Comissão a ser integrada por parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional.

De acordo com o projeto em epígrafe, a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil incumbir-se-á da definição e da coordenação dos eventos relativos ao bicentenário da Independência do Brasil, a ser celebrado em 2022.

Para tanto, além de estabelecer a programação de eventos e respectivo calendário, a Comissão fará a análise de sugestões que lhe sejam

encaminhadas por organizações da sociedade; entidades e instituições públicas e privadas; e universidades e instituições de ensino superior, no sentido de acatar aquelas que se mostrarem pertinentes e relevantes em relação à finalidade colimada.

Caberá, também, à Comissão, o estabelecimento de vínculos e parcerias com os Poderes Executivo e Judiciário, por intermédio de seus órgãos de atribuição específica, bem como a abertura de canais de participação com instituições culturais e de pesquisa histórica e científica, em prol da finalidade pretendida.

Conforme requer o elevado propósito do projeto em comento, o Senador Marco Maciel o apresentou com a antecedência devida e, no curso de sua tramitação, a matéria tem recebido o apoio sugerido por sua relevância cívica e institucional.

Nesse sentido, esta Comissão Diretora se associa ao amplo apoio quanto à importância e ao mérito da iniciativa, solidamente justificados, reiterando que ela em nada afronta qualquer norma constitucional, jurídica ou regimental, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, que promove a necessária alteração do prazo demarcatório do início dos trabalhos da Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

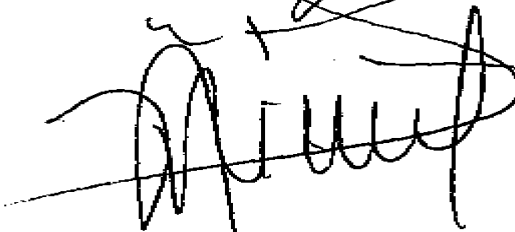
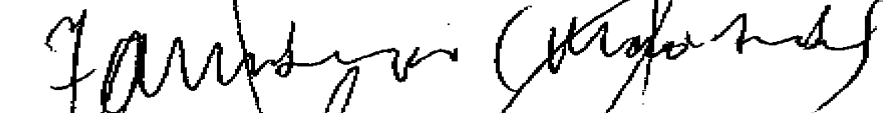


III – VOTO

Peço exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 24, de 2004 – CN, nos termos do parecer da CCJ.

Sala de Reuniões da Comissão,

 , Presidente

 , Relator

PARECER Nº 1.400, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que “legitima o Ministério Público para a impetração do mandato de segurança coletivo, no exercício de suas atribuições constitucionais” (tramitando em conjunto com a PEC nº 84, de 2007, nos termos do Requerimento nº 1.196, de 2008).

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

RELATOR “AD HOC”: Senador OSMAR DIAS

I – RELATÓRIO

Trata-se de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs), ambas de 2007, tendo a de nº 74 o senador Demóstenes Torres como primeiro subscritor e a de nº 84 o senador José Maranhão ocupando essa mesma posição. Esclareça-se que as proposições tramitam em conjunto em decorrência da aprovação do Requerimento nº 1.196, de 2008, do senador Marco Maciel, sob o argumento de que regulam a mesma matéria.

A PEC nº 74, de 2007, intenta acrescentar ao inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal – que trata dos direitos e garantias fundamentais – a alínea “c”, de modo a legitimar o Ministério Público, no exercício de suas atribuições constitucionais, a impetrar o mandado de segurança coletivo, ao lado dos entes já legitimados no texto constitucional, quais sejam: *i*) o partido político com representação no Congresso Nacional; e *ii*) a organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Na justificação da matéria, argumenta-se que “a legitimidade outorgada pelo texto constitucional para a impetração do mandado de segurança coletivo não abrange o Ministério Público, retirando valiosa ferramenta de persecução judicial dos interesses da sociedade da órbita do alcance de uma das principais instituições democráticas de que dispomos”.

Registre-se que foi apresentada sugestão pela senadora Lúcia Vânia, no sentido de estender também à Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições constitucionais, a legitimidade para a impetração do mandado de segurança coletivo. Seu argumento é o de que essa medida dará “a uma das instituições de nosso Estado Democrático de Direito os meios processuais adequados para que possa atingir as finalidades a ela acometidas pelo texto constitucional”, além de “racionalizar a prestação jurisdicional, tendo em vista que o excesso de ações judiciais com idêntica controvérsia, ou homogeneidade de fundamentos, provoca a morosidade ou o congestionamento da justiça”.

Em que pese essa sugestão não possa ser formalmente considerada *emenda* à proposta de emenda à Constituição, por não ser este o momento oportuno para a apresentação de emendas, nos termos do art. 358, § 2º do Regimento Interno, e, à vista do não preenchimento do requisito de número mínimo de subscritores de que trata o mesmo dispositivo regimental, ainda assim será levada na devida conta nas conclusões do presente relatório, uma vez que já era nossa intenção ampliar também à Defensoria Pública a legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo.

Quanto à PEC nº 84, de 2007, seu objetivo é alterar o inciso LXXVII do mesmo art. 5º do texto constitucional, para conferir gratuidade às ações de mandado de segurança e mandado de injunção, ressalvando-se os casos de má-fé, sendo oportuno ressaltar que o texto constitucional vigente já atribui gratuidade às ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, aos atos necessários ao exercício da cidadania.

A justificação dessa matéria consigna que, não obstante os mandados de segurança e de injunção também serem ações constitucionais que buscam o mesmo fim que o *habeas corpus* e o *habeas data*, no sentido de impugnar, declarar ou afastar constrição cometida pelo Poder Público, “possuem tratamento desigual para o ajuizamento, tão somente por descuido do legislador constitucional originário”.

II – ANÁLISE

Ambas as propostas de emenda à Constituição atendem ao requisito constitucional do número mínimo de subscritores para serem objeto de deliberação. Além disso, não ferem cláusula pétreia alguma e a iniciativa parlamentar está expressamente prevista no texto constitucional.

No que concerne à regimentalidade, não há óbice algum, considerando que ambas as PECs foram lidas em Plenário e despachadas a esta Comissão, a quem compete emitir parecer sobre matéria dessa natureza, a teor do disposto no art. 356 do Regimento Interno.

Por oportuno, convém salientar que, na tramitação em conjunto, terá preferência a proposição mais antiga sobre a mais recente, quando originárias da mesma Casa, a teor do disposto no art. 260, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

Não há reparos a fazer quanto aos requisitos de técnica legislativa impostos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

No mérito, ambas as proposições são merecedoras de louvor. No primeiro caso, quanto à PEC nº 74, de 2007, estamos certos de que a extensão da legitimidade para a impetração do mandado de segurança coletivo ao Ministério Público e à Defensoria Pública – esta última, nos termos da sugestão apresentada pela senadora Lúcia Vânia –, dotará esses dois entes de melhores instrumentos para o desempenho de suas nobres atribuições voltadas para a persecução judicial dos legítimos interesses da sociedade.

No que tange à PEC nº 84, de 2007, também estamos de acordo com a sua aprovação, porquanto não se justifica que dois dos instrumentos de maior relevância para o exercício da cidadania postos ao alcance do cidadão afrontado pelo Poder Público não contem com as mesmas facilidades já conferidas a instrumentos semelhantes, tais como o *habeas corpus* e o *habeas data*, assim como aos atos em geral necessários ao exercício da cidadania.

Por derradeiro, acrescenta-se que, por cautela, o texto da proposição em análise faz ressalva à gratuidade nos casos de prática de má-fé dos impetrantes, quando então deverão estes ser condenados ao pagamento das custas pela impetração indevida.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação da PEC nº 74, de 2007, por ser a mais antiga, incorporando o texto da PEC nº 84, de 2007, bem como a sugestão apresentada pela senadora Lúcia Vânia, nos termos da emenda substitutiva que se segue.

EMENDA Nº 1 – CCJ (Substitutivo)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2007

Acrescenta as alíneas “c” e “d” ao inciso LXX da Constituição Federal, a fim de legitimar o Ministério Público e a Defensoria Pública para a impetração do mandado de segurança coletivo, no exercício de suas atribuições constitucionais, e altera o inciso LXXVII do mesmo art. 5º, para estabelecer a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal passa a vigor acrescido das seguintes alíneas “c” e “d”:

Art. 5º

.....
LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelas seguintes entidades:

.....
c) o Ministério Público, no exercício de suas atribuições constitucionais;

d) a Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições constitucionais.

..... (NR)

Art. 2º O inciso LXXVII do art. 5º da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 5º

.....
LXXVII – são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei, e as ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança e mandado de injunção, salvo, no que concerne a essas duas últimas ações, em caso de má-fé;

..... (NR)

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

í Sala da Comissão, 15 de julho de 2009.

SENADOR DEMÁSTENES TORRES , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 74 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15, 07, 2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):
TRAMITA em CONJUNTO com a PEC n.º 84, de 2007.

PRESIDENTE: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
RELATOR <i>ad hoc</i> : <i>Senador Osmar Dias</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDÓ MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2007
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/07/09, COMPLEMENTANDO
 AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
 DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - Mário Couto
- 2 - Gilberto Goellner
- 3 - Flávio Arns
- 4 - Cristovam Buarque
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____
- 11 - _____
- 12 - _____
- 13 - _____
- 14 - _____
- 15 - _____

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2007
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/07/2009, COMPLEMENTANDO AS
 ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
 ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - **Senador Cristovam Buarque**
- 2 - **Senador Gilberto Goellner**
- 3 - **Senador Flávio Arns**
- 4 - **Senador Mário Couto**

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Seção VIII
DO PROCESSO LEGISLATIVO
Subseção I
Disposição Geral

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

PARECER Nº 1401, DE 2009

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 776, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio do qual são solicitados esclarecimentos ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca do anúncio da criação de postos diplomáticos em Antigua, Barbuda, St. Lucia, St. Kitts & Nevis e Grenadines.

RELATOR: Senador CÉSAR BORGES

Relator " ad loc " : Senador Gerson Camata

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 776, de 2009, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após aprovar no dia 18 de junho deste ano o Requerimento nº 41, de 2009 - CRE, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, solicita ao Ministro de Estado das Relações Exteriores a prestação de esclarecimentos sobre o anúncio da criação de postos diplomáticos em Antigua, Barbuda, St. Lucia, St. Kitts & Nevis e Grenadines. Notadamente, requer que sejam prestadas informações sobre o custo da instalação dos referidos postos, o número e a qualificação dos funcionários a serem lotados em cada um desses postos, além de precisar o número de brasileiros residentes e visitantes nesses países e o valor das importações e exportações com esses Estados.

A justificação do documento reconhece que o Brasil vem promovendo a abertura de postos diplomáticos como parte de sua estratégia de dar maior visibilidade ao País, como forma de apoiar os brasileiros residentes e visitantes no exterior, e, ainda, para apoiar empresas com perfil internacional. Entretanto, adverte que os anúncios não têm sido acompanhados de estudos que explicitem as razões para a abertura dos citados postos.

II – ANÁLISE

O Requerimento encontra amparo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que concede à Mesa do Senado a faculdade de encaminhar a Ministros de Estado, e a outras autoridades públicas, pedidos escritos de informação. Regimentalmente, esse pedido de informação pode ser suscitado por Comissão, desde que assinada por seu Presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria da sua composição (art. 245, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF), o que foi cumprido pela CRE na proposição do presente Requerimento.

Adicionalmente, o Requerimento nº 776, de 2009, preenche os requisitos previstos no art. 216, I e II, do RISF, e no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quando solicita informações sobre a abertura de missões diplomáticas que vão resultar em gastos com instalações, contratações e outros ônus, sem que estas possuam vantagens e benefícios evidentes para o Estado brasileiro e sua política internacional.

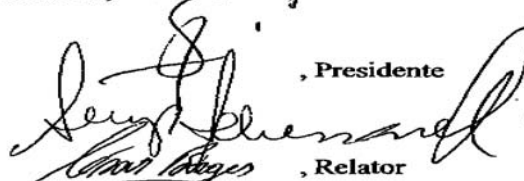
Não se trata de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre o propósito do Executivo Federal na abertura de missões diplomáticas ou postos consulares, mas de esclarecimento sobre pontos precisos dessa estratégia de expansão diplomática. Entre tais pontos, há os referentes aos encargos advindos dessa ação executiva e os relacionados ao grau de integração existente entre os países acreditadores e o Brasil, a fim de o Legislativo avaliar sua viabilidade financeira e política.

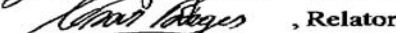
Entendemos, portanto, que a iniciativa pode seguir seu curso, por se compatibilizar com a nobre tarefa confiada ao Poder Legislativo, de fiscalizar, por suas Casas, os atos do Poder Executivo. Julgamos de grande interesse público os esclarecimentos solicitados pelo presente Requerimento, o que nos leva a opinar por sua acolhida.

III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 776, de 2009.

Sala de Reuniões, 27 de agosto de 2009


, Presidente


, Relator




(membros)

PARECER Nº 1.402, DE 2009

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 819, de 2009, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da abertura de filial da Caixa Econômica Federal na Venezuela.

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

O Senador RAIMUNDO COLOMBO, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 819, de 2009, no qual solicita ao Ministro de Estado da Fazenda que determine à Caixa Econômica Federal (CEF) o envio das seguintes informações sobre a abertura de sua filial na Venezuela:

1. cópia dos pareceres técnicos que justificam a viabilidade do negócio, sob os aspectos técnico, operacional e financeiro, assim como seu vínculo com o interesse público;
2. cópia da ata da reunião do Conselho de Administração que deliberou sobre o assunto;
3. cópia integral do processo interno para analisar a instalação da filial, inclusive os ofícios enviados e recebidos da Venezuela, relacionados ao assunto.

O autor justifica a proposição no fato de a imprensa ter divulgado que dentre as razões que levaram a CEF a abrir uma filial em Caracas, na Venezuela, estaria o interesse de acomodar no cargo de gerente o Sr. Álvaro Hall, ex-candidato a deputado estadual pelo PT.

Continua o autor, afirmando que tal notícia deve ser levada a sério, tendo em vista o histórico do atual governo, cuja prática tem sido a de tomar decisões sem levar em conta princípios administrativos, como os da moralidade, eficiência e impessoalidade. Ainda segundo o autor, o governo recentemente criou cinco postos em embaixadas, quatro dos quais no Caribe, todos em ilhas de pequeno porte que, juntas, somam menos de 350 mil habitantes, medida que recebeu severas críticas do TCU, ao apreciar as contas do governo.

A justificativa da proposição em tela também lembra que a CEF foi criada para financiar habitações populares para brasileiros, não se vislumbrando qualquer tipo de motivação para a abertura de uma filial na Venezuela.

Para o Senador Raimundo Colombo, “o negócio, na verdade, é de interesse único e exclusivo da Venezuela, cujo Presidente Hugo Chávez reuniu-se com representantes da CEF dias antes de nacionalizar o Banco Santander e afirmou que pretendia transformá-lo em um banco público que operaria nos moldes da CEF”. Ao ver do autor “a pretensão de Hugo Chávez é contar com a assessoria da CEF para construir um sistema de financiamento de casas populares, a fim de tentar solucionar o déficit habitacional da Venezuela, de 2 milhões de casas”.

O Requerimento nº 819, de 2009, busca, pois, informações com o propósito de verificar se o negócio de instalação da filial da CEF na Venezuela é justificável sob o ponto de vista do interesse público.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim dispõe:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

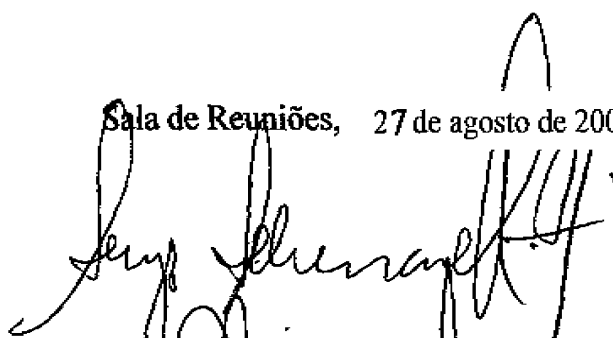
.....


A questão formulada não envolve informações de caráter sigiloso, conforme definido no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001. Portanto, o Requerimento nº 819, de 2009, enquadra-se no dispositivo acima citado, bem como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão em caráter terminativo.

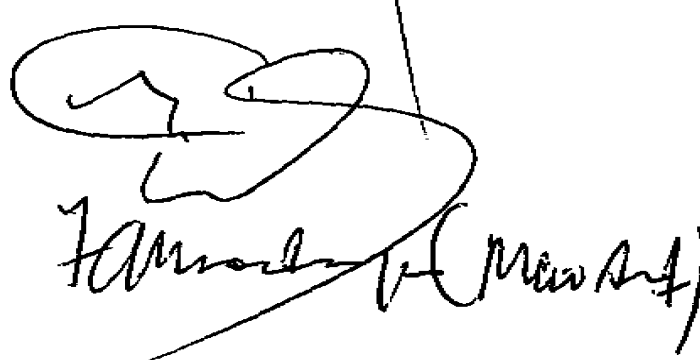
III – VOTO

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pelo encaminhamento do Requerimento nº 819, de 2009, ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões, 27 de agosto de 2009.

 , Presidente

 , Relator

 (Min. Inf.)

PARECER Nº 1.403, DE 2009

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 891, de 2009, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda o encaminhamento de cópias de todas as denúncias e processos internos que existam envolvendo a Petrobras e suas subsidiárias em tramitação na Comissão de Valores Mobiliários.

RELATOR: Senador CÉSAR BORGES

RELATOR: "Ad Hoc" Senador Gerson Camata

I – RELATÓRIO

O Senador ALVARO DIAS, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 891, de 2009, por meio do qual solicita ao Ministro de Estado da Fazenda o encaminhamento ao Senado Federal de cópias de todas as denúncias e processos internos que existam envolvendo a Petrobras e suas subsidiárias em tramitação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O autor justifica seu pedido de informações com base na necessidade de os membros do Poder Legislativo, para exercer sua função fiscalizadora, terem à sua disposição informações relevantes acerca daquelas denúncias e processos internos. Segundo ele, os negócios da Petrobras envolvem cifras bilionárias e vêm sendo alvo de denúncias de irregularidade por parte dos órgãos de controle, entre eles a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal.

II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim dispõe:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

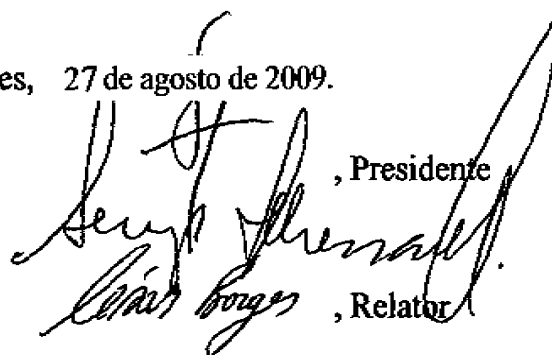
.....

A questão formulada não envolve informações de caráter sigiloso, conforme definido no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001. Portanto, o Requerimento nº 891, de 2009, enquadra-se no dispositivo acima citado, bem como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão em caráter terminativo.

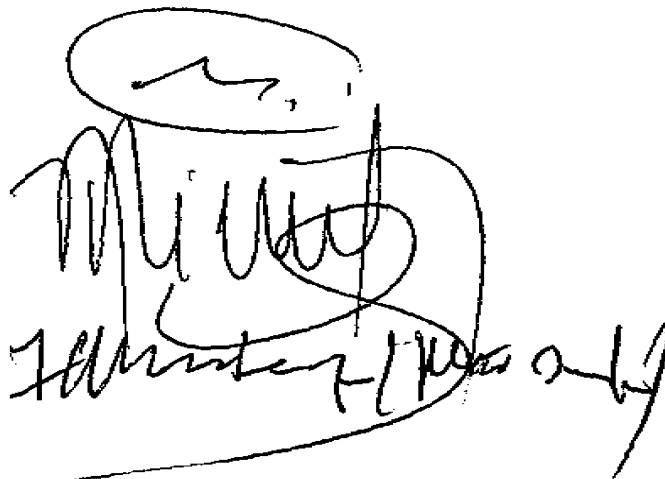
III – VOTO

Pelas razões acima expostas, opinamos pelo encaminhamento do Requerimento nº 891, de 2009, ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões, 27 de agosto de 2009.


, Presidente


, Relator


Fernando Collor

PARECER Nº 1.404, DE 2009

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 893, de 2009, que solicita, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do RISF e, no que couber, no art. 7º e Seção II do Ato da Mesa n. 1, de 2001, que seja encaminhado pelo Ministro de Minas e Energia, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, a relação de todos os contratos, aditivos contratuais e convênios entre a Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS) e seus fornecedores ou prestadores de serviços relativamente às obras do Gasoduto Urucu-Manaus.

RELATOR: Senador CÉSAR BORGES

RELATOR: "Ad Hoc" Senador Gerson Camata

I – RELATÓRIO

De autoria do Senador Alvaro Dias, o Requerimento (RQS) nº 893, de 2009, vem à Mesa do Senado Federal fundamentado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do RISF e, no que couber, no art. 7º e Seção II do Ato da Mesa n. 1, de 2001.

O RQS nº 893, de 2009, estrutura-se sob a forma de solicitação ao Ministro de Estado de Minas e Energia, que seja encaminhado, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, a relação de todos os contratos, aditivos contratuais e convênios entre a Petrobras e seus fornecedores, ou prestadores de serviços, relativamente às obras do Gasoduto Urucu-Manaus

Na justificação do Requerimento, o Senador Alvaro Dias informa que os negócios da Petrobras envolvem cifras bilionárias e vêm sendo alvo de denúncias de irregularidades por parte dos órgãos de controle, entre eles, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal.

O autor do Requerimento informa, também, que, recentemente, a mídia noticiou que o gasoduto Urucu-Manaus, da Petrobras, custará quase o dobro do que a estatal previa, ao iniciar a obra, em 2006. O orçamento teria sido sofrido um acréscimo de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 4,58 bilhões, em março de 2008 – um aumento de 84%.

Ainda, a justificação do RQS nº 893, de 2009, faz referência a outro aditivo contratual, no valor de R\$ 200 milhões, que estaria sendo negociado entre a Petrobras e o consórcio Consag, responsável pela construção do trecho do gasoduto entre Coari e Anamá.

Nesse contexto, o Senador Alvaro Dias considera fundamental o encaminhamento pelo Ministro de Minas e Energia de cópias de contrato, aditivos e convênios que a Petrobras tenha firmado com fornecedores ou prestadores de serviços, relativamente às obras do gasoduto Urucu-Manaus, a fim de o Poder Legislativo exercer suas atribuições fiscalizadoras.

A matéria foi lida em plenário no dia 15 de julho de 2009.

II – ANÁLISE

O RQS nº 895, de 2009, foi elaborado com base no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), bem como o que estabelecem o art. 7º e a Seção II do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Inicialmente, deve-se levar em conta que a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta é assegurada ao Congresso Nacional pela Constituição Federal, em seu art. 49, X.

A Carta estabelece, ainda, no art. 50, § 2º, que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Portanto, podemos concluir que não há óbice constitucional para a iniciativa legislativa representada pelo RQS nº 893, de 2009.

Note-se, também, que o requerimento é dirigido à autoridade competente para prestar as informações solicitadas e está em consonância com as normas do art. 216 do Regimento desta Casa, bem como do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

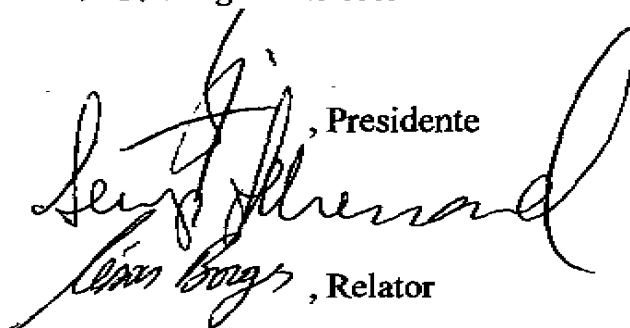
Por fim, devemos considerar que o art. 217 do RISF impõe que o requerimento de remessa de documentos deva ser equiparado ao de pedido de informações.

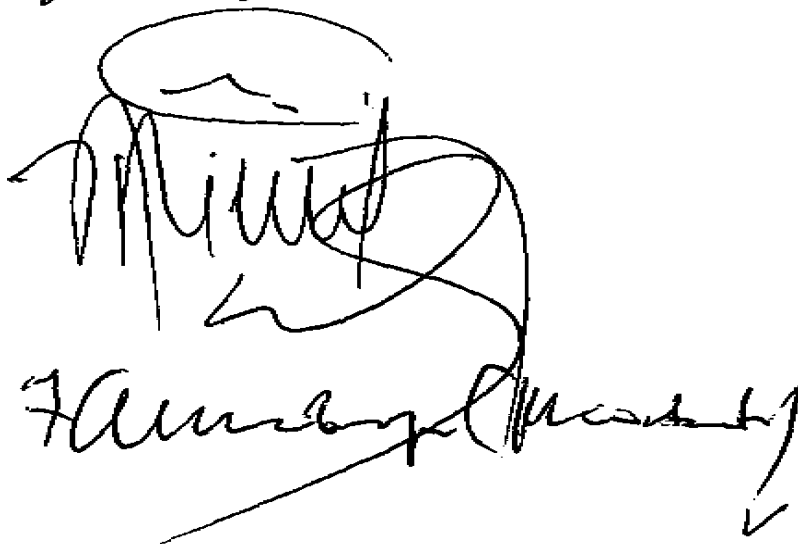
Em síntese, a proposição sob exame satisfaz as exigências de admissibilidade ao observar as disposições constitucionais e as normas regimentais acerca da matéria.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 893, de 2009.

Sala de Reuniões, 27 de agosto de 2009.

 , Presidente
Léon Bozys , Relator



PARECER Nº 1.405, DE 2009

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 895, de 2009, que, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, “a”, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e, no que couber, no art. 7º e Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicita ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela empresa Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) para produtoras de vídeo autorizados pelo então funcionário da empresa Geovane de Moraes, bem como cópia integral do processo de sindicância interna que resultou em sua demissão.

RELATOR: Senador **MÃO SANTA**

I – RELATÓRIO

De autoria do Senador Alvaro Dias, o Requerimento (RQS) nº 895, de 2009, vem à Mesa do Senado Federal sob a forma de solicitação ao Ministro de Estado de Minas e Energia de entrega da relação de todos os pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela empresa Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) para produtoras de vídeo autorizados pelo então funcionário da empresa Geovane de Moraes, bem como cópia integral do processo de sindicância interna que resultou em sua demissão.

Na justificção do RQS nº 895, de 2009, o autor afirma que os negócios da Petrobras envolvem cifras bilionárias e vêm sendo alvo de denúncias de irregularidades por parte dos órgãos de controle, entre eles a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal. O Senador Alvaro Dias informa, também, que, recentemente, a mídia noticiou o fato de duas empresas produtoras de vídeo terem recebido R\$ 4 milhões da Petrobras em 2008, sem licitação, em projetos autorizados pelo então empregado dessa estatal, Sr. Geovane de Moraes.

O autor observa que esse empregado foi demitido por justa causa, por suspeitas de desvio de recursos nos contratos sob sua responsabilidade. Tal empregado, ligado ao movimento sindical de químicos e petroleiros do Estado da Bahia, era o gerente de Comunicação da Área de Abastecimento, com responsabilidade sobre um orçamento, em 2007, de R\$ 31 milhões.

Na justificção do RQS nº 895, de 2009, também é informado que a demissão do Sr. Geovane de Moraes foi decidida em 03 de abril de 2009, após uma sindicância interna ter constatado uma série de irregularidades em sua gestão, incluindo “indícios de pagamentos sem a devida entrega de serviços contratados”.

Nesse contexto, o Senador Alvaro Dias considera fundamental o encaminhamento pelo Ministro de Minas e Energia de comprovantes de pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela Petrobras para produtoras de vídeo, autorizados pelo então referido funcionário da empresa. Sua Ex^a solicita, também, cópia de todas as peças que integram processo de sindicância interna que resultou na demissão desse funcionário.

A matéria foi lida em plenário no dia 15 de julho de 2009.

II – ANÁLISE

O RQS nº 895, de 2009, foi elaborado com base no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, “a”, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), bem como o que estabelecem o art. 7º e a Seção II do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Inicialmente, deve-se levar em conta que a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta é assegurada ao Congresso Nacional pela Constituição Federal, em seu art. 49, X.

A Carta estabelece, ainda, no art. 50, § 2º, que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Portanto, podemos concluir, com segurança, que não há óbice constitucional para a iniciativa legislativa representada pelo RQS nº 895, de 2009.

Note-se, também, que o requerimento é dirigido à autoridade competente para prestar as informações solicitadas e está em consonância com as normas do art. 216 do Regimento desta Casa, bem como do Ato da Mesa nº 1, de 2001.


Por fim, devemos considerar que o art. 217 do RISF impõe que o requerimento de remessa de documentos deva ser equiparado ao de pedido de informações.

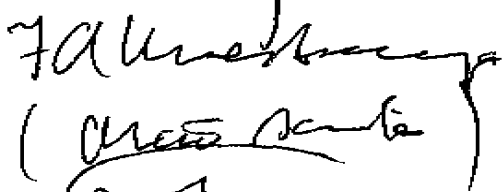
Em síntese, a proposição sob exame satisfaz as exigências de admissibilidade ao observar as disposições constitucionais e as normas regimentais acerca da matéria.

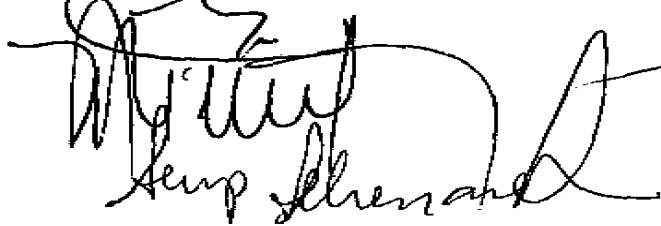
III – VOTO


Em face do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do RQS nº 895, de 2009.

Sala de Reuniões, 27 de agosto de 2009.

 , Presidente

 , Relator

 *Temp. Secretário*



PARECER Nº 1406, DE 2009

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 900, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre a “Operação Castelo de Areia” da Polícia Federal.

RELATOR: Senador **CÉSAR BORGES**

Relator " ad hoc " Senador Gerson Camata

I – RELATÓRIO

O Senador Alvaro Dias apresenta requerimento ao Ministro de Estado da Justiça para que forneça “cópia integral do inquérito e demais documentos conexos relativos à ‘Operação Castelo de Areia’, a que procedeu a Polícia Federal e que apontou irregularidades na construção da Refinaria do Nordeste (Abreu e Lima), em Pernambuco”.

O Requerimento pretende dar conhecimento a esta Casa, para que exerça sua função fiscalizatória, dos indícios de irregularidades envolvendo a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Segundo a justificação, o Tribunal de Contas da União estima superfaturamento da obra em R\$ 94 milhões. As investigações da Polícia Federal não apenas têm apontado indícios de superfaturamento, como também de crimes financeiros, lavagem de dinheiro e doações ilegais a partidos políticos.

A matéria foi distribuída à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, “as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado [...], importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de

informações falsas."

O Regimento Interno do Senado Federal admite requerimentos de informações "para o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora" (art. 216, I). Os requerimentos não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirijam (art. 216, II).

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o Regimento Interno, determina, ainda, que "as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer" (art. 1º, § 2º).

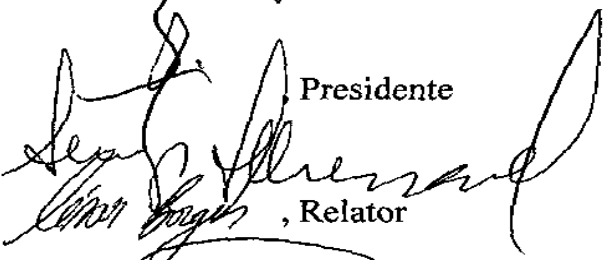


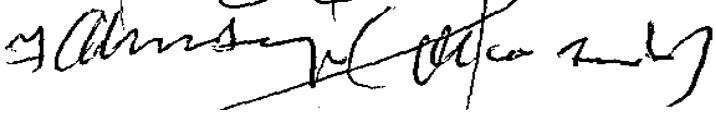
O requerimento em análise atende plenamente a esses requisitos constitucionais e regimentais.

A matéria é de interesse do Senado Federal, dada a sua atribuição constitucional de fiscalização, nos termos do inciso X do art. 49 da Lei Maior.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento nº 900, de 2009.

Sala de Reuniões, 27 de agosto de 2009


Presidente

Relator



PARECERES

Nºs 1.407, E 1.408, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei nº 362, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

PARECER Nº 1.407, DE 2009 (Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR “AD HOC”: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, que pretende efetivar alterações nos artigos 74, 79 e 99 da Lei nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso.

Na sua justificação, o Senador Pedro Simon demonstra a sua preocupação com a falta de explicitação dos meios legais de que o idoso pode se utilizar para obter a concretização do direito ao recebimento gratuito de medicamentos.

Salienta o autor do Projeto que o art. 15 do Estatuto garante ao idoso o direito ao medicamento, mas a aplicabilidade desse direito fica comprometida pela falta de explicitação sobre quem é responsável por fazer valer tal direito e da existência de tutela legal para tanto.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II – ANÁLISE

O Projeto sob exame tem três objetivos: a) explicitar com mais clareza e objetividade o papel do Ministério Público na garantia da efetivação do

direito do idoso ao recebimento gratuito de medicamentos (art. 74); b) garantir a tutela jurisdicional para a satisfação do direito ao recebimento de remédios (art. 79); c) tipificar como crime a omissão no fornecimento de medicamentos (art. 99).

Trata-se de matéria de competência legislativa da União Federal, conforme o art. 22 da Constituição Federal. A matéria não é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. O Projeto atende, assim, aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade.

O Projeto merece aplausos e o total apoio de todos os membros do Congresso Nacional. Trata-se de iniciativa que procura dar soluções ao grave problema enfrentado pela população idosa mais carente, para as enormes dificuldades que vem enfrentando em obter do Poder Público a efetivação do seu direito à prestação de serviços que garantam a sua saúde, especificamente no que respeita ao dever de fornecimento de medicamentos essenciais.

É notório o quadro de dificuldades dos participantes do SUS em obter do Poder Público medicamentos, o que tem levado milhares de pessoas a recorrer ao Poder Judiciário com a finalidade de obter tutela jurisdicional para esse fim, através de inúmeras ações propostas contra os Municípios, Estados e a União Federal.

Daí por que importantíssima se apresenta a proposta de alteração do inciso II, do art. 74, do Estatuto do Idoso, para explicitar melhor os deveres e prerrogativas do Ministério Público no que concerne à tutela do idoso quanto ao seu direito ao recebimento gratuito de medicamentos.

O mesmo se diga quanto à inserção expressa no inciso I, do art. 79, do Estatuto, de responsabilidade pela omissão ou prestação insatisfatória de alimentação e medicamentos aos idosos.

Além disso, o Projeto tem o grande mérito de tipificar como crime, no

art. 99 do Estatuto, a omissão na prestação de medicamentos de que o idoso necessita. A redação atual do art. 99 se refere genericamente a alimentos e cuidados indispensáveis. Pela nova redação, fica tipificado como crime a omissão na entrega de medicamentos aos cidadãos maiores de 60 (sessenta) anos de idade.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, na forma da sua redação original.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2006.

, Presidente



, Relator

FLEXA RIBEIRO (ad hoc)

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA-CDH

PROPOSIÇÃO: *PLS nº 362/2005*

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/05/2006, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
RELATOR: <i>(ad hoc)</i>	
Bloco da Minoria (PEL e PSDB)	
EDISON LOBAO	1 - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VAGO	2 - DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN	3 - HERÁCLITO FORTES
JOSÉ AGRIPINO	4 - VAGO
ROMEU TUMA	5 - MARIA DO CARMO ALVES
JUVÊNCIO DA FONSECA	6 - ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA	7 - ÁLVARO DIAS
VAGO	8 - FLEXA RIBEIRO <i>RELATOR (ad hoc)</i>
EMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2 - GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3 - MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 - VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	5 - VALDIR RAUPP
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL)	
FLÁVIO ARNS	1 - MAGNO MALTA
FÁTIMA CLEIDE	2 - SIBÁ MACHADO
ANA JÚLIA CAREPA	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA	4 - MOZARILDO CAVALCANTI
PAULO PAIM	5 - AELTON FREITAS
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE - PRESIDENTE	1 - OSMAR DIAS

PARECER Nº 1.408, DE 2009
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise e decisão terminativa, nos termos dos arts. 91 e 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 362, de 2005, acima epigrafado, de autoria do eminente Senador Pedro Simon.

A proposta trata de alterar a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, denominada *Estatuto do Idoso*, com os seguintes objetivos: *a*) atribuir ao Ministério Público (MP) legitimidade para promover judicialmente “ações de saúde” e “de medicamentos”, além daquelas hoje previstas no art. 74, II, da citada lei; *b*) prever, na mesma linha, que o MP poderá ajuizar ações para responsabilizar a omissão ou oferecimento insatisfatório de serviços de alimentação ou medicamentos aos idosos, dando nova redação ao inciso I do art. 79 da mencionada lei; *c*) alterar o tipo penal do art. 99 do Estatuto do Idoso, inserindo a expressão “privando-o... *de medicamentos*”, para punir a recusa ou omissão na entrega de medicamentos aos idosos por quem esteja obrigado a fazê-lo.

Na justificação da proposta, o autor oferece os seguintes argumentos:

Especificamente, ele [o PLS nº 362, de 2005] se refere ao direito que tem o idoso de receber, gratuitamente, medicamentos, conforme dispõe o art. 15 do Estatuto. Via de regra os órgãos de saúde têm se eximido desta responsabilidade, e devido ao disposto na regra em vigor, para fazer valer seus direitos, líquidos e imediatos pelo Estatuto, o idoso tem que necessariamente provocar o Poder Judiciário, com o ônus do tempo e das custas processuais.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

O PLS nº 362, de 2005, trata de direito penal, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal (CF), bem como da proteção e defesa da saúde, tema afeto à competência concorrente, conforme disposto no art. 24, XII, da Carta Magna. A matéria atende, pois, aos requisitos de constitucionalidade formal.

Da mesma forma, entendemos que a proposta converge, na sua essência, para o dever de amparo ao idoso, consagrado nos termos do art. 230 da CF: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Referido dever de proteção ganha concretude, ainda, no art. 203, I, do texto constitucional: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”. Com efeito, o PLS também cumpre os pressupostos de constitucionalidade material, além de não vislumbrarmos nele vícios de juridicidade ou de regimentalidade.

Sabemos que os idosos são as pessoas que mais necessitam de medicamentos de uso contínuo, seja para curar ou remediar, seja para prevenir doenças geralmente associadas à idade avançada. Portanto, nessa etapa da vida, os gastos com remédios tendem a consumir uma parcela importante dos rendimentos, o que pode ser dramático para a população idosa de baixa renda.

De igual modo, temos a consciência de que o fornecimento gratuito de medicamentos essenciais – dever do Estado e direito do cidadão – nem sempre ocorre de forma satisfatória. Tal omissão ou precariedade atinge a população idosa de forma mais aguda e dolorosa, pelas razões expostas há pouco. Em muitos casos, a espera pode custar muito caro, sendo que a única alternativa do idoso é recorrer ao Poder Judiciário para obter, liminarmente, o medicamento a que tem direito.

A proposição, nesse sentido, cuida de atribuir expressamente ao Ministério Público legitimidade para propor ações judiciais “de saúde” (para garantir, por exemplo, internações ou a realização de procedimentos cirúrgicos) e “de medicamentos” (de modo a assegurar o fornecimento de remédios indispensáveis ao tratamento, especialmente os de custo elevado). Para tanto, introduz modificações nos arts. 74 e 79 do Estatuto do Idoso. Estamos convencidos de que essas novas atribuições estão em perfeita conformidade com a missão institucional do Ministério Público, tendo em vista o disposto nos incisos II, III e IX do art. 129 da CF:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

.....
II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

.....
IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Assim, a “melhor idade” terá como aliada uma das mais importantes e bem estruturadas instituições da República, que disporá de instrumentos bastante persuasivos para garantir a eficiência do serviço público de saúde, tanto promovendo a responsabilidade penal do agente público deliberadamente omissivo ou desidioso, tanto ajuizando ações que garantam o fornecimento dos medicamentos negados, tanto realizando acordos com os serviços de saúde, por meio dos chamados “termos de ajustamento de conduta”.

Com o objetivo de dotar o Ministério Público desse poder de persuasão, o PLS altera a redação do art. 99 da Lei nº 10.741, de 2003, para criminalizar a conduta de quem expõe a perigo a integridade e a saúde do idoso, privando-o “de medicamentos”. A responsabilidade penal recairia sobre a pessoa que se omite dolosamente, a despeito do dever de fornecer ou ministrar os medicamentos.

Em suma, estamos certos de que o PLS concorre para o aprimoramento da legislação de proteção ao idoso. Teríamos, tão-somente, um pequeno reparo de técnica legislativa no modo como as partes internas dos dispositivos são referidas no art. 1º do PLS, nada alterando o mérito da proposição. Complementarmente, propomos alterar a ementa do projeto de lei, no propósito de torná-la mais clara e informativa.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005:

“Art. 1º Os arts. 74, 79 e 99 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 74.

.....

II – promover e acompanhar as ações de saúde, de alimentos, de medicamentos, de interdição total ou parcial e de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida, e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

.....’ (NR)

‘Art. 79.

I – acesso às ações e serviços de saúde, bem como a medicamentos e alimentação;

.....’ (NR)

“Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos, medicamentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

.....’ (NR)”

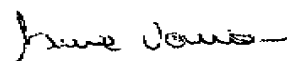
EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para conferir ao Ministério Público atribuições quanto à proteção e defesa da saúde do idoso, bem como criminalizar a conduta que especifica.”

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 362 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/08/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: SENADORA LÚCIA VÂNIA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON AUTOR	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. EDISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 04/08/2009

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 362, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

MEMBROS - GOVERNO	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	OPONENTES - GOVERNO	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA					1- RENATO CASAGRANDE	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				2- AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY	X				3- MARCELO CRIVELLA	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4- INACIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI	X				5- CÉSAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR	X				6- SERYS SHESHARENKO	X			
PEDRO SIMON	X				1- ROMERO JUCA	X			
ALMEIDA LIMA	X				2- LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES	X				3- GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES	X				4- LOBÃO FILHO				
VALTER PEREIRA	X				5- VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6- NELTO DE CONTO				
KATIA ABREU	X				1- EFRAIM MORAIS				
DEMOSTENES TORRES (PRESIDENTE)	X				2- ADELMIR SANTANA				
JAYME CAMPOS	X				3- RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL	X				4- JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5- ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS	X				6- EDUARDO AZEREDO	X			
SERGIO GUERRA	X				7- MARCONI PERILLO				
LUCIA YÁNIA (RELATOORA)	X				8- ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI	X				9- FLEXA RIBEIRO				
ROMEU TUMA	X				1- GIM ARGELLO				
OSMAR DIAS	X				1- FLAVIO TORRES				

TOTAL: 12 SIM: 17 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 08 / 2009
 Senador DEMOSTENES TORRES
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO. CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISE)
 U:\CCN\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/08/2009)

Emenda nº 1 e 2 (CCS) art
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 362, DE 2005

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

MEMBROS - HABILITADO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	AUTOR
MARINA SILVA	X							
ALOIZIO MERCADANTE	X							
EDUARDO SUPLICY	X							
ANTONIO CARLOS VALADARES	X							
IDELI SALVATI	X							
EXPEDITO JUNIOR								
PEDRO SIMON	X							
ALMEIDA LIMA	X							
GILVAM BORGES	X							
FRANCISCO DORNELLES	X							
VALTER PEREIRA	X							
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X							
KATIA ABREU								
DEMOSTENES TORRES (PRESIDENTE)								
JAYME CAMPOS	X							
MARCO MACIEL	X							
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X							
ALVARO DIAS	X							
SERGIO GUERRA	X							
LUCIA VANIA (RELATORA)	X							
TASSO JEREISSATI	X							
ROMEU TUMA	X							
OSMAR DIAS	X							

TOTAL: 19 SIM: 17 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM / / 2009
 Senador **DEMÓSTENES TORRES**
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO. CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISE)
 UNCCJ2009R\reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 04/08/2009).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
TEXTO FINAL**

**Do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005,
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para conferir ao Ministério Público atribuições quanto à proteção e defesa da saúde do idoso, bem como criminalizar a conduta que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 74, 79 e 99 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 74.....
.....

II – promover e acompanhar as ações de saúde, de alimentos, de medicamentos, de interdição total ou parcial e de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida, e officiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

..... (NR)”
“Art. 79.....

I – acesso às ações e serviços de saúde, bem como a medicamentos e alimentação;

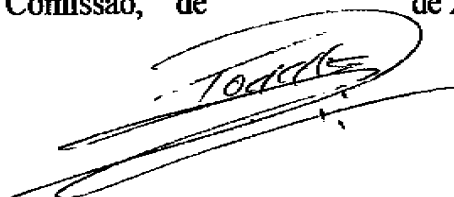
..... (NR)”

“Art. 99 Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos, medicamentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2009.

 , Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

**CAPÍTULO IV
DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA
Seção I
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Seção IV
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

CAPÍTULO VII
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

I – cadastramento da população idosa em base territorial;

II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;

III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;

IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;

V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

Do Ministério Público

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

CAPÍTULO III

Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

I – acesso às ações e serviços de saúde;

CAPÍTULO II
Dos Crimes em Espécie

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

OFÍCIO Nº 232/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, **favorável** ao Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, que "Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.", de autoria do Senador Pedro Simon, com duas Emendas que apresenta.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **DEMÓSTENES TORRES**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER

Nº 1.409, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento .

RELATOR: Senador NEUTO DE CONTO

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 446, de 2007, de autoria do Senador ALVARO DIAS, destinado a permitir que o assento de óbito se possa fazer também, facultativamente, perante o serviço registrário do domicílio do falecido, como alternativa ao do local do passamento. Esse o teor do art. 1º da proposição. O art. 2º, por sua vez, limita-se a determinar a vigência da lei em que eventualmente se convolar a proposta na data da publicação.

Na justificção, afirma-se que a regra em vigor – que impõe sejam todas as inscrições de morte feitas no cartório do lugar onde se deu o infausto acontecimento – causa inúmeros transtornos aos responsáveis pela providência, quase sempre os que ostentam a condição de parentes, que têm que se encaminhar, muitas vezes sem recursos, para o local do evento, *não raro por mais de uma vez, apenas para a realização do registro. Com o intuito de amenizar o desconforto dessas famílias em decorrência dos sucessivos e dispendiosos deslocamentos – remata-se –, propõe-se a atribuição de competência para o registro do óbito ao ofício do local em que residia o falecido, mantendo-se, facultativamente, a competência do ofício do lugar do falecimento.*

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 446, de 2007, não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alíneas *d* e *l*, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por deliberação do Plenário, despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem assim, no mérito, emitir parecer sobre matérias afeitas ao direito civil e aos registros públicos.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e registros públicos, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, a proposta se afigura irretocável, porquanto *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii*) a disposição nela contida *inova* o ordenamento jurídico, *iii*) possui o atributo da *generalidade*, *iv*) se mostra dotado de potencial *coercitividade* e *v*) compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, de igual modo, não há reparos a fazer.

No mérito, conquanto reputemos louváveis as razões subjacentes à iniciativa do ilustre Senador Álvaro Dias, pensamos que por não ter ela o condão de dar efetivo cumprimento aos desígnios humanistas e cidadãos que lhe presidiram a elaboração – redução dos custos de deslocamento dos familiares do falecido –, além de revelar-se propícia a impedir, caso vertida em lei, o bom andamento dos trabalhos policiais; em certos casos, mais prudente se revela, a nosso sentir, a manutenção da atual sistemática registrária.

Com efeito, tendo em vista tratar-se o registro de óbito apenas da primeira etapa necessária ao sepultamento – como regra, uma vez que se pode realizar, excepcionalmente, ao cabo deste –, e cujas despesas correm às expensas da família, caso o falecimento se dê em sítio distinto daquele em que estabelecida a residência, haverá, ainda que adotada a alteração alvitrada, a necessidade de comparecimento de algum parente até o local do evento para cuidar dos trâmites inerentes ao enterro ou, se for o caso, ao traslado do corpo. Em tal hipótese, poderão, na mesma ocasião, ser entabulados os expedientes próprios à consecução do assento que, ressalte-se, podem ser praticados por *preposto* (parágrafo único do art. 79 da Lei de Registros Públicos), função a que se prestam, sem caráter de exclusividade, obviamente, os agentes funerários.

Pouco adiantaria, em face desse contexto e dessas imposições de caráter prático-jurídico, permitir que o registro se passasse no ofício cartorário do local da residência do falecido.

Nem se diga que, à falta de recursos da família, os prazos previstos em lei para o assentamento da morte se excederão além do legalmente permitido. É que, a amenizar situações como as imaginadas na justificação da proposta, decorrentes de dificuldades materiais de diversas ordens, há a norma encerrada no art. 78 da Lei nº 6.015, de 1973, segundo a qual, *na impossibilidade de ser feito o registro dentro de vinte e quatro horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no artigo 50*. Esse dispositivo, por sua vez, dilata, para até três meses, o prazo destinado à prática do ato, no caso de *lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório*.

Ademais do exposto, parece-nos conveniente a manutenção do regramento em vigor à vista de nossa tradição civilista, orientada pelo princípio **dúplice de que tempo e lugar regem os efeitos do fato jurídico**. Não por outro motivo, vejam, como norma, devem ser registrados, no local do parto, os nascimentos havidos em território nacional (embora aqui se admita exceção sem prejuízo sistêmico). Também em observância do princípio mencionado (o lugar rege as conseqüências do ato), a Portaria nº 474, de 31 de agosto de 2000, da

Fundação Nacional de Saúde, prescreve sejam arquivadas, no município onde se deu o óbito, as declarações expedidas pelo médico que o atestou – para o fim de alimentar-se, de forma consistente, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (importante instrumento de formulação de políticas públicas).

Não pretendemos, com esse argumento, subordinar a criação legislativa a normas infra-legais, mas, tão-somente, recordar a existência de todo um sistema normativo construído de conformidade com o direito vigente, que determina sejam feitos os assentamentos no local da ocorrência da morte.

Impende que declinemos, por fim, que dificuldade pode, a nosso ver, advir da modificação legislativa em exame para o bom desempenho da atividade policial. Para ilustrar, imaginemos a seguinte situação: alguém, empreendendo viagem solitária, é vítima de homicídio. O autor do crime, desejando ocultá-lo e conhecendo a família do morto, com ela estabelece contato; tendo obtido, por algum modo, o atestado médico necessário à inscrição do óbito, propõe-lhe remeter tal peça para que se faça, no cartório do lugar do domicílio, o assentamento do fato. Em tal caso, não é difícil intuir, tudo correria à margem de toda e qualquer possibilidade de conhecimento do fato por parte das autoridades de segurança pública, ficando o crime sem investigação (uma vez que registrado o óbito em outra localidade).

Por todas essas razões, mas sobretudo por considerarmos que a proposição, a despeito do inegável valor inerente à sua idéia-motriz, não apresenta o poder de reduzir os custos impostos à família do morto, entendemos melhor a manutenção da atual redação do art. 77 da Lei de Registros Públicos.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **rejeição** do PLS nº 446, de 2007.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 4246 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: SENADOR NEUTO DE CONTO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC <i>Eduardo Suplyc</i>	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	1. ROMERO JUCA <i>Romero Juca</i>
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demostenes Torres</i>	2. ADEL MIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS AVTOR <i>Alvaro Dias Avtor</i>	6. EDUARDO AZEREDOS <i>Eduardo Azeredos</i>
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 446, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

MEMBROS	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL PR, PSB, PPSDB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL PR, PSB, PPSDB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA			X			1 - RENATO CASAGRANDE					
ALOIZIO MERCADANTE		X				2 - AUGUSTO BOTELHO					
EDUARDO DUPLICY			X			3 - MARCELO CRIVELLA					
ANTONIO CARLOS VALADARES			X			4 - INACIO ARRUDA					
IDELI SALVATTI						5 - CESAR BORGES					
EXPEDITO JUNIOR						6 - SERYS SLESSARENKO					
TITULARES	PMDB - PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	PMDB - PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON			X			1 - ROMERO JUCA			X		
ALMEIDA LIMA		X				2 - LEOMAR QUINTANILHA					
GILVAM BORGES						3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR					
FRANCISCO DORNELLES						4 - LOBÃO FILHO					
VALTER PEREIRA		X				5 - VALDIR RAUPE					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X				6 - NEUTO DE CONTE			X		
TITULARES	BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU						1 - EFRAIM MORAIS					
DEMÓSTENES TORRES (PRESIDENTE)						2 - ADELMIER SANTANA					
JAYME CAMPOS						3 - RAIMUNDO COLOMBO					
MARCO MACIEL		X				4 - JOSÉ AGRIPINO					
ANTONIO CARLOS JUNIOR		X				5 - ELISEU RESENDE					
ALVARO DIAS			X			6 - EDUARDO AZEREDO			X		
SERGIO GUERRA						7 - MARCONI PERILLO					
LUCIA VÂNIA		X				8 - ARTHUR VIRGILIO					
TASSO JEREISSATI		X				9 - FLEXA RIBEIRO					
TITULARES	PER	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	PER	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMBU TUMA			X			1 - GIM ARGELLO					
TITULARES	PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS						1 - FLAVIO TORRES					

TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: 14 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 08 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2009\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 04/08/2009).

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
XXV - registros públicos;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

TÍTULO II

Do Registro de Pessoas Naturais

.....

CAPÍTULO IV

.....

Do Nascimento

Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. (Redação dada pela Lei nº 9.053, de 1995)

§ 1º Quando for diverso o lugar da residência dos pais, observar-se-á a ordem contida nos itens 1º e 2º do art. 52. (Incluído pela Lei nº 9.053, de 1995)

§ 2º Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios. (Renumerado do § 1º, pela Lei nº 9.053, de 1995)

§ 3º Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento. (Renumerado do § 2º, pela Lei nº 9.053, de 1995)

§ 4º É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento. (Renumerado do § 3º, pela Lei nº 9.053, de 1995)

§ 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados. (Renumerado do § 4º, pela Lei nº 9.053, de 1995)

CAPÍTULO IX

Do Óbito

Art. 77 - Nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte. (Renumerado do art. 78 com nova redação, pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 1º Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito. (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 2º A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 6.216, de 1975).

Art. 78. Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no artigo 50. (Renumerado do art. 79 pela Lei nº 6.216, de 1975).

Art. 79. São obrigados a fazer declaração de óbitos: (Renumerado do art. 80 pela Lei nº 6.216, de 1975).

1º) o chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos;

2º) a viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;

3º) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos e demais pessoas de casa, indicadas no nº 1; o parente mais próximo maior e presente;

4º) o administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;

5º) na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia;

6º) a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Parágrafo único. A declaração poderá ser feita por meio de preposto, autorizando-o o declarante em escrito, de que constem os elementos necessários ao assento de óbito.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 235/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **rejeição**, do Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, que “Altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento.”, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER Nº 1.410, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2006, de 2006, de autoria, do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 723 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos de incumbência.

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

Submete-se a exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 171, de 2006, de autoria do nobre Senador Valdir Raupp, que tem por objetivo a alteração do art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (CC), para tornar mais clara, precisa e lógica sua redação.

A proposição compõe-se de apenas dois artigos, descritos a seguir.

O **art. 1º** sugere o desdobramento do extenso texto do atual art. 723 do Código Civil, de forma que o *caput* trate dos deveres mais genéricos do corretor, e seja incluído, nesse mesmo dispositivo, um parágrafo único, para versar mais especificamente sobre as obrigações do corretor que, se não cumpridas, farão com que ele responda por perdas e danos eventualmente causados à outra parte.

O **art. 2º**, por fim, carrega a cláusula de vigência, ao definir que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, mais especialmente, sobre direito civil.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 171, de 2006, tendo em vista que i) compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); bem assim que iii) os termos da proposição não importam em violação manifesta de cláusula pétrea. Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

No mérito, o PLS nº 171, de 2006, é digno de nota, pois busca adequar a redação do art. 723 do Código Civil às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Com efeito, para que o mencionado texto legal obtenha maior clareza, impõe-se a segmentação do atual art. 723 do CC em *caput* e parágrafo único, de modo que se possam empregar

frases mais curtas e concisas, em consonância com o art. 11, inciso I, alínea *b*, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Cumpra-se perceber, além disso, que, com o desdobramento do aludido artigo, seu *caput* passará a tratar apenas dos deveres mais genéricos daquele que, em contrato de corretagem, figura como corretor – quais sejam, o de executar a mediação com diligência e prudência, e o de prestar ao cliente, de modo espontâneo, todas as informações sobre o andamento do negócio –, enquanto seu parágrafo único, ora incluído, versará, mais especificamente, sobre aquela obrigação do corretor que, se não cumprida, fará com que ele responda por perdas e danos eventualmente causados à outra parte – a saber, a de prestar ao cliente todos os esclarecimentos sobre a segurança ou o risco do negócio, as alterações de valores e outros fatores que possam influir nos resultados de sua incumbência.

Dessa forma, igualmente se obterá maior ordem lógica, logrando-se expressar por meio do parágrafo único um aspecto complementar à norma enunciada no *caput* do artigo, de acordo com o que preceitua o art. 11, inciso III, alínea *c*, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ressalte-se, ainda, a preocupação do proponente em imprimir à lei maior precisão, dela suprimindo orações adjetivas restritivas que se revestem de uma subjetividade pouco condizente com textos de natureza legal (a saber, “que o negócio requer” e “que estiverem ao seu alcance”) e que podem, por isso mesmo, conferir-lhe duplo sentido. Atende-se, assim, afinal, ao comando do art. 11, inciso II, alínea *c*, daquela lei complementar.

A despeito dessas indubitáveis qualidades, proporemos singela alteração na redação da ementa do PLS nº 171, de 2006, pois entendemos que o objeto da proposição, na verdade, não é “impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos

da incumbência” – até porque tal dever já existe, hodiernamente –, mas, antes, meramente adequar o texto do art. 723 do CC aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2006, com a seguinte emenda:

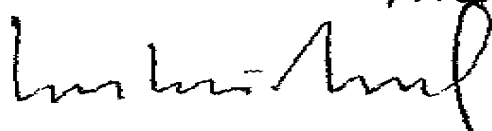
EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 171, de 2006, a seguinte redação:

“Altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.”

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente



Senador **MARCO MACIEL**, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 171 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: SENADOR MARCO MACIEL	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYCY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP AUTOR
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCON PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 171, DE 2006

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)					(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)				
MARINA SILVA	X				1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI	X				5 - CÉSAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR	X				6 - SÉRY S LHESSARENKO				
(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)					(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)				
PEDRO SIMON	X				1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA	X				2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES	X				3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR	X			
FRANCISCO DORNELLES	X				4 - LOBAO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP			X	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTO				
(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)					(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)				
KATIA ABREU	X				SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES (PRESIDENTE)					1 - EFRAIM MORAIS				
JAYME CAMPOS	X				2 - ADELMIR SANTANA				
MARCO MACIEL (RELATOR)	X				3 - RAIMUNDO COLOMBO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				4 - JOSE AGRIPINO				
ALVARO DIAS	X				5 - ELISEU RESENDE				
SÉRGIO GUERRA	X				6 - EDUARDO AZEREDO				
LÚCIA VANIA	X				7 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				8 - ARTHUR VIRGILIO				
(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)					9 - FLEXA RIBEIRO				
ROMEU TUMA	X				(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)					1 - GIM ARGELLO				
OSMAR DIAS	X				(PL DE PSB, PSC, PPSB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					1 - FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 08 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CC\2009\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 04/08/2009).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1 - CCJ AO
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 171, DE 2006

SENADOR	OCORRÊNCIA DE APOIO AO GOVERNO (PT, PP, PSB, PC, PDS e PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE(S) DO GOVERNO (PT, PP, PSB, PC, PDS e PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA						1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X					2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY	X					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X					4 - INACIO ARRUDA				
IDELI SALVATI						5 - CESAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR						6 - SERYS SLESARENKO				
PEDRO SIMON	X					1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA						2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES						3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR	X			
FRANCISCO DORNELLES						4 - LOBÃO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X					5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X					6 - NEUTO DE CONTO				
KATIA ABREU						1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (PRESIDENTE)						2 - ADELMIR SANTANA				
JAYME CAMPOS	X					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL (RELATOR)				X		4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X					5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS	X					6 - EDUARDO AZEREDO				
SERGIO GUERRA	X					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X					8 - ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI	X					9 - FLEXA RIBEIRO				
ROMEU TUMA	X					1 - GIM ARGELLO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS						1 - FLAVIO TORRES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 15 SIM: 15 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 08 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2009\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 04/08/2009).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2006
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 723.** O corretor é obrigado a executar a mediação com diligência e prudência, e a prestar ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento do negócio.

Parágrafo único. Sob pena de responder por perdas e danos, o corretor prestará ao cliente todos os esclarecimentos acerca da segurança ao do risco do negócio, das alterações de valores e de outros fatores que possam influir nos resultados da incumbência.
(NR)“

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

**Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

**Seção VIII
DO PROCESSO LEGISLATIVO
Subseção I
Disposição Geral**

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme

determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Seção II

Da Articulação e da Redação das Leis

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências feitas, no texto, a números e percentuais;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

g) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes; (Alinea incluída pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

III - para a obtenção de ordem lógica:

a) reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

CAPÍTULO XIII Da Corretagem

Art. 723. O corretor é obrigado a executar a mediação com a diligência e prudência que o negócio requer, prestando ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento dos negócios; deve, ainda, sob pena de responder por perdas e danos, prestar ao cliente todos os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance, acerca da segurança ou risco do negócio, das alterações de valores e do mais que possa influir nos resultados da incumbência.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

OFÍCIO Nº 234/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2006, que “Altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência”, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER Nº 1411, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoas Física e dá outras providências.

RELATOR: Senador **JOÃO TENÓRIO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **OSMAR DIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009 (PLS 59/2009), sobre o qual esta Comissão deve decidir em caráter terminativo, dispõe que *o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física poderá ser parcelado em até nove parcelas (art. 1º, caput) e que as parcelas vencerão sempre no último dia útil de cada mês, não podendo incidir nenhum tipo de juros ou correção (art. 1º, parágrafo único).*

A justificção menciona a elevada carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro e a dificuldade que muitas das pessoas físicas encontram para pagar as parcelas do seu imposto. Conclui afirmando que, com a proposição, busca proporcionar melhor justiça no pagamento do imposto de renda.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e a outros assuntos correlatos, como é o caso sob análise.

A proposição sob exame não esbarra em qualquer obstáculo de ordem jurídica ou constitucional. Estão atendidos os pressupostos de competência e de iniciativa.

Atualmente, a matéria está disposta no art. 14 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos seguintes termos:

Art. 14. À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I - nenhuma quota será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), e o imposto de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais) será pago de uma só vez;

II - a primeira quota deverá ser paga no mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos;

III - as demais quotas, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento, vencerão no último dia útil de cada mês.

IV - é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas.

Nota-se, portanto, que a inovação pretendida com o PLS 59/2009 prende-se a dois aspectos:

I – aumenta de oito para nove o número de prestações;

II – elimina a contagem de juros sobre o valor das prestações.

No que se refere ao primeiro aspecto, pode-se dizer que o impacto

sobre a arrecadação é praticamente inexistente. Hoje, a diluição do pagamento faz-se em oito prestações, de abril a novembro. Com a aprovação da proposta, a diluição será feita em nove prestações, de abril a dezembro.

Quanto ao principal do imposto, não haverá qualquer redução de valor, mas apenas redução do fluxo. Essa redução de fluxo, na pior das hipóteses, será em torno de 11% do volume de recursos entrados, mensalmente, em caixa. Como todas as prestações estarão contidas no mesmo exercício, não existe risco de distorção contábil, isto é, contabilização da última prestação apenas no exercício seguinte.

No que se refere ao segundo aspecto, ou seja, a eliminação de contagem de juros sobre as prestações, é inevitável a constatação de que haverá impacto sobre o volume da arrecadação.

É importante lembrar que a existência de imposto a pagar na declaração de ajuste anual constitui exceção. Seja do ponto de vista legal, seja do ponto de vista prático, a regra é o pagamento pelo desconto na fonte.

Com efeito, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, *o imposto de renda das pessoas físicas será devido, mensalmente, à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos.*

Ou seja, o imposto de renda da pessoa física é um imposto mensal e não anual, como já foi antigamente e que parece continuar a ser, por causa da declaração anual. Na verdade, a declaração anual é apenas *de ajuste*, com a única finalidade de verificar se, mês a mês, o imposto foi pago com falta ou com excesso – isto é, se há resíduo de imposto a pagar ou se há imposto a restituir.

As estatísticas da Secretaria da Receita Federal do Brasil mostram que o grosso da arrecadação se dá mês a mês, ao longo do próprio ano base. A proporção, grosso modo, é de noventa por cento de retenção na fonte e apenas dez por cento em função do ajuste feito na declaração. A rigor, pode-se afirmar que, basicamente, tendem a ter imposto a pagar na declaração os contribuintes com mais de uma fonte de renda e que, portanto, não têm o desconto na fonte perfeitamente ajustado.

Assim, somente sobre esses dez por cento residuais da arrecadação do imposto de renda da pessoa física deixarão de incidir os juros, nos termos da proposição.

Como visto na norma vigente, acima transcrita, os juros hoje aplicados são equivalentes à taxa SELIC acumulada mensalmente.

Há duas justificativas básicas para a exigência de juros nas parcelas relativas ao resíduo de imposto a pagar apurado na declaração de ajuste.

A primeira reflete uma questão de isonomia, pois o Governo está sujeito aos mesmos juros na restituição do imposto pago a maior.

A segunda justificativa é a de que o Governo cobra do contribuinte a mesma taxa que ele paga nos empréstimos que toma, ou seja, os rendimentos dos títulos da dívida pública. A construção lógica é: o governo “financia” o contribuinte parcelando o seu débito, mas, para suprir o Tesouro do dinheiro que não entrou por causa do parcelamento, necessita financiar-se no mercado. Por isso, repassa ao contribuinte o mesmo ônus financeiro em que incorreu.

Considerando que, por definição, o Governo não cria, mas apenas arrecada e redistribui recursos, a hipótese de não-cobrança de juros no parcelamento significaria subvencionar os que optaram pelo parcelamento, com recursos tomados dos que pagaram em dia, seja ao longo do ano-base, seja em uma única prestação após a declaração de ajuste.

Por último, embora concordando com o mérito da proposição, na parte relativa ao aumento do número de parcelas, é necessário fazer adaptações no tocante à técnica legislativa, inserindo as novas disposições propostas na legislação vigente.

III – VOTO

Em razão de todo o exposto, VOTO pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, com a seguinte emenda:

DECISÃO DA COMISSÃO

EM 11/08/2009, O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO, DESIGNA O SENADOR OSMAR DIAS RELATOR "AD HOC" DA MATÉRIA. ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O PROJETO POR 14 (QUATORZE) VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO, E REJEITA, AINDA, A EMENDA Nº 01 POR 11 (ONZE) VOTOS CONTRÁRIOS, 04 (QUATRO) FAVORÁVEIS E NENHUMA ABSTENÇÃO.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2009.



Senador DELCÍDIO AMARAL

Vice-Presidente no exercício da Presidência da
Comissão de Assuntos Econômicos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59 DE 2009
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Delcídio Amaral* SEN. DELCÍDIO AMARAL VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

RELATOR(A): *Osmar Dias* SEN. OSMAR DIAS RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPLYCY (PT) <i>E. Suplicy</i>	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>A. C. Valadares</i>
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB) <i>R. Casagrande</i>
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT) <i>I. Salvatti</i>
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR) <i>C. Borges</i>	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

Maioria (PMDB e PP)

FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>F. Dornelles</i>	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VÁLDIR RAUPP (PMDB) <i>V. Raupp</i>	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM) <i>E. Resende</i>	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM) AUTOR <i>R. Colombo</i>	4-RÓSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB) <i>T. Jereissati</i>	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>E. Azeredo</i>

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO <i>J. Claudino</i>	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 59 de 2009.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
DELÍCIDIO AMARAL (PT)					2-RENATO CASAGRANDE (PSB)				
ALOÍZIO MERCADANTE (PT)					3-JOÃO PEDRO (PT)	X			
TIAO VIANA (PT)					4-IDELI SALVATI (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)					5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)				
INÁCIO ARRUDA (PccdoB)					6-EXPEDITO JUNIOR (PR)				
CÉSAR BORGES (PR)	X				7-JOÃO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - Maioria (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Maioria (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				1-ROMERO JUCA (PMDB)				
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)					2-GILVAM BORGES (PMDB)				
GÉRSÔN CAMATA (PMDB)	X				3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)				
NEUTO DE CONTO (PMDB)					5-LOBÃO FILHO (PMDB)				
PEDRO SIMON (PMDB)					6-PAULO DUQUE (PMDB)				
VAGO					7-VAGO				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ELISEU RESENDE (DEM)	X				1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	X				2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
EFRAIM MORAIS (DEM)	X				3-HERÁCLITO FORTES (DEM)				
RAMUNDO COLOMBO (DEM)			X		4-ROSÁLIA CIARLINI (DEM)				
ADELMIR SANTANA (DEM)					5-KÁTIA ABREU (DEM)				
LAYME CAMPOS (DEM)					6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
CICERO LUCENA (PSDB)					7-ALVARO DIAS (PSDB)				
JOÃO TENÓRIO (PSDB)					8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)					9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)	X				10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X			
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				1-SÉRGIO ZAMBIASI				
GIM ARGIELLO					2-FERNANDO COLLOR DE MELO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PRAIA				

TOTAL 16 SIM 14 NÃO 0 PREJ 0 AUTOR 1 ABS 0 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/08/09.

Delcídio Amaral
 Senador-DELÍCIDIO AMARAL
 Vice-Presidente no exercício da Presidência

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

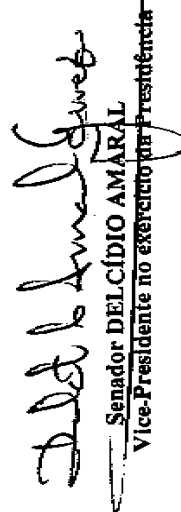
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 01 apresentada ao PLS nº 59 de 2009.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPRICY (PT)	X				1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
DELCÍDIO AMARAL (PT)					2-RENATO CASAGRANDE (PSB)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					3-JOÃO PEDRO (PT)				
TIÃO VIANA (PT)					4-IDELI SALVATTI (PT)	X			
MARCELO CRIVELLA (PRB)					5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)				
INACIO ARRUDA (PdoB)					6-EXPEDITO JUNIOR (PR)				
CÉSAR BORGES (PR)		X			7-JOÃO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - Maioria (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Maioria (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCISCO DORNELLES (PP)		X			1-ROMERO JUCA (PMDB)				
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)					2-GILVAM BORGES (PMDB)				
GERSON CAMATA (PMDB)					3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)		X			4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)				
NEUTO DE CONTO (PMDB)					5-LOBÃO FILHO (PMDB)				
PEDRO SIMÓN (PMDB)					6-PAULO DUQUE (PMDB)				
VAGO					7-VAGO				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ELISEU RESENDE (DEM)		X			1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM)		X			2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
EFRAIM MORAIS (DEM)		X			3-HERÁCLITO FORTES (DEM)				
RAJUMUNDO COLOMBO (DEM)		X			4-ROSALBA CIARLINI (DEM)				
ADELMIR SANTANA (DEM)		X			5-KÁTIA ABRU (DEM)				
JAYME CAMPOS (DEM)					6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
CICERO LUCENA (PSDB)					7-ALVARO DIAS (PSDB)				
JOÃO TENÓRIO (PSDB)					8-SERGIO GUERRA (PSDB)				
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)					9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)		X			10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)		X		
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOAO VICENTE CLAUDINO		X			1-SERGIO ZAMBIASI				
GIM ARGELLO					2-FERNANDO COLLOR DE MELO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT <th>SIM</th> <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th>	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS		X			1-JEFFERSON PRAIA				

TOTAL 16 SIM 4 NÃO 11 PREJ - AUTOR - ABS - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/08/09.


Senador DELCÍDIO AMARAL
Vice-Presidente no exercício da Presidência

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 258/2009/CAE

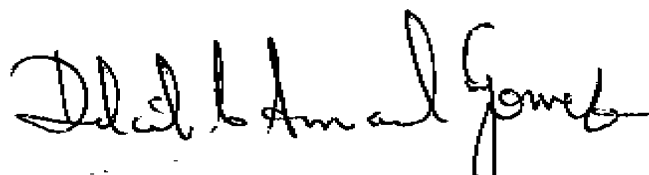
Brasília, 11 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, que “institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências”.

Respeitosamente,



Senador DELCÍDIO AMARAL
Vice-Presidente no exercício da Presidência
da Comissão de Assuntos Econômicos

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.**

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º O imposto de renda das pessoas físicas será devido, mensalmente, à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos.

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Art. 14. À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006)

I - nenhuma quota será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), e o imposto de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais) será pago de uma só vez;

II - a primeira quota deverá ser paga no mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos;

III - as demais quotas, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento, vencerão no último dia útil de cada mês. (Vide Lei nº 9.430, de 1996)

IV - é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 232/2009-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, que “Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, de autoria do Senador Pedro Simon, com duas Emendas que apresenta.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 234/2009-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2006, que “Altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência”, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 235/2009-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, que “Altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento”, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Of. nº 258/2009/CAE

Brasília, 11 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, que “institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências”.

Respeitosamente – Senador **Delcídio Amaral**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 1.397 a 1.399, de 2009**, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004-CN, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) A Presidência comunica ao Plenário

que a Mesa do Senado Federal aprovou, em sua 11ª Reunião realizada em 27 de agosto do corrente ano, os Requerimento de Informação nºs 776, 819, 891, 893, 895 e 900 de 2009 nos termos de seu relatório.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, nos termos do art. 91 §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os projetos de Lei do Senado nºs 362, de 2005 e 446, de 2007 sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 171, 2006, e 59, de 2009, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos de lei da Câmara que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 155, DE 2009

(Nº 36/2007, na Casa de origem,
do Deputado Edinho Bez)

Confere ao Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Baleia Franca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Baleia Franca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 36, DE 2007

Confere ao Município de Imbituba (SC), o título de Capital Nacional da Baleia Franca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Imbituba, Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Baleia Franca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Município de Imbituba, em Santa Catarina, tem uma relação profunda com a baleia franca (**Eubalaena australis**).

É certo que essa relação nem sempre foi amistosa. Durante muito tempo, a baleia franca foi alvo de matança impiedosa, o que resultou no seu quase desaparecimento. Em águas brasileiras, a caça estendeu-se do século XVIII até 1973, quando a última armação, localizada em Imbituba, encerrou suas atividades.

No início dos anos 80, exemplares de baleias francas voltaram a ser avistadas na região de Imbituba, motivando a estruturação de um programa permanente para o estudo e recuperação da espécie no Brasil. O Projeto Baleia Franca vem desenvolvendo um programa-piloto de observação das baleias francas e, com isso, conseguiu mobilizar a opinião pública para a valorização da espécie.

Agora, é possível observar a baleia franca nas águas imbitubenses, entre os meses de maio a outubro, período em que frequenta nossas águas para parir e amamentar seus filhotes.

Todos os anos cientistas, estudiosos e ambientalistas, de vários países, vêm a Imbituba estudar o deslocamento das baleias da região fria da Argentina para Imbituba, esse fato é considerado um fenômeno. No ano retrasado, doze cientistas, estudiosos e ambientalistas, vieram a Imbituba, neste ano dezesseis.

A baleia franca, protegida contra a caça e o molestamento por lei federal, foi também declarada Monumento Natural de Santa Catarina, pelo Decreto nº 171, de 1995.

O título que propomos ao Município de Imbituba, também considerado “o berçário das baleias”, é um reconhecimento e um incentivo à população local pelo seu engajamento na luta pela preservação da baleia franca.

Estamos certos, pois, da rápida aprovação nesta Casa do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2007. – Deputado **Edinho Bez**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2009

(Nº 1.310/2007, na Casa de origem,
do Deputado Carlos Sampaio)

Institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da Saúde, a ser comemorado anualmente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.310, DE 2007

Institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da Saúde, a ser comemorado anualmente.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desnecessário se faz tecer comentários sobre a importância dos trabalhadores da área da saúde, para todos nós brasileiros.

No calendário oficial da União comemoramos o dia de muitos desses profissionais, tais como os médicos e os enfermeiros. Todavia, muitos dos profissionais da saúde deixam de ter o valor de seu trabalho reconhecido pelo fato de não estarem incluídos nas categorias acima referidas.

Para que esse lamentável equívoco não se perpetue, é que criamos o dia de todos os funcionários da saúde, a ser comemorado no dia 12 de maio de cada ano. Escolhemos esta data por ser o dia do nascimento da italiana Florence Nithingale, que revolucionou as condições sanitárias hospitalares, quando de seu trabalho nos campos de batalha da Guerra da Criméia, em 1854, à época em que desenvolvia suas atividades junto ao exército inglês.

Assim, apresentamos o presente Projeto de Lei na certeza de que sua aprovação implicará louvável reconhecimento do trabalho desenvolvido por esses dedicados trabalhadores.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2007. – **Carlos Sampaio**, Deputado Federal, PSDB/SP.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 2009

(Nº 2.979/2008, na Casa de origem, da Deputada Luciana Costa)

Institui o Dia do DeMolay.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do DeMolay, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.979, DE 2008

Institui o “Dia do DeMolay”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia do DeMolay”, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em fevereiro de 1919, nove jovens com aproximadamente 16 anos de idade se reuniram em um templo maçônico no Estado de Missouri, nos Estados Unidos da América, e começaram o incrível trabalho da Ordem DeMolay que forma milhões de jovens líderes, pelo mundo todo, baseando-se nas virtudes do amor filial, reverência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo.

A semente para todo esse trabalho foi plantado quando Frank S. Land empregou em seu escritório o jovem Louis Lower, filho do 1º Vigilante da Loja Maçônica “Ivanhoe”, Elmer E. Lower, que morrera um ano antes; assim ele estaria ajudando financeiramente sua família. Desde então nasceu uma grande amizade entre os dois, Louis a chamar Frank de “**Dad Land**”, (Dad é uma expressão da língua inglesa, coloquial, carinhosamente utilizada como referência à figura do pai natural inglês ou alguém que o represente) por ver nele o exemplo de homem que seu verdadeiro pai havia lhe dado; em troca recebeu o apelido de “Louie”.

Um certo dia, Dad Land estava conversando com Louie a respeito das atividades que os jovens realizavam e os lugares que eles frequentavam nas horas de lazer. Durante a conversa Land sugeriu que, juntamente com seus amigos, o rapaz formasse um grupo e fossem a um encontro no prédio do Templo do Rito Escocês,

onde ele lhes falaria sobre uma ideia, guardada já há algum tempo. Louie gostou muito da sugestão e convidou 08 (oito) amigos seus para que, com ele, fossem àquele local na semana seguinte.

Esse primeiro encontro aconteceu na tarde de quarta-feira, dia 17 de fevereiro de 1919. Nele estiveram presentes 09 (nove) rapazes: Louis G. Lower, Ivan M. Bentley, Edmund Marshall, Gorman A. McBride, Jerome Jacobson, William Steinhilber, Elmer Dorsey, Clyde C. Steram e Ralph Sewell. Nesta primeira reunião, Frank Land apresentou seus planos para formar um clube ou associação de rapazes. Antes de deixarem o local, todos os 9 (nove) jovens combinaram que convidaram outros amigos para o próximo encontro, marcado para a semana seguinte. Já na segunda reunião o grupo era formado por 31 (trinta e um) rapazes e Frank S. Land.

No primeiro encontro dos 09 (nove) rapazes foi discutido o nome que esta nova organização deveria ter. Frank S. Land falou então sobre muitos nomes famosos da história mundial, contudo, nenhum os sensibilizou. Clyde Stream sugeriu, por estarem reunidos num Templo Maçônico, que soubessem algo a respeito de figuras históricas ligadas à Maçonaria. Land começou a falar, dentre outros, sobre JACQUES DeMOLAY. Eles ouviram a história do último Grão-Mestre da Ordem dos Cavaleiros dos Templários que, ao ser queimado vivo em 18 de março de 1314, se tornou um mártir e exemplo de heroísmo, lealdade, coragem, fidelidade e tolerância. Os 09 (nove) rapazes decidiram, unanimemente, dar o nome de “CONSELHO DeMOLAY”.

Dia 24 de março de 1919, segunda-feira, 19:30hs. Data precisa do histórico encontro, o segundo, que pode ser considerado como o verdadeiro início da ORDEM DeMOLAY. Antes de começar, Frank S. Land olhava calmamente para os 31 (trinta e um) rapazes reunidos dentro do Templo do Rito Escocês e via, através deles, o futuro da juventude mundial. Nesta mesma reunião o primeiro DeMolay prestou seu compromisso ao novo grupo, seus integrantes e à Frank S. Land. Ajoelhado sobre os ambos joelhos e com as duas mãos sobre a Bíblia Sagrada, que pertencia à Land (ele quando ainda jovem participava, na cidade de Saint Louis, da escola dominical). Louis Lower prestou seu juramento. Ao redor estavam os 31 rapazes e à sua frente Frank Land. Em seguida, os outros oito fundadores repetiram o gesto.

Os 31 (trinta e um) rapazes de Conselho DeMolay estudavam, na época, na Central High School e algumas das reuniões do grupo foram realizadas neste local com o consentimento da direção da escola que os apoiava.

Na primavera americana de 1919, Dad Land pediu a um amigo próximo e um eminente maçom, Frank A. Marshall, que trabalhava como editor do “**Kansas City Journal**”, que escrevesse um ritual para ser praticado pelos rapazes durante as reuniões do grupo. Dad Land ajudou com sua filosofia e princípios maçônicos, que deveriam estar incluídos no ritual, e Dad Marshall contribuiu com a imaginação e a habilidade de escrever. Assim, DeMolay recebeu dois graus ritualísticos: o Grau Iniciático e o Grau DeMolay. A primeira vez que ambos os graus foram praticados foi ainda no ano de fundação e, hoje, mais de setenta anos depois, eles permanecem da forma como foram escritos, apenas algumas questões gramaticais foram aprimoradas, adequando-se ao vocabulário cotidiano.

A Ordem DeMolay apresenta dois aspectos fundamentais e de grande importância na sociedade contemporânea: a luta pela manutenção das Escolas Públicas – base essencial para qualquer desenvolvimento posterior, e a promessa da construção de um novo mundo com o melhor preparo de nossa juventude, que um dia assumirá o comando de todas as atividades.

O primeiro capítulo da Ordem DeMolay no Brasil foi instalado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 16 de agosto de 1980, com 59 jovens iniciados, tendo como patrocinador o Supremo Conselho do Grau 33º, R.E.A.A. da Maçonaria.

Com o Patrocínio Maçônico, a Ordem DeMolay vem conseguindo muito sucesso e visibilidade, até porque, não existe nenhuma família, nenhuma Comunidade e nenhuma Autoridade que não esteja profundamente interessada e esperançosa em ver objetivos, tão importantes para a sociedade, se tornarem realidade em benefício da juventude Brasileira.

A Ordem DeMolay no Brasil possui, atualmente, 440 capítulos, estando presente em 24 cidades. Com 70.000 filiados é a maior jurisdição do mundo.

Pelo esforço e dedicação desses jovens da Ordem DeMolay em prol da sociedade brasileira e incentivo ao engajamento político e social da juventude, é salutar a homenagem feita através da comemoração ora proposta.

O dia 18 de março é a data de falecimento de Jacques DeMolay, último Grão-Mestre da Ordem dos

Cavaleiros Templários, queimado vivo no pelourinho de uma pequena ilha do Rio Sena, em defesa de seus princípios e valores.

Cumpra ressaltar que já há homenagem à Ordem DeMolay no Estado do Rio de Janeiro, na mesma data, através da Resolução Estadual nº 495, de 15-3-1990, como diversos projetos em vários Estados da Federação.

Enfim, incentivar a formação de jovens líderes preocupados com o desenvolvimento de nosso estado é função dessa Casa de Leis e esta propositura, embora de maneira singela, caminha ao encontro da valorização de medidas positivas a favor da juventude.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Deputada **Luciana Costa**, PR/SP.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, os Projetos que acabam de serem lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **c**, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.099, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retirada de tramitação do PLS nº 124, de 2003, de minha autoria, que “torna obrigatório o uso nas escolas públicas de uniforme escolares padronizados e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência defere o requerimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2003 vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.100, DE 2009

Requeiro, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 220, de 2009 e nº 207, de 2009, uma vez que ambos dispõem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Senador **Demóstenes Torres**.

REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado, tenham tramitação conjunta os seguintes Projetos de Lei do Senado de nºs 80/2006, 340/2007, 375/2008 e 27/2009, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS nº 301, de 2009, que “altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito dos Estados e do Distrito Federal”, com os PLS nº 212/05; PLS nº 67/06; PLS nº 199/06; PLS nº 239/06; PLS nº 342/06; PLS nº 287/08, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2009. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 1.103, DE 2007

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, que o PLS nº 18, de 2007 (modifica a Lei nº 11.097/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel) tenha sua apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante no despacho inicial.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2009

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para definir procedimentos de gestão cooperativa do Sistema Único de Saúde pelos entes federados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 9º-A e 9º-B:

Art. 9º-A. As direções do SUS, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, promoverão a cooperação intergovernamental e interinstitucional necessária para assegurar a integralidade e a qualidade da atenção à saúde da população, responsabilizando-se solidariamente pela oferta suficiente de ações e serviços públicos de saúde em todos os níveis de atenção e de complexidade tecnológica.

Art. 9º-B. Para o cumprimento da responsabilidade comum de que trata o art. 9º-A, os gestores nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão apoiar-se mutuamente, por meio de compromissos assumidos em pactos de gestão firmados no âmbito de comissões intergestores e de colegiados de gestão regional, conformando a gestão cooperativa do SUS.

§ 1º As comissões intergestores serão compostas de forma paritária pelos gestores, sendo:

I – tripartite, no âmbito nacional, com representação do gestor federal, dos gestores estaduais e dos gestores municipais; e

II – bipartite, no âmbito estadual, com representação do gestor estadual e dos gestores municipais.

§ 2º Os colegiados de gestão regional serão compostos pelos gestores municipais de saúde dos municípios que compõem a região de saúde e por representantes dos gestores dos Estados envolvidos.

§ 3º As comissões intergestores pactuarão sobre a organização, a direção e a gestão da saúde e os pactos firmados serão formalizados em ato do gestor federal, no caso da Comissão Intergestores Tripartite, e do gestor estadual, no caso das comissões intergestores bipartites dos Estados.

§ 4º Os colegiados de gestão regional pactuarão sobre:

I – soluções para a organização da rede regional de ações e serviços de atenção à saúde;

II – mecanismos de co-gestão solidária e cooperativa, no âmbito das respectivas regiões de saúde;

III – prioridades.º

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), pela complexidade da rede, das ações e dos serviços de saúde que comporta, cuja operacionalização deve ser compartilhada por gestores dos três níveis de governo, foi e continua a ser um desafio importante para todos os envolvidos e, ao mesmo tempo, um espaço de construção de uma nova forma de federalismo.

Apesar de constituir um processo de grande complexidade, a construção dessa rede de relações e responsabilidades entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios não apenas está permitindo o desenho de um sistema que dê conta da complexidade dessas relações, como também vem se fazendo de forma coletiva, compartilhada e solidária.

Inicialmente induzida pelo financiamento federal e orquestrada por normas operacionais baixadas pela União, essa organização vem tomando características cada vez mais democráticas, com participação dos demais entes federados em busca de maior adequação às realidades locais e regionais e de respeito à sua autonomia para organizar seus sistemas de acordo com essas realidades.

A instituição das comissões intergestores e, mais recentemente, dos colegiados de gestão regional constitui um grande progresso na concretização dos necessários arranjos interfederativos e na facilitação do consenso. Falta, no entanto, sede na lei, já que comissões e colegiados foram criados por meio de portarias ministeriais.

O fortalecimento das comissões intergestores e dos colegiados de gestão regional, como espaços de construção de políticas públicas de saúde, e a busca, para esses foros de pactuação, de sede legal foram propostos pelos secretários municipais de saúde de todo o País, reunidos no XXV Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, realizado em Brasília no mês de maio passado.

Esta proposição objetiva atender a tal reivindicação, a nosso ver não apenas justa, mas necessária para aprimorar os instrumentos jurídicos do Sistema Único de Saúde, definidores de responsabilidades e direitos entre os seus gestores e conformadores de sua gestão cooperativa.

Sala das Sessões, 31 de Agosto de 2009.



Senador Tião Viana

PT/AC

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

{Lei Orgânica da Saúde}

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

TÍTULO II DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

CAPÍTULO III Da Organização, da Direção e da Gestão

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 190 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

- I - no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde;
- II - no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e
- III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 196. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

[.....]

{ À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º

§ 1º Entende-se por produtos de uso veterinário, para efeito do presente Decreto-Lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

§ 2º É proibido o uso não-terapêutico em animais de produtos que contenham antimicrobianos de uso humano, para fins de promoção de crescimento, eficiência alimentar, ganho de peso, prevenção de doenças feita de forma rotineira ou com outro propósito, na ausência de sinais clínicos de doença." (NR)

Art.3º

.....
"§ 5º A exigência de registro de que trata o caput não se aplica a produtos de uso veterinário que incluam, na sua composição, antimicrobianos de uso humano, ficando esses produtos obrigados a serem registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária" (NR).

Art. 2º Incluem-se, na Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o seguinte inciso II no § 1º do art. 8º, renumerando-se os demais, e o seguinte art. 8º-A:

“Art.8º.....

§1º.....

.....
 II - produtos de uso veterinário que contenham, em sua composição, antimicrobiano de uso humano;

.....
Art.8º-A. A Agência promoverá a identificação e publicação sistemáticas dos princípios ativos com atividade antimicrobiana para uso humano e animal, com vista ao que dispõem o inciso II do art. 8º desta Lei, o § 2º do art. 1º e o § 5º do art. 3º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O uso de antimicrobianos na criação de animais para produção de alimentos tem gerado preocupação no mundo inteiro, em razão do risco de desenvolvimento de resistência a esses medicamentos por agentes de doença em humanos, com graves prejuízos para a saúde humana.

Não se trata, aqui, do emprego veterinário de antibióticos para o tratamento de animais individualmente, caso a caso, mas da prática comum do seu emprego intensivo na criação de animais, em especial sob confinamento, segundo a qual todo o rebanho ou plantel recebe, de rotina, o medicamento para favorecer o crescimento e reduzir o risco de determinadas doenças, que é aumentado quando se mantém um grande número de animais em aglomeração.

Em decorrência, é estimado que, nos Estados Unidos, cerca de 70% em peso dos antibióticos produzidos são empregados na agroindústria de produção de alimentos – gado, leite, frangos e porcos, em especial, – para propósitos não-terapêuticos que incluem a promoção do crescimento e a compensação de condições insalubres e estressantes de confinamento em que esses animais são criados ou transportados.

Essa prática de empregar antibióticos na composição de suplementos alimentares regulares, destinada a aumentar o crescimento e diminuir o risco de infecção em fazendas industriais, tem sido apontada como promotora de um risco importante para humanos, consumidores ou não de produtos de origem animal, mas também em razão do risco de perda da eficácia terapêutica de antimicrobianos usados na medicina humana, relacionado ao uso veterinário destes medicamentos.

A regulamentação e fiscalização de produtos de uso veterinário – entre os quais os antimicrobianos, utilizados para prevenção e tratamento de doenças infecciosas e para melhorar a produtividade de animais a serem usados como alimento – estão previstas na legislação brasileira desde o final da década de sessenta, e alcançam a fabricação, a importação, a comercialização e o uso destes produtos.

A delegação de competências conflitantes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tem impedido uma atuação mais efetiva das autoridades governamentais sobre esse problema que se agrava em nosso País.

Nos últimos anos, o crescente reconhecimento de que a resistência bacteriana a antimicrobianos representa sério risco à saúde humana e animal colocou esse tema na agenda de vários organismos internacionais – entre os quais a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional de Epizootias – que têm feito reiteradas recomendações aos seus países membros no sentido de aperfeiçoarem suas ações de vigilância sanitária na área de alimentos e os encorajado a implantar programas de monitoramento da resistência bacteriana, tendo em conta o controle do mencionado fator de risco à saúde e seu agravamento.

A tentativa de formular políticas inter-setoriais e desenvolver meios cooperativos de atuação entre os setores de saúde e agricultura do governo federal esbarrou em diferenças de posturas e interesses, indicando a necessidade de revisão do ordenamento legal sobre a matéria, com vistas a dirimir o referido conflito de competências.

Nesse sentido, apresentamos à consideração dos nobres colegas desta Casa legislativa proposição que objetiva alteração os regulamentos vigentes que tratam da matéria para:

- 1) excluir os produtos veterinários que contenham antimicrobianos de interesse para a saúde humana na sua composição da obrigatoriedade de registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

atribuir à Anvisa a identificação sistemática desses princípios ativos e o registro dos produtos de uso veterinário que os contenham, em substituição ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que permanece com as competência de fiscalizar o comércio e o uso desses e de outros produtos veterinários na criação de animais, como parte dos processos de produção de alimentos de origem animal, e

proibir o uso não-terapêutico dos produtos que os contenham para uso agro-industrial, adicionado à ração ou à água, para fins de promoção de crescimento, eficiência alimentar, ganho de peso, prevenção de doenças feita de rotina ou outro propósito, na ausência de sinais clínicos de doença.

Sala das Sessões,



Senador TIÃO VIANA

PT/AC

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 467, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Entende-se por produtos de uso veterinário, para efeito do presente Decreto-Lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

[.....]

Art. 3º Todos os produtos de uso veterinário, elaborados no País ou importados, e bem assim os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem, e ainda aqueles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados especiais, ficam obrigados ao registro no Ministério da Agricultura, para efeito de licenciamento.

§ 1º A licença que habilitará ao funcionamento do estabelecimento será renovada anualmente.

§ 2º A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário, elaborados no País, será válida por 10 (dez) anos.

§ 3º A licença para comercialização de produtos de uso veterinário, importados parcial ou totalmente, terá validade máxima de 3 (três) anos, podendo ser renovada para os casos da exceção prevista no Art. 5º deste Decreto-Lei.

§ 4º Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do pedido de registro ou da renovação da licença do produto no Órgão Central competente, quando este não houver se manifestado, será imediatamente emitida licença provisória válida por 1 (um) ano, salvo os casos especiais definidos na regulamentação do presente Decreto-Lei.

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

[.....]

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO E DA COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL

DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

[.....]

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

I - medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias;

II - alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

III - cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes;

IV - saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;

V - conjuntos, reagentes e insumos destinados a diagnóstico;

VI - equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem;

VII - imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados;

VIII - órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições;

IX - radioisótopos para uso diagnóstico *in vivo* e radiofármacos e produtos radioativos utilizados em diagnóstico e terapia;

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;

XI - quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde, obtidos por engenharia genética, por outro procedimento ou ainda submetidos a fontes de radiação.

§ 2º Consideram-se serviços submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência, aqueles voltados para a atenção ambulatorial, seja de rotina ou de emergência, os realizados em regime de internação, os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, bem como aqueles que impliquem a incorporação de novas tecnologias.

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, submetem-se ao regime de vigilância sanitária as instalações físicas, equipamentos, tecnologias, ambientes e procedimentos envolvidos em todas as fases dos processos de produção dos bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária, incluindo a destinação dos respectivos resíduos.

§ 4º A Agência poderá regulamentar outros produtos e serviços de interesse para o controle de riscos à saúde da população, alcançados pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 5º A Agência poderá dispensar de registro os imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 6º O Ministro de Estado da Saúde poderá determinar a realização de ações previstas nas competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em casos específicos e que impliquem risco à saúde da população. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 7º O ato de que trata o § 6º deverá ser publicado no Diário Oficial da União. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

§ 8º Consideram-se serviços e instalações submetidos ao controle e fiscalização sanitária aqueles relacionados com as atividades de portos, aeroportos e fronteiras e nas estações aduaneiras e terminais alfandegados, serviços de transportes aquáticos, terrestres e aéreos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência lembra ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, terça-feira, 1º, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Gerson Cama-

ta enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Os piratas da medicina”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição do dia 9 de agosto de 2009.

A matéria relata uma série de acontecimentos envolvendo a falsificação de medicamentos e de instrumentos médicos e cirúrgicos. Revela ainda que “medicamentos piratas são produzidos em fábricas distantes, mas entram no Brasil sem dificuldades”.

Diz ainda o jornal que “a falsificação de medicamentos e de produtos médicos no país transformou-se em problema de saúde pública, com status de crime organizado e cada vez mais infiltrada nas estruturas do Estado”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Correio Braziliense

OS PIRATAS DA MEDICINA

Alana Rizzo, Thiago Herdy, Maria Clara Prates e Renato Alves

A falsificação de medicamentos e de equipamentos médicos movimentava um comércio clandestino de cifras astronômicas e que mata milhares de pessoas no Brasil todos os anos. De hoje a sexta-feira, o *Correio* e o *Estado de Minas* publicam uma série de reportagens que mostra como se organiza esse crime, cada vez mais próximo do narcotráfico e do esquema de roubo de cargas. A ação desses bandidos causa enorme sofrimento a vítimas como a gaúcha Denise Borges de Medeiros. Depois de se submeter a uma cirurgia para corrigir um problema nas vértebras, ela descobriu que os parafusos colocados em sua coluna cervical estavam tortos e quebrados.

A FALSIFICAÇÃO DA CURA

AS HISTÓRIAS DE QUEM COMPROU MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS PIRATEADOS E ENCONTROU SOFRIMENTO E MORTE

ALANA RIZZO, THIAGO HERDY E MARIA CLARA PRATES

O comprimido azul era a promessa de sobrevida na luta contra uma doença pulmonar grave. A prótese adiará, por muitos anos, o último baile. O pino acabaria com as dores na coluna, martírio de quem passava incontáveis horas em pé, na sala de aula. As seis pílulas brancas de todo dia eram a esperança para vencer o câncer de próstata. Os quatro parafusos no pescoço, solução para retomar aventuras entre trilhas, mares e montanhas. E o contraste de raio-x - tomado para um exame - era só para conferir se a gastrite, adquirida em anos de trabalho com adolescentes ou na rotina exaustiva na manutenção de máquinas, poderia ter melhorado.

As histórias acima são de brasileiros que, no lugar da cura, encontraram a dor e, em muitos casos, a própria morte. O Brasil não produz estatísticas que mostrem o número total de pessoas que perderam a vida ou foram enganadas quando tinham esperança de recuperação. Estima-se que, apenas no Rio Grande do Sul, esse número ultrapasse os 7 mil. Em três casos de adulteração de medicamentos identificados pelas autoridades sanitárias nos outros estados brasileiros, foram quatro dezenas de mortos. E o volume de apreensões das falsificações nos sete primeiros meses deste ano contribuiu para revelar a dimensão do problema: 313 mil quilos de medicamentos foram recolhidos de norte a sul do país, em pequenos e grandes municípios. É um número sete vezes maior do que o registrado em todo o ano passado, quando 45 mil quilos de remédios pirateados acabaram incinerados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A falsificação de medicamentos e de produtos médicos no país transformou-se em problema de saúde pública, com status de crime organizado e cada vez mais infiltrada nas estruturas do Estado. Grupos conseguem, até mesmo, abastecer o Sistema Único de Saúde (SUS) com as drogas e os equipamentos da morte. Ao longo de 68 dias, o Correio/Estado de Minas freqüentou o submundo do crime para mostrar os bastidores da pirataria de remédios e equipamentos. A reportagem - que será publicada em série até a próxima sexta - visitou as fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai para flagrar a facilidade como o comércio clandestino ocorre. Acompanhou a ligação cada vez mais próxima desse mercado com o narcotráfico e os esquemas de roubo de cargas. Investigou como atuam organizações que chegam a se infiltrar entre médicos para levar os produtos a todos os cantos do país. E foi atrás das prefeituras que compraram medicamentos falsos nos pregões eletrônicos e dos relatos das cirurgias em que foram usados equipamentos de péssima qualidade e sem registro, pagos com dinheiro público.

Criminosos

Mesmo diante desse quadro aterrador, em 18 meses, apenas 104 pessoas foram presas acusadas de envolvimento com os crimes e 80 pontos de venda foram interditados. E mais de seis anos depois dos episódios de falsificação de remédios mais chocantes do país, envolvendo as marcas Androcur e Celobar, a impunidade reinou. O Correio/Estado de Minas apurou que os criminosos não foram devidamente responsabilizados e, em alguns casos, levam uma vida de luxo. Às famílias dos doentes iludidos com a compra dos remédios falsificados, restou apenas a saudade dos que partiram para sempre.

A própria Anvisa admite que "enxuga gelo" com as ações de repressão. A situação não é diferente em relação à Receita, que não consegue interceptar mais de 5% de todo o contrabando que passa pela Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), na fronteira com o Paraguai, principal responsável pelo abastecimento do mercado de piratas no Brasil. Trata-se de um problema que envolve pelo menos 20% dos medicamentos que circulam pelo mundo, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Parque Industrial de Taiwan, instalado no município de Minga Guazú, a apenas 20km de Ciudad del Leste, é apontado pela Anvisa como um dos locais onde são montados equipamentos médicos, como aparelhos de pressão. O letreiro na entrada informa que se trata de uma empresa alimentícia, mas no local, um terreno com 500 metros de frente e um quilômetro de extensão, só existem galpões, sem chaminés, necessárias à indústria de alimentos.

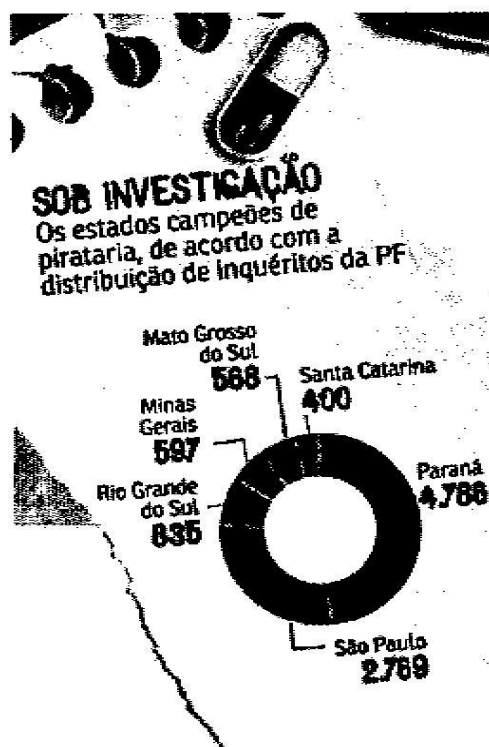
O CAMINHO DOS REMÉDIOS FATAIS

**MEDICAMENTOS PIRATAS SÃO PRODUZIDOS EM FÁBRICAS
DISTANTES, MAS ENTRAM NO BRASIL SEM DIFICULDADES**

• Alana Rizzo
Thiago Herdy
Maria Clara Prates
Renato Alves

Até chegar às mãos do consumidor brasileiro, remédios e equipamentos falsificados percorrem longo caminho, que começa do outro lado do globo. A fabricação é realizada em países onde a fiscalização é nula, nas regiões do Sudeste Asiático e Leste Europeu, República Popular da China, Índia, Afeganistão e Paquistão. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), naqueles países os produtores recebem encomendas e as despacham para mercados consumidores. O perfeccionismo é tanto que próteses e medicamentos falsificados já seguem com embalagens adequadas ao idioma do destino.

Criada há pouco mais de dois anos, a Assessoria de Segurança Institucional da agência garante que, até então, não havia sido encontrada no território brasileiro estrutura mais sofisticada para a montagem de equipamento médico ou adulteração de remédios em larga escala. Mas há sinais de que a origem da pirataria não está mais tão distante. A Anvisa recebeu a informação de que um navio de bandeira chinesa, localizado a 200 milhas da costa brasileira, produz materiais como seringas e agulhas descartáveis sem controle.



A fábrica flutuante funciona 24 horas por dia e aproveita a mão de obra barata para inundar o mercado brasileiro com produtos falsificados. Para evitar rastreamento e repressão, os criminosos movimentam a embarcação de tempos em tempos. E a Anvisa não pode fazer nada.

As organizações criminosas especializadas na pirataria da saúde usam as mesmas rotas desbravadas por outros grupos que trazem para o Brasil armas, drogas e produtos eletrônicos. Os produtos chegam pelos portos legais e ilegais, para depois serem levados às fronteiras, quase sempre sem condições adequadas de fiscalização. A rota inclui tanto as mais movimentadas, exemplo de Paraguai e Uruguai, como as mais remotas, caso da Bolívia.

Estado mais populoso e mais desenvolvido do país, São Paulo é líder na preferência dos grupos criminosos na hora de despejar os produtos em território brasileiro. Centenas de atravessadores cruzam a Ponte da Amizade, que separa Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ciudad del Este, no Paraguai, para buscar mercadorias que abastecerão o estado considerado polo distribuidor dos remédios e equipamentos da morte. A tarefa não é difícil. Cerca de 80 mil carros e motos realizam a travessia diariamente.

Pela fronteira com o Uruguai, criminosos abastecem Rio Grande do Sul e Paraná. Na esquecida fronteira com a Bolívia, uma nova rota se estabelece por Cáceres, no Mato Grosso, a partir de San Mathias, cidade do país vizinho. Nos dois casos, produtos são despejados também em outros estados ao longo do caminho até São Paulo. É de lá que atravessadores, distribuidores de fachada e farmácias criminosas se encarregam de repassar produtos a outras empresas, principalmente de Minas e do Rio. O mapa das apreensões da Anvisa mostra que, depois disso, os produtos chegam rapidamente aos consumidores. Apenas nos últimos 18 meses, a agência foi solicitada a agir em 73 municípios de Norte a Sul do país.

200 milhas

é a distância que um navio de bandeira chinesa — que produz medicamento pirateado — estaria da costa brasileira. A fábrica flutuante abasteceria o território nacional a partir de contatos com distribuidores nacionais

313 TONELADAS

de medicamentos foram apreendidos em 2009

US\$ 360 BILHÕES

é o quanto movimenta o tráfico de drogas

US\$ 520 BILHÕES

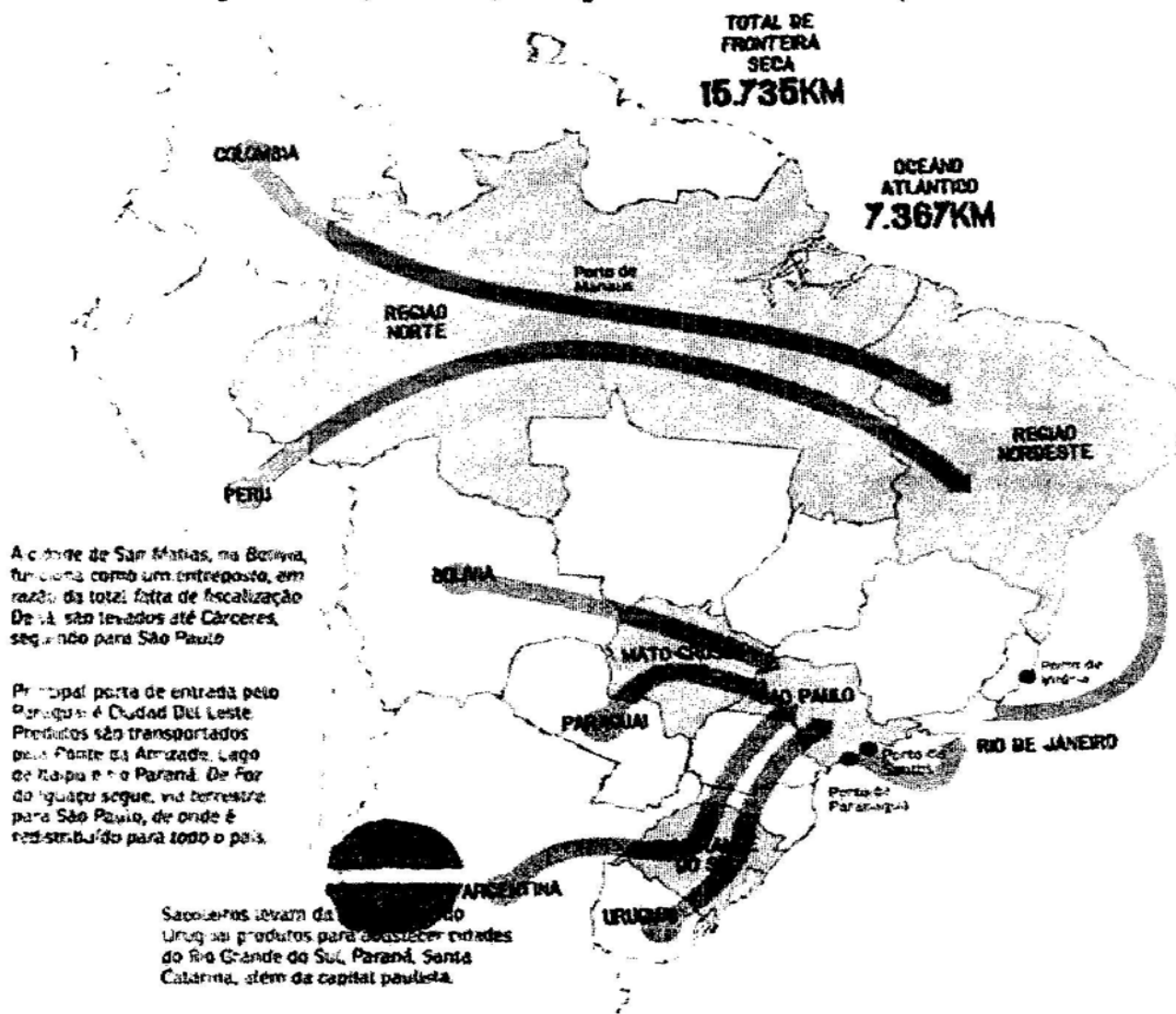
é o quanto movimenta a pirataria

20%

dos medicamentos que circulam no mundo são falsos

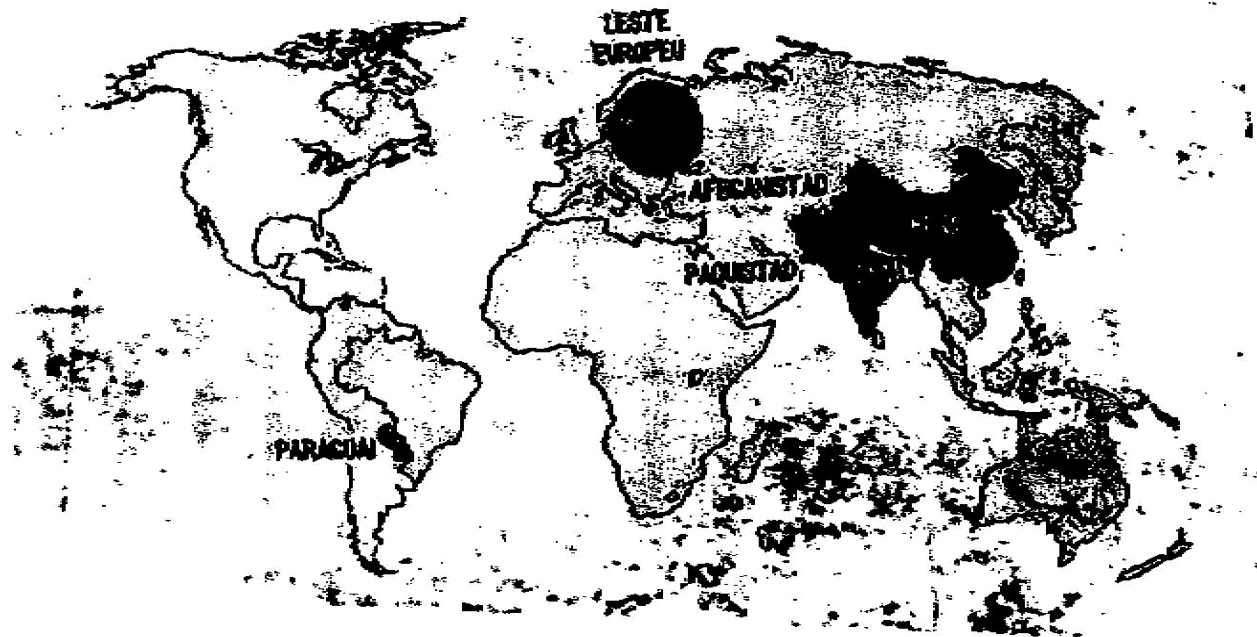
AS ROTAS DE ENTRADA

Os dois países - Colômbia e Peru - funcionam como importantes receptores do material falsificado. De lá, na maioria das vezes, os produtos seguem para o Norte e abastecem ainda o mercado negro das cidades do Nordeste. Na Colômbia, a polícia desmontou uma fábrica que produzia aproximadamente 5 mil comprimidos por dia. Parte da carga - Postan, Voltarein, Novalgina - era encomendada pelo Brasil



QUEM PRODUZ

Os medicamentos e equipamentos médicos são produzidos sob encomenda de distribuidores e comerciantes brasileiros e chegam ao país em caixas "personalizadas", ou seja, com dizeres em português. A Anvisa diz que nunca foram encontradas fábricas em território nacional. No caso do Pramil, (versão do Viagra paraguaio), este é produzida em fabriquetas de fundo de quintais nas proximidades de Ciudad Del Leste, no Paraguai.



BASTIDOR

Quatro equipes de reportagem do Correio/Estado de Minas percorreram 88 mil quilômetros de avião e outros 4,7 mil quilômetros de carro para investigar a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em quatro países — Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai. A fim de contar essa história, os repórteres estiveram em Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo.



OS EMPRESÁRIOS DA ILUSÃO DOS DOENTES

INTEGRANTES DO ESQUEMA DE FABRICAÇÃO E VENDA DE PRÓTESES ORTOPÉDICAS ATUAM IMPUNES HÁ 10 ANOS NO PAÍS

Porto Alegre (RS) - O rastro de dor deixado pelas próteses de mentira não tem fim. Nem mesmo os processos movidos pelas vítimas e as denúncias do Ministério Público Estadual (MPE-RS) foram capazes de parar um negócio, que começou há quase 10 anos. O empresário Alberto Fernandes Silva e os três filhos — Diego, Douglas e Deives — continuam fabricando e vendendo próteses ortopédicas. Em 2006, eles foram acusados junto com o médico Ernani Abreu Vianna de cometer crimes contra a saúde pública, fabricando e vendendo produtos sem registro. No mesmo período, três novas empresas ligadas à família, a Bioteck, a RDC e a Brasilmed começaram a funcionar. E já estão sob investigação. Todas funcionam em um mesmo terreno em Porto Alegre. A última foi vendida para dois empresários de Brasília.

As novas empresas, dessa vez, não contam, pelo menos oficialmente, com a participação do médico Ernani. No portão, apenas a placa da Bioteck. A RDC foi fundada em novembro de 2006, logo após as denúncias, mas não tem autorização de funcionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa.

A Brasilmed, agora Fusão Sul Soluções para Medicina, foi fundada em 2005. A autorização prevê armazenamento, distribuição, importação e transporte de produtos médicos. Agora está nas mãos dos empresários Carlos Augusto Montandon Borges e Vittorio Alberto Beltran Gomes. Os irmãos são donos ainda da VC Medical Material Hospitalar, na Asa Norte, em Brasília, que comprava material das antigas empresas da família. A VC Medical também não tem registro de autorização. Os dois irmãos têm outras cinco empresas em São Paulo, Rio, Goiânia e na capital federal.

Além dessas empresas, Alberto estaria por trás da GI Metalúrgica e Usinagem Ltda. A empresa está em nome de laranjas e produz instrumentos para a Bioteck.

É para burlar as regras da Anvisa e dos setores de compras dos hospitais que Alberto trabalha com mais de uma empresa. Foi a forma encontrada para oferecer concorrência na hora da escolha do produto para médicos, hospitais e até mesmo o poder público, que pagou algumas das cirurgias com verba do Sistema Único de Saúde.

Antigas empresas como a Equimed (EBS), Techymed e Titanium foram abandonadas depois das denúncias de crime contra a saúde. Os empresários acabaram, em 2006, acusados de fabricar e vender próteses sem controle de qualidade. O titânio medicinal era mesclado ao industrial. Restos de sucata e metais compunham o produto, que foi vendido para hospitais. O grupo também clonava produtos originais e conseguia atingir uma margem de lucro alta, chegando a mais de 1000%. Mas o resultado era o aumento das dores nos pacientes, o que levava a uma nova cirurgia, e a metalose, que é a reação causada no organismo pelas partículas de titânio liberadas pela prótese. O processo inflamatório pode provocar o desprendimento do implante do osso. A estimativa é que, só no Rio Grande do Sul, 7 mil pessoas foram lesadas. O número deve ser ainda maior, já que as empresas eram líderes de mercado e vendiam para o Brasil todo.

PARAFUSOS QUEBRADOS NA COLUNA

Denise Borges de Medeiros, 46 anos, Porto Alegre (RS)

“Namastê.” Com as palmas das mãos coladas e os dedos apontando para o alto, na altura do peito, o cumprimento é uma saudação a Deus, segundo a cultura indiana. Os cabelos longos e encaracolados escondem um pouco o rosto e as olheiras de quem dormiu mal. Podia ser efeito dos remédios, da tensão, ou um pouco dos dois. Pela primeira vez estava disposta a falar publicamente sobre o assunto. “Nem todo mundo sabe.”

Os hábitos zens ajudam a lidar com o mal que se esconde dentro do corpo. Uma cirurgia na coluna para corrigir um problema nas vértebras transformou-se em pesadelo no dia em que começou a sentir fortes dores de cabeça. Os médicos lhe informaram: os parafusos colocados anteriormente estavam quebrados e tortos. Havia indícios de que tinham sido produzidos a partir de restos de material industrial. O custo de cada um, R\$ 16 mil, não batia com a notícia. Entrou com um processo na Justiça estadual.

Passaram-se quatro anos e Denise ainda aguarda a nomeação de um perito. “Procurei o melhor médico, o melhor hospital. Nunca imaginei que isso poderia acontecer.” As mudanças na rotina resultaram em isolamento. Dirigir virou sofrimento. Agora, o ato de assumir o volante é precedido por períodos de descanso na horizontal, para poupar a coluna.

“Não consigo acompanhar o ritmo de uma pessoa normal. Não posso dançar, colocar um salto alto, ficar sentada muito tempo.” Os remédios a fazem adormecer antes da madrugada, por isso acorda cedo no dia seguinte. Mas não tem muito o que fazer. Escolheu o computador como principal arma de comunicação com o mundo e, na frente da tela, passa horas mergulhada no mundo médico. Está sempre atrás de soluções para viver em paz.

Em uma das pesquisas, conheceu um cirurgião alemão, que se disse disposto a operá-la. “Ninguém no Brasil quer fazer. Sei que há um risco. Mas também tem outro, ainda maior, se eu ficar com os parafusos.” O custo da intervenção é alto: R\$ 150 mil. A expectativa é conseguir na Justiça o valor. A aposentadoria do INSS de pouco mais de R\$ 1 mil é insuficiente até mesmo para manter o filho mais novo, de 13 anos.

Nesse isolamento, precisou encontrar outro tipo de força. Não aquela que já tinha feito escalar picos, desvendar geleiras, pilotar barcos e aviões. “Tudo tem solução. Eu sigo em busca da minha”, diz ela, que encontrou refúgio em uma pequena casa, na serra gaúcha, para meditar e rezar. Com ela, duas gatas e um pit bull. “O valor do tempo mudou, não posso mais ter pressa. Vejo a vida passar com paciência e cada dia se torna mais valioso.”

A casa antiga, de Porto Alegre, está à venda. Guarda histórias e lembranças de outra vida, materializadas em quadros trazidos da Espanha, pratos da Austrália e da Nova Zelândia, uma imagem de Tumo, o deus da medicina, que veio na bagagem de uma viagem ao Peru. “Ainda quero voltar a Machu Picchu e fazer a trilha inca”, diz. Sobre a mesa e nas paredes, os budas de cerâmica, feitos por ela mesma, são imagens da viagem que ainda não fez. Ver a Índia e a Cordilheira do Himalaia é um sonho que Denise ainda não sabe se conseguirá realizar. (AR)

A CLANDESTINIDADE AS VISTAS DO PODER

CHEFES DA QUADRILHA DE PIRATAS NA ÁREA DA SAÚDE SÃO FREQUENTADORES DA ALTA SOCIEDADE GAÚCHA

ALANA RIZZO

MARIA CLARA PRATES

Duas linhas de produção. Uma era regular e tinha autorização de funcionamento. A outra atuava na clandestinidade. A estratégia, usada no passado, ajudava a mascarar os negócios da família e garantir a distância dos fiscais da vigilância sanitária. A suspeita é que o mesmo esteja acontecendo novamente.

A Equimed só obteve autorização para funcionamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em dezembro de 2000, enquanto a Titanium e a Techymed conseguiram em 2005. Antes disso, eram clandestinas, apesar de comercializarem centenas de produtos para hospitais de todo o país. “A intenção não poderia ser outra: obtenção do lucro fácil à custa de pacientes desinformados e desprotegidos, alheios ao processo de compra e venda de produtos de saúde que neles seriam implantados”, aponta denúncia do Ministério Público Estadual. A Titanium e a Techymed funcionavam como distribuidoras, para que o grupo pudesse comercializar os produtos sem registro e produzidos pela Equimed.

Os empresários queriam afastar a possibilidade de a principal empresa ser interdita ou punida. O raciocínio foi o mesmo na hora em que Alberto Fernandes Silva destacou laranjas - a mulher e o cunhado - no quadro social das duas empresas sem registro.

Alberto é considerado por pessoas próximas um homem esperto e com uma lábia capaz de convencer qualquer pessoa “a comprar uma geladeira no Polo Norte.” Começou como propagandista de remédios e prosperou rápido. Em menos de uma década, se transformou em um poderoso e milionário empresário. Ostenta alguns luxos, como carros e barcos. Os três filhos, que desde o início acompanharam os negócios do pai na área médica, alegaram que não participavam das decisões da empresa. Deives, Douglas e Diego tinham a tarefa de gerenciar legal e comercialmente as empresas.

Entretanto, o esquema não prosperaria sem a conivência de médicos: 134 profissionais foram denunciados no Rio Grande do Sul. Alberto sabia como agradá-los. Fazia churrascos, pagava viagens, entre outros mimos. Na lista de empresas da família, consta também uma agência de turismo.

O elo entre os negócios e o mundo dos hospitais coube ao médico Ernani Abreu Vianna. Sócio da Equimed e da Titanium, ele ajudou a incluir os produtos das empresas na lista de compras dos principais hospitais do estado e era responsável pelo “lobby” com os colegas. Ressaltava a qualidade e a eficiência das próteses, além dos lucros que poderiam ser obtidos.

Frequentador das altas rodas da sociedade gaúcha, o médico mora em apartamento de luxo no bairro Moinho de Ventos. Hoje tem em seu nome a Abreu e Simões Médicos Associados e a Físioforma Clínica Fisioterápica. A mulher dele figura como dona desta última, além da Andraz Serviços e Alimentação e a Empório Carlos Gomes Serviços e Alimentação.

Metalose

A estratégia desenvolvida pelo grupo de Alberto de criar duas linhas de produção em muito se assemelha à investigada pela Polícia Federal na Operação Metalose, em julho de 2007, voltada para identificar fraudes na produção de próteses ortopédicas. Cinco pessoas acabaram presas sob a acusação de envolvimento no esquema. Foram cumpridos na época mandados de busca e apreensão em 12 cidades de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Maranhão.

A repercussão do caso teve como consequência a decretação de segredo de Justiça. Advogados de grandes empresários, entre eles Ruy Salvari Baumer, com assento na poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), requereram a medida e foram atendidos pelo Judiciário. Devido à extensão da rede de envolvidos com a fraude da prótese, a PF adotou também um procedimento que tornou mais difícil o acompanhamento do escândalo.

As investigações, antes concentradas em Marília (SP), com o delegado José Navas Jr., foram fracionadas. Ou seja, ficou a cargo das superintendências estaduais da PF a conclusão dos inquéritos referentes aos suspeitos que moravam fora de São Paulo. Além disso, em alguns casos, o Judiciário entendeu também que a competência era da Justiça estadual e os casos foram repassados às promotorias locais. Uma dispersão que praticamente inviabiliza o acompanhamento dos processos desencadeados a partir da Metalose, e que também beneficia os suspeitos, em razão da burocracia na remessa dos autos.

Defesa

Em resposta, por e-mail, ao Correio, Diego Schmitz informou que as empresas EBS (antiga Equimed), Titanium e Equimed ingressaram com uma ação judicial. A sentença ainda não foi dada. A nota diz ainda que a matéria-prima utilizada era compatível com uso humano e importada dos EUA e que a fábrica possuía registros de vários itens. As ações das vítimas estão sendo contestadas caso a caso, na medida, segundo a nota, em que fatores deixaram de ser considerados.

O Correio deixou recados no consultório do médico Ernani Abreu, que não retornou as ligações. A empresa VC Medical não foi localizada no endereço que constava na Asa Norte e nenhum dos dois empresários de Brasília foi localizado para comentar a relação com as empresas denunciadas pelo MPE.

O ÚLTIMO BAILE FOI O DA SAUDADE

Jaime Cardoso, 72 anos, Torres (RS)

Festa de São João, 24 de junho de “Me falha a memória. Não me faz lembrar. Faz tempo, muito tempo”. Naquele dia, as barraquinhas estavam montadas na avenida paralela à Igreja Santa Luzia. O frio, muito mais intenso naquela época do ano, desaparecia em meio aos passos marcados do típico vanerão e outros ritmos gaúchos. O copo cheio de quentão também ajudava. Olhou-a como quem já sabia que ela gostava de dançar. Combinou um xote com o primo, tocador de gaita da banda. “Se (sic) mandamos para o asfalto.” O par não mais se desfez. “Foram 10 anos. Não foram 10 dias.” Se havia um baile na cidade, os dois estavam lá. “Foi lindo”, lembra Jaime.

Alvina Teixeira Clezar sempre foi uma mulher adorável, que gostava de servir e ajudar. Começou no ofício de preparar e servir merenda em uma escola da cidade. Em pouco tempo, ocupou as salas de aula. “A gurizada era fã dela.” Devota de Nossa Senhora Aparecida, não passava um domingo sem visitar a gruta da Santinha, na beira da praia. Assim como os bailes, as procissões tornaram-se um sacrifício por conta de uma dorzinha na coluna, que teimava em não passar.

Procuraram um médico em Porto Alegre. Dr. Ernani Abreu, um profissional com referências. Era especialista em coluna e trabalhava em um dos melhores hospitais da cidade, o Ernesto Dornelles. Abreu indicou um colega, Dr. Walter Schumacher, para operar Alvina em outubro de 2000. Implantariam oito parafusos na sua coluna e o corpo estaria novamente preparado para bailar um tango. Quarenta dias depois da primeira cirurgia, Alvina não conseguia mais caminhar. Tentaram mais duas operações, que de nada adiantaram. “A coitadinha sofreu demais.” Jaime passou a dormir no chão para estar ao lado da mulher e não movimentar a cama durante a noite. “Queria que ficasse boa, que vivesse.” O sacrifício durou dois anos. Os invernos pareceram mais rigorosos naquela época.

A dor era tão grande que ela, mulher que só desejava o bem, chegava a pedir que o Dr. Ernani sentisse o que sentia, para entender seu sofrimento. “Ele errou. Colocaram parafusos nela, mas desses iguais aos de furadeira.” Ficou comprovado por perícia que nenhum dos parafusos implantados em Alvina seguia as normas técnicas — todos tinham procedência ignorada. Jaime acompanhou o sofrimento da mulher por seis anos. No fim, já sabia que não haveria um último baile. Alvina morreu em casa. Em um dia difícil, quando não conseguia nem mesmo respirar. “É pensar que tudo começou com uma dorzinha.”

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na Administração Pública, a adoção de modelos de gestão modernos e eficientes, nos quais são aplicados conceitos empresariais, infelizmente é a exceção, não a regra. Não é à toa que a última edição da revista Exame dedica uma reportagem de 8 páginas ao que chama de “banda boa” do setor público, na qual mostra que parte do Estado brasileiro tomou a vanguarda na busca da eficiência, mantendo as contas em dia, controlando despesas, estabelecendo metas e planejando investimentos.

Os Estados que a reportagem toma como modelo são três, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe. Mas, de acordo com especialistas ouvidos por seus autores, o que eles fizeram foi seguir o exemplo de outros três, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Na empreitada de renovação do setor público, o território capixaba merece destaque, por ter sido o primeiro a atualizar seu modelo de gestão.

A reportagem lembra que, ao tomar posse, em 2003, o governador Paulo Hartung encontrou 1 bilhão e 200 milhões de reais em dívidas vencidas, valor em que estavam incluídas 3 folhas de pagamento em atraso. Saneadas as finanças, o governo estadual partiu para a confecção de uma agenda de longo prazo, com metas que se estendem até 2025. São 26 projetos, cada qual com um gerente, acompanhados por um escritório governamental de gestão.

Um desses projetos, o Águas Limpas, em pleno desenvolvimento, fez subir a proporção de esgoto tratado na capital, Vitória, de 35 para 58 por cento, e de 20 para 36 por cento em todo o Estado. Surgiram 18 novas estações de tratamento, e mais 15 devem ser ampliadas ou construídas. Em 2011, Vitória será a primeira capital do Brasil com 100 por cento do esgoto tratado, e o Espírito Santo chegará a um percentual de 60 por cento, o dobro da média brasileira, que é de 30 por cento.

Desde a época em que acumulava mais de 1 bilhão em dívidas, o caixa estadual mudou de perfil. Os investimentos em 2008 somaram 788 milhões de reais, e em dezembro havia 350 milhões em caixa. Este ano, apesar da crise econômica mundial, que provocou uma queda de arrecadação generalizada, os investimentos do Estado devem chegar a 1 bilhão de reais. As despesas com pessoal sobre a receita líquida não financeira, que representavam 56 por cento do total em 2003, caíram para 46 por cento em 2008. O total de investimentos sobre receita líquida não financeira, que era de 2,8 por cento do total em 2003, subiu para 9 por cento em 2008.

Este é o retrato parcial das práticas de boa gestão pública adotadas no Espírito Santo, e que foram seguidas por outras unidades da federação. Elas comprovam a viabilidade do emprego de conceitos até pouco tempo tidos como exclusivos do meio empresarial, para viabilizar transformações concretas. Trata-se de fazer da máquina do Estado um mecanismo eficaz, em que planos são baseados no atendimento a necessidades reais, com alocação racional de recursos, e metas, uma vez estabelecidas, são sistematicamente cobradas dos responsáveis por sua execução.

Todo governante que pretenda implementar um planejamento estratégico capaz de sair do papel deve estar atento a um aspecto fundamental: na maioria dos casos, o Estado não é bom gestor de recursos. Costuma desperdiçá-los, quase sempre por falta de planejamento adequado, pela ausência de dispositivos de fiscalização ou mesmo por simples negligência. Assim, é essencial, como tarefa prévia, um diagnóstico que identifique as fendas por onde escoo o dinheiro público.

Este é um ponto em comum na atuação dos governos estaduais que conseguiram êxito em sua reorganização financeira. Eles partiram em busca também dos chamados “gargalos de ineficiência”, rotinas que, estimuladas pelo gigantismo da máquina, prosseguem indefinidamente, consumindo dinheiro muito além do necessário.

O capítulo posterior da boa gestão consiste no que o inglês Michael Barber chama de “estruturação de uma lógica de trabalho”, concentrada em prioridades predefinidas e com metas objetivas, que incluem cronogramas – para serem cumpridos, não como mera formalidade. E de nada adiantarão tais providências se não forem acompanhadas de monitoramento constante da realização das metas, com rigorosa obediência ao seu planejamento e aos prazos de execução.

Tudo isso em pouco difere das regras que são aplicadas sistematicamente na área empresarial. Empresas que se descuidam do orçamento, que não estabelecem metas, que não planejam investimentos – estas estão todas destinadas ao fracasso. Ocorre o mesmo com a gestão pública. É possível, como ocorre no setor privado, ignorar ou fazer mau uso das ferramentas de gestão num Estado. O destino final é idêntico para ambos, ou seja, a estagnação ou a ruína.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a sessão de hoje, 31 de agosto de 2009, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 13, DE 2009***(Proveniente da Medida Provisória nº 462, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2009, que *dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, e 11.945, de 4 de junho de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 462, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 26-8-09)

Relator revisor: Senador Romero Jucá

(Sobrestando a pauta a partir de: 29-6-09)

Prazo final prorrogado: 27-9-09

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).*

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da*

União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azevedo.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

11

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização).*

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2006 (nº 1.477/2007, naquela Casa), de autoria do Senador Gerson Camata, que *inclui dispositivo na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao con-*

sumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.

Parecer favorável, sob nº 692, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.*

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.*

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).*

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro)*.

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil*.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda, favo-

rável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino*.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades*.

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa)*.

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Neuto de Conto.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Shessarenko; e
– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Silhessarenko, favo-

rável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social*.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal*.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 199 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor)*.

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei*

nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2008 (nº 320/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 23-CN e 1.379, de 2009, respectivamente, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Relator: Deputado José Paulo Tóffano; e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009 (nº 400/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006*.

Parecer favorável, sob nº 1.380, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 487, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2009 (nº 497/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.381, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

40

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 493, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009 (nº 667/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de março de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.382, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 494, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009 (nº 791/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.383, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 505, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2009 (nº 799/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.384, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 507, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009 (nº 856/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Resoluções MSC.180(79), MSC.203(81), MSC.209(81), STCW.6/Circ.3, STCW.6/Circ.4, STCW.6/Circ.5, STCW.6/Circ.6, STCW.6/Circ.7, STCW.6/Circ.8, STCW.6/Circ.9, STCW.6/Circ.10, adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978).*

Parecer favorável, sob nº 1.385, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Renato Casagrande.

44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 509, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009 (nº 1.352/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.386, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “*ad hoc*”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do

Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º

pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.*

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.230, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Jose Nery), que *altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o inciso I do art. 6º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para atribuir legitimidade às pessoas jurídicas sem fins lucrativos para ajuizarem ações nos juizados especiais cíveis.*

53

REQUERIMENTO Nº 1.055, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.055, de 2009, da Senadora Kátia

Abreu, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera a CLT para dispor sobre a Contribuição Assistencial).*

54

REQUERIMENTO Nº 1.062, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.062, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 264, de 2006, e 132, de 2009, por regularem a mesma matéria (enquadra o esbulho possessório com fins políticos no rol de crimes hediondos).*

55

REQUERIMENTO Nº 1.063, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.063, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (gratuidade na apresentação da Declaração Anual de Isento).*

56

REQUERIMENTO Nº 1.065, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.065, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando Voto de Censura ao Governo da Venezuela.*

57

REQUERIMENTO Nº 1.067, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.067, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2007, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 443 e 568, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (isenta da contribuição para o PIS, Pasep e Cofins as células fotovoltaicas).*

58

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.068, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (estende a CID sobre a importação e a comercialização de bebidas alcoólicas).*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 34 minutos.)



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2009**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/08/2009)**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 31 DE AGOSTO DE 2009)	
Deliberativas Ordinárias	12
Não Deliberativas	9
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	3
Total de sessões realizadas	24

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de agosto de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XI).....	204
I - Projetos aprovados e enviados à sanção.....	9
1 – Por decisão do Plenário.....	1
1.1 – De iniciativa de Deputado	1
2 – Por decisão terminativa de Comissão	8
2.1 – De iniciativa de Senador.....	1
2.2 – De iniciativa de Deputado	4
2.3 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	3
II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	33
1 – Por decisão do Plenário.....	6
1.1 – De iniciativa do Senado Federal.....	2
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	4
2 – Por decisão terminativa de Comissão	27
III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....	101
1 – Concessões de telecomunicações.....	79

2 – Atos Internacionais	21
3 – Projetos de Resolução (outras matérias)	1
IV – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....	2
V – Escolha de Autoridades.....	2
VI – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	3
VII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	12
VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	18
IX – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária	2
X – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009)	6
1 – De tramitação conjunta	4
2 – De desapensamento.....	2
XI – Requerimentos Diversos.....	16
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XII A XIV)	10
XII – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF)	3
XIII – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF)	1
XIV – Por terem sido retiradas pelos autores.....	6
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM AGOSTO (ITENS I A XIV)	214
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	100

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE
2 DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO DE 2009**

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 31 de agosto de 2009)	
Deliberativas Ordinárias	71
Não Deliberativas	55
Deliberativas Extraordinárias	8
Especiais	11
Total de sessões realizadas	145
Reuniões Plenárias	1
Reuniões Plenárias não realizadas	0
Total de sessões não realizadas	1
Reuniões preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XVII)1398

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 15

- 1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão com emendas,
e devolvidas à Câmara dos Deputados 7
- 2 – Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas
à sanção 5
- 3 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 3

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 72

- 1 – Por decisão do Plenário.....49
 - 1.1 – De iniciativa de Senador..... 13
 - 1.2 – De iniciativa de Deputado 27
 - 1.3 – De iniciativa do Presidente da República 4
 - 1.4 – De iniciativa do Procurador-Geral da República 1
 - 1.5 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho 2
 - 1.6 – De iniciativa de Comissão Parlamentar
de Inquérito..... 2
- 2 – Por decisão terminativa de Comissão23
 - 2.1 – De iniciativa de Senador..... 1
 - 2.2 – De iniciativa de Deputado 5

2.3 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	14
2.4 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União.....	2
2.5 – De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça.....	1
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	165
1 – Por decisão do Plenário	27
1.1 – De iniciativa do Senado Federal	9
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados	15
1.3 – De iniciativa do Presidente da República	2
1.4 – De iniciativa de Comissão Mista	1
2 – Em decisão terminativa de Comissão	138
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	578
1 – Concessões de telecomunicações.....	500
2 – Atos Internacionais	56
3 – Operações de crédito.....	18
4 – Projetos de Resolução (outras matérias).....	4
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	32
VI – Escolha de Autoridades	36
VII – Parecer sobre Recurso aprovado pelo Plenário.....	1
VIII – Requerimentos de Homenagem de Pesar	24
IX – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	106
X – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	48
XI – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	125
XII – Requerimento de Informação indeferido pela Mesa.....	1
XIII – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF).....	2
XIV – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária	4

XV – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária.....	6
XVI – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009).....	44
1 – De tramitação conjunta	24
2 – De desapensamento.....	20
XVII – Requerimentos Diversos	139
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVIII A XXVI)	114
XVIII – Por terem alcançado objetivo	2
XIX – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF).....	38
XX – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF).....	17
XXI – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF)	6
XXII – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental (art. 244 do RISF).....	2
XXIII – Por terem sido rejeitadas em Plenário.....	4
XXIV – Por terem sido declaradas prejudicadas	12
XXV – Por terem sido retiradas pelos autores	31
XXVI – Recursos arquivados (por terem recebido parecer contrário de comissão)	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXVI)	1512
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	573
Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	3
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	2

I - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador	1
De iniciativa de Deputado	5
De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	3
Total	9

I.1 - Aprovadas pelo Plenário

Total	1
-------------	---

Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2008 (nº 3.653/1997, na Casa de origem), de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, que dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.

Sessão: 26.08.2009

I.2 - Aprovadas em decisão terminativa de Comissão

Total	8
-------------	---

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2009 (nº 547/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Lobbe Neto, que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2009 (nº 6.600/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2009 (nº 3.351/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Município de Aracaju-SE), e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2009 (nº 1.191/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Flávio Dino, que institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, alterando a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 07.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999 (nº 3.493/200, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Lúcia Alcântara, que institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009 (nº 5.471/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2009 (nº 2.301/2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Lincoln Portela, que determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2009 (nº 5.516, na Casa de origem), de autoria do Deputado Marco Maia, que inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.08.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	29
De iniciativa da Câmara dos Deputados	4
Total	33

II.1 – Emendas do Senado a Projetos de Lei da Câmara, aprovadas pelo Plenário

Total	4
-------------	---

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002 (nº 25/1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Paulo Rocha, que modifica a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

Sessão: 06.08.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2006 (nº 7.177/2002, na Casa de origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde.

Sessão: 06.08.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2008 (nº 1.691/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, dispondo sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

Sessão: 06.08.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2009 (nº 275/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Ciro Pedrosa, que estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica.

Sessão: 06.08.2009

II.2 – Projetos de Lei do Senado aprovados por comissão, em decisão terminativa

Total	27
-------------	----

Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais "Livro Diário" e "Livro Razão" em meio magnético.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que permite que o trabalhador com mais de sessenta anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda da pessoa física e da contribuição previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2008, de autoria do Senador Renan Calheiros, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari, no Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza a criação de Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2008, de autoria do Senador Valter Pereira, que institui o dia 22 de novembro como o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Tebas, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rio Negro, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que autoriza a criação da Universidade Federal do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, pelo desmembramento do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional da Mulher Negra" e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, campus do Instituto Federal da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2008, de autoria do Senador Marco Antonio Costa, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para fixar em sessenta dias o

prazo para a propositura do processo principal, a partir da efetivação da medida cautelar concedida em procedimento preparatório.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 17.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que cria Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas instituições federais de educação superior.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Humaitá, no Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 21.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para assegurar o direito de visita dos avós aos netos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, que inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.08.2009

II.3 – Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	2
-------------	---

Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a programação monetária relativa ao 2º trimestre de 2009.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a programação monetária relativa ao 3º trimestre de 2009.

Sessão: 25.08.2009

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	100
Total	101

III.1 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	21
-------------	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2008 (nº 348/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009 (nº 2.528/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2009 (nº 2.144/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2009 (nº 661/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2009 (nº 737/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009 (nº 404/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009 (nº 565/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009 (nº 662/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (nº 798/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009 (nº 405/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevideú, em 30 de novembro de 2005.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009 (nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009 (nº 495/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2009 (nº 399/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Estatuto emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na Haia, em 30 de junho de 2005.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2009 (nº 412/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2006.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2009 (nº 564/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Medida I (2003) - Secretariado do Tratado da Antártida, adotado durante a 26ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida (ATCM), realizada em Madri, em 2003.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 495, de 2009 (nº 983/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação no Campo da Agropecuária, assinado em Brasília, em 4 de dezembro de 2007.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2009 (nº 347/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2009 (nº 793/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Sessão: 26.08.2009

III.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total	79
-------------	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1994 (nº 310/1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Cultura do Araguaia LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1999 (nº 672/1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2002 (nº 913/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2008 (nº 633/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão - ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itau de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2008 (nº 639/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2008 (nº 455/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2008 (nº 531/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2009 (nº 889/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2009 (nº 904/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Bem Querere para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2009 (nº 972/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2009 (nº 1.008/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas - ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2009 (nº 1.015/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco - FM - ARLIRB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2009 (nº 1.035/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dourado FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2009 (nº 779/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Morena LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2009 (nº 780/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à E. F. Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2009 (nº 835/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Grupo Frajola de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2009 (nº 847/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafayette Coutinho, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2009 (nº 953/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2009 (nº 1.000/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2009 (nº 1.003/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2009 (nº 1.012/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2009 (nº 1.033/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2009 (nº 1.039/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2009 (nº 1.078/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2009 (nº 873/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2009 (nº 1.032/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2009 (nº 1.059/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2009 (nº 1.060/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2009 (nº 1.064/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2009 (nº 1.065/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2009 (nº 1.151/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2009 (nº 1.186/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Eco FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2009 (nº 1.201/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2009 (nº 1.202/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2009 (nº 1.244/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Clube das Mães São João Batista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2009 (nº 1.261/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2009 (nº 1.296/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Sobral LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2009 (nº 824/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Elo de Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2009 (nº 1.160/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Veneza LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Eusébio, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2009 (nº 1.221/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2009 (nº 1.274/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Milênio LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2009 (nº 1.282/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2009 (nº 1.291/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2009 (nº 598/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Bispo & Fernandes LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2009 (nº 607/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2009 (nº 678/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicações Rocha & Leite LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2009 (nº 1.218/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2009 (nº 1.236/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Poesis - Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2009 (nº 1.161/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicações e Participações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2009 (nº 1.285/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2009 (nº 1.292/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2009 (nº 1.196/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Acccjan - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2009 (nº 1.337/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2009 (nº 266/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá - ACIPA - Emissora Comunitária "Novo Tempo" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará.

Sessão: 12.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2009 (nº 1.286/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Terra FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará.

Sessão: 12.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006 (nº 273/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2009 (nº 939/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2009 (nº 963/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2009 (nº 869/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2009 (nº 876/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2009 (nº 922/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória EMBRATEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2009 (nº 740/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular - ACOPOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2009 (nº 810/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009 (nº 1.181/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2009 (nº 1.204/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2009 (nº 1.272/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2009 (nº 1.314/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2009 (nº 621/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009 (nº 1.259/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2009 (nº 1.275/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2009 (nº 1.299/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2009 (nº 1.320/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio - ABS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2009 (nº 1.341/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2009 (nº 1.369/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2009 (nº 804/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antonio Nezinho de Souza - ACANS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2009 (nº 952/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2009 (nº 1.179/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatu LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009 (nº 1.339/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Milano FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2009 (nº 890/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 19.08.2009

III.3 - Projeto de Resolução aprovado pelo Plenário

Total	1
-------------	---

Projeto de Resolução nº 22, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, que revoga os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, para suprimir a exigência de entrega de declaração por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

Sessão: 27.08.2009

IV – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total	2
-------------	---

Mensagem nº 86, de 2009 (nº 323, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda.

Sessão: 26.08.2009

Mensagem nº 132, de 2009 (nº 581, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Sessão: 26.08.2009

V – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total	2
-------------	---

Parecer nº 584, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 79, de 2009 (nº 304, de 2009, na origem), que submete à apreciação do

Senado Federal a indicação do Senhor Dalvino Troccoli Franca para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA.

Sessão: 26.08.2009

Parecer nº 648, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 85, de 2009 (nº 322, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 26.08.2009

VI – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

Total	3
-------------	---

Requerimento nº 1.210, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio e censura às declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel de Medicina, James Watson, afirmando ao jornal britânico "The Sunday Times" que negros são intelectualmente inferiores aos brancos.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 88, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da independência daquele país.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 656, de 2009, de autoria do Senador João Tenório, solicitando, nos termos regimentais, votos de solidariedade e aplauso ao ilustre escritor peruano Sr. Mario Vargas Llosa, pela defesa intransigente da democracia e repúdio a toda e qualquer manifestação de regime totalitário na América do Sul, promovidos em Caracas no âmbito do fórum "Encontro Internacional Democracia e Liberdade".

Sessão: 25.08.2009

VII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total	12
-------------	----

Requerimento nº 947, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos regimentais, a transformação do horário do expediente do dia 20 de outubro de 2009, em sessão especial de homenagem à Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO, quando se comemorará o cinquentenário daquela federação, que tanto tem feito em prol da saúde e bem estar da mulher brasileira.

Sessão: 05.08.2009

Requerimento nº 781, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 9 de setembro de 2009 em homenagem ao Dia da Amazônia, celebrado em 5 de setembro.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 968, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando, nos termos dos artigos 154, inciso III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial, no próximo dia 10 de setembro, às 10 horas, destinada a homenagear a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, que comemora sessenta anos de sua criação.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 991, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 80, de 2009**, a realização de sessão especial do Senado Federal no próximo dia 17 de novembro de 2009, terça-feira, às 10 horas, em homenagem à memória do Professor Hélio Gracie.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 1.016, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 952, de 2009**, que a Sessão Especial do Senado destinada a homenagear o ex-Governador e ex-Senador Gilberto Mestrinho seja realizada às 10 horas do dia 27 de outubro de 2009.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.025, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 199 do RISF, que seja realizada Sessão Especial do Senado Federal no dia 25 de agosto de 2009, às 10 horas, com o objetivo de comemorar o "Ano da França no Brasil" e a ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural em nosso país.

Sessão: 18.08.2009

(Sessão realizada em 25.08.2009)

Requerimento nº 1.083, de 2009, de autoria do Senador Efraim Morais e outros Senhores Senadores, solicitando, com fundamento nos arts. 154, III e § 5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Democracia, a ser celebrado em 15 de setembro de 2009.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 363, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 1º de setembro de 2009, destinada a comemorar os 44 anos de criação da profissão de Administrador. Aditado pelo **Requerimento nº 1.084, de 2009**, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, solicitando que a homenagem seja prestada no Período do Expediente da sessão do dia 15 de setembro de 2009.

Sessão: 27.08.2009

Requerimento nº 1.061, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 24 de setembro de 2009, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo.

Sessão: 27.08.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA

Total	18
-------------	----

Requerimento nº 598-A, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre os dados constantes do SIAFI e do Relatório do Tesouro Nacional.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 652, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro das Relações Exteriores solicite ao governo venezuelano informações diretas e explicações acerca do possível constrangimento a que teria sido submetido o escritor peruano Mario Vargas Llosa em sua chegada à Venezuela, no aeroporto de Maiquetía, onde ficou retido por cerca de uma hora e meia e foi advertido a não fazer declarações sobre assuntos políticos internos, além de ter sua bagagem minuciosamente revistada.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 654, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente acerca de denúncias de demora de 9 meses na cobrança de multa de 3 milhões de reais contra frigorífico, que teria arrematado em leilão 3.100 bois, apreendidos em agosto de 2008, um mês depois da aplicação da multa pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 668, de 2009, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 40 da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça atinentes à Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 718, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, informações referentes ao Projeto Rondon.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 742, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma regimental, informações ao Ministro da Justiça sobre o possível assassinato do ex-presidente João Goulart e as providências que aquele ministério está tomando para apurar se é verdadeira ou não a reportagem sobre o assunto levado a público na Revista Carta Capital.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 746, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o uso frequente de termos aditivos em contratos elevando os custos de obras e serviços da Petrobras na construção do gasoduto Coari-Manaus.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 756, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro de Estado de Minas e Energia, determine à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS encaminhe ao Senado Federal, cópia das Atas de Reuniões do Conselho Administrativo realizadas no período de 2003 até a presente data da holding do Sistema Petrobras e das empresas integradas do grupo empresarial.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 757, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Minas e Energia que seja determinada à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS o encaminhamento de documentação acerca dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da holding do Sistema Petrobras e das empresas do grupo empresarial, desde 2003.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 775, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro das Relações Exteriores solicite à Organização dos Estados Americanos (OEA) informações sobre a situação democrática da Venezuela e também cópia do relatório emitido por aquele Organismo sobre as eleições venezuelanas.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 789, de 2009, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da distribuição, comercialização e qualidade de combustíveis.

(Aprovado na 10ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 20.08.2009)

Requerimento nº 892, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como, no que couber, com o art. 7º e Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, ao Ministro da Justiça cópia integral do inquérito e demais documentos conexos relativos à "Operação Royalties", a que procedeu a Polícia Federal e que apontou desvios de dinheiro dos royalties do petróleo por intermédio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

(Aprovado na 10ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 20.08.2009)

Requerimento nº 776, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, esclarecimentos ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o anúncio da criação de postos diplomáticos nos seguintes países Antigua e Barbuda, St. Lucia, St. Kitts & Nevis, e Grenadines.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 819, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da abertura da primeira filial da Caixa Econômica Federal no exterior, a ser localizada na Venezuela.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 891, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro da Fazenda cópias de todas as denúncias e processos internos que existam envolvendo a Petrobras e suas subsidiárias em tramitação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 893, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os contratos, aditivos contratuais e convênios entre a Petrobras e seus fornecedores ou prestadores de serviços relativamente às obras do Gasoduto Urucu-Manaus.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 895, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e, no que couber, no art. 7º e Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) para produtoras de vídeo autorizados pelo então funcionário da empresa

Geovane de Moraes, bem como cópia integral do processo de sindicância interna que resultou em sua demissão.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 900, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro da Justiça cópia integral do inquérito e demais documentos conexos relativos à “Operação Castelo de Areia”, a que procedeu a Polícia Federal e que apontou irregularidades na construção da Refinaria do Nordeste (Abreu e Lima), em Pernambuco.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

IX – REQUERIMENTOS DE PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 1.020, de 2009, da Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal, solicitando que os prazos fixados para suas atividades sejam aumentados até o quádruplo, fixando-se novo calendário para apresentação de emendas dos relatórios parciais, do relatório do relator-geral e votação do parecer final.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 1.032, de 2009, de iniciativa da Comissão Temporária Interna para a Reforma do Regimento Interno, solicitando a prorrogação, até 22 de dezembro de 2009, do prazo para seu funcionamento.

Sessão: 19.08.2009

X– REQUERIMENTOS DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total	6
-------------	---

X.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total	4
-------------	---

Requerimento nº 950, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 207, de 2009-Complementar, e nº 238, de 2009-Complementar.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 961, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 987, de 2009, de autoria do Senador Mauro Couto, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2007- Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.011, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 72, 102, 497 e 595, de 2007, e 19 de 2009-Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 18.08.2009

X.2 – Solicitando desapensamento

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 949, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 459, de 2003 e 238, de 2004, a fim de que tenham tramitação autônoma.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 951, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2003, das de nºs 16 e 17, de 2006.

Sessão: 11.08.2009

XI – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total	16
-------------	----

XI.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 926, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004 com o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003, por versarem sobre temas afins.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 962, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 2007, e 34, de 2008, com os de nºs 131 e 304, de 2007, e 64 e 78, de 2008, que se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 11.08.2009

XI.2 – Solicitando desapensamento de matéria

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 932, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 107, de 2006; 25, de 2008; e Projetos de Lei do Senado nºs 1, 117, 153, de 2003; 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006; 65 e 173, de 2007; e 287, de 2008. Solicita, ainda, a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 64, de 2006 e 173, de 2007; e Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239, 342, de 2006; e 287, de 2008.

Sessão: 11.08.2009

XI.3 – Solicitando audiência de Comissão

Total	10
-------------	----

Requerimento nº 911, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2009, seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da constante no despacho inicial.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 924, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 255, II, "C", 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 960, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 984, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2009, seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da Comissão constante no despacho inicial.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 990, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 1.019, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.012, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.030, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2009 (nº 7.565/2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomanno, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.031, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2009 (nº 5.940/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomanno, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.043, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 26.08.2009

XI.4 – Solicitando adiamento de apreciação de matéria

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 1.015, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, solicitando o adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009, para o dia 24 de setembro de 2009.

Sessão: 13.08.2009

XI.5 – Solicitando dispensa de parecer de Comissão

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 925, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do disposto no art. 119, do RISF, dispensa do parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 305, 443 e 568, de 2007, em razão de ter se esgotado o prazo regimental para sua manifestação, passando-se à apreciação da Comissão seguinte, constante do despacho inicial.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 927, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008, em razão de ter se esgotado o prazo regimental para a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos, passando-se à apreciação da Comissão seguinte constante do despacho inicial.

Sessão: 06.08.2009

MATÉRIAS ARQUIVADAS

Total	10
-------------	----

XII - POR TEREM RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 254 DO RISF)

Total	3
-------------	---

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2005, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera o inciso VIII do art. 103 da Constituição Federal (dispõe sobre partido político com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral).

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

(Republicado, tendo em vista ter constado como PEC nº 1, de 2003, na resenha de Julho de 2009)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2004, primeira signatária Senadora Serys Slhessarenko, que dá nova redação ao § 7º do art. 57 da Constituição Federal, com o objetivo de extinguir o pagamento de parcela indenizatória em razão de sessão legislativa extraordinária.

(Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 05.08.2009

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999 (nº 3.493/2000, na Casa de origem), de autoria da Senadora Marisa Serrano, que institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras. (Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008 (nº 5.288/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

(Pareceres das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 19.08.2009

XIII - POR TER RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 101, § 1º DO RISF)

Total	1
-------------	---

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000.

(Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.08.2009

XIV – POR TEREM SIDO RETIRADAS PELOS AUTORES

Total	6
-------------	---

Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre medidas de estímulo à prática de cidadania fiscal e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 946, de 2009)

Sessão: 04.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, que altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para criar a Categoria Atleta de Base.

(Retirado pelo Requerimento nº 948, de 2009)

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 856, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que seja autorizada a emissão de passagens e diárias para viabilizar sua participação na XII Taller Internacional de Gestión Tecnológica e Innovación - GESTEC 2009, a realizar-se na cidade de Havana, Cuba, no período de 20 a 24 de julho de 2009.

(Retirado pelo Requerimento nº 982, de 2009)

Sessão: 10.08.2009

Requerimento nº 857, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que seja autorizada a emissão de passagens e diárias para viabilizar sua participação no evento World Outgames, que será realizado no período de 25 de julho a 02 de agosto de 2009, na cidade de Copenhagen, Dinamarca.

(Retirado pelo Requerimento nº 983, de 2009)

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que denomina "Rodovia Senador José Coelho" o trecho da Rodovia BR - 428, situado entre as cidades de Petrolina e o Trevo do Ibó, no Estado de Pernambuco.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.022, de 2009)

Sessão: 17.08.2009

Requerimento nº 249, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente do dia 8 de setembro de 2009 seja dedicado a celebrar o centenário do Tratado de Limites firmado pelo governo brasileiro com o do Peru.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.092, de 2009)

Sessão: 27.08.2009

XV - REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total	79
-------------	----

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 412, de 2009-M, Senador Romeu Tuma - art. 40, sem ônus para o Senado Federal, participação, como representante do Senado Federal, na cerimônia de abertura da Conferência Internacional de lançamento da “2020 *Climate Leadership Campaign*”, em Belo Horizonte, Minas Gerais - 04.08.2009.

Requerimento nº 413, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 414, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 415, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 05 e 06.08.2009.

Requerimento nº 416, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 417, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 418, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 06.08.2009.

Requerimento nº 419, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 420, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 421, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 422, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 423, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 424, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 425, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 426, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 427, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 428, de 2009-M, Senador Augusto Botelho - art. 43, I - 06.08.2009.

Requerimento nº 429, de 2009-M, Senador Francisco Dornelles - art. 43, I - 04 a 10.08.2009.

Requerimento nº 430, de 2009-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 431, de 2009-M, Senador Eduardo Suplicy - art. 40 - 12.08.2009 - Designação da Presidência do Senado para participar do “Seminário Internacional sobre Governança e Desenvolvimento: Construindo a Agenda País”, a convite do Presidente do Paraguai, do Congresso Nacional e da Sr^a Rossana Polastry, *Country Manager* do Banco Mundial no Paraguai, que ocorrerá na Cidade de Assunção, no Paraguai, sem ônus para o Senado Federal.

Requerimento nº 432, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 433, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 434, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 435, de 2009-M, Senador Paulo Paim - art. 13 - 18 a 20.08.2009.

Requerimento nº 436, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 12.08.2009.

Requerimento nº 437, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 12.08.2009.

Requerimento nº 438, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 439, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 13.08.2009.

Requerimento nº 440, de 2009-M, Senador João Ribeiro - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 441, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 442, de 2009-M, Senador Neuto de Conto - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 443, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 444, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 445, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 12.08.2009.

Requerimento nº 446, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 447, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 448, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner - art. 13 - 19 a 21.08.2009.

Requerimento nº 449, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 19.08.2009.

Requerimento nº 450, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 19.08.2009.

Requerimento nº 451, de 2009-M, Senador Marconi Perillo - art. 40 - 28.08 a 06.09.2009 - Designação da Presidência do Senado para integrar comitiva que visitará a cidade de Modena, na Itália, sem ônus para o Senado Federal.

Requerimento nº 452, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 20.08.2009.

Requerimento nº 453, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 43, II - 20.08.2009.

Requerimento nº 454, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 05 a 10.09.2009.

Requerimento nº 455, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 20.08.2009.

- Requerimento nº 456, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 457, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 458, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 459, de 2009-M, Senador Tasso Jereissati - art. 43, II - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 460, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 461, de 2009-M, Senador Marco Maciel - art. 13 - 19.08.2009.**
- Requerimento nº 462, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 463, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 464, de 2009-M, Senador João Ribeiro - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 465, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 466 de 2009-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 19.08.2009.**
- Requerimento nº 467, de 2009-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 468, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 20.08.2009.**
- Requerimento nº 469, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 27.08.2009.**
- Requerimento nº 470, de 2009-M, Senador Flexa Ribeiro - art. 13 - 27.08.2009.**
- Requerimento nº 471, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 25.08.2009.**
- Requerimento nº 472, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 25.08.2009.**
- Requerimento nº 473, de 2009-M, Senador Francisco Dornelles - art. 43, I - 18 a 24.08.2009.**

Requerimento nº 474, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 13 - 25.08.2009.

Requerimento nº 475, de 2009-M, Senador Romeu Tuma - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 476, de 2009-M, Senador Roberto Cavalcanti - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 477, de 2009-M, Senador Gilvam Borges - art. 13 - 25.08 a 04.09.2009.

Requerimento nº 478, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 43, I - 26.08 a 09.09.2009.

Requerimento nº 479, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 26.08.2009.

Requerimento nº 480, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 43, II - 27.08 a 1º.09.2009.

Requerimento nº 481, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 482, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 483, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 484, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 485, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 486, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 487, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner - art. 13 - 27 e 28.08.2009.

Requerimento nº 488, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 489, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 1041, de 2009 - Senador Jayme Campos - 26.08.2009 a 02.01.2010 - Licença, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 130 (cento e trinta) dias, a partir do dia 26.08.2009.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento 878, de 2009 - Senadora Patrícia Saboya – 17.07 a 15.11.2009 - Licença, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 122 (cento e vinte e dois) dias, a partir do dia 17.07.2009 (com convocação de suplente).

(Republicado, tendo em vista ter constado como licença nos termos do art. 42, I, do Regimento Interno, na resenha de Julho de 2009)

XVI – REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total	21
-------------	----

Requerimento nº 930, de 2009, aditado pelo Requerimento nº 985, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 15 a 19.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 931, de 2009, aditado pelo Requerimento nº 981, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 16 e 17.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 971, de 2009 - Senador Gerson Camata - 13 a 15.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 972, de 2009 - Senador João Pedro - 13 a 15.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 973, de 2009 - Senador Sérgio Zambiasi - 16 a 19.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 975, de 2009 - Senador Renato Casagrande - 10.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 978, de 2009 - Senador Demóstenes Torres - 09 e 10.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 986, de 2009 - Senador Neuto de Conto - 17 e 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 988, de 2009 - Senador Flávio Torres - 13 a 16.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 992, de 2009 - Senador Efraim Moraes - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 997, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 999, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 1.000, de 2009 - Senador Leomar Quintanilha - 13 e 14.08.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, no “*I Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa*”

2014", na Cidade de Manaus, de acordo com o Requerimento nº 14/2009-CDR, aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.010, de 2009 - Senador Eduardo Azeredo - 13 a 15.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.014, de 2009 - Senadora Ideli Salvatti - 13 e 14.08.2009 - Participação, como Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de Audiência Pública Regional desta Comissão com os membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na Cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 1.021, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.040, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 20.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Goiânia, Goiás.

Sessão: 20.08.2009

Requerimento nº 1.048 de 2009 - Senador Cícero Lucena - 25 a 28.08.2009 - Participação, como integrante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, no Congresso Anual promovido pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET, na Cidade de São Paulo.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.051, de 2009 - Senador Demóstenes Torres - 23 e 24.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Vitória, Espírito Santo.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.086, de 2009 - Senador Marconi Perillo - 16 a 19.09.2009 - Representação do Senado Federal em visita oficial à OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Deleopment*, na Cidade de Paris, França.

Sessão: 27.08.2009

Requerimento nº 1.087, de 2009 - Senador Roberto Cavalcanti - 2 a 13.10.2009 - Participação, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA.

Sessão: 27.08.2009

XVII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	74
-------------	----

Requerimento nº 933, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Senador Gilberto Mestrinho.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 935, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao nadador brasileiro César Cielo.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 936, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao judoca amazonense Rafael Barbosa.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 937, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira de Vôlei.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 938, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta paulista Marcelo Giardi.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 939, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta de Maués, “Guigui”.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 940, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jovem cineasta Adriano Teixeira.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 941, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cientista Warwick Estevam Kerr.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 942, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Professora Zeli Cruz Gonçalves.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 943, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplauso aos atletas Cesar Cielo, Felipe França e Poliana Okimoto.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 944, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor aos atletas do Campeonato Mundial de Esportes Aquáticos.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 953, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Pacheco Vasconcelos, ocorrido no dia 1º de agosto de 2009, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 954, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Maria do Carmo Santana Cavalcanti, ocorrido na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 956, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sindicato Nacional do Futebol pelo lançamento do IV Anuário do Futebol Brasileiro, com dados, registros e ilustrações sobre os principais eventos de que participaram os clubes brasileiros de futebol.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 957, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao analista jurídico e político Orpheu Salles pelo lançamento de livro com os textos de seus editoriais publicados pela Revista Justiça e Cidadania, ao longo de 10 anos, todos em defesa das liberdades públicas e da ética.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 958, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso e estímulo ao atleta amazonense Jeferson Almeida, que se tornou campeão mundial de Jiu-Jitsu, peso pena, em São Paulo, em julho de 2009.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 959, de 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Romeu Tuma, solicitando voto de pesar aos amigos e familiares do Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier, o primeiro padre surdo da América Latina e do Brasil, e o segundo do mundo, por seu falecimento, aos oitenta e oito anos de idade, acontecido no dia 16 de julho de 2009, em Juiz de Fora - MG.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 964, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, pelos seus cinquenta e cinco anos de fundação, ocorrido em 27 de julho.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 966, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de pesar à família da Professora e Advogada Luciana Maria Helena Kuster Cherobim, falecida dia 3 de agosto de 2009, na cidade de Morretes/PR.

Sessão: 05.08.2009

Requerimento nº 967, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando a inserção em ata de voto de congratulações pelo 28º aniversário do Colégio Militar de Manaus, criado pelo Decreto-Lei nº 68.996, de 02 de agosto de 1971.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 977, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Ermírio de Moraes, ocorrido dia 5 de agosto de 2009.

Sessão: 07.08.2009

(Apresentado em face do Requerimento nº 976, de 2009, que solicitou a retirada do Requerimento nº 974, de 2009).

Requerimento nº 979, de 2009, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando voto de aplauso e louvor ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção - BEC, do Exército, e encaminhada a manifestação ao Comandante da Corporação, em Roraima.

Sessão: 07.08.2009

Requerimento nº 980, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e empresário João Milanez.

Sessão: 10.08.2009

Requerimento nº 989, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, de "O Globo", agraciado com o Prêmio "Maria Moors Cabot-2009".

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 994, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de pesar e apresentações de condolências à família pelo falecimento, no dia 8 de agosto de 2009, do Sr. Adriano Braga de Melo.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 995, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de congratulações pelo 30º aniversário do Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM, celebrado no dia 10 de agosto de 2009.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 998, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elício Pereira Terto, ex-prefeito de Castelo, ocorrido no dia 10 de agosto de 2009, no Estado do Piauí.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 1.001, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando a inserção em ata do voto de louvor extensivo ao Sr. John Helmes, Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários e Coordenador de Assistência Emergencial da ONU, pelo primeiro Dia Mundial dos Trabalhadores Humanitários, dia 19 de agosto de 2009.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.002, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao radialista Manoel Corrêa, que homologou o recorde de "radialista com o maior tempo em uma emissora".

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.003, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a inserção em ata de voto de Congratulações e Louvor à Fundação Universidade Guarulhos pelos seus 40 anos de existência.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.006, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso aos membros da Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás, Região Catalão, Região Iporá e Região Goiânia.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.007, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Campeão Mundial de Jiu-jitsu Saulo Ribeiro, pelo lançamento do livro Jiu-Jitsu University, editado nos Estados Unidos da América.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.008, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos velejadores Ronald Seifert e Lars Grael, pela conquista da Medalha de Bronze no Mundial Classe Star, em Varberg, Suécia.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.009, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jovem cineasta Mariana Fortes, pela produção de documentário sobre a notável obra do ceramista pernambucano Francisco Brenand.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.013, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de aplauso à Federação Espírita do Paraná (FEP), que em agosto completa 107 anos de existência.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.023, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando a inserção em ata de voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista Abdo Aref Kudri, ocorrido dia 14 de agosto 2009, em Curitiba, Paraná.

Sessão: 17.08.2009

Requerimento nº 1.026, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade à TV "A CRÍTICA", de Manicoré, Amazonas, e ao Grupo Calderaro de Comunicações, de Manaus, pelo atentado a bomba de que foi vítima a retransmissora de televisão localizada naquela cidade do interior amazonense.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.027, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a BLUCREDI - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos de Blumenau - SC pelo reconhecimento adquirido através do Prêmio Cooperativa do Ano 2009, com o "Projeto Excelência - SICOOB - Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil - SC/Blucredi".

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.028, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a ELETROSUL - Centrais Elétricas S/A, por ter conquistado, pela quinta vez seguida, o prêmio de melhor empresa do setor elétrico do Brasil, concedido pela revista Isto é Dinheiro.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.029, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário e ex-Prefeito de Eirunepé, Amazonas, Amaury Feitosa Tomaz, ocorrido no dia 14 de agosto de 2009, em Manaus.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.035, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao 38º Encontro Nacional de Indústria de Cerâmica Vermelha.

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.036, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando voto de aplauso à Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina, pelo dia do Maçom, em 20 de agosto, assim como pela Campanha veiculada pela imprensa sob o título: "Na Maçonaria existem segredos. Porém a única coisa que não guardamos é indignação".

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.037, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor ao Projeto Arena Ring Box, sediado no bairro de São José, periferia de Manaus - AM.

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.038, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa nacional, solicitando voto de louvor para a Escola Superior de Guerra (ESG) referente ao 60º aniversário.

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.045, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor ao jovem pianista brasileiro Sérgio Monteiro.

Sessão: 20.08.2009

Requerimento nº 1.052, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao judoca amazonense Daniel Santos.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.053, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à para-atleta amazonense Valéria Santarém.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.054, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, compositor e poeta Aníbal Beça.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.056, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor à TV Amazonas.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.057, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do poeta, compositor e jornalista Aníbal Beça.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.058, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do poeta, compositor e jornalista Aníbal Beça.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.059, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso à Fundação Padre Antonio Dante Civeiro – FUNACI.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.060, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.064, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.066, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Sr. Ronaldo Custódio, Diretor de Engenharia da Eletrosul.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.069, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à bailarina Marika Gidali.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.070, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao indigenista José Carlos Meirelles, um dos 12 contemplados pela Revista TRIP com o "Prêmio Trip-Transformadores".

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.071, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta Ana Moser.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.072, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao repórter Caco Barcelos.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.073, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor Ladislau Dowbor.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.074, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor Cristóvão Tezza.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.075, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao médico Sérgio Petrilli.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.076, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Anderson Luis Balbino de Souza (Dando).

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.077, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Vanete Almeida.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.078, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. Mauro Bessa.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.079, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à dupla de cantores Joelma e Chimbinha.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.080, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Revista TRIP.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.081, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a João Filgueiras Lima (Lelé).

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.082, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Cláudio Prado.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.090, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor ao Projeto Casa da Virada (Belém do Pará).

Sessão: 27.08.2009

Requerimento nº 1.095, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que seja consignado nos anais do Senado Federal voto de aplauso ao cineasta Vicent Carelli e ao indigenista Marcelo Santos, pelo prêmio de melhor filme concedido ao documentário Corumbiara, no 37º Festival do Cinema de Gramado.

Sessão: 28.08.2009

Requerimento nº 1.096, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olinda dos Santos, mãe da Senadora Serys Slhessarenko.

Sessão: 28.08.2009

Requerimento nº 1.097, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Abdias José dos Santos.

Sessão: 31.08.2009

Requerimento nº 1.098, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amélia de Oliveira Dutra.

Sessão: 31.08.2009

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goias

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
- vago**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
S/PARTIDO - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo final: 31/08/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Deputado Jayme Campos () ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Deputado Jayme Campos () ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (S/PARTIDO) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE
Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador César Borges (PR)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
Senador João Vicente Claudino	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko
RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande
RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana
RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma
RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo
RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira
RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres (1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER FINAL: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tiã Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (62,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (64,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (58,66)	2. Gilvam Borges (PMDB) (53,63)
Gerson Camata (PMDB) (69,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,65)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,65)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,56,61)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,54,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,59)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,65)
VAGO (60)	7. VAGO (60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Moraes (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47,76)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
59. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
65. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,58,62)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,59,65)	7. José Nery (PSOL) (28,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (49,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,48)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,57)	3. Valdir Raupp (PMDB) (51)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (52)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (50)
Mão Santa (PMDB) (53)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40,70)
Efraim Morais (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,67)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,60)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marina Silva (S/PARTIDO) (32,74,81)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,35)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (38)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,37,71)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (31,52)
Expedito Júnior (PR) (30,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,36,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,68)
Almeida Lima (PMDB) (56,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,64)
Gilvam Borges (PMDB) (57,69)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (62,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,69)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,65,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,69)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,59,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,54,66)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,69)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (46)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51,82)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,45)
Alvaro Dias (PSDB) (29,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (24,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (29)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (29)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72)
PTB (7)	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Flávio Torres (11,22,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
38. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (73,74)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Flávio Arns (PT) (32)	1. João Pedro (PT) (1,35)
Augusto Botelho (PT) (32)	2. Ideli Salvatti (PT) (33)
Fátima Cleide (PT) (32)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (32,49,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (34)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (31,67)
Marina Silva (S/PARTIDO) (30,76)	6. João Ribeiro (PR) (31,71)
Expedito Júnior (PR) (37)	7. VAGO (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (63)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (63)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)	4. Neuto De Conto (PMDB) (59)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (56)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,62)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (54,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,52)	1. Gilberto Goellner (DEM) (44)
Marco Maciel (DEM) (47)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,42)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,48)	3. Jayme Campos (DEM) (40,77)
Heráclito Fortes (DEM) (43)	4. Efraim Morais (DEM) (41)
José Agripino (DEM) (13,46)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,39)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,50)
Alvaro Dias (PSDB) (29)	7. VAGO (23,69,75)
Cícero Lucena (PSDB) (27)	8. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Eduardo Azeredo (PSDB) (22,68,73,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (26)
Marisa Serrano (PSDB) (28)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
Romeu Tuma (51)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
50. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (S/PARTIDO) (7,26,43)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (31)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,32)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,34)
Eliseu Resende (DEM) (33)	4. Jayme Campos (DEM) (9,29,44)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (S/PARTIDO) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. João Ribeiro (PR)
João Pedro (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽¹⁹⁾	1. João Pedro (PT) ⁽²²⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁹⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²¹⁾
Paulo Paim (PT) ⁽¹⁹⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,20,30)
Aloizio Mercadante (PT) ^(2,23,48,49)	4. Marina Silva (S/PARTIDO) ^(20,45,50)
José Nery (PSOL) ⁽²⁴⁾	5. Magno Malta (PR) ^(20,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(36,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁴⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁴²⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(39,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽³³⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴¹⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁷⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ^(32,51)
Eliseu Resende (DEM) ^(4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³¹⁾
VAGO ^(8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. VAGO ^(18,47)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

- Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3.5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Flávio Arns (PT) (38,67)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43,74)	2. Marina Silva (S/PARTIDO) (46,83)
João Ribeiro (PR) (45,69)	3. Renato Casagrande (PSB) (42,73)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (39)
Tião Viana (PT) (44,54,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,40,49,66)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,61)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (63)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,71,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (37,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (33)
Eduardo Azeredo (PSDB) (37)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,36,72)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (34)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Flávio Torres (32,59,81,82)	1. Cristovam Buarque (20,31,60)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

**Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br**

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br**

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shlessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (S/PARTIDO) (20,66)
Delcídio Amaral (PT) (16,33,57)	2. Paulo Paim (PT) (23,33,58)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (17)	4. Expedito Júnior (PR) (21)
Fátima Cleide (PT) (25)	5. Eduardo Suplicy (PT) (18)
João Ribeiro (PR) (24)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,50)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) (5,9,44)	4. Valter Pereira (PMDB) (53)
Valdir Raupp (PMDB) (43,60)	5. VAGO (49,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)	6. Almeida Lima (PMDB) (46,59,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (38)
Eliseu Resende (DEM) (35)	2. Efraim Morais (DEM) (37)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Adelmir Santana (DEM) (28)
Jayme Campos (DEM) (29,67)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (42,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,55,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,61)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (30)	1. Gim Argello (30)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
18. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
30. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Shessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (35,45)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (43)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,47)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (48)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38,52)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,33)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽²¹⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
Augusto Botelho (PT) ^(20,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽¹⁹⁾
César Borges (PR) ^(17,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(23,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,34,48)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(45,46)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(35,42)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,47)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(38,43)
Valter Pereira (PMDB) ^(41,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(37,39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,30)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁵⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33,57)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁹⁾
Arthur Virgílio (PSDB) ^(16,53,56)	5. Mário Couto (PSDB) ^(15,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(12,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹³⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹³⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁴⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,24)	1. Sérgio Zambiasi ^(24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Majoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,42)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (23)	1. Fernando Collor (23)
PDT	
Flávio Torres (13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ⁽¹⁾

PDT

Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 07/08/2009

Notas:

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALOIZIO MERCADANTE		ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
Considerações a respeito inauguração do <i>campus</i> da Universidade Federal do ABC, sobre as políticas de investimento na educação aplicadas no Governo Lula e sobre a importância da inclusão digital na escola pública.....	37	Parecer nº 1.398, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.	249
Requerimento nº 1.091, de 2009, o qual requer que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.....	110	ANTONIO CARLOS VALADARES	
Considerações sobre a importância da exploração do Pré-sal para o desenvolvimento do Brasil e reflexão acerca das normas de regulamentação da exploração da camada.....	223	Afirmção de que a regulamentação do Pré-sal concede à União maior participação nos lucros. Aparte ao Senador José Agripino.....	221
Requerimento nº 1.099, de 2009, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2003, de autoria de Sua Excelência, que “torna obrigatório o uso nas escolas públicas de uniforme escolares padronizados e dá outras providências”.	329	ARTHUR VIRGÍLIO	
ALVARO DIAS		Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns.....	44
Relato sobre a participação de Sua Excelência na XXX Expovel, na cidade de Cascavel, oeste do Paraná, com tema relativo ao meio ambiente.....	214	Críticas aos excessivos gastos do Governo Federal.....	52
Preocupação com a não duplicação de uma das mais movimentadas rodovias do Estado do Paraná que liga Cascavel a Foz de Iguaçu, conhecida como “Rodovia da Morte”.	214	Registro da matéria intitulada “A máquina estatal”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 26 de agosto de 2009.	52
Considerações sobre o lançamento do marco regulatório do Pré-sal.	214	Homenagem pelo transcurso do Dia do Soldado, comemorado no dia 25 de agosto.	52
Sugestão de que seja convocado o Advogado-Geral da União, Senhor Dias Tofolli, para que se manifeste acerca de uma solução para os funcionários aposentados do Aerus.....	219	CÉSAR BORGES	
		Parecer nº 1.399, de 2009 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.	252

	Pág.		Pág.
postos diplomáticos em Antigua, Barbuda, St. Lucia, St. Kitts & Nevis e Grenadines.....	261	EDUARDO SUP LIC Y	
Parecer nº 1.403, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 891, de 2009, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda o encaminhamento de cópias de todas as denúncias e processos internos que existam envolvendo a Petrobrás e suas subsidiárias em tramitação na Comissão de Valores Mobiliários.....	266	Lamento pela saída do Senador Flávio Arns do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns.....	43
Parecer nº 1.404, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 893, de 2009, que solicita ser encaminhado pelo Ministro de Minas e Energia, nos estritos termos do prazo constitucional e de suas responsabilidades, a relação de todos os contratos, aditivos contratuais e convênios entre a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) e seus fornecedores ou prestadores de serviços relativamente às obras do Gasoduto Urucu-Manaus.....	268	Comentários a respeito de pesquisa realizada no sítio eletrônico de Sua Excelência, na qual 95% das pessoas foram favoráveis ao pedido de renúncia do Senador José Sarney da Presidência do Senado.....	48
Parecer nº 1.406, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 900, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre a “Operação Castelo de Areia” da Polícia Federal.....	274	Comentários sobre a importância de beneficiar todos os brasileiros com os rendimentos provindos do petróleo. Aparte ao Senador Francisco Dornelles.....	83
CRISTOVAM BUARQUE		Observações sobre a importância da audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença de produtores de laranja e representantes das fábricas de sucos.	87
Comentários acerca da saída do Senador Flávio Arns do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns.	42	Considerações sobre os benefícios que a exploração do Pré-sal vai trazer ao povo brasileiro. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	229
Comentários sobre o editorial publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , intitulado “Passo à Frente na Educação”, edição de 27 de agosto de 2009. ...	48	Proposta de que nos dias 6 de agosto, e 6 e 30 de setembro de 2009, haja o registro, pela internet, das contribuições que cada candidato e partido receberam nas eleições de 2009. Aparte ao Senador Valter Pereira.....	233
DEMÓSTENES TORRES		Cumprimentos ao Senador Garibaldi Alves Filho, pelo registro da ação do Deputado Flávio Bezerra de acompanhar os pescadores durante ato público no Rio Grande do Norte. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.....	236
Parecer nº 1.397, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui a Comissão Especial do Bicentenário da Independência do Brasil.	246	Considerações acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que trata da Minirreforma Eleitoral.....	236
Requerimento nº 1.100, de 2009, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 220, de 2009, e nº 207, de 2009, uma vez que ambos dispõem sobre a mesma matéria.....	329	Registro da carta enviada por Sua Excelência ao Prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, relatando visita realizada à favela da Viação Campo Limpo, a convite dos moradores e do escritor Ferréz, morador da região.....	236
EDUARDO AZEREDO		FÁTIMA CLEIDE	
Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns.....	42	Requerimento nº 1.095, de 2009, o qual requer que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso ao cineasta Vicent Carelli e ao indigenista Marcelo Santos, pelo prêmio de melhor filme concedido ao documentário Corumbiara, no 37º Festival do Cinema de Gramado.	113
		Comemoração pela execução do conjunto de obras do Programa de Aceleração do Crescimento, no Estado de Rondônia, em especial na cidade de Porto Velho.....	156

	Pág.	III	Pág.
Registro da premiação do filme “Corumbiara”, ocorrida no dia 15 de agosto de 2009, no 37º Festival de Cinema de Gramado.	156		
Registro da comemoração, dia 29 de agosto de 2009, do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e esclarecimentos acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 122, que trata da criminalização da homofobia.	156		
Apelo pela votação do projeto de retirada da Desvinculação de Recursos da União (DRU) do orçamento da educação.	156		
Apelo pela votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 483, que trata da isonomia de tratamento pela União ao Estado de Rondônia....	156		
FLÁVIO ARNS			
Críticas à nota pública do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, orientando Senadores a votarem pelo arquivamento do processo contra o Presidente da Casa, José Sarney, e leitura de carta de Sua Excelência, comunicando seu desligamento do Partido.....	39		
Apoio ao discurso do Senador Osmar Dias, no qual ressalta a importância de um debate acerca do Pré-sal. Aparte ao Senador Osmar Dias.	206		
Registro da presença da Gráfica do Senado Federal na Bienal do Livro, em Curitiba, Estado do Paraná, entregando exemplares de obras publicadas em braile.	216		
Apelo para que sejam encaminhadas à Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência questões que precisem de análise e de solução.....	216		
Solidariedade aos funcionários aposentados do Grupo Aerus, da Viação Aérea Rio Grandense - Varig, que buscam a realização dos seus direitos na previdência social.	216		
FLEXA RIBEIRO			
Parecer nº 1.407, de 2009 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei nº 362, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.....	276		
FRANCISCO DORNELLES			
Considerações acerca do marco regulador do petróleo, com destaque à posição do Estado do Rio de Janeiro em relação à distribuição de <i>royalties</i> ..	82		
			230
		GARIBALDI ALVES FILHO	
		Comentário acerca de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria de Sua Excelência, a qual eliminava a vedação constitucional que impedia o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de ser cobrado pela produção de petróleo. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	229
		Registro da realização de ato público promovido pelo Sindicato Nacional dos Pescadores Artesanais, na praia de Caiçara do Norte, Rio Grande do Norte, denominado “Grito da Pesca”.....	234
		GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
		Requerimento nº 1.092, de 2009, que requer a retirada do Requerimento nº 249, de 2009, destinado a celebrar o Tratado de Limites firmado pelo Governo Brasileiro com o Governo do Peru, em 1909, de autoria de Sua Excelência, devido à recente homenagem prestada durante a hora do expediente da sessão do dia 18 de agosto de 2009, quando se comemorou o centenário de falecimento de Euclides da Cunha, sendo distribuída, na ocasião, a obra O Tratado de Limites Brasil-Peru, editado pelo Senado Cultural e apresentação deste signatário.	110
		Congratulações ao jornal <i>Correio do Povo</i> , do Rio Grande do Sul, pela série de reportagens especiais acerca da trajetória de Getúlio Vargas. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	122
		Homenagem ao Senador Sérgio Zambiasi devido a sua trajetória política. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.....	122
		Congratulações à Senadora Fátima Cleide por sua luta em prol dos homossexuais. Aparte à Senadora Fátima Cleide.	158
		Comentários sobre a carta de um seringueiro, descrevendo a situação vivida por todos aqueles que trabalham nos seringais da Amazônia.....	161
		Considerações acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da não obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão, propondo um reexame da questão.	199

IV

	Pág.		Pág.
GERSON CAMATA			
Análise sobre a divulgação da terceira encíclica feita pelo Papa Bento XVI, intitulada “Caridade na Verdade”.	181	exercício de suas atribuições constitucionais” (tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2007, nos termos do Requerimento nº 1.196, de 2008).....	254
Considerações sobre o retrato das práticas de boa gestão pública adotadas pelo Governo do Espírito Santo.	351	JARBAS VASCONCELOS	
GIM ARGELLO			
Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2009, que acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda.....	22	Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2009, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de regular a realização de pesquisas eleitorais com maior precisão nos dias que antecedem as eleições.....	29
HERÁCLITO FORTES			
Questionamentos sobre questões envolvendo a ex-Secretária da Receita Federal e a Ministra Dilma Rousseff.	58	JEFFERSON PRAIA	
Parecer nº 1.396, de 2009 (da Comissão Diretora), que dá redação final ao Projeto de Resolução nº 22, de 2009, que revoga os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, para suprimir a exigência de entrega de declaração por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.....	76	Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes.	107
Considerações sobre o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de denúncia contra o ex-Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.	115	Requerimento nº 1.090, de 2009, que requer Voto de Louvor ao Projeto Casa da Virada (Belém do Pará), onde jovens do Município paraense de Curuçá fazem o curso de agente ambiental e logo aprendem a necessidade de preservar as riquezas naturais da região amazônica, como os manguezais, de onde as famílias daquela localidade retiram seu sustento.	110
Críticas ao corte de emendas no Orçamento destinado ao Estado do Piauí.....	115	JOÃO PEDRO	
IDELI SALVATTI			
Considerações sobre a importância da exploração do Pré-sal para o desenvolvimento do Brasil.....	223	Registro de visita realizada às Usinas Angra I e II, no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, devido à importância estratégica da energia nuclear para o País.....	242
INÁCIO ARRUDA			
Parecer nº 1.400, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que “legitima o Ministério Público para a impetração do mandato de segurança coletivo, no		JOÃO RIBEIRO	
		Cumprimentos ao Senador Tião Viana, por trazer ao debate a questão que envolve o Programa Pré-sal e a divisão dos <i>royalties</i> do petróleo entre os Estados brasileiros. Aparte ao Senador Tião Viana.....	195
		Relato da participação de Sua Excelência na Exposição Agropecuária realizada na cidade de Figueirópolis, Município de Tocantins.....	198
		Relato da visita de Sua Excelência a Araguaína, Estado do Tocantins, para inaugurar seis campos de futebol.	198
		Considerações sobre a participação de Sua Excelência na reunião do Conselho Político, con-	

	Pág.		Pág.
duzida pelo Presidente Lula, na qual foi tratada a questão do Pré-sal.....	198		
JOÃO TENÓRIO		LOBÃO FILHO	
Parecer nº 1.411, de 2009 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências.....	315	Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão.....	35
JOÃO VICENTE CLAUDINO		LÚCIA VÂNIA	
Parecer nº 1.402, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 819, de 2009, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da abertura de filial da Caixa Econômica Federal na Venezuela.....	263	Homenagem pelo transcurso, no dia 24 de agosto, do Dia da Infância.....	111
JOSÉ AGRIPINO		Parecer nº 1.408, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei nº 362, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.....	280
Manifestação de preocupação com as questões que envolvem a exploração do Pré-sal.....	220	MÃO SANTA	
JOSÉ SARNEY		Homenagem pelo transcurso do Dia do Soldado, comemorado no dia 27 de agosto em sessão especial no Senado Federal.....	85
Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2009 (da Comissão Diretora), que autoriza a Comissão Diretora do Senado Federal a propor atualização do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal.....	214	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Olinda dos Santos, mãe da Senadora Serys Silhessarenko.....	165
LEOMAR QUINTANILHA		Considerações acerca dos muitos pedidos recebidos por Sua Excelência, por meio da internet, para que haja uma rápida solução quanto às reivindicações dos aposentados do Brasil.....	165
Comentários acerca da regularização fundiária no Estado do Tocantins. Aparte ao Senador Valdir Raupp.....	90	Requerimento nº 1.096, de 2009, que requer homenagens pelo falecimento da Senhora Olinda dos Santos, ocorrido no dia 28 de agosto de 2009, mãe da Excelentíssima Senhora Senadora Serys Silhessarenko, representante do nobre Estado de Mato Grosso.....	180
Comemoração pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, do piso salarial nacional de R\$ 930,00 para os Agentes Comunitários de Saúde.....	91	Parecer nº 1.405, de 2009 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 895, de 2009, que solicita ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para produtoras de vídeo autorizadas pelo então funcionário da empresa Geovane de Moraes, bem como cópia integral do processo de sindicância interna que resultou em sua demissão.....	271
Comemoração pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de projeto de lei que inclui entre as atividades profissionais com direito a pagamento de adicional de periculosidade, as profissões de vigilantes, vigias e seguranças privados.....	91	MARCO MACIEL	
Destaque para a apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 1º de setembro de 2009, do projeto de lei que dispõe sobre o Sistema "S" do turismo brasileiro.....	243	Considerações a respeito dos treze anos de existência da Lei de Arbitragem Comercial.....	183
		Parecer nº 1.410, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto	

	Pág.		Pág.
de Lei do Senado nº 171, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos de incumbência.	302	NEUTO DE CONTO	
MARCONI PERILLO			
Requerimento nº 1.086, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 19 de setembro de 2009, quando como representante do Senado Federal, Sua Excelência realizará visita oficial à OECD – <i>Organization for Economic Cooperation and Development</i> , na cidade de Paris/França, a convite daquela Organização.	20	Parecer nº 1.409, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento.....	292
MÁRIO COUTO		OSMAR DIAS	
Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT. Aparte ao Senador Flávio Arns.....	42	Observações acerca da reunião do Conselho Político, em que foram apresentadas informações a respeito do Pré-sal, do seu potencial e da distribuição dos <i>royalties</i>	204
Manifestação em favor dos aposentados e pensionistas.....	51	PAPALÉO PAES	
Comentários sobre o recebimento, por Sua Excelência, de intimação para responder à declaração feita em plenário a respeito de suposta corrupção por parte do Senhor Luiz Pagot, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).	153	Considerações relativas ao estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, intitulado “Receita Pública: Quem paga e como se gasta no Brasil”, que trata do sistema tributário e da política fiscal do Brasil.	202
Críticas à administração da Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, salientando a necessidade de serem tomadas providências a fim de melhorar tanto a segurança pública do Estado quanto as condições de atendimento da saúde.....	207	Registro da matéria intitulada “Os piratas da medicina”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 9 de agosto de 2009.	339
MOZARILDO CAVALCANTI		PAULO PAIM	
Cobrança de execução da Medida Provisória nº 458, de 2009, que trata da regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	90	Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2009, que modifica a redação do <i>caput</i> do art. 71-A da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e dá outras providências.....	30
Observações sobre a regularização fundiária na Amazônia e as questões que envolvem o desenvolvimento do Estado e de sua população.	92	Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.....	32
Registro da presença, no dia 28 de agosto de 2009, de Sua Excelência no Município de Pacaraima, Estado de Roraima, devido à necessidade de desenvolvimento na região.	92	Registro de reunião com Sua Excelência e entidades com o objetivo de discutir o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados.	94
Homenagem pelo transcurso do Dia do Psicólogo, no dia 27 de agosto.....	109	Registro da abertura realizada por Sua Excelência de um seminário sobre capacitação sindical para promoção de igualdade de oportunidades aos trabalhadores.....	94
		Registro do Encontro Nacional sobre Terra de Quilombo, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia do Rio Grande do Sul. ..	94
		Requerimento nº 1.094, de 2009, que requer o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 50/2006 das PECs nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, de forma a retomar sua tramitação autônoma.....	111

	Pág.		Pág.
Homenagem ao Senador Sérgio Zambiasi devido a sua trajetória política. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.....	121	Referências sobre Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Sua Excelência que trata da seguridade social.....	195
Elogios à maneira como a Senadora Fátima Cleide conduz as discussões em torno do Projeto de Lei da Câmara nº 122, que trata da criminalização da homofobia. Aparte à Senadora Fátima Cleide..	159	Registro da realização, no Rio Grande do Sul, na cidade de Esteio, da 32ª Expointer - Exposição Internacional de Animais.	195
Ratificação do discurso do Senador Geraldo Mesquita Júnior acerca da situação dos seringueiros na Amazônia. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	163	Observações sobre a questão da titularidade das terras e sobre a falta de efetividade de políticas públicas que beneficiem as comunidades quilombolas, no Estado do Rio Grande do Sul.	195
Ratificação do discurso do Senador Mão Santa quanto aos milhares de pedidos acerca de uma rápida solução para as reivindicações dos aposentados do Brasil. Aparte ao Senador Mão Santa. ...	168	Relato de participação de Sua Excelência em jornada de formação para militantes e agentes sociais que tratou de questões relativas às pessoas com deficiências.	195
Registro das matérias intituladas “O impacto da redução de jornada no mercado de trabalho”, publicada na revista <i>Exame</i> , e “Eleitor de Paim ignora crise na Casa”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edições de 27 de agosto de 2009.....	170	Cumprimentos ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo discurso sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da não obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	201
Homenagem à Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal, pela publicação de artigo de Sua Excelência acerca do Estatuto do Idoso na revista <i>Senatus</i>	170	Apoio ao discurso do Senador Osmar Dias, no qual ressalta a importância de um debate acerca do Pré-sal. Aparte ao Senador Osmar Dias.	206
Considerações sobre a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 196, de 2009, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que fixa o piso salarial nacional no valor de R\$ 930,00 para Agentes Comunitários de Saúde.	170	Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2009, que altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS no caso que especifica.....	210
Considerações a respeito da aprovação do projeto de autoria do Poder Executivo, que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul e sobre a importância de investimentos na educação brasileira.....	170	PEDRO SIMON	
Voto de pesar pelo falecimento de Abdias José dos Santos, ex-dirigente sindical e um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores, e pelo falecimento de Amélia de Oliveira Dutra, mãe do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra.....	170	Solidariedade ao Senador Flávio Arns, em razão de sua saída do Partido dos Trabalhadores – PT e críticas ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Aparte ao Senador Flávio Arns.....	45
Requerimento nº 1.097, de 2009, que requer voto de pesar pelo falecimento de Abdias José dos Santos, ex-dirigente sindical e um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores.....	193	RAIMUNDO COLOMBO	
Requerimento nº 1.098, de 2009, que requer voto de pesar pelo falecimento de Amélia de Oliveira Dutra, mãe do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra.....	193	Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009, que concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências.....	33
Cumprimentos ao Senador Tião Viana, por trazer ao debate a questão que envolve o Programa Pré-sal e a divisão dos <i>royalties</i> do petróleo entre os Estados brasileiros. Aparte ao Senador Tião Viana.....	194	Requerimento nº 1.089, de 2009, o qual solicita que o presente requerimento seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que envie, no estrito prazo constitucional, informações detalhadas a respeito da participação financeira do Brasil nos projetos e obras de reconstrução do Porto de Mariel, em Cuba, bem como todas as informações sobre o empreendimento, isto	

VIII

	Pág.		Pág.
é, todos os elementos necessários para analisar e justificar a participação brasileira.....	109		
RENATO CASAGRANDE			
Questionamento acerca da posição do Governo Federal em relação ao compromisso com os Governadores dos Estados produtores de petróleo no que tange o marco regulatório do Pré-sal e sobre a Proposta de Emenda à Constituição que abaixa para 50% o valor adicionado à nota fiscal do petróleo extraído. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante ..	227	Requerimento nº 1.102, de 2009, que requer a tramitação conjunta do PLS nº 301, de 2009, que “altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito dos Estados e do Distrito Federal”, com os PLS nº 212/05; PLS nº 67/06; PLS nº 199/06; PLS nº 239/06; PLS nº 342/06; PLS nº 287/08, por versarem sobre a mesma matéria.....	329
Registro do 27º Encontro Brasil-Alemanha, no Estado do Espírito Santo.	231	Requerimento nº 1.103, de 2009, o qual requer que o PLS nº 18, de 2007 (modifica a Lei nº 11.097/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel) tenha sua apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante no despacho inicial.....	329
ROBERTO CAVALCANTI			
Requerimento nº 1.087, de 2009, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 2 a 13 de outubro de 2009, para participar, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, Estados Unidos da América.....	20	SÉRGIO ZAMBIASI	
Ratificação do discurso do Senador Marco Maciel acerca dos treze anos de existência da Lei de Arbitragem Comercial. Aparte ao Senador Marco Maciel.	187	Homenagem à memória de Getúlio Vargas, por ocasião do transcurso dos 55 anos de sua morte.....	117
Destaque para a importância da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande, com destaque para o potencial tecnológico da cidade de Campina Grande.....	240	Registro da série de reportagens publicadas no jornal <i>Correio do povo</i> , de Porto Alegre, sobre Getúlio Vargas, entre os dias 16 e 24 de agosto de 2009.....	117
ROMERO JUCÁ			
Esclarecimentos acerca das questões envolvendo a ex-Secretária da Receita Federal e a Ministra Dilma Rousseff e sobre o controle de dados e informações relativos ao acesso ao Palácio do Planalto.	60	TASSO JEREISSATI	
Requerimento nº 1.093, de 2009, o qual requer que o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, que “Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais de dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.”, seja apreciado, também, pela Comissão de Infraestrutura – CI, além da comissão constante do despacho inicial.	110	Requerimento nº 1.088, de 2009, que requer a realização de sessão especial em homenagem aos 150 anos de nascimento de Clóvis Beviláqua, nascido em Viçosa – Ceará, em 4 de outubro de 1859.	21
Requerimento nº 1.101, de 2009, o qual requer que tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado de nºs 80/2006, 340/2007, 375/2008 e 27/2009, por versarem sobre o mesmo assunto. ..	329	TIÃO VIANA	
		Registro do lançamento do Programa Pré-sal, no dia 31 de agosto de 2009, pelo Governo Federal, e considerações sobre a questão da divisão dos <i>royalties</i> do petróleo entre os Estados brasileiros.	193
		Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2009, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências para definir procedimentos de gestão cooperativa do Sistema Único de Saúde pelos entes federados.....	330

	Pág.	IX
Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2009, que altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham.....	334	
VALDIR RAUPP		
Preocupação com a questão da regularização fundiária na Amazônia e pedidos de agilidade no cumprimento da Medida Provisória nº 458, de 2009, que trata do tema.....		89
VALTER PEREIRA		
Considerações sobre a apreciação no dia 1º de setembro de 2009, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de lei que trata da reforma política.....		232